AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS E VALORAÇÃO DOS DANOS SOCIOECONÔMICOS CAUSADOS PARA AS COMUNIDADES ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, São Mateus e Serra, na Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo

FGV

JUNHO DE 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Fundação Getulio Vargas

Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, São Mateus e Serra, na Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo / Fundação Getulio Vargas. – Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2022.

1208 p.

Em colaboração com: Adriana de Paula Cavalcante Fraga, Carina Sernaglia Gomes, Carolina Ribeiro Araújo, Daniel Rondinelli Roquetti, Doraci Cabanilha de Souza, Fernanda Pinheiro da Silva, José Del Ben Neto, Júlia Lambert Gomes Ferraz, Léa Lameirinhas Malina, Leonardo Custódio da Silva Júnior, Letícia Lopes Brito, Luís Pedro Silva Moreira, Luísa Martins de Arruda Câmara, Marcela Elena Varconte, Marcos Dal Fabbro, Maria Cecília de Alvarenga Carvalho, Maria Cecília de Araújo Asperti, Maria Patrícia da Silva, Mariana Luiza Fiocco Machini, Mario Prestes Monzoni Neto, Naatan Gasa Paschoalini Lagoa, Natália Lutti Hummel Wicher, Rafael Mantarro de Carvalho, Rita Daniela Fernandez Medina, Taís Helena da Silva Teodoro, Thaís Temer.

Acima do título: Projeto Rio Doce – Avaliação dos Impactos e Valoração dos Danos Socioeconômicos Causados para as Comunidades Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão.

Inclui bibliografia.

1. Projeto Rio Doce. 2. Fundão, Barragem de (MG). 3. Barragens e açudes - Aspectos sociais. 4. Indenização. 5. Vítimas de desastres - Aspectos econômicos. 6. Desastres - Aspectos econômicos. 7. Danos (Direito) - Aspectos econômicos. I. Título.

CDD – 627.8

Elaborada por Rafaela Ramos de Moraes – CRB-7/6625

EQUIPE TÉCNICA

Adriana de Paula Cavalcante Fraga

Carina Sernaglia Gomes

Carolina Ribeiro Araújo

Daniel Rondinelli Roquetti

Doraci Cabanilha de Souza

Fernanda Pinheiro da Silva

José Del Ben Neto

Júlia Lambert Gomes Ferraz

Léa Lameirinhas Malina

Leonardo Custódio da Silva Júnior

Letícia Lopes Brito

Luís Pedro Silva Moreira

Luísa Martins de Arruda Câmara

Marcela Elena Varconte

Marcos Dal Fabbro

Maria Cecília de Alvarenga Carvalho

Maria Cecília de Araújo Asperti

Maria Patrícia da Silva

Mariana Luiza Fiocco Machini

Mario Prestes Monzoni Neto

Naatan Gasa Paschoalini Lagoa

Natália Lutti Hummel Wicher

Rafael Mantarro de Carvalho

Rita Daniela Fernandez Medina

Taís Helena da Silva Teodoro

Thaís Temer

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Mapa de localização dos municípios atingidos na RECM/ES e abordados pelo levantamento de danos 50
Figura 2 — Mapa da divisão territorial utilizada para RECM/ES 60
Figura 3 — Mapa da área de estudo dos municípios que compõe o litoral norte/RECM/ES 63
Figura 4 — Distribuição das comunidades quilombolas consultadas, que integram o território Sapê do Norte, nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, litoral Norte do Espírito Santo 77
Figura 5 — Mapa da área de estudo dos municípios que compõe o litoral sul 91
Figura 6 — Mapa da área de estudo da foz do Rio Doce 104
Figura 7 — Quadro-resumo do fluxo metodológico utilizado na identificação de danos 115
Figura 8 — Interações para identificação de danos 124
Figura 9 — Exemplo de apresentação dos danos consolidados por dimensão temática para validação, alteração e complementação na terceira parte da oficina 132
Figura 10 — Dimensões temáticas para análise das narrativas e danos enunciados em campo 136
Figura 11 — Dimensão temática Relações com o meio ambiente: danos socioeconômicos associados 138
Figura 12 — Dimensão temática Renda, trabalho e subsistência: danos socioeconômicos associados 154
Figura 13 — Dimensão emática Alimentação: danos socioeconômicos associados 214
Figura 14 — Dimensão temática Práticas culturais, religiosas e de lazer: danos socioeconômicos associados 231
Figura 15 — Dimensão temática Rede de relações sociais: danos socioeconômicos associados 250
Figura 16 — Síntese dos elementos alterados presentes nos sedimentos fluviais ... 268
Figura 17 — Relação do ferro com agravos à saúde identificados em narrativas e com agravos identificados no DATASUS (FGV 2019c, FGV 2019d, FGV 2021g) 275
Figura 18 — Relação do arsênio com agravos à saúde identificados em narrativas e com agravos identificados no DATASUS (FGV 2019c, FGV 2019d, FGV 2021g) 276
Figura 19 — Dimensão temática Saúde: danos socioeconômicos associados 277
Figura 20 — Dimensão temática Educação: danos socioeconômicos associados ... 299
Figura 21 — Dimensão temática Processo de reparação e remediação: danos socioeconômicos associados 306

Figura 22 — Dimensão temática Vida digna, uso do tempo e cotidiano, perspectivas futuras: danos socioeconômicos associados 341
Figura 23 — Dimensões temáticas para análise das narrativas e danos enunciados em campo..... 356
Figura 24 — Dimensão temática Autodeterminação: danos socioeconômicos associados..... 361
Figura 25 — Dimensão temática Relações com o meio ambiente: danos socioeconômicos associados..... 371
Figura 26 — Dimensão temática moradia e infraestrutura: danos socioeconômicos associados..... 386
Figura 27 — Dimensão temática renda, trabalho e subsistência: danos socioeconômicos associados..... 393
Figura 28 — Dimensão temática Alimentação: danos socioeconômicos associados 421
Figura 29 — Dimensão temática práticas culturais, religiosas e de lazer: danos socioeconômicos associados..... 435
Figura 30 — Dimensão temática rede de relações sociais: danos socioeconômicos associados..... 443
Figura 31 — Dimensão temática Saúde: danos socioeconômicos associados 449
Figura 32 — Dimensão temática Reparação e remediação: danos socioeconômicos associados..... 465
Figura 33 — Dimensão temática vida digna, uso do tempo e cotidiano, perspectivas futuras: danos socioeconômicos associados 492
Figura 34 — Dimensões temáticas para análise das narrativas e danos enunciados em campo..... 503
Figura 35 — Dimensão temática Relações com o meio ambiente: danos socioeconômicos associados..... 505
Figura 36 — Dimensão temática Renda, trabalho e subsistência: danos socioeconômicos associados..... 519
Figura 37 — Dimensão temática Alimentação: danos socioeconômicos associados 543
Figura 38 — Dimensão temática práticas culturais, religiosas e de lazer: danos socioeconômicos associados..... 553
Figura 39 — Dimensão temática rede de relações sociais: danos socioeconômicos associados..... 561
Figura 40 — Dimensão temática Saúde: danos socioeconômicos associados 569
Figura 41 — Dimensão temática Educação: danos socioeconômicos associados ... 584
Figura 42 — Dimensão temática Processo de reparação e remediação: danos socioeconômicos associados..... 588

Figura 43 — Dimensão temática Vida digna, uso do tempo e cotidiano, perspectivas futuras: danos socioeconômicos associados 616
Figura 44 — Dimensões temáticas para análise das narrativas e danos enunciados em campo..... 622
Figura 45 — Dimensão temática Relações com o meio ambiente: danos socioeconômicos associados..... 624
Figura 46 — Dimensão temática moradia e infraestrutura e danos socioeconômicos associados..... 661
Figura 47 — Dimensão temática Renda, trabalho e subsistência: danos socioeconômicos associados..... 667
Figura 48 — Dimensão temática Alimentação: danos socioeconômicos associados 703
Figura 49 — Dimensão temática práticas culturais, religiosas e de lazer: danos socioeconômicos associados..... 712
Figura 50 — Dimensão temática rede de relações sociais: danos socioeconômicos associados..... 724
Figura 51 — Dimensão temática Saúde: danos socioeconômicos associados 742
Figura 52 — Dimensão temática Educação: danos socioeconômicos associados ... 762
Figura 53 — Dimensão temática Reparação e remediação: danos socioeconômicos associados..... 770
Figura 54 — Dimensão temática Vida digna, uso do tempo e cotidiano, perspectivas futuras: danos socioeconômicos associados 806
Figura 55 — Processo de valoração não monetária..... 821
Figura 56 — Escopo da valoração não monetária dos territórios do litoral sul, foz do Rio Doce e litoral norte..... 823
Figura 57 — Escopo da valoração não monetária do território quilombola Sapê do Norte 824
Figura 58 — Abordagem de valoração não monetária 826

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Participação dos setores da economia no PIB municipal 52
Gráfico 2 — Participação dos setores da economia no PIB municipal para os municípios do litoral norte/RECM/ES 66
Gráfico 3 — Participação dos setores da economia no PIB municipal para os municípios do litoral sul 95
Gráfico 4 — Participação dos setores da economia no PIB municipal para o município de Linhares 106
Gráfico 5 — Perfil dos participantes por gênero elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV 125
Gráfico 6 — Perfil dos participantes por raça/cor, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV 126
Gráfico 7 — Perfil dos participantes por faixa etária, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV 127
Gráfico 8 — Perfil dos participantes por escolaridade, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV 128
Gráfico 9 — Perfil dos participantes por ocupação, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV 129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Principais atividades econômicas para os municípios do litoral norte, RECM/ES 67
Quadro 2 — Processo de regularização quilombola para o território do Sapê do Norte 89
Quadro 3 — Principais atividades econômicas para os municípios do Litoral Sul, RECM/ES 95
Quadro 4 — Principais atividades econômicas do município de Linhares 107
Quadro 5 — Descrição das dimensões temáticas a partir do conteúdo das narrativas e danos enunciados em campo 133
Quadro 6 — Agravos identificados nos municípios em estudo 273
Quadro 7 — Consolidação dos danos socioeconômicos identificados a partir do levantamento de danos nos municípios de Aracruz, Conceição da Barra(1), Fundão, Linhares, São Mateus(1) e Serra 954
Quadro 8 — Danos jurídicos individualmente indenizáveis 957
Quadro 9 — Danos socioeconômicos da dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência: definição e danos jurídicos relacionados 964
Quadro 10 — Mudanças propostas nos parâmetros probatórios da matriz judicial — Dimensão Renda, trabalho e subsistência 966
Quadro 11 — Proposta de alteração de parâmetros comprobatórios relacionados com o LMEO e LPM para atividades de subsistência 968
Quadro 12 — Síntese dos valores e parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados aos danos à Renda, trabalho e subsistência 972
Quadro 13 — Danos socioeconômicos relacionados à dimensão temática Alimentação — definição e danos jurídicos relacionados 974
Quadro 14 — Síntese dos valores e dos parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados com os danos à Alimentação 975
Quadro 15 — Danos socioeconômicos da dimensão temática Saúde — definição e danos jurídicos relacionados 976
Quadro 16 — Parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados aos danos à Saúde — Comprometimento ou risco de comprometimento à saúde física e nutricional; Comprometimento ou risco de comprometimento à saúde mental 977
Quadro 17 — Síntese dos valores mais adequados ao caso relacionados com os danos morais individuais à Saúde 978
Quadro 18 — Danos socioeconômicos relacionados à dimensão temática Relações com o meio ambiente — definição e danos jurídicos relacionados 981

Quadro 19 — Síntese dos valores e dos parâmetros probatórios relacionados com os danos de Relações com o meio ambiente 983
Quadro 20 — Proposta de compatibilização de parâmetros probatórios relacionados com os danos de Relações com o meio ambiente, considerando a Matriz Judicial e a Matriz FGV 989
Quadro 21 — Síntese das medidas reparatórias possíveis de serem aplicadas à reparação dos danos específicos sofridos pelos quilombolas na dimensão temática de relações com o meio ambiente 993
Quadro 22 — Danos e riscos socioeconômicos relacionados à Moradia e infraestrutura — definição e danos jurídicos relacionados 994
Quadro 23 — Síntese dos valores e parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados com os danos em Moradia e infraestrutura 995
Quadro 24 — Danos socioeconômicos relacionados com Educação — definição e danos jurídicos relacionados..... 996
Quadro 25 — Danos socioeconômicos relacionados com as dimensões de Práticas culturais, religiosas e de lazer; de Rede de relações sociais; e de Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras 998
Quadro 26 — Síntese dos valores e dos parâmetros probatórios mais adequados ao caso, relacionados com os danos às Práticas culturais, religiosas e de lazer; à Rede de relações sociais e à Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras. 1001
Quadro 27 — Medidas não indenizatórias elaboradas junto aos povos indígenas Tupiniquim e Guarani para reparação do dano de "Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais" 1005
Quadro 28 — Danos socioeconômicos relacionados à dimensão temática Processo de reparação e remediação — definição e danos jurídicos relacionados..... 1005
Quadro 29 — Síntese dos valores e parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados com os danos no Processo de reparação e remediação..... 1009
Quadro 30 — Danos socioeconômicos específicos às comunidades quilombolas relacionados com a dimensão temática de Autodeterminação..... 1012
Quadro 31 — Síntese de valor e parâmetro probatório mais adequado ao caso, relacionado com o dano à Autodeterminação 1013
Quadro 32 — Parâmetros de medidas não indenizatórias elaboradas junto aos povos indígenas Tupiniquim e Guarani que podem orientar a construção de medidas não indenizatórias para povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais da RECM-ES..... 1014
Quadro 33 — Danos socioeconômicos que dependem de comprovação e/ou valoração específica e que, portanto, não foram aprofundados na presente matriz 1015

Quadro 34 — Parâmetros probatórios para a comprovação do pertencimento aos grupos com direito à majoração do valor da indenização por danos imateriais 1016
Quadro 35 — Percentuais para majoração dos danos imateriais considerando fatores de vulnerabilidade 1016
Quadro 36 — Síntese dos danos socioeconômicos específicos sofridos pelas comunidades quilombolas do Sapê do Norte/RECM-ES 1017
Quadro 37 — Sistematização conceitual: Danos morais coletivos e danos sociais 1019
Quadro 38 — Danos socioeconômicos que ensejam dano moral coletivo 1020
Quadro 39 — Danos socioeconômicos que ensejam dano social 1021

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Perfil socioeconômico dos municípios atingidos pelo desastre na RECM do Espírito Santo 51
Tabela 2 — Índices de desenvolvimento social dos municípios atingidos pelo desastre na RECM do Espírito Santo 53
Tabela 3 — Índice de vulnerabilidade social e suas dimensões para municípios atingidos pelo desastre na RECM do Espírito Santo 54
Tabela 4 — Indicadores demográficos para os municípios da RECM/ES 54
Tabela 5 — Taxa de Informalidade para os municípios da RECM/ES 56
Tabela 6 — Número de oficinas e de participantes por município e por divisão territorial 124

LISTA DE SIGLAS

ABDH – Abordagem Baseada em Direitos Humanos
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AFE – Auxílio Financeiro Emergencial
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA – Área de Proteção Ambiental
ARSH – Avaliação de Risco à Saúde Humana
ASPERQD – Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombolas
ATI – Assessoria Técnica Independente
BACEN – Banco Central do Brasil
CENIBRA – Celulose Nipo Brasileira S.A.
CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIVIT – Centros Industriais de Vitória
CNIS — Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
CRQ – Comunidade Remanescente de Quilombo
DATASUS – banco de dados do Sistema Único de Saúde
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DPES – Defensoria Pública do Espírito Santo
DPU – Defensoria Pública da União
DT – Dimensão Temática
EPT – Elementos potencialmente tóxicos
ETA – Estação de Tratamento de Água
FAO – Food and Agriculture Organization
FCP – Fundação Cultural Palmares
FDD – Fundo de Defesa de Direitos Difusos
FGV – Fundação Getulio Vargas
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IVES – Índice de Vulnerabilidade Social do Espírito Santo (IVES

IVS – Índices de Vulnerabilidade Social

LMEO – Linha Média de Enchente Ordinária

LPM – Linha Preamar Média

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Novel – Sistema Indenizatório Simplificado

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

PA – Projeto de Assentamento

PARNA – Parque Nacional

PEI – Parque Estadual de Itaúnas

PFL – Partido da Frente Liberal

PIA – população em idade ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PIM – Programa de Indenização Mediada

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDSPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

RDSM – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal

RECM-ES – Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo

RESEX – Reserva Extrativista

RGP – Registro Geral da Pesca

RTID – Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação

RVS – Refúgio de Vida Silvestre

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SAN – Segurança alimentar e nutricional (SAN

Sinan – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TAP – Termo de Ajustamento de Conduta Preliminar

TBC – Turismo de base comunitária

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

TEEB – The Economics of Ecosystems and Biodiversity

TJES – Tribunal de Justiça do Espírito Santo

TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais

TRF1 – Tribunal Regional da 1a Região

TRF2 – Tribunal Regional da 2a Região

TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

UC – Unidades de Conservação

UFES – Universidade Estadual do Espírito Santo

UTGC – Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas

VNM – Valoração Não Monetária

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO 16
1 INTRODUÇÃO 45
2 CARACTERIZAÇÃO 50
2.1 Litoral norte 61
2.2 Litoral sul 90
2.3 Foz do Rio Doce 103
3 IDENTIFICAÇÃO DE DANOS SOCIOECONÔMICOS 114
3.1 Procedimentos metodológicos 114
3.2 Danos socioeconômicos identificados 136
4 VALORAÇÃO NÃO MONETÁRIA: QUALIFICAÇÃO DOS DANOS IMATERIAIS SOFRIDOS PELAS POPULAÇÕES ATINGIDAS 818
4.1 Processo de valoração não monetária 820
4.2 Valoração não monetária: avaliação de dimensões imateriais dos danos sofridos 830
5 PARÂMETROS PROBATÓRIOS E DE VALOR ELABORADOS PELA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS PARA INDENIZAÇÃO INDIVIDUAL DE DANOS MATERIAIS E IMATERIAIS IDENTIFICADOS NOS TERRITÓRIOS ATINGIDOS PELO DESASTRE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO 953
5.1 Breves notas sobre parâmetros probatórios e de valor 956
5.2 Resultados da valoração indenizatória dos danos socioeconômicos e possibilidades probatórias 961
5.3 Majorações e agravos 1015
5.4 Danos morais coletivos e danos sociais 1018
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 1025
REFERÊNCIAS 1035
APÊNDICE A 1068
APÊNDICE B 1075
APÊNDICE C 1089
APÊNDICE D 1160
APÊNDICE E 1185

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta a Matriz Indenizatória Territorial para os municípios do litoral capixaba ao norte de Vitória (ES), aqui denominado Região Estuarina, Costeira e Marinha (RECM), composta pelos municípios de Serra, Fundão, Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra, contando também com recorte específico para o território quilombola do Sapê do Norte, localizado nos dois últimos municípios. O trabalho tem por objetivo oferecer subsídios e parâmetros indenizatórios ao processo de reparação dos danos socioeconômicos decorrentes do desastre da Barragem de Fundão.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem interdisciplinar, que buscou compreender a especificidade desse território, identificar e sistematizar os danos socioeconômicos relatados pelas pessoas atingidas, desenvolver a valoração não monetária de danos imateriais selecionados, analisar as implicações jurídicas e as possibilidades reparatórias indenizatórias para os danos identificados, com a delimitação de parâmetros mínimos e patamares de valores destinados à reparação indenizatória individual. Nesse sentido, ressalta-se que a aplicabilidade de tais parâmetros e valores para o território em análise, com base em levantamentos de campo e metodologias de diversas áreas do conhecimento combinadas, proporcionam parâmetros mínimos de reparação aplicáveis a toda bacia.

Registra-se que este relatório tem como premissa as atribuições da Fundação Getulio Vargas enquanto *expert* do Ministério Público Federal no tocante ao diagnóstico dos danos socioeconômicos decorrentes do desastre da Barragem de Fundão, bem como parte do contexto de paralisia e insuficiência do Programa de Indenização Mediada (PIM) da Fundação Renova e de lacunas no Sistema Indenizatório Simplificado criado pelo juízo da 12ª Vara Federal, proporcionando análises comparativas e respostas no sentido da complementaridade destes institutos e também dos trabalhos já apresentados pela FGV.

O presente documento é composto pelos seguintes capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais: I. Caracterização do território; II. Identificação de danos socioeconômicos; III. Valoração não monetária — qualificação dos danos imateriais sofridos pelas populações atingidas; IV. Síntese dos parâmetros probatórios e de valor elaborados pela Fundação Getulio Vargas para indenização individual de danos materiais e imateriais identificados nos territórios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão.

I Caracterização do território (capítulo 2)

Conforme mencionado, este trabalho empreendeu como unidade de análise a Região Estuarina, Costeira e Marítima (RECM) dos municípios capixabas de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz, Fundão e Serra, localizados na porção do baixo Rio Doce. Conforme apresentado no estudo FGV (2021d), a definição dessa unidade de análise se dá com base nos elementos já aportados pela Deliberação do CIF nº 58/2016 e pela Nota Técnica Intercâmaras nº 01/2020, aprovada pela Deliberação CIF nº 473/2020, sendo ainda corroborado por dados secundários.

Os municípios da RECM compreendem uma extensa área territorial e apresentam diferenças significativas, como, por exemplo, quanto aos dados do perfil socioeconômico referentes à população, ao PIB e PIB per capita, aos índices de desenvolvimento social, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Coeficiente de Desigualdade Social (índice GINI).

Assim, a unidade de análise da RECM-ES é composta por seis municípios que possuem características particulares, o que assinalou a necessidade de uma subdivisão territorial para respeitar as diferentes realidades das populações envolvidas no tratamento do conjunto dos municípios. Para tanto, o estudo da FGV (2021d) adotou uma divisão territorial a partir dos dados secundários disponíveis, que consideraram dados demográficos, socioeconômicos e levantamentos primários. Assim, na etapa de aproximação com as comunidades foram empenhados esforços para identificar, conjuntamente, informações adicionais que permitissem aferir se o agrupamento de municípios também apresenta sentido para os territórios atingidos. Dessa forma, a divisão territorial adotada para RECM-ES se mostrou pertinente, sendo:

(i) **Litoral Norte:** municípios de Conceição da Barra e São Mateus, localizados ao Norte da foz do Rio Doce;

Sapê do Norte: comunidades quilombolas compreendidas nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus;

(ii) **Litoral Sul:** municípios de Aracruz, Fundão e Serra, localizados ao Sul da foz do Rio Doce; e

(iii) **Foz do Rio Doce:** município de Linhares.

Os dois municípios compreendidos pelo Litoral Norte, apesar de possuírem suas particularidades, apresentam inúmeras características comuns em relação ao histórico de ocupação, aos modos de vida, grupos sociais e ofícios, fato que possibilitou a sua junção nessa grande área. Dentro dela há um território quilombola denominado Sapê do Norte. Todavia, por se tratar de um território formado por comunidades de

remanescentes de quilombos, com legislação e direitos próprios, sua caracterização e resultados do levantamento de danos é apresentada em seção específica (seção 2.1.1).

Na subdivisão caracterizada como Foz do Rio Doce localiza-se Linhares, município de maior extensão territorial do estado do Espírito Santo, com 3.496,26 km^2, e que possui características marcantes, como o delta do Rio Doce, com aproximadamente 25 km de largura, considerado um dos mais importantes da costa brasileira, sendo marcado pela influência marinha, formando cordões litorâneos e restingas. A grande extensão territorial de Linhares, aliada às diferentes características ambientais, sociais e políticas do município, dá contornos e conformações às diferentes localidades do município. Assim, durante o processo de aproximação, a FGV identificou a necessidade de um olhar particular para os diferentes territórios de Linhares atingidos pela contaminação do Rio Doce, afluentes, lagoas, foz, estuário e/ou mar. Estas foram abordadas nas oficinas nos distritos: Sede, Regência, Povoação, Pontal do Ipiranga e São Rafael.

O Litoral Sul abrange os municípios de Aracruz, Serra e Fundão, que foram atingidos em sua área costeira pela pluma de rejeitos que, segundo o Instituto Lactec (2021), se estendeu, junto à costa, por 118 km para sul da foz do Rio Doce na sua forma classificada como intensa (alteração das concentrações de sólidos suspensos maiores que 504 mg/l); e por 325 km para o sul (até o município de Campos dos Goytacazes — RJ) na sua forma mais branda (alteração das concentrações de sólidos suspensos entre 1 a 2 mg/l). Os rejeitos atingiram também seus rios, via entrada da pluma pelo estuário, como foi o caso no rio Piraquê-Açu e no rio Riacho (via canal Caboclo Bernardo). Assim, sendo Serra o município mais ao sul da foz do Rio Doce, dentre os municípios analisados no Litoral Sul, e estando localizado a 30 milhas ao sul da foz (aproximadamente 48 km), esse agrupamento sofreu danos socioeconômicos decorrentes da contaminação ambiental, com destaque para as atividades de pesca marítima e do turismo.

Com esta subdivisão buscou-se alcançar o maior número e diversidade de comunidades que se identificam enquanto atingidas, contudo, a existência de outras localidades e grupos atingidos não abordados não é descartada.

Assim, o capítulo de caracterização do território é dividido em três partes e compreende: (i) Litoral Norte; (ii) Foz do Rio Doce; e (iii) Litoral Sul. O Litoral Norte apresenta também uma caracterização específica para o Sapê do Norte, que compreende (a) histórico de ocupação e o território; (b) conflitos e violação de direitos; (c) situação fundiária e reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos do Sapê do Norte; e

(d) histórico de luta pela terra, organização política e situação fundiária das comunidades do Sapê do Norte.

II Identificação dos danos socioeconômicos (Capítulo 3)

A identificação de danos junto às pessoas atingidas compõe a base de dados primários utilizada na presente Matriz Indenizatória Territorial. Tal processo de construção coletiva teve como objetivo a compreensão e análise das alterações nos múltiplos aspectos que compõem os modos de vida das comunidades atingidas em razão do rompimento da Barragem de Fundão. Desse modo, denomina-se como dano, para os fins deste relatório, as alterações dos modos de vida resultantes dos impactos negativos e compulsórios do desastre.

Para a identificação de danos, a FGV trabalhou junto a grupos de pessoas atingidas em um processo composto por três fases: (i) Preparatória; (ii) Construção Coletiva de Danos e Análise de Resultados; e (iii) Devolutivas. Em linhas gerais, esse processo consiste em uma aproximação com os grupos sociais atingidos para pactuação metodológica e promoção de momentos de participação coletiva dedicados à escuta e ao registro de narrativas e danos enunciados pelas pessoas atingidas. As informações reunidas nesse processo foram sistematizadas e analisadas na perspectiva de compreender as consequências do desastre da Barragem de Fundão nos modos de vida. Em seguida, esses dados são organizados em dimensões temáticas e, a partir de análises jurídicas, são classificados em danos socioeconômicos que devem ser reparados. Ao final dessas etapas são realizadas devolutivas às pessoas atingidas que participaram das atividades, para divulgar o resultado de forma a possibilitar sua utilização pelas pessoas atingidas e demais atores interessados. A Figura 1 contém um resumo da metodologia de identificação de danos.

Figura 1 — Quadro resumo do fluxo metodológico



Fonte: Elaboração própria (2022).

Nesse sentido, o diálogo e a construção coletiva no processo de diagnóstico socioeconômico realizado pela FGV dão lastro à construção de possibilidades reparatórias visando à reparação integral.

A fase de construção coletiva de danos se subdivide nos momentos de interação (oficinas presenciais e à distância e/ou entrevistas com pessoas atingidas) e na

organização e sistematização das narrativas e danos registrados pela equipe técnica da FGV. A FGV realizou 25 oficinas no território, sendo todas à distância, entre 7 de julho de 2021 e 25 de novembro de 2021, abrangendo uma média de 10 participantes por oficina (mínimo de 3 e máximo de 30), contemplando arranjos por grupos territoriais, sociais e de ofícios.

Ao todo, participaram 243 pessoas atingidas, sendo 53% mulheres e 47% homens. A população adulta (30 a 59 anos) corresponde a 69% do total, enquanto 7% se declararam jovens (16 a 29 anos) e 13% idosos (a partir de 60 anos). No que consiste à questão racial, 39% se declararam de cor/raça parda, 29% preta, 17% branca, 3% indígenas e 10% se declararam amarelas ou não se identificaram ou não responderam. Somados, pretos e pardos representaram 68% dos participantes.

A análise de resultados é baseada na organização de narrativas e danos enunciados em campo por dimensões temáticas — considerando as interconexões e interdependências entre cada uma delas — e por danos socioeconômicos, a partir de análise jurídica na perspectiva da reparação integral; e pela organização de narrativas no tempo cronológico antes, durante e depois do desastre (denominada Fatos Históricos e apresentada no Apêndice D).

O capítulo de identificação de danos é dividido em duas seções. A primeira traz os procedimentos metodológicos utilizados para o processo de levantamento e análise dos dados; e a segunda apresenta a análise das narrativas e danos enunciados identificados por dano socioeconômico, agrupados nas dimensões temáticas: Relações com o meio ambiente; Moradia e infraestrutura; Renda, trabalho e subsistência; Alimentação; Práticas culturais, religiosas e de lazer; Rede de relações sociais; Saúde; Educação; Processo de reparação e remediação; e Vida digna, uso do tempo, perspectivas de futuro. Para as comunidades quilombolas do território do Sapê do Norte identificou-se danos socioeconômicos também na dimensão temática Autodeterminação. O Quadro a seguir traz os danos socioeconômicos por dimensão temática.

Quadro 1 — Consolidação dos danos socioeconômicos identificados a partir do levantamento de danos nos municípios de Aracruz, Conceição da Barra[1], Fundão, Linhares, São Mateus[1] e Serra

Renda, trabalho e subsistência	Aumento de gastos, despesas e/ou dívidas
	Comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis
	Impossibilidade/Comprometimento de exercício de trabalho livremente escolhido
	Interrupção/Diminuição da renda proveniente do exercício da atividade pesqueira e de aquicultura
	Interrupção/Diminuição da renda relacionada à atividade agropecuária
	Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao comércio e serviços
	Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao turismo
	Perda dos meios de subsistência, consumo próprio e escambo
	Perda e/ou comprometimento de animais utilizados para criação/produção e geração de renda
	Perda ou supressão de lavouras, cultivos ou de estoque
	Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho
	Perda/Deterioração/Desvalorização do patrimônio pessoal
Alimentação	Comprometimento da alimentação culturalmente adequada
	Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada
	Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livres de substâncias nocivas
Saúde	Comprometimento do acesso à saúde
	Comprometimento do acesso aos tratamentos de saúde culturalmente adequados[2]
	Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional
	Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental
Relações com o meio ambiente	**Comprometimento das condições adequadas necessárias para a permanência nos territórios tradicionais[2]**
	Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos
	Comprometimento do acesso aos territórios tradicionais[2]
	Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural
	Interrupção/Comprometimento da fruição de um meio ambiente equilibrado e do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região
Moradia e infraestrutura	Comprometimento da disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestruturas
	Comprometimento das condições físicas de acesso à moradia adequada
Educação	Comprometimento da educação adequada e adaptada ao contexto social e cultural

	Interrupção/Comprometimento do acesso e disponibilidade educacional
Práticas culturais, religiosas e de lazer	**Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais(2)**
	Interrupção ou comprometimento das atividades de lazer
	Interrupção/Comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, saberes, práticas e referências culturais e religiosas
Rede de relações sociais	Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco
	Aumento das tensões e conflitos nas relações sociais e familiares
Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras	Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras
	Diminuição da qualidade de vida
Processo de reparação e remediação	Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no processo de remediação e reparação
	Abuso do direito de participação efetiva no processo de reparação e remediação
	Agravamento da vulnerabilidade com o processo de reparação e remediação
	Barreiras de acesso ao processo de reparação e remediação
	Desrespeito ao autogoverno e às especificidades das comunidades no processo de reparação e remediação(2)
	Diminuição da segurança pessoal decorrente do processo de reparação e remediação
	Falta de acesso à informação adequada e de transparência
	Gastos com deslocamento para participação no processo de reparação
	Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no processo de reparação e remediação
	Perda de tempo útil/produtivo com o processo de reparação e remediação
	Risco de perda das identidades étnicas(2)
Autodeterminação	**Comprometimento da autodeterminação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais(2)**

(1) O território Sapê do Norte, no qual estão as comunidades remanescentes de quilombolas consultadas, encontra-se distribuído nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus;
(2) Dano específico para as comunidades remanescentes de quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: Elaboração própria (2022).

O desastre alterou, de maneira negativa, os modos de vida das pessoas atingidas em diferentes dimensões ao gerar um conjunto de danos tanto de natureza material quanto imaterial. Entre esses danos, destacam-se nesse território aqueles relativos à perda do trabalho, dos meios de subsistência e da renda, com efeitos deletérios à pesca

artesanal, agricultura familiar e turismo enquanto pilares dos modos de vida das populações atingidas, afetando a cultura e as relações sociais e familiares; aqueles relativos à segurança e soberania alimentar e as relações de troca e reciprocidade entre as pessoas; assim como aqueles relativos à qualidade da água dos rios Doce, Cricaré e Riacho e de seus afluentes, entre outros rios, e de poços e cisternas que abastecem as diferentes comunidades; além dos relativos ao próprio processo de reparação em curso associado, em especial, à falta de informação e ao reconhecimento desigual da condição de atingido. Os efeitos do desastre sobre a saúde física e mental das pessoas atingidas também foram, recorrentemente, evidenciados durante a identificação de danos. Além desses, as comunidades quilombolas do Sapê do Norte também destacaram danos específicos, como por exemplo nas suas relações com o meio ambiente e direito à autodeterminação, evidenciando riscos e perdas ambientais que ameaçam a continuidade dos povos quilombolas em seu território e suas práticas identitárias, considerando o seu direito de determinar livremente sua condição política e buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

III Valoração Não Monetária — qualificação dos danos imateriais sofridos pelas populações atingidas (Capítulo 4)

Com o objetivo de aprofundar os conteúdos imateriais implicados nos danos identificados no processo de levantamento de campo, aplica-se a Valoração Não Monetária (VNM), metodologia que proporciona dar seguimento às análises, qualificando a compreensão dos danos sofridos pelas pessoas atingidas a partir das categorias de Serviços Ecossistêmicos (SE), particularmente os Serviços Ecossistêmicos Culturais (SEC).

A Valoração Não Monetária de Serviços Ecossistêmicos Culturais, na literatura também referenciada como valoração sociocultural, cobre uma coleção de métodos que têm por objetivo revelar a importância desses serviços, levantando informações sobre emoções, símbolos, cognição, ética, entre outras, relativas à importância dos serviços ecossistêmicos culturais a partir de abordagens quantitativas, qualitativas, híbridas e deliberativas.

A partir dessas possibilidades, a VNM realizada pela FGV se organizou em três etapas. A primeira se constituiu da preparação do escopo de pesquisa. A segunda, da organização das narrativas e dos danos identificados em campo sistematizados no Capítulo 3 e da análise qualitativa da imaterialidade associada a esses danos. Para tal, foi realizada análise qualitativa de narrativas registradas pela FGV nas oficinas de

identificação de danos e em três oficinas de identificação de danos e valoração não monetária com mulheres atingidas, duas entrevistas individuais semiestruturadas com duas pesquisadoras com notória *expertise* advinda de sua atuação em pesquisa, ensino e no território em temas relacionados com os principais assuntos abordados pelas pessoas atingidas no território, além de terem sido utilizadas entrevistas já realizadas no âmbito do Projeto Rio Doce (FGV, 2020m, 2021i, 2021o, 2021p) com pesquisadores que produzem conhecimento sobre temáticas de interesse e que se relacionam com o escopo definido, bem como o levantamento de dados secundários que versam sobre essas mesmas temáticas. Por fim, na terceira etapa, de sistematização, as informações foram analisadas, cruzadas (triangulação) e organizaram-se os resultados da VNM.

Figura 2 — Abordagem de valoração não monetária para municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, São Mateus e Serra



Fonte: Elaboração própria (2021).

Para o território da RECM-ES foram identificados debates convergentes no que tange as questões imateriais, e também aspectos específicos para as comunidades remanescentes quilombolas do Sapê do Norte. Dessa forma, o debate da valoração não monetária foi construído a partir de dois recortes com o objetivo de atender as especificidades:

1. Territórios do Litoral Sul, Foz do Rio Doce e Litoral Norte, com definição de escopo para aprofundar os aspectos imateriais das dimensões temáticas Renda, trabalho e subsistência, Alimentação, e Rede de relações sociais; Práticas

culturais, religiosas e de lazer; e Vida digna, uso do tempo e cotidiano e perspectivas futuras, conforme Figura 3.

2. Território das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, com definição de escopo para aprofundar os aspectos imateriais das dimensões temáticas Relações com o meio ambiente e Autodeterminação, Rede de relações sociais; Práticas culturais, religiosas e de lazer; Vida digna, uso do tempo e cotidiano e perspectivas futuras; e Processo de reparação e remediação, conforme Figura 4.

Importa destacar que imaterialidades associadas às demais dimensões temáticas foram abordadas transversalmente, sendo a seleção de dimensões para diálogo em oficina uma alternativa metodológica à condução do processo de VNM, separação essa que não se reflete necessariamente no cotidiano e na composição dos modos de vida.

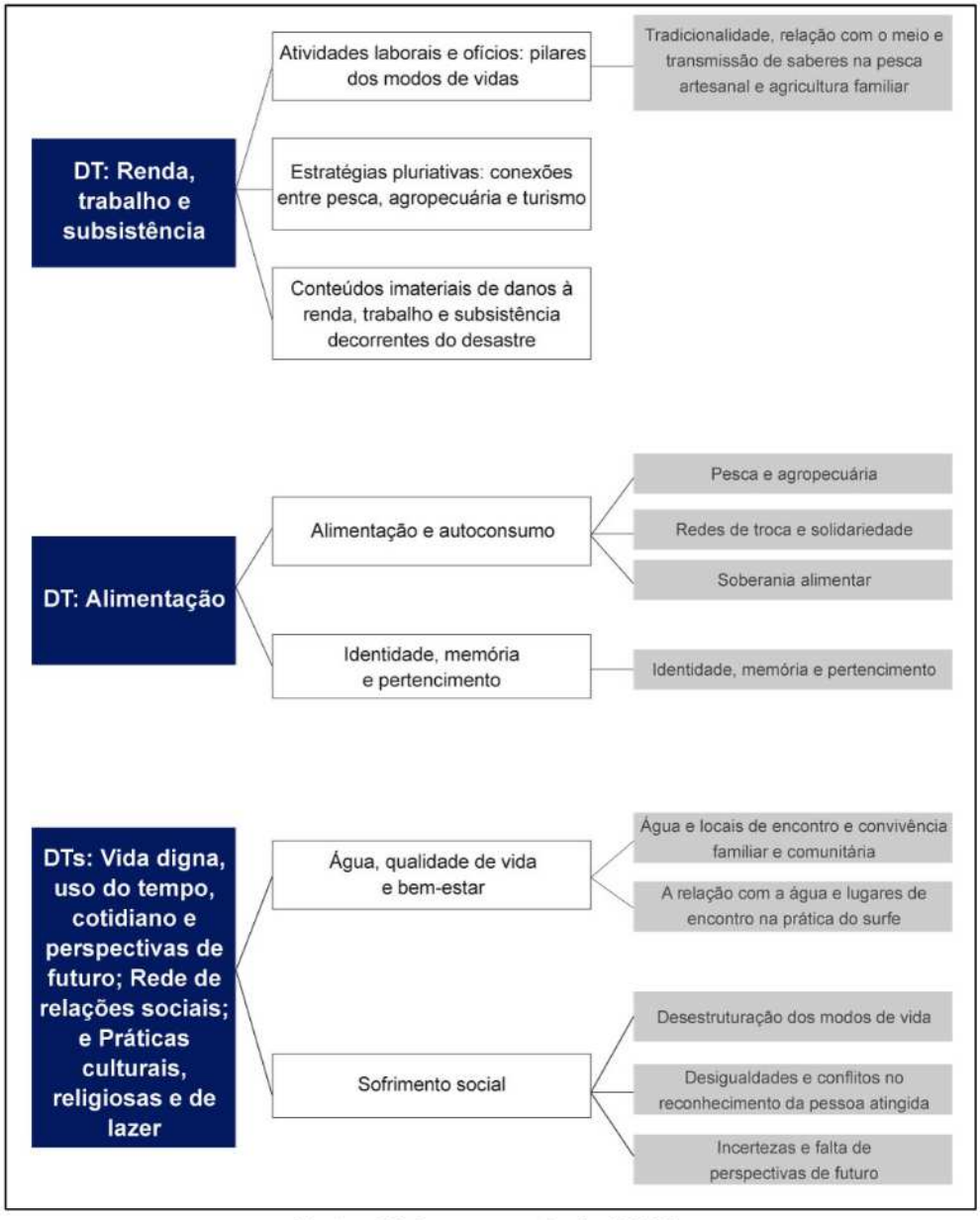
No que diz respeito ao primeiro recorte, dos territórios do Litoral Sul, Foz do Rio Doce e Litoral Norte (que engloba também o território quilombola do Sapê do Norte, lembra-se), a dimensão temática Renda, trabalho e subsistência foi aprofundada em seus aspectos relacionados com as cadeias produtivas da pesca; agropecuária; e turismo, comércios e serviços. O extenso levantamento evidenciou que tais atividades produtivas e ofícios estão profundamente imbricadas nos modos de vida das pessoas atingidas, se entrelaçando com práticas alimentares, lazer e espiritualidade, além de dinâmicas familiares e comunitárias que se projetam por gerações, representando não somente fonte de renda e subsistência, mas também imenso valor imaterial aos atingidos e atingidas da Região Estuarina, Marítima e Costeira (RECM-ES). Entre as questões exploradas estão a relevância das estratégias de diversificação produtiva adotada pelas populações, que promovem a diversificação das fontes de renda e subsistência das comunidades e o manejo múltiplo da paisagem que constituem a base do modo de vida local.

Outro aspecto relevante abordado se relaciona com a importância da alimentação, não somente como manutenção básica para sobrevivência, mas também por seus aspectos simbólicos e socialmente construídos que estão relacionados com os saberes e com a produção para o autoconsumo, a segurança e soberania alimentar e as relações de troca e reciprocidade entre as pessoas e de suas práticas alimentares, além da identificação da alimentação enquanto prática cultural imbricada na identidade, memória e pertencimento.

Nas dimensões temáticas Vida digna, uso do tempo e cotidiano e perspectivas futuras, Redes de relações sociais e Práticas culturais, religiosas e de lazer, foram apuradas

questões que dizem respeito à perda de qualidade de vida, sensação de bem-estar e sofrimento social no território, perpassando pelos usos socioculturais da água, relacionados aos locais de encontros familiares e comunitários, com destaque para a relação entre o surfe e o ambiente marinho; bem como pela preocupação com a recuperação do meio ambiente e dos modos vida; pelo enfrentamento de barreiras ligadas ao processo de reparação; e pela frustração e incertezas relacionadas às perspectivas de futuro.

Figura 3 — Escopo da valoração não monetária dos Territórios do Litoral Sul, Foz do Rio Doce e Litoral Norte



Fonte: Elaboração própria (2022).

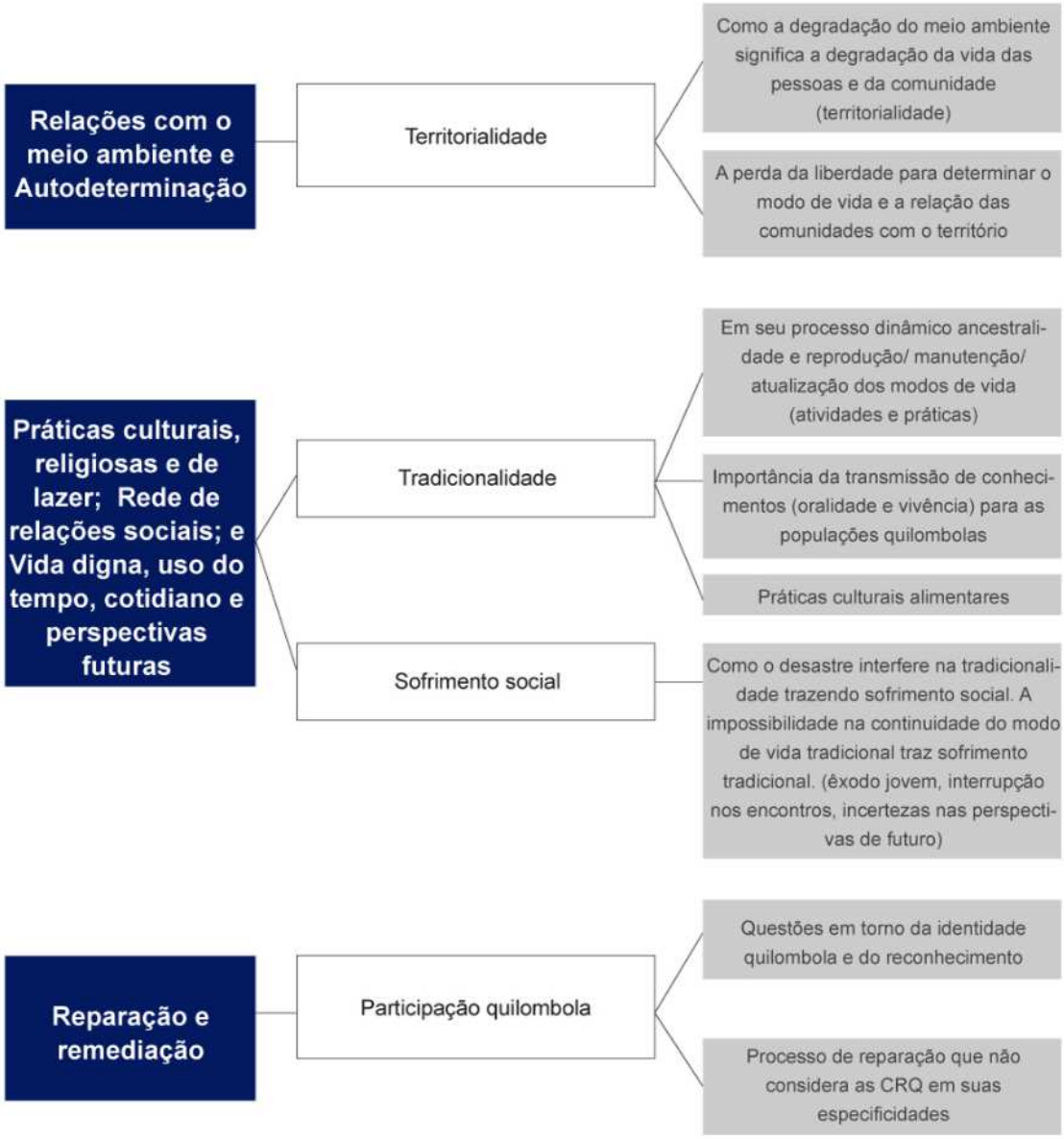
Já no segundo recorte, específico para as comunidades quilombolas do território do Sapê do Norte, tratou-se primeiramente das dimensões temáticas de Relações com o meio ambiente e Autodeterminação, explorando a imaterialidade das relações entre as populações quilombolas do Sapê do Norte e os ambientes onde vivem, explorando questões atinentes ao uso da água e suas relações, e na relação com os quais estabeleceram suas práticas, saberes e modos de vida.

Entre as questões exploradas estão os riscos e perdas ambientais que ameaçam a continuidade dos povos quilombolas em seu território e suas práticas identitárias, considerando o princípio da autodeterminação, que garante seu direito de determinar livremente sua condição política e buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural — o que foi explorado especialmente no que diz respeito ao processo interno de reconhecimento e identidade.

Nas dimensões temáticas Vida digna, uso do tempo e cotidiano e perspectivas futuras, Rede de relações sociais e Práticas culturais, religiosas e de lazer, aprofundam-se aspectos imateriais e simbólicos representados pelas práticas culturais que estão incorporadas às sabedorias ancestrais — reelaboradas e transmitidas intergeracionalmente através da oralidade — que compõem a tradicionalidade quilombola. Tais práticas foram afetadas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão, causando sofrimento social às suas populações, relacionado ainda a alterações na alimentação, preocupação com a recuperação ambiental e perspectivas de futuro, além do não reconhecimento das pessoas atingidas nos processos oficiais de reparação em curso.

Por fim, na dimensão temática Processo de reparação e remediação aprofunda-se em questões decorrentes do processo oficial de reparação conduzido pela Fundação Renova e empresas causadoras do desastre, enquanto também um fator gerador de danos e prejuízos imateriais dos modos de vida da população quilombola do Sapê do Norte. Este ponto aborda questões como a participação quilombola nos processos reparatórios em curso, a violação ao direito à autodeterminação no processo reparatório, o racismo ambiental e o sofrimento social ligados ao processo de reparação.

Figura 4 — Escopo da valoração não monetária do território quilombola Sapê do Norte



Fonte: Elaboração própria (2022).

Outro ponto que merece especial atenção para toda a RECM é o caráter processual do desastre que se desdobra e se prolonga ao longo do tempo. Nesse sentido, não se compromete apenas um modo de vida passado, mas também projetos e perspectivas de futuro em dependência com um meio ambiente, que foram suspensos, deflagrando processos sociais de dor e sofrimento que afetam a qualidade de vida e a sensação de bem-estar. Somado a isso, a condução do processo de reparação e remediação aparece como fator de esgotamento, medo e contestação constantes por parte das pessoas atingidas. As omissões de cunho reparatório, como o não reconhecimento da

condição de atingidos, a falta de informação, a interdição de acesso a estudos e a alguns programas e ações, as disparidades de tratamento e acesso, o tempo de espera, adicionado às burocracias e à própria linguagem utilizada, operam diariamente gerando cansaço, tristeza, desgaste, incertezas e perda de esperança, contribuindo para a reprodução do sofrimento social na vida daqueles que vivem o desastre.

IV Síntese dos parâmetros probatórios e de valor elaborados pela FGV para indenização individual de danos materiais e imateriais identificados nos territórios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão (Capítulo 5)

O processo de levantamento de campo permitiu a identificação de um rol — não exaustivo — de danos socioeconômicos sofridos pela população atingida no território analisado neste documento.

Os parâmetros probatórios e as referências de valores mínimos para indenização individual destinados à reparação de danos materiais e imateriais no caso Rio Doce, já elaborados pela FGV em trabalhos anteriores (FGV, 2021i, 2021h, 2021o, 2021a), foram sintetizados em diálogo direto com as narrativas e os danos identificados a partir deste estudo. Mesmo se tratando de um novo recorte territorial e contexto, a utilização de tais parâmetros e referências de valores é apropriada por serem considerados parâmetros mínimos aplicáveis a toda bacia, tendo sido identificados e detalhados os mesmos danos socioeconômicos encontrados nas matrizes já elaboradas pela FGV. Estes resultados, aplicáveis ao presente caso, resultam de amplo levantamento de dados em campo, assim como da combinação de distintas metodologias que emergem de áreas de conhecimento que interagem para a formulação de propostas reparatórias. Importante ressaltar que esses parâmetros comportam diferenciações diante de situações específicas constatadas nos distintos territórios analisados.

As seções são separadas pelas dimensões temáticas: (i) Renda, trabalho e subsistência; (ii) Alimentação; (iii) Saúde; (iv) Relações com o meio ambiente; (v) Moradia e infraestrutura; (vi) Educação; pelo agrupamento denominado “Modos de Vida”, composto pelas dimensões: (vii) Práticas culturais, religiosas e de lazer; (viii) Rede de relações sociais; (ix) Vida digna, uso do tempo e cotidiano e perspectivas futuras; e (x) Processo de reparação e remediação. Por fim, para as comunidades quilombolas do Sapê do Norte, foram identificados danos também na dimensão temática da (xi) Autodeterminação, que também se reflete em propostas e parâmetros reparatórios. Em cada uma dessas dimensões são apresentadas propostas para: I. Parâmetros probatórios; II. Danos a serem indenizados, quando aplicáveis; III. Valores

para os danos materiais individuais, quando aplicáveis; e IV. Valores para os danos imateriais individuais.

No intuito de estabelecer um diálogo com a matriz indenizatória judicial no contexto da reparação em curso na bacia do Rio Doce, o Capítulo 5 possui como recorte a reparação de cunho indenizatório, sendo apresentados parâmetros de valoração apenas para dano moral individual, lucros cessantes e determinados danos emergentes. Além disso, são apresentados fatores de majoração para determinados grupos, a exemplo das comunidades remanescentes de quilombos, para as quais, considerando-se a ocorrência de danos específicos e sua transversalidade e maior severidade, acarretam na incidência de um fator de majoração no valor final de indenização por danos imateriais individuais.

Frisa-se, todavia, que para a reparação integral dos danos relacionados com o desastre da Barragem de Fundão é necessário o emprego de um amplo leque de medidas, conforme abordado em trabalhos anteriores produzidos pela FGV (FGV 2019k, 2020k, 2020l, 2020m), abarcando medidas de cunho indenizatório — pagamentos de valores a vítimas ou a fundos — e de cunho não indenizatório —, como as medidas de satisfação, reabilitação, restituição, garantias de não repetição e outras obrigações de fazer de modo geral (FGV, 2019k, 2020k, 2020l, 2020m).

I Renda, trabalho e subsistência

A seção aborda medidas reparatórias de cunho indenizatório e valores de referência relacionados com a interrupção das atividades econômicas, perda dos meios de subsistência e demais perdas materiais.

No que se refere às possibilidades probatórias individuais, o Capítulo 5 sintetiza as mudanças propostas na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h) em relação aos parâmetros probatórios da matriz judicial quanto às provas para condição de atingido; categorias econômicas; exercício de atividades de subsistência e de autoconsumo; e danos emergentes, conforme Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 — Mudanças propostas nos parâmetros probatórios da matriz judicial

Condição de atingido	Extensão dos documentos aceitos a todos os territórios atingidos. Exigência de apenas um dos documentos listados nas matrizes judiciais, sem distinção entre documentos primários ou secundários, tampouco entre documentos aceitos para pessoas hipossuficientes, estendendo-se todas as possibilidades probatórias a todas as categorias e a todos os atingidos. Aceitação dos meios de comprovação relativos ao núcleo familiar, permitida não somente a certidão de casamento ou declaração de união estável, mas também: I. certidão de nascimento ou comprovante de adoção; II. documentos pessoais diversos que comprovem qualquer forma de vínculo social ou familiar que evidencie a coabitação.
Categorias econômicas	Extensão das categorias, meios e fontes de prova a todos os territórios atingidos.
Subsistência e autoconsumo	Desconsideração do critério de renda máxima de até meio salário mínimo *per capita*. Uso do LMEO + 5 km e LPM + 5 km como critérios de presunção e não de exclusão. Caso não haja comprovação de residência no LMEO ou LPM, aceitação da autodeclaração + duas testemunhas ou laudo individual ou vistoria técnica.
Danos emergentes	Manutenção dos mesmos parâmetros probatórios da matriz judicial, a serem estendidos para danos imateriais.

Fonte: FGV (2021h, p. 20-21).

Em relação à indenização por danos materiais, para a dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência foram estimados valores referentes apenas a lucros cessantes da renda do trabalho para ocupações selecionadas, comprometimento da renda real relacionada com subsistência e danos emergentes ligados a atividades laborais de ocupações selecionadas, conforme desenvolvido na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h). Para detalhamento das estimativas de valores conforme metodologia, cenários e possibilidades apresentadas nesta seção, o Apêndice E apresenta distintas tabelas identificadas de 1 a 16, com valores detalhadamente discriminados para os danos materiais relativos a lucros cessantes, danos emergentes e perda da produção para consumo próprio, conforme Relatório Matriz Geral (FGV, 2021h).

Quanto à indenização de danos imateriais associados a essa dimensão temática, foram selecionados para análise, a partir da aplicação do método bifásico[1], casos que tratassem da indenização por danos imateriais em situações nas quais os interesses jurídicos fossem similares àqueles lesados pelos danos socioeconômicos relacionados com esta dimensão. O Quadro 3 sintetiza os valores identificados como mais adequados, aplicáveis aos danos identificados nos territórios, bem como os parâmetros probatórios propostos:

Quadro 3 — Síntese dos valores e parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados aos danos à Renda, trabalho e subsistência

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
Interrupção/diminuição da renda relacionada ao exercício da atividade econômica ou Perda ou comprometimento dos meios de subsistência, consumo próprio ou escambo. E o dano de: Impossibilidade e/ou comprometimento do exercício do trabalho livremente escolhido.	**R$ 25.000,00**	**Prova da condição de atingido:** flexibilização probatória a partir de documentos pessoais diversos e quaisquer meios de prova (notas fiscais, contratos) que evidenciem a coabitação — seja decorrente de vínculo familiar ou não, além das possibilidades de prova de autodeclaração somada às testemunhas. Em adição, entende-se desnecessária a distinção entre documentos primários e secundários tampouco listagem exclusiva para hipossuficientes que deve ser estendida a todos os casos. **Prova dos danos à atividade econômica/produtiva exercida:** flexibilização deve ser estendida, sem prejuízo do reconhecimento futuro de novas categorias e possibilidades comprobatórias. Possibilidade de prova via laudo individual deve ser estendida a todas as categorias (não apenas às formais), norteadas pela liberdade de escolha do atingido no enquadramento e pluriatividades. **Prova dos danos ao exercício de atividades de subsistência/autoconsumo:** utilização do LMEO como critério presuntivo, a partir das seguintes propostas: (i) facilitação probatória nos atingidos que residem dentro do LMEO + 5 km e praticam atividade de consumo próprio seja como atividade principal ou complementar a partir da exigência de autodeclaração + uma

[1] Abordado no Capítulo 5 deste relatório e detalhado em FGV (2021h).

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
		testemunha; (ii) possibilidade de prova para atingidos que residem fora do LMEO + 5 km — autodeclaração + duas testemunhas ou laudo/vistoria individual; (iii) para pescadores informais/artesanais e de fato, permitida a comprovação atinente à própria categoria observadas flexibilizações propostas para a "condição de atingido".
Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho. Perda ou supressão de lavouras, cultivos ou estoque. Perda e/ou comprometimento de animais utilizados para criação/produção e geração de renda.	**R$ 15.000,00**	Presunção de ocorrência uma vez comprovada a interrupção/diminuição da renda relacionada ao exercício da atividade econômica e/ou a perda/comprometimento dos meios de subsistência, consumo próprio ou escambo, conforme lógica já aplicada na matriz judicial.
Perda, deterioração e desvalorização do patrimônio pessoal. Aumento de gastos, despesas e dívidas.	Valoração individual	Flexibilização probatória, com aceitação de quaisquer meios de prova, por exemplo: documentos que indiquem a deterioração ou perda dos bens, comprovantes de gastos, extratos bancários, contratos, fotografias, testemunhas. Elaboração de laudos e perícias, a serem custeadas pelas empresas. Subsidiariamente, autodeclaração corroborada com a declaração de duas testemunhas, tal como proposto na matriz judicial para reconhecimento de outros danos.

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir de FGV (2021i).

II Alimentação

A seção aborda valores e parâmetros probatórios para indenização por dano moral individual para todos os danos socioeconômicos organizados na dimensão temática Alimentação, conforme desenvolvido e justificado em estudos anteriores (FGV, 2021h, 2021i).

A proposta tratou de modo conjunto os danos "Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada" e "Comprometimento da alimentação culturalmente adequada"; e de forma individualizada

o dano "Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livre de substâncias nocivas". Com esse sentido, o Quadro 4 sintetiza os valores identificados como mais adequados, bem como os parâmetros probatórios sugeridos.

Quadro 4 — Síntese dos valores e dos parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados com os danos à Alimentação

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada. Comprometimento da alimentação culturalmente adequada.	**R$ 5.000,00**	I. Dano presumível para as categorias de subsistência e produção para consumo próprio (como atividade principal ou outra atividade), ou nas quais o dano material de perda ou substituição de proteína ou de cesta básica já foi reconhecido pela matriz judicial. Não deve ser exigida comprovação adicional. II. Para membros de núcleo familiar de pessoas atingidas que comprovarem o exercício de atividade de subsistência ou produção para o consumo próprio, devem ser consideradas autodeclaração + comprovação de pertencer ao mesmo núcleo familiar (nos termos propostos no item de Condição de atingido) de pessoas atingidas que comprovarem o exercício dessas atividades.
Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livre de substâncias nocivas.	**R$ 10.000,00**	• Comprovante de residência no território atingido, nos termos previstos em "Comprovação da condição de atingido".

Fonte: FGV (2021i, p. 503-504).

III Saúde

A seção aborda os parâmetros probatórios e os valores identificados para indenização por dano moral individual para todos os danos socioeconômicos referentes à dimensão temática Saúde, conforme desenvolvido e justificado em estudos anteriores (FGV, 2021h, 2021i). Os quadros 5 e 6 apresentam, respectivamente, os parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados com os danos à saúde e a síntese

dos valores mais adequados ao caso. Observa-se que há parâmetros específicos no tocante à comprovação da condição de atingido, conforme descrito a seguir.

Quadro 5— Parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados aos danos à Saúde — Comprometimento ou risco de comprometimento à saúde física e nutricional; Comprometimento ou risco de comprometimento à saúde mental

Grupos aplicáveis aos danos socioeconômicos em escopo	Substrato comprobatório geral	Comprovação individual
Exposição de risco à saúde mental, física e nutricional	DALYS calculado para a população dos territórios atingidos que indicam perda de anos de vida por incapacitação; risco atribuível, razão de incidências e coeficiente de plausibilidade calculados para os territórios atingidos que indicam uma associação biologicamente plausível entre o desenvolvimento de alguns agravos à saúde e a exposição ao desastre.	Comprovante de que o ofendido reside ou residiu em um dos 45 municípios atingidos mediante apresentação de comprovante de residência ou por meio de possibilidades probatórias flexibilizadas (ex.: certidão de casamento, declaração de união estável, entre outros documentos).
Desenvolvimento de agravo à saúde leve/moderado		Prova documental (laudos, atestados, prontuários, entre outros) que ateste o acometimento de doença física, nutricional ou mental possivelmente ocasionada em razão ou em associação com o desastre de acordo com resultados a serem alcançados pelos "Estudos de Impacto à Saúde Humana" ou outras possíveis formas de comprovação.
Desenvolvimento de agravo à saúde incapacitante e/ou incurável		
Desenvolvimento de agravo à saúde que culmina em morte		Atestado de óbito, certidão de óbito ou documento similar, desde que ateste o óbito e sua causa. Assim como nos casos de doença, a causa do óbito deverá ser em razão ou em associação com o desastre de acordo com resultados a serem alcançados pelos "Estudos de Impacto à Saúde Humana" ou outras possíveis formas de comprovação.

Fonte: FGV (2021i, p. 507-508).

Quadro 6 — Síntese dos valores mais adequados ao caso relacionados com os danos morais individuais à Saúde

Danos socioeconômicos	Valores resultantes da aplicação do método bifásico
Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional	**R$ 2.833,33** por ano de exposição em função de risco à saúde mental, física e nutricional. **R$ 51.250,00** em função de desenvolvimento de agravo à saúde leve/moderado. **R$ 134.376,79** em função de desenvolvimento de agravo à saúde incapacitante e/ou incurável. **R$ 283.333,00** em função de desenvolvimento de agravo à saúde que culmina em morte.
Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental	**R$ 2.833,33** por ano de exposição em função de exposição de risco à saúde mental, física e nutricional. **R$ 51.250,00** em função de desenvolvimento de agravo à saúde leve/moderado. **R$ 134.376,79** em função de desenvolvimento de agravo à saúde incapacitante e/ou incurável. **R$ 283.333,00** em função de desenvolvimento de agravo à saúde que culmina em morte.
Comprometimento do acesso à saúde Comprometimento do acesso aos tratamentos de saúde culturalmente adequados(1)	**R$ 4.500,00**

(1) Dano específico para as comunidades de remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: FGV (2021i, p. 510).

IV Relações com o Meio Ambiente

A seção aborda os parâmetros probatórios e os valores identificados para indenização por dano moral individual para todos os danos socioeconômicos referentes à dimensão temática Relações com o meio ambiente, conforme desenvolvido e justificado em estudos anteriores (FGV, 2021h, 2021i).

São tratados de modo conjunto os danos “Comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região” e “Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural”; e de forma individualizada o dano “Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos”. O Quadro 7 traz a síntese dos valores identificados como mais adequados e os parâmetros probatórios sugeridos.

Quadro 7 — Síntese dos valores e dos parâmetros probatórios relacionados com os danos de Relações com o meio ambiente

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
Comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região. Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural.	**R$ 10.000,00**	• Uso do LMEO + 5 km como critério de presunção; • Caso não haja comprovação de residência no LMEO + 5 km, aceitação da autodeclaração e uma ou duas testemunhas.
Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos.	**R$ 10.000,00**	• Para os atingidos residentes nos municípios ou distritos abastecidos pelo serviço público de saneamento básico por água captada do Rio Doce: apresentar comprovante de residência, nos termos previstos em "Comprovação da condição de atingido". • Para atingidos não residentes nos municípios em que há presunção ou que utilizavam soluções alternativas de abastecimento de água possivelmente comprometidas pelo desastre: demonstrar, por todos os meios de prova reconhecidos — tais como laudo/vistoria, autodeclaração, prova testemunhal, entre outros —, que utilizavam tais soluções alternativas de abastecimento de água para usos pessoais e domésticos.
Comprometimento das condições adequadas necessárias para a permanência nos territórios tradicionais.(1)	Estes danos deverão ser considerados para majoração pelo critério de severidade do dano na segunda fase de aplicação do método bifásico.	Lista de autodeclaração com os nomes das pessoas que integram a comunidade elaborada e fornecida por povo ou comunidade indígena, quilombola e tradicional.
Comprometimento do acesso aos territórios tradicionais.(1)		

(1) Dano específico para as comunidades de remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: FGV (2021i, p. 532).

V Moradia e Infraestrutura

A seção aborda os parâmetros probatórios e os valores identificados para indenização por dano moral individual para o dano socioeconômico "Comprometimento das condições físicas de acesso à moradia adequada", conforme desenvolvido e justificado em estudo anterior (FGV, 2021i). O Quadro 8 demonstra a síntese dos valores identificados como mais adequados, bem como os parâmetros probatórios sugeridos.

Quadro 8 — Síntese dos valores e parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados com os danos em Moradia e infraestrutura

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
Comprometimento das condições físicas de acesso à moradia adequada.	Casos em que o comprometimento das condições físicas não gerou a necessidade de desocupação temporária da moradia: **R$ 15.000,00**	• Qualquer um dos comprovantes de residência já aceitos pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais; • Registros fotográficos e/ou audiovisuais das trincas, fissuras, rachaduras, infiltrações etc.; • Autodeclaração da pessoa atingida; • Declaração de uma testemunha vizinha.
	Casos em que o comprometimento das condições físicas gerou a necessidade de desocupação temporária da moradia: **R$ 20.000,00**	• Qualquer um dos comprovantes de residência já aceitos pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais; • Registros fotográficos e/ou audiovisuais das trincas, fissuras, rachaduras, infiltrações etc.; • Autodeclaração da pessoa atingida; • Para a comprovação do tempo de desocupação: (i) duas declarações de testemunhas (uma vizinha da moradia atingida e outra da temporária); (ii) subsidiariamente, caso a primeira opção não seja aceita, um comprovante de residência para cada ano de afastamento.

Fonte: FGV (2021i, p. 545).

VI Educação

Os danos socioeconômicos identificados na dimensão temática Educação não foram incluídos em meio aos danos indenizáveis individualmente neste trabalho, uma vez que não foi encontrada jurisprudência nos tribunais TJES, TJMG, STJ, TRF1 e TRF2 que

possibilitasse a formação de grupos de casos similares para identificação de parâmetros indenizatórios específicos para esses danos socioeconômicos (FGV, 2021i, p. 554). Contudo, destaca-se que a ausência de identificação de jurisprudência que possibilitasse a comparação analógica com as situações identificadas não significa que esses danos não sejam indenizáveis individualmente, apenas que, nos moldes deste estudo, não é possível fornecer um valor.

VII Práticas culturais, religiosas e de lazer; Rede de relações sociais; e Vida digna, uso do tempo e cotidiano e perspectivas futuras

A seção aborda os parâmetros probatórios e os valores identificados para indenização por dano moral individual para todos os danos socioeconômicos referentes às dimensões temáticas em questão, conforme desenvolvido e justificado em estudo anterior (FGV, 2021i), optando-se pela adoção de um parâmetro indenizatório fundado em julgados exarados no âmbito do próprio caso Rio Doce: a Sentença de Degredo, a Sentença de Mariana, ambas prolatadas pela 12ª Vara Federal, e a Sentença da comarca de Ponte Nova. O Quadro 9 apresenta a síntese dos valores identificados como mais adequados e dos parâmetros probatórios sugeridos:

Quadro 9 — Síntese dos valores e dos parâmetros probatórios mais adequados ao caso, relacionados com os danos às Práticas culturais, religiosas e de lazer; à Rede de relações sociais e à Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
Interrupção ou comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, práticas e referências culturais e religiosas; interrupção ou comprometimento de atividades de lazer; Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco; Aumento de tensões e conflitos nas relações sociais e familiares; Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras; Diminuição da qualidade de vida.	**R$ 15.000,00**	Presunção (*in re ipsa*), bastando comprovar residência no território atingido, nos termos previstos no item "Condição de atingido".

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
Comprometimento do adequado desenvolvimento sociocultural da criança e do adolescente.(1)	Estes danos deverão ser considerados para majoração pelo critério de severidade do dano na segunda fase de aplicação do método bifásico, conforme detalhado no item 5.3.2.	Prova documental (documentos pessoais) que demonstre idade até 18 anos de idade conforme art. 2º da Lei 8.069/90.
Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais.(1)	**R$ 15.000,00**	Lista de autodeclaração contendo os nomes dos integrantes da comunidade elaborada e fornecida pela comunidade em questão.

(1) Dano específico para as comunidades quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: FGV (2021i, p. 573).

Quantos aos danos "Comprometimento do adequado desenvolvimento sociocultural da criança e do adolescente" e "Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais", assim como os danos específicos para as comunidades quilombolas relacionados na dimensão de Relações com o meio ambiente, constituem um agravante aos danos dessa dimensão diante da severidade ainda maior que o conjunto de danos aqui tratado representa para comunidades etnicamente diferenciadas, de modo que sua valoração será melhor detalhada no item 5.3.2.

VIII Reparação e remediação

A seção aborda os parâmetros probatórios e os valores identificados para indenização por dano moral individual para os seguintes danos socioeconômicos da dimensão temática Processo de reparação e remediação: Abuso da garantia de participação efetiva no processo de reparação e remediação; Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no processo de reparação e remediação; Agravamento da vulnerabilidade com o processo de reparação e remediação; Barreiras de acesso ao processo de reparação e remediação; Diminuição da segurança pessoal decorrente do processo de reparação e remediação; Falta de acesso à informação adequada e transparência; Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no processo de reparação e remediação; Perda de tempo útil/produtivo com o processo de reparação e remediação; e Risco de perda das identidades étnicas, conforme desenvolvido e justificado em estudos anteriores (FGV, 2021h, 2021i). Especificamente em relação ao dano "Desrespeito ao autogoverno e às especificidades

das comunidades no processo de reparação e remediação", a proposta não incluiu valores considerando a natureza coletiva deste dano, pelo que enseja o dano moral coletivo e não individual. O Quadro 10 a seguir apresenta a síntese dos valores identificados como mais adequados e dos parâmetros probatórios sugeridos.

Quadro 10 — Síntese dos valores e parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados com os danos no Processo de reparação e remediação

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
• Barreiras de acesso ao processo de reparação e remediação • Falta de acesso à informação adequada e transparência • Abuso da garantia de participação efetiva no processo de reparação e remediação • Perda de tempo útil/produtivo com o processo de reparação e remediação • Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no processo de reparação e remediação	**R$ 10.000,00**	• Reconhece-se como fato notório e judicialmente reconhecido, sendo desnecessária a comprovação individual. Assim, deve ser presumido para as pessoas atingidas. • Inobstante o reconhecimento da presunção, é também corroborado: (i) pelas narrativas de danos coletadas no território; (ii) pelas manifestações na Ouvidoria e canais de relacionamento da Fundação Renova; (iii) pelos documentos e manifestações constantes nos processos e incidentes judiciais referentes ao caso, em especial os que tramitam na 12ª Vara; (iv) pelos dados e estudos produzidos pelos *experts* contratados; (vi) pelos critérios de elegibilidade inadequados ou não condizentes com a realidade do território impostos pela Fundação Renova.
Risco de perda das identidades étnicas(1)	Este dano deverá ser considerado para majoração pelo critério de severidade do dano na segunda fase de aplicação do método bifásico, conforme melhor detalhado no item 5.3.2.	Lista de autodeclaração com os nomes das pessoas que integram a comunidade elaborada e fornecida por povo ou comunidade indígena, quilombola e tradicional.

(1) Dano específico para as comunidades remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: FGV (2021i, p. 553).

IX Autodeterminação

A seção aborda os parâmetros probatórios e os valores identificados para indenização por dano moral individual para o dano socioeconômico "Comprometimento da autodeterminação dos povos indígenas e tradicionais", identificado no território do Sapê do Norte, municípios de Conceição da Barra e São Mateus, e os danos jurídicos relacionados.

Ressalte-se que, por serem povos culturalmente diferenciados que habitam territórios protegidos por lei,[2] será necessário que a valoração seja acordada em conformidade com seus costumes, tradições e modos de vida. A valoração proposta considerou a importância da autodeterminação para a formação da identidade quilombola, tendo sido observados os seguintes critérios para a sua definição: (i) o valor deve ser proporcional às dimensões temáticas já estabelecidas nas matrizes indenizatórias, de modo a não criar uma distorção, mantendo a regra de proporcionalidade que confere estabilidade ao sistema de valoração bifásico; (ii) o dano à autodeterminação não se confunde com as dimensões temáticas previamente desenvolvidas neste Relatório, e nem mesmo com o parâmetro de valor definido para a Matriz Quilombola de Degredo, arbitrada judicialmente, mas se trata de questão específica relacionada às condições de exercício da autonomia política pelos quilombolas. No Quadro 11, é descrita a sistematização desta valoração.

Quadro 11 — Síntese de valor e parâmetro probatório mais adequado ao caso, relacionado com o dano à Autodeterminação

Danos socioeconômicos	Valor que pode ser estabelecido como parâmetro	Parâmetro probatório
Comprometimento da autodeterminação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais	**R$ 10.000,00**	Autodeclaração emitida pela comunidade quilombola por meio de elaboração de lista de reconhecimento social das pessoas que integram a comunidade.

Fonte: Elaboração própria (2022).

São apresentados ainda no capítulo critérios individuais ou territoriais para majoração do dano imaterial, aplicada sobre o montante indenizatório. São considerados grupos

[2] Mais detalhes sobre esse reconhecimento encontra-se descrito no Capítulo 2.2 deste relatório.

que têm direito à majoração: (i) Mulheres e meninas; (ii) Idosos e crianças e adolescentes; (iii) Pessoas com deficiência; (iv) Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; (v) Pessoas LGBTIA+; (vi) Pessoas pretas e pardas; e (vii) Pessoas pobres (FGV, 2021h, p. 247).

Finalmente, ressalta-se que os valores indenizatórios propostos na presente matriz não esgotam os danos socioeconômicos e as medidas reparatórias necessárias para que se alcance a reparação integral, sendo necessário considerar, por exemplo, as medidas de cunho indenizatório coletivo e as medidas não indenizatórias, conforme anteriormente mencionado e exaustivamente abordado pela FGV em diversos estudos (FGV, 2019k, 2020k, 2020l, 2020m, 2021i). Esses estudos apontam, além de uma variedade de medidas não indenizatórias que podem ser aplicadas de modo a reparar os danos em sua integralidade, a necessidade do arbitramento do dano moral coletivo também devido diante ao dano social, cuja destinação deve estar atrelada à finalidade reparatória e compensatória específica dos danos que foram provocados à RECM-ES.

1 INTRODUÇÃO

Este relatório trata da Matriz Indenizatória Territorial referente à Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo (RECM-ES), composta pelos municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, São Mateus e Serra, região atingida pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão que carreou rejeitos da mineração para o leito do Rio Doce, alcançando sua foz no estado do Espírito Santo e distintas áreas adjacentes.

A elaboração deste trabalho respalda-se nas atribuições da Fundação Getulio Vargas (FGV), na qualidade de *expert* do Ministério Público Federal (MPF), para a realização de diagnóstico socioeconômico, notadamente denominados de matrizes, a exemplo de documentos anteriores já entregues ao MPF e demais instituições de justiça.

As Matrizes Territoriais construídas pela FGV consistem no levantamento de dados primários para a identificação de danos, sistematização e análise dessas informações, neste caso nos municípios destacados acima, verificando as implicações jurídicas e as possibilidades reparatórias indenizatórias para os danos encontrados, com a delimitação de parâmetros mínimos e patamares de valores destinados à reparação indenizatória individual. Como subsídio às análises, desenvolve-se a qualificação dos danos imateriais encontrados em campo a partir de metodologia de Valoração Não Monetária (VNM). Os parâmetros e patamares mencionados encontram respaldo nos estudos de matrizes já realizados pela FGV, tendo em vista tratar-se de um conjunto de danos que passo a passo vão se reafirmando nos novos territórios analisados.

Neste contexto, importa ressaltar que o levantamento de dados em campo se deu em condições absolutamente singulares, seja pela ausência das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), até o momento não contratadas, ou mesmo pelos efeitos da pandemia decorrente do Covid-19, inviabilizando trabalho presencial.

Como amplamente debatido na bacia do Rio Doce, a ausência de assessoria técnica às pessoas atingidas ao longo desse período de seis anos, cerceia direitos garantidos em acordos, situação agravada pela suspensão do processo de cadastramento desenvolvido pela Fundação Renova e descontinuidade do Programa de Indenização Mediada (PIM), praticamente suspenso a partir de 2018. Neste contexto tem-se o Sistema Indenizatório Simplificado (Novel), instituído em julho de 2020, pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Belo Horizonte (MG).

Apesar de trazer determinados avanços, como o reconhecimento de algumas categorias profissionais que, até aquele momento, não tinham sido reconhecidas, o Novel possui

lacunas e limitações do ponto de vista da reparação integral, conforme analisado pela FGV na Opinião Técnica a respeito (FGV, 2020a) e abordado na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h).

Conforme também discutido nas Matrizes Indenizatórias Territoriais para o médio Rio Doce (FGV, 2021i; FGV, 2022a) e no alto Rio Doce (FGV, 2021o), tais limitações consistem no tratamento apenas dos danos materiais (lucros cessantes e determinados danos emergentes) e morais relativos à interrupção de atividades econômicas impactadas pelo desastre e perda dos meios de subsistência, deixando invisibilizados outros danos socioeconômicos ligados aos impactos adversos sofridos pelas populações atingidas[3], tais como danos relativos ao acesso e à qualidade da água, aos modos de vida em geral, incluindo-se práticas culturais, religiosas e de lazer, danos relacionados com a perda ou comprometimento das moradias e de infraestrutura, os próprios danos decorrentes do processo reparatório, entre outros.

Além disso, destaca-se que esse modelo indenizatório vem sendo implementado de maneira excludente à medida que enfrenta as mesmas limitações já apontadas pela FGV relativas ao processo de cadastramento (FGV, 2019e, FGV, 2020a, FGV 2021d), particularmente destituído de um prévio processo informativo que contemple toda a bacia do Rio Doce, consoante aos relatos encontrados em campo, fartamente documentados.

O presente relatório está estruturado em seis capítulos, além do Sumário Executivo, sendo: Introdução (Capítulo 1); Caracterização do território e grupos sociais (Capítulo 2); Identificação de danos socioeconômicos (Capítulo 3); Valoração não monetária: qualificação dos danos imateriais sofridos pelas populações atingidas (Capítulo 4); Parâmetros probatórios e de valor elaborados pela Fundação Getulio Vargas para indenização individual de danos materiais e imateriais no territórios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão (Capítulo 5); e Considerações finais (Capítulo 6).

Destaca-se que as especificidades do território que compreende a RECM-ES exigiu à conformação de quatro subunidades de análise, coerente a estudos anteriores da Fundação Getulio Vargas (FGV, 2021d)[4], a saber: (i) Litoral Norte, composto pelos

[3] Para uma compreensão mais detalhada sobre os conceitos referentes a danos materiais (lucros cessantes e danos emergentes), bem como danos morais, o leitor deve se dirigir ao Capítulo 5, que trata sobre os parâmetros de indenização. Observa-se, no entanto, que para os fins do presente relatório, tais termos são utilizados para endereçar, a título indenizatório, os danos socioeconômicos sofridos pela população atingida em razão do desastre, identificados a partir das coletas realizadas e da análise de dados secundários.

[4] Conforme apresentado no estudo FGV (2021d), além de se respaldar em dados secundários, a definição das unidades de análise se deu com base nos elementos já aportados pela

municípios Conceição da Barra e São Mateus; (ii) território quilombola Sapê do Norte, cuja extensão abrange uma significativa porção dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus; (iii) Litoral Sul, localizado ao sul da foz do Rio Doce, conformado pelos municípios de Aracruz, Fundão e Serra; e (iv) Foz do Rio Doce, destacando o município de Linhares, onde se encontra a principal porção do estuário do Rio Doce.

Em relação ao território quilombola Sapê do Norte, frisa-se que analisar os efeitos do rompimento da Barragem de Fundão responde às especificidades dos modos de vida das comunidades ali presentes, possibilitando a identificação de danos e parâmetros reparatórios[5] o mais próximo possível da realidade vivenciada.

Dessa forma, o Capítulo 2 consiste na caracterização de todo o território correspondente à RECM-ES, de modo a detalhar tais unidades de análise nos seus aspectos geográficos, socioeconômicos e culturais, entre outros, consoante às singularidades das diversas territorialidades presentes na região, explicitada anteriormente.

Na sequência, o Capítulo 3 apresenta os resultados do processo de identificação de danos socioeconômicos realizado em oficinas e entrevistas virtuais com diversos grupos de pessoas atingidas. Os registros revelam até 11 dimensões temáticas que são utilizadas para apresentação e análise dos danos identificados e para fins de tratamento jurídico, evidenciando os diferentes direitos violados.

Essa organização de danos em dimensões temáticas expressa como os modos de vida dos diferentes grupos de pessoas atingidas foram afetados pelo desastre, favorecendo a sistematização das narrativas e danos enunciados e o posterior tratamento jurídico e, por conseguinte, a consolidação da matriz de danos do território. Ressalta-se, conforme já pontuado, que o processo de construção de matrizes guarda metodologia de categorização de danos e análises que proporcionam a utilização de parâmetros mínimos e patamares de valores destinados à reparação indenizatória individual.

No Capítulo 4 é desenvolvida a valoração não monetária, metodologia que proporciona qualificar análises sobre danos imateriais, correlacionando-os aos Serviços

Deliberação do CIF nº 58/2016 e pela Nota Técnica Intercâmaras nº 01/2020, aprovada pela Deliberação CIF nº 473/2020.

[5] O Decreto nº 6.040/2007 em seu artigo 3º define Povos e Comunidades Tradicionais: são "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (BRASIL, 2007). Conforme será apresentado no Capítulo 5 deste documento, principalmente para os povos e comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, é oportuno observar que os parâmetros apresentados pretendem oferecer balizas para a definição de valores, cujo processo de mediação deve respeitar o direito de consulta prévia, livre e informada.

Ecossistêmicos Culturais (SEC), comprometidos pelo desastre, notadamente identificados nas dimensões temáticas Relações com meio ambiente; Renda, trabalho e subsistência; Alimentação; Vida digna, uso do tempo e cotidiano e perspectivas de futuro; Rede de relações sociais; Práticas culturais, religiosas e de lazer; Processo de reparação e remediação; e Autodeterminação. São consideradas as consequências do desastre do rompimento da Barragem de Fundão na disponibilidade dos serviços ecossistêmicos para a população atingida, implicando nas suas estratégias e modos de vida que, historicamente, possuem o Rio Doce e as regiões costeiras, estuarinas e marinhas como suporte, interrompendo sua autonomia no uso dos recursos para a subsistência, produção, reprodução social, lazer e cultura.

O Capítulo 5 apresenta parâmetros probatórios e de valores destinados à reparação indenizatória individual, resultados amplamente referenciados em documentos já elaborados pela FGV, em especial a Matriz Indenizatória Geral[6] (FGV, 2021h) e as Matrizes Indenizatórias Territoriais (FGV, 2021i; FGV, 2021o; FGV, 2022a), revelando aplicabilidade ao que foi encontrado no território em análise, conforme já destacado. Ainda partindo da contribuição dos valores de referência para danos específicos sofridos pelas comunidades quilombolas na Matriz do Vale do Aço (FGV, 2022a), somam-se os danos específicos encontrados no território Sapê do Norte, ampliando o olhar sobre as alterações aos modos de vida das comunidades quilombolas.

Os valores e meios de prova estão sistematizados na seção 5.1 do Capítulo 5, que detalha a proposta de comprovação e valoração indenizatória de parte dos danos socioeconômicos da condição de atingido e das seguintes dimensões temáticas: I. Renda, trabalho e subsistência; II. Alimentação; III. Saúde; IV. Relações com o meio ambiente; V. Moradia e infraestrutura; VI. Educação; agrupamento denominado “modos de vida” composto pelas dimensões: VII. Práticas culturais, religiosas e de lazer; VIII. Rede de relações sociais; IX. Vida digna, uso do tempo, cotidiano, e perspectivas futuras; e X. Processo de reparação/remediação. Há ainda a dimensão temática XI. Autodeterminação, relativa aos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, trabalhada neste relatório para o território quilombola Sapê do Norte.

Importa destacar que as narrativas ainda permitem avançar no debate quanto a majoração e ao agravo dos danos do desastre (seção 5.3) para alguns grupos sociais

[6] A Matriz Indenizatória Geral apresenta foco nos danos à renda, trabalho e subsistência e à saúde, aplicado ao conjunto de 45 municípios reconhecidos até o momento como atingidos, abarcando o território em questão. A partir dela foram estimados valores para indenização por danos materiais referentes a: (i) lucros cessantes da renda do trabalho para ocupações selecionadas; (ii) comprometimento da renda real relacionada com subsistência; e (iii) danos emergentes relacionados com atividades laborais de ocupações selecionadas.

que os vivenciam de forma exacerbada. Além do debate sobre danos morais coletivos e danos sociais (seção 5.4), sendo patente a existência de lesão a esfera coletiva das comunidades, configurando também o dever de indenização coletiva, sem prejuízo à indenização individual, tendo em vista que um mesmo dano pode atingir tanto a esfera moral individual quanto a coletiva.

Necessário apontar também que não foi possível trazer valores mínimos, seja a título de dano moral ou material, para determinados danos socioeconômicos, indicados ao longo do relatório, devido às particularidades que impossibilitaram o endereçamento por meio das metodologias empregadas no presente relatório, de forma que tais situações precisam ser endereçadas caso a caso para que possam obter uma reparação adequada.

Embora o foco da presente matriz seja endereçar os danos socioeconômicos que ensejam indenização individual por danos materiais e imateriais às pessoas atingidas do território da RECM, no ES, é patente a existência, entre os danos aqui mencionados, de lesão à esfera coletiva das comunidades, configurando também o dever de indenização coletiva, sem prejuízo à indenização individual, tendo em vista que um mesmo dano pode atingir tanto a esfera moral individual quanto a coletiva.

Esclarece-se, ainda, que estão de antemão excluídos os danos futuros, assim entendidos como aqueles supervenientes, continuados ou ainda não identificados/diagnosticados.

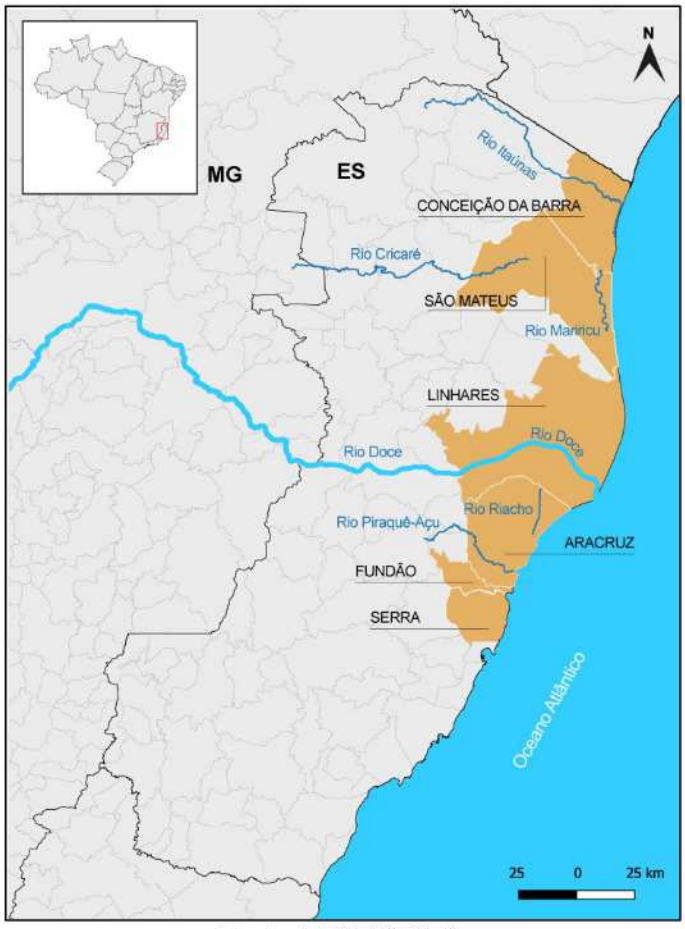
Espera-se que esta matriz possa subsidiar os processos reparatórios em curso, contribuindo para que as indenizações individuais alcancem consenso sobre a base de danos a ser reconhecida e sua operacionalização, somando-se aos esforços dos demais estudos realizados até aqui, de forma cumulativa à medida que se avança no diálogo e construção coletiva em campo e em outras frentes de trabalho constituídas pela FGV.

2 CARACTERIZAÇÃO

O Espírito Santo possui 14% da área de drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Doce que se localiza na porção nordeste do estado (CBH-DOCE, 2021), sendo atingido pelo desastre da barragem de Fundão devido ao carreamento da pluma de rejeito ao longo do leito do rio Doce até a chegada em sua foz e espraiamento no mar.

Para este documento, a unidade de análise compreende a região estuarina, costeira e marítima (RECM) dos municípios capixabas de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz, Fundão e Serra, identificados, até o presente momento, como atingidos pelo desastre (Figura 1). Conforme apresentado no estudo FGV (2021d), a definição dessa unidade de análise se dá com base os elementos já aportados pela Deliberação do CIF nº 58/2016 e pela Nota Técnica Intercâmaras nº 01/2020, aprovada pela Deliberação CIF nº 473/2020, sendo ainda corroborada por dados secundários.

Figura 1 — Mapa de localização dos municípios atingidos na RECM/ES e abordados pelo levantamento de danos



Fonte: FGV (2021d).

Os municípios da área de estudo na RECM compreendem uma extensa área territorial e apresentam diferenças significativas quanto aos dados do perfil socioeconômico referentes à população, PIB e PIB per capita (Tabela 1), destacando-se Serra, que faz parte da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e apresenta números muito superiores de população e PIB aos encontrados nos demais municípios, sendo seguido por Linhares. Ainda com relação ao perfil socioeconômico, merece destaque a posição de Aracruz em relação ao PIB *per capita*, sendo o maior da área de estudo e possivelmente impulsionado pelos empreendimentos de grande porte presentes no município, com destaque para o setor de papel e celulose.

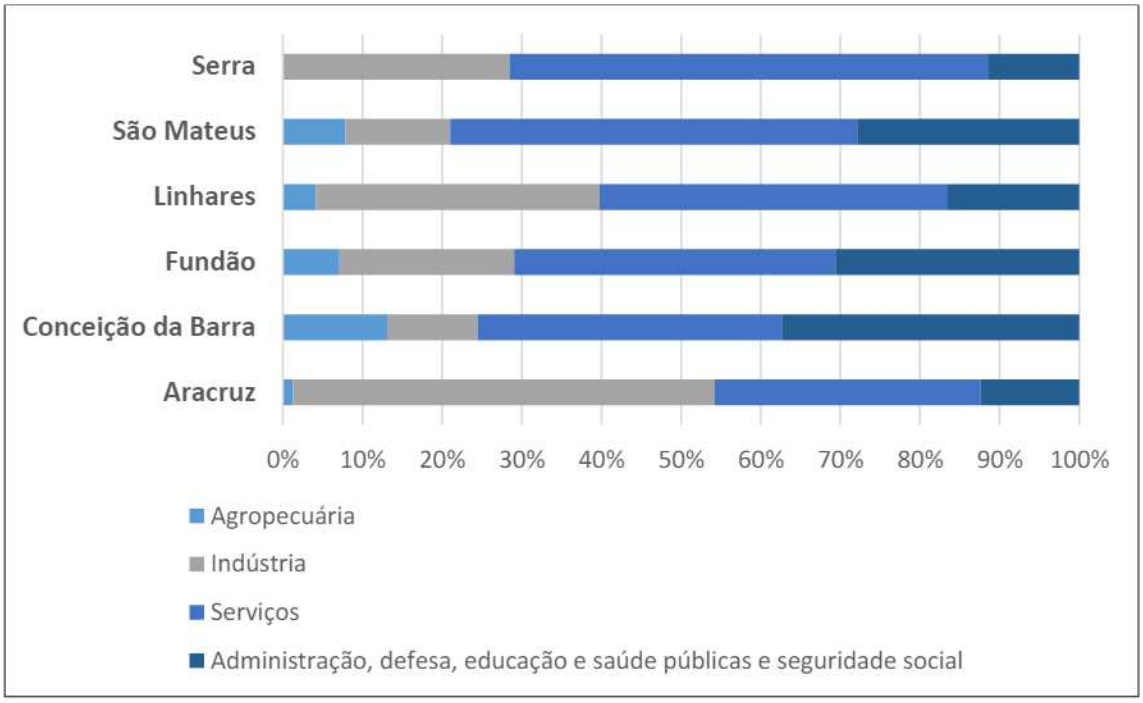
Tabela 1 — Perfil socioeconômico dos municípios atingidos pelo desastre na RECM do Espírito Santo

Munícipio	População estimada 2020	PIB (x1.000) em 2019	PIB *per capita* em 2019
Aracruz	103.101	R$ 5.416.659,02	R$ 53.513,72
Conceição da Barra	31.273	R$ 473.100,37	R$ 15.230,35
Fundão	21.948	R$ 393.009,50	R$ 18.271,86
Linhares	176.688	R$ 6.348.137,79	R$ 36.577,10
São Mateus	132.642	R$ 2.366.312,03	R$ 18.117,25
Serra	527.240	R$ 25.865.233,65	R$ 49.980,16

Fonte: IBGE (2021a).

Detalhando o PIB municipal (Gráfico 1), para visualizar a participação dos setores da economia em sua composição, podemos perceber a grande participação da indústria no município de Aracruz (53%), seguido por Linhares (35,6%), Serra (28,3%) e Fundão (22%). Ainda se destaca o setor de serviços com maior participação na economia de todos os municípios da área de estudo, exceto Aracruz, e uma expressiva participação do setor de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social no município de Conceição da Barra (37,4%).

Gráfico 1 — Participação dos setores da economia no PIB municipal



Fonte: IBGE (2021).

Os dados econômicos contribuem para a compreensão das diferenças de perfil socioeconômico dos municípios da área de estudo, contudo não são suficientes para entender aspectos sociais. Dessa forma, os índices de desenvolvimento social revelam dimensões importantes para análise do território, e a partir destes podem ser encontradas similaridades entre os municípios (Tabela 2). Quanto ao índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), apresentam melhores índices os municípios de Aracruz, Serra e Linhares, sendo o menor desempenho atribuído ao município de Conceição da Barra.

Os municípios de Aracruz e Linhares foram os que apresentaram menores índices de vulnerabilidade social (IVS) e, consequentemente, uma menor vulnerabilidade, tendo Serra apontado o maior IVS, seguido por Conceição da Barra. Já em relação ao coeficiente de desigualdade social (índice GINI), destaca-se o município de São Mateus, com maior desigualdade social, seguido por Conceição da Barra e Linhares.

Tabela 2 — Índices de desenvolvimento social dos municípios atingidos pelo desastre na RECM do Espírito Santo

Município	IDHM[1]		IVS[1]		Índice GINI da renda domiciliar *per capita*[2]	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Aracruz	0,638	0,752	0,340	0,219	0,6020	0,5091
Conceição da Barra	0,570	0,681	0,526	0,337	0,6053	0,5262
Fundão	0,598	0,718	0,362	0,268	0,5441	0,5000
Linhares	0,621	0,724	0,378	0,251	0,6093	0,5243
São Mateus	0,610	0,735	0,416	0,281	0,6149	0,5773
Serra	0,634	0,739	0,461	0,329	0,5369	0,4910

Legenda: **IDHM** (índice de desenvolvimento humano municipal): quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano; **IVS** (índice de vulnerabilidade social): 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação; **índice GINI** (coeficiente de desigualdade social): 0 quando não há desigualdade, e 1 corresponde a desigualdade máxima.

Fonte: (1) Ipea, 2021; (2) Datasus, 2021.

> No estudo da FGV (2021d) a partir de dados secundários sobre a RECM, a vulnerabilidade é um tema aprofundado quanto à compreensão e abordagem, tendo em vista que dialoga diretamente com a capacidade de enfrentamento das situações de adversidade impostas às populações em função do desastre. Muito frequentemente, a vulnerabilidade está associada a práticas de exclusão, de discriminação, de violação de direitos humanos, sociais, econômicos, políticos, ambientais, sendo que todas elas pressupõem uma dimensão de risco e fragilidade. Nesse sentido, a vulnerabilização é o processo contrário ao desenvolvimento humano e estudos sobre desastres ainda atrelam a vulnerabilidade ao contexto social (UNDRR, 2019; PNUD, 2014; SEN, 2010).

Na Tabela 3, o índice de vulnerabilidade social do Espírito Santo (Ives) apresentado aponta que a grande maioria dos municípios está classificada com média vulnerabilidade social, porém quando observamos as quatro dimensões do Ives percebemos que existe uma considerável elevação na classificação para “muito alta” vulnerabilidade social relacionada à dimensão de empregabilidade, alocação de tempo e renda.

Tabela 3 — Índice de vulnerabilidade social e suas dimensões para municípios atingidos pelo desastre na RECM do Espírito Santo

Munícipio	Ives	Dimensões do IVES			
		Educação	Empregabilidade, alocação do tempo e renda	Infraestrutura domiciliar	Composição familiar e mortalidade
Aracruz	0,301	0,183	0,698	0,083	0,241
Conceição da Barra	0,375	0,239	0,778	0,224	0,262
Linhares	0,310	0,199	0,656	0,129	0,256
Fundão	0,329	0,184	0,674	0,209	0,249
São Mateus	0,340	0,208	0,719	0,167	0,266
Serra	0,294	0,186	0,669	0,048	0,272

Legenda: (1) IVES = Índice de vulnerabilidade do Espírito Santo. O Ives varia em uma escala de 0 a 1, onde 0 representa a ausência de vulnerabilidade e 1 a vulnerabilidade máxima que pode ser atingida por uma família. (2) Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demografico (IBGE) 2010.
Fonte: Seddon (2014).

A condição de desigualdade parte de processos históricos de discriminação, opressão e iniquidade relacionadas a condições socioeconômicas, raça, cultura, gênero, localização geográfica, relação com recursos naturais e acesso à justiça, entre outros. Consequentemente, pessoas em situação e condição de vulnerabilidade são aquelas proporcionalmente mais afetadas por desastres, tema aprofundado no estudo FGV (2021d, p. 106).

Nesse sentido, a Tabela 4 apresenta os dados demográficos para os municípios da RECM/ES, destacando-se a composição majoritariamente negra da população, o predomínio da faixa etária de 30 a 59 anos (adultos), vivendo em área urbana e com equilíbrio de gênero na população total.

Tabela 4 — Indicadores demográficos para os municípios da RECM/ES

		Conceição da Barra	São Mateus	Linhares	Aracruz	Fundão	Serra
População	Total de habitantes (Censo 2010)	28.449	109.028	141.306	81.832	17.025	409.267
	População rural	21%	22%	14%	13%	16%	1%
	População urbana	79%	78%	86%	87%	84%	99%
	Mulheres	50%	51%	50%	50%	50%	51%
	Homens	50%	49%	50%	50%	50%	49%

		Conceição da Barra	São Mateus	Linhares	Aracruz	Fundão	Serra
Raça	Branca	23%	28%	36%	35%	38%	31%
	Preta	16%	14%	8%	6%	8%	10%
	Amarela	1%	1%	1%	1%	0%	1%
	Parda	59%	57%	54%	54%	52%	57%
	Indígena	0%	0%	0%	4%	0%	0%
	Preta + parda (negra)	75%	71%	63%	60%	60%	67%
Faixa etária	Até 14 anos	28%	26%	25%	25%	23%	25%
	15 a 29 anos (jovens)	27%	28%	28%	28%	24%	29%
	30 a 59 anos (adultos)	36%	38%	37%	38%	38%	39%
	Mais de 60 anos (idosos)	9%	8%	9%	8%	12%	7%

Fonte: Censo 2010 (IBGE, 2021a).

Uma informação relevante para análise diz respeito ao mercado de trabalho, onde é importante destacar que o tamanho de uma população, sua estrutura etária e a disposição dessa população para participar do mercado de trabalho são fatores que determinam a oferta de mão de obra na economia. Contudo, na comparação dos dados do censo demográfico 2000 e 2010, observa-se que enquanto a população capixaba cresceu 13,48%, a população em idade ativa (PIA) aumentou 23,08%. Essa informação reflete em mudanças no tamanho da população residente, mas principalmente na composição etária dessa população, tendo implicações sobre o mercado de trabalho, principalmente no que tange à oferta de mão de obra (IJSN, 2012, p. 5-6).

Entre as implicações sobre o mercado de trabalho e oferta de mão de obra, como indicado por Seddon (2014) na dimensão do Ives para empregabilidade, alocação do tempo e renda, temos um ambiente de muito alta vulnerabilidade social favorecendo o estímulo da informalidade nas relações de trabalho, em que a forma predominante de remuneração não é o assalariamento (SEDDON, 2014; SCHNEIDER, 2009; COTRIM e MIGUEL, 2008).

Ainda de acordo com IJSN (2012), o Espírito Santo exibiu taxa de informalidade de 33,6% em 2010, percentual inferior à média brasileira (35,2%), mas superior à da região Sudeste (28,4%). E ao analisar os setores de atividade econômica, observa-se que na agropecuária e nos serviços domésticos mais da metade dos ocupados nessas atividades estão na condição de informalidade, sendo que a agropecuária representa o maior contingente de trabalhadores informais, resultando em uma taxa de 68,4%. Em termos de característica dos trabalhadores, a informalidade entre homens e mulheres é

semelhante, sendo de 33,8% e 33,4%, respectivamente. Os trabalhadores com idade entre 16 e 20 anos registram 45,4% de informalidade, e entre os trabalhadores com mais de 60 anos, 53,1% não possuíam carteira assinada ou não contribuíam para a previdência.

Observando os dados sobre a taxa de informalidade nos municípios em análise na RECM/ES chamam atenção os valores registrados para os municípios de São Mateus, Conceição da Barra e Fundão (Tabela 5), estando acima da média nacional (35,2%). Isso pode estar associado ao fato de esses municípios apresentarem maior participação da agropecuária em suas atividades econômicas.

Tabela 5 — Taxa de Informalidade para os municípios da RECM/ES

Município	Taxa de informalidade
Aracruz	26,7%
Linhares	27,1%
Fundão	32,8%
Serra	24,6%
Conceição da Barra	37,1%
São Mateus	37,3%

Legenda: Microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE.
Fonte: IJSN (2012).

Como apontado pela Findes (2020), a partir de estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE, houve um aumento significativo na taxa de informalidade para o Espírito Santo, sendo de 41,5% no primeiro trimestre de 2020. E os setores com maior participação de mão de obra informal foram agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (88,4%); serviços domésticos (74,5%); construção (67,4%) e outros serviços (56,4%).

Dessa forma, usando como base o estudo apresentado pela FGV (2021d) e também os dados do levantamento de campo, podemos indicar que as principais atividades econômicas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão se apresentam entre as de maior taxa de informalidade, sendo um indicador de atenção no enfrentamento das consequências adversas do desastre, seja pelo aumento da vulnerabilidade e até insegurança alimentar, como pela necessidade imposta quanto à comprovação de suas práticas e modos de vida.

Assim, o rompimento da Barragem de Fundão, o espraiamento da pluma de rejeitos de minérios no oceano Atlântico e a insegurança gerada pelo risco de contaminação da

água e, por conseguinte, dos ambientes litorâneos e estuarinos e da fauna e flora desses locais ocasionaram consequências negativas para diversas atividades econômicas desenvolvidas nos municípios que compõe a RECM/ES e, obviamente, às populações que obtinham sua renda, trabalho e outros direitos sociais com essas atividades, identificados especialmente os grupos sociais envolvidos com as cadeias produtivas da pesca, turismo e agropecuária (COMITÊ INTERFEDERATIVO, 2020; FUNDAÇÃO RENOVA e SYNERGIA, 2017; OLIVEIRA et al., 2020; LEONARDO et al., 2017).

A identificação dos grupos que possuem identidade socioeconômica atrelada a essas atividades se mostra determinante para conhecer a organização social local e sua interação em torno dos danos sofridos com a chegada dos rejeitos de minério oriundos do rompimento da Barragem de Fundão. Abaixo apresentamos um contexto geral dessas atividades para o estado e unidade de análise da RECM/ES.

Com aproximados 460 km de extensão litorânea, o Espírito Santo apresenta 14 municípios onde localizam-se 55 comunidades pesqueiras, contando com mais de 3,5 mil embarcações, aproximadamente 16 mil pescadores e cerca de 60 mil famílias que dependem direta ou indiretamente da atividade. A cadeia produtiva da pesca do Espírito Santo ocupa a 10ª posição no *ranking* nacional (por quantidade pescada) e responde por 7% (R$ 180 milhões ao ano) do PIB agropecuário do estado do Espírito Santo (SEAG, 2020). Assim, a pesca artesanal é significativa ao longo de toda extensão do litoral capixaba, sendo notório que a atividade foi altamente comprometida nos seis municípios em análise, uma vez que os ambientes e espécies aquáticas foram atingidos pelos rejeitos carreados junto com as águas do Rio Doce até a foz, em Linhares, e se espraiando pelo mar, gerando medidas de proibição com implicações em local de relevância para a pesca na foz do Rio Doce[7],. Segundo o Institutos Lactec (2021a, p. 359):

> No mar (Compartimento 5), conforme já apresentado no diagnóstico (Brasil (MPF)/LACTEC, 2020b), a extensão aproximada da pluma de rejeitos, em diferentes concentrações, junto a costa, foi de 93 km para norte (até o município de São Mateus – ES) e 325 km para o sul (até o município de Campos dos Goytacazes – RJ), com uma largura (avanço

[7] A área de proibição da pesca foi estabelecida a partir de decisão judicial baseada na ACP nº 0002571-13.2016.4.02.5004/ES, proposta pelo MPF, que começou a valer em 22 de fevereiro de 2016, e compreende isóbata até 20 metros de profundidade. "A força-tarefa que investiga o desastre socioambiental causado pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG), explicou, na ação proposta, que a medida visa preservar a saúde da população que consome os pescados da região e a sobrevivência das espécies já impactadas pelos rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem, ocorrido em novembro de 2015." (www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-obtem-decisao-que-proibe-pesca-na-foz-do-rio-doce-por-conta-da-lama-da-samarco).

> para o mar) variável entre 12 e 23 km. Essa extensão representa o resultado obtido pelas análises após o desastre. Atualmente essa abrangência é maior pela dinâmica natural de dispersão da pluma, porém em concentrações pequenas que não permitem sua delimitação.

A atividade predominante no setor agrícola do Espírito Santo é a agricultura familiar. De acordo com o último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2017, há 108.014 propriedades rurais no Espírito Santo, onde 357.258 pessoas são ocupadas com atividades agrícolas diversas. Do total das propriedades, a estimativa é que 75% sejam de base familiar, o que chega ao número de 80.775 propriedades da agricultura familiar, ocupando apenas 33% do território agrícola. Nessas propriedades, são, aproximadamente, 213.557 pessoas ocupadas na agricultura familiar do Espírito Santo (INCAPER, 2020). Ainda relevantes são as pequenas criações como tema intimamente relacionado à agricultura familiar. A diversidade de produtos oferecida e as funções exercidas pelos pequenos criatórios desempenham um papel fundamental no reforço da racionalidade técnico-econômica da agricultura familiar, que se expressa como uma unidade de produção voltada para o mercado e para o consumo doméstico (ASPTA, 2019). Ainda é uma característica importante, observada no Espírito Santo, a prática de agricultura familiar em comunidades pesqueiras, caracterizando o que Diegues (1993) denomina sociedades de pescadores-lavradores.

O turismo também constitui importante atividade econômica no estado do Espírito Santo, sendo que o principal segmento dessa atividade no estado é o "turismo de sol e de praia"[8]. Estima-se que há atividade turística em 86% das comunidades pesqueiras do litoral capixaba, em diferentes intensidades (CUNHA, 2009). O turismo representa 2,69% de participação no número de ocupações do estado, sendo percentual alto em relação à média nacional dessa atividade. Vale salientar que se observa no setor também número expressivo de trabalhadores informais, como ambulantes, artistas de rua, artesãos e vendedores em geral, que dependem da atividade para garantir ou complementar renda (FUTURA, 2017). Um ponto relevante que aproxima as atividades de turismo e pesca diz respeito à intercessão com a culinária. No Espírito Santo, a tradição pesqueira e a herança da cultura indígena e negra influenciaram

[8] "O turismo de sol e praia é constituído pelas atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor. A recreação, o entretenimento e o descanso estão relacionados ao divertimento, à distração ou ao usufruto e contemplação da paisagem. Para este segmento turístico, considera-se praia a área situada ao longo de um corpo de água, constituída comumente de areia, lama ou diferentes tipos de pedras" (FUTURA, 2017, p. 27).

profundamente a culinária capixaba, tornando-a diversificada, e entre os pratos típicos mais famosos estão a moqueca e torta capixaba (SETUR, 2022).

É fundamental ressaltar que o desastre afetou diversos grupos sociais relacionados, direta ou indiretamente, à pesca, ao turismo e à agricultura, distribuídos espacialmente nos municípios. Isso, pois, as atividades econômicas se dão integradas em cadeia, gerando fluxos de pessoas, mercadorias e capitais que se estendem por todo o território, o que faz com que prejuízos acarretados nas localidades litorâneas se espraiem pelos municípios como um todo. Um exemplo é a relação com as atividades de comércio e serviços que passam a ter menor demanda pelo comprometimento de renda das demais atividades.

De forma geral, no contexto do território em análise, em especial atenção à pesca e à agricultura, são observadas estratégias para lidar com a realidade da manutenção das condições de vida e complementação de renda, sendo a pluriatividade[9] uma importante característica das comunidades atingidas pelo desastre na RECM/ES e se torna condição e solução para contextos de desenvolvimento local. Para além dessas atividades, ainda deve ser considerado que os meios de vida de determinados agrupamentos não se restringem a um ou outro ofício, mas, sim, pela experiência combinada de múltiplas atividades ocupacionais (ESCHER et al., 2014). Essas relações de pluriatividade presentes nos territórios são apresentadas nos itens específicos que tratam as subdivisões da RECM/ES apresentadas a seguir.

Como apresentado no início deste capítulo, a unidade de análise da RECM/ES é composta por seis municípios que possuem características bastante particulares e sugerem uma subdivisão territorial para respeitar os modos de vida das populações atingidas. O estudo da FGV (2021d) abordou uma divisão territorial com as similaridades a partir dos dados secundários disponíveis que consideraram dados demográficos e socioeconômicos. Assim, na etapa de aproximação com as comunidades foram empenhados esforços para identificar, conjuntamente, informações adicionais que permitissem aferir se o agrupamento de municípios também apresenta sentido para os

[9] O conceito foi cunhado no contexto de reflexão sobre realidades rurais onde um mesmo indivíduo exerce ofícios agrícolas e não agrícolas, como estratégia para sobrevivência e para reprodução familiar e enquanto grupo social. (SCHNEIDER, 2003; COTRIM, 2008; FGV, 2020m). Mais recentemente, alguns autores (como COTRIM e MIGUEL, 2008; SACCO DOS ANJOS et al., 2004; CAJADO et al., 2014) trazem este conceito para tratar de comunidades de pesca artesanal, posto que essas utilizam, assim como na agricultura familiar, formas coletivas e conhecimentos transmitidos oralmente, de geração em geração, sobre o ambiente para realização de seus ofícios e têm na reprodução da família e do grupo social centralidade marcante, além de o assalariamento não ser a forma predominante de remuneração.

territórios atingidos. Dessa forma, a divisão territorial adotada para RECM/ES se mostrou pertinente, sendo:

I **Litoral Norte:** municípios de Conceição da Barra e São Mateus, localizados ao norte da foz do Rio Doce;

II **Sapê do Norte:** comunidades quilombolas compreendidas nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus;

III **Litoral Sul:** municípios de Aracruz, Fundão e Serra, localizados ao sul da foz do Rio Doce; e

IV **Foz do Rio Doce:** município de Linhares.

Figura 2 — Mapa da divisão territorial utilizada para RECM/ES



Fonte: Elaboração própria (2022).

A seguir, é apresentada uma caracterização por território com o objetivo de auxiliar a compreensão da realidade territorial da RECM/ES no presente estudo, além de descrever os grupos de atingidos e atingidas abordados.

2.1 Litoral norte

Nesta seção são abordados os municípios capixabas ao norte da foz do Rio Doce atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, denominados aqui como litoral norte da região estuarina, costeira e marítima do Espírito Santo, sendo: São Mateus e Conceição da Barra. Na Figura 2 apresentamos a distribuição das comunidades contatadas pela FGV no território denominado litoral norte, contudo é importante ressaltar que, apesar do esforço empenhado na identificação dessas comunidades, o trabalho não é exaustivo e não delimita o universo de comunidades atingidas nesse território. Ainda é importante destacar que as comunidades quilombolas identificadas nessa região serão tratadas como território do Sapê do Norte (seções 2.1.1).

Esta subdivisão da unidade de análise se deu a partir de estudo com base em dados secundários previamente realizado pela Fundação Getulio Vargas (FGV, 2021d.), no qual são consideradas as características territoriais e modos de vida das comunidades atingidas identificadas. Ressalta-se também que, ao iniciar a etapa de aproximação com as populações atingidas da região, houve consulta a lideranças e comunitários sobre divisão territorial e agrupamentos propostos para o levantamento de danos, com o intuito de entender se estas escolhas faziam sentido para o território. Buscou-se alcançar o maior número e diversidade de comunidades que se identificam como atingidas; contudo, a existência de outras localidades e grupos atingidos ainda não abordados não é descartada.

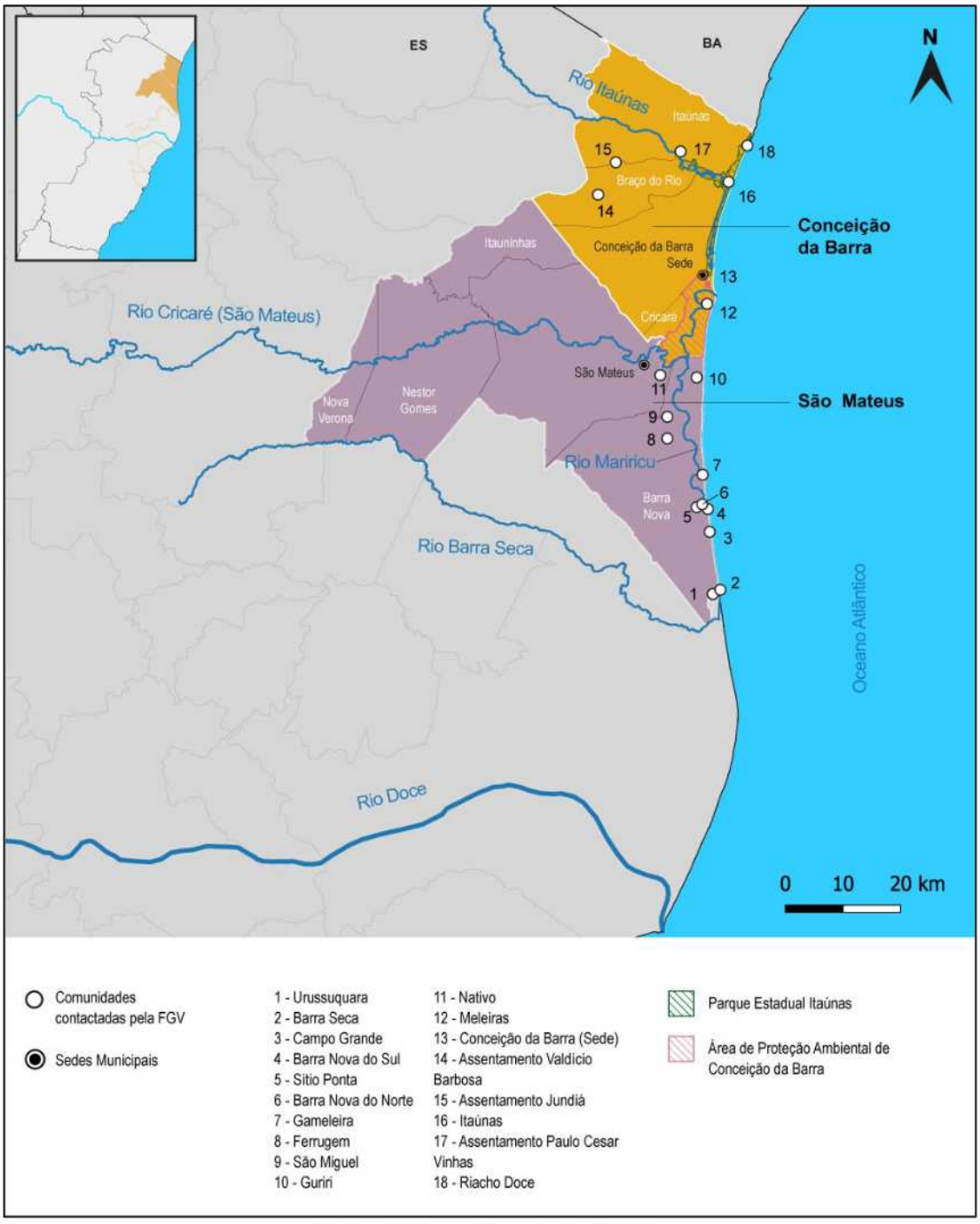
Esses dois municípios, apesar de possuírem suas particularidades, apresentam inúmeras características comuns em relação a histórico de ocupação, aos modos de vida, grupos sociais e ofícios, fato que possibilitou a junção dessa grande área tratada como litoral norte. Dentro deles há um território quilombola denominado Sapê do Norte. Todavia, por se tratar de um território formado por comunidades de remanescentes de quilombos, com legislação e direitos próprios, sua caracterização e resultados do levantamento de danos são apresentadas em seção específica (seção 2.1.1).

O município de São Mateus possui a segunda maior extensão territorial do estado, com 2.346 km² e cerca de 40 km de costa (IBGE, 2021a). Limita-se ao norte com os municípios de Boa Esperança, Pinheiros e Conceição da Barra; ao sul com São Gabriel da Palha, Vila Valério, Linhares e Jaguaré; a leste com o oceano Atlântico e a oeste

com Nova Venécia, sendo composto por cinco distritos: Itauninhas; Nova Verona; Nestor Gomes; São Mateus (sede) e Barra Nova (INCAPER, 2020b). De acordo com dados do último censo realizado pelo IBGE, a população de São Mateus, em 2010, era de 109.028 pessoas, com estimativa populacional de 134.629 para 2021. Destes, 78% se concentram em áreas urbanas, 38% são adultos (30 a 39 anos) e 71% da população se identificam como negros (preto + pardo), conforme Tabela 4.

Já o município de Conceição da Barra ocupa uma área de 1.182,587km² e aproximados 25 Km de litoral, limitando-se com os municípios de Pedro Canário, São Mateus, Pinheiros (ES) e Mucuri (BA), sendo constituído de quatro distritos: Conceição da Barra (sede), Braço do Rio, Cricaré e Itaúnas (IBGE, 2021a; INCAPER, 2020a). Segundo dados do último censo realizado pelo IBGE, a população de Conceição da Barra em 2010 era de 28.449 pessoas, com estimativa populacional de 31.479 para 2021. Destes, 79% se concentram em áreas urbanas, 36% são adultos (30 a 59 anos) e as faixas etárias de 0 a 29 anos representam 55%. Quanto à identificação de cor, 16% se identificam como pretos e 59% como pardos, ou seja, três quartos da população são negros, evidenciando traços da história de colonização e da presença de comunidades remanescentes de quilombos Tabela 4.

Figura 3 — Mapa da área de estudo dos municípios que compõe o litoral norte/RECM/ES



Fonte: Elaboração própria (2022).

São Mateus e Conceição da Barra têm sua área costeira localizada ao norte da foz do Rio Doce, e a chegada da pluma de rejeitos a esses municípios se deu pelo mar, por meio da ação das correntes marítimas e ventos (LACTEC, 2021x) e atingiu também

seus rios, via entrada da pluma pelo estuário,[10] em especial o Mariricu, Cricaré (ou São Mateus)[11] e Itaúnas, alcançando a região mais interior desses municípios. Para além dos rios, muitas comunidades de São Mateus identificam as valas d'água que percorrem centenas de metros para dentro de pastos de fazendas da região[12] como canais pelos quais o rejeito foi carreado para o interior. Vale salientar que os rios e valas são utilizados para abastecimento doméstico, irrigação e dessedentação animal.

Segundo o ICMBio (2017), os resultados do monitoramento por sobrevoos indicam que a pluma de sedimentos proveniente do Rio Doce atingiu toda a costa do Espírito Santo, extremo norte do Rio de Janeiro e extremo sul da Bahia, em proporções e concentrações cumulativas, conforme atestado por outros métodos de monitoramento, tais como satélite, isótopos e biogeoquímico. Ainda foi constatada a presença da pluma de sedimentos oriunda dos rejeitos da Samarco no interior do PARNA dos Abrolhos-BA, RESEX Cassurubá-BA e APA Estadual Ponta da Baleia/Abrolhos, entre outras unidades de conservação.

A Rede Rio Doce Mar (RRDM, 2019. p. 16), aponta que houve "dispersão do rejeito para norte e sul, com presença na APA Costa das Algas, Foz do Rio Doce e Norte do ES, com indícios da presença na estação rasa adjacente a Nova Viçosa, região de Abrolhos", além de "evidências de plumas sedimentares se dispersando para Sul e Norte, obtidas através da modelagem numérica de dispersão de sedimentos e sensoriamento remoto".

O diagnóstico e monitoramento do Institutos Lactec (2021a, b) aponta que a pluma classificada como intensa (alteração das concentrações de sólidos suspensos maiores que 504 mg/l) esteve mais restrita junto à costa e se estendeu por 30 km para norte da foz do Rio Doce, e a pluma mais branda (alterações das concentrações de sólidos suspensos entre 1 a 2 mg/l) se estendeu por 93 km para o norte (até o município de São

[10] Mesmo processo identificado pela comunidade de Degredo e por moradores de Pontal do Ipiranga em relação à contaminação do Rio Ipiranga (HERKENHOFF; PRATES, 2018; BRASIL; PIRES, 2017).

[11] Segundo Ferreira (2011), o nome Cricaré deriva de "*kiri-kerê*", o "dorminhoco", referente à sua sinuosidade em grandes meandros. O rio foi renomeado pela Igreja como Rio São Mateus, porém, até hoje é conhecido por seu antigo nome pela população da região. Desta forma, o presente estudo irá se referir a ele como Rio Cricaré, exceto quando forem citadas fontes oficiais, nos quais ele consta como Rio São Mateus.

[12] Durante o período da ditadura civil-militar, foram criadas medidas governamentais para ocupação das terras ao norte do Rio Doce, com objetivo de incentivar migração e aumento da produção agropecuária na região chamada de Vale da Suruaca (que abrange parte dos municípios de Linhares, Jaguaré e São Mateus). Entre 1965 e 1970, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) realizou obras de drenagem da lagoa do Suruaca e outras visando ampliar a área agricultável e facilitar a dessedentação animal em grandes fazendas de gado. Este fato provocou profundas transformações na paisagem e problemas ambientais de grande gravidade (PORTUGUEZ, 2019).

Mateus/ES). Evidencia ainda danos em 16 áreas protegidas costeiras e marinhas, entre unidades de conservação (UCs) e a Terra Indígena Comboios, e zonas de amortecimento de 19 UCs, desde o norte do Espírito Santo até o norte do Rio de Janeiro, bem como ao banco dos Abrolhos.

Ainda é relevante apontar que a dispersão da pluma de rejeitos não é o único promotor de danos para um território. As interferências e perturbações ambientais na fauna, flora e, consequentemente, nos serviços ecossistêmicos são danos apontados pelos estudos do Institutos Lactec (2021a, b). Associadas a esses danos ainda existem as incertezas e inseguranças geradas quanto ao risco de contaminação ambiental decorrente do rompimento da Barragem de Fundão, as quais causam danos concretos a essas populações, como por exemplo os danos às cadeias econômicas, alterações negativas nas relações sociais e agravamento da vulnerabilidade social (CRISTIANO, 2020; FGV, 2021d).

Para caracterizar o litoral norte da RECM ainda é importante trazer algumas características ambientais do território. O município de São Mateus está inserido em três bacias hidrográficas: bacia do Rio Doce, região do Vale do Suruaca (748,8 km²); bacia do Rio Itaúnas, que compreende uma pequena área do distrito de Itauninhas (15, 6 km²); e bacia do Rio São Mateus, inicialmente conhecido por Rio Cricaré, sendo a mais extensa, com 1.439,6 km² da área do município. Essa paisagem hidrográfica é composta pelos rios São Mateus, Barra Seca, Itauninhas, Preto do Sul, Preto do Norte, Abissínia, Santana e Mariricu e principais córregos: Bamburral, Grande, Areia, São Domingos, Bica, Cerejeira, Pedra D'Água (INCAPER, 2020b). Já Conceição da Barra é servida por duas bacias hidrográficas, sendo elas: bacia hidrográfica do Rio Itaúnas e a bacia hidrográfica do Rio São Mateus. Seus principais rios são: São Mateus ou Cricaré; Itaúnas e São Domingos.

Ainda para litoral norte da RECM destacamos as unidades de conservação (UCs) costeiras e marinhas (IEMA, 2022; SYNERGIA; FUNDAÇÃO RENOVA, 2019), sendo:

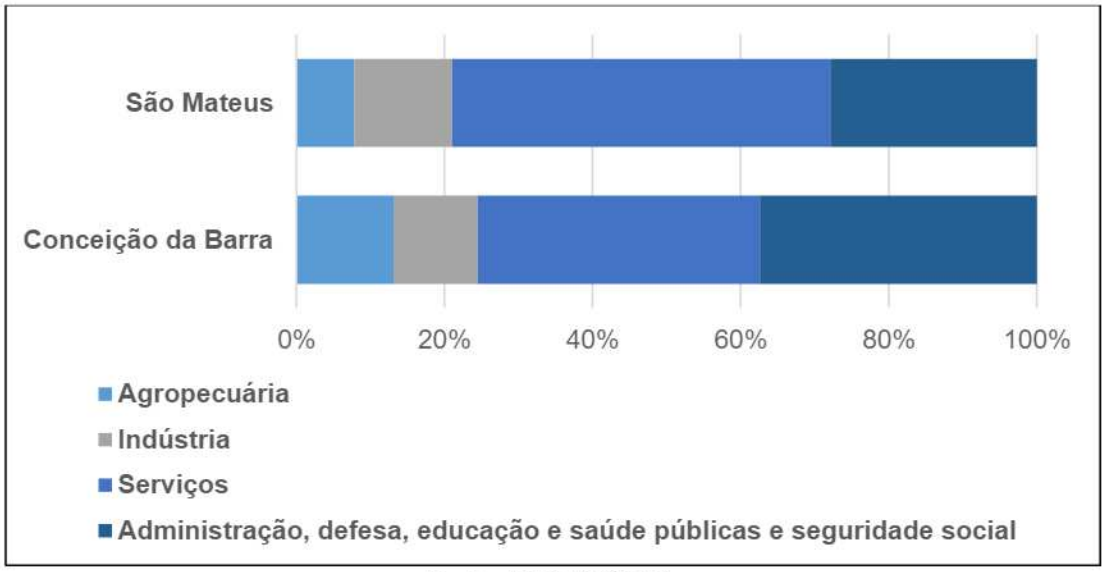
I. Área de Proteção Ambiental (APA) de Conceição da Barra (Decreto nº 1.876-R/2007), com 7.728,00 ha, situada no município de Conceição da Barra, com limites geográficos previstos no art. 3º desse decreto, abrangendo o manguezal da foz do rio São Mateus (Cricaré) e a praia de Meleiras, incluindo as comunidades rurais de Barreiras, Meleiras, Mariricu, Quadrado e Moendas, integradas no ecossistema regional, onde se encontram espécies ameaçadas de extinção, representativas da vegetação de restinga. É uma UC categorizada com de uso sustentável e tem por principais objetivos: promover o desenvolvimento econômico regional com proteção à natureza, manejo adequado de

recursos naturais e disciplinamento do uso e ocupação do solo; assegurar a perenidade e qualidade dos recursos hídricos; proteger as espécies raras, vulneráveis e/ou ameaçadas de extinção; e desenvolver o turismo regional integrado às condições naturais dos ecossistemas, das paisagens e belezas cênicas;

II. Parque Estadual de Itaúnas – PEI (Decreto nº 4.967-E/1991), com área aproximada de 3.150 ha, situado no município de Conceição da Barra/ES. É uma UC categorizada como de proteção integral e tem por finalidade resguardar atributos excepcionais da natureza na região, a proteção integral da flora, da fauna, do solo, dos rios, das áreas de alagados e alagáveis, das dunas e dos demais recursos naturais, bem como a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos como o desenvolvimento do Projeto Tartaruga Marinha.

Conforme apresentado no Gráfico 2 no litoral norte os setores econômicos de serviços e administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social somados são responsáveis por cerca de 80% do produto interno bruto (PIB) municipal. De forma geral, a atividade agropecuária nos municípios do litoral norte apresenta modesta participação no PIB municipal, porém isso não diminui sua relevância social e importância na produção de alimentos. A atividade agropecuária tem maior participação no PIB do município de Conceição da Barra (13,1%).

Gráfico 2 — Participação dos setores da economia no PIB municipal para os municípios do litoral norte/RECM/ES



Fonte: IBGE (2021b).

No Quadro 1 podemos ter um panorama das principais atividades econômicas desenvolvidas nos municípios do litoral norte. É importante considerar que as características ambientais também influenciam as atividades econômicas, havendo maior contingente voltado à pesca e ao turismo na faixa litorânea, e à pesca e agropecuária na porção mais interior. Apesar de apresentar participação modesta no PIB municipal, a indústria tem relevância no contexto local e protagoniza conflitos e disputas territoriais com as populações locais, principalmente os setores da celulose e petróleo.

Quadro 1 — Principais atividades econômicas para os municípios do litoral norte, RECM/ES

São Mateus/ES[1]	
Extrativismo	Pesca.
Agricultura	Abóbora, banana, borracha, cacau, café conilon, café arábica, cana, coco anão, feijão, goiaba, limão, mamão, mandioca, maracujá, seriguela, milho, noz macadâmia, palmito, pimenta do reino, pimenta rosa.
Pecuária	Bovino, equino, suíno, caprino, ovino, aves, abelhas.
Aquicultura	Tilápia e outros peixes (robalo e pirarucu).
Indústria	Petróleo e gás natural, agroindústria, eucalipto, instalação de plantas industriais tais como o Terminal Norte Capixaba e as fábricas de automóveis da Volare e da Agrale.
Comércio e serviços	Turismo, agroturismo, artesanato.
Conceição da Barra/ES[2]	
Extrativismo	Pesca.
Agricultura	Agronegócio da cana-de-açúcar e do eucalipto. Café conilon, pimenta-do-reino, pimenta-rosa, mandioca e seus subprodutos (farinha, beiju, tapioca), abóbora, feijão, milho, urucum, coco-anão, maracujá, mamão, abacaxi, graviola, acerola, mangaba, caju e banana.
Pecuária	Bovino (pecuária leiteira), suíno, caprino, ovino, aves, abelhas
Aquicultura	Tilápia.
Indústria	Aracruz Celulose, Infinity Bionery, Alcon, Aguardente Itauninhas, Donati Agrícola.
Comércio e serviços	Turismo.

Fonte: (1) Incaper, 2020b; (2) Incaper, 2020a.

A presença de grandes empreendimentos no litoral norte da RECM/ES é marcante, e especialmente desde a segunda metade do século XX, diferentes usos do território coexistem e entram em conflito. O desastre do rompimento da Barragem de Fundão se insere em contexto de conflitos preexistentes e, assim, aprofunda vulnerabilidades,

provoca alterações nos modos de vida e nas relações sociais, além de acarretar novos danos em diversas dimensões da vida dessas populações.

Em São Mateus, destaca-se a indústria do petróleo, com a Petrobras, que atua no município desde a década de 1960. No início dos anos 2000, ocorreu a construção do Terminal Norte Capixaba, em Barra Nova, que culminou em quatro vazamentos de óleo até 2013 e diversas lutas, processo que acabou por estimular uma forte organização popular das comunidades do litoral do município.

Já em Conceição da Barra, alguns dos maiores conflitos de dão pelo uso e ocupação da terra. As principais atividades agrícolas são o eucalipto (para produção de celulose) e a cana-de-açúcar, que ocupam, respectivamente, 37,4% e 10,1% do território, ou seja, juntas essas plantações ocupam 47,5% da área do município (INCAPER, 2020a). A monocultura do eucalipto chegou à região na década de 1960, através da empresa Aracruz Celulose S.A., atual Suzano, sob incentivo do governo militar, e desde então causou diversos conflitos fundiários e levou muitas comunidades a viverem imprensadas pelas plantações (FERREIRA, 2019).

Ao olhar para as atividades econômicas realizadas pela população atingida nesses municípios, temos a pesca, a agropecuária e os serviços, comércio e turismo como principais setores comprometidos pelo rompimento da Barragem de Fundão.

São Mateus é um município turístico, que além de receber em suas praias visitantes do Espírito Santo e de outros estados, possui importantes pontos históricos oriundos do período colonial que aquecem o turismo ao longo do ano. Complementar ao movimento turístico de comércios e pousadas, o município se destaca no artesanato por confeccionar cestarias, cerâmicas e, mais recentemente, o artesanato com fibras de taboa e bananeira. Quanto ao turismo rural, o município pertence ao circuito “Encantos do Cricaré” juntamente com os municípios de Jaguaré, Nova Venécia e Vila Pavão, que tem por objetivo fomentar e fortalecer o segmento agropecuário, aumentando a renda e a qualidade de vida no meio rural (INCAPER, 2020b).

Outro setor de destaque em São Mateus é a pesca artesanal, que comporta cerca de 800 famílias em 18 comunidades pescadoras artesanais, sendo a atividade praticada por homens (61,5%) e mulheres (38,5%) (MARTINS, 2015). A pesca marítima é realizada principalmente em Guriri, Barra Nova Norte e Sul e Urussuquara. A pesca continental nos rios Cricaré e Mariricu foi identificada em todas as comunidades pesqueiras. Também existem pescadores dedicados à cata de caranguejos, que estão presentes nas grandes áreas de manguezais.

A pesca é realizada tanto para subsistência quanto para o comércio. Seus produtos são comercializados entre membros da comunidade, envolvendo sistemas de troca e reciprocidade entre as famílias, para atravessadores de fora, nas feiras e até mesmo para os turistas nas estradas da localidade (SYNERGIA, 2017, p. 112). Segundo estudo realizado pela Ramboll (2019), oito dessas comunidades – Campo Grande, Nativo, Ferrugem, São Miguel, Gameleira, Barra Nova Norte, Barra Nova Sul e Sítio Ponta – se autoidentificam como comunidades tradicionais,[13] o que reforça a necessidade de entendimento dos profundos vínculos entre as atividades produtivas e as formas de apropriação dos ambientes naturais, expressas nas dimensões material e imaterial de produção e reprodução dos modos de vida.

As embarcações típicas nessas comunidades são pequenas canoas, e as principais artes de pesca citadas em levantamento participativo (SYNERGIA, 2017) foram: rede de espera, tarrafa, linha de mão (para peixes) e armadilhas para camarão, como o jequi (ou jequiá). O caranguejo e o siri também são capturados principalmente por meio de armadilhas. Em Nativo, ainda foram citados outros petrechos (samburá e choque), que seriam heranças da cultura Aimoré, feitos de taboa e cipó (vegetação local). Ainda, é destacado que, em Campo Grande, a cata do caranguejo ocorre a partir de divisão interna de espaços explorados no mangue por cada conjunto de famílias.

Destaca-se que a cata do caranguejo, assim como de ostras e moluscos, é atividade presente em manguezais[14] em todo o mundo, e em geral representa porcentagem significativa da renda local onde ocorre. É realizada especialmente em comunidades vulnerabilizadas, e no Brasil, feita de modo bastante artesanal. Alguns conhecimentos sobre a dinâmica do mangue são fundamentais para a realização da atividade, tal como

[13] "Em São Mateus, há comunidades que se reconhecem como tradicionais (a autoatribuição é tida pela OIT 169, a qual o Brasil assina, como necessária para o reconhecimento da comunidade como tradicional) e estão buscando, com a ajuda de pesquisadores universitários, o reconhecimento oficial. São elas: Barra Nova Sul, Barra Nova Norte, Gameleira, Nativo, Sítio Ponta, Ferrugem, São Miguel e Campo Grande. São povos dos manguezais, pescadores artesanais, marisqueiros e catadores de siri que guardam o saber da cultura caiçara. Além dessas, há outras dezenas de comunidades que não estão passando por esse processo de reconhecimento, mas que são mantenedoras de saberes ancestrais" (RAMBOLL, 2019, p. 35).

[14] "O manguezal é um ecossistema marinho de transição entre os ambientes terrestre e marinho, sendo característico de regiões tropicais e subtropicais sujeitas ao regime das marés (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995). No Brasil, sua extensão representa a segunda maior área de manguezal do planeta, abrigando 7% dos manguezais do mundo e 50% dos da América Latina (FAO, 2007; SPALDING et al., 2010). Os manguezais fornecem meios de subsistência, apoiando a pesca artesanal, provendo materiais e alimentos, conservando a biodiversidade, servindo de proteção costeira contra eventos extremos, controlando a erosão do solo, purificando a água, sequestrando o carbono atmosférico, servindo como depurador natural de poluentes, promovendo a manutenção de estoques pesqueiros e contribuindo para a pesquisa e educação (Walters et al., 2008; Barbier et al, 2011; Santos et al., 2016; Souza et al., 2018)" (NOVAES, 2019, p. 15-16).

a influência da maré, uma vez que os caranguejos são mais facilmente capturados na maré baixa (NOVAES, 2017).

Para as comunidades de Barra Nova Sul e Barra Nova Norte há particularidade de frota de embarcações um pouco maiores (que não ultrapassam 10 a 12 m de comprimento), voltadas à pesca marítima (SYNERGIA, 2017), assim como em Guriri e em Pedra D'Água. Os petrechos mais utilizados nessas comunidades são a rede de espera, o arrasto, a linha, o espinhel, a tarrafa e redes de caída. Seu foco principal é a pesca de camarões, seguida por peixes de água doce e de água salgada (BELLUMAT; BONOMO; FREITAS, 2019).

Essa variedade de petrechos nos diferentes tipos de pesca reflete característica da pesca artesanal no Brasil, estratégica para aumentar a rentabilidade da pescaria ao contornar restrições impostas pelo meio ambiente e proporcionar maior variedade de espécies capturadas (OLIVEIRA et al., 2020).

Também a prática de agricultura familiar em comunidades pesqueiras é comum, caracterizando o que Diegues (1983) denomina sociedades de pescadores-lavradores. A atividade agrícola praticada no município contempla características familiares e tradicionais, com estrutura fundiária que retrata o predomínio das pequenas propriedades (INCAPER, 2020b). Nas comunidades litorâneas de São Mateus, há forte presença de hortas de "quintais" em base familiar, com culturas como banana, milho, mandioca, feijão, batata-doce, além de pequenas criações de gado, porco, galinha, pato, ganso e ainda de abelhas. Destaca-se que parte dos plantios era feita nas várzeas dos rios, áreas conhecidas por sua fertilidade. A dessedentação dos animais também dependia dessas águas (SYNERGIA, 2017).

Pelo acima exposto, observa-se que a pluriatividade está presente nesses territórios, com distintas estratégias de reprodução da vida se combinando na relação com o meio ambiente e diferentes recursos que ele oferece.

No município de Conceição da Barra a produtividade natural dos estuários nas áreas de mangues, existentes na foz dos rios Cricaré e Itaúnas, torna viável o desenvolvimento de várias espécies aquáticas, constituindo-se em verdadeiros criatórios naturais de peixes, moluscos e crustáceos. Assim, denota-se um grande potencial para o desenvolvimento das atividades pesqueiras, desde embarcações com maior capacidade de captura, até catadores que atuam em estuários e rios e dependem dos recursos naturais para continuarem reproduzindo seus meios de vida e abastecendo o mercado local (FERNANDES, 2007).

O turismo em Conceição da Barra envolve aspectos econômicos, sociais, naturais e culturais, compondo um conjunto de serviços e equipamentos interdependentes, os quais são oferecidos e proporcionam conhecimento e envolvimento entre as pessoas que viajam e a localidade visitada. Tais características identificam o turismo local como de base comunitária.[15] A diversidade étnica caracterizada por grupos quilombolas, assentados de reforma agrária, pescadores, marisqueiras e agricultores familiares, aliada à existência de belezas naturais com áreas de mata atlântica, restingas, manguezais, dunas, rios e córregos, e à riqueza histórica e cultural, permitem a organização de diversos roteiros turísticos, com destaque para a região da Vila de Itaúnas e as comunidades de Meleiras e Barreiras (INCAPER, 2011a).

Em Conceição da Barra, ainda se evidencia a forte presença da agricultura familiar, que vem se desenvolvendo de forma significativa nos últimos anos. O município possuí mais de 800 agricultores familiares, entre pequenos proprietários, parceiros, assentados de reforma agrária etc., que desenvolvem uma variedade de atividades agrícolas. Destaca-se a produção de café, pimenta-do-reino, coco, mandioca, abóbora, feijão, milho, mel, a fruticultura (especialmente mamão, maracujá e banana), além da presença de iniciativas de produção agroecológica e orgânica, e de agroindústrias familiares de compotas, conservas, derivados de leite etc. (INCAPER, 2020a).

Destacam-se aqui os distritos litorâneos do município: Sede, Itaúnas e Cricaré. Conceição da Barra/Sede localiza-se na foz do Rio Cricaré e entorno, e abarca, além da sede do município, diversas comunidades quilombolas que fazem parte do território do Sapê do Norte (Linharinho, São Domingos, Coxi, Roda D'Água e Morro da Onça) (INCAPER, 2020a).

Itaúnas, localizado no extremo norte do Espírito Santo, foi criado pelo decreto provincial nº 4, de 04/07/1861, e possui em torno de 1.000 habitantes. A população é em grande parte caiçara e quilombola, acrescida de pessoas que foram fazer turismo e decidiram viver na localidade. Além da vila que dá nome ao distrito, abarca as seguintes comunidades: Comunidade Quilombola Angelim I, Porto dos Tocos, Viração, Riacho Doce, Córrego da Areia, Cedro (Assentamento PA Paulo César Vinha), Morro dos Parentes, Córrego Grande e Água Preta (Assentamento PA Valdício Barbosa) (INCAPER, 2020a). Também no distrito se encontra o Parque Estadual de Itaúnas (PEI)

[15] Turismo de base comunitária (TBC), ou turismo comunitário, consiste em um modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura) endógenos de determinada localidade, carregando em sua essência o protagonismo das comunidades receptoras na gestão e oferta de bens e serviços turísticos (FABRINO et al., 2016).

que, em 1992, a Unesco reconheceu como Patrimônio Natural da Humanidade (INCAPER, 2020a).

Segundo Costa e Tuma (2021), o distrito possui como maior atrativo turístico suas dunas, formadas ao longo dos anos com o carreamento das areias pelos fortes ventos da região e que, aos poucos, soterraram a antiga Vila de Itaúnas. Uma nova vila foi construída na outra margem do rio, entre as décadas de 1960 e 1970, e a religiosidade existente ficou ainda mais forte. Além dos atrativos naturais, a vila possui uma cultura arraigada e baseada nos costumes religiosos passados de geração a geração. Como em todo o Brasil, a mistura de credos e referências culturais tornou suas manifestações religiosas culturalmente ricas e peculiares. Nesse distrito em especial, ritos africanos misturam-se a louvores católicos e delineiam singulares celebrações. A Vila de Itaúnas também é conhecida pelo "turismo jovem", baseado no forró, especialmente pela realização de dois festivais conhecidos nacionalmente: o Festival Nacional de Forró e o Circuito de Forró (CUNHA, 2009). Assim, os "nativos" (como se autodenominam os moradores locais) passaram a conviver, especialmente no verão, com grande aumento de população, voltando suas atividades para o aluguel de casas e para pequenos comércios (bares, restaurantes, mercadinhos), enquanto no restante do ano a pesca volta a ser a principal atividade desenvolvida (MARTINS; MOLINA, 2008).

Cricaré é distrito criado pelo poder municipal de Conceição da Barra em 2011, sendo integrado pelas comunidades ribeirinhas de ambas as margens do rio Cricaré, pela Lei no 2.586, de 5 de agosto. É a sede distrital das seguintes comunidades: Comunidade Quilombola Porto Grande, Comunidade Quilombola Córrego do Alexandre, Quadrado, Morcego, Laje, Lajinha, Barreiras, Meleiras e Pontal do Sul (INCAPER, 2020a).

Em relação à atividade pesqueira, Fernandes (2008) aponta que o estuário do Rio Cricaré é de grande importância para as comunidades que vivem da pesca artesanal e utilizam para este fim técnicas e conhecimentos tradicionais, o que lhes confere relativa autonomia no modo de produção econômica. São donos de sua força de trabalho, do conhecimento técnico e ambiental, bem como dos meios de produção necessários para se apropriarem dos recursos pesqueiros.

Somente na Colônia de Pescadores Comandante Ferreira da Silva Z-01, com sede em Conceição da Barra, há aproximadamente 2.500 pescadores artesanais associados, sendo cadastrados 800 barcos ligados à pesca marinha e 200 botes ligados à pesca estuarina do Rio Cricaré (ARAUJO, 2020).

A sede de Conceição da Barra abriga muitos pescadores, predominando a pesca marítima, com captura de camarão e diversas espécies de pescado ao longo do ano.

Os principais petrechos utilizados são a rede de espera de fundo, caída e boieira, linha individual com anzol e balão (também conhecida como rede arrasto). A localidade foi classificada pelo Boletim da Pesca do Espírito Santo como de "alto volume de desembarque", com cadeia produtiva estruturada na pré e na pós-pesca. Os principais pontos de pesca antes do desastre eram a costa próxima à foz do Rio Doce (em área atualmente proibida) e em Caravelas (Bahia) (OLIVEIRA et al., 2020). Tal realidade se aproxima ao contexto encontrado nas comunidades de Barra Nova Sul e Barra Nova Norte, no município de São Mateus (conforme tratado anteriormente) e guarda semelhanças com a atividade pesqueira descrita nos municípios do litoral sul da RECM e da Praia do Suá (Vitória).[16]

Como exposto, os municípios de São Mateus e Conceição da Barra têm na pesca atividade econômica relevante, com presença de dezenas de comunidades tradicionais de pescadores artesanais, com fortes raízes nas culturas africana e indígena, além de comunidades quilombolas e forte presença da agricultura familiar. Os ofícios realizados nessas comunidades – agricultura, pesca, artesanato – são um esforço coletivo e intergeracional, imbricados nas dinâmicas familiares e comunitárias. Essas atividades necessitam de saberes e tempo de experiência, visando ao domínio e manejo para o desenvolvimento das práticas.

Ainda existe uma convergência desses ofícios com a atividade de turismo, seja no turismo de base comunitária, agroturismo ou turismo convencional. As características de comunidades tradicionais e propriedades rurais familiares, associadas à oferta de vivência da cultura local, têm despontado como atrativo dessa região aos turistas do estado e do Brasil. As manifestações culturais também se destacam enquanto atrativos desses municípios. O congo capixaba, presente em todos os municípios da RECM, patrimônio imaterial do estado do Espírito Santo, é gênero musical de origem africana, nascido nos engenhos coloniais pelas mãos dos negros e negras escravizados. Assim também é o jongo, manifestação cultural e/ou simbólica revisitada, recriada e revalorizada pelas comunidades quilombolas do Sapê do Norte para afirmar sua identidade, demarcada pelo jongo como patrimônio cultural (RODRIGUES, 2016).

Para o litoral Norte, de maneira geral, pode-se afirmar uma forte presença de modos de vida tradicionais nos quais as atividades desenvolvidas pela população se relacionam profundamente com o meio ambiente em que vivem. A agricultura, a pesca artesanal e o turismo são a base de sustentação das atividades no território. Isto posto, a necessidade de compreensão das alterações impostas pelo desastre aos modos de vida

[16] Conforme estudo realizado pela FGV (2020k).

da população que se relaciona com essas atividades foi fundamental, diante da multidimensionalidade dos danos sofridos.

Dessa forma, os grupos abordados para as oficinas de levantamento de danos no litoral norte da RECM estão ligados às atividades produtivas que se relacionam com seu modo de vida tradicional – pesca, agropecuária e turismo, comércio e serviços. Isso reforça a necessidade de que a pluriatividade seja considerada para o entendimento do trabalho e renda dessas populações, e consequentemente para a forma como foram atingidas enquanto pertencentes a um ou mais grupos socioeconômicos.

As narrativas registradas nas oficinas conduzidas entre população local e FGV desdobram os danos socioeconômicos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, sendo os mesmos organizados por dimensão temática e apresentados no capítulo 3, seção 3.2.1.

2.1.1 Sapê do Norte

Este capítulo pretende caracterizar de forma sucinta o Sapê do Norte, de maneira que traga elementos que contribuam para a análise dos danos sofridos pelos habitantes dessa área atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão.

O Sapê do Norte é um território recoberto por grandes extensões de plantas nativas, como capoeiras, sapezais e entrecortada por córregos, rios e lagoas, atributos naturais que propiciaram a ocupação desses povoados (FERREIRA, 2009).

A denominação do território se origina a partir da vegetação pioneira do local. O sapê, ou capim-sapê é a vegetação que cresce após a derrubada e queima de áreas de mata na floresta para a abertura de clareiras destinadas ao cultivo da mandioca, e desponta tanto após a colheita como também caso o plantio não prospere (FERREIRA, 2009).

O território é habitado atualmente por descendentes de negros escravizados no período colonial, que se instalaram na beira de rios e córregos. A população reproduz modos de vida fundamentados nas relações ambientais, no compartilhamento e envolvimento entre natureza, trabalho e laços de parentesco e familiaridade, herdados pelos seus antepassados (FERREIRA, 2009. p. 22).

Ao longo das etapas de aproximação e identificação da população em seus ofícios, evidenciou-se que entre as principais atividades tradicionais praticadas pela população, destacam-se a pesca, a agricultura e criação de animais, o artesanato, a organização dos festejos e manifestações culturais, as trocas e comercialização de produtos em feiras locais e o cultivo e uso de plantas medicinais. Todas essas atividades guardam

direta relação com a tradicionalidade da comunidade, do modo como foram e são transmitidas de maneira intergeracional.

Por se tratar de territórios quilombolas com modo de vida e trabalho de base familiar e comunitária, as atividades desenvolvidas pelos moradores do Sapê do Norte são múltiplas e estreitamente ligadas ao meio ambiente e aos diversos recursos que ele oferece. Ou seja, é comum que uma mesma pessoa exerça mais de um ofício. As atividades de subsistência, como também as atividades para a obtenção de renda, são providas de forma diversificada, onde o mesmo sujeito é agricultor, pescador, comerciante, artesão, entre outros. Tal composição é reconhecida conceitualmente como pluriatividade (SCHNEIDER, 2003).

Como será abordado no decorrer desta seção, em meados da década de 1960, novos atores emergiram no território e estabeleceram um cenário de conflito com as populações residentes do Sapê do Norte. A chegada do monocultivo de eucalipto e da cana-de-açúcar trouxe enormes prejuízos que alteraram de forma decisiva a organização do território e o modo de vida tradicional. De acordo com o que apontam os autores consultados (FERREIRA, 2009; SILVA, 2008; CALAZANS, 2010) e a própria população quilombola, o território, a partir de então, enfrenta um contínuo e violento processo de expropriação das terras que culminou numa significativa redução do território tradicional, além de ocasionar uma severa degradação do meio ambiente, base fundamental para a reprodução dos modos de vida da população tradicional.

O trecho exposto permite compreender de uma maneira prévia como os danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão se sobrepõem a outros danos preexistentes sofridos pelo território, fato que resulta tanto em um aumento das situações de vulnerabilidade social como também interfere diretamente nas relações sociais e práticas culturais desses povos tradicionais.

As singularidades contidas nos territórios quilombolas, sugerem que o estudo seja realizado através de abordagem específica, que acolha, respeite e valorize as especificidades étnicas culturais.

Este capítulo de caracterização do território compreende: (I) Histórico de ocupação e território; (II) Conflitos e violação de direitos; (III) Situação fundiária e reconhecimento.

- **Sapê do Norte: histórico de ocupação e o território**

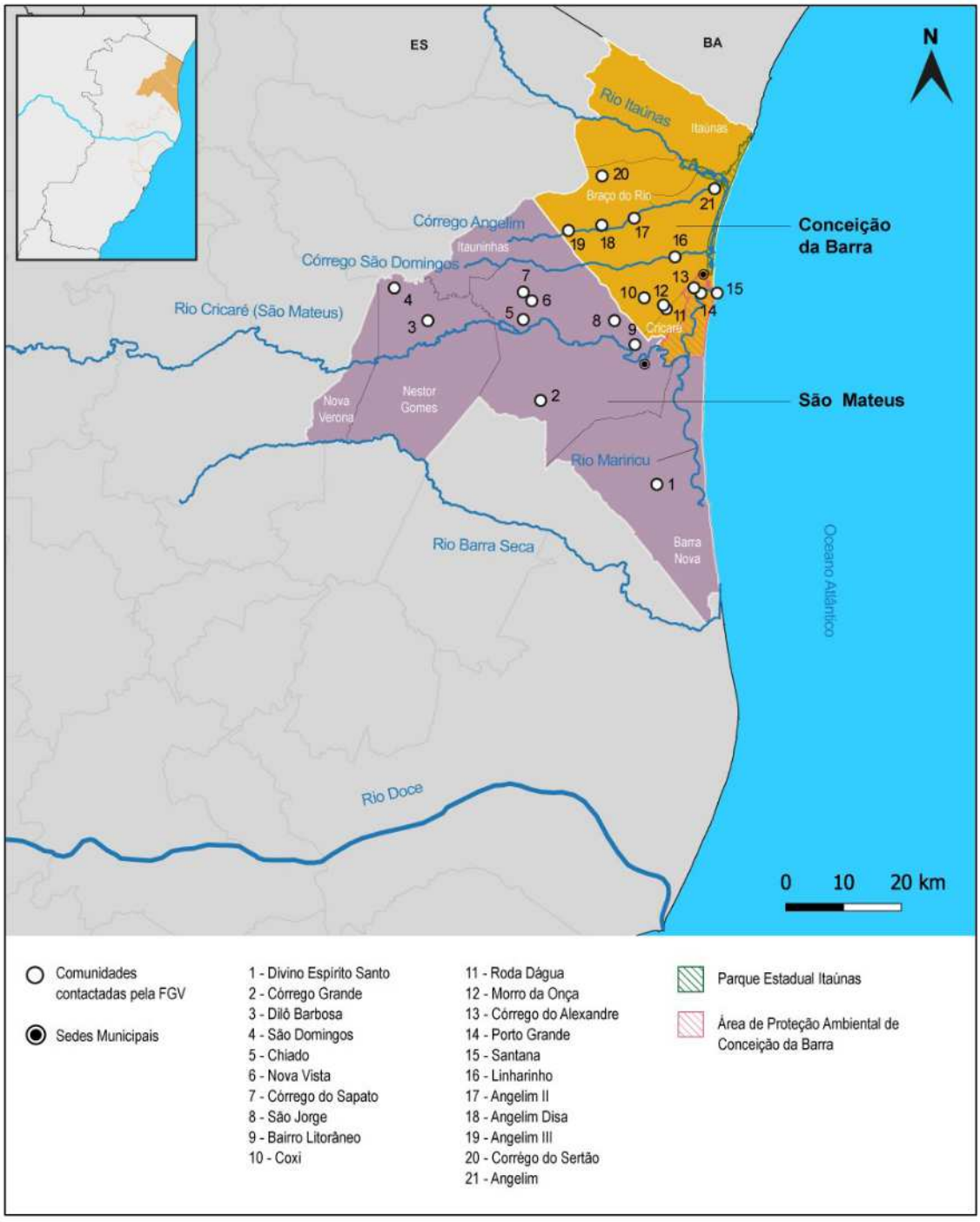
As comunidades quilombolas do Sapê do Norte distribuem-se ao longo dos vales dos rios Itaúnas e Cricaré (atual rio São Mateus). Cricaré era a denominação indígena e original do rio que, em 1596, foi substituída pelo nome São Mateus, atribuído pelo jesuíta

José de Anchieta. Cricaré trazia a leitura dos povos indígenas originários da região acerca do rio e seu movimento – "corr. *kiri-kerê*, o que é propenso a dormir, o dorminhoco" (SAMPAIO,1987).

O território abrange uma grande área no interior dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus que estão situados ao norte da foz do Rio Doce, no estado do Espírito Santo. A área faz divisa ao norte com o estado da Bahia e a leste com o oceano Atlântico. Estudos realizados na região, como o de Ferreira (2009), indicam a existência de aproximadamente 32 comunidades que se definem nesse território enquanto comunidades remanescentes de quilombo, sendo registrado até meados da década de 1970 cerda de 12 mil famílias. Contudo em decorrência dos conflitos e expropriações ocorridos na região, atualmente residem no território aproximadamente 1.200 famílias.

Entre as bibliografias e consultas realizadas não foi possível identificar informações e laudo antropológico com a delimitação do território denominado Sapê do Norte. Dessa forma, a Figura 4 se dispõe apenas a localizar as comunidades quilombolas contatadas no âmbito desse estudo e que se reconhecem como integrantes do território Sapê do Norte.

Figura 4 — Distribuição das comunidades quilombolas consultadas, que integram o território Sapê do Norte, nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, litoral Norte do Espírito Santo



Fonte: Elaboração própria (2022).

No período anterior à colonização portuguesa, o município de São Mateus era habitado pelos povos indígenas Borum, que foram chamados genericamente de Aimorés, ou Botocudos (sendo esta última nomenclatura dada pelo colonizador português). Foram considerados agressivos pelo colonizador português, tendo sido decretada “Guerra

Justa" por Dom João VI, mediante a expedição do Decreto de 13 de maio de 1808. Há registros na literatura (FERREIRA, 2016) que indicam o estabelecimento de cooperação entre os povos indígenas e os quilombos na região. Durante o século XIX, a região de São Mateus era uma importante referência para o tráfico colonial de pessoas negras escravizadas e para a produção e comercialização da farinha de mandioca. Era do porto de São Mateus que se escoava a farinha e também para onde chegavam negros trazidos do continente africano para serem vendidos entre os senhores e submetidos ao trabalho forçado nas fazendas de farinha (FERREIRA, 2009).

Nesse cenário, inúmeros povoados negros surgiram no Espírito Santo. Uma parte se constituiu em decorrência da organização dos antigos quilombos, onde "calhambolas"[17] –escravizados que fugiam pela mata – como forma de resistência, criavam comunidades autônomas. Estas comunidades eram organizadas pelo trabalho familiar produtivo de agricultura para subsistência e também para a realização de escambos e comércios na cidade.

Já, outros tantos povoados negros emergiram de uma estratégia, comumente utilizada pelos senhores, conhecida como "brecha camponesa", que além de minimizar as despesas com sustento dos cativos, provocava uma falsa liberdade. Esse recurso, consistia na permissão, que os senhores davam aos seus cativos, de criar e trabalhar em alguns períodos da semana em pequenos cultivos para sua subsistência. Essa prática colaborou em alguns casos para a fixação dos negros à terra. Uma vez que, com a decadência econômica das fazendas escravistas, os descendentes dos antigos escravizados constituíram-se enquanto comunidades negras rurais. (FERREIRA, 2009). Essas populações se estabeleceram ao longo dos rios, córregos, matas e sapezais da região de São Mateus e Conceição da Barra.

No período entre o final da escravidão até meados do século XX, não houve uma profunda valorização capitalista para a região, motivo que garantiu a permanência das comunidades negras rurais no território (FERREIRA, 2010). Essas comunidades puderam assim desenvolver seu modo de vida alicerçado pelo uso comum da terra, por meio da caça, pesca, agricultura, criação de animais e extrativismo. Ocupando a terra "à rola" (expressão local, referente às terras de uso comum), as comunidades se estabeleceram e recriaram formas de existência e resistência.

Contavam apenas com a riqueza da mata Atlântica, de onde retiravam a madeira para a construção das casas (de estuque), para a lenha das cercas, a caça e as frutas para

[17] Calhambolas é um termo utilizado pela população local do território Sapê do Norte para designar os negros que se embrenhavam pelas matas da região.

alimentação, o cipó para utensílios domésticos, as ervas para curar doenças etc. A fartura de rios e córregos também abastecia de peixes, propiciava lazer, uso doméstico e água para irrigação das suas lavouras (SILVA, 2008. p. 245).

Inúmeros povoados da região originam-se de um quilombo imensamente importante na memória e na oralidade dos seus sucessores: o quilombo conhecido como "Nego Rugério".[18] Esse quilombo é considerado um ponto de partida importante para a compreensão do território, pois atua como fio condutor na construção da memória e recriação dos modos de vida compartilhados pelos descendentes dos negros cativos que resistiram no território (SILVA, 2008).

O povo do Sapê do Norte conta que o negro Rugério era um escravizado que pertencia à fazenda de dona Rita Maria Conceição da Cunha e formou um quilombo dentro dessas terras. De modo que, por meio de uma negociação com a proprietária, em que ela dava abrigo para os negros no interior de sua fazenda, Rugério comprava os cativos de dona Rita, e ela se comprometia a comprar toda a produção de farinha de mandioca. Dessa forma, o quilombo de Santana se tornou o maior centro produtor de farinha, através do trabalho dos negros aquilombados no seu interior (MOREIRA, 2010).

O quilombo Santana é um exemplo bastante interessante da habilidade de negociação e de permanência dos escravos na fazenda, mudando-se, contudo, as relações sociais de produção. Afinal, por opção, pressão ou negociação, dona Rita acabou permitindo que seus escravos formassem um quilombo em suas terras, tendo como contrapartida a exclusividade da compra e da comercialização da farinha produzida por seus integrantes (MOREIRA, 2010, p. 80).

A ocupação do território pela população negra deu-se junto à cultura indígena dos Borum, o que acarretou uma semelhança em relação aos modos de se fazer agricultura. Através da oralidade, ao longo das gerações, foi sendo transmitido um modelo de agricultura em que eram plantadas pequenas roças itinerantes e a depender do ciclo da natureza (FERREIRA, 2009).

O plantio da mandioca, a produção da farinha e do beiju são atividades tradicionais no território. Inúmeras comunidades compartilham o trabalho nas farinheiras, sendo que a farinha é consumida pelas próprias famílias e o excedente é comercializado ou trocado, juntamente com outros produtos agrícolas, nas feiras da região (SILVA, 2008). De maneira geral, a produção de farinha tende a aumentar conforme a demanda, tal como

[18] Localizado na atual comunidade de Santana em Conceição da Barra (SILVA, 2008).

nos períodos de maior movimentação turística, quando ocorre um aumento das vendas em restaurantes, pousadas e para os próprios turistas nas estradas e na praia.

No trecho abaixo, Calazans expõe com detalhes alguns aspectos da formação da territorialidade das comunidades do Sapê do Norte.

> Toda a vida cotidiana nos quilombos era determinada por uma cosmovisão assentada em uma base natural e territorial. O trabalho agrícola se realizava em mutirões (ajuntamentos) no ancestral sistema de coivara, ocupando pequeno espaço agrário e permitindo rodízio de áreas e cultivos que, associados à pesca e à caça, garantiam a segurança alimentar das sucessivas gerações. As práticas tradicionais de saúde, muitas vezes sob a forma de ritos religiosos, se baseavam nas ervas medicinais, cipós e cascas de árvores para a produção de tinturas, bálsamos, chás etc. Embora o acesso ao letramento fosse dos mais restritos, a educação das novas gerações se realizava no âmbito da família ampliada, de primos-irmãos, unidos por um forte elo de parentesco comunitário. A religião, a culinária, os folguedos, o trabalho agrícola e o extrativismo eram aprendidos e ensinados pela tradição prática e oral, a partir do exemplo (fazer) e das palavras (saber) das gerações mais velhas (CALAZANS, 2019, p. 9).

As vivências e práticas cotidianas do Sapê do Norte baseiam-se nas memórias das crenças e saberes ancestrais que foram e são transmitidos através da oralidade. A diversidade de cultos afro-brasileiros, e de manifestações do catolicismo popular, presentes na comunidade, como exemplo o Ticumbi, as mesas de santo, o reis de boi, o culto a São Benedito e outros, demonstram que lembrar e contar são formas de resistir. A resistência de um povo que realiza a manutenção da sua cultura através da palavra.

Há um legado deixado pelos antigos que se expressa nas tradições e práticas culturais das comunidades quilombolas do Sapê do Norte. A forma de plantio, a pesca, a culinária, a religiosidade e festividades fazem parte do repertório de saberes vinculados às relações simbólicas e ancestrais que a população possui com o território. O tripé – família, trabalho e terra – permanece sendo a base de sustentação das comunidades tradicionais, mesmo sob a perspectiva da resistência que essa população precisa travar contra as invasões ocorridas no território, como será apresentado abaixo.

- **Conflitos e violação de direitos**

Nesta seção, serão apresentadas, de forma sucinta, as recorrentes investidas, principalmente por setores do agronegócio, que alteraram drasticamente a paisagem e limitaram as possibilidades de reprodução do modo de vida tradicional das populações quilombolas. Há aproximadamente 60 anos, a vida dos moradores é marcada por insegurança, constantes conflitos fundiários e violação de direitos.

Sendo assim, os danos advindos do rompimento da Barragem de Fundão somam-se a esse histórico de violações e acentuam as situações de vulnerabilidade social dos quilombolas. Dentro dos relatos que serão apresentados nos danos socioeconômicos (seção 3.2.2), fica claro que a chegada da pluma de rejeitos trouxe insegurança quanto à contaminação, sendo comprometidas e até interrompidas importantes estratégias de vida dessas comunidades associadas ao meio ambiente e todos os desdobramentos que este representa para reprodução dos modos de vida.

Os conflitos e violações de direitos do território do Sapê do Norte se inscrevem inicialmente sob o contexto da chegada do monocultivo do eucalipto e cana-de-açúcar na região. Na década de 1960, houve a construção da BR 101, que possibilitou a entrada da empresa Aracruz Celulose (atual Suzano S.A.) na localidade. De início, as plantações de eucalipto eram destinadas à produção de carvão e madeira, alternando, tempos depois, para a obtenção de papel e celulose (SILVA, 2008).

Grande parte das áreas de mata atlântica foi derrubada e substituída por enormes extensões de faixas de eucalipto, conhecidas por desertos verdes. Essa expressão é utilizada por ambientalistas pois o monocultivo do eucalipto ocasiona, entre outros, inúmeros impactos ambientais negativos, como a redução de fontes de água nas regiões onde estão inseridos. De modo que, no Sapê do Norte, houve o aterramento de nascentes e lagoas, o desaparecimento de córregos, mortandade de animais, retirada de matas ciliares e elevado despejo de agrotóxicos e herbicidas para controle de pragas e consequentemente a contaminação e o enfraquecimento do solo (FERREIRA, 2009; NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2021; CALAZANS, 2010).

Esse fato foi responsável pela degradação socioambiental da região, pois ao se destruir as matas tropicais, prejudicou-se o modo de vida da população tradicional que habitava o território (SILVA, 2008).

As comunidades negras rurais do Sapê do Norte ocupavam aquelas terras desde os tempos da escravidão e foram completamente desconsideradas nesse processo. A forma de ocupação dessas comunidades se dava pela "terra à rola", ou seja, pela terra de uso comum, em que todos os descendentes usufruíam dos recursos naturais ofertados pelo território. Como apresentado por Ferreira,[19] os moradores que ali

[19] "Os 'Donos do lugar' eram aqueles ali estabelecidos com sua morada, terreiro e roçados, cuja apropriação era feita sobre antiga área do 'sertão'. A conquista do 'sertão' dá origem ao lugar da morada, que a partir de então pertence a um 'dono'. Diferenciado do 'proprietário', a legitimidade do 'dono' não depende do documento escrito que ateste a propriedade privada da terra-mercadoria, mas sim do uso que efetiva na reprodução de sua vida. Os 'donos do lugar' são aqueles 'de dentro' deste espaço maior, pertencente a ele e reconhecidos pelos demais moradores, com os quais estabelece redes de identidade" (FERREIRA, s.d., p. 9). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1479/1070>. Acesso em: mar. 2022.

habitavam eram os “donos do lugar”, construíram suas moradas e pertenciam àquelas terras. Eles reproduziam seu modo de vida tradicional sobre aquele chão (SILVA, 2008). Entretanto, mesmo sendo os ocupantes históricos do território, não possuíam documentos escritos que atestassem a propriedade das terras, fato que possibilitou que a monocultura adentrasse e se espalhasse por toda região. Na época, houve inclusive incentivos por parte do governo militar para a ocupação da área pela indústria da celulose (CALAZANS, 2010).

A população sofreu violenta expropriação de terras e os quilombolas que conseguiram permanecer tiveram de se adaptar em meio aos talhões de eucalipto. Houve uma redução drástica naquela fartura que havia sido herdada de seus ancestrais. Tanto uma diminuição na diversidade e quantidade de alimentos quanto na matéria-prima que utilizavam para a fabricação dos utensílios domésticos e artesanatos (SILVA, 2008).

Sem garantia do extrativismo pela restrição nas áreas e atividades de pesca e de plantio, como forma de sobrevivência, moradores de muitas comunidades, principalmente os mais jovens, tiveram de se submeter a trabalhos de recolhimento dos resíduos de carvão e nas insalubres carvoarias instaladas no território. O recolhimento das sobras de eucalipto em áreas do território, por diversas vezes, foi severamente reprimido por seguranças das empresas de celulose,[20] por meio de ações violentas em que quilombolas foram presos (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2021).

Após a chegada do monocultivo do eucalipto, houve também, a partir dos anos 1980, sob a o incentivo do Programa Pró-Alcool, do governo militar, a introdução da monocultura da cana-de-açúcar para a produção do etanol, projeto esse que intensificou a perda da biodiversidade e da cultura das populações locais (FERREIRA, 2009).

Em meados dos anos 2000, o território sofreu com mais um empreendimento, desta vez, foi a instalação de um gasoduto (Cacimba-Catu), pela Petrobras, que agravou os conflitos fundiários.

Com a degradação desenfreada da mata nativa no decorrer de todos esses anos, a oferta de proteína animal e de outros alimentos advindos da terra foi reduzida, o que contribuiu para o surgimento da desnutrição e insegurança alimentar (CALAZANS, 2019).

Em 2009, depois de visita ao Sapê do Norte, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, reconheceu em seu relatório a grave situação de insegurança alimentar

[20] Celulose Nipo Brasileira S.A. (CENIBRA), Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. e Aracruz Celulose S.A. (atual Suzano S.A.).

nas comunidades quilombolas, associando a violação do direito à alimentação adequada ao comprometimento do acesso ao território (CALAZANS, 2019).

Os relatos da população nas oficinas de levantamento de danos, evidenciam que a chegada da pluma de rejeitos na RECM alcançou o território e intensificou os danos preexistentes sofridos pela população, como poderá ser visto na seção 3.2.2

- **Situação Fundiária e reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos do Sapê do Norte**

A partir do que foi descrito na seção anterior, é possível afirmar que a configuração territorial atual do Sapê do Norte é o resultado das dinâmicas vivenciadas por seus habitantes ao longo dos anos, sobretudo a partir dos anos 1960, quando se observou um acelerado processo de diminuição do território historicamente ocupado pelas famílias – a começar pela chegada do monocultivo do eucalipto, da cana e das carvoarias. A população de Sapê do Norte acabou por ser dividida em dois grupos: os que permaneceram no território e os que migraram para outras localidades em busca de meios de vida.

Acerca do primeiro grupo, vale destacar que, embora tenham permanecido no território, o regime de uso da terra se alterou e já não era mais o mesmo daquele praticado por séculos. Isso porque lhes foi imposta como condição a adaptação dentro de um território acometido por graves impactos socioambientais.

Como tentativa de auxiliar na compreensão dos aspectos referentes à constituição da organização política do Sapê do Norte em sua luta por direitos, será apresentado sinteticamente o cenário em que se insere a categoria “remanescentes das comunidades de quilombos” no Brasil.

- **Conceituações e marcos legais dos direitos aos povos quilombolas no Brasil**

Ao longo dos anos do período colonial e imperial, já havia menções jurídicas para o conceito de “quilombo”. Nessa época, o termo era citado em referência às políticas repressoras do sistema escravocrata, a fim de reprimir todo e qualquer agrupamento de população negra. Em 1740, para o Conselho Ultramarino, “mocambo” ou “quilombo”, eram habitações em áreas despovoadas, com um número determinado de negros fugidos. Ou seja, “quilombo” era o agrupamento de negros foragidos de suas senzalas que se isolavam em alguma outra localidade para assim criar uma forma de organização própria e independente do sistema vigente (FERREIRA, 2009).

Com a abolição da escravatura em 1888, por assumir relação direta entre senhor e escravizado, respectivamente como proprietário e mercadoria, o termo quilombo deixou de fazer sentido. A partir de então, inúmeros agrupamentos rurais de populações negras seguiram nas terras reproduzindo suas formas de existência, contudo excluídos de qualquer política de inclusão ou reconhecimento legal (FERREIRA, 2009).

Somente em 1988, período de redemocratização do Brasil e ano de comemoração do Centenário da Abolição, através da promulgação da Constituição Federal Brasileira, sob forte engajamento do movimento negro em reparar os danos sofridos pela população negra ao longo do período escravocrata, o conceito de "quilombo" se inscreve sob aspectos que visam à garantia de direitos dessa população.

> Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Artigo 68 – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Frente à situação de completa invisibilidade vivida até então por esses grupos étnicos, o conceito se apresenta como um passo importante. Entretanto, cabe comentar que apesar de o artigo 68 ter recolocado em cena a categoria quilombo, bem como superado o silêncio destinado às manifestações étnicas, religiosas e territoriais das comunidades negras, que foram por muito tempo objeto de repressão, a lei não encontrou uma aplicabilidade imediata, pois sua interpretação não obteve sentido unívoco. A dubiedade na compreensão do texto legal gerou inúmeras discussões e debates por estudiosos de diversas áreas e dentro do movimento negro. A intenção desses debates era encontrar critérios que orientassem a definição de quem seriam os remanescentes das comunidades de quilombo cujos direitos são atribuídos pelo dispositivo legal (ALMEIDA, 2012).

Nesse debate, havia ao menos duas direções interpretativas. De um lado uma interpretação literal, que considerava o sentido histórico do quilombo, e de outro, grupos que propunham uma ressemantização do termo, direcionando a escrita do artigo como "comunidades de remanescentes de quilombos", pois se fosse aceito seu sentido histórico, seria incluído um caráter restritivo que iria na contramão do objetivo fundamental da criação do artigo – o de reparar uma dívida histórica da nação brasileira com os negros e garantir o direito das terras ocupadas pelos descendentes (ALMEIDA, 2012).

No ano de 1994, a Fundação Cultural Palmares organizou o seminário "Conceito de Quilombo", em que a Associação Brasileira de Antropologia, reviu e transferiu novo sentido ao termo "remanescentes de quilombo" que passou a significar:

> [...] grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar", cuja identidade se define por "uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados". Neste sentido, eles constituiriam "grupos étnicos" [...], cuja territorialidade seria substancialmente caracterizada pelo "uso comum", pela "sazonalidade das atividades agrícolas, extrativistas e outras" e por uma ocupação do espaço que teria "por base [os] laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade (ARRUTI, 2003, p. 14).

Apesar do reconhecimento tardio e com brechas, esses grupos étnicos passaram a ser reconhecidos como remanescentes de quilombo, ocupantes de territórios relacionados historicamente ao enfrentamento e resistência das populações negras à escravidão e à operação de um sistema de exclusão presente nos períodos pré e pós-abolição.

Em 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso editou o Decreto nº 3.912 que, segundo defensores dos direitos das comunidades quilombolas, restringiu o alcance do artigo 68 (ADCT). O decreto, foi alvo de inúmeras críticas por parte dos movimentos sociais, pois determinava que somente seria reconhecida a propriedade das "terras que eram ocupadas por quilombos no ano de 1888" e as que estavam "ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988", quando foi promulgada, pela Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição Federal Brasileira. Essa exigência temporal que não encontrava qualquer respaldo no artigo 68 (ADCT), foi considerada um retrocesso por criar obstáculos no processo de titulações das terras de quilombo e não acolher a pluralidade das situações históricas dos grupos.

Os principais atingidos pela medida foram os quilombolas de áreas de conflito que na data da promulgação da Constituição não se encontravam na posse de seus territórios, justamente em decorrência das disputas. O resultado do Decreto nº 3.921, de 2001, foi a completa paralisação das titulações das terras de quilombo pelo governo federal (CPISP, 2019).

Sob o esforço articulado entre quilombolas, entidades ligadas à luta pela terra e movimentos sociais, em 20 de novembro de 2003, baseado na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, e em referência ao artigo 68, houve a divulgação, pelo recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Decreto nº 4.887.

> Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de

> ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (CPOSP, 2019).
> Art. 3º. Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (CPISP, 2019).

A nova norma criou condições para a retomada das titulações, pois além de ter definido uma conceituação adequada de comunidade e de terra de quilombo com a adoção do critério da "autoatribuição", conferiu a competência de regulamentar os processos para reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Incra (CPISP, 2019).

O critério de autoatribuição é de suma importância para que os grupos sejam reconhecidos como sujeitos de direitos, de forma que somente os mesmos devem indicar, de forma autônoma, os critérios de territorialidade que baseiam a fundamentação para a demarcação de suas terras. Ou seja, mesmo o processo de demarcação estando sob a responsabilidade do Incra, os procedimentos são realizados com participação da comunidade.

A partir de 2004, a Fundação Cultural Palmares (FCP) tornou-se responsável pela emissão da certificação, elemento primeiro para dar início ao processo da garantia como remanescentes de quilombo às comunidades (FERREIRA, 2009).

Nesse momento, inúmeros grupos étnicos oficializaram associações comunitárias e uniram-se a setores acadêmicos e a movimentos sociais apoiadores das comunidades negras, para elaborar a declaração com dados – ancestralidade negra, trajetória histórica e resistência a opressão – que deveriam constar na solicitação a ser entregue à FCP.

Contudo, muitos entraves são colocados em torno do debate sobre os remanescentes das comunidades de quilombos e seu direito à terra.

Após um ano da promulgação do Decreto nº 4.887/2003, que, como citado, representou um avanço para o movimento quilombola, houve uma reação por parte do Partido da Frente Liberal (PFL), que ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que tinha como objetivo questionar a constitucionalidade de alguns procedimentos e definições que haviam sido definidos pelo decreto. Ela foi a julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) em três momentos. Até que, finalmente foi proferida a sentença final que declarou a constitucionalidade do decreto que regulamenta os procedimentos de titulação das terras quilombolas.

Nessa relação de forças e interesses, onde ora a questão quilombola alcança pequenas vitórias, ora os grupos étnicos assistem a enormes retrocessos em relação aos direitos conquistados, torna-se claro que a norma por si só não foi suficiente para garantir a justiça social e a igualdade racial pretendida; apesar do intenção, não alcançou na prática, no caso concreto todos os seus efeitos.

No decorrer dessa história cheia de buracos, outras tantas normas e decretos foram expedidos pelos órgãos responsáveis, no entanto, ao observar os números de comunidades tituladas e as vulnerabilidades sociais presentes nos territórios, assim como o Sapê do Norte, torna-se evidente que há um longo caminho a ser percorrido.

Garantir o título das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombo é fundamental, não somente como um bem econômico, a garantia do uso comum da terra, ou seja, o título de terra coletiva, é a única forma de garantir a reprodução do modo de vida e a manutenção da territorialidade étnica desses povos.

- **Histórico de luta pela terra, organização política e situação fundiária das comunidades do Sapê do Norte**

A luta das comunidades negras rurais do Sapê do Norte ocorre dentro de todo o período histórico desde sua ocupação, entretanto são dois os marcos que movimentam e fortalecem a organização quilombola do Sapê do Norte, sendo eles o Decreto nº 4.887, de 2003, no qual se inscreve o reconhecimento estatal do direito das comunidades afrodescendentes aos seus territórios, e o combate com as empresas da monocultura do eucalipto que se alastraram pelo território na década de 1960. Segundo Ferreira (2009):

> O sentido da identidade quilombola passava a nascer coletivamente a partir deste momento, iniciando-se como uma identidade atribuída – inicialmente pelos apoiadores das comunidades negras do Sapê do Norte, que lhes traziam a questão dos direitos oriundos desta identidade - e caminha para uma identidade incorporada e elaborada pelo grupo, enquanto estratégia de sua luta social (FERREIRA, 2009, p. 249).

Dessa maneira, desde meados dos anos 2000, a população do Sapê do Norte se fortalece em suas formas de resistência, munida pela valorização da sua história, dos seus saberes e da sua ancestralidade. De acordo com Silva (2008), a invenção de identidades político-culturais encontra frequência na medida que um povo se une em torno da reinvindicação de algo que lhe é essencial. No caso das comunidades negras rurais, a terra em seu sentido mais abundante. A terra que lhes oferece alimento, vida, água, e também a terra que transcende a vida material e encontra morada nas memórias

coletivas da ancestralidade e do sagrado, onde habitam os heróis e as coragens daquele povo.

O ano de 2002 é um grande marco para o Sapê do Norte, pois foi o ano em que as lideranças das comunidades quilombolas se reuniram com duas organizações apoiadoras da luta quilombola – FASE-ES e KOINONIA – e realizaram um trabalho de identificação do território.

A identidade como comunidades remanescentes de quilombo engloba, entre outras coisas, a consciência do direito pela terra e a noção de territorialidade, no sentido de pertencer a um grupo que reproduz, sob fundamentos de uma ancestralidade específica, modos de vida que são comuns aos habitantes daquele território. “Não basta apenas que um indivíduo afirme ou negue sua identidade étnica, é necessário que esta identidade seja referendada pelo coletivo” (INCRA, 2017, p. 6).

Em 2004, o Sapê do Norte, após intensa mobilização junto à Fundação Cultural Palmares (FCP) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e com apoio da Universidade Estadual do Espírito Santo (UFES), obteve os primeiros relatórios técnicos de identificação e delimitação (RTID) do território – para as comunidades de Linharinho e São Jorge. Atualmente, há ao menos 32 comunidades que se autodefinem como comunidades remanescentes de quilombo, entretanto foram raras as que conseguiram avançar no processo de titulação.[21] Apenas 29 comunidades possuem a certificação[22] emitida pela FCP, e apenas cinco comunidades possuem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).[23] São elas: São Jorge, São Domingos, Linharinho, sendo que Serraria e São Cristóvão já tiveram seus decretos publicados no *Diário Oficial da União* (Quadro 2).

[21] Após a certificação, é realizado, sob responsabilidade do Incra, um levantamento histórico e cultural para investigar qual é a relação da população com o território que ocupa: Primeiramente, é feito um estudo da área para a construção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID); após o documento ser julgado e aprovado, há a publicação de uma portaria de reconhecimento, que declara os limites do território quilombola. Para finalizar, é feita a regulamentação fundiária, momento em que são retiradas as pessoas não quilombolas do local, mediante pagamento de indenização ou desapropriação, e o fim do processo culmina com a concessão do título à comunidade quilombola (INCRA, 2017).

[22] A certificação é expedida através da autodefinição, ou seja, a comunidade que se autorreconhecer como tal, deve encaminhar a solicitação, por meio de declaração simples com dados de ancestralidade negra, trajetória histórica, resistência à opressão, cultos e costumes, à FCP, e cabe à mesma emitir a certificação como comunidades remanescentes de quilombo. Mais informações podem ser encontradas no *site* da FCP. Disponível em: <www.palmares.gov.br/?page_id=538>.

[23] O RTID encontra-se dentro dos procedimentos regidos pelo Incra, sendo etapa obrigatória do processo de titulação de terras quilombolas.

Quadro 2 — Processo de regularização quilombola para o território do Sapê do Norte

Município	Comunidade	Etapa atual processo FCP	Etapa do processo de titulação
Conceição da Barra	Angelim	Certificada	
	Angelim Disa	Certificada	
	Angelim II	Certificada	
	Angelim III	Certificada	
	Córrego do Macuco	Certificada	
	Linharinho	Certificada	RTID(1)
	Coxi	Certificada	
	Córrego do Sertão	Certificada	
	Santana	Certificada	
	Córrego Santa Izabel	Certificada	
	Dona Guilherminda	Certificada	
	Roda D´Água	Certificada	
	Porto Grande	Certificada	
	Córrego do Alexandre	Certificada	
	Morro da Onça	Certificada	
São Mateus	São Jorge	Certificada	RTID(1)
	São Domingos	Certificada	RTID(1)
	São Cristóvão	Certificada	Decreto no *DOU*
	Serraria	Certificada	decreto no *DOU*
	Nova Vista	Certificada	
	Dilô Barbosa	Certificada	
	Cacimba	Certificada	
	Chiado	Certificada	
	Córrego Seco	Certificada	
	Mata Sede	Certificada	
	Beira Rio Arural	Certificada	
	Santaninha	Certificada	
	São Domingos de Itauninhas	Certificada	
	Divino Espírito Santo	Certificada	

(1) RTID: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2021).

Em 2006, as comunidades estavam tão envolvidas na questão da luta por direitos, que instituíram a Comissão Quilombola do Sapê do Norte, cujas duas principais pautas eram o direito à terra e os conflitos com a Aracruz Celulose (atual Suzano).

Com o passar dos anos, as comunidades ampliaram a luta até que, em 2007, as lideranças se reuniram em nível estadual e criaram a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo – Zacimba Gaba. Atualmente toda a articulação das comunidades remanescentes de quilombo se organiza a partir da parceria entre os três movimentos CONAQ, ZACIMBA GABA e Comissão do Sapê do Norte.

A luta do Sapê do Norte é pelo direito de permanecer em suas terras, o que implica a garantia do equilíbrio ambiental e dos direitos básicos para reprodução do modo de vida tradicional das comunidades.

2.2 Litoral sul

Nesse item são abordados os municípios do litoral sul atingidos pelo desastre, aqui considerados aqueles municípios localizados ao sul da foz do Rio Doce, para além de Vitória/ES que contou com trabalho específico da FGV (2020k), sendo: (i) Aracruz; (ii) Fundão e (iii) Serra (Figura 5).

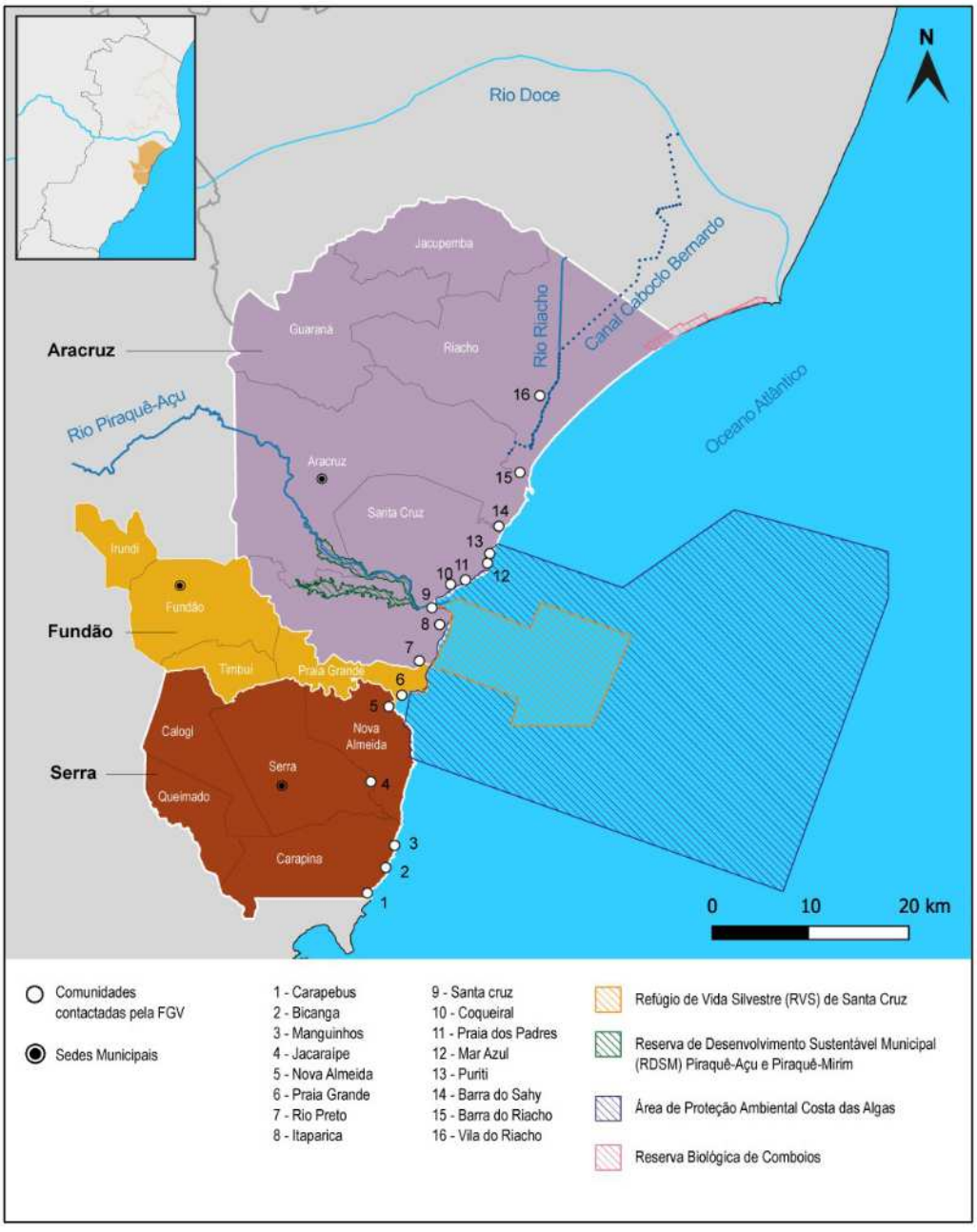
> O município de Aracruz está inserido na bacia hidrográfica do Rio Piraquê-Açu e ocupa uma área de 1.420,29 km², limitando-se ao norte com Linhares, ao sul com Fundão, a leste com oceano Atlântico e a oeste com Ibiraçu e João Neiva, constituído por cinco distritos: Guaraná, Jacupemba, Sede, Riacho e Santa Cruz, sendo os três últimos litorâneos. A população total estimada para o município em 2020 é de 103.101 habitantes, sendo que, desse total, 38% são adultos (de 30 a 59 anos) e 28% são jovens (de 15 a 29 anos), 60% se identificam de cor negra (preta + parda) e 4% como indígena, sendo que 87% se concentram em áreas urbanas (Tabela 4).

Já o município de Fundão compõe parte da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), faz divisa ao norte com Ibiraçu e Aracruz, ao sul com Serra, a leste com o oceano Atlântico e a oeste com os municípios de Santa Teresa e Santa Leopoldina, possuindo área territorial de 286,854 km^2. É formado por quatro distritos: Distrito Sede, Timbuí, Irundí e Praia Grande, sendo apenas o último litorâneo. A população estimada para 2020 é de 21.948 habitantes. Destes, 84% se concentram em área urbana, 60% se identificam de cor negra (preta + parda), e a maior faixa etária aponta 38% de indivíduos adultos (Tabela 4).

Por fim, o município de Serra ocupa uma área de 547,63 km^2, é parte integrante da Região Metropolitana da Grande Vitoria (RMGV) e está localizado 22 km ao norte de

sua capital – Vitória, limitando-se ao norte com Fundão, ao sul com Cariacica, a leste com oceano Atlântico e a oeste com Santa Leopoldina. O município possui cinco distritos: Sede, Queimados, Calogi, Carapina e Nova Almeida, sendo os dois últimos litorâneos. Serra é o município mais populoso do Espírito Santo, com população estimada para 2020 em 527.240 habitantes, tendo 99% desta morando em áreas urbanas, 67% se identificam como de cor negra (preta + parda) e 68% na faixa etária de jovens e adultos (Tabela 4).

Figura 5 — Mapa da área de estudo dos municípios que compõe o litoral sul



Fonte: Elaboração própria (2022).

Ressalta-se que os municípios de Aracruz, Serra e Fundão têm sua área costeira localizada ao sul da foz do Rio Doce, sendo Aracruz imediatamente ao sul da foz e Serra, município mais ao sul entre os três, a cerca de 30 milhas ao sul da foz (aproximadamente 48 km). A chegada da pluma de rejeitos nesses municípios se deu pelo mar, por meio da ação das correntes marítimas que, segundo dados de Institutos Lactec (2021a, b), a pluma classificada como intensa (alteração das concentrações de sólidos suspensos maiores que 504 mg/l) esteve mais restrita junto a costa e se estendeu por 118 km para sul da foz do Rio Doce, e a pluma mais branda (alteração das concentrações de sólidos suspensos entre 1 a 2 mg/l) se estendeu por 325 km para o sul (até o município de Campos dos Goytacazes/RJ). Os rejeitos atingiram também seus rios, via entrada da pluma pelo estuário, como foi o caso no rio Piraquê-Açu e no Rio Riacho (via canal Caboclo Bernardo).

De acordo com Institutos Lactec (2021b), apesar de encontradas alterações para todos os parâmetros analisados no Rio Piraquê-Açu, a escassez de dados pretéritos impossibilitou afirmar a ocorrência de danos relacionados com o desastre. Contudo, seus resultados apontaram que os recursos pesqueiros e a prática de pesca foram prejudicados, inclusive em regiões como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal (RDSM) Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, localizada no município de Aracruz, afetando pescadores artesanais e povos indígenas.[24]

O diagnóstico e acompanhamento de danos realizado pelo Institutos Lactec (2021a, b) também apresenta resultados de perdas nos serviços ecossistêmicos[25] para os sistemas marinho costeiro, estuarino, praias e manguezais. Considerando todos os serviços ecossistêmicos perdidos e/ou prejudicados pelo desastre, vários foram os potenciais grupos de beneficiários atingidos, isto é, aqueles cujos interesses os levam ao uso e/ou apreciação de serviços ecossistêmicos, o que resulta em impacto sobre seu bem-estar. Entre eles, destacam-se os pescadores e os extrativistas, não obstante todas as comunidades locais e tradicionais terem sido potencialmente afetadas, e de maneira semelhante as comunidades que utilizam o litoral para fins culturais ou de turismo, mesmo que de forma esporádica.

[24] A FGV (2020l) realizou estudo específico sobre Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos dos Povos Tupiniquim e Guarani em Aracruz (ES).

[25] As interações entre os elementos de um ecossistema são chamadas de funções ecossistêmicas. Essas funções geram serviços ecossistêmicos quando os processos naturais subjacentes a suas interações desencadeiam uma série de benefícios direta ou indiretamente apropriáveis pelo ser humano (INSTITUTOS LACTEC, 2021a, p. 215). De acordo com o Millenium Ecossystem Assessment (MEA, 2005), serviços ecossistêmicos são os benefícios do meio ambiente para o bem-estar das pessoas.

Para além dos resultados acima, é possível afirmar que o rompimento da Barragem de Fundão, o espraiamento da pluma de rejeitos no oceano Atlântico e toda a insegurança gerada pelo risco de contaminação da água e, consequentemente, dos ambientes litorâneos e estuarinos e da fauna e flora desses locais, trouxe consequências negativas para diversas atividades econômicas desenvolvidas pelas populações dos municípios da RECM, identificados especialmente nas cadeias produtivas da pesca, turismo e agropecuária (FGV, 2021d). Nessa perspectiva, Cristiano (2020, p. 55), em relatório elaborado a partir de contratação pela Fundação Renova, que analisa estudos de impactos socioambientais na RECM, afirma, com base nos resultados de *workshop* sobre indicadores socioeconômicos nesses municípios, que: "[...] a percepção de contaminação ambiental decorrente do rompimento gerou impactos socioeconômicos reais, corroborada pela proibição da pesca[26] nas adjacências da foz do Rio Doce".

Como já abordado, a RECM do litoral sul possui relevância ambiental destacando importantes unidades de conservação (UC) costeiras e marinhas (POLIFONICAS, 2019; ARACRUZ, 2022; INSTITUTOS LACTEC, 2021a), sendo:

I Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal (RDSM) Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, localizada em Santa Cruz, Distrito de Aracruz, criada pela Lei nº 3.739/2013, que alterou a categoria da unidade de "Conservação Reserva Ecológica" dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim para a categoria de "Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal" Piraquê-Açu – RDS. Trata-se de uma área natural, com aproximadamente 2.080 ha, que abrange povos indígenas e comunidades tradicionais, como pescadores artesanais, marisqueiros e catadores de caranguejos que residem em seu entorno, sendo o maior estuário do Espírito Santo e avançando aproximadamente 13 km continente adentro, tratando-se da maior penetração de maré do estado.

II Área de Proteção Ambiental Costa das Algas (APA), no bioma marinho costeiro, na frente dos municípios de Aracruz, Fundão e Serra e em águas jurisdicionais da região marinha confrontante, é uma UC criada pelo Decreto s/nº de 17 de junho de 2010, com área de 114.803,20 ha e tem como um de seus objetivos

[26] A área de proibição da pesca foi estabelecida a partir de decisão judicial baseada na ACP nº 0002571-13.2016.4.02.5004/ES, proposta pelo MPF, que começou a valer em 22 de fevereiro de 2016, e compreende isóbata até 20 metros de profundidade. "A força-tarefa que investiga o desastre socioambiental causado pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG), explicou, na ação proposta, que a medida visa preservar a saúde da população que consome os pescados da região e a sobrevivência das espécies já impactadas pelos rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem, ocorrido em novembro de 2015" (www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-obtem-decisao-que-proibe-pesca-na-foz-do-rio-doce-por-conta-da-lama-da-samarco. Acesso em maio 2022).

garantir a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização das atividades pesqueiras e extrativistas de subsistência e de pequena escala.

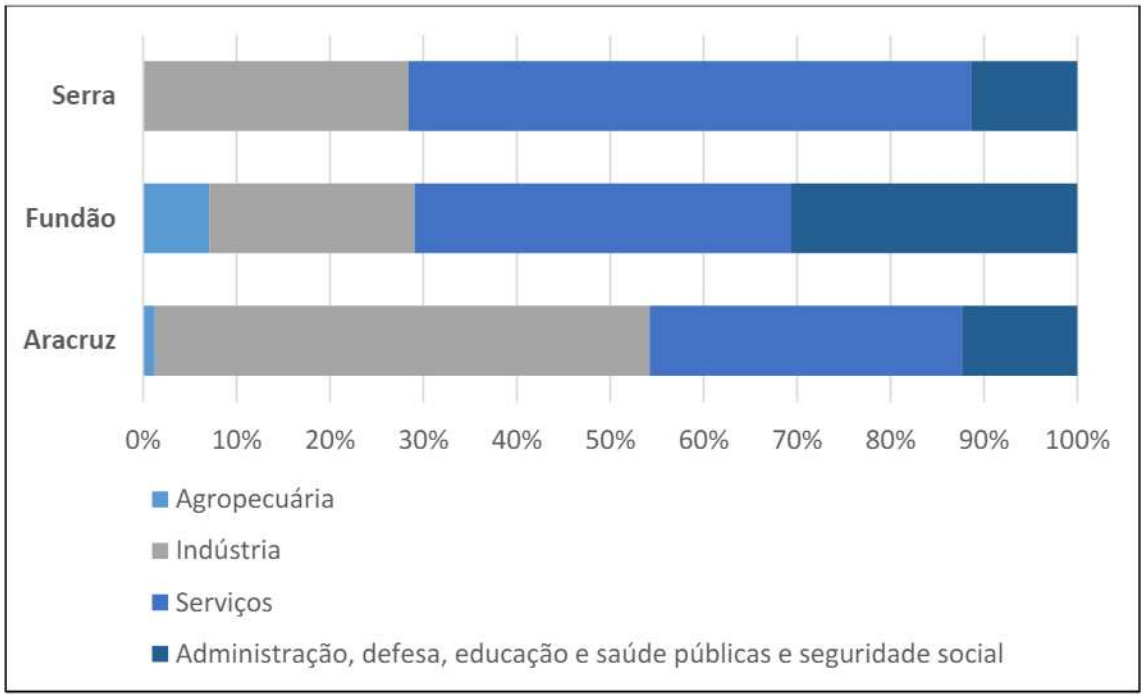
III Refúgio de Vida Silvestre (RVS) de Santa Cruz, também criada pelo Decreto s/nº de 17 de junho de 2010 em conjunto com a APA Costa das Algas e, contida dentro desta, possui uma área aproximada de 17.741 ha. É uma unidade de conservação da categoria de unidades de proteção integral, com o objetivo de proteger a diversidade biológica e os ambientes naturais; valorizar o uso turístico, recreacional e educativo da orla marítima; e contribuir para a recuperação dos recursos biológicos e para a sustentabilidade das atividades pesqueiras e extrativistas de subsistência e de pequena escala praticadas pelas comunidades costeiras da região do entorno da UC.

IV Reserva Biológica de Comboios, contígua à terra indígena Comboios no seu limite norte e abrange os municípios de Linhares e Aracruz, sendo representativa pela extensão e situação de conservação. Foi criada pelo Decreto nº 90.222/84, tem área de 833,23 há e tem como objetivo, entre outros, proteger tartarugas marinhas e seus locais de desova.

Quanto à economia, no litoral sul os setores econômicos da indústria e de serviços somados são responsáveis por parte expressiva do PIB municipal, porém cada munícipio tem um setor de destaque para essa composição, sendo: para o município de Aracruz, o setor da indústria (53%); Serra, o setor de serviços (60,2%); e Fundão, apesar de ter o setor de serviços com maior participação absoluta (40,3%) também apresenta o setor de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social com participação significativa (30,6%), podendo indicar dependência das receitas do município relacionadas à administração pública.

De forma geral, a atividade agropecuária nos municípios do litoral sul apresenta modesta participação no PIB municipal, porém, isso não diminui sua relevância social e tampouco para a produção de alimentos. Ao mesmo tempo, nota-se que a atividade agropecuária está mais presente no município de Fundão e em porções mais interioranas em comparação com os demais municípios abordados.

Gráfico 3 — Participação dos setores da economia no PIB municipal para os municípios do litoral sul



Fonte: IBGE (2021b).

No Quadro 3 podemos ter um panorama das principais atividades econômicas desenvolvidas nos municípios do litoral sul, sendo importante considerar que as características ambientais também influenciam as atividades econômicas.

Quadro 3 — Principais atividades econômicas para os municípios do Litoral Sul, RECM/ES

Aracruz/ES[1]	
Extrativismo	Pesca.
Agricultura	Café conilon, mamão, coco, banana, maracujá, laranja, goiaba, manga, cacau, cana-de-açúcar, milho, feijão, mandioca, abóbora, pimenta, borracha.
Pecuária	Bovino, suíno, caprino, ovino, aves, abelhas
Aquicultura	Tilápia.
Indústria	Celulose, petróleo, gás e derivados.
Comércio e serviços	Atividade logística e operações portuárias, turismo, agroturismo.

Fundão/ES[2]	
Extrativismo	Pesca.
Agricultura	borracha, café conilon, cana-de-açúcar, feijão preto, mandioca, milho, palmito (pupunha), pimenta-do-reino, coco-da-bahia, banana, limão, tangerina, laranja, maracujá, manga, abacaxi, acerola, graviola, goiaba, cacau e cajá.
Pecuária	Bovino, búfalo, suíno, caprino, ovino, aves, abelhas.
Aquicultura	Tilápia.
Indústria	Petróleo, alimentos e bebidas, madeira e mobiliário.
Comércio e serviços	Turismo, agroturismo, artesanato.
Serra/ES[3]	
Extrativismo	Pesca.
Agricultura	Abacaxi, banana, borracha (látex), cacau, café conilon, cana-de-açúcar, feijão, coco-anão, laranja, limão, mandioca, milho, palmito, pimenta-do-reino, pimenta-rosa.
Pecuária	Bovino, suíno, caprino, ovino, aves.
Aquicultura	Tilápia.
Indústria	Polo industrial do estado.
Comércio e Serviços	Agroturismo.

Fonte: (1) Incaper, 2020d; (2) Incaper, 2020e; (3) Incaper, 2020f.

Apesar da notória vocação ambiental, o litoral sul também é permeado por empreendimentos de grande porte, com destaque ao setor industrial (Gráfico 3) nas atividades econômicas de celulose, petróleo e derivados, atividades logísticas e portuárias (Quadro 3). Apesar de esses empreendimentos serem geridos pelo instrumento de licenciamento ambiental (municipal, estadual e/ou federal), o convívio entre empreendimentos e comunidades dificilmente é harmonioso. Como descrito por Silva e Mozine (2020, p. 2):

> [...] os conflitos ambientais são caracterizados pela disputa de território, recursos naturais, utilização de áreas de uso comum, políticas públicas e, no debate de justiça ambiental temos características como as questões raciais, a assimetria de poder, os crimes ambientais, as disputas entre modos de vida e processos de produção industriais e manufaturados e também pelos conflitos de interesse.

No contexto do litoral sul, o processo de expansão econômica do município do Aracruz merece destaque, principalmente quando se observa a emergência de conflitos socioeconômicos no litoral. Atravessada por uma expansão industrial atrelada à produção monocultora de eucalipto, de papel e celulose, petróleo e de estaleiro naval, Aracruz se encontra em uma região de incentivo ao crescimento econômico e, atualmente, é o maior parque industrial e químico do Espírito Santo. E assim despontam

conflitos entre empreendedores e as comunidades, sendo apontados por Silva e Mozine (2020): (i) valorização do setor industrial em detrimento do setor da pesca artesanal; (ii) alterações no âmbito econômico, social e também nos seus modos de vida, seus saberes, sua memória relativa ao ambiente; (iii) alteração dos pesqueiros em decorrência das atividades dos empreendimentos no mar, uma vez que empreendimentos portuários e suas escavações para implantação dos projetos impactam a pesca local; (iv) assoreamento do rio; (v) emissão de gás no ar e ampliação de área de atuação das indústrias; e (vi) os projetos de mitigação e compensação dessas empresas que, muitas das vezes, herdam problemas que eles não podem solucionar.

É importante destacar que os impactos dos empreendimentos de atividades logísticas e operações portuárias sediados em Aracruz (Portoceu e Jurong) ultrapassam os limites territoriais e também são citados pela frota pesqueira dos municípios de Serra e Fundão por conflitos no uso do espaço marinho. Para além dos problemas já enfrentados no território, soma-se o rompimento da barragem de rejeitos de minério da mineradora Samarco, agravando a situação a pesca e lazer das comunidades.

Em Fundão e Serra, a atividade de exploração de petróleo (*onshore* e *offshore*) compõe os grandes empreendimentos que são promotores de conflitos com as atividades costeiras, podendo ser também atribuída como uma das principais questões a disputa de território e recursos naturais, e a utilização de áreas de uso comum, em especial o espaço marinho.

De acordo com Lima (2017), o município de Serra passou por significativas modificações na década de 1970, principalmente pelo fato de ter abrigado em seu território parte do projeto desenvolvimentista do Espírito Santo, recebendo a implantação de distritos industriais de grande porte, entre os quais: (i) os 24 centros industriais de Vitória (CIVIT); (ii) as usinas de pelotização da Companhia Vale do Rio Doce (atual VALE); e (iii) a instalação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), atual ArcellorMital, que também integrava atividades portuárias e de apoio à Companhia Vale do Rio Doce, com os portos de Tubarão e de Praia Mole. Outro aspecto marcante no município é a diversidade de riquezas naturais, sendo de grande relevância nas atividades ligadas ao turismo, esporte e lazer, além da tradicional atividade pesqueira, e que assume um papel de grande importância para a economia do município e para a qualidade de vida dos indivíduos. Assim, tais vocações são responsáveis pelo acelerado crescimento populacional, sendo um divisor de águas no processo de produção socioeconômica e política dos espaços.

O estudo da FGV (2021d) descreve de forma mais detalhada as características socioeconômicas dos municípios e seus distritos, sendo aqui resgatados os principais destaques de interesse a RECM para o litoral sul, visando contribuir para o entendimento do caminho seguido no processo de aproximação, identificação de participantes e agrupamentos feitos para configuração das oficinas realizadas.

As semelhanças se denotam também nos perfis sociais, que se demonstraram muito próximos, em especial relacionados aos grupos sociais organizados em torno das atividades econômicas da pesca e do turismo.

Em um olhar para Serra e Fundão, a pesca marítima assume posição de destaque, constatando-se também, em Fundão, a prática da maricultura.[27] A integração da atividade pesqueira nos dois municípios é bastante semelhante e extrapola seus limites administrativos. Símbolo disso é o fato de que a produção de Fundão é praticamente toda escoada para Serra, que possui maior estrutura para beneficiamento e comercialização da produção, além de maior mercado consumidor. Outra parte, menor, é comercializada em Fundão, atendendo à demanda local de pousadas, hotéis e restaurantes localizados em sua pequena faixa litorânea (INCAPER, 2020e, p. 27-28).

Nesses locais, a pesca marítima alcança e comercializa espécies diversas de pescados, dos quais cita-se a pescada, pescadinha, corvina, peroá, bagre, sardinha, robalo, namorado, baiacu, dourado e cação, capturados por meio de diferentes artes de pesca, como espinhel, linha ou linha de mão, e o camarão, usualmente capturado por pequenas redes de arrasto (conhecidas como “balão” na região) (FUNDAÇÃO RENOVA e SYNERGIA, 2017).

Pesquisa realizada pela Fundação Renova e Synergia (2017) nas comunidades pesqueiras de Nova Almeida, Manguinhos e Jacaraípe, todas no município de Serra, constatou que pelo menos 250 pescadores vivem nessas localidades. A pesquisa identificou também entidades representativas relacionadas à pesca na região, como a Associação dos Pescadores Profissionais e Amadores de Nova Almeida, a Associação dos Pescadores do Rio Jacaraípe e a Associação de Pescadores de Manguinhos.

A partir dessas entidades, a equipe da FGV buscou estabelecer contato com os pescadores para a realização das oficinas de levantamento de danos, quando foi verificada a pertinência de realizar o trabalho em conjunto, isto é, agregar os pescadores dos municípios de Serra com Fundão. Além de todas as semelhanças já expostas, os

[27] Maricultura é a produção de organismos aquáticos no mar. No Espírito Santo, além do exercício em Fundão também há projetos-piloto em desenvolvimento em Aracruz e Guarapari (INCAPER, 2022).

próprios pescadores contatados informaram à equipe da FGV a proximidade entre os pescadores dos dois municípios, relatando, inclusive, que os pescadores de Fundão também são representados por essas mesmas entidades, sediadas em Serra, e que se identificavam enquanto um mesmo grupo social dentro da atividade pesqueira na região.

O trabalho realizado pela Fundação Renova e Synergia (2017) também expressa que as principais áreas utilizadas para pesca antes do desastre eram o litoral próximo às próprias comunidades e as áreas ao norte do estado. Em Nova Almeida, a pesquisa colheu relatos que destacaram, enquanto áreas costumeiras de pesca no período, aquelas próximas ao Sesc em Santa Cruz (Aracruz) e entre Barra do Riacho (Aracruz) e Barra Seca (São Mateus); na comunidade de Manguinhos, em Serra, foi relatada a pesca entre Nova Almeida e Regência; por fim, uma terceira comunidade também do município de Serra, Jacaraípe, relatou a realização de atividade pesqueira nas proximidades da região até Conceição da Barra.

Constata-se, portanto, que a área cuja atividade pesqueira está proibida atualmente, entre Barra do Riacho e Degredo, na profundidade de até 20 m era altamente relevante para as três comunidades da região de Serra que foram analisadas pela pesquisa, do que infere-se sua relevância para a pesca na região do próprio município e em Fundão.

Também em Aracruz, em seu distrito litorâneo, Santa Cruz, a pesca é atividade base na economia a na organização social (NETTO; NUNES; ALBINO, 2002; FUNDAÇÃO RENOVA; SYNERGIA, 2017; OLIVEIRA et al., 2020). Contando com características próximas às de Serra e Fundão em alguns aspectos, como no desenvolvimento da atividade na “lameira de camarão”, área atualmente proibida (NETTO; NUNES; ALBINO, 2002; FUNDAÇÃO RENOVA; SYNERGIA, 2017), Aracruz possui algumas particularidades, que justificaram uma oficina de levantamento de danos somente com pescadores do município.

Entre as particularidades, destacam-se as espécies-alvo capturadas no município de Aracruz, que, segundo levantamento feito junto aos pescadores por Neto, Nunes e Albino (2002), são várias e com algumas distinções. Destaca-se também o peroá, que é pescado ao longo do ano todo e tem bom mercado de escoamento. Mas na região também são pescadas espécies como corvina, dourado, namorado, olhete, olho de boi, papa-terra, sarda e xixarro, com comercialização expressiva, além de outras usadas também para alimentação. A produção é escoada de diferentes formas, nas próprias comunidades, por venda direta e para atravessadores.

Merece destaque o uso de técnicas que seguem um padrão para alcançar o objetivo da atividade, ao tempo em que conferem caráter de tradicionalidade à pesca da região da

costa de Santa Cruz, em Aracruz, segundo Neto, Nunes e Albino (2002). Destacam ainda que esses padrões de organização e realização da atividade estabelecem o comportamento social da pesca e tradicional do pescador artesanal (NETO; NUNES; ALBINO, 2002).

Foram citados ainda mangues como áreas de captura de caranguejo, por catadores, marisqueiras e pescadores indígenas, no levantamento realizado pela Fundação Renova e Synergia (2017), que ouviu pescadores do distrito de Santa Cruz. O mesmo trabalho colheu relatos de mergulhadores e coletores de ouriço e polvo, que se utilizam das áreas de recifes na região.

> Também em Aracruz, de acordo com Oliveira et al. (2020, p. 27), há aproximadamente 135 embarcações cadastradas no local, empregando 700 pessoas de forma direta, que utilizam linha, rede de arrasto e rede de espera como petrechos de pesca. Mesmo com a proximidade com o estaleiro das embarcações, situado no Rio Riacho, a pesca é realizada em mar aberto com embarcações do tipo traineira com casco, convés e casaria de madeira, que se utilizam de petrechos de pesca como a linha, a rede de arrasto e a rede de espera, enquanto no rio embarcações do tipo canoa com casco de madeira e bote de alumínio realizam atividade em menor escala. Os pescadores afirmaram também que as melhores áreas de pesca estão na "lama"[28] de Barra do Riacho, na área onde a pesca está proibida, embora haja outras áreas para pescar. Os pescados são comercializados de porta em porta, ou aos turistas que antes do desastre frequentavam a região em maior número (FUNDAÇÃO RENOVA; SYNERGIA, 2017).

Diante dessas informações, e de tantas outras organizadas no estudo FGV (2021d), além da própria inserção da equipe da FGV para trabalhos com as comunidades da região, percebeu-se que a atividade da pesca foi afetada nos três municípios, o que justificou o aprofundamento e levantamento de danos com comunidades pesqueiras locais, divididas conforme identificação das próprias comunidades, em um grupo de pescadores do município de Aracruz, e outro composto por pescadores dos municípios de Serra e Fundão.

Destaca-se ainda o papel relevante que as mulheres desempenham na cadeia da pesca, notadamente, mas não exclusivamente, no beneficiamento e na comercialização do pescado. Dessa forma, também em diálogo com as comunidades locais, as oficinas de levantamento de danos com grupos sociais pertencentes à cadeia da pesca nos municípios foram realizadas de forma ampliada, assim como nos demais municípios.

[28] Lama é a denominação utilizada por pescadores para definir áreas de pesca que apresentam fundos lamosos ou arenolamosos. Geralmente, são regiões influenciadas por deltas, estuários e lagunas, isto é, ricos em matéria orgânica e sais minerais, oferecendo condições favoráveis, principalmente para as espécies de camarão que são alvo da pesca de arrasto de fundo (ANDRADE, 2016; BRAGA, 2000).

Contudo, diferente da demanda expressa encontrada em Linhares/ES e no litoral norte, no litoral sul não houve demanda específica para uma oficina exclusivamente com as mulheres desses municípios, mesmo tendo sido realizado diálogo com grupos de mulheres que exercem expressivo papel de liderança na pesca e artesanato.

Juntamente com a pesca, as comunidades dos municípios de Serra, Fundão e Aracruz manifestam uma forte relação econômica com as atividades voltadas ao turismo. Nesse sentido, a fala abaixo, de pescador entrevistado pela Fundação Renova e Synergia (2017), ilustra claramente:

> O que garante o sustento da comunidade é a pesca e o turismo! (Morador de Santa Cruz. In: FUNDAÇÃO RENOVA; SYNERGIA, 2017, p. 79).

Na Rota do Verde e das Águas, a principal demanda dos visitantes é a praia (FUNDAÇÃO RENOVA; FUTURA, 2017). Em Aracruz destacam-se as praias do distrito de Santa Cruz, localizadas às margens da rodovia ES-010 e que têm como principal atividade o turismo de veraneio, tais como: Praia Formosa (onde fica Centro Turístico do SESC); Santa Cruz; Coqueiral; Sauna; dos Padres; Sauê; Mar Azul; Putiri; Praia dos Quinze e Barra do Sahy, sendo esta última a mais procurada pelos turistas e dotada de ampla infraestrutura receptível, com destaque para gastronomia e para prática de surfe (ARACRUZ, 2021; FGV, 2021d).

Outra vez demonstrando a relação entre a pesca e o turismo na região, o levantamento feito por Fundação Renova e Synergia (2017, p. 53) com pescadores de Santa Cruz, constatou que após a chegada da pluma de rejeitos na região houve uma diminuição do fluxo de turistas e veranistas, que deixaram de frequentar as praias da região. Isso levou à diminuição de circulação de capital de giro tanto para os restaurantes e comércios, quanto para os pescadores e comerciantes da pesca, que dependiam desse fluxo de pessoas.

Diante dessa realidade, o presente trabalho buscou lideranças comunitárias, artesãs e diversos trabalhadores/as da área do turismo, para verificar a pertinência de um levantamento dos danos sofridos que se aprofundasse na relação e características desses danos. O estudo foi considerado necessário, sendo formatada uma oficina para contemplar o grupo social envolvido na cadeia do turismo de Aracruz como um todo, que contou com proprietários de hotéis e pousadas, artesãs, comerciantes, serviços associados e outros.

O papel do turismo na economia dos distritos litorâneos de Serra e Fundão é também percebido, com algumas particularidades. Por serem municípios mais próximos a Vitória

(o primeiro deles contíguo), muitos moradores da Região Metropolitana possuem residências de veraneio na região, como é o caso de Manguinhos (Serra).

Também em Manguinhos, Fundação Renova e Synergia (2017) destacaram, em levantamento feito na região, o dano sofrido por moradores com a diminuição do fluxo de turistas após o desastre. Segundo o levantamento, a repercussão sobre a contaminação do litoral capixaba pelos rejeitos de minério do rompimento da Barragem de Fundão teria impactado também a oferta de trabalhos informais realizados pelos moradores da comunidade, a exemplo de jardineiros, caseiros, faxineiros e empregados domésticos (FUNDAÇÃO RENOVA; FUTURA, 2017).

O município de Serra, que abriga Manguinhos, possui ao todo 23 km de litoral, abriga cinco balneários turísticos destacados pelo poder público municipal (SERRA, 2021): Bicanga, vila de pescadores que se destaca pelas práticas de pesca e mergulho; Carapebus, inserido na APA Costa das Algas, local de desova de tartarugas marinhas e da prática do surfe; Jacaraípe, balneário mais famoso do município, que conta com boa infraestrutura urbana e turística e é sede de campeonatos de esportes na areia e de surfe. Em Jacaraípe, estão a Casa de Pedra e a lagoa do Juara (ou Juá), importantes pontos turísticos da cidade. Outro balneário destacado é Manguinhos, famoso pela gastronomia e pelo ambiente bucólico, palco de um dos principais eventos gastronômicos do Espírito Santo, o Manguinhos Gourmet; e por fim, há Nova Almeida, que além da praia abriga o ponto turístico mais visitado de Serra, a Igreja e Residência Reis Magos, fundada pelos jesuítas em 1580 e situada no alto de uma colina, de onde se pode ver a foz do Rio Reis Magos, o manguezal e boa parte da orla.

O município de Fundão também tem balneários destacados enquanto turísticos, nomeadamente locais como Praia Grande, Mirante da Praia, Enseada das Garças, Praia do Kaliffa, Praia Costa Azul ou Praia do Rio Preto. Desses, destaca-se a Praia Grande. Um dos principais pontos turísticos da região, Praia Grande possui estrutura de hospedagem e alimentação com pousadas, hotéis, *camping*, aluguel de imóveis, restaurantes, bares e quiosques. Chega a receber 100 mil pessoas no período do carnaval. O mar da região possui águas calmas, que favorecem o desfrute de famílias com crianças, esportes náuticos e passeios de barco.

Além de uma proximidade administrativa e geográfica entre os municípios de Serra e Fundão, limítrofes, uma aproximação da FGV com grupos sociais envolvidos em atividades turísticas na região indicou a adequação na realização um levantamento de danos que envolvesse pessoas dos dois municípios, uma vez que demonstraram bastante identificação na forma do desenvolvimento da atividade, além de se tratar de

organização social integrada, na qual as pessoas conhecem e trabalham juntas umas das outras. Dessa forma, formatou-se uma segunda oficina de levantamento de danos para um grupo de trabalhadores do turismo e de toda a cadeia envolvida, desta vez envolvendo as pessoas dos municípios de Serra e Fundão.

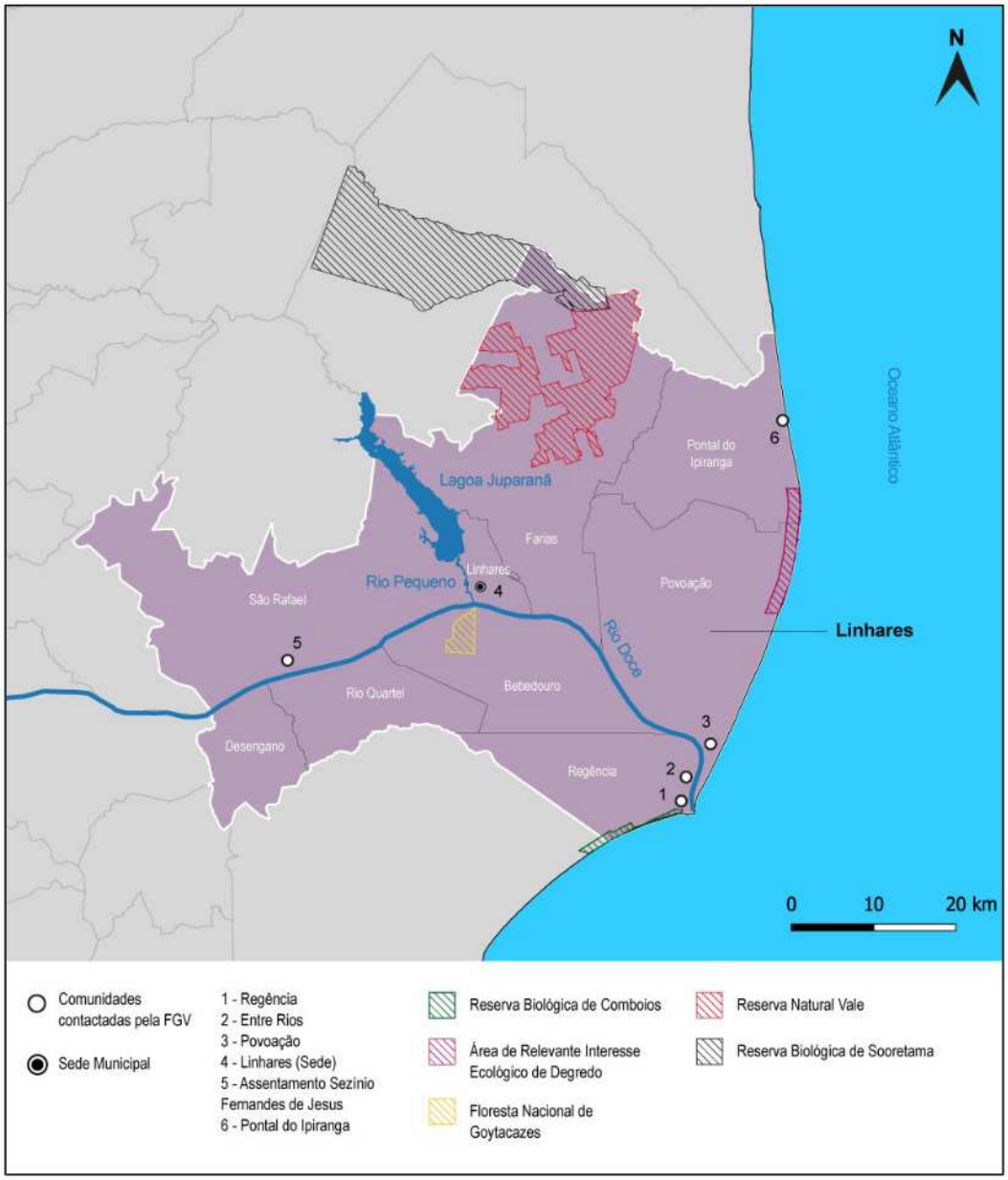
É importante considerar, ainda, e conforme exposto pelas características socioeconômicas dos municípios, que diversas comunidades pesqueiras ao longo desses municípios têm no turismo atividade importante, especialmente no verão. Isso reforça a necessidade de considerar a pluriatividade para o entendimento da conformação da renda dessas populações e, consequentemente, para a forma como foram atingidas enquanto pertencentes a um ou mais grupos socioeconômicos.

Dessa forma, os grupos abordados para as oficinas de levantamento de danos no litoral sul da RECM estão ligados às atividades econômicas da cadeia da pesca e do turismo, além de comércio e serviços em geral. A partir das narrativas registradas nessas oficinas, apresentam-se a seguir os danos socioeconômicos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, sendo os mesmos organizados por dimensões temáticas.

2.3 Foz do Rio Doce

Esta seção aborda a caracterização da foz do Rio Doce, localizada em Linhares, que é o município de maior extensão territorial do estado do Espírito Santo, com 3.496,26 km^2, além de possuir a maior faixa litorânea. Limita-se com os municípios de Aracruz, João Neiva, Colatina, Marilândia, Governador Lindenberg, Rio Bananal, Sooretama, Jaguaré e São Mateus, sendo composto por nove distritos: Bebedouro, Desengano, Farias, Pontal do Ipiranga, Povoação, Regência, Rio Quartel, São Rafael e Sede. Na Figura 6 apresentamos a distribuição das comunidades contactadas pela FGV no território denominado foz do Rio Doce, contudo é importante ressaltar que, apesar do esforço empenhado na identificação dessas comunidades, o trabalho não é exaustivo e não delimita o universo de comunidades atingidas nesse território.

Figura 6 — Mapa da área de estudo da foz do Rio Doce



Fonte: Elaboração própria (2022).

O município de Linhares está situado na região que se convencionou chamar de baixo Rio Doce e possui características marcantes. O delta do Rio Doce, com aproximadamente 25 km de largura, é considerado um dos mais importantes da costa brasileira, sendo marcado pela influência marinha, formando cordões litorâneos e restingas. Em sua parte interna, são encontradas áreas de pântanos e lagoas, e além do Rio Doce, a região possui diversos cursos d'água, entre os quais destacam-se o Rio Pequeno (elo entre a Lagoa Juparanã e o Rio Doce), Rio São José, Rio Bananal, Rio Ipiranga, Rio da Terra Alta, Rio Barra Seca (no limite entre Linhares e São Mateus), Rio Cupido, Rio das Palmas, Rio das Palminhas, Rio de Lagoa Nova, Rio Monsarás, Rio

Quartel, Rio dos Comboios, Rio do Norte (no limite entre Linhares e Ibiraçu), Rio dos Amarelos, Rio do Limão, Rio das Piabanhas e ainda numerosos córregos (INCAPER, 2020c).

> O município é rico em recursos naturais, e fazem parte de sua beleza cênica lagoas, reservas e praias. Está localizada em Linhares uma das maiores reservas naturais da mata atlântica do Brasil, a Floresta Nacional de Goitacazes, além da Reserva Biológica de Comboios, Reserva Biológica de Sooretama, Área de Relevante Interesse Ecológico do Degredo e Reserva Natural Vale (área particular de preservação Companhia Vale do Rio Doce). Devido a sua topografia extremamente plana, Linhares possui 69 lagoas, algumas de grande porte, como a Lagoa Juparanã. As lagoas oferecem um importante atrativo turístico, sendo visitadas por milhares de pessoas anualmente.

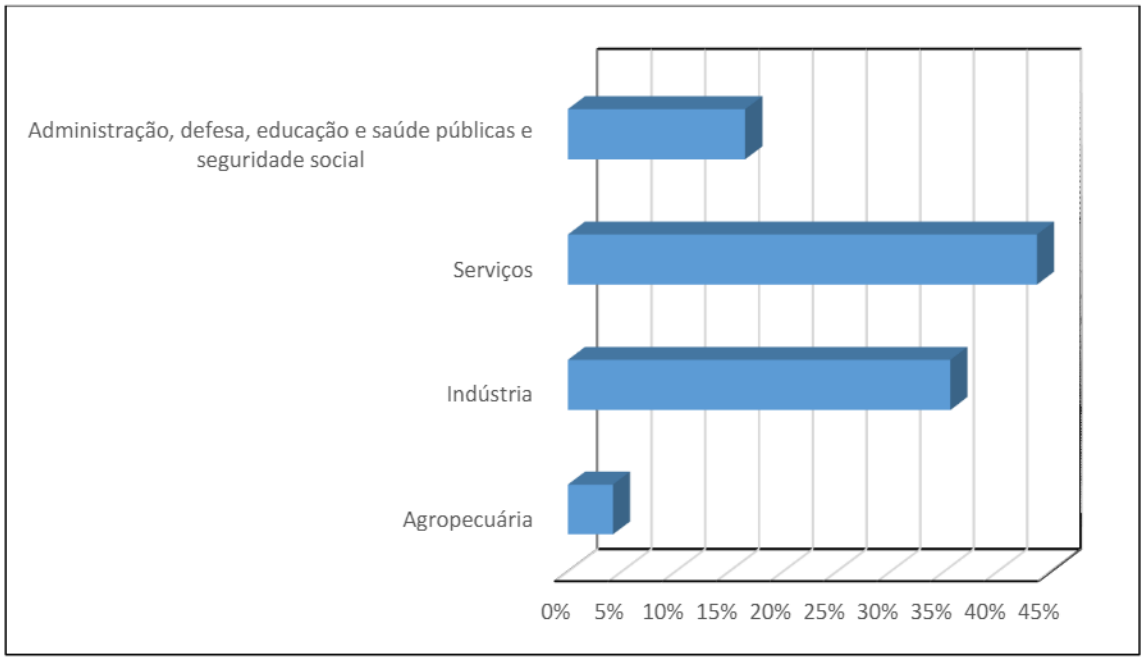
As praias, apesar de afastadas da sede, fazem parte do roteiro turístico do município, atraindo visitantes por serem ótimas para a prática de surfe, pesca oceânica e tranquilidade. O delta do Rio Doce forma um espetáculo natural que atrai a visita de muitos turistas.

Segundo o último censo, Linhares possui a sexta maior população do estado, com 176.688 habitantes estimados para 2020. Destes, 86% se concentram em área urbana, 63% se identificam de cor negra (preta + parda), e 37% se encontram entre 30 e 59 anos (Tabela 4)

Linhares é um município recente do Espírito Santo, tendo sido desmembrado de Colatina em 1943. Durante muito tempo, manteve sua cobertura florestal e de matas naturais em pé, dado suas terras não serem tão adequadas ao plantio do café, principal atividade agrícola praticada no estado até meados do século XX. A partir de então, o governo estadual estimulou a vinda de fazendeiros do sul da Bahia para formarem plantações de cacau em Linhares. Estas, realizadas às margens do Rio Doce, se tornaram uma das principais atividades econômicas do município.

Em 1970, Linhares já possuía uma economia voltada ao mercado regional e nacional, a partir da exploração madeireira e da diversificação da agricultura, com o cultivo de café, mamão e cana-de-açúcar, além da pecuária, favorecida pelas condições climáticas e topográficas. Atualmente, desponta como um dos municípios com economia mais dinâmica do Espírito Santo, contando com diversificação entre agropecuária, comércio, serviços e indústria, sendo os dois últimos responsáveis por quase 80% do PIB municipal (Gráfico 4).

Gráfico 4 — Participação dos setores da economia no PIB municipal para o município de Linhares



Fonte: IBGE (2021b).

O Quadro 4 apresenta as principais atividades econômicas desenvolvidas no município de Linhares. Para o setor primário do município, destacam-se o café conilon, a pecuária, o cacau e a pesca, sendo os dois primeiros os "carros-chefes" deste setor. Na piscicultura, destaca-se a produção de tilápia, a qual vem sendo inserida na alimentação escolar municipal ao longo dos últimos anos. A agricultura familiar tem um papel importante em programas de compra direta, produzindo gêneros alimentícios como banana, mandioca, batata-doce, verduras e temperos diversos, entre outros. As agroindústrias também têm destaque, como a produção de biscoitos, derivados de leite e polpas de frutas. O mamão e algumas pimentas (pimenta-do-reino e pimenta-rosa) são alvos de algumas fábricas exportadoras desses produtos no município.

O turismo também merece destaque no município, tanto no interior quanto no litoral, e representa 3,8% de participação relativa na economia medida pelos vínculos empregatícios (FUTURA, 2017). Além das belezas naturais, Linhares ainda apresenta festas e manifestações culturais como fortes atrativos (INCAPER, 2020c).

Quadro 4 — Principais atividades econômicas do município de Linhares

Extrativismo	Pesca.
Agricultura	Abacaxi, abóbora, acerola, banana, batata-doce, borracha, cacau, café conilon, caju, cana-de-açúcar, coco-da-bahia, feijão, goiaba, graviola, jaca, laranja, lichia, limão, mamão, mandioca, manga, maracujá, melancia, milho, palmito, pimenta-do-reino, pimenta-rosa, pitaya, tangerina, urucum.
Produção animal	Bovino, búfalo, suíno, caprino, ovino, aves, abelhas.
Aquicultura	Tilápia.
Indústria	Petróleo e gás natural, agroindústria (Ducoco e a Trop Fruit), Weg Motores, Brandão Metalúrgica S/A (Brametal), Perfilados Rio Doce e a Indústria de Sucos Mais. Confecções.
Comércio e serviços	Turismo.

Fonte: Incaper (2020c).

A grande extensão territorial de Linhares aliada a diferentes características ambientais, sociais e políticas do município vão dando contornos e conformações às diferentes localidades do município. O FBDH já havia identificado, em diálogo com os atingidos, que as distintas características configuravam territórios que necessitam de tratamento adequado a cada realidade e trabalhou o processo de mobilização para escolha de ATs considerando de forma autônoma quatro localidades diferentes no município, sendo: (i) Regência; (ii) Povoação; (iii) Degredo; (iv) Linhares (que abarca todos os outros territórios do município).

Durante o processo de aproximação com os atingidos, a FGV também identificou a necessidade de um olhar particular para os diferentes territórios de Linhares que são compostos por comunidades atingidas pela contaminação do Rio Doce, afluentes, lagoas, foz, estuário e/ou mar, sendo abordados nas oficinas os distritos Sede, Regência, Povoação, Pontal do Ipiranga e São Rafael.

- **Distrito de Regência**

O distrito de Regência possui vegetação característica do bioma mata atlântica e a economia é baseada em gado de corte, bubalinocultura (búfalos), cacau e pesca. Possui infraestrutura turística mais desenvolvida e uma das melhores praias do Brasil para a prática do surfe, dada a constituição de suas ondas. Abriga ainda uma das sedes do Projeto Tamar, situado na Reserva Biológica de Comboios, unidade de preservação gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). É a sede distrital das seguintes comunidades: Lagoa do Aguiar, Areal, Vila de Regência, Entre Rios e parte de Bananal do Sul.

Durante o trabalho realizado pela FGV, as interações e processo de mobilização que alcançaram o distrito de Regência permitiram aprofundamento e realização de oficinas de levantamento de danos nas comunidades de Vila de Regência Augusta, Entre Rios e Areal.

A Vila de Regência Augusta é uma comunidade pesqueira estabelecida na margem direita do Rio Doce, sendo a pesca e, mais recentemente, o turismo as principais atividades econômicas, ambas dependentes do meio ambiente associado ao rio e ao mar. De acordo com dados apresentados por Saldanha (2018, p. 106), a população no distrito de Regência Augusta apresentava pouco mais de 1.200 pessoas e a população flutuante da vila pode chegar a 5.000 pessoas em datas festivas, como a festa do Caboclo Bernardo (principal festividade local), o festival/campeonatos de surfe e Réveillon. Contudo, a população fixa em Regência pode não chegar a 1.000 pessoas, sendo atribuída a uma dinâmica populacional relacionada aos “moradores” temporários e donos de imóveis de veraneio.

Segundo Saldanha (2018), Entre Rios e Areal são considerados dois núcleos de resistência territorial, que somente em 2013 reivindicaram um relativo protagonismo espacial, sendo importantes dentro do contexto ambiental. Representam economias alternativas ao desmatamento, exploração energética, monoculturas e pasto. A visibilidade de Areal e Entre Rios é apontada como algo concreto, após o processo de autorreconhecimento e construção de identidades que reposicionaram esses atores como sujeitos de direitos diferenciados, a serem acessados e garantidos, que imprimem no espaço formas de territorialidade específicas, assim gerando outras paisagens.

A comunidade de Entre Rios se encontra próxima à vila de Regência Augusta, fica a poucos metros do Rio Doce e conta com aproximadamente 40 famílias. Os moradores, em sua maioria, eram trabalhadores de antiga fazenda de cacau que faliu e há conflito fundiário relacionado com a propriedade da área. A comunidade tem processo aberto junto ao Incra, visando à regularização fundiária como comunidade ribeirinha (FGV, 2020j). Nessa comunidade, os moradores dependem do rio para ter água para consumo, irrigação de plantações, dessedentação de animais, lazer e pesca.

Areal é uma comunidade indígena próxima à Vila de Regência Augusta, a 200 m do Rio Doce, com aproximadamente 45 famílias (REDE UFES, 2016) em processo de reconhecimento pela Funai como Botocudos. No território tradicionalmente ocupado encontram-se dezenas de cavalinhos mecânicos de exploração de petróleo de superfície, acompanhados por quilômetros de dutos, o que configura uma disputa territorial (SALDANHA, 2018; VARGAS, 2016; OCCA, 2017).

A comunidade de Areal dispõe de poucos recursos econômicos e sente a ausência de serviços públicos. Por se encontrar a 8 km de Regência, recorre ao distrito para acessar o posto de saúde ou atendimentos da assistência social. A carência de serviços públicos básicos também se apresenta quanto ao acesso à internet, embora seja um direito garantido pela legislação brasileira (art. 5º, XIV, Constituição Federal e art. 4º, I, Lei nº 12.905/2014), a qualidade do sinal de telefone e internet na comunidade é bastante precária, dificultando a comunicação e interação a distância (*on line*). Essa realidade foi um fator de dificuldade para a realização de oficinas em tempo na comunidade de Areal, uma vez que diante do quadro de pandemia do SARS-CoV-2 (Covid 19), que exigia o isolamento social no momento da realização dessas interações, os trabalhos tiveram de ser realizados de forma virtual, conforme destacado na seção referente à metodologia de levantamento de danos (seção 3.1). Dessa forma, não foi possível superar as barreiras de acesso à informação e desigualdade de inclusão digital presentes na região em tempo para compor este trabalho. Assim, destaca-se a necessidade de realização de um trabalho na comunidade quando se estabelecerem as condições apropriadas, seja de acessibilidade digital, seja com o término do isolamento social e possibilidade de trabalhos presenciais no local.

Apesar de no momento de levantamento não ter sido possível avançar a comunidade de Areal, e no caso de Entre Rios não se obter danos socioeconômicos específicos para as comunidades tradicionais, assim como também para os demais povos indígenas e comunidades quilombolas e tradicionais não alcançados neste trabalho e que desejarem optar por um processo que contemple as especificidades reparatórias para os modos de vida tradicionais, sugerimos a aplicação por analogia da Matriz de Sapê do Norte (seção 3.2.2) ou ainda a Matriz Tupiniquim e Guarani (FGV, 2020l), ainda salvaguardada a possibilidade de outros possíveis danos socioeconômicos identificados pela própria comunidade e de acordo com a realidade de cada território.

- **Distrito de Povoação**

O distrito de Povoação possui um litoral vasto com vegetação de restinga característica do bioma mata atlântica, localizada a 40 km do centro da sede municipal com acesso por meio de uma estrada de terra. Apesar de Povoação ser frequentada por visitantes, o turismo não é a maior fonte de renda no local. A economia é baseada na pesca e na cacauicultura – realizada em parte em ilhas do Rio Doce – e, ainda, abriga a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC). É a sede distrital das seguintes comunidades: Vila de Povoação, São Luís, Paraíso, Santa Helena, Três Irmãos e parte de Ipiranga.

A vila de Povoação é comunidade pesqueira, localizada à margem esquerda do Rio Doce, a poucos quilômetros de sua foz norte e, em 2010, tinha 3.247 habitantes (IBGE, 2010). O povoado fica a poucos metros da praia, e atravessando o Rio Doce a partir de Povoação chega-se a Regência. Atrai turistas especialmente para prática do surfe, devido às suas boas condições para essa atividade, e em busca da pesca esportiva (FGV, 2021d). O povoado é reconhecido por suas festividades – Festa da Manjuba, Festa do Robalo, Forró, Festa Junina, Festa de São Benedito, que que são bastante ligadas a atividade pesqueira, principalmente na relação com a culinária local (INSTITUTOS LACTEC, 2020). Apesar de se localizar a poucos quilômetros da foz norte do Rio Doce, há carência de informações especificamente ligadas a Povoação, sendo poucos os registros que apresentam a história ou contexto atual específico ao território.

- **Distrito de Pontal do Ipiranga**

Pontal do Ipiranga é um distrito que possui complexos de vegetação de restinga bem protegidos, abrigando o Parque das Orquídeas. A economia do distrito baseia-se na pecuária, pesca e extrativismo, com destaque para a aroeira. Além da vila de Pontal do Ipiranga, é a sede distrital das seguintes comunidades: parte de Três Irmãos, Agrovila, Ipiranga e Campo Grande.

O balneário de Pontal do Ipiranga tem sua origem em loteamento turístico-residencial planejado e implantado entre o final da década de 1980 e o começo dos anos 1990. Após, a ocupação seguiu em expansão, com aumento de casas de veraneio e população residente. Atualmente, com acesso asfaltado pela Rodovia ES-358 e estrutura de recepção turística, o balneário recebe grande fluxo de visitantes de Linhares e região, especialmente no verão. O balneário é formado pelos espaços de banho, pesca, esporte e fruição nas águas que consistem em uma praia marítima com 25 km de costa e a área de foz do Rio Ipiranga. Na parte marítima do balneário, o surfe era a principal atividade esportiva, praticada por visitantes e por moradores locais, sendo esta uma das únicas alternativas de lazer no distrito. O Rio Ipiranga também era local de grande importância para as diversas práticas socioculturais (INSTITUTOS LACTEC, 2020).

A Comunidade Quilombola de Degredo está localizada no distrito e o processo de reconhecimento da CQR Degredo foi aberto pela Fundação Palmares em 5 de março de 2015, a partir de demanda da comunidade e da elaboração de relatório de identificação. A portaria que oficializa a certificação pelo órgão como território quilombola foi publicada em 20 de maio de 2016 (Portaria nº 104/2016 – Fundação Palmares). São centrais para a identidade da comunidade os laços de consanguinidade,

afinidade e compadrio que compõem uma rede de trocas comerciais e simbólicas, e a existência de uma ancestralidade comum, representada pela figura de Atalino Leite de Araújo. O finado Atalino, descendente de escravizados, reconhecido como o primeiro a chegar na região por volta de 1928, a partir de suas relações conjugais e filhos gerados, deu origem a quatro troncos familiares nos quais se autorreconhecem os quilombolas de Degredo, que habitam o local desde então (HERKENHOFF; PRATES, 2018).

No processo de definição dos territórios para a seleção de assessorias técnicas, realizadas pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, com objetivo de apoiar os atingidos após o desastre (previstas no TAC-Gov), Degredo foi definido como território para escolha de assessoria técnica (AT) própria. A Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombolas (ASPERQD) foi eleita em 2019 e teve seu plano de trabalho aprovado em abril de 2020, tendo seus trabalhos iniciados em 1 de maio de 2020, com previsão de dois anos de execução.

Em 2019, a FGV abriu diálogo e acompanhou ações e decisões da comunidade remanescente quilombola de Degredo no âmbito do CIF, sendo escolha da mesma seguir no processo com as ações e negociações junto com a assessoria técnica da ASPERQD. Os avanços da estratégia da comunidade de Degredo e ASPERQD, mesmo com todas as dificuldades imputadas pelo processo reparatório em curso, vêm ocorrendo com resultados positivos e colaboram na construção de caminhos possíveis para reparação integral. Entre eles, a conquista de uma sentença junto à 12ª VA que considera as especificidades para uma matriz de danos quilombola, publicada em 14 de julho de 2021.

- **Distrito sede**

A sede municipal de Linhares está localizada à margem esquerda do Rio Doce, a cerca de 50 km da foz no oceano Atlântico. Segundo Institutos Lactec (2020), o distrito conta com cerca de 170.000 habitantes, sendo limitado ao sul pelo Rio Doce e a oeste pelo Rio São José, além de contar com grande variedade de opções de serviços e comércio, e também dispor de infraestrutura turística (hotéis e restaurantes).

O distrito se situa, em grande parte, na área conhecida como “delta” do Rio Doce, caracterizada pela formação de 69 lagoas de dimensões variadas e de grande importância para a população da sede do município em função do abastecimento de água, atividades econômicas, de lazer, esportes náuticos e intimamente ligadas à identidade dos munícipes (FGV, 2020j). A lagoa Juparanã – responsável por parte do abastecimento do município – se destaca por ser a maior do Brasil em volume d’água e a segunda maior em extensão, com 26 km (RAMBOLL, 2019).

Ainda é importante destacar que o Rio Pequeno, elemento de ligação entre a lagoa Juparanã[29] e o Rio Doce, margeia parte da cidade de Linhares, especificamente na avenida Beira Rio. Em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, a prefeitura municipal construiu um dique de contenção no Rio Pequeno para impedir a chegada dos rejeitos na lagoa Juparanã, causando diversos danos ambientais (INSTITUTOS LACTEC, 2020). Além dos danos ambientais, o barramento promoveu tensões quanto à elevação do nível da lagoa Juparanã e os riscos à população residente a jusante desse barramento, tendo como resultado a remoção de 52 famílias da avenida Beira Rio (em julho/2018) como garantia de segurança durante a realização das intervenções necessárias para a abertura de um canal extravasor para a água em direção ao Rio Doce, realizado em setembro/2018 (RAMBOLL, 2019) – questões que serão tratadas no Capítulo 3, seção 3.2.4.

- **Distrito São Rafael**

Segundo a base do Incra, o município de Linhares possui dois assentamentos de reforma agrária federais. O PA Chapadão do Rio Quartel, criado em 1987 e localizado ao sul da sede do município, próximo à BR-101 e ao Rio Riacho, onde vivem cerca de 15 famílias em área de aproximadamente 200 há, e o Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, que foi criado pelo governo federal em 2008, após ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que possui uma área de 2.000 ha, onde vivem cerca de 100 famílias. Ele está estabelecido na antiga Fazenda Esperança, estendendo-se por 7 km às margens da rodovia ES-248 (que liga a sede de Linhares à sede de Colatina), no entorno da lagoa Terra Alta. Possui terrenos na beira do Rio Doce.

[29] A Juparanã é a maior lagoa de Linhares, e importante local de lazer e pesca de algumas comunidades próximas a ela nos municípios de Linhares e Sooretama, além de ser utilizada para parte do abastecimento de água da prefeitura de Linhares. O Rio Pequeno estabelece ligação entre o Rio Doce e a lagoa Juparanã. Assim, seu barramento foi feito em caráter emergencial logo após o rompimento da barragem de Fundão, para evitar a contaminação da lagoa com os rejeitos da Samarco. Desde 2015, houve diversas alterações nas estruturas construídas para esse fim, devido aos altos índices pluviométricos e instabilidade das construções efetuadas. Há distintos desdobramentos dos barramentos do Rio Pequeno ao longo dos últimos anos, resultando em consequências ambientais, devido aos alagamentos derivados da interrupção do fluxo de águas (lagoa Juparanã e Rio Pequeno), prejudicando a fauna e flora locais e provocando a morte de muitas espécies; e socioeconômicas, geradas pelos riscos e efetivos alagamentos no Rio Pequeno e pela instabilidade das edificações. O Rio Pequeno margeia parte da cidade de Linhares e, especificamente na avenida Beira Rio, famílias sofreram três processos de remoção de suas habitações potencialmente comprometidas pelos problemas decorrentes do barramento (entre os anos de 2015 e 2019). Além disso, também a prefeitura municipal teve diversas demandas para mobilização e acompanhamento das decisões e obras efetuadas (FGV, 2020j).

O Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus se encontra localizado no distrito São Rafael e foi visitado por expedição que gerou o relatório Rede UFES (2016), onde foi relatado que:

> Os moradores utilizam água coletada de lagoas no interior do terreno onde vivem e de alguns poços artesianos. Contudo, há presença de famílias residentes próximas ao Morro dos Cabritos e que faziam uso da água do Rio Doce. Relataram que na ocasião em que a pluma de contaminação se aproximava da região, apesar de a maioria ser independente das águas do Doce, acreditavam que certamente perderiam sua fonte de água potável. Isto porque os lagos eram alimentados pelo rio. Para evitar a contaminação, bloquearam a estrada e exigiram a construção de um dique. Mas, segundo relatos dos moradores, houve forte repressão policial, violência e ingerência do governo municipal. Por fim, o governo fechou o acesso ao lago. A comunidade não contava com nenhuma forma de assistência por parte do governo ou da Samarco (LEMM; LEIDETEC; GIAIA, 2016, p. 21).

Ainda segundo o relatório da Rede UFES (2016), o assentamento possui forte produção de cacau e de laticínios, que são vendidos nas proximidades. Segundo Institutos Lactec (2020, p. 328 e 329), que visitou o local em 2018, atualmente há 150 famílias assentadas que se organizam em lotes com casas e roças domésticas no entorno da lagoa Terra Alta. Há ainda uma escola e igrejas católica e evangélica. O principal plantio naquele momento era o café, produzido em lotes individuais, e o gado. O Institutos Lactec (2020) ainda relata que as famílias plantavam cacau às margens do Rio Doce, atividade interrompida em função do desastre.

> As narrativas registradas nas oficinas conduzidas entre população local e FGV desdobram os danos socioeconômicos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, sendo os mesmos organizados por dimensão temática e apresentados na seção 3.2.4

3 IDENTIFICAÇÃO DE DANOS SOCIOECONÔMICOS

A identificação de danos junto a grupos atingidos, articulada a outras fontes de informação, compõe a base de dados primários para o diagnóstico realizado pela FGV sobre os danos socioeconômicos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão e dá lastro para a construção de possibilidades reparatórias no contexto da reparação integral.

As informações reunidas e analisadas neste capítulo resultam dos encontros para levantamento de danos com a participação das pessoas atingidas da Região Estuarina, Costeira e Marítima (RECM) do Espírito Santo, composta pelos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz, Fundão e Serra.

A abordagem metodológica aplicada nesse processo de identificação de danos atende às premissas definidas pelo Termo de Ajustamento Preliminar e por seu aditivo (2017), descritas no Apêndice A, que valorizam a centralidade e a importância dos atingidos e atingidas no processo de reparação. Para compartilhar os resultados desse processo, o presente capítulo se divide em duas partes: metodologia de identificação de danos utilizada; e identificação de danos socioeconômicos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão identificados a partir de interações no território da RECM.

3.1 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos para a identificação de danos[30] foram conduzidos pela FGV em interação com grupos de pessoas atingidas de acordo a Figura 7 a seguir, destacando: (i) Fase Preparatória; (ii) Fase de Construção Coletiva de Danos e Análise; e (iii) Processo de Devolutiva, cada qual subdividida em momentos. Os momentos identificados no fluxo apresentado não são estanques, sendo por vezes realizados de forma articulada.

[30] O conteúdo desta seção parte da descrição de procedimentos metodológicos adotados pela FGV na identificação de danos, conforme já apresentado anteriormente em FGV (2020k; 2020m).

Figura 7 — Quadro-resumo do fluxo metodológico utilizado na identificação de danos



Fonte: Elaboração própria (2022).

O processo de identificação de danos foi desenvolvido paralelamente para cada uma das quatro divisões territoriais da RECM (descritas no Capítulo 2). Essas divisões foram definidas a partir de um esforço de análise de dados secundários, realizado no âmbito das discussões no Sistema CIF sobre o próprio reconhecimento dessas áreas enquanto atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão (FGV, 2021d); e validadas com

organizações e lideranças da região durante as etapas de aproximação e pactuação. São elas:

I **Litoral Norte:** municípios de Conceição da Barra e São Mateus, localizados ao Norte da foz do Rio Doce;

II **Sapê do Norte:** território de comunidades quilombolas compreendidas nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus[31];

III **Litoral Sul:** municípios de Aracruz, Fundão e Serra, localizados ao Sul da foz do Rio Doce; e

IV **Foz do Rio Doce:** município de Linhares.

Assim, para cada uma delas foi desenvolvido um conjunto de atividades que seguiram três processos paralelos empreendidos de forma escalonada. A aproximação, a pactuação, a mobilização e a realização das oficinas foram feitas sequenciadamente em cada uma das divisões territoriais, permitindo que as diferentes fases e momentos de interação em campo fossem efetivadas dentro de espaço de tempo mais curto, evitando longos períodos sem diálogo com as pessoas atingidas dos diferentes recortes territoriais, estratégia que se mostrou apropriada ao longo do processo.

A equipe optou por iniciar as interações em campo pelo Litoral Norte da RECM. Tal escolha se deu pelo maior número de organizações e atores-chave identificados nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, além da complexidade do desenho a ser construído junto às Comunidades Remanescentes de Quilombos do Sapê do Norte. Na sequência, iniciaram-se os diálogos no Litoral Sul e, por fim, em Linhares. As fases e momentos do processo de levantamento de danos foram se sucedendo para cada uma das divisões territoriais seguindo a mesma metodologia, como descrito a seguir.

- **Fase Preparatória**

Os procedimentos empregados nessa fase privilegiam a troca de informações e conhecimentos para execução da identificação de danos, ao possibilitar, à equipe técnica, compreender as particularidades da realidade e da ambiência no território e, aos atingidos, a confiança necessária para participarem nesse processo.

Organizada em quatro momentos: (i) pesquisa; (ii) aproximação; (iii) pactuação de estratégias e procedimentos; e (iv) mobilização, essa fase compreende: os

[31] Para a análise dos danos identificados, a FGV definiu apresentar separadamente Litoral Norte e Sapê do Norte, a fim de descrever as alterações nos modos de vida ocorridos no Sapê do Norte respeitando a territorialidade, ancestralidade e tradicionalidade existentes nessas comunidades remanescentes de quilombos.

procedimentos de pesquisa e levantamento de dados secundários sobre o território; os grupos sociais e o processo de reparação em curso; a identificação de atores-chave (organizações da sociedade civil, lideranças e instituições públicas) atuantes no território; e ações de apresentação e publicidade, no território, do mandato da FGV ante o rompimento da Barragem de Fundão (assistência técnica ao MPF), assim como das atividades e metodologias previstas para a execução da identificação de danos.

O momento de pesquisa envolveu o levantamento de dados secundários e leitura de documentos sobre temáticas afins ao rompimento da Barragem de Fundão, bem como sobre o recorte específico do território, a fim de identificar informações sobre seus aspectos culturais, históricos, sociais e econômicos, possibilitando o reconhecimento das especificidades e territorialidades locais e compreensão do contexto do desastre nesse território. A análise dos dados secundários gerou um relatório publicado (FGV, 2021d) no contexto de discussões no sistema CIF sobre o reconhecimento desses municípios como atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, sistematizando dados, conceitos e análises importantes para contribuir com evidências de diversos danos socioeconômicos sofridos pelas populações da RECM.

Além da publicação de tal relatório, salienta-se que as atividades de pesquisa permearam todo o processo de identificação de danos, com o objetivo de fornecer subsídios não apenas para a preparação da equipe em relação à entrada em campo, mas também para a fundamentação das linhas investigativas adotadas pela FGV, que, baseadas no referencial teórico sobre territorialidades e na pesquisa qualitativa, buscaram captar as alterações nas diferentes dimensões dos modos de vida em razão do rompimento da Barragem de Fundão e identificar os danos ocasionados por estas alterações.

Para as três divisões territoriais da RECM foram analisados, essencialmente: (i) textos acadêmicos publicados sobre a região, sobre o desastre e temas correlatos; (ii) dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre outros; (iii) notas técnicas e deliberações emitidas pelos órgãos do CIF; (iv) documentos emitidos pelos experts, tais como pareceres e relatórios técnicos publicados no site do Ministério Público Federal (MPF); e (v) matérias jornalísticas de diversas mídias.

Para iniciar os momentos de aproximação nas três divisões territoriais propostas, foi feita a identificação de atores-chave, observando-se a realidade social existente, respeitando as representações constituídas e reconhecidas a partir do próprio território,

que possuem autorização e reconhecida legitimidade no que se refere à territorialidade, aos saberes locais e à centralidade das pessoas atingidas.

Ela foi realizada de forma escalonada no território objeto desta análise, tendo sida feita entre os meses de junho e julho de 2021 para o Litoral Norte (envolvendo também, paralelamente, o Sapê do Norte); no mês de setembro no Litoral Sul; e entre outubro e novembro no município de Linhares. Nesses momentos também foi dialogado com as organizações e lideranças sobre a divisão territorial proposta para o presente estudo sobre a RECM, a qual foi validada.

Durante a aproximação realizaram-se três frentes de articulação, sendo: (i) reuniões com o poder público; (ii) reuniões com organizações da sociedade civil e lideranças; e (iii) contatos com atingidos e atingidas.

A primeira frente de articulação teve o objetivo específico de ampliar o olhar sobre cada uma das divisões territoriais e realidades municipais frente ao rompimento da Barragem de Fundão, visando compreender possíveis dimensões de danos e grupos ainda não identificados pela FGV na etapa de revisão bibliográfica e documental. Para isso, estabeleceu-se contato com as prefeituras municipais e outros órgãos públicos com atuação no território.

Por sua vez, a frente de articulação com atores-chave e organizações da sociedade civil — como movimentos sociais, associações e comissões de atingidos — teve como propósitos apresentar a FGV e os objetivos de sua atuação no âmbito do desastre, conhecer a atuação da organização e/ou liderança e obter informações acerca do território, da população atingida e dos danos sofridos. Esses diálogos foram fundamentais também para a criação de propostas de agrupamentos para os momentos coletivos de identificação de danos (oficinas), que posteriormente foram pactuadas.

Através dessas aproximações ainda foi possível o estabelecimento da terceira frente de articulação, junto a outras lideranças indicadas, com o objetivo de apresentar a FGV e seu escopo de trabalho ao longo da bacia do Rio Doce e litoral capixaba para pactuar a estratégia de identificação de danos.

Realizadas todas as frentes do momento de aproximação, inicia-se a pactuação necessária para realização da identificação de danos. Foi pactuado com organizações e atores-chave que seriam realizadas oficinas com grupos de ofício, grupos sociais e comunidades atingidas, respeitando as formas de organização local estabelecidas. A pactuação entre FGV e as pessoas atingidas, bem como as organizações por elas legitimadas, envolveu também o planejamento das atividades participativas a serem realizadas pela FGV no território. Trata-se de uma forma de envolver essas

organizações nos agrupamentos propostos para a realização das oficinas, adequação do cronograma e definição dos procedimentos adotados para a investigação de campo, a fim de que essas atividades incorporem e, ao mesmo tempo, reflitam a realidade do território e as formas de organização social previamente estabelecidas.

A FGV manteve diálogo com as organizações da sociedade civil e lideranças para detalhar a execução das atividades no que se refere às formas de mobilização e pactuação de dias e horários para realização das oficinas, envolvendo ainda a decisão de realização da oficina em momento único ou em dois momentos (conforme será detalhado no próximo item). Além disso, no caso do município de São Mateus, a pedido de atores-chave, foi feita reunião de pactuação com lideranças para definição de cronograma e de quais comunidades seriam ouvidas nas diferentes interações[32].

No Litoral Norte e na foz do Rio Doce ainda surgiu a demanda, durante o processo de aproximação e pactuação, para realização de momento de escuta específico com as mulheres atingidas. Organizações e lideranças (mulheres e homens) apontaram haver particularidade na forma como os modos de vida desses grupos sociais são afetados, especialmente no que diz respeito ao trabalho, cotidiano e relações sociais e familiares. Assim, foram realizadas oficinas específicas com mulheres, conforme será detalhado no próximo item.

Durante os momentos de aproximação e pactuação ainda foi necessário dar atenção especial às possibilidades e condições de participação das pessoas atingidas diante do cenário de crise sanitária mundial, ocasionada com a pandemia do SARS-CoV-2 (COVID 19), uma vez que as oficinas de identificação de danos seriam realizadas de forma virtual. Para isso, foram levantadas informações sobre os meios de comunicação (*smartphone*, computador) aos quais as pessoas atingidas possuem acesso e as condições de acesso à internet em área urbanas e rurais, ponderando-se entre as alternativas encontradas para que a identificação de danos pudesse abranger a participação da maior quantidade possível de pessoas.

Na sequência, a FGV iniciou o processo de mobilização, que foi centrado no convite às pessoas atingidas, por meio de contatos telefônicos, para a participação dos momentos de interação para levantamento e registro de narrativas e danos, e nas suas condições de participação de forma remota. Sua importância é fortalecer a participação informada das pessoas e estimular o interesse e a presença nas oficinas, mas também corresponde à etapa de planejamento e definições conjuntas de cronograma para a

[32] Pontal do Ipiranga, balneário do município de Linhares, foi agrupada com outras comunidades da porção sul do litoral de São Mateus para a realização de oficina, decisão tomada em diálogo com pessoas atingidas dessa localidade.

execução das oficinas e ambientação dos participantes para a utilização da plataforma de interação escolhida[33].

Esses contatos foram feitos com tempo e conteúdos suficientes para possibilitar o estabelecimento de uma relação de confiança entre os moradores das comunidades atingidas e a equipe de pesquisa. O objetivo principal da mobilização foi compartilhar informações sobre o trabalho da FGV enquanto *expert* do Ministério Público Federal e sobre o próprio momento de interação. Entre os pontos abordados, destacam-se: (i) o caráter coletivo das oficinas de identificação de danos; (ii) a independência do trabalho realizado pela FGV em relação à Fundação Renova e aos advogados que atuam no contexto de implementação do sistema simplificado de indenização em curso; (iii) as potencialidades e os limites do trabalho desenvolvido pela FGV, com destaque para a importância da escuta coletiva das pessoas atingidas para a construção do diagnóstico de danos socioeconômicos do território.

Destaque-se que o contexto de desigualdade faz com que muitas comunidades atingidas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão não disponham de acesso a serviços públicos e direitos fundamentais, como o direito de acesso à informação e à inclusão digital (art. 5º, XIV, Constituição Federal e art. 4º, I, Lei 12.905/14). Em um contexto no qual o isolamento social era medida determinada pelas autoridades públicas para prevenção e combate à pandemia do SARS-CoV-2 (COVID 19), a realização de interações virtuais era a única forma de conduzir trabalhos participativos com as comunidades. Esta realidade inviabilizou a realização do trabalho em comunidades que não dispõem de acesso à internet e telefonia, com oferta de serviço minimamente adequado para interações remotas, como foi o caso de Areal, destacado na caracterização.

- **Fase de Construção Coletiva de Danos: agrupamentos e perfil dos participantes**

A fase de Construção Coletiva de Danos visa à produção participativa de conhecimento sobre as alterações ocasionadas aos modos de vida das pessoas atingidas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão, em oficinas de caráter coletivo, por meio das quais os participantes identificam, explicitam e validam os danos a eles ocasionados, sendo as narrativas e danos registrados para posterior organização e

[33] Pesquisadoras e pesquisadores da FGV prestaram, via contatos telefônicos, apoio tecnológico para *download* e utilização dos aplicativos utilizados nas oficinas a distância e, ainda, disponibilizaram um vídeo explicativo, com orientações sobre procedimentos de uso, entre outros.

análise por parte da FGV e, se necessário, complementados por meio da realização de entrevistas.

Esta fase se subdivide nos momentos de interação com fins de identificação (oficinas e/ou entrevistas a distância com pessoas atingidas)[34] e na organização, sistematização e análise das narrativas e danos registrados pela equipe técnica da FGV. O fio condutor desta etapa é o diálogo sobre alterações nos modos de vida, preferencialmente em espaços coletivos de troca[35].

Durante os meses de julho a novembro de 2021, a FGV realizou 25 oficinas de levantamento de danos na RECM, totalizando 243 participantes. Foram feitas doze oficinas no Litoral Norte entre os meses de julho e setembro, sendo três delas especificamente com moradores e moradoras de comunidades quilombolas do território do Sapê do Norte no mês de julho; quatro oficinas no Litoral Sul entre setembro e outubro; e nove oficinas em Linhares durante os meses de novembro e dezembro.

As oficinas foram realizadas por grupos territoriais, de ofícios e grupos sociais identificados e pactuados na fase preparatória. Os grupos de ofícios consistiram em trabalhadores dos setores da pesca; da agropecuária; do turismo, comércio e serviços; e do artesanato. Nas oficinas territoriais foram ouvidos os moradores das sedes ou de comunidades (ribeirinhas, pesqueiras, do mangue, de assentamentos de reforma agrária, entre outras) dos municípios do território objeto deste estudo. Além disso, foram realizadas oficinas com grupos de mulheres atingidas dos municípios de São Mateus, Conceição da Barra, Linhares e das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Sapê do Norte, a partir de demanda identificada na aproximação e pactuação nestes locais; e em Linhares foi feita uma oficina com surfistas atingidos, acordada com o próprio grupo a partir da identificação de questões particulares e transversais — diante do não reconhecimento desse grupo enquanto atingido pelo processo de reparação em curso — que poderiam ser melhor compreendidas em um momento específico. Além disso, algumas oficinas de Linhares envolveram grupos ligados às pautas culturais das localidades, em conjunto com grupos de ofícios.

Conforme tratado no item anterior, os agrupamentos para as oficinas foram realizados com base em levantamento de estudos secundários sobre a RECM e de interações nos

[34] Apêndice C – Fichas das interações de levantamento de dados realizadas na Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo.

[35] A pandemia COVID-19 colocou à FGV o desafio de construção de metodologias seguras para a continuidade da identificação de danos, seguindo as orientações de distanciamento social. Para isso, privilegia-se a utilização de plataformas *on-line* que propiciem espaços coletivos de interação; contudo, nem todos os grupos e localidades possuem o mesmo acesso à internet e às ferramentas. Por isso, visando garantir uma escuta que abranja os diferentes perfis de pessoas atingidas, realizam-se, quando necessário, levantamentos individuais por telefone.

momentos de aproximação e pactuação com organizações e lideranças, que auxiliaram na compreensão de quais seriam as melhores estratégias de junção de grupos para compreensão dos danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, cotejadas com o tempo disponível da FGV para tal. Assim, os agrupamentos foram definidos para cada divisão territorial[36].

Para o Litoral Norte, os agrupamentos propostos e pactuados para a realização das oficinas envolveram escuta combinada de grupos de ofício, territoriais e sociais para cada um dos municípios (São Mateus e Conceição da Barra); e para o Sapê do Norte foram realizadas três oficinas, com participação de membros de 15 comunidades quilombolas[37], gerando o seguinte desenho:

- Município de Conceição da Barra: duas oficinas com grupos da pesca (uma com pescadores da Sede do município e outra com pescadores de Itaúnas e Meleiras); uma com grupos da agropecuária e assentamentos de reforma agrária; uma com trabalhadores do comércio, serviços e turismo (Sede e Itaúnas); e uma oficina com mulheres atingidas.
- Município de São Mateus: uma oficina com o grupo da pesca (com a presença de membros das comunidades de Gameleira, Sítio Ponta, São Miguel, Nativo e Campo Grande); uma oficina com grupo de produtores rurais (com membros das comunidades de Gameleira, Nativo e Sítio Ponta); uma oficina relacionada a pesca, agropecuária e turismo (com membros das comunidades de Barra Nova Sul, Barra Seca, Guriri e Pontal do Ipiranga); e uma oficina com mulheres atingidas.
- Sapê do Norte: duas oficinas com moradores e moradoras de diferentes comunidades quilombolas (definidas a partir da possibilidade de participação dos atingidos e atingidas em cada uma delas); e uma oficina com mulheres quilombolas atingidas.

No Litoral Sul foram realizadas quatro oficinas com grupos de ofícios, envolvendo as comunidades litorâneas de Jacaraípe, Nova Almeida, Manguinhos, Carapebus e

[36] Importante salientar que as informações a seguir dizem respeito à efetiva participação de membros das comunidades nas oficinas realizadas. O processo de pactuação e mobilização envolveu número bem maior de pessoas (424), que por diversas razões não estiveram presentes nos momentos de interação.

[37] As oficinas tiveram participação de membros das seguintes comunidades: Angelim I; Angelim II; Angelim III; Angelim Disa; Córrego do Alexandre; Córrego do Chiado; Córrego do Sapato; Córrego do Sertão; Córrego Grande; Coxi; Linharinho; Morro da Onça; Roda D'Água; Santana; e São Domingos.

Bicanga (Serra); Praia Grande (Fundão); e Barra do Riacho, Vila do Riacho, Coqueiral e Barra do Sahy (Aracruz), sendo:

- Municípios de Serra e Fundão[38]: uma oficina com o grupo de pesca oficina com o grupo de turismo e comércio;
- Município de Aracruz: uma oficina com o grupo de pesca e uma oficina com o grupo de turismo e comércio.

Já para o recorte territorial da foz do Rio Doce foram realizadas nove oficinas, diante da existência de diversos grupos sociais, de ofícios e comunidades com questões bastante específicas a serem ouvidas (conforme debatido na Seção 2.3), sendo:

- Vila de Povoação: uma oficina com comerciantes, artesãos e comunitários ligados ao debate da cultura, e uma oficina com o grupo de pesca e turismo;
- Vila de Regência: uma oficina com o grupo da pesca e uma oficina com o grupo envolvendo comércio, turismo, artesanato e cultura;
- Av. Beira Rio (Linhares/sede): uma oficina com moradores.
- Comunidade Ribeirinha de Entre Rios: uma oficina com moradores.
- Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus: uma oficina com moradores desse Assentamento de Reforma Agrária.
- Uma oficina com surfistas do município que praticam a atividade em diferentes localidades (especialmente Pontal do Ipiranga, Povoação e Regência);
- Uma oficina com mulheres atingidas de diferentes localidades (Povoação, Regência e Pontal do Ipiranga).

As oficinas tiveram diferentes números de participantes, com mínimo de três e máximo de trinta pessoas, e média de aproximadamente 10 participantes por interação. Na Figura 8 e na Tabela a seguir estão discriminados os números de oficinas e de participantes por divisão territorial.

[38] A junção de atingidos e atingidas dos municípios de Serra e Fundão foi definida em diálogo com os grupos, durante a aproximação e pactuação. Tal desenho se justifica pela proximidade entre os grupos ouvidos dos dois municípios, conforme descrito na caracterização.

Figura 8 — Interações para identificação de danos



Fonte: Elaboração própria (2022).

Tabela 6 — Número de oficinas e de participantes por município e por divisão territorial

Território	Município	Número de oficinas				Número de participantes			
		Ofício	Territorial	Grupos sociais	**Total**	Ofício	Territorial	Grupos sociais	**Total**
Litoral Norte	Conceição da Barra	4	0	1	**5**	38	0	3	**41**
	São Mateus	2	1	1	**4**	4	27	7	**38**
Território quilombola Sapê do Norte	Conceição da Barra e São Mateus	0	2	1	**3**	0	18	30	**48**
Litoral Sul	Aracruz	2	0	0	**2**	16	0	0	**16**
	Serra e Fundão	2	0	0	**2**	19	0	0	**19**
Foz do Rio Doce	Linhares	1	6	2	**9**	11	52	18	**81**
TOTAL		**11**	**9**	**5**	**25**	**88**	**97**	**58**	**243**

Fonte: Elaboração própria (2022).

Ao total, participaram das interações 243 pessoas atingidas, sendo 53% mulheres e 47% homens. Essas porcentagens variaram de acordo com as divisões territoriais, conforme apresentado no gráfico a seguir. Merece destaque a proporção de mulheres participantes das interações realizadas no território quilombola de Sapê do Norte em relação aos outros territórios. Enquanto para a foz do Rio Doce, Litoral Norte e Litoral Sul a participação de homens e de mulheres nas oficinas ficou em aproximadamente 50% cada, com leve tendência à maior participação masculina, para Sapê do Norte a proporção é de 83% de mulheres para 13% de homens.

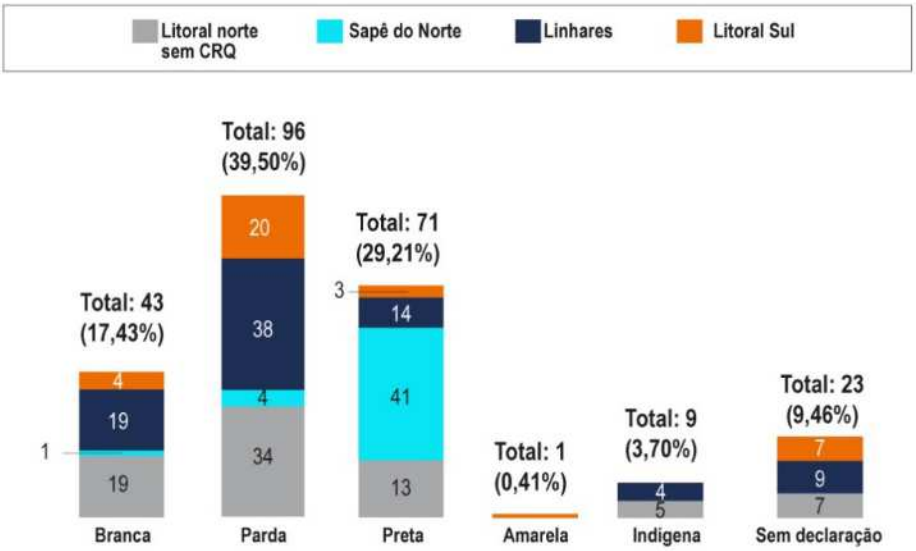
Gráfico 5 — Perfil dos participantes por gênero elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV

DADOS GERAIS	53% feminino (130 pessoas)	47% masculino (113 pessoas)
Litoral norte sem CRQ	49% (38 pessoas)	51% (40 pessoas)
Sapê do Norte	87% (40 pessoas)	13% (6 pessoas)
Linhares	44% (37 pessoas)	56% (47 pessoas)
Litoral Sul	43% (15 pessoas)	57% (20 pessoas)

Fonte: Elaboração própria (2022).

Como pode ser observado no Gráfico 6, em relação ao perfil por raça/cor, no agregado 39% se declararam pardos e 29% pretos, correspondendo a 68% do total, ou seja, a maior parte dos participantes era negra. Em seguida, 17% se declararam brancas e 3% se declararam indígenas. Pessoas amarelas e que não se identificaram somam 10%. Merece destaque aqui o fato de Sapê do Norte ser um território quilombola, o que se reflete na proporção de participantes que se declararam pretas e pardas (89% e 11%, respectivamente). Nos demais territórios preponderou a participação de pessoas que se declararam pardas, sendo 45% para a foz do Rio Doce, 44% para o Litoral Norte e 57% para o Litoral Sul.

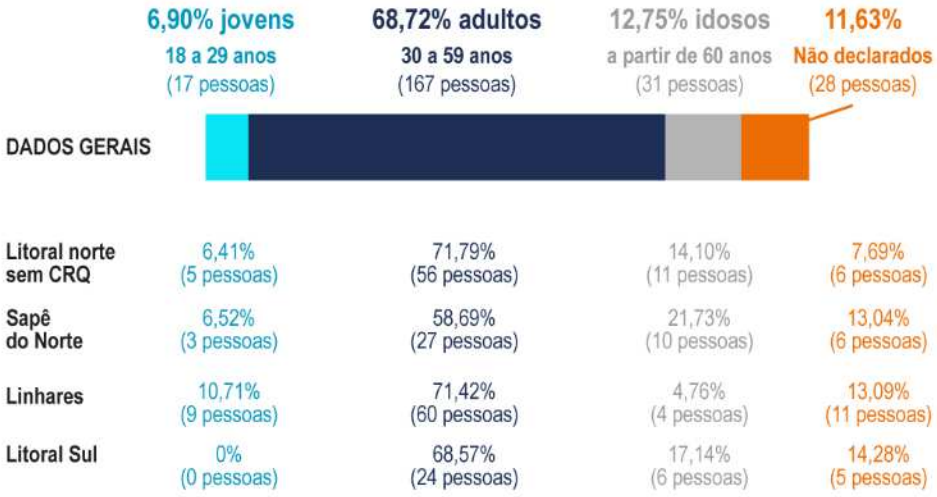
Gráfico 6 — Perfil dos participantes por raça/cor, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV



Fonte: Elaboração própria (2021).

Em termos de divisão etária, e no agregado para todas as divisões territoriais, participaram das oficinas pessoas jovens (18 a 29 anos) na proporção de 7%, população adulta (30 a 59 anos) na proporção de 69%, e idosos (a partir de 60 anos) na de 13%. Tais proporções variam para cada uma das divisões territoriais. A participação da população adulta é majoritária em todas elas. Porém, na foz do Rio Doce a participação de jovens é mais expressiva que a de pessoas idosas, enquanto que para os demais territórios ocorre o inverso, conforme apresentado no Gráfico 7.

Gráfico 7 — Perfil dos participantes por faixa etária, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV



Fonte: Elaboração própria (2022).

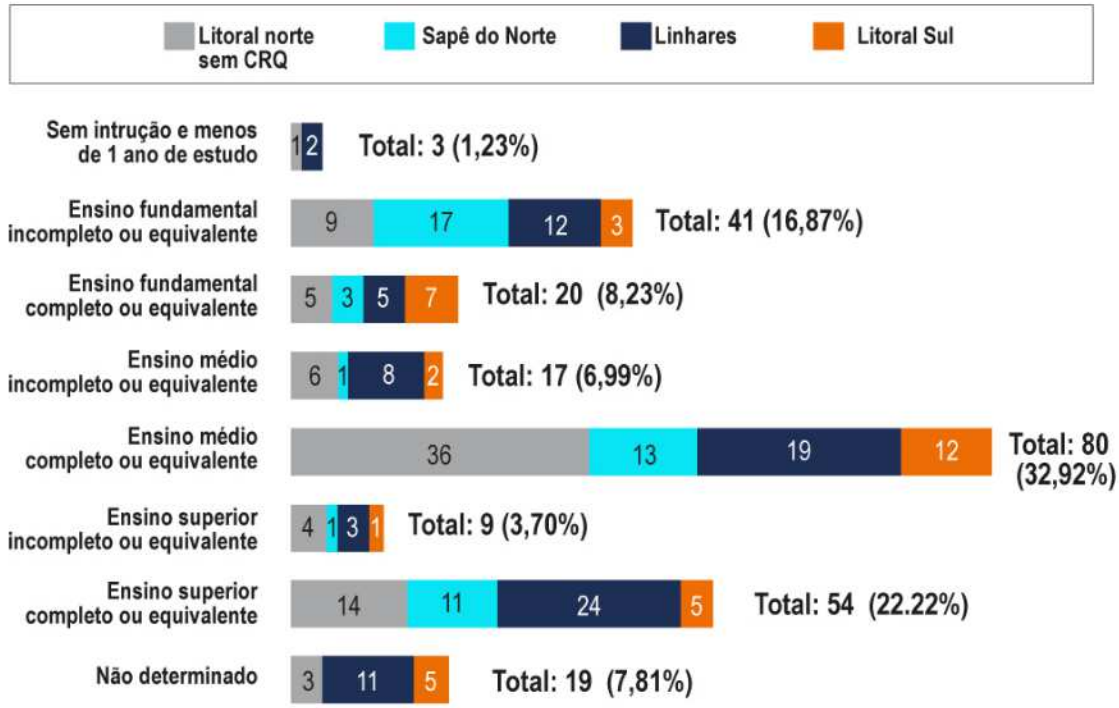
Ainda no que se refere à divisão etária, quando os dados são separados por gênero, identifica-se que a participação de jovens é maior entre mulheres (somando 13% entre as mulheres participantes das oficinas, enquanto para os homens representa 4%). A participação de mulheres adultas é menor: 71% das mulheres ouvidas possuíam entre 30 e 59 anos, enquanto esse percentual entre os homens ouvidos é de 84%. Já a participação de idosos homens e mulheres mantém porcentagens mais próximas à média (14% e 12%, respectivamente).

Ao fazer o recorte etário por raça/cor, os dados gerais são bastante similares aos gerais. Destaca-se a maior participação de jovens entre os que se autodeclaram indígenas (22%, enquanto a média geral é de 8%); de idosos entre os que se autodeclaram pretos (18%, frente à média de 14%); e de adultos entre os que se autodeclaram brancos (81%, frente à média de 78%).

No que consiste à escolaridade, em relação ao agregado das divisões territoriais trabalhadas para a RECM, 8% possuem ensino fundamental completo, 17% possuem fundamental incompleto e 1% das pessoas se declararam analfabetas, somando 26% do total. A maior parte dos participantes possui ensino médio completo (32%), enquanto que aqueles que possuem ensino superior, completo e incompleto, somam 26% dos participantes; 8% dos participantes não declarou informações a respeito de sua escolaridade. Ao considerar separadamente cada território, as proporções se diferem daquelas do agregado. Na foz do Rio Doce, participaram majoritariamente pessoas com

ensino superior completo (29%). Já tanto no Litoral Sul como no Litoral Norte participaram em maior proporção pessoas com ensino médio completo (34% e 46%, respectivamente), enquanto que para Sapê do Norte a participação majoritária foi de pessoas com ensino fundamental incompleto (37%). Essas informações estão dispostas no Gráfico 8.

Gráfico 8 — Perfil dos participantes por escolaridade, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV



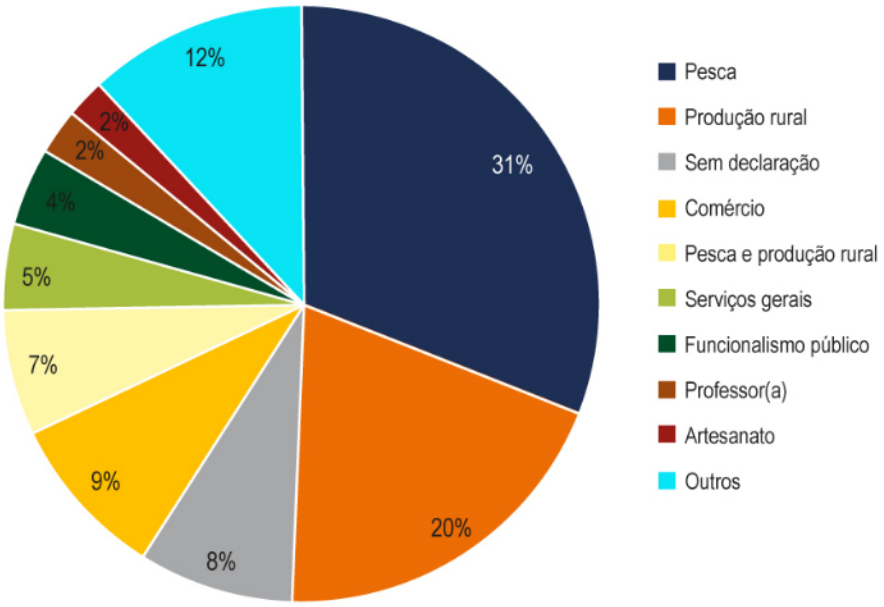
Fonte: Elaboração própria (2021).

Ao fazer o recorte da escolaridade por gênero, identificamos que as mulheres atingidas ouvidas pela FGV têm percentualmente maior escolaridade que os homens: 30% das mulheres ouvidas possuem ensino superior completo, frente à 13% entre os homens.

A escolaridade varia muito a partir do recorte de raça/cor autodeclaradas. Entre as pessoas que se autodeclaram pretas, somente 17% possuem ensino superior completo ou equivalente, ante 26% na média geral. Ainda, para esse grupo, o maior número de declarantes possui o ensino fundamental incompleto (37%, frente à 17% na média geral). Para as pessoas que se autodeclaram brancas, a relação é inversa: 40% possuem ensino superior completo, e apenas 7% o fundamental incompleto. Os outros grupos (pardos, indígenas e amarelos) mantém escolaridade mais próxima à média geral.

Por fim, ainda foram levantadas informações sobre a profissão/ocupação dos participantes das oficinas, considerando a atividade econômica declarada como principal. A partir desses dados, foram estabelecidos grupos de atividades, sendo: pesca (para aquelas pessoas que declaram ser pescadoras, marisqueiras e trabalhadoras da cadeia desembarcada da pesca); produção rural (envolvendo agricultores, apicultores etc.); pesca e produção rural (para aqueles e aquelas que declararam exercer as duas atividades como principais); artesanato; comércio (envolvendo comerciantes das mais diversas áreas, além de trabalhadores da cadeia associada ao turismo, como donos de pousadas e agências de turismo); funcionalismo público (para servidores de carreira e assessores parlamentares etc.); professor(a); serviços gerais (para aqueles que se declararam auxiliares em diferentes serviços); e outros (envolvendo economistas, arquitetos, advogados, entre outros profissionais liberais). A porcentagem de pessoas ouvidas na RECM por ocupação é apresentada no gráfico a seguir.

Gráfico 9 — Perfil dos participantes por ocupação, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV



Fonte: Elaboração própria (2021).

Interessa aqui salientar que há discrepância de ocupações quando se realizam os recortes por gênero e por raça/cor. No primeiro caso, destaca-se que todas as pessoas vinculadas à atividade de artesanato ouvidas pela FGV são mulheres (4% das atingidas ouvidas), e que um número maior delas se declarou produtora rural (25% das mulheres

ouvidas, frente a 15% dos homens). Para os homens, há maior porcentagem dos que se declaram pescadores (37%, frente a 25% das mulheres ouvidas), e trabalhadores dos serviços gerais (8% dos homens, frente a 2% das mulheres). Para as outras atividades, as porcentagens de homens e mulheres ouvidas se aproxima mais da média.

Em relação à raça/cor, destaca-se que, entre as pessoas pretas, 41% são produtores(as) rurais (frente a 20% na média). Entre as pessoas indígenas, 44% se vinculam à pesca, e entre os pardos esse número é de 45% (frente a 31% na média). Já entre os brancos, o grupo de ocupações que mais aparece é relacionado a atividades de comércio correspondendo a 21% (frente a 9% na média).

A identificação de aspectos como gênero, faixa etária, escolaridade e raça/cor permitiu traçar um perfil dos participantes, aprofundando o conhecimento acerca do território analisado, além de possibilitar identificar alguns aspectos acerca de vulnerabilidades presentes no território, especialmente relacionadas à raça/cor dos participantes, fundamental ao processo de análise dos danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão.

- **Fase de Construção Coletiva de Danos: forma de organização das oficinas e de análise dos dados levantados**

Conforme abordado na fase de preparação, as oficinas a distância foram programadas para execução em um ou dois momentos. Tal decisão foi tomada a cada interação, em diálogo com as organizações e lideranças locais, avaliando a possibilidade de maior participação em cada um dos casos. Era perguntado aos atingidos e atingidas a possibilidade de participação durante o período matutino, vespertino ou noturno; e o tempo máximo que achavam possível para participação dos atingidos e atingidas daquele grupo. A equipe da FGV explicava que, caso a oficina fosse realizada em momento único, ele teria em torno de 5h de duração, exigindo que as pessoas disponibilizassem seu tempo apenas um dia, porém, com impossibilidade de realizá-la no período noturno. E que, se a oficina fosse realizada em dois momentos, cada um teria duração de cerca de 2h30 cada, em dias diferentes, a fim de limitar a extensão do encontro a um tempo que não fosse tão exaustivo, e possibilitando sua realização após o horário comercial. A partir da definição a cada pactuação, o resultado foi a realização de 17 oficinas em momento único e 8 em dois momentos.

Para ambos os casos, a oficina era dividida em quatro partes: (i) abertura; (ii) levantamento de narrativas e danos; (iii) validação e complementação de narrativas e danos; e (iv) encerramento. A primeira parte, de abertura, abrangia:

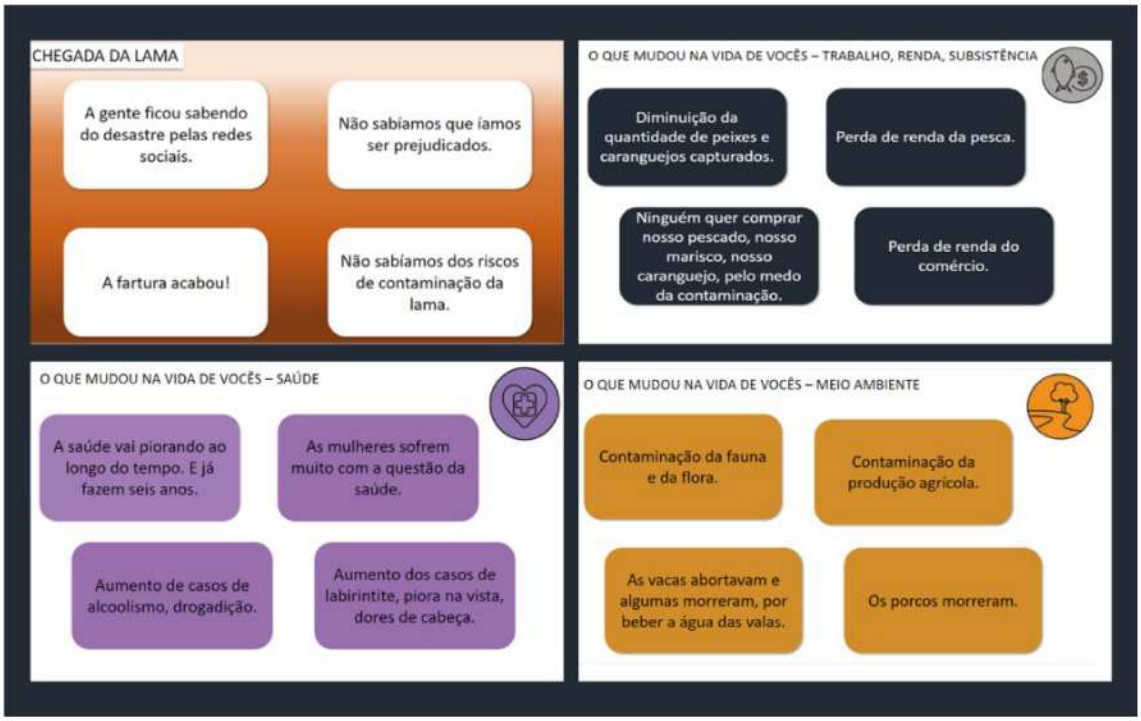
1. Acolhimento dos participantes com apoio técnico e verificação de conexão à internet de todos presentes.
2. Abertura dos trabalhos com a retomada das principais questões tratadas nos contatos de mobilização a respeito do trabalho da FGV e dos objetivos da atividade.
3. Leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido[39], seguido do aceite oral[40] de cada participante, conforme sua decisão.
4. Dinâmica com o intuito de estimular a participação de todos e todas na oficina, potencializar trocas e trazer descontração (tais como de contação de histórias e apresentação de imagens disparadoras).

A segunda parte consistia no levantamento de narrativas e danos em si, abordando as alterações nos modos de vida impostas pelo rompimento da Barragem de Fundão, a partir de um roteiro de perguntas semiestruturado dividido em blocos[41] e da facilitação do diálogo entre o grupo de atingidos e atingidas participantes.

A terceira parte tinha o objetivo de validar os danos identificados anteriormente e possibilitar que fossem trazidas novas narrativas e danos pelos participantes da oficina, a partir de apresentação e validação do material consolidado dos danos levantados no primeiro momento. Tal apresentação era dividida pelas dimensões temáticas definidas pela FGV (definidas mais a frente), abrindo a possibilidade de alterações e complementações pelos presentes, conforme já mencionado.

[39] O modelo de TCLE utilizado em oficinas a distância no território está reproduzido no Apêndice C.
[40] Lê-se o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e registra-se, por gravação da voz, o aceite individual de todos os participantes de estarem ali de maneira informada e voluntária, dada a impossibilidade de colher a assinatura dos participantes.
[41] O roteiro de perguntas semiestruturado está reproduzido no Apêndice C.

Figura 9 — Exemplo de apresentação dos danos consolidados por dimensão temática para validação, alteração e complementação na terceira parte da oficina



Fonte: Elaboração própria a partir da escuta em oficinas com pessoas atingidas (FGV, 2021).

Por fim, era feito um encerramento com explicação sobre os próximos passos do trabalho, abertura de espaço para dúvidas e questões a serem esclarecidas e/ou compartilhadas, seguidas de agradecimentos pela participação e disponibilidade para a troca.

Quando as oficinas eram realizadas em dois momentos (dias diferentes), a primeira e a segunda parte eram efetivadas no primeiro dia e a terceira parte no segundo dia. O encerramento era realizado nas duas interações. Se fazia necessário, nesses casos, retomada breve dos objetivos do trabalho da FGV e do próprio momento de interação no segundo momento, além de nova apresentação dos presentes e dinâmica.

Após o momento de realização das oficinas, as informações levantadas foram inseridas em banco de dados elaborado especificamente para tal finalidade. Às narrativas e danos enunciados em campo são associados marcadores de atenção, possibilitando correlações, tais como: criança e adolescente; gênero e sexualidade; classe social; pessoas com deficiência; juventude; idosos; e raça/cor[42].

[42] Posteriormente à sistematização dos registros, foi atribuído a todas as interações promovidas pela FGV um código para que narrativas e danos enunciados em campo fossem referenciados mantendo a anonimização. Este processo de codificação é detalhado no Apêndice C.

A sistematização permite análises diversificadas a partir do cruzamento de informações, particularmente organizando dados de forma temporal e temática. Para a análise temporal, foram estabelecidos fatos históricos, categorias definidas a partir das narrativas, que visam um ordenamento temporal para os relatos e, assim, uma análise processual narrada do desastre, compreendendo desde momentos anteriores ao rompimento da barragem até os dias atuais, conforme apresentado no Apêndice D.

Tematicamente, as narrativas e danos enunciados em campo são organizados em dimensões temáticas previamente definidas, a partir da observância das alterações sofridas nos modos de vida dos diferentes grupos sociais, em suas múltiplas dimensões materiais e imateriais, bem como da análise jurídica refletindo os direitos afetados ou colocados em risco em decorrência do desastre. O Quadro 5 descreve brevemente cada uma das nove dimensões temáticas utilizadas neste estudo.

Quadro 5 — Descrição das dimensões temáticas a partir do conteúdo das narrativas e danos enunciados em campo

Temas	Conteúdo das narrativas
Autodeterminação	Narrativas que representam o direito de determinar livremente sua condição política e buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
Renda, trabalho e subsistência	Narrativas que (i) identificam a ocorrência de danos socioeconômicos a diferentes atividades geradoras de renda, tais como aquelas relacionadas com pesca e aquicultura, produção rural, extrativismo, e comércio e serviços em geral, e especificamente turismo; (ii) identificam situações de endividamento, despesas e aumento de gastos para manutenção de condições adequadas de vida; (iii) relatam perda de meios de subsistência, consumo próprio e desestruturação de circuitos de troca de produtos e mercadorias; (iv) abordam a desvalorização, deterioração ou perda de bens móveis e imóveis de patrimônio pessoal; e (v) retratam situações de dano e risco relacionados com a forma de exercício e a livre escolha do trabalho.
Saúde	Narrativas que identificam o aparecimento e agravamento de doenças, como doenças cutâneas, respiratórias e metabólicas, alergias, intoxicação, entre outras; que deflagram traumas, depressão, tristeza, angústia, ansiedade, insegurança com relação ao futuro, além de comprometimento da manutenção da saúde familiar.
Relações com o meio ambiente	Narrativas que identificam alterações na dinâmica de comunidades de plantas, animais e micro-organismos e o ambiente não vivo, com reflexos na relação homem/natureza, como relatos de qualidade do solo,

Temas	Conteúdo das narrativas
	água e ar, mortandade de animais (fauna silvestre, de criação e domésticos), por exemplo. Além de evidências sobre a contaminação recorrente ao ambiente, que compromete a saúde humana e relações afetivas, espirituais, estéticas, de lazer, econômicas e de subsistência.
Moradia e infraestrutura	Narrativas e danos que fazem referência a deterioração e/ou comprometimento de moradias e propriedades, como carreamento de lama para as propriedades, comprometimento de qualidade do solo, destruição e/ou comprometimento de infraestrutura e beneficiamentos das propriedades; alterações no dia a dia dos moradores e inconvenientes relacionados com o fluxo de caminhões, trabalho gerado para se adquirir água de qualidade para uso humano e animal; gastos relacionados com as novas demandas pós-desastre como obras para aquisição de água e manutenção de beneficiamentos das propriedades; comprometimento do abastecimento de água.
Alimentação	Narrativas e danos que tratam da (i) relação entre o comprometimento dos meios de subsistência da população e questões ligadas às perdas de soberania alimentar; (ii) qualidade e acesso à alimentação saudável; (iii) alteração na dieta nutricional e nos hábitos alimentares, a exemplo da impossibilidade de elaboração de pratos típicos do território.
Práticas culturais, religiosas e de lazer	Narrativas e enunciados de danos que dizem respeito a aspectos conformadores de modos de vida compartilhados pela população residente nos municípios atingidos. As narrativas demonstram perdas e alterações em aspectos centrais da conformação de identidades, subjetividades e saberes da população atingida.
Vida digna, uso do tempo e cotidiano e perspectivas futuras	Narrativas e enunciados de danos, que tratam sobre aspectos da Vida Digna e Uso do Tempo, considerando: (i) noções compartilhadas pelas pessoas atingidas sobre dignidade humana; (ii) relações de cotidianidade; (iii) relações de convívio e senso de pertencimento entre pessoas com o ambiente natural da paisagem do Rio Doce; (iv) memória individual e coletiva das pessoas e grupos. Com relação às Perspectivas Futuras, abordam-se questões como limitações a projetos de vida de qualquer natureza tais como a impossibilidade de continuar a construção ou reforma da casa, de continuar ou iniciar os estudos, de continuar ou iniciar negócios e perda de uma chance.
Rede de relações sociais	Narrativas e enunciados de danos que tratam sobre as alterações sofridas por pessoas atingidas e seus grupos sociais em suas relações familiares, de amizade e trabalho; formas de sociabilidade e relações interpessoais que foram abaladas com o desastre, desencadeando o esgarçamento de laços comunitários, ativação de conflitos, alterações nos modos de vida e sociabilidades.

Temas	Conteúdo das narrativas
Processo de reparação e remediação	Narrativas que relatam situações vividas ao longo de todo o processo de reparação, seja logo após o rompimento da Barragem de Fundão até o momento das coletas, referentes às ações, medidas e programas implementados ou não pela Fundação Renova ou pelas empresas (Samarco, BHP Billiton e Vale S.A). Inclui, exemplificativamente, narrativas que relatam falta de acesso à informação, transparência e celeridade; questões relacionadas com garantia de igualdade, gastos com o processo de reparação, dispêndio de tempo para participação em reuniões e outras ações relacionadas com o processo de reparação, questões relacionadas com a insegurança desencadeada pelo processo de reparação, a ausência de participação efetiva, a existência de critérios de elegibilidade, provas e outras barreiras que impedem o acesso à reparação e o agravamento de situação de vulnerabilidade.
Educação	Narrativas e danos que relatam sobre (i) a impossibilidade de se frequentar o Rio Doce para práticas educativas e recreativas das escolas; (ii) interrupção e dificuldade de manter os filhos nas escolas e faculdades particulares, por causa de dificuldades financeiras, acarretando consequências na educação e planos de vida dos atingidos.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Posteriormente, as narrativas e danos organizados nesses blocos temáticos são associados a danos socioeconômicos. O intuito dessa análise, realizada pelos pesquisadores de campo e equipes de juristas que atuam no projeto, é categorizar o material registrado, proporcionando que danos materiais e imateriais resultantes das oficinas possam ser endereçados no processo reparatório.

O detalhamento das análises realizadas será apresentado na próxima seção.

- **Processo de Devolutiva**

O processo de devolutiva visa dar transparência ao resultado do levantamento de campo e divulgar o resultado de forma a possibilitar sua apropriação e utilização pelas pessoas atingidas e demais atores interessados, além de apresentar aos participantes as próximas etapas do diagnóstico socioeconômico.

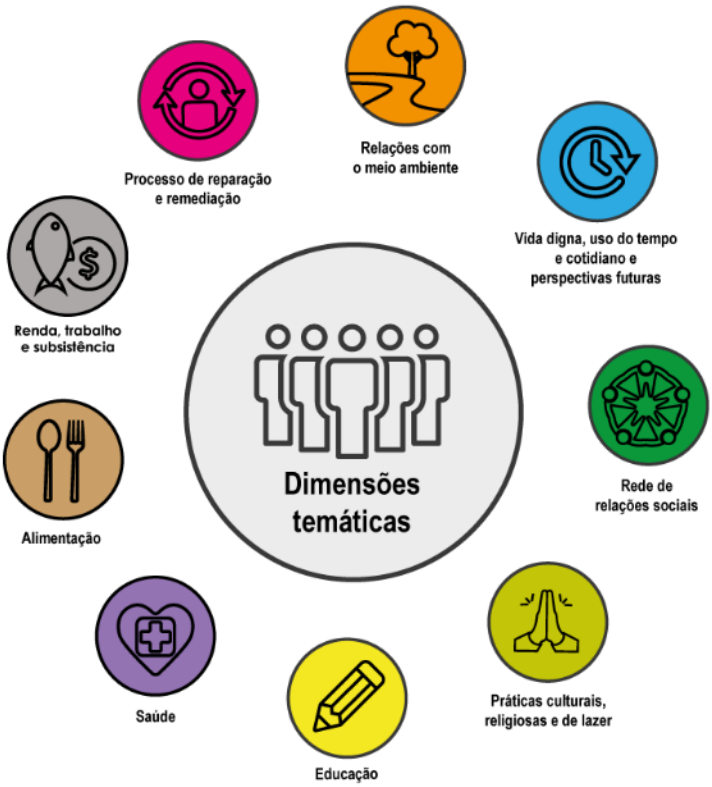
3.2 Danos socioeconômicos identificados

3.2.1 Danos socioeconômicos identificados no litoral norte da Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo — (Municípios de São Mateus e Conceição da Barra)

As narrativas e danos enunciados nas oficinas realizadas foram analisados, agrupados em dimensões temáticas e vinculados a danos socioeconômicos, valendo-se de metodologia descrita no Apêndice A. Tal organização expressa como os modos de vida dos diferentes grupos de atingidos foram afetados pelo desastre, favorecendo a sistematização das narrativas e danos enunciados e posterior tratamento jurídico, a fim de consolidar a matriz de danos do território.

Os dados levantados em campo invariavelmente conduzem a distintas dimensões temáticas, uma vez que narrativas e danos enunciados correlacionam-se com diferentes aspectos da vida das pessoas atingidas. A Figura 10 apresenta tais possibilidades.

Figura 10 — Dimensões temáticas para análise das narrativas e danos enunciados em campo



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.1.1 Relações com o meio ambiente

Nesta seção são apresentados os danos socioeconômicos referentes à dimensão de Relações com o meio ambiente. No caso do Litoral Norte da Região Estuarina, Costeira e Marinha (RECM) do Espírito Santo, o mar, as áreas estuarinas, os mangues, os rios —especialmente o Cricaré, o Mariricu, o Itaúnas e seus afluentes — e as áreas de várzea são partes indissociáveis que retroalimentam, interpenetram e constituem as estratégias de produção e reprodução dos modos de vida e territorialidades locais.

De acordo com Souza & Brandão (2012), uma comunidade, como aquelas atingidas no território aqui em questão, são “espaços de vida”, e se constituem nas relações entre seus membros e deles com a natureza. Nesse sentido, a relação das comunidades com esses espaços é afetiva e também de uso. As comunidades do Litoral Norte da RECM estabeleceram e desenvolvem nesses locais diversas atividades econômicas, de lazer, sociabilidade, alimentação, entre outras, que carregam em si sentidos materiais e imateriais.

Essas afetividades e usos foram comprometidos ou interrompidos pela chegada e deposição da pluma de rejeitos, alterando, assim, a relação das pessoas com o ambiente em que vivem. O rio Cricaré (ou São Mateus) — principal curso d’água do Litoral Norte da RECM — e seus afluentes receberam os rejeitos da Samarco através do carreamento da pluma de rejeitos pelo oceano Atlântico. Segundo a Rede Rio Doce Mar (2021, p. 66), apesar dos locais apresentarem comportamentos distintos, esses ambientes seguem sofrendo com contaminação periódica e diminuição da diversidade de espécies:

> Os estuários menores na costa norte capixaba tiveram sua contaminação reduzida, tendo em vista as modificações no transporte de sedimentos, e os rios São Mateus, Piraquê-Açú e Mirim encontram-se em contaminação periódica, em função das variáveis meteorológicas e oceanográficas locais. Assim como os estuários apresentaram comportamentos distintos, tanto na distribuição destes contaminantes quanto na periodicidade da contaminação, a flora também produziu respostas distintas entre as espécies. Entretanto, os resultados de todas as espécies, avaliadas em longo prazo, indicam preocupações com a qualidade ambiental do ecossistema na manutenção de suas populações em níveis similares anteriores ao evento do rompimento da Barragem de Fundão.

Os manguezais da região — desde Aracruz até o extremo sul da Bahia — encontram-se em situação de contaminação crônica, bem como sua fauna e flora, ainda que em diferentes intensidades. O relatório da Rede Rio Doce Mar (2021, p. 57) destaca a contaminação da espécie *U. cordatus* (caranguejo-uçá), bem como das florestas de

manguezais, que "[...] identificam estresse causado por metais relacionados ao rejeito de mineração, já indicando forte comprometimento em várias florestas, como observado para as áreas do rio São Mateus e no sistema Piraquê-Açu e Mirim".

Assim, mesmo diante das incertezas em relação à extensão e à intensidade dos problemas, hoje essas comunidades convivem com a contaminação de suas águas e, por consequência, dos solos, da fauna e da flora, o que impacta negativamente suas atividades econômicas, culturais, psicossociais.

As alterações ambientais ocorridas atingem diferentes dimensões dos modos de vida da população do território. Os danos socioeconômicos para a dimensão temática Relações com o meio ambiente, que organizam a presente seção, são: (i) Comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região; (ii) Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural; e (iii) Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos. Eles estão apresentados na Figura 11.

Figura 11 — Dimensão temática Relações com o meio ambiente: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.1.1.1 Interrupção/Comprometimento da fruição de um meio ambiente equilibrado, do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região

São tratadas aqui narrativas e danos enunciados relacionados ao comprometimento da possibilidade de usufruir do meio ambiente (rio, estuário, mar, praias e seus entornos, entre outros) e dos recursos naturais que ele oferecia (água, alimentos, solo de qualidade, ar limpo, entre outros) por sua degradação ou pelo fundado receio de contaminação desses ecossistemas em razão do desastre.

A degradação ambiental causada pelo desastre interferiu na própria relação das pessoas com o ambiente, impedindo a reprodução de relações imateriais com os espaços que fazem parte da paisagem do Litoral Norte do Espírito Santo, como os estuários, os manguezais, as praias (e suas atividades socioculturais associadas), e a fruição plena dos mais diversos usos, como a extração de recursos naturais para usufruto direto ou para comercialização (como peixes, madeira, sementes, mudas etc.).

Os modos de vida das comunidades do Litoral Norte do Espírito Santo são constituídos na relação com os ecossistemas costeiros da região. De acordo com os relatos, esses ambientes eram a fonte de toda abundância (ACOSTA, 2016) vivida pelas comunidades da região. Nesse sentido, as comunidades desenvolviam suas atividades sociais, culturais e econômicas circulando e usufruindo desses ambientes, compreendendo seu funcionamento e sua dinâmica (vide Seção 3.2.1.4) no transcorrer desse usufruto. As narrativas registradas indicam essa perspectiva principalmente com relação à pesca (dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência 3.2.2.4), que tem lugar central nas relações colocadas nessas comunidades.

> N: Acho que o rio, o mangue, o mar, a terra é a essência da vida de todos que ali residem e que vão ali para passear. É a essência. É a produtividade. O meio, o ganho, a energia, a conexão do ser humano, do povo com as raízes que ele tem. Então é ali, é fundamental. Se acabar, acaba a essência.FGV_ILD_078
>
> D: Degradação do ambiente.FGV_ILD_078
>
> N: Então nosso mangue, nosso rio, nossos mares. Era da onde tirava nosso sustento. Era da onde nós se alimentava. Então, o que posso falar? A palavra resumida: tudo para nós. É o ar que nós respirávamos. É a nossa natureza. É tudo para nós. É nossa fonte de vida.FGV_ILD_078
>
> D: Degradação do ambiente.FGV_ILD_078

> N: Eu vou insistir na mesma palavra que eu falei em relação às mulheres, fertilidade. É um espaço [o rio, o mar, o mangue e a terra] que gera muita vida.FGV_ILD_073

> D: Desequilíbrio ambiental.FGV_ILD_073

> N: Eu me identificava com a água, eu relaxava na água, sabe? Eu tinha a mania de dar uma caminhada. E isso era durante os cinco dias da semana.FGV_ILD_078

> D: Perda de lazer.FGV_ILD_078

Essa relação foi profundamente transformada com o desastre. De acordo com os registros das oficinas, a pluma de rejeitos, que vem se dispersando continuamente a partir da foz do Rio Doce em Linhares (INSTITUTOS LACTEC, 2021a), transformou locais de abundância em fontes de mazelas. Ambientes antes reconhecidos pela fartura de recursos hoje são vistos pelas pessoas atingidas como origem de doenças, locais de que se deve manter distância. Para alguns, a degradação ambiental vem sendo sentida como uma morte também da comunidade e de seus indivíduos.

> N: A gente se pergunta pra que serve o ferro, pra que serve esses metais? A gente não tem um benefício disso. E a gente vê a natureza, que muita gente valoriza mais. Ver isso sendo desrespeitado por coisas que a gente não precisa, por dejetos. Quem está ganhando com isso? O planeta todo perdeu.FGV_ILD_072

> D: A perda ambiental não tem preço e não foi mensurada.FGV_ILD_072

> N: [...] Até hoje a gente não sabe a condição da água, do rio, do peixe. As doenças que tão surgindo a gente não sabe, o meio ambiente não sabe.FGV_ILD_077

> D: Não teve nenhum estudo sobre os impactos no mar e no rio e nem sobre a pesca.FGV_ILD_077

> N: Antes de 2015 nossa vida era de fartura. Depois, foi a separação da minha família, foi o desastre. A gente já não tinha mais aquela fartura, já não tinha a esperança de que no outro dia a coisa ia mudar.FGV_ILD_058

> D: A fartura acabou!FGV_ILD_058

Muitos habitantes das comunidades do Litoral Norte do Espírito Santo relataram sentir vergonha em relação ao fato de que essa porção da região costeira está contaminada, e que esse quadro dificilmente será revertido pelas empresas responsáveis, situação que será aprofundada na Seção 3.2.2.6, Práticas culturais, religiosas e de lazer. De acordo com os relatos, o Litoral Norte da RECM era antes conhecido pela realização de festejos, pela beleza cênica e pelo turismo. Hoje, porém, é lembrado enquanto mais um

dos territórios atingidos pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão. Nesse sentido, os efeitos do desastre sobre a relação das pessoas atingidas com o ambiente que ocupam se renovam à medida em que a contaminação persiste. Para os que ocupam a região e desenvolvem seus ofícios ali, na relação com os rios, mangues e praias, a convivência com a contaminação é causa de constante constrangimento.

> N: Antes vinha mais gente, por exemplo de Minas, pessoal mineiro gostavam muito. Sempre iam muito lá para casa. Eles ficam sabendo automaticamente: "Aí tá contaminado?", vem a pergunta, vem o questionamento, vem aquela dúvida. Você também fica assim sem graça de dizer que tá tudo destruído mesmo. Você falar uma coisa que não tem certeza. Mas a gente sabe lá no fundo que tem a contaminação e há escassez de peixe, e que o peixe do fundo tá contaminado mesmo, principalmente o do fundo.FGV_ILD_078
>
> D: Falta de informação quanto à contaminação do pescado.FGV_ILD_078

Outra mudança significativa na relação das pessoas atingidas com o ambiente é o crescente e fundado receio de contaminação por metais pesados de toda região, que afeta as atividades produtivas, a renda, o lazer, as práticas culturais, entre tantos setores da vida nesses ambientes, conforme será detalhado nas dimensões temáticas 3.2.1.2 e 3.2.1.4 Em que pese o fato de ainda haver lacunas informacionais da extensão e da gravidade dessa contaminação sobre o ambiente e saúde humana, o uso que as comunidades faziam e ainda fazem do ambiente e dos recursos naturais são hoje marcados por um sentimento de insegurança.

> N: O rejeito, só consegue saber que aumentou a quantidade de alumínio e arsênio. Então é indiscutível dizer que Conceição da Barra não foi atingida, a cidade não foi atingida, os pescadores não foram atingidos, o comércio, são todos atingidos.FGV_ILD_077
>
> D: Contaminação da água pelo arsênio e chumbo.FGV_ILD_077
>
> N: Em relação a essa parte da água há algum tempo atrás o rio de Itaúnas era tão bom, mas hoje em dia a gente vê pouquíssimas pessoas que conhecem o rio, vão tomar banho. Mudou essa parte da água do banho de rio. Até o sabor do peixe já mudou. O medo de comer o peixe também. Igual eu falei lá atrás. Tenho medo de comer e causar câncer. A mente da gente fica preocupada. Agora a gente já deu aquela acostumada. Nós sofremos muito com isso também.FGV_ILD_071
>
> D: Passamos a comer menos peixe.FGV_ILD_071

Os relatos apontam que a contaminação afeta o oceano, mangues, estuários e toda a fauna e flora associadas, a partir da “descida” da pluma de rejeitos que segue ocorrendo para o litoral através da foz do Rio Doce à cada período de chuvas.

> N: O dano em São Mateus e região litorânea é muito grande, virou o pinicão da Samarco. Vai descendo e mandando tudo para a costa, vai só chegando mais e acumulando.FGV_ILD_063
>
> D: Contaminação da fauna e da flora.FGV_ILD_063
>
> N: É isso mesmo, nossa região virou um pinicão. Eu estou no boqueirão onde chega a primeira maré e acontece isso mesmo, o mar não aceita o que não é dele e joga para costa.FGV_ILD_063
>
> D: Desequilíbrio ambiental.FGV_ILD_063

Estudo da LACTEC (2021b) corrobora com essa percepção de contaminação e aponta a necessidade de monitoramento das áreas costeiras e marítimas, para onde convergem os sólidos suspensos e Elementos Potencialmente Tóxicos (EPT) especialmente no período de cheias, que levam a alterações na turbidez da água, composição dos corpos d'água e prejudicam organismos aquáticos[43]. O estudo ainda aponta que:

> Parte do rejeito que foi e será redisponibilizado no ambiente aquático continental, atingiu ou virá a atingir o oceano, e de lá não sairá nunca mais. Essa camada extra de material proveniente do desastre da Samarco não é estática, ela pode se movimentar, também ser redisponibilizada para a coluna da água, mas não há como retirá-la do ambiente. (INSTITUTOS LACTEC, 2021b, p. 500)

Conforme abordado na introdução desta seção, a contaminação também afeta os mangues e restingas, que são ambientes de grande biodiversidade e de uso das comunidades locais, especialmente para cata de caranguejos, fonte de alimentação e renda que foi prejudicada pelo desastre, conforme se verá também nas seções 3.2.1.2 e 3.2.1.3.

> N: Manguezal morto. O gosto do caranguejo, não tem mais. Mata de mangue, muitas árvores mortas.FGV_ILD_078
>
> D: Degradação do ambiente.FGV_ILD_078

[43] Sobre a contaminação na RECM/ES, o referido diagnóstico de acompanhamento dos danos socioambientais realizado pelos Instituto Lactec compreendeu o período de dois anos, a partir de 2017. Esse estudo identificou que dois danos à qualidade das águas ainda estavam ocorrendo na Zona Costeira e Marinha do Espírito Santo, baseados em valores abaixo dos limites da Classe 1 da Resolução CONAMA nº 357/2005 e do máximo histórico pré-desastre: o aumento da concentração de sólidos na água, indicado pela turbidez, verificado em valores até 8,6 vezes superior ao máximo histórico no estuário e até 50 vezes superior no ambiente marinho; e o aumento de concentração de EPT na água, utilizando onze EPT como indicadores no ambiente marinho e estuarino (INSTITUTO LACTEC, 2021b, p. 501).

> N: A mortandade de caranguejo também é muito grande. Na maré alta morre muito caranguejo no mangue, tem o risco de desaparecer. O guaiamum também está sumindo.FGV_ILD_063

> D: Mortandade dos peixes no rio e nos criatórios.FGV_ILD_063

Segundo os relatos, a contaminação ocorre ainda pela movimentação da pluma de rejeitos da costa para o interior por meio dos rios — em especial o Mariricu, Cricaré e Itaúnas — em função da extensa faixa de costa com altitude no nível do mar ou abaixo e de movimentos intensos de maré e de ventos[44]. Assim, os rios, canais e solos também foram contaminados, prejudicando os lençóis freáticos e as atividades pesqueiras e agrícolas, conforme exemplificado a seguir.

> N: Em muitas propriedades com ligação com o rio, as vacas começaram a abortar, gado e porcos morreram. Perderam as melhores áreas de alimentação para o gado, onde tinha o capim. O capim cresce em áreas que ficam abaixo do nível do mar. A contaminação chegou pelo mar, o mar mandou para o rio e do rio para terra. E assim contaminou os terrenos onde se produzia o capim do gado. Por exemplo, o meu terreno fica 2,5m abaixo do nível [do mar] e a água contaminada chegou nessa área, por isso o capim deixou de ser produzido.FGV_ILD_063

> D: A lama desceu toda e ficou aqui no mar. E o mar manda pro rio, pros mangues e pra terra.FGV_ILD_063

> N: A incerteza da gente hoje está tão grande. Veio a contaminação. O minério passou nos nossos rios. Contaminou todo o lençol. A maioria dos pescados e crustáceos ficam bem próximo da areia, no fundo. O minério é pesado, vai para o fundo, vai ter contaminação.FGV_ILD_058

> D: O minério passou nos nossos rios, contaminou o lençol freático.FGV_ILD_058

As pessoas atingidas relataram que a contínua contaminação do Litoral Norte do Espírito Santo a partir da foz do Rio Doce vem sendo sentida como a perda da possibilidade de aproveitar espécies animais e vegetais, usar a água e os solos para diversos fins, aproveitando o melhor que o meio ambiente podia oferecer.

> N: Falando no mar, para gente era uma beleza, é ainda. Mas quando a gente ia de primeiro, batia uma alegria, meus filhos todos e se banhar no mar. Antes, né? Hoje a gente vai sim. Se banha, mas quando sai, ainda mais quando vem o vento sul que fica aquela água amarela, aquela lama, aquele que fica por baixo aí bate o vento sul, quando os

[44] Mesmo processo identificado pela comunidade de Degredo e por moradores de Pontal do Ipiranga em relação à contaminação do rio Ipiranga (HERKENHOFF & PRATES, 2018; BRASIL; PIRES, 2017).

> meninos chegam que a gente vai lá e sai tudo se coçando, aquela coceira.[FGV_ILD_078]
>
> D: Degradação do ambiente.[FGV_ILD_078]
>
> N: Não foi tirado nem 2% do rejeito, toda vez que tem maré grande, o rejeito volta com o mar, constantemente estamos sofrendo, o rejeito que fica na beira do rio entra pro mar, ainda sofremos com esse impacto que acredito que vai levar tempo para recuperar.[FGV_ILD_077]
>
> D: Como não foi retirado nem 2% do rejeito do rio e nem das encostas o rejeito acaba voltando para o mar.[FGV_ILD_077]

Nas narrativas fica evidente que as pessoas atingidas sentem diferença na quantidade e na qualidade dos recursos naturais ali encontrados anteriormente ao desastre. De acordo com os registros das oficinas, o desastre afetou toda capacidade produtiva do ambiente e dificultou diversos usos, como água para dessedentação animal e para consumo direto; e uso dos solos para agricultura (ver Seção 3.2.1.2, entre outros.

> N: Não tem nem como dar [a água do poço] para os animais. Galinha, porco, ganso, só água que vem do pipa. Água que antigamente cavava que facinho saía já.[FGV_ILD_078]
>
> D: Alteração na cor e gosto da água.[FGV_ILD_078]

A queda nos estoques pesqueiros foi outra questão mencionada recorrentemente durante as oficinas, conforme será detalhado na Seção 3.2.1.2 De acordo com as pessoas escutadas — neste caso principalmente pescadoras e pescadores —, depois do desastre houve episódios atípicos de mortandade de peixes. Conforme relatado, antes de 2015 episódios de alta mortandade eram comuns em determinadas épocas do ano, associados às marés e balanço entre água doce e salgada nas áreas de manguezais e restingas, dinâmica própria desses ambientes. Porém, agora eles se tornaram mais frequentes e em diferentes épocas do ano, o que pode ser associado à degradação causada pela lama de rejeitos.

> N: Quando vinha água doce os peixes morriam, mas se normalizava. Mas não era contaminado, a gente ia lá e pegava pra comer, mas agora quando o peixe morre a gente sabe que é dessas mineradoras. Sempre aconteceu, mas o maior desastre foi esse.[FGV_ILD_064]
>
> D: Contaminação da água.[FGV_ILD_064]
>
> N: Toda enchente que a gente tem a gente perde caranguejo e peixe, quando água doce bate e o peixe é da água salgada realmente não resiste. Mas não teve nada igual como o que aconteceu com esse desastre das mineradoras. Com a água da enchente morria e depois reestabelecia, depois do desastre não voltou mais.[FGV_ILD_064]

> D: Contaminação da água.[FGV_ILD_064]

> N: Essa criminosa. Acabando manguezais, tudo morto, os caranguejos, as ostra, vai na beira da praia tudo morto. A gente vê minério da beira da praia. Aquela água vermelha.[FGV_ILD_078]

> D: Alteração na cor e gosto da água.[FGV_ILD_078]

Há narrativas que destacam a queda dos estoques pesqueiros em termos quantitativos. Conforme relatado (e será aprofundado na Seção 3.2.1.2.1 pescadores vêm enfrentando dificuldades para encontrar as mesmas variedades de peixes, e em quantidade satisfatória[45].

> N: Antes existia saíru, traíra, camarão na Malásia, acará amazonas, piauçu. No assentamento existe sim, mas menos. O que morreu foi o peixe cascudo, sumiu. Judeu ainda teve ainda. A gente estava falando sobre isso.[FGV_ILD_071]

> D: A água também mudou, tem muita "ferrugem" na água e vai para o solo.[FGV_ILD_071]

Outro comprometimento advindo do desastre foi a perda da possibilidade de usar a água enquanto recurso natural importante a atividades agrícolas e pecuárias, como irrigação, dessedentação de animais e piscicultura. A alteração da qualidade da água causou a morte de animais de criação e as produções agrícolas foram afetadas pela presença do rejeito disperso na água dos rios e alagados da região, conforme exemplificado anteriormente e detalhado na Seção 3.2.1.2 Cabe mencionar aqui que foi reiteradamente afirmado pelas pessoas atingidas que houve mudança na qualidade tanto da água usada para irrigação quanto do solo em si, compreendendo que ambos

[45] Estudo da LACTEC (2021b, p. 503/504) corrobora com os relatos apresentados e aponta que: "Além disso, os animais apresentam alteração nas condições de saúde, e acúmulo de EPT mesmo em áreas mais distantes da foz do Rio Doce. O acompanhamento de danos indicou que os cinco danos ainda ocorrem: 1) A riqueza e diversidade funcional das comunidades de peixes marinhos costeiros ainda não apresentam evidência de recuperação, indicando que o desastre causou o estabelecimento e a manutenção de uma assembleia mais simples, com poucas espécies; 2) Houve a diminuição na diversidade de guildas tróficas. No ambiente marinho, a perda de espécies que se alimentam de organismos bentônicos indica mudanças nas interações devido à diminuição da diversidade de tais animais; 3) Também foi detectada a diminuição nas populações de espécies de peixes de interesse comercial, que aliado aos problemas de gestão da pesca, pode piorar o cenário desta atividade e intensificar o dano às comunidades de peixes; 4) Todos os prejuízos e alterações nos biomarcadores (indicadores da condição de saúde) da ictiofauna indicaram que as alterações ambientais promoveram danos aos indivíduos. As concentrações dos EPT em tecido muscular também indicaram prejuízos aos animais, com maior magnitude nas áreas de ocorrência da pluma, com concentrações superiores as determinadas em estudos pretéritos, sejam eles de linha base ou realizados logo após a ocorrência do desastre ou, ainda, superiores aos limites máximos estabelecidos pela legislação brasileira. Esses danos ecotoxicológicos continuam a ocorrer e podem se agravar a cada estação chuvosa."

tiveram suas propriedades físicas alteradas e seu potencial de contaminação elevado pela presença dos Elementos Potencialmente Tóxicos (EPT) presentes na lama de rejeitos[46].

Os relatos apontam ainda que as pessoas atingidas sentem diferença na paisagem da região, o que vem afetando o uso do ambiente para fins contemplativos, de beleza cênica, e de usufruto das áreas de várzea como espaço de socialização (como será tratado na seção a seguir). Muitas foram as falas que trataram de mudanças percebidas na aparência das várzeas e na consciência de que o ambiente está todo contaminado com metais pesados e demais substâncias nocivas à saúde humana e ao ecossistema.

> N: A gente percebe que mudou. Mudou no ar, o ar não é mais o mesmo. Os passarinhos você vê menos. Peixe, meu Deus do céu, era uma fartura danada.FGV_ILD_079
>
> D: Desequilíbrio ambiental.FGV_ILD_079
>
> N: Era nossas pedras tudo limpinha, e como se encontra nossas pedras hoje, nossa praia hoje? Tem lugar que não dá nem para pisar, não pode mais tomar seu banho.FGV_ILD_078
>
> D: Degradação do ambiente.FGV_ILD_078
>
> N: Eu quando, de manhã muitas vezes vou lá na praia, tem um morro que dá para ver o mar, dá para ver o rio. Eu paro ali e fico vendo, gente, que coisa linda. É lindo demais. Eu não canso de admirar aquela beleza linda como é Barra Nova. Depois vem aquela tristeza: "Poxa tá poluído." Já chegou o dia em que eu não posso apanhar nessa coisa mais linda. Não posso tomar um banho nesse rio lindo. Não posso plantar uma planta e comer.FGV_ILD_078
>
> D: Degradação do ambiente.FGV_ILD_078

As pessoas atingidas relataram ainda a forma como mudanças na biota local contribuíram para a sensação de estarem habitando e circulando por um ambiente degradado. O desaparecimento das abelhas que polinizavam diferentes culturas foi destacado (como será abordado na Seção 3.2.1.2), além de algumas espécies de aves, mamíferos e de insetos, antes comuns na região, que deixaram de ser avistadas, compondo a percepção sobre a degradação ambiental causada pelo desastre.

[46] O Parecer Técnico n. 25 do Instituto Lactec avalia a água bruta e água para consumo humano tendo em vista as alterações ambientais decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana (MG). O estudo aborda os anos entre 2015 e 2018 e indica, em diversos locais, o aumento expressivo de não conformidades (à luz dos padrões de qualidade estabelecidos no Brasil) e/ou o registro de desconformidades inéditas para determinados parâmetros de qualidade da água advinda do Rio Doce após a chegada da lama de rejeitos.

> N: O impacto veio, você vê que o meu marido ele reparou, ele me mostrando a percepção dele e eu fui percebendo que as espécies de pássaros que tinha em Barra Nova antes, que hoje a gente não vê mais.FGV_ILD_078

> D: Degradação ambiental generalizada.FGV_ILD_078

> N: A família de golfinho na costa era grande e hoje não se vê mais, não sabemos se morreu ou se foram para outra região. Sumiram também porque muito do que eles se alimentavam acabou na região. E quando se vê algum é bem longe da costa. Tinha muito mesmo e os turistas gostavam e tiravam muitas fotos, mas agora estão bem longe da costa.FGV_ILD_079

> D: Desaparecimento de muitas espécies que alimentavam os peixes.FGV_ILD_079

Para as pessoas atingidas, a sensação de perda ao testemunhar a degradação dos ecossistemas da região é irreparável.

> N: E querem te fazer engolir goela abaixo, você receber um valor que nunca vai superar tudo que eles fizeram, esse desastre. Nossos manguezais, nossa restinga, nossas praias, tudo. Não podemos tomar um banho de rio.FGV_ILD_078

> D: A qualidade de vida mudou.FGV_ILD_078

3.2.1.1.2 Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural

Sofrem esse dano as pessoas que tiveram comprometida a possibilidade de usar os rios, estuário e mar, bem como seus entornos para fins de lazer (como, por exemplo, nadar, pescar, passear, contemplar, fazer atividades físicas, entre outros) e de convivência sociocultural (como, por exemplo, atividades religiosas e espirituais, festas tradicionais, reuniões entre familiares e amigos, entre outras).

Conforme será aprofundado na Seção 3.2.2.6 as narrativas registradas indicam a diminuição das possibilidades de lazer acarretadas pelo receio da contaminação das porções dos rios, da praia e do mar que eram usados para fins de festejos, diversões, descansos cotidianos e atividades lúdicas.

Percebendo as alterações físicas da água atingida pela lama de rejeitos, as comunidades desenvolveram um sentimento de receio de usar as várzeas dos rios e as praias da região como locais de encontro, de celebração e de socialização. O uso das praias para caminhada, por exemplo, foi prejudicado depois que a comunidade começou a notar alterações de cor, cheiro e do aspecto visual da água.

> N: Cabe na questão de lazer apontar que, em determinadas situações, na hora das caminhadas percebemos uma espuma estranha, engordurada, escura, preta, e às vezes o fundo do rio está com muita lama grudenta, faz diferença e prejudica nossa caminhada, precisamos desviar, por que se você pisa na espuma fica com pé gorduroso e ela só vem aumentado.FGV_ILD_064

> D: As caminhadas na praia foram prejudicadas pela espuma escura, preta, engordurada, que surgiu.FGV_ILD_064

> N: A caminhada, as corridas na praia, como era limpinho ali naquela beirada. Não tinha essa espuma escura que chega quando chove muito quando vem no rio. Vem uma espuma muito escura, diferenciada que até tem mal cheiro às vezes. Então a gente, a princípio, também ficou com muito medo de tomar banho.FGV_ILD_078

> D: Degradação do ambiente.FGV_ILD_078

Em alguns casos, as pessoas atingidas deixaram de se sentir à vontade nesses lugares. A relação de pertencimento foi substituída por uma angústia relacionada à contaminação. Assim, ambientes que antes faziam parte do cotidiano de trabalho, lazer, ócio ou divertimento são hoje evitados, dado o sentimento de sofrimento em relação à degradação causada pelo desastre. De acordo com os relatos, a degradação ambiental vem sendo sentida no próprio contato com a água, no toque na pele e no gosto.

> N: Em relação a essa parte da água há algum tempo atrás o rio de Itaúnas era tão bom, mas hoje em dia a gente vê pouquíssimas pessoas que conhecem o rio, vão tomar banho.FGV_ILD_071

> D: As crianças e famílias tomavam muito banho no rio, mas hoje já não usam mais.FGV_ILD_071

Assim, o hábito antes comum de estar junto aos rios, mangues e ao mar é hoje envolto em insegurança e receio. As comunidades relataram que sentem saudade de poder circular livremente e sem medo da contaminação, e de poder desempenhar suas atividades socioculturais da forma como fazem há gerações (aspecto detalhado na Seção 3.2.1.4).

> N: A gente vê que é uma água que não está própria para estar tomando banho. Agora a gente fica em casa mesmo, não dá mais para ir lá no rio tomar banho. O sentimento é difícil. Igual a gente que tinha esse costume, de todo o final de semana estar lá, as crianças que tinham esse costume, então fica uma dificuldade grande para a gente. Fica muito difícil para as pessoas. Se vai para a praia, está contaminado. Se vai para o rio, está contaminado.FGV_ILD_058

> D: Não podemos mais levar os filhos pra tomar banho no rio, fazer churrasco.FGV_ILD_058

> N: O mangue, os mares, os rios, é um todo. É completo, representam um todo. Onde as famílias se reuniam, onde tinha fartura, onde tinha lazer, onde tinha produtividade. Turismo, lazer.FGV_ILD_078
>
> D: A qualidade de vida mudou.FGV_ILD_078

Importante ter em conta que o receio do uso da água para fins de lazer não ficou restrito às comunidades que habitam a região e que circulam mais frequentemente por esses territórios. Conforme as narrativas, todo litoral do Espírito Santo ficou estigmatizado pela contaminação causada pelo desastre, o que, segundo os relatos, desencorajou a visita de turistas, de parentes e de entes queridos. Todo o receio de estar junto aos rios, aos alagados e ao mar foi relatado em associação à perda de tradições e espaços de convívio.

> N: Era uma coisa oleosa, quase uma nata, a gente não conseguia entrar. Hoje, se o rio está contaminado, ou não, o quanto sobrou de resíduo, a gente não sabe; mas o impacto ficou na memória da comunidade, e essa tradição [de se banhar no rio e no mar] se perdeu.FGV_ILD_072
>
> D: Era visível a lama no rio e a alteração da cor do mar.FGV_ILD_072
>
> N: Aqui era comum nossos filhos, nossa família ir para o rio. Era comum ter quinze crianças pra tomar banho de rio. Hoje a gente não vê mais isso. Eu posso estar bem hoje na água e amanhã já posso ficar doente e pegar problemas de pele. A gente não vê mais isso em Itaúnas. Isso saiu da vida da gente.FGV_ILD_071
>
> D: As crianças e famílias tomavam muito banho no rio, mas hoje já não usam mais.FGV_ILD_071
>
> N: Eu quase todo dia eu ia no mar. Hoje eu vou lá uma vez de mês e mês. Os meninos [falam] "mãe vamos lá na praia", eu só vou lá e olho cá de cima. Nem na beira da água eu chego, porque me bate muita tristeza. A gente avisa também. Tem amigos da gente que chega e eu falo "cuidado, se tiver barrenta não entra que a água tá contaminada". "Não tá não." Depois eles viram "bem que você disse, tá me dando coceira no corpo".FGV_ILD_078
>
> D: Degradação do ambiente.FGV_ILD_078

3.2.1.1.3 Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos

Nesta seção são trazidas as narrativas e danos relacionados ao comprometimento do acesso à água potável para consumo próprio e/ou da sua família ou para realização de suas atividades domésticas (como, por exemplo, cozinhar, lavar roupas, tomar banho,

entre outras), seja pela falta de água ou pelo acesso à água sem a qualidade adequada para essas finalidades.

Como é sabido, o direito à água é garantido pela Política Nacional de Recursos Hídricos, que entre os seus objetivos estabelece "[...] assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos" (BRASIL, 1997), bem como pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que em seu decreto regulamentador apresenta como diretriz a "[...] promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura" (BRASIL, 2010).

Embora muitas das comunidades do Litoral Norte do Espírito Santo ouvidas pela FGV não dispunham de rede de abastecimento formal (o que as torna ainda mais vulneráveis ao desastre), o seu acesso à água para cozimento, higiene e consumo direto era realizado principalmente a partir de poços artesianos cavados em seu próprio terreno, e usando a água de rios e alagados para lavar roupas, limpar a casa, regar cultivos e dessedentar os animais. Após o desastre da Barragem de Fundão e a consequente contaminação da RECM/ES, de acordo com as narrativas registradas, a alteração nos aspectos físicos da água (como sua colocação, odor, textura), assim como os agravos de saúde que vêm sendo notados pelas pessoas atingidas mediante o contato com a água, geram insegurança no uso dessa água dos rios e poços para fins domésticos, conforme será tratado também na Seção 3.2.2.3. Essa situação se intensifica com a passagem do tempo e a falta de informações (Seção 3.2.2.9) sobre a qualidade do abastecimento de água para fins domésticos, seja ele da rede de abastecimento ou de poços.

> N: Nós da comunidade percebemos as mudanças, a coloração, o odor da água etc. Vemos problemas de saúde recorrentes, problemas dermatológicos recorrentes, mas nada é oficialmente nos repassado. Vemos um desconhecimento das Secretarias de Meio Ambiente, Social e Saúde dos dois municípios [Linhares e São Mateus] e ainda desconhecem toda essa totalidade [de danos], não têm clareza.FGV_ILD_064
>
> D: Alteração da cor da água.FGV_ILD_064
>
> N: Tanto na saúde, como na água nossa. Que hoje usamos a ajuda do caminhão-pipa, que o poço já não vale mais nada. A água está fedendo, lamenta, aquele minério por baixo, tudo preto de minério no cano.FGV_ILD_064
>
> D: Alteração da cor da água.FGV_ILD_064

> N: A captação [de água] de São Mateus e Conceição da Barra é no leito do rio Cricaré, e a gente não sabe, não tem nenhum estudo se está contaminado. Sabemos que a água do mar entra no rio, até porque quando a água do mar vai muito longe, a água de São Mateus fica salgada, a nossa não chega a tanto, mas a gente sente. Minimamente a gente sente que ela é salobra, porque a água do mar entra no rio.FGV_ILD_077

> D: Tomamos água contaminada (a captação de água de Conceição da Barra e São Mateus é diretamente do rio Cricaré).FGV_ILD_077

Segundo as narrativas, muitos recorreram à água de outros rios ou passaram a comprar água mineral para beber, cozinhar e para higiene, o que incorre em aumento de gastos (Seção 3.2.1.2.9), trabalho, tempo e mobilização para adaptações.

> N: Quem não tem acesso à filtragem ou tem condições de consumo muitas vezes compra água mineral porque não tem confiança, porque está próximo a recursos que foram contaminados. Não temos claro exatamente como está a situação dos recursos. Muito se fala, mas não sabemos exatamente o que está acontecendo com esses recursos.FGV_ILD_073

> D: Aumento do consumo de água mineral pelo medo da contaminação dos rios.FGV_ILD_073

> N: Minha mãe gastou um dinheirão para fazer poço artesiano. A água vinha com cheiro de cocô, de podre. Prejuízo enorme. Parti para receber água do pipa.FGV_ILD_078

> D: Alteração na cor e gosto da água.FGV_ILD_078

> N: Hoje somos abastecidos por caminhão-pipa. A água do caminhão-pipa é para lavar roupa e tomar banho e até para cozinhar a gente tem dúvida.FGV_ILD_064

> D: Alteração do gosto e aspecto das águas.FGV_ILD_064

Merecem destaque os relatos de mulheres sobre o próprio trato cotidiano com a água nos usos domésticos e tarefas diárias, como faxina, higienização e preparo dos alimentos. O receio em estar usando água contaminada para o preparo de alimentos da família, como especificado na Seção 3.2.1.3.

> N: Acredito que essa preocupação é maior entre nós, porque nos apegamos mais a detalhes que passam despercebidos aos olhos dos homens. Essa questão do cuidado. A gente percebe que os homens levam essa situação mais tranquilamente, mas quem é mãe tem uma preocupação maior com filhos. Então a mulher de maneira geral tem uma preocupação maior.FGV_ILD_073

> D: As mulheres se preocupam mais com o uso da água, filtragem, limpeza dos alimentos, pelo medo da contaminação.FGV_ILD_073

> N: O nosso acesso ao recurso hídrico está afastado do rio Itaúnas. Nós trabalhamos com hortaliças, utilizamos irrigação, não mais do rio Itaúnas, mas temos que usar outros cursos e temos o cuidado redobrado com a questão da limpeza dos alimentos, da filtragem da água.FGV_ILD_073

> D: As mulheres se preocupam mais com o uso da água, filtragem, limpeza dos alimentos, pelo medo da contaminação.FGV_ILD_073

Todas essas alterações no acesso à água potável em quantidade e qualidade suficiente e segura para usos pessoais e domésticos levaram as pessoas atingidas a buscar alternativas e caminhões-pipa passaram a fornecer água para as comunidades, conforme será detalhado na Seção 3.2.1.1.3 Ainda que, de acordo com as narrativas, as comunidades se sintam mais seguras em relação ao uso da água de caminhão-pipa do que de poços cavados na região, foram registradas queixas quanto à qualidade dessa água para alguns usos, como para cozinhar, conforme exemplificado acima e detalhado na próxima seção 3.2.1.1.3.

3.2.1.2 Renda, trabalho e subsistência

No estudo realizado pela FGV (2021d), a partir de levantamento de dados secundários da RECM, foi identificado que o rompimento da Barragem de Fundão e o espraiamento da pluma de rejeitos no oceano Atlântico gerou forte insegurança pelo risco de contaminação da água e, consequentemente, dos ambientes litorâneos e estuarinos e da fauna e flora desses locais. Com isso, houve consequências negativas para diversas atividades econômicas desenvolvidas pelas populações dos municípios do Litoral Norte e de toda RECM, observadas especialmente nas cadeias produtivas da pesca; agropecuária; e turismo, comércios e serviços (COMITÊ INTERFEDERATIVO, 2020; CRISTIANO, 2020; SYNERGIA, 2017; OLIVEIRA et al., 2020; LEONARDO et al., 2017).

Durante as interações realizadas com os grupos sociais do Litoral Norte da RECM, os danos previamente identificados nos dados secundários (FGV, 2021d) também foram narrados pelos atingidos e atingidas ouvidos, bem como foram trazidas outras questões referentes à perda e/ou comprometimento do exercício de diferentes ofícios e cadeias econômicas, da renda e da reprodução da vida individual, familiar e comunitária ligados à perda dos meios de subsistência e redes de trocas.

O comprometimento da renda acarretado pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão foi trazido de forma contundente em todas as interações realizadas no Litoral Norte da RECM. Conforme abordado na caracterização (2.1), diversos grupos sociais deste território ouvidos pela FGV possuem traços marcantes de tradicionalidade,

exercendo seus ofícios a partir de saberes e fazeres que envolvem modos de vida específicos, explicitando que as atividades econômicas extrapolam a dimensão de reprodução financeira da vida, com fortes implicações na identidade, cultura e perspectivas de dignidade e futuro dessas comunidades, conforme será tratado nas dimensões temáticas de Práticas culturais, religiosas e de lazer (Seção 3.2.1.4) e Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras (Seção 3.2.1.9).

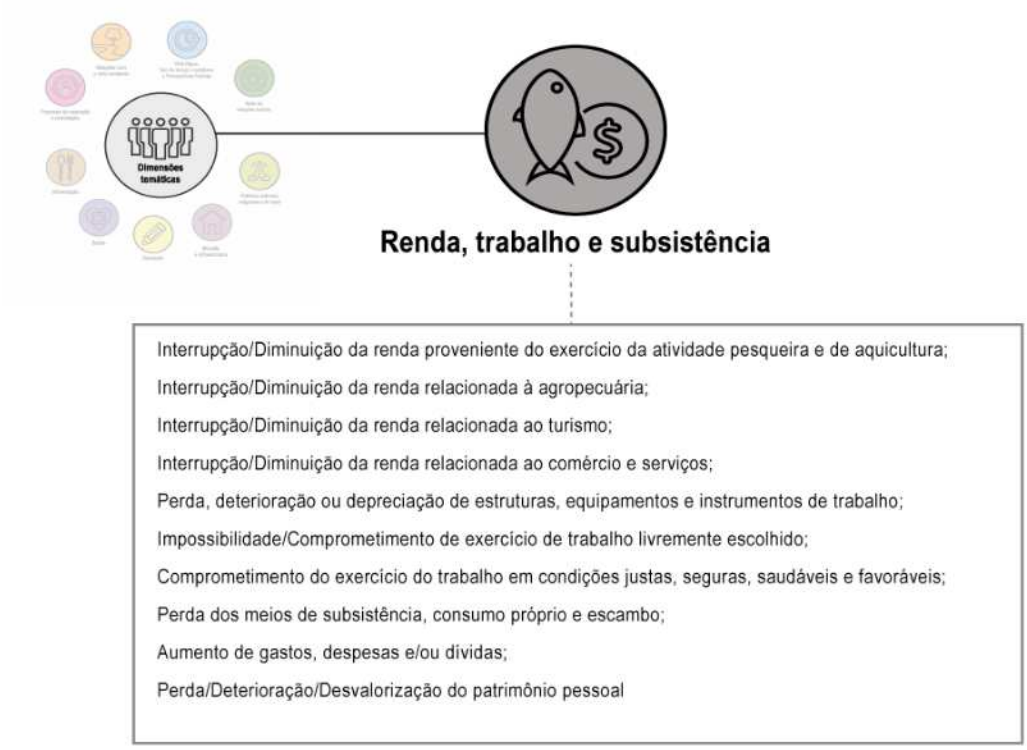
As oficinas realizadas no território foram organizadas por agrupamentos que correspondiam às formas de organização e autorreconhecimento presentes no território, sendo algumas delas por categoria ocupacional e outras de acordo com organização territorial e/ou social de base comunitária, como tratado no Apêndice A. Todavia, dada a mencionada característica de pluriatividade presente no território, as narrativas e danos enunciados em cada oficina tratavam de atividades desenvolvidas em diversas cadeias produtivas, muitas vezes de modo interdependente, indicando o caráter multifacetado da forma como as atividades de renda, trabalho e subsistência são vivenciados no território e a necessidade de reconhecimento desta realidade nos processos de reparação em curso.

Cabe destacar que, como observado em outros relatórios produzidos pela FGV (2020b, 2020k, 2020m, 2021d), a pluriatividade é marcante nesses territórios, expressa pela conjunção de diferentes atividades econômicas por uma mesma pessoa ou núcleo familiar, como estratégia para a manutenção das condições de vida e fonte de renda (COTRIM e MIGUEL, 2008; SCHNEIDER, 2009). A experiência combinada de múltiplas atividades ocupacionais é parte fundamental do orçamento familiar e dos modos de vida, traços culturais e produção das subjetividades e identidades dos atingidos e atingidas no território (SCHNEIDER, 2003 e 2009; COTRIM, 2008).

As narrativas e danos enunciados referentes à dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência serão apresentados pelos seguintes danos socioeconômicos identificados: (i) Interrupção/Diminuição da renda proveniente do exercício da atividade pesqueira e de aquicultura; (ii) Interrupção/Diminuição da renda relacionada à agropecuária; (iii) Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao turismo; (iv) Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao comércio e serviços; (v) Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho; (vi) Impossibilidade/Comprometimento de exercício de trabalho livremente escolhido; (vii) Comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis; (viii) Perda dos meios de subsistência, consumo próprio e escambo; (ix) Aumento de gastos, despesas e/ou dívidas; e (x)

Perda/Deterioração/Desvalorização do patrimônio pessoal. A organização desta seção é apresentada na Figura a seguir (Figura 12).

Figura 12 — Dimensão temática Renda, trabalho e subsistência: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.1.2.1 Interrupção/Diminuição da renda proveniente do exercício da atividade pesqueira e de aquicultura

> Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade pesqueira, seja ela embarcada ou desembarcada, pré-pesca ou pós-pesca, e na aquicultura. Devem ser consideradas todas as atividades pesqueiras e de aquicultura habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

Conforme estudo realizado pela FGV (2021d), a pesca realizada pelos grupos sociais envolvidos no levantamento de danos realizado no Litoral Norte da RECM é predominantemente artesanal. A pesca artesanal pode ser compreendida, numa perspectiva ampla, enquanto um "[...] conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente nas comunidades de

pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida", abarcando saberes cumulativos transmitidos entre gerações sobre a relação entre si e com o meio ambiente (DIEGUES, 2004, p. 32). Assim, é atividade que envolve diversas modalidades de técnicas, formas de apropriação dos recursos pesqueiros e modos de organização da produção e distribuição dos rendimentos, relacionando-se não só ao instrumental tecnológico utilizado, mas também às formas de organização social das pescarias, envolvendo laços de parentesco e vizinhança (CARDOSO, 2001, p. 35), conforme será tratado nas dimensões temáticas de Práticas culturais, religiosas e de lazer e Rede de relações sociais (Seção 3.2.1.4 e 3.2.1.5).

Nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, a pesca é realizada para o autoconsumo e para comercialização, seja como atividade principal ou complementar, evidenciando o traço marcante da pluriatividade nesses locais. Destacam-se a cata do caranguejo, de siri e moluscos — como o sururu e a ostra — e a pesca de camarão e peixes como robalo, cangoá, tainha, vermelho, judeu, carapeba, tilápia e camurupim. A comercialização era feita especialmente entre membros da comunidade, para atravessadores de fora, em feiras de rua e diretamente em beiras de estrada com venda para turistas (FGV, 2021d).

Em todas as interações realizadas foram trazidas narrativas e danos evidenciando alterações profundas na pesca artesanal decorrentes do desastre, relacionadas à diminuição do estoque disponível, ao comprometimento dos locais de pesca, dos instrumentos e meios de trabalho em diferentes modalidades, e uma maior dificuldade de comercialização. Tudo isso culmina em um severo comprometimento de geração de renda em todo o setor, levando a consequências diversas na vida individual, familiar e comunitária, retratadas nas dimensões temáticas pertinentes.

As narrativas aqui abordadas tratam da diminuição da quantidade de estoque disponível, do aumento dos custos de produção relacionados especialmente à proibição de importante local de pesca na foz do Rio Doce[47], da diminuição da demanda pelo produto pescado, em função da desconfiança quanto à sua qualidade decorrente do desastre e, por fim, da diminuição da renda e da oferta de trabalho da cadeia

[47] A proibição da pesca entre Barra do Riacho (Aracruz) e Degredo/Ipiranguinha (Linhares) na faixa de 20 m de profundidade foi determinada, em 17 de fevereiro de 2016, por decisão judicial baseada na ACP Nº 0002571-13.2016.4.02.5004/ES, proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e Federação das Colônias de Pescadores. "A força-tarefa que investiga o desastre socioambiental causado pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG), explicou, na ação proposta, que a medida visa preservar a saúde da população que consome os pescados da região e a sobrevivência das espécies já impactadas pelos rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem, ocorrido em novembro de 2015" (MPF, 2016).

desembarcada (nas atividades relacionadas à manutenção e reparos de embarcações e também ao comércio do pescado), questão vivenciada de maneira mais intensificada por mulheres.

Conforme descrito na caracterização (2.1), a atividade pesqueira é realizada por diversos grupos sociais do Litoral Norte, tanto no mar quanto nos mangues, estuários e rios, a partir de diferentes artes de pesca. A diminuição da quantidade capturada de espécies a partir de diversos tipos de pesca no mar foi trazida de forma muito intensa nas interações realizadas, e apontada como algo sentido imediatamente após a chegada dos rejeitos no litoral, em função deles.

> N: E quando a gente pediu para fechar a boca da barra e ninguém ouviu. Mas o rejeito entrou e matou tudo, tudo, tudo. De um tempo pra cá ouvi dizer que a ostra voltou, eu fui lá pegar e já não era a mesma quantidade.FGV_ILD_064
>
> D: Comprometimento da produção pesqueira.FGV_ILD_064
>
> N: Importante lembrar que tanto os pescadores como os peixes são migratórios, os pescadores não param num só lugar e andam por toda parte, assim como os peixes que nadam no nosso mar é o mesmo da foz, da Bahia, do Rio de Janeiro, de todo lugar. A continuidade da chegada do rejeito continua se espalhando e vemos a diminuição da produção do pescado em Itaúnas.FGV_ILD_079
>
> D: Diminuição do pescado em Itaúnas.FGV_ILD_079
>
> N: E esse resíduo de minério descendo todo esse tempo, antes e depois do desastre, traz um prejuízo muito grande, pois o volume de pesca era muito grande e entramos em decadência, nossa família foi empobrecendo, o setor da pesca empobreceu de forma generalizada.FGV_ILD_079
>
> D: Diminuição do pescado em Itaúnas.FGV_ILD_079

Os pescadores e pescadoras que realizam a atividade nos rios e no mar em São Mateus e Conceição da Barra narraram extensivamente o problema da diminuição do estoque pesqueiro, especialmente nos locais próximos à costa, após o desastre.

> N: Antes da lama nós pegávamos muito peixe na beirada, no cascalho aqui perto. Hoje colocamos vinte panos de rede para pegar quatro a cinco pescadinhas, isso quando pega, pois às vezes não pega nada. Jogava a rede e pegava muita pescadinha, mas hoje não tem mais. Os peixes sumiram.FGV_ILD_079
>
> D: Os peixes sumiram, jogava a rede e pegava muita pescadinha e hoje não tem mais.FGV_ILD_079

> N: Antes de 2015 a gente ia pro mar, colocava 1.500 m de rede e a gente acertava cardumes e cardumes, ia pra costa e pegava muito robalo em Pontal do Ipiranga, e hoje não tem mais. Escamuda pegava bastante, hoje quase não existe. E a corvina tem que ir vinte e cinco milhas pra dentro do mar e é difícil ir com os barcos daqui.FGV_ILD_077

> D: Mortandade de muitas espécies de pescado (tainha, robalo, corvina, entre outros).FGV_ILD_077

> N: Sempre pescava, no que chamava batedor, na beirada da praia, e também pescava no Rio Doce, [em] Barra Nova, Barra Seca, e sempre tinha mais pescaria do que hoje. Depois do rompimento fracassou bastante. No Rio Doce, nessa época, quando tava pra chegar vento sul, mudança de tempo, em 24 horas enchia o barco de camarão, hoje tem vento sul e tá do mesmo jeito.FGV_ILD_077

> D: Acabou a fartura.FGV_ILD_077

Algumas narrativas de pescadores e pescadoras do Litoral Norte trazem quantitativos da queda de produtividade após o desastre do rompimento da Barragem de Fundão, e a dificuldade de recuperação da atividade mesmo após seis anos da chegada da lama de rejeitos, conforme exemplificado a seguir.

> N: Antes tínhamos seis panos de rede para pescar e pegava uns 30 kg, hoje colocam de quinze a vinte panos de rede para pegar quatro pescadinhas e às vezes nenhuma. A situação que nós chegamos é essa.FGV_ILD_079

> D: Diminuição do pescado em Itaúnas.FGV_ILD_079

> N: Nossa pesca aqui até 2015, a gente trabalhava em embarcação maior trabalhava de Barra Nova até Rio Doce. De 2015 pra cá a pesca morreu 95%, sobrou 5%. E a gente vamos sobrevivendo assim mesmo, não tem jeito.FGV_ILD_077

> D: A diminuição dos peixes e camarão no mar e no rio acarretou na perda de 95% da produção do pescado.FGV_ILD_077

> N: A pesca caiu pelo menos 95% quando a barragem rompeu e depois recuperou uns 30%, depois disso o impacto na renda foi muito grande. [...] Porque o que está mais latente na vida das pessoas é se vai ter comida na mesa.FGV_ILD_077

> D: Perdemos na época 90% da produção, e hoje voltou uns 30%.FGV_ILD_077

As comunidades de São Mateus que realizam a captura de caranguejo, camarão, ostra, siri e outros moluscos no manguezal também descreveram a queda brusca da quantidade de animais disponíveis, especialmente a partir do verão de 2016, quando

ocorreu a entrada dos rejeitos do mar para a área estuarina e continental, conforme tratado na dimensão temática de Relações com o meio ambiente.

> N: O manguezal hoje não tem mais aquele caranguejo para poder capturar e poder estar tirando a sua renda. O manguezal não dá mais aquela atividade que tinha antes. Você entra nele, você vê, antes você tirava cinquenta, sessenta dúzias de caranguejo. Hoje você tira quatro, cinco dúzias.FGV_ILD_058

> D: Diminuição da quantidade de peixes e caranguejos capturados.FGV_ILD_058

> N: É importante falar da mortandade e desaparecimento dos peixes e larvas de peixes. Quando não chove, o veneno concentra e morrem peixes. E quando chove carreia o veneno e morrem peixes também. A mortandade de caranguejo também é muito grande. Na maré alta morre muito caranguejo no mangue, tem o risco de desaparecer. O guaiamum também está sumindo.FGV_ILD_063

> D: Mortandade de caranguejos e guaimuns quando a maré sobe.FGV_ILD_063

Foi citada ainda a mortandade dos peixes criados em tanques (aquicultura), em função do contato com a água contaminada.

> N: A Fundação Renova e as empresas dizem que não está envenenado, mas está sim. Tudo está morrendo, até os peixes que eu tenho em criatório. E ninguém sabe quando isso vai melhorar, é muito difícil recuperar o meio ambiente. Temos que ter alternativa do que fazer para melhorar a agricultura e podermos continuar aqui.FGV_ILD_063

> D: Os peixes de criatório estão morrendo.FGV_ILD_063

Associado à diminuição da quantidade de estoque disponível, a queda de renda do setor se relaciona ainda a outras duas questões: a perda de importante área de pesca, pela proibição da atividade na foz do Rio Doce; e a necessidade de alteração de locais de trabalho, aumentando os custos de produção. Para aqueles que pescam no mar, a proibição da atividade entre Barra do Riacho (Aracruz) e Degredo/Ipiranguinha (Linhares) até 20 metros de profundidade foi um dano imediato muito sentido, conforme observado também em outros levantamentos da FGV (2020k), já que a foz do Rio Doce era o maior viveiro de camarão do Espírito Santo e local de grande diversidade de pescados em geral.

> N: O impacto que gerou no rompimento da barragem é porque a gente abastecia o barco aqui e ia lá na foz do Rio Doce, a área que hoje tá proibida, era um pesqueiro muito rico em pescaria, em 24 horas enchia um barco de três a quatro toneladas. Hoje em dia a gente tem que

> pescar em pesqueiro de menos quantidade e já não tem essa fartura, tanto no rio quanto no mar.FGV_ILD_077
>
> D: Pescadores tem que ir pescar em outras áreas não proibidas, tendo menos fartura.FGV_ILD_077
>
> N: Logo no início, uns 90% se perdeu da pesca, hoje tem voltado uns 30%. Então uns 60% se perdeu hoje. E a área lá continua fechada. Se pegar a vida útil do camarão de seis a sete meses e fizer uma conta, vai perceber que pra voltar o que era vai demorar seus vinte anos ou mais. Na época perdemos uns 90%, hoje tenha recuperado no máximo 30% da produção.FGV_ILD_077
>
> D: Perdemos na época 90% da produção, e hoje voltou uns 30%.FGV_ILD_077
>
> N: Sou da cadeia da pesca e conheço a realidade deles, a gente acompanha, antes de 2015 era tanta fartura e não tinha nem pra quem entregar o produto. Chegava com barco 4 t, 2 t, 3 t de camarão sete-barbas da área que hoje está proibida.FGV_ILD_077
>
> D: Pescadores tem que ir pescar em outras áreas não proibidas, tendo menos fartura.FGV_ILD_077

A imposição de alteração dos locais de pesca marítima gerou a necessidade de aprendizado de outras artes de pesca e o aumento do tempo de trabalho, pois os pescadores passaram a ter que ir para mais longe realizar a atividade. Assim, houve aumento de custos de produção, aprofundando a queda de renda do setor e inviabilizando a atividade para aqueles que não conseguiram arcar com esse aumento.

> N: Pescávamos muito na beirada e tivemos que buscar outras áreas. Tínhamos barco a remo, poucas pessoas tinham barco de motor e hoje para ir mais longe tem que investir em barcos com motor.FGV_ILD_079
>
> D: Mudança das áreas de pesca, hoje temos que ir 18 km para pegar uma quantidade menor de peixes.FGV_ILD_079
>
> N: Hoje ficou mais caro pescar, tem que colocar 20 l de gasolina e ter uma embarcação melhor, com motor maior. Para ter um equipamento de sonda e um GPS tem que investir uns R$ 3.000,00 para arriscar pegar um peixe. Os custos subiram cerca de R$ 1.200,00, uns de 90% de custo.FGV_ILD_079
>
> D: Aumento de custos para investir em equipamentos: sonda, GPS etc.FGV_ILD_079
>
> N: Tem que sair para fora uns 18 km, pois não tem mais peixe na beira. Para ir para fora tem que ter um equipamento, uma sonda, um GPS para poder achar os locais de pesca.FGV_ILD_079

> D: Mudança das áreas de pesca, hoje temos que ir 18 km para pegar uma quantidade menor de peixes.FGV_ILD_079

Tais alterações também impossibilitaram que pescadores de embarcações menores realizem a atividade tal qual faziam antes do desastre, como explicita o relato a seguir.

> N: O mar hoje não dá condições para você ir para dentro, não. Os barcos pequenos não conseguem ir para o mar. Hoje o pescador tem que ir para o alto-mar e ficar dias e dias para conseguir tirar uma quantidade grande de peixes. Se o pescador vai com barco pequeno e tem que voltar para a terra toda hora, não consegue tirar uma boa quantidade.FGV_ILD_058

> D: Diminuição da quantidade de peixes e caranguejos capturados.FGV_ILD_058

Os maiores custos de produção também foram citados em relação aos materiais para pesca, como cola e redes, bem como de insumos como o combustível, conforme exemplificado a seguir.

> N: Antes de 2015, a cola custava R$ 60,00, hoje tá R$ 150,00, a rede que era R$ 100,00, hoje é R$ 600,00. Tá tudo um absurdo. Como manter minha embarcação, o óleo também aumentou, como o pescador vai viver? Como ele dá uma razão para quem não tem nada ver com setor pesqueiro? Não sabe o que é sofrimento no alto-mar.FGV_ILD_077

> D: Pescadores estão com dificuldades financeiras pela diminuição da renda e aumento de custos para pescar.FGV_ILD_077

> D: Aumento de gastos com combustível para ir pescar em locais mais distantes e desconhecidos.FGV_ILD_077

> N: O que tinha já acabou, hoje se quiser um peixinho mais ou menos tem que ir doze, quatorze, quinze milhas pra fora, antes com duas a três milhas já conseguia. E a gasolina sobe, a gente não tem dinheiro para comprar, nem para comer a gente tem mais.FGV_ILD_077

> D: Pescadores estão com dificuldades financeiras pela diminuição da renda e aumento de custos para pescar.FGV_ILD_077

Outra questão relevante diz respeito ao receio quanto à qualidade das espécies capturadas em função da chegada da pluma de rejeitos no litoral, que acarretou diminuição da demanda pelo produto dos pescadores locais, mesmo fora da área de proibição da pesca. A produção que ainda restou passou a ser alvo de desconfiança de estar contaminada com metais pesados após ampla divulgação na mídia local e nacional dos danos ambientais do desastre e, consequentemente, passou a haver maior dificuldade de comercialização do pescado e outras espécies aquáticas.

> N: Logo na época que aconteceu essa tragédia, que foi uma das maiores do mundo, todas as imprensas, todos os jornais, pegou em cima daquilo ali, aí [a população] parou de comprar camarão. [...] Então a venda de camarão caiu muito, também deixaram de comer, os turistas pararam de vir pra cá. Ficaram com medo de entrar na água da praia, no rio, com razão. Até hoje não passou na imprensa se pode ou não pode comer tal coisa, o que sai é que arsênio tá não sei quanto, chumbo não sei quanto. Então é indiscutível falar que Conceição da Barra não foi impactado.FGV_ILD_077

> D: Rejeição dos produtos pelos consumidores pelo risco da contaminação.FGV_ILD_077

> N: Eu era pescador, comprador e revendedor de pescado. Hoje eu já não consigo mais pescar, comprar e vender. Os produtos que eu comprava eu fazia feira. Hoje se eu chegar na feira com um produto aqui da nossa região, as pessoas logo perguntam de onde vem o pescado. "Vem do Nativo?" As pessoas não compram.FGV_ILD_058

> D: Ninguém quer comprar nosso pescado, nosso marisco, nosso caranguejo, pelo medo da contaminação.FGV_ILD_058

> N: Antes a gente pescava e vendia. Hoje, se não tem comprador, não tem pesca. Não tendo a pesca, vai viver de quê? Não tem como. Hoje não tem como vender, não tem como pescar. Também diminuíram bastante as espécies de peixes, infelizmente.FGV_ILD_058

> D: Ninguém quer comprar nosso pescado, nosso marisco, nosso caranguejo, pelo medo da contaminação.FGV_ILD_058

> N: Em Itaúnas não foi só o mar, também impactou o rio e caiu a produção do pescado. Mesmo que você tenha o pescado não vende.FGV_ILD_079

> D: Falta de confiança da população no consumo do pescado local.FGV_ILD_079

Em consequência do abalo à toda a cadeia de produção e comercialização do pescado local, houve ainda a diminuição da remuneração dos pescadores no setor, que estava diretamente atrelada à quantidade de produto pescado e vendido, conforme exemplificado a seguir.

> N: Sim, pra você ver, o mesmo barco de camarão, sai com uns dois a três tripulantes, tira 50% com despesa e 50% pro pescador, divide entre os tripulantes; então se perde a produção, a gente automaticamente perde a renda, não consegue ganhar. E tivemos muito tempo a dificuldade na venda do produto, por que perdemos muito porque as pessoas não queriam comprar, não tinha quem queria vender, o pessoal queria [camarão] da Bahia. Até hoje tem essa fama, não vende fácil e também não temos a mesma produção.FGV_ILD_077

> D: Rejeição dos produtos pelos consumidores pelo risco da contaminação.FGV_ILD_077

Ao mesmo tempo, essa desconfiança faz com que os trabalhadores do segmento pós-pesca (comerciantes) tenham que buscar alternativas de venda de pescados e frutos do mar, utilizando fornecedores de fora do mercado local para manter suas vendas, o que se soma como mais um elemento de desestruturação do setor pesqueiro na região.

> N: Eu tenho conversado com uns pescadores de camarão, hoje existem empresas que não compram mais camarão da Barra [de Conceição da Barra].FGV_ILD_073

> D: Queda na comercialização pelo medo da contaminação.FGV_ILD_073

> N: As pessoas de fora continuam com medo de consumir o pescado local, mas quem é pescador e morador não tem jeito, tem que consumir. Vendíamos peixe para fora do Estado, mas hoje o pessoal de Santa Catarina que abastece o mercado local de peixe.FGV_ILD_079

> D: Falta de confiança dos turistas com pescado local.FGV_ILD_079

Foi mencionada ainda especificamente a perda de comercialização para o mercado institucional da alimentação escolar[48] em função da desconfiança com a contaminação, tanto em relação ao pescado quanto em relação aos produtos agrícolas, conforme se verá na Seção 3.2.1.2.

> N: Perdemos renda, venda do pescado, aceitação do peixe para merenda escolar por conta do desastre da Samarco. Com isso tem um desânimo na categoria dos pescadores, o material de pesca fica guardado pois não tem incentivo para ir pescar, pois não tem peixe, não vende, não tem confiança nem de consumir o que pesca. Perdemos a confiança de consumir o pescado, a ostra, o caranguejoFGV_ILD_079

> D: Perda de mercado da proteína do pescado para merenda escolar, devido ao risco com a contaminação.FGV_ILD_079

Além disso, ainda foi relatada a queda do preço de venda dos produtos locais, bem como a queda do preço pago pela mão de obra de trabalhadores da cadeia desembarcada, o que afeta ainda mais a geração e circulação de renda em todo o setor.

[48] O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, repassa recursos para alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determinou que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal para o PNAE, "[...] deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas" (FNDE, s.d).

> N: O turista vem e quer saber se o pescado é daqui mesmo. Tem bastante dificuldade para vender esse pescado e se é daqui quer um desconto.FGV_ILD_078

> D: Perda de renda nas atividades de pesca.FGV_ILD_078

> N: Na cadeia também foi afetado o valor da nossa mão de obra, baixou, já era meio precário e piorou. A gente está preocupado com isso aí.FGV_ILD_077

> D: Diminuição do valor da mão de obra da pesca.FGV_ILD_077

Essa conjunção de fatores afeta os pescadores e toda a cadeia da pesca associada, conforme observado também em levantamento realizado pela FGV na Praia do Suá, em Vitória (FGV, 2020k), gerando um encadeamento de danos para diversas esferas, conforme exemplificado nas narrativas a seguir.

> N: Quando aconteceu o desastre, meu esposo e eu pescávamos. Também trabalhávamos com artesanato na época. A gente vendia os peixes e também consumíamos, para nós e para a família. Só que hoje não tem como mais. [...] Para vender a gente não consegue. Quando a gente vai vender o peixe as pessoas têm receio, não compram mais. O caranguejo também. Até o camarão, hoje já não tem aquela fartura que nem antes. Quando a gente pergunta para o cliente se quer comprar o pouquinho que tem, hoje não quer mais. Então é muito triste. A gente tinha fartura, hoje a gente não tem mais nada. Infelizmente, tanto as nossas famílias, como amigos, estão com dificuldades financeiras. Pescadores estão passando fome. Esse dinheirinho que a Renova está pagando, muitos até falam que é um "cala a boca". E não são todos que estão recebendo. Tem uma cadeia inteira que foi atingida. Tanto os pescadores, até os comerciantes. Foi uma devastação enorme para todos nós.FGV_ILD_058

> D: Ninguém quer comprar nosso pescado, nosso marisco, nosso caranguejo, pelo medo da contaminação.FGV_ILD_058

> N: Sumiu nossa pescaria, acabou nosso setor pesqueiro. Vai fazer o quê? Somos pescadores, uma embarcação como a nossa põe quatro pessoas para trabalhar, e tem o mecânico, o marceneiro, o calafetador, tudo isso caiu, tá todo mundo sofrendo sem saber se vai passar. O dinheiro acaba e a gente não sabe o que vai acontecer.FGV_ILD_077

> D: Toda a cadeia da pesca foi prejudicada (marceneiro, calafetador, mecânico, entre outros).FGV_ILD_077

Ainda é importante salientar que as mulheres tiveram maior dificuldade de se manter na atividade pesqueira, onde realizavam, especialmente, serviços ligados ao beneficiamento do pescado, conforme também observado em outros relatórios produzidos pela FGV (2019a; 2020b), e pela Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES, 2018). Com a queda da produção, proibição de importante área de pesca,

diminuição das vendas e maior dificuldade em geral de se manter no setor, elas foram especialmente prejudicadas quanto à renda advinda da atividade pesqueira e sofreram também dentro de casa com a desestruturação da economia familiar[49], conforme será tratado nas dimensões temáticas de Rede de relações sociais e Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras.

> N: Aqui em Barra Nova pouca mulher enfrentou o mar, minha mãe mesmo foi uma, tia minha mesmo já enfrentou a pesca do mar. Mas 90% das mulheres de Barra Nova, São Miguel, Ferrugem, Nativo, Campo Grande, Urussuquara, Barra Seca, Barra Nova Norte, toda essa região, a participação das mulheres na pesca era que era o marido e a mulher, porque a gente tem a parte rio e a parte mar. Então a mulher tava inserida essas duas partes. O marido que pescava no mar, trazia o seu peixe, e a mulher ela tinha a obrigação, o dever de limpar o seu peixe. A nossa participação era os peixes que o marido trazia, que eram tão fartos. E o quilo do filé era tão barato, era vendido de porta em porta.FGV_ILD_078
>
> D: O papel da mulher na pesca e pós-pesca ficou prejudicado.FGV_ILD_078
>
> N: As mulheres tinham um importante papel na pesca e na pós-pesca, que ficou prejudicado. Ela pescava, limpava o peixe, vendia, comprava e revendia.FGV_ILD_078
>
> D: O papel da mulher na pesca e pós-pesca ficou prejudicado.FGV_ILD_078
>
> N: E quando nós vínhamos lá do mar, tinha que buscar o carrinho porque era muito peixe. Era muito peixe. Até a companheira vinha passando lá e "Que benção, glória a Deus". E botava aqueles peixes no carro, eu e ela, principalmente ela, saía vendendo, e ia para Palmito. Vendendo os peixes, nem conhecia ninguém e vinha sem nenhum, vendia tudo. Agora não temos mais condições de fazer isso. Para nós era uma maravilha, uma benção.FGV_ILD_078
>
> D: O papel da mulher na pesca e pós-pesca ficou prejudicado.FGV_ILD_078
>
> N: O que aconteceu a gente teve a perda de renda, porque na maioria o esteio da casa é o homem e a mulher fica no beneficiamento, então se a gente perdeu na produção, foi perdendo em toda economia dentro da família.FGV_ILD_077

[49] Em estudo realizado pela FGV (2019e) a partir dos dados do cadastro da Fundação Renova, foi observado que a renda média das mulheres titulares do AFE era menor que as dos homens, e sofreu queda mais acentuada após o desastre do que as deles: a queda da renda média das mulheres que conseguiram o acesso ao auxílio foi de cerca 54%, enquanto a dos homens foi de 49%. Em outro estudo realizado (FGV, 2019a), que analisa relatos de mulheres à ouvidoria da Fundação Renova, dentre outros temas trabalhados, teve destaque a questão do aumento no custo de manutenção do lar e a consequente sobrecarga doméstica e foram mencionados cuidados com filhos e netos como questões que impactam também a saúde mental das mulheres atingidas.

D: A perda de renda afetou a economia da família, o que gerou conflitos.[FGV_ILD_077]

3.2.1.2.2 Interrupção/Diminuição da renda relacionada à agropecuária

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade econômica relacionada à produção agropecuária. Salienta-se que são consideradas aqui todas as atividades econômicas habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

Conforme desenvolvido por FGV (2021d), a prática de agricultura familiar em comunidades pesqueiras é comum, caracterizando o que Diegues (1983) denomina sociedades de pescadores-lavradores. Calivieri (2012), em estudo sobre comunidade caiçara no Rio de Janeiro, aponta que o mar, a mata, a restinga, os mangues, rios, cachoeiras e costões são espaços ocupados pelas comunidades e por cada família. Nesse sentido, mar e terra, e poderíamos expandir para água e terra, formam par indissociável, fundamental para o entendimento da relação dessas populações com a natureza.

A água é território de uso comum do(a) pescador(a), sobre o qual tem conhecimento profundo; representa a fartura e é fonte de vida, de onde se extrai o produto por excelência a ser vendido (o peixe) e parte importante da dieta alimentar. Ao mesmo tempo, quase todas as famílias possuem roças, que complementam a alimentação e a geração de renda. Assim, a terra fornece o que a água não traz.

Na mesma medida, em pequenas unidades rurais e assentamentos de reforma agrária onde a agropecuária com base no trabalho familiar é a atividade principal, a pesca é comumente realizada para autoconsumo e complementação de renda (CAJADO, 2013). Assim, mais uma vez destaca-se que a pluriatividade está presente nesses territórios, com distintas estratégias de reprodução da vida se combinando, com base na relação com o meio ambiente e diferentes recursos que ele oferece.

Conforme abordado na caracterização do Litoral Norte (Seção 2.1), as atividades agropecuárias no Litoral Norte realizadas pelos grupos sociais ouvidos pela FGV têm forte caráter tradicional e artesanal. O desastre impactou sobremaneira essas atividades, como será tratado na dimensão de Práticas culturais, religiosas e de lazer (Seção 3.2.1.4) e exemplificado a seguir.

> N: Nativo em tupiniquim quer dizer “terra farta”, mas depois do desastre da Samarco já não é tão farta. Nossos ancestrais vêm sendo dizimados desde do tempo do Mem de Sá, que envenenou nossos irmãos e hoje é a Samarco que nos envenena.[FGV_ILD_063]
>
> D: Forte queda de toda a produção agrícola.[FGV_ILD_063]

A diminuição de renda das atividades agropecuárias abrange questões como a perda de lavouras e animais de criação, a queda de produtividade das lavouras, a diminuição da qualidade dos produtos, o comprometimento de áreas férteis para plantio e da utilização dos cursos d’água para irrigação e dessedentação animal. Soma-se também a maior dificuldade nas diversas formas de comercialização realizadas, advinda da insegurança em relação à qualidade dos produtos e da diminuição do turismo.

A produção de frutas, hortaliças, culturas anuais e criação de animais eram realizadas no Litoral Norte da RECM de forma artesanal pelos grupos sociais ouvidos pela FGV. Em São Mateus também havia forte presença de produção de aroeira, associada muitas vezes à apicultura.

Há relatos de prejuízo em todas as atividades agropecuárias, relacionados especialmente à perda e comprometimento das áreas de produção próximas aos rios, mangues e valas[50] após movimentações que carrearam os rejeitos do oceano para as águas continentais (conforme abordado na dimensão temática de Relações com o meio ambiente). Os relatos de prejuízos são também relacionados à irrigação e dessedentação feitas diretamente nos rios e valas e também advindas dos poços, em função da alteração percebida na qualidade de água; aos novos custos para manutenção das produções e correção de solos; além da queda de vendas associada à desconfiança de contaminação da produção.

As produções eram utilizadas tanto para autoconsumo quanto para comercialização, com vendas feitas especialmente em feiras livres e no comércio local, tendo sido afetadas ainda pela diminuição dos turistas na região (conforme abordado na Seção 3.2.1.2).

[50] Durante o período da ditadura civil militar foram criadas medidas governamentais para ocupação das terras ao norte do Rio Doce, com objetivo de incentivar migração e aumento da produção agropecuária na região chamada de Vale da Suruaca (que abrange parte dos municípios de Linhares, Jaguaré e São Mateus). Entre 1965 e 1970, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) realizou obras de drenagem da lagoa do Suruaca e outras visando ampliar a área agricultável e facilitar a dessedentação animal em grandes fazendas de gado, abrindo valas utilizadas até hoje para esses fins. Esse fato provocou profundas transformações na paisagem e problemas ambientais de grande gravidade (PORTUGUEZ, 2019).

Uma das principais atividades realizadas para fins de comercialização em São Mateus era o cultivo da aroeira[51], com colheita anual para venda da pimenta-rosa ao mercado local e para atravessadores; e também a fruticultura e o plantio de hortaliças diversas, como a abóbora. Todas foram profundamente prejudicadas pela mortandade de espécimes e pela diminuição da produção, como exemplificado a seguir.

> N: A agricultura aqui antes do desastre era uma maravilha. A gente compartilha muito a pesca com agricultura, quando não está pescando você está mexendo na terra, temos muito plantio de aroeira e é como café, dá uma vez por ano. Depois do desastre a aroeira caiu muito. Gostamos de plantar perto do rio, pois é mais úmido e tem mais condição de dar mais fruto. Em 2016 já teve a primeira queda na produção de aroeira e já não podíamos mais pescar. Também cultivamos outras coisas além da aroeira, como hortaliças, mas todas elas foram afetadas.FGV_ILD_063
>
> D: Diminuição da renda da agricultura e pecuária.FGV_ILD_063
>
> N: Colhia duas toneladas de aroeira, mas esse ano colhi 50 kg. Colhia duas toneladas de abóbora e melancia, mas hoje não dá mais. Pesca e agricultura foram as atividades mais atingidas.FGV_ILD_063
>
> D: Diminuição da renda da agricultura e pecuária.FGV_ILD_063
>
> N: Frequento a região desde 1980, quando me casei com uma pessoa da região. E tenho sítio de produção de frutas e aroeira. Do ano passado para cá [2020 para 2021] tive uma queda de 250 kg a menos na produção de aroeira, cada ano a produção é menor. Cuido mais da plantação e a produção só diminui. A plantação de frutas também caiu muito, as plantas abortam muito.FGV_ILD_063
>
> D: Desde 2016 caiu muito a produção da aroeira.FGV_ILD_063
>
> N: Não somente as aroeiras, mas outros frutos como caju e pitanga já faz mais ou menos uns três anos que não vemos mais como era antes. Você voltava da praia e via o pé vermelhinho e hoje não tem mais.FGV_ILD_064
>
> D: Produção das aroeiras e apicultura foi prejudicada.FGV_ILD_064

Em diversas comunidades do Litoral Norte da RECM, além da mortandade e queda de produção, foi relatada ainda a queda da qualidade das plantações de aroeira, frutíferas e das culturas anuais (como a mandioca mansa — também conhecida como aipim; e o feijão). Há relatos relacionados à alteração na época de produção, comprometimento das folhas e frutos cultivados e abortamento das flores, conforme exemplificado a seguir.

[51] O cultivo da aroeira para comercialização da pimenta-rosa é realizado especialmente por agricultores familiares em São Mateus, município com maior produção de pimenta-rosa do Litoral Norte capixaba (INCAPER, s.d).

> N: De dezembro para janeiro tem a produção da manga, mas esse ano não teve. Está vindo agora totalmente fora de época, em julho. Não acredito que é temporão, acredito que é contaminação do solo, pois antes nunca teve essa situação.FGV_ILD_063

> D: Forte queda de toda a produção agrícola.FGV_ILD_063

> N: Tem coisa também da agricultura. Tá tudo parada. Aqui eu plantava aipim, as folhas do aipim, pós-2018, 2019 para cá, eu acho que esse metal foi para o lençol freático e a terra sente. Porque o que a gente planta aqui, eu tô tentando, eu não consigo colher uma melancia bonita. Ela *poca*[52], quando cresce um pouquinho assim. Não é aquela melancia gigante de antes do desastre. A melancia fica com uma folha enrugada. E planto nas épocas certa, na lua certa. A folha do aipim fica enrugadinha. Não sei nas outras regiões. Porque o quiabo vende-se muito, qualquer colheitazinha é R$ 5,00 reais o pacotinho. Eu já não tô conseguindo, a planta não cresce, quando cresce, a folha, o fruto não chega. Nasce aquele monte de folha enrugada e a melancia pequititinha. Abóbora, o pessoal procura muito, para a gente vender. A folha também [está] ruim.FGV_ILD_078

> D: Prejuízo na agricultura.FGV_ILD_078

> N: Hoje o que plantamos na região não nasce e o que nasce vem com deficiência, não tem mercado que aceite sem qualidade. Tem problemas com a produção da aroeira, dá a flor mas não gera o fruto, as flores abortam. A mesma coisa que acontece com os animais que abortam. É muito esforço para se manter e sobreviver e é um milagre estarmos vivos.FGV_ILD_063

> D: Hoje temos que passar mais tempo cuidando das plantações e mesmo assim a produção é menor.FGV_ILD_063

Parte do comprometimento da produção de aroeiras, frutíferas e outras culturas é associada pelos atingidos e atingidas ao desaparecimento das abelhas após o desastre, ocorrido também em função do contato com a água contaminada, de acordo com os relatos. As abelhas cumpriam função importante na polinização dos cultivos, além de ter finalidade de comercialização do mel, que também foi prejudicada.

> N: No Nativo se plantava de tudo, mas o carro-chefe é a aroeira. A questão da manga depende muito da fecundação das abelhas e hoje não tem mais abelhas. A minha propriedade tinha muitas casas de abelha e morreram todas depois do desastre, devido à água contaminada. Tínhamos abelha europa, mandaçaia, mamangava e sem ferrão. A única coisa que dá para induzir sem depender da abelha é a abóbora e abacaxi, mas melancia, manga, feijão e outros não dá pra fecundar sem as abelhas.FGV_ILD_063

[52] Pocar é uma gíria capixaba com diferentes significados, entre eles o de “estourar”, como nesta narrativa.

> D: A gente plantava de tudo, e agora não produz mais, porque não tem mais abelha para polinizar.FGV_ILD_063

> N: Hoje aqui a gente vê trator arrancando aroeira, porque não produziu. Por quê? Porque não tem abelha para fazer a polinização das plantas, a polinização das flores.FGV_ILD_058

> D: Hoje vem trator arrancar a aroeira, porque não produz mais, porque não tem mais abelha.FGV_ILD_058

Associada à diminuição da produção agropecuária, houve deterioração de locais utilizados para a atividade, especialmente nas áreas próximas aos cursos d'água, em função da piora do solo e comprometimento da qualidade da água, utilizada para irrigação e dessedentação animal. Além disso, esses locais também eram usados para plantio de alimento para gado, que também foi perdido.

> N: O pessoal de agricultura que morava na beirada do rio também foi muito atingido. O rio ficou podre, tiveram que cavar poço, os animais não podiam beber água. A agricultura familiar foi muito atingida.FGV_ILD_079

> D: Morte da plantação que é irrigada pela água do rio.FGV_ILD_079

> N: Somos reféns, pois não podemos fazer mais nada. Temos que ter dinheiro para comprar ração para manter peixes e animais, mas temos medo de consumir. Tive que vender animais, pois o capim que consumiam fica perto do rio e sumiu. A situação só piora e a pandemia aumentou a dificuldade.FGV_ILD_063

> D: Perdemos os melhores locais para produzir alimentação para o gado (perto do rio).FGV_ILD_063

> N: Mata de mangue, muitas árvores mortas. Não tem nem como dar [água] para os animais. Galinha, porco, ganso, só água que vem do pipa. Água que antigamente cavava que facinho saía já.FGV_ILD_078

> D: Alteração na cor e gosto da água.FGV_ILD_078

Os agricultores familiares ouvidos também citaram o aumento de custos de produção após o desastre para correção do solo e adubação, a fim de tentar reverter a diminuição da produtividade diante da terra "enfraquecida" e com a presença elevada de elementos como o ferro, conforme exemplificado a seguir.

> N: Recentemente eu fiz uma análise de solo da minha área das minhas frutíferas. Eu observei que na linha da irrigação saía um minério. Eu fiz análise do solo e deu um nível muito alto de ferro. Não sei se faz parte da chegada do rejeito. A gente vem corrigindo, faço isso junto com uma agrônoma amiga minha. A gente vem corrigindo para ver se a produção aumenta ou mantém num nível legal. [...].FGV_ILD_071

> D: A análise do solo deu muito ferro e tem que investir na correção.FGV_ILD_071
>
> N: Eu tô com três roça de aipim. Tudo adubado, foram vinte sacos de calcário para poder dar uma melhorada e tirar acidez da terra. Foi o mesmo que nada. O feijão, eu fiz um teste de coisa pouca para ver o que sai, eu falei "não vou jogar tudo na terra que eu vou perder tudo". Até que o feijão agora, esse ano, deu bom, não tanto. Mas no que era antes? Aquele feijão bonito. Aquele cordãozinho e bora. Bem pouquinho. Três vaginhas no pé. Como diminui. A terra ficou enfraquecida.FGV_ILD_078
>
> D: Prejuízo na agricultura.FGV_ILD_078
>
> N: A questão da ferrugem foi forte. Nós fizemos uma análise de solo e vimos também uma quantidade grande de ferro. Uma espécie de ferro nas plantas. Estamos tendo um trabalho para tornar a equilibrar esse solo e as plantas.FGV_ILD_071
>
> D: A análise do solo deu muito ferro e tem que investir na correção.FGV_ILD_071

Outra questão trazida de forma intensa durante as interações foi a queda de renda relacionada à comercialização dos produtos agropecuários, que ocorreu em função da desconfiança com a qualidade dos produtos, da queda dos preços e também da diminuição do turismo.

Assim como na pesca, o medo de consumir os produtos agropecuários passou a ser uma constante por conta do receito em relação à contaminação advinda do solo e da irrigação dos cursos d'água locais, tanto para os pequenos produtores rurais (conforme será tratado também na Seção 3.2.1.3) quanto para os consumidores em geral, diminuindo as vendas.

> N: Essa imagem [imagem utilizada na facilitação] me traz tudo isso que já foi dito. Troca de experiências e fartura. Confiança da produção. Antes do desastre a gente ia nas feiras, nossos produtos eram bem aceitos. Hoje levamos os produtos e as pessoas ficam na desconfiança. Hoje não temos essa confiança em relação aos produtos de qualidade. Hoje não temos mais a firmeza, e a confiança. Vejo essa confiança nessa imagem. Hoje não conseguimos fazer isso.FGV_ILD_071
>
> D: Desconfiança com a qualidade dos produtos da terra.FGV_ILD_071
>
> N: Conforme a colega, o que a gente ouve falar muito da classe pescadora é o medo do consumo de tudo que vem do rio e do mar, mas também tem uma preocupação nos alimentos que a gente leva para a feira. Muitos perguntavam de onde vinha a água que irrigamos as nossas plantações. A parte de hortaliças a gente comercializa em Itaúnas. Além da parte de vendas pelos turistas ainda também há uma indagação em relação à nossa irrigação. Os alimentos que têm mais

> contato com a água, assim como as hortaliças. Indagação da procedência de como estamos irrigando.[FGV_ILD_071]
>
> D: Desconfiança com a qualidade dos produtos da terra.[FGV_ILD_071]
>
> N: Na parte da agricultura também há receio por parte da irrigação, houve abalo na comercialização dos produtos por receio de estar ou não contaminado.[FGV_ILD_073]
>
> D: Queda na comercialização pelo medo da contaminação.[FGV_ILD_073]
>
> N: De 2015 para agora caiu muito a comercialização da produção agrícola, pois vendia muito para famílias da região e deixaram de comprar.[FGV_ILD_063]
>
> D: Dificuldade em comercializar os produtos pela desconfiança da contaminação.[FGV_ILD_063]

Associada à essa desconfiança, houve também a necessidade de baixar os preços dos produtos para conseguir comercializar, mais um fator que coaduna com a queda de renda relacionada à produção agropecuária.

> N: Todos os produtos têm preço, mas quando os compradores chegam aqui dão o preço que querem, se aproveitam da nossa necessidade para pagar pouco, e acabamos vendendo pelo preço deles por falta de opção. A nossa realidade ficou muito difícil.[FGV_ILD_063]
>
> D: O preço dos nossos produtos caiu muito.[FGV_ILD_063]
>
> N: A queda no valor de venda por conta da contaminação não foi só com o peixe, na região de Nativo tinha muita gente que criava porco, que bebiam água do rio, e muitos porcos perderam peso, apareceu ferido, e então as pessoas também perderam essa fonte de proteína. Isso vai para horta, para o leite, vai para tudo. Assim como essa criação de porcos e galinhas, o gado também sofreu e a apicultura também diminuiu.[FGV_ILD_064]
>
> D: A produção e comércio dos produtos agropecuários também foi muito prejudicada.[FGV_ILD_064]

Ainda foi relatado, tanto em São Mateus quanto em Conceição da Barra, que havia unidades familiares que realizavam a agricultura orgânica, e com a chegada dos rejeitos, essa produção foi especialmente prejudicada, já que não há mais confiança na qualidade da produção, mesmo que cultivada sem agrotóxicos.

> N: Nós que vivemos da roça sabemos o que consumimos e produzimos. Mas o problema é o outro. Não podemos levar alimentos com veneno. A gente tem essa consciência, mas o outro fica com o pé atrás. Hoje há uma certa desconfiança de tudo que a gente produz. De onde vem essa água? Se for do rio é contaminada. Do mar é

> contaminada. O nome disso é segurança alimentar. Precisamos ter esse tipo de preocupação para que as pessoas não adoeçam.[FGV_ILD_071]
>
> D: Desconfiança com a qualidade dos produtos da terra.[FGV_ILD_071]
>
> N: Eu gosto de vender produto orgânico, porque eu não gosto de veneno. Isso eu não posso fazer mais, porque meus porcos morreram.[FGV_ILD_058]
>
> D: Os porcos morreram.[FGV_ILD_058]
>
> N: Marcos Palmeiras [ator] montou um curso de produção orgânica na região e montamos uma feira orgânica para comercializar a produção local. Hoje não vou mais para a feira orgânica, pois não tem volume e como é mais caro as pessoas acabam não comprando. Os produtos vindos do Ceasa ganharam mais espaço com os compradores.[FGV_ILD_063]
>
> D: Antes vendia tudo orgânico na feira direto para os consumidores, e agora não tem mais produto para vender.[FGV_ILD_063]

Ainda foi narrada, assim como em relação à pesca, a perda da comercialização no mercado institucional para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no qual era feita venda direta para a alimentação escolar dos municípios, também em função da desconfiança da contaminação da produção.

> N: Nosso campo de atuação aqui é principalmente área agrícola. Algumas companheiras praticam atividade de pesca, mas mais pra consumo. A associação é voltada à atividade agrícola. Temos na associação participação em algumas políticas públicas, e isso acabou interferindo um pouco, a princípio mais por causa do receio do consumo dos nossos produtos. Porque a gente utiliza a água do rio Itaúnas ou de afluentes, e isso foi um dos pontos que levou a abalar nossa comercialização. Antes era uma atividade corriqueira, não tínhamos receio de nada, trabalhávamos de forma tranquila.[FGV_ILD_073]
>
> D: Queda na comercialização pelo medo da contaminação.[FGV_ILD_073]

Ainda foi relatado por mulheres que, após o desastre, houve a necessidade de diversificar os produtos vendidos, passando a realizar o beneficiamento de algumas produções, gerando pães, bolos, farinhas, entre outros, que são menos perecíveis, a fim de evitar perda de produção diante da queda das vendas.

> N: Para aproveitar os produtos da alimentação, pra que eles não sejam perdidos, a gente faz novos produtos, pra não ter prejuízos, porque como teve um déficit na comercialização acabam sobrando mais produtos, então eles são transformados em outros produtos. Querendo ou não eles já fazem parte da nossa alimentação, mas eles são processados para serem transformados em outros produtos. Minha mãe faz um pão de legumes, além de farinha a gente usa cenoura, beterraba e couve que são da unidade produtiva. A gente leva pra feira

> uma quantidade de cenoura, beterraba e couve, não conseguiu comercializar, pra que não se percam, é transformado nesse pão.FGV_ILD_073

> D: Perdemos a estabilidade da produção e comercialização.FGV_ILD_073

> N: Ou a cuca de banana, em que é transformada a banana em cuca. Bolo de aipim, o pessoal que mexe com a casa de farinha, acaba tendo que transformar o aipim ou em goma, ou farinha, beiju, algo assim pra comercializar. Porque a mandioca que é a base de algumas unidades de produção, existe um consumo muito grande em Conceição da Barra da raiz em si, pra produção de caldo, nesse sentido. Mas quando diminui a procura, já é cultural de fazer, mas acaba fazendo um pouco a mais pra gente não tá perdendo essa raiz, senão depois de algum tempo a gente perde. Então eles precisam ser processados.FGV_ILD_073

> D: Os produtos que não conseguem mais ser comercializados passaram a ser processados para serem transformados em outros produtos.FGV_ILD_073

Outra questão apontada foi a diminuição da comercialização de lojas de materiais agropecuários, que sofreram com a queda de renda dos produtores(as) e consequentemente também foram afetadas negativamente nas suas finanças.

> N: Além de produtores rurais a gente tinha uma loja de materiais de irrigação, de ração animal, de pesca, e abrimos ela meses depois do rompimento. Nós falimos literalmente pela questão econômica. A renda não girava e eu perdi a loja. Infelizmente vamos colocar que tenha sido por isso. Foi a forma que eu me senti impactada.FGV_ILD_071

> D: Os agricultores e pescadores deixaram de comprar insumos para produção.FGV_ILD_071

Ainda foram trazidos, por produtores rurais de São Mateus, relatos de pessoas que antes do desastre complementavam sua renda com o aluguel de áreas de pasto para gado, e que, por conta da insegurança com a contaminação dos locais próximos aos rios e mangues, não conseguem mais obter esse rendimento após o desastre.

> N: Mas logo de início foi assim, o homem não quis mais, eu fiquei sem o aluguel [do pasto]. Aí vai defasando a coisa, né? Para a gente na agricultura.FGV_ILD_078

> D: A renda de aluguel de pastos foi afetado.FGV_ILD_078

> N: Eu moro aqui no São Miguel. Eu tinha aluguel de pasto. Era mil e poucos reais, um aluguelzinho bom. E aí depois, quando aconteceu isso, veio uma espuma branca, que queimava a parte da baixada. Eu não sei como aquela espuma apareceu lá. E aí, o animal do homem morreu, que botou lá em casa, lá nos fundo na propriedade. Eu tinha uns animais, tinha 40 cabeças, que dava um dinheiro bom. Morreu um animal, eu não sei se ele tomou daquela água e ele teve que abater

> esse animal, uma vaca. Aí ele não quis mais botar lá, eu fiquei sem aluguel, até hoje eu fiquei sem esse aluguel.[FGV_ILD_078]
>
> D: A renda de aluguel de pastos foi afetado.[FGV_ILD_078]

O turismo também tinha importante papel na circulação dos produtos agropecuários, tanto na venda direta em feiras e pequenos mercados locais, quanto para a rede de hotéis, pousadas e restaurantes. Essas vendas foram muito prejudicadas pela diminuição da atividade na região após a chegada dos rejeitos no litoral capixaba (assunto que será tratado no dano socioeconômico de Interrupção/comprometimento da renda do turismo — Seção 3.2.1.2.3). Tais perdas foram intensificadas no período da pandemia, conforme exemplificado a seguir.

> N: O que mudou [depois de 2015] foi a questão daquela comercialização. Nós plantamos em cima da demanda de venda que temos. Se não temos demandas fica difícil porque não temos retorno. Não adianta plantar e não ter para quem vender. Nosso recurso e área de plantio diminuíram. Nosso turismo também foi afetado então as pessoas do turismo que compravam nossos produtos, então foi uma cadeia que quebrou.[FGV_ILD_071]
>
> D: Comércio foi atingido por conta dos danos econômicos nas comunidades.[FGV_ILD_071]
>
> N: Os danos maiores causados são aos agricultores. Aqui quem mora no assentamento Paulo Vinhas. A gente comercializa em Itaúnas que é turística. Conseguíamos comercializar todos os produtos que produzimos. Comercializamos nos quiosques de praia. Aipim. Mas como os turistas deixaram de vir, perdemos como produtores e também sentimos pelo sabor dos peixes. Qualquer alteração do sabor a gente identifica. O sabor ficou estranho. Não sei dizer qual é.[FGV_ILD_071]
>
> D: Diminuição da comercialização vinda do turismo.[FGV_ILD_071]
>
> N: Tudo isso também! A gente trabalha na parte de agricultura. Todos os feriados que tem os turistas a gente trabalha. Isso quando tinha. A gente levava para Itaúnas. Agora já diminuiu com a queda do turismo. Depois ainda veio a pandemia e piorou para todo mundo.[FGV_ILD_071]
>
> D: Diminuição da comercialização vinda do turismo.[FGV_ILD_071]

Ainda foram trazidas narrativas relacionadas ao comprometimento de produções coletivas após o desastre, a exemplo das atividades realizadas por associações de mulheres, de atividades realizadas por toda família e ainda de vendas para grandes empresas que ocorriam na conjunção de pequenas produções. Tais questões não só prejudicam a renda, mas também se relacionam com práticas culturais e relações

sociais estabelecidas, abalando os modos de vida constituídos, conforme será tratado nas seções dessas duas dimensões temáticas (seções 3.2.1.4 e 3.2.1.5).

> N: Aqui é coletivo, todo mundo cata aroeira: as mulheres, as crianças e os homens. O produtor tem a roça, mas todo mundo coleta e depende um do outro o produtor e o catador. Todo mundo na época da colheita da aroeira vem para a cata.FGV_ILD_063
>
> D: Desde 2016 caiu muito a produção da aroeira.FGV_ILD_063
>
> N: Os grandes supermercados não compram na mão do pequeno, compram dos grandes produtores de São Paulo. E a aroeira é vendida para atravessador que negocia a venda em grande volume para os compradores até do exterior. Hoje é muito difícil. Estamos sobrevivendo com muita dificuldade. Muita gente ficou desnorteada, pois você tinha uma vida e hoje é quase como um pedinte.FGV_ILD_063
>
> D: Diminuição da renda da agricultura e pecuária.FGV_ILD_063
>
> N: De forma coletiva também. A atividade da nossa Associação [Associação de Mulheres Rurais do Assentamento Paulo Vinhas e Comunidades Vizinhas] também parou [depois do rompimento]. E depois com a pandemia piorou mais ainda essa situação. A paralização de investimentos coletivos da associação.FGV_ILD_071
>
> D: Paralização dos investimentos coletivos da associação.FGV_ILD_071

Por fim, diante da queda de produção e renda de toda cadeia de produção e comercialização agropecuária, ocorreu a diminuição da oferta de trabalho no setor e consequentemente o aumento do desemprego, questão que será tratada no dano socioeconômico de Comprometimento do trabalho livremente escolhido.

3.2.1.2.3 Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao turismo

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade econômica relacionada ao turismo. Salienta-se que são consideradas aqui todas as atividades econômicas habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

Conforme abordado na caracterização do Litoral Norte (Seção 2.1), os municípios de São Mateus e Conceição da Barra possuem relevante atividade turística, que movimenta toda uma rede de comércios e serviços para atender esses visitantes — como bares, restaurantes, rede hoteleira, quiosques de praia, lojas de moda verão,

escolas de surfe —, além de uma gama de comércios informais (como vendedores ambulantes e fornecedores de alimentação) que fazia parte da economia local.

Em várias das comunidades pesqueiras ouvidas pela FGV, o turismo era, em especial no verão, importante fonte de geração de renda e oferta de trabalho (FGV, 2021d). Essas vertentes correlacionadas reforçam a necessidade de se considerar a pluriatividade na conformação da renda dessas populações. São fortes exemplos dessa triangulação entre atividade turística, geração de renda e oferta de trabalho a Vila de Itaúnas (Conceição da Barra) e Guriri, Barra Nova, Barra Seca e Urussuquara (São Mateus). Tal característica, no entanto, não se limita a esses locais.

A correlação entre os danos às atividades de pesca e o turismo pode ser apreendida tanto pelo turismo de mar e de sol, quanto pelo consumo do pescado. A proibição da pesca e a incerteza sobre a contaminação das águas e do pescado atinge tanto pescadores e demais elos da cadeia da pesca como também afasta visitantes em busca das paisagens naturais e da culinária baseada em peixes e frutos do mar. Dessa forma, toda a cadeia do turismo e de comércios e serviços a ela atrelados foi prejudicada.

A correlação entre produção rural e turismo também era forte. Parte das vendas de produtos agropecuários de agricultores familiares era realizada em feiras frequentadas por visitantes de fora e para a rede de comércios e serviços dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus (como hotéis, lanchonetes, barracas de praia e vendedores ambulantes de coco e outros produtos), conforme já visto anteriormente.

Houve drástica diminuição do fluxo de turistas nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus em decorrência do desastre, especialmente no verão, em função do receio da contaminação. A diminuição da quantidade de visitantes acarretou queda nas vendas e rendimentos no mercado formal e informal ligado ao setor, que ocasionou fechamento de estabelecimentos e impossibilidade de realização de novos investimentos previstos. Além disso, a complementação de renda com a venda de pescados e apoio à pesca esportiva, em trabalhos temporários no geral e em particular durante os períodos de realização de festas, também ficou comprometido.

O rompimento da Barragem de Fundão ocorreu às vésperas do verão de 2015/2016, e os rejeitos atingiram o litoral capixaba em 21/11/2015. Naquele momento, o primeiro dano sentido às atividades turísticas foi o cancelamento de parte significativa das reservas efetuadas para o período de recesso de final de ano e férias escolares, conforme exemplificado a seguir.

> N: Sou hoteleiro em Conceição da Barra, e o principal é a perda do grupo hoteleiro daqui. Naquele ano [2015] foi um ano bem difícil pra

> gente, porque a gente perdeu praticamente todas as reservas que tinha naquele período, e nós somos a primeira pousada que entrou com pedido de reparação junto à empresa em 2018, e infelizmente até agora não tivemos nenhum retorno. Ficamos sabendo que em Linhares teve um movimento da hotelaria, mas em Conceição da Barra, os restaurantes, hotéis e pousadas ainda não tiveram reconhecimento. Estamos buscando alguma coisa que nos permita diminuir o dano causado. Agradeço o espaço.FGV_ILD_072

> D: Foi um bombardeio de cancelamento de reservas por conta da insegurança quanto à contaminação.FGV_ILD_072

> N: Eu particularmente trabalhava na escolinha de surfe o dia inteiro, com as crianças aqui da Vila em contra turno. E no verão eu trabalhava com os turistas. A escolinha era um projeto social e no verão eu precisava trabalhar. Com relação à pousada, foi um bombardeio de cancelamentos. Todo mundo que vem à Itaúnas ama as lagoas, as praias, então esse pessoal viria pra Itaúnas por quê? Vai passear na Vila? A gente recebia 50% do valor antecipado, daí o pessoal não vinha, e a gente já tinha usado o valor para a manutenção, como que ia devolver?FGV_ILD_072

> D: Cancelamento de reservas levando a queda na receita e problemas de desinvestimento.FGV_ILD_072

Além do cancelamento de reservas para o período de festas, haviam também turistas que passavam todo o verão nas localidades, em casas de veraneio, gerando circulação monetária e renda de aluguel de imóveis, o que também foi prejudicado, conforme exemplificado a seguir.

> N: Lembro de uma manchete no jornal que dizia que a lama chegou no mar do Espírito Santo. Aqueles que tinham casa de veraneio de Itaúnas, que ficam três meses, esses desapareceram. Podem ser poucos, mas fazem a economia crescer. Não foi só daqueles que vinham passar o réveillon. O impacto da lama da Samarco veio interromper um ciclo virtuoso que se mantinha a décadas. A gente nunca tinha visto um movimento recrudescente em Itaúnas.FGV_ILD_072

> D: O desastre comprometeu um ciclo virtuoso de crescimento do turismo.FGV_ILD_072

Assim, a quantidade de turistas diminuiu imediatamente após o desastre, fato que se manteve nos anos seguintes, desestruturando a cadeia econômica relacionada ao turismo na região.

> N: As pessoas vêm ao litoral para desfrutar da praia, comer peixe, e isso tudo foi cessado. Nesse momento tão crucial muitos comércios foram atingidos e a Fundação Renova não vê, porque é distante. Aqui no verão dá em torno de setenta a noventa mil pessoas, de morador [são] dois a três mil pessoas. Olha para ver como foi o impacto. Na época até sobrevoei o litoral e, realmente, não havia outra alternativa do que interditar as praias para segurança de todos.FGV_ILD_064

> D: Comprometimento do turismo e comércio pela interdição das praias.FGV_ILD_064

> N: Eu trabalhava com meu esposo, tinha um comércio onde vinham os turistas comprarem, esse era o dia a dia do meu trabalho. Mas isso tudo foi afetado. Trabalhava na praia em equipes de várias famílias, todos juntos. Hoje não tem.FGV_ILD_073

> D: O trabalho também era momento de encontro da família e entre as famílias, e isso se perdeu.FGV_ILD_073

> N: Quando os colegas falaram das regiões de Urussuquara e Barra Nova, vamos acompanhado para Guriri que é uma comunidade de turismo sazonal de frequência diretamente relacionada com o verão. [...] O turismo foi altamente prejudicado e não só o turismo, mas toda a rede de comércio, hotel, restaurante etc. Temos praias lindas e ficamos indecisos, não sabemos o que é certo ou errado. [...]FGV_ILD_064

> D: Diminuição do fluxo de turistas impactando toda cadeia de serviços (hotelaria, comércio, ambulantes e outros).FGV_ILD_064

Neste quesito cabe um destaque para a Vila de Itaúnas, local turístico conhecido nacionalmente pelas dunas, praia e festivais de forró, que com a chegada dos rejeitos saiu de um ciclo virtuoso de décadas relacionado às atividades turísticas[53].

> N: Eu lembro muito de uma frase que ouvi de um filho de uma dona de restaurante, ele dizia que o verão é sempre um melhor que o outro. Quem viveu Itaúnas nos últimos 25, 30 anos, viu um movimento muito virtuoso. Turistas que chegavam na Vila por uma vida pacata conseguiram crescer, criar suas famílias com bastante dignidade, calçados no turismo crescente da Vila. O pessoal sempre falou que o melhor peixe está no verão, as luzes mais gostosas. O verão sempre foi determinante para que conseguíssemos passar a baixa temporada. Até 2015 o verão sempre foi determinante pra gente conseguir passar o restante do ano na Vila. No ano de 2015 e 2016 o impacto do rompimento foi tão grande pra gente, porque chegou na boca do verão. Quem fez investimento perdeu o investimento que fez. Quem já estava mais estruturado sofreu a perda de quase 70% da sua arrecadação financeira. Pra gente de Itaúnas que vive basicamente da pesca e do turismo, fomos os mais impactados.FGV_ILD_072

[53] Conforme descrito na caracterização do Litoral Norte, o distrito de Itaúnas é o mais importante polo turístico do município de Conceição da Barra. A partir da década de 1980, houve forte divulgação do local para aumentar o fluxo turístico, o que surtiu efeito especialmente a partir da década de 1990, quando houve aumento vertiginoso de tal atividade. No fim da década de 1990, a Vila possuía aproximadamente 1.000 habitantes e chegava a receber 50.000 turistas no verão (MARTINS; MOLINA, 2008). Os visitantes buscam Itaúnas tanto pelas belezas naturais (praias e dunas), quanto para o turismo de aventura (no Parque Estadual de Itaúnas) e também pelo "turismo jovem", baseado no forró, especialmente pela realização de dois festivais conhecidos nacionalmente: o Festival Nacional de Forró e o Circuito de Forró (CUNHA, 2009).

> D: Cancelamento de reservas levando à queda na receita e problemas de desinvestimento.FGV_ILD_072

> N: Itaúnas estava crescendo desde que começou a ter o movimento turístico aqui na Vila, há mais de 30 anos. Sempre crescendo, forró, as atrações. A partir de 2015 teve uma queda grande no turismo, é comprovado.FGV_ILD_072

> D: A partir de 2015 houve queda no turismo.FGV_ILD_072

A interdição de algumas praias às vésperas do verão em 2015 se somou como mais um fator para o cancelamento de reservas e diminuição do fluxo de turistas, conforme abordado a seguir.

> N: Esse decreto de interdição das praias foi uma falência da vida social e dos comércios. Como os peixes de que vem de fora não aceita mais, a renda caiu, todos ficaram a ver navio. E a gente que vem na beira da praia para ter uma vida tranquila. No mar interditado, não sabia que tipo de resíduo era. Eu sempre ligando para ter informação e até hoje essa troca de informação que não chega na comunidade e com a pandemia piorou a Fundação Renova e a Vale só atendem por telefone e internet. As festas que a gente tinha não foram mais autorizadas. O amigo tinha um mercado que fechou.FGV_ILD_064

> D: Comprometimento do turismo e comércio pela interdição das praias.FGV_ILD_064

> N: Quando a gente soube [do desastre], não imaginava que ia chegar até aqui, pensava que o Rio Doce ia suportar e não chegaria nas praias. Mas infelizmente chegou, na época eu era presidente da associação e várias vezes a polícia pedia para fechar a praia. Era verão e muitos vivem de comércio. E tinha expectativa de ter bandas e festa da prefeitura. Eu lembro bem quando o prefeito me ligou para dizer que não ia ter jeito, ia ter que pôr placas nas praias e interditar e cancelar tudo.FGV_ILD_064

> D: Comprometimento do turismo e comércio pela interdição das praias.FGV_ILD_064

Com a diminuição do fluxo de turistas no Litoral Norte da RECM, consequentemente houve queda nas vendas de produtos e serviços, que levaram à diminuição da renda geral desse setor econômico ocasionado pelo desastre.

> N: Hoje eu recebo R$ 2.400,00 e isso dá para quê? Sendo que nós ganhávamos muito mais. Na época de feriado nós tirava R$ 5 a R$ 6 mil por mês, mas na semana dava R$ 3 mil ou R$ 4 mil. A gente vendia bastante.FGV_ILD_078

> D A renda caiu muito.FGV_ILD_078

> N: E ia levando uma vida normal com a família, bate-papo, vinha o pessoal de fora, turista. Era só alegria, felicidade. O turista como já tinha vindo na semana anterior já trazia um presentinho, aquele bate-papo. Quando chegava na segunda-feira era R$ 2 mil, R$ 2,5 mil tinha no bolso, ficava tranquila, né? Mas infelizmente houve o rompimento e fomos atingidas. A gente só estamos aguardando e lamentando.FGV_ILD_078
>
> D: Queda do turismo.FGV_ILD_078
>
> N: A nossa área é um território muito visitado. Até por conta do rio, da área de lazer. [...]. Era um momento no qual o nosso caranguejo crescia de valor. A gente passava uma dúzia de caranguejo por R$10,00, por R$12,00. Mas quando chegavam os turistas o caranguejo passava para R$20,00, R$25,00. Era o tempo que mais se comercializava. Hoje nós não temos. A produção caiu, o turismo caiu.FGV_ILD_058
>
> D: Perda do turismo.FGV_ILD_058

Além de toda a cadeia de comércio e serviços formalizada ligada à atividade turística, a renda das atividades informais também foi duramente prejudicada pela diminuição do número de turistas em atividades como de vendedores ambulantes. Estas eram realizadas em muito por mulheres, com o agravante de que se tratava de pessoas que não possuíam nenhum tipo de segurança ou comprovação formal de suas atividades.

> N: O trabalhador informal também foi prejudicado. Eles também vivem do turismo, com comércio ambulante na praia, carrinhos de comida na Vila [de Itaúnas], e eles também deveriam ser contemplados.FGV_ILD_072
>
> D: Houve uma perda também para os trabalhadores informais.FGV_ILD_072
>
> N: Eu vendia cerveja, refrigerante, água de coco, levava caldos, pastéis de siris, fazia vários tipos de caldo. Aí com o abalo que teve abalou minha vida financeira e familiar, e o que eu ganhava eu não ganho mais. Eu sou viúva de um pescador e o abalo foi muito grande. Hoje eu não tenho mais como fazer isso, e aí sempre reúno uns amigos, fico fazendo uns caldos que pedem, mas não estou ganhando nem R$ 400 mais, eu vivo de uma pensão. Foi um abalo muito grande e não tenho mais como complementar minha renda. Então às vezes os amigos se reúnem e eu cozinho pra eles pra complementar a renda. E eu vou vivendo assim.FGV_ILD_073
>
> D: Queda de renda.FGV_ILD_073
>
> N: Eu trabalhava todos os dias, sou cadastrada na associação [de barracas de praias] desde 2003 e trabalhava em casa e na rua, na praia. Com esse abalo abalou todo mundo da região de Conceição da Barra, barraqueiros e tudo, e hoje não faço mais nada dessas coisas. O turismo deu aquele abalo, acabou. Eu era vendedora ambulante. A venda caiu muito. Quando eu trabalhava chegava a ganhar mais de

> dois salários mínimos, que eu chegava a ganhar por dia, agora nem R$400, foi um abalo muito grande.[FGV_ILD_073]
>
> D: Queda de renda.[FGV_ILD_073]

Também o comércio informal relacionado ao fornecimento de comidas e aluguel de quartos se viu prejudicado com a queda do número de visitantes após o desastre.

> N: E aí eu fiquei viúva, e aí com o desastre foi diminuindo os turistas, quem pedia as coisas pelo telefone. A região ficou toda abalada. E não afetou só a mim, mas toda a região, muita gente mesmo.[FGV_ILD_073]
>
> D: Queda do turismo.[FGV_ILD_073]
>
> N: Do Natal pra frente já começava [os encontros nas festas coletivas]. No meu trabalho eu sinto e muito. Eu tava com as famílias que chegavam de Brasília, Linhares, me procuravam pra entregar as coisas [as encomendas de comida], e hoje modificou muito, adoeceu.[FGV_ILD_073]
>
> D: Queda de renda.[FGV_ILD_073]
>
> N: E as pessoas que vinham lá para casa — pra Barra Nova. Às vezes vai muita gente para lá. Mais informal mesmo, mas a gente sempre ganhava um dinheirinho com aluguel de quarto também.[FGV_ILD_078]
>
> D: Queda do turismo.[FGV_ILD_078]

Assim, as possibilidades de complementação de renda permitidas pelo alto fluxo de viajantes no verão praticamente cessaram, diminuindo os postos de trabalho que existiam nesse período e contribuindo para a diminuição de renda geral, tanto de comerciantes formais e informais quanto de pescadores e outros moradores locais.

> N: O mangue é uma renda complementar de quem trabalha. O marisco é o que traz os turistas. É uma renda da pessoa que vai lá colocar a mão no mangue, tirar o marisco para vender, e eu me lembro que alguns anos meu pai ia tirar o marisco pra alimentar a gente, os filhos, os netos. É a vida do ser humano, da gente.[FGV_ILD_073]
>
> D: Queda do turismo.[FGV_ILD_073]
>
> N: Foi um momento em que os segmentos dentro da Vila tiveram dificuldade de absorver o crescimento do impacto. Pro morador que perdeu seu emprego. Itaúnas no verão é uma situação de pleno emprego, só não trabalha quem não quer. [...]. O impacto sobre a pesca e o turismo foi 100%. Foi avassalador.[FGV_ILD_072]
>
> D: Diminuição de postos de trabalho no verão.[FGV_ILD_072]

Em relação à interrupção e comprometimento da renda do turismo, ainda é importante salientar que o Litoral Norte da RECM é conhecido por seu turismo não só relacionado às paisagens naturais, mas também pelas manifestações culturais. Muitas das festas eram realizadas no verão e sofreram com a queda de participação e consumo advindos dos turistas nos mais diversos festejos: festas para santos padroeiros como São Sebastião e Santa Bárbara; manifestações culturais regionais importantes de matriz africana, como o Ticumbi (que será tratado também em 3.2.2) comemorações de réveillon e carnaval; e festas relacionadas à gastronomia e atividade de pesca local, como os festivais do camarão, do caranguejo e a festa do Caboclo Bernardo, que será trazida com mais detalhes na Seção 3.2.4).

As festas movimentavam o comércio e serviço locais, e com a queda do turismo se viram prejudicadas em sua realização e possibilidade de ganhos de renda, conforme exemplificado a seguir.

> N: Os festejos começavam em dezembro, ia começando clima de festa, ia chegando os turistas e era época também de comemoração de santos, uma coisa casava com a outra. Os turistas ajudavam a movimentar esses festejos, e com a lama os turistas passaram a vir pouco e isso acabou afetando os festejos feitos pelas comunidades, sobretudo as comunidades quilombolas, que puxavam as festas e faziam as puxadas de reis.FGV_ILD_073

> D: A queda de renda e do turismo afetou muito os festejos.FGV_ILD_073

> N: Barra Seca tinha um bloco de carnaval que promovia a limpeza do rio no final de setembro e era uma boas-vindas para nossos turistas, além de trazer educação ambiental para as escolas. Desde o rompimento isso parou.FGV_ILD_064

> D: Comprometimento das festas como a do camarão, Forró Pontal, bloco de carnaval em Barra Seca, Caboclo Bernardo e outras.FGV_ILD_064

> N: Em relação à participação nas atividades de Ticumbi, da festa de São Sebastião. Elas continuaram a acontecer [depois do desastre], mas com menos participação. Mas o número de grupos e participantes turísticos diminuíram muito. E sem participantes e turistas toda cadeia cai.FGV_ILD_071

> D: As atividades culturais ficaram mais fracas depois do desastre, devido à diminuição do turismo.FGV_ILD_071

> N: Em relação aos festejos é mais isso mesmo. A participação do pessoal que vem de fora, é tudo um conjunto, né? Vinha para os festejos, mas aproveitava tudo o que tinha à disposição, seja na Barra, em Itaúnas. O comércio local era muito movimentado. De certa forma é isso.FGV_ILD_073

> D: Queda do turismo.[FGV_ILD_073]

Já em relação às festas relacionadas à gastronomia local, houve danos da diminuição da participação de turistas que comprometem a sua realização e também à possibilidade de divulgação da cultura local. Trata-se de perdas sentidas materialmente na renda e imaterialmente na identidade e estruturação dos laços comunitários, conforme será tratado nas seções dedicadas às Práticas culturais, religiosas e de lazer (Seção 3.2.1.4) e Rede de relações sociais (Seção 3.2.1.5) e no capítulo de Valoração não monetária.

> N: Caiu bastante [a quantidade de turistas nos festivais do caranguejo e do camarão]. Eu cozinhava o caranguejo, servia o caranguejo. Eu passei a trabalhar no banheiro. Ali a gente ganhava um dinheiro durante o período na festa que era dividido para mim e para a associação. Perdemos aquele dinheiro que a gente ganhava. Foi uma perda de renda.[FGV_ILD_078]
>
> D: A renda caiu muito.[FGV_ILD_078]
>
> N: E a nossa cultura que a gente tinha, de comida típicas dentro da nossa localidade. Eram as festividades, momentos que a gente tinha para apresentar os pratos que nós tínhamos. Para os de fora degustarem aquilo que a gente tinha de melhor para apresentar pra eles. Ou seja, esses pescadores perderam a renda deles, perderam as festividades, nós perdemos nossos produtos. Colocar para fazer um bobó de camarão, um vatapá, e você não pode mais. Acabamos perdendo tudo. Hoje as festividades que a gente faz, não usamos mais os nossos produtos. Não usamos os crustáceos, o pescado etc. Hoje a gente não tem. Temos que substituir por outras coisas. Sempre tinha aquele momento de se juntar, fazer uma moquequinha no final de semana, um pirão. Hoje não tem mais isso. Acabou tirando aquilo que a gente tem de melhor. O festival do caranguejo, o atrativo dele é o caranguejo. Hoje não tem mais o caranguejo.[FGV_ILD_058]
>
> D: A queda do turismo comprometeu as festividades.[FGV_ILD_058]
>
> N: O forró do Pontal era o movimento que arrecadava dinheiro. Os pescadores vendiam toda sua produção para os turistas. E hoje não sabemos, se vai ser liberado.[FGV_ILD_064]
>
> D: Comprometimento das festas como a do camarão, Forró Pontal, bloco de carnaval em Barra Seca, Caboclo Bernardo e outras.[FGV_ILD_064]

A recusa dos turistas em consumir os alimentos típicos locais (caranguejos, camarão, pescado) pelo medo da contaminação comprometeram e chegaram a inviabilizar a

realização de algumas dessas festas, especialmente em São Mateus, onde eram realizados os festivais do camarão e do caranguejo[54].

> N: Eu no último [festival do camarão] eu tive que comprar esse camarão na Bahia, muita dor de cabeça, muita reclamação, muita gente ligando, como eu ia comprovar que esse camarão não era daqui. Eu tive [que] comprar com nota fiscal, pagar imposto, coloquei aquele documento do Ibama na parede e mostrava para o turista quando ele chegava. Ele queria esclarecimento de onde era o camarão. Não tinha comprovação que tinha contaminado na Bahia. Ajudava várias famílias, tinha várias tendas, foi cancelado, não ficou é mais viável a fazer o evento. Era uma tradição que ajudava as famílias ainda, cada um colocava para vender o que queria e tirava uma renda extra.FGV_ILD_078

> D: Perda das festividades.FGV_ILD_078

> N: Os turistas também perguntavam se ia usar esse camarão, na Bahia ainda não tinha registro de contaminação, conseguimos patrocínio para comprar lá e colocar na parede a nota fiscal, mas mesmo assim foi uma queda drástica e sobrou muito. E depois veio a pandemia e não podemos mais fazer essa festa.FGV_ILD_064

> D: A insegurança com a contaminação no consumo de pescado fez cair a renda.FGV_ILD_064

E ainda relacionado aos festejos, cabe novamente destaque para a Vila de Itaúnas, que estava consolidando calendário anual de eventos turísticos e viu esse projeto prejudicado pela diminuição do turismo após o desastre.

> N: Itaúnas tem um movimento crescente que é de consolidar o seu calendário de eventos. Nós não temos muitas atividades, mas temos algumas muito consolidadas. 19 e 20 de janeiro temos a festa de São Benedito e São Sebastião, que são as festas folclóricas. Que normalmente a gente envolvia de 600 a 500 brincantes nessas festas. Depois a Semana Santa, que sempre foi um bom feriado. Temos eventos esportivos, o *mountain bike*. Temos o forró e temos o festival de verão que acontecia no auge da temporada. Se não me engano, o festival gastronômico, fizemos o primeiro em 2018. É um festival que acontece em setembro. E essa ideia do festival gastronômico que tinha no mar o seu carro-chefe, ele perdeu a sua essência. Você não faz um festival gastronômico na beira do mar, sem frutos do mar. [...] Então,

[54] Conforme tratado em estudo da FGV sobre a RECM a partir de dados secundários (FGV, 2021d), o Festival do Caranguejo, realizado desde 2000 em Campo Grande (São Mateus), agrega catadores de diferentes comunidades com objetivo de valorização cultural da atividade, conservação dos estoques de caranguejo e geração de renda, além de apresentar diversas atividades culturais, como jongo, congo e corrida de caranguejos. Até 2015, o festival reunia entre 6 e 7 mil pessoas, porém em 2016, por conta do desastre e consequente insegurança no consumo desse produto e diminuição do fluxo de turistas, visitaram o festival apenas 100 pessoas, deixando um grande prejuízo para a associação local (SYNERGIA, 2017). Brasil e Pires (2017) relatam que o Festival de Frutos do Mar de Barra Nova também sofreu drástica diminuição do fluxo de visitantes em 2016 em função do desastre.

> do ponto de vista de eventos em Itaúnas, a lama foi uma meleca que melecou o nosso calendário inteiro.FGV_ILD_072
>
> D: A lama comprometeu todo calendário de eventos e a economia.FGV_ILD_072

A praia de naturismo em Barra Seca, que atraía público específico e chegou a realizar eventos internacionais, também sofreu com a queda do turismo relacionada à desconfiança da água e pescado locais.

> N: Relembrar, a praia de naturismo, reconhecida internacionalmente. A sétima praia naturista legalizada no Brasil, já tivemos eventos internacionais, eles sempre conseguiam ter uma boa convivência com a comunidade. Tinha uma festa junina que eles sempre fizeram como contrapartida para a comunidade. E com isso eles perderam também, os turistas não vêm numa praia contaminada e com isso perdeu com a venda dos peixes e tudo mais. Foram perdas para os dois lados, pois eles traziam grandes eventos e festas pra região e movimentava mais o comércio.FGV_ILD_064
>
> D: Comprometimento do turismo na praia de naturismo de Barra Seca.FGV_ILD_064

Outro setor prejudicado relacionado ao turismo foi a pesca esportiva, realizada com contratação de pescadores locais, e que movimentava o comércio de quiosques e barracas onde era possível preparar pratos da gastronomia local com o peixe capturado pelo próprio turista.

> N: Muitas vezes os turistas, tinham aqueles que pescavam como esporte, queriam pescar e chegavam até o comerciante, em uma cabana, um restaurantezinho, e pediam para fazer a moqueca com aquele peixe que ele pescava. Então assim, o comerciante acabou perdendo a sua renda também. Os comerciantes donos de bar, de cabanas, acabavam fazendo aquele pescado, e também perderam essa renda. Hoje tivemos que fechar uma cabana, que dava lazer para a comunidade, porque não temos mais condições. Isso foi retirado de nós.FGV_ILD_058
>
> D: Perda do turismo.FGV_ILD_058
>
> N: Os nossos barcos na época do defeso sempre têm a questão do frete, para levar o turista para o mar para pescar. E isso foi perdido desde o dia da tragédia. As nossas embarcações eram fretadas com essa pesca do mar e dava uma boa renda nessa época do defeso, que também foi prejudicada com a desativação da plataforma da Petrobrás, mas isso é outra questão.FGV_ILD_064
>
> D: Perda da renda do aluguel de barcos para turistas no período do defeso.FGV_ILD_064

> N: E tinha uns barqueiros que levava a gente para o alto-mar para pescar no alto-mar, mas nem a plataforma tem mais.FGV_ILD_064

> D: A pesca esportiva era importante para o lazer e foi comprometida.FGV_ILD_064

Em decorrência de todas as alterações negativas no turismo apontadas anteriormente, houve a impossibilidade de novos investimentos no setor, acarretando em perda de perspectiva de melhoria de vida, conforme será abordado na dimensão temática dedicada à Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras.

No contexto de pluriatividade de muitas famílias, a queda de renda do turismo, associada à queda de renda da pesca e agropecuária, acarreta em empobrecimento geral da população dessas localidades, que se viram prejudicadas em todas as possibilidades de geração de renda que detinham.

> N: Antes era uma fartura. Eu fui atingida lá em Urussuquara. Durante a semana eu passava pescando, tratava o siri, fazia um catado siri, uma massa de pastel, isso durante a semana. Tinha uma máquina de moer o peixe. Nem pude aproveitar muito. Aprendi a como trabalhar com o pescado, né? Passava a semana toda pescando, quando chegava na sexta-feira a gente ficava esperando o turismo chegar. Porque Urussuquara tinha muito pescado, riozinho é perto do mar, tem uma foz, ali fervia de peixe, aquela quantidade de peixes era a coisa mais linda do mundo.FGV_ILD_078

> D: Queda do turismo.FGV_ILD_078

> N: Quando chegava na sexta-feira, eu montei um comerciozinho e eu fazia artesanato de concha de areia, de osso de peixe, de escama. Fazia a exposição dessas artes lá. E também fazia pastelzinho de peixe, de camarão, de presunto e queijo. Recebia bem o turista. Eu morava, passava a pista, e do outro lado tinha o rio, eu colocava as mesas, umas cadeirinhas de plástico, colocava umas espreguiçadeiras. Aí toda sexta, sábado e domingo tinha aqueles clientes certo que vinha. A gente podia vender um sirizinho para eles cozido que a gente pegava durante a semana ali.FGV_ILD_078

> D: Dificuldade de retomar as atividades financeiras.FGV_ILD_078

> N: Para nós pequenos produtores rurais, somos agricultores e moramos aqui na beira do rio. [...]. A gente ouvia que se a pessoa comesse o peixe, o chumbo, ia ser difícil tirar isso da gente. Os músicos também sofremos um impacto muito grande. A cidade inteira sofreu, os feirantes, o turismo.FGV_ILD_071

> D: As atividades culturais ficaram mais fracas depois do desastre, devido à diminuição do turismo.FGV_ILD_071

> N: Não dá pra gente dizer quem não depende do comércio e do turismo pra viver aqui em Itaúnas. A gente teve perdas materiais e imateriais que são imensuráveis.FGV_ILD_072

> D: Em Itaúnas todos dependem do comércio.FGV_ILD_072

3.2.1.2.4 Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao comércio e serviços

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade econômica relacionada ao comércio e serviços. Salienta-se que são consideradas aqui todas as atividades econômicas habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

As narrativas e danos enunciados nesse dano socioeconômico estão intimamente interligadas à diminuição do turismo, conforme desenvolvido na seção 3.2.1.2.3 A diminuição das vendas e rendimentos deste setor também se relaciona à desconfiança da contaminação dos produtos vendidos e serviços oferecidos em ambientes praianos. Assim, pessoas atingidas tiveram que alterar seus comércios e serviços buscando manter sua renda, a exemplo das artesãs, que necessitaram buscar novas matérias-primas, o que acarretou aumento de custos das atividades. Ainda houve aqueles que não conseguiram manter seus estabelecimentos e serviços prestados e tiveram que encerrar suas atividades em função do desastre.

Com a divulgação da mídia quanto à contaminação advinda do rompimento da barragem e carreamento dos rejeitos até o litoral capixaba, ocorreu a diminuição nas vendas do pescado (peixes, camarão etc.) bem como dos produtos agropecuários, como já tratado anteriormente, e reforçado nas narrativas a seguir.

> N: A gente atuava na feira de Itaúnas, então a gente foi atingido nos nossos produtos pela questão da venda. A gente atuava desde 2009, 2010, e fomos atingidas como comerciantes informais, na queda da comercialização. E pela região ter entrado na área como impactada.FGV_ILD_073

> D: Queda na comercialização pelo medo da contaminação.FGV_ILD_073

> N: Eu deixei de comprar peixe no Espírito Santo, porque a lama estava aí, ela não foi embora. Meu peixe vem todo de Santa Catarina, porque as pessoas não consumiam daqui. Me perguntavam, e eu só conseguia vender se não era do Espírito Santo.FGV_ILD_072

> D: Os comerciantes deixaram de comprar peixe no Espírito Santo e passaram a comprar em outros Estados.FGV_ILD_072

> N: Na realidade perdemos porque como pescador não tinha produção, teve que migrar para outras coisas. E como não tinha comprador, assim perdemos peixaria também.FGV_ILD_077

> D: Peixarias e outros da cadeia também tiveram que procurar emprego em outras áreas.FGV_ILD_077

O abalo a importantes setores da economia de diversas localidades do Litoral Norte da RECM, como o turismo, pesca e produção rural, acarretou na diminuição de circulação de dinheiro e queda de renda da população em geral nesses locais, o que impacta diretamente nas vendas dos comércios.

> N: Eu tive bastante dificuldade nesse verão. Eu tenho um comércio, vendo roupas. O verão de 2016 foi bem difícil, o de 2017 também. Se arrastou. Como vendo para o comércio local também, não conseguiram pagar.FGV_ILD_072

> D: Os resultados negativos do verão 2015/2016 repercutiram na manutenção do ano de 2016 e na capacidade de investimento para os anos subsequentes.FGV_ILD_072

> N: Nós que comprávamos e revendíamos, a gente vendia bastante. Tinha vez que até R$ 10 mil por mês. A gente tirava R$ 2 a R$ 3 mil na semana. Recebe aquela miserinha que eles paga. Não dá para nada. No mesmo dia que recebe já acaba porque vai acertando com um e outro. É até dinheiro amaldiçoado.FGV_ILD_078

> D: A renda caiu muito.FGV_ILD_078

> N: Antes era um mar de riqueza, a gente vendia bastante, sobrevivia bastante daquela fartura. Tudo que a gente colocava, vendia. O artesanato, uma verdura, era coco seco, coco verde, tudo que botava vendia. Todo dia dava um dinheiro. Hoje a gente coloca as coisas e fica semana mais semana, mês mais mês. Coisa que estraga, estraga tudo. Hoje não vende nada.FGV_ILD_078

> D: Perda de renda no comércio e artesanato.FGV_ILD_078

Além da diminuição das vendas, no caso de serviços como aulas de surfe fornecidas para turistas e população local, houve queda na demanda em função do receio do contato com a água, conforme será tratado também na dimensão temática de Saúde (Seção 3.2.1.6).

> N: Pra gente que estava no mar, se a ondulação tá de sul, de sudeste, tá trazendo a água lá da foz, daí a gente via aquelas ondulações laranjas e via que não dá pra entrar. Então, quando vem a ondulação de leste, que vem mais de cima, levava a corrente [com a lama] pra baixo. Perdi vários alunos. No turismo eu não trabalhei, teve impacto bem grande no turismo. Teve pais que não deixaram mais os alunos participarem das aulas, pra não entrar no mar.FGV_ILD_072

> D: Não tinha como trabalhar com surfe no verão.[FGV_ILD_072]

Em outros casos, foi relatada a necessidade de alterar os produtos comercializados para ampliar as possibilidades de aquisição de renda dentro de um mesmo comércio ou serviço, questão narrada especialmente por mulheres, conforme exemplificado a seguir e que será tratada em Comprometimento do trabalho livremente escolhido (3.2.1.2.7).

> N: Minha irmã trabalhava com o comércio dela, hoje os amigos se reúnem, ela faz caldos pros amigos, lava roupa pra fora pra complementar, teve que diversificar as atividades. Tem umas três famílias em Conceição da Barra que eu lavo roupa, eu faço isso no dia a dia.[FGV_ILD_073]

> D: Muitas mulheres perderam suas atividades de trabalho e tiveram que buscar outras atividades, principalmente informais.[FGV_ILD_073]

Outra questão fortemente trazida pelos comerciantes e prestadores de serviços foi a impossibilidade de continuar no ramo, materializada na necessidade de fechamento dos estabelecimentos que antes garantiam renda individual e familiar. Esses relatos foram trazidos especialmente por pessoas que realizavam atividades com ligação estreita com o turismo, a exemplo do artesanato. Essa questão está exemplificada a seguir e também será abordada na seção de Comprometimento do trabalho livremente escolhido (Seção 3.2.1.2.7).

> N: A moradora tem uma lojinha de artesanato e vai ter que se desfazer por falta de venda.[FGV_ILD_064]

> D: Muitas pessoas perderam seus comércios e investimentos.[FGV_ILD_064]

> N: A questão do artesanato. Tem várias famílias que eu conheço em Conceição da Barra e você passa e hoje as portas estão fechadas. E quando chegava as pessoas, eu já cansei de dar endereço, levar familiares meus que vinham do Pará, do Rio, e cada um sempre tinha uma coisa de parar pra levar pra ter a lembrança do lugar.[FGV_ILD_073]

> D: Queda na produção de artesanato (crochê, palha, esculturas de madeira, argila etc.).[FGV_ILD_073]

> N: [...] Aqui [em Guriri] tem uma rede de comércio, hotel, barraqueiros e restaurantes que não puderam atuar para continuar sua sobrevivência, estão arranjando outras formas de sustento enquanto não sai uma decisão. [...][FGV_ILD_064]

> D: Diminuição do fluxo de turistas impactando toda cadeia de serviços (hotelaria, comércio, ambulantes e outros).[FGV_ILD_064]

> N: [...] Num contexto geral, a lama não trouxe só prejuízo econômico, ela trouxe danos sociais, ambientais, nas famílias. Deu abertura para aproveitadores que abriram seu comércio em advocacia para apoio jurídico e os que estavam aqui tiveram que fechar.FGV_ILD_064
>
> D: Dificuldade de retomadas das atividades econômicas.FGV_ILD_064

Ainda sobre confecção e venda de artesanatos, atividade realizada predominantemente por mulheres, foi citado o comprometimento dos locais associados à coleta de materiais para confecção e venda de artesanato, como a taboa, conchas e escamas, conforme narrativas a seguir.

> N: A taboa é utilizada para complementação da renda. A minha avó fazia para usar e vender para complementar a renda. A taboa que descia com as correntes do rio, a gente catava e fazia tudo na mão. Tinha muita procura e usava de colchão, no lombo do cavalo. E hoje não tem mais.FGV_ILD_064
>
> D: Fazíamos esteira de taboa para uso e complementação de renda, e agora não dá mais.FGV_ILD_064
>
> N: Eu estou tendo alguma complementação de renda fazendo artesanato com MDF, ainda dá um dinheirinho. Mas o artesanato da praia não vende mais. As espinhas de peixes e escamas foram muito utilizadas no artesanato da região, hoje não temos mais acesso a esse tipo de material.FGV_ILD_064
>
> D: Perda de renda do artesanato (de areia, concha, madeira da praia, escamas e espinhas de peixes etc.).FGV_ILD_064

Além disso, foram trazidas narrativas apontando o aumento de custos com matéria-prima para produção, pela interrupção da coleta de artefatos como conchas, escamas e areia da praia — que eram gratuitas — pelo medo da contaminação. Assim, foi necessário começar a comprar outras matérias-primas, alterando a forma de realizar a atividade e aumentando seus custos (conforme será tratado também na Seção 3.2.1.4).

> N: Na questão do artesanato, a artesã teve que se reinventar na questão do artesanato, eu acompanhei questões de matéria-prima, ela teve que comprar pela internet, pérola e essas coisas e isso sai até mais caro. Antes era uma riqueza de matéria-prima da comunidade de graça e hoje não tem mais. A areia a gente corre mais o risco de contaminação e as conchinhas que fazia artesanato a gente não encontra mais como era antes.FGV_ILD_064
>
> D: Perda de renda do artesanato (de areia, concha, madeira da praia, escamas e espinhas de peixes etc.).FGV_ILD_064
>
> N: Realmente o artesanato é muito importante para nossa comunidade, inclusive antes de começar, a pesca e artesanato caminha junto com a gente, a gente fazia muitos arranjos com as conchas, areia da praia.

> Depois do desastre praticamente se acabou. Minha mãe também mexe com artesanato, está vendendo tudo bem baratinho, mas ninguém está querendo comprar. Inclusive eu tentei fazer cadastro como artesã, mas eles não aceitaram.FGV_ILD_064

> D: Perda de renda do artesanato (de areia, concha, madeira da praia, escamas e espinhas de peixes etc.).FGV_ILD_064

> N: Só para lembrar o aumento de gasto no artesanato, tenho todas as notas ficais para poder comprovar. Está tudo guardado. Antes não tinha nota fiscal, vendia de boca, mas hoje a gente tem essa preocupação, temos como comprovar.FGV_ILD_064

> D: Aumento de gastos com matérias-primas para artesanato.FGV_ILD_064

3.2.1.2.5 Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho

Sofrem esse dano pessoas que tiveram os seus petrechos, utensílios, bens utilizados para o trabalho (como barco, trator, vara de pesca, enxada etc.) depreciados, desgastados, estragados ou prejudicados por motivos relacionados ao desastre, seja imediatamente após o desastre (como por ter sido afetado pela passagem da lama), seja em momento posterior (como por exemplo pela ausência de condições financeiras para dar manutenção a tais bens ou por terem ficado muito tempo sem utilização).

Diante das dificuldades com a atividade pesqueira relatadas anteriormente, diversos profissionais tiveram que paralisar ou diminuir suas atividades, gerando perda, deterioração ou depreciação de equipamentos e instrumentos de trabalho. Houve diversos relatos relacionados à depreciação de equipamentos e instrumentos, como barcos, freezers etc. por falta de uso.

> N: O pescador migrou para outras atividades e nossa embarcação vai sucateando, vai tentando remendar. Pescador vai subir a embarcação e não pode consertar. O companheiro faz três anos com embarcação parada, barco grande, barco bom, e não pode mais consertar e não pode mais pescar no Rio Doce, e vai sobreviver como?FGV_ILD_077

> D: Muitas embarcações paradas e pescadores sem exercer seu ofício.FGV_ILD_077

> N: Eu perdi muita coisa por não usar mais, material de pesca, barco, freezer.FGV_ILD_079

> D: Decadência da pesca e empobrecimento das famílias.FGV_ILD_079

> N: Meu barco de pesca está registrado pela Marinha, tem toda a documentação. Eles exigiram, eu levei tudo. E tá tudo parado.FGV_ILD_078

> D: Perda dos petrechos de pesca e equipamentos da agricultura.FGV_ILD_078

> N: O prejuízo ficou também nos apetrechos de pesca, que tá tudo parado, sem uso, estragou tudo.FGV_ILD_078

> D: Perda dos petrechos de pesca e equipamentos da agricultura.FGV_ILD_078

Ainda foram trazidos relatos de pessoas que haviam comprado embarcações antes de novembro de 2015 e perderam esse investimento em função do comprometimento da atividade após o desastre.

> N: Em 2013, 2014 e 2015 a pescaria tava boa, investimos em barcos e depois piorou muito.FGV_ILD_079

> D: Decadência da pesca e empobrecimento das famílias.FGV_ILD_079

> N: Não foi desastre, foi crime. Aconteceu numa época que a pesca estava boa e investimos num barco maior e perdemos o investimento, não conseguimos manter.FGV_ILD_079

> D: Decadência da pesca e empobrecimento das famílias.FGV_ILD_079

Além da perda de investimentos, também foram trazidas narrativas referentes à perda de materiais de pesca, a exemplo de redes, pela necessidade de pescar em outros locais, acarretando maiores custos com a pesca, como exemplificado a seguir.

> N: Nunca imaginei que teria que sair 18 km para pescar, hoje temos que ir para áreas desconhecidas e muitas vezes perdemos redes por soltar em locais com pedras e cascalhos. Temos perdido muita rede.FGV_ILD_079

> D: Mudança das áreas de pesca, hoje temos que ir 18 km para pegar uma quantidade menor de peixes.FGV_ILD_079

Todos esses fatores somados levam à uma desestruturação muito grande da atividade, que acarreta desânimo e falta de perspectiva de futuro, como exemplificado a seguir e que será detalhado na dimensão temática de Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras.

> N: Nossa profissão, nosso ofício, somos pescadores. Se eu não pesco, como eu vou levar a comida pra casa? Como eu vou comprar a roupa para os meus filhos? Nós tínhamos nossa renda, a gente não precisava da Samarco. Tiraram nossa renda. O motor do meu barco quebrou por conta da lama.FGV_ILD_058

> D: Motor do barco quebrou por conta da lama.FGV_ILD_058

> N: Os pescadores que dizem que são pescadores informais, e os profissionais tão tudo pra trás, sem ser reconhecidos. Às vezes quebra o barco e tem que trabalhar em outras coisas pra conseguir consertar, ou às vezes nem consegue. E aí vai quitar, vai ficar o rejeito aí? Vai ficar desse jeito? Não! Nosso mar e nosso rio tava limpo, se eles fizeram de fossa, eles que se preocupem a cuidar de nós, pescadores. Acabaram com a gente! E nossos netos e filhos, como será daqui uns anos? E nossa saúde? Imagine nós que somos acostumados de comer camarão e peixe, vamos ter que parar? Tem que haver justiça séria e honesta.FGV_ILD_077
>
> D: Comprometimento na manutenção das embarcações, devido à falta de renda dos pescadores.FGV_ILD_077

As narrativas dos pequenos produtores rurais ouvidos nas interações realizadas pela FGV foram muito numerosas e contundentes em relação à perda e comprometimento de animais utilizados para criação e geração de renda, conforme abordado também na seção 3.2.1.2.2 Aqui, destacam-se os relatos que relacionam a mortandade dos animais, bem como casos de abortamento que antes não aconteciam, em função do contato com a água dos rios e valas, conforme também identificado a partir da análise de dados secundários da RECM (FGV, 2021d) e em outros levantamentos realizados pela FGV (2020m).

> N: A questão da agricultura é uma realidade nossa. As perdas de animais. Ocorreu muito na área da pecuária aborto de gado, de novilha. Muitas vacas abortando a sua cria, e isso a gente nunca tinha visto aqui na nossa região. A gente fica até assustado, como isso aconteceu? É por causa da água que entrou nos pastos.FGV_ILD_058
>
> D: As vacas abortavam e algumas morreram, por beber a água das valas.FGV_ILD_058
>
> N: As vacas que comiam o capim próximo ao mangue, faziam esses abortamentos nos bezerros. Tudo isso que a gente fazia aqui na agricultura, não tem mais.FGV_ILD_058
>
> D: As vacas abortavam e algumas morreram, por beber a água das valas.FGV_ILD_058
>
> N: Os porcos que nasceram e beberam leite, morreram. Os animais que estavam perto do rio, morreram. Então, que vocês sejam o mais rápido possível, porque o veneno está aí e contaminando tudo.FGV_ILD_058
>
> D: Os porcos morreram.FGV_ILD_058

Além disso, conforme também já apontado na seção 3.2.1.2.2 houve mortandade de abelhas que eram criadas nas áreas de aroeiras próximas ao mangue, prejudicando tanto a comercialização do mel quanto a produtividade da pimenta-rosa.

> N: A apicultura acontecia muito nos manguezais, os enxames ficavam próximo os manguezais e aroeiras, caiu muita florzinha e diminuiu tudo.[FGV_ILD_064]

> D: Produção das aroeiras e apicultura foi prejudicada.[FGV_ILD_064]

Ainda destacam-se as narrativas referentes à perda de lavouras relacionada ao contato com a água dos rios e valas. Conforme também apontado no dano socioeconômico de Interrupção/diminuição da renda relacionada à agropecuária (Seção 3.2.1.2.2), as plantações realizadas nas áreas de várzea, da terra preta, que era a mais valorizada, e também as áreas irrigadas com água dos rios Mariricu e Cricaré e nas valas próximas a eles, ou de poços próximos, foram perdidas após o contato dessa água com os rejeitos.

> N: Na terra úmida a produção da aroeira vem com mais força. Fica próxima ao mangue. E quando veio o rejeito, todas morreram.[FGV_ILD_058]

> D: Nos locais baixos está a "terra preta", é onde é melhor plantar, e onde foi mais afetado.[FGV_ILD_058]

> N: Eu não puxo água diretamente do rio, mas irrigo por poço que tem ligação com a água do rio. E as raízes vão buscar no lençol e até no rio. Depois de 2016 perdi muitas árvores frutíferas, coisas que não aconteciam antes. As bananeiras já não desenvolvem bem como antes. A qualidade das frutas também caiu muito, as laranjas não são mais suculentas como antes.[FGV_ILD_063]

> D: Árvores agora aparecem mortas, e antes do desastre não acontecia.[FGV_ILD_063]

E, novamente, o desaparecimento das abelhas aparece relacionado à perda de lavouras, que sem a polinização não puderam mais produzir.

> N: Que pena que vocês não estão aqui na nossa região para poder ver. A questão da aroeira, que a gente gosta de plantar na parte baixa. Porém essa produção foi afetada. Os pés morreram. E a aroeira é uma planta nativa, forte, que se adapta. A questão das abelhas, foram morrendo. Sem as abelhas, não tem como as aroeiras produzirem.[FGV_ILD_058]

> D: Hoje vem trator arrancar a aroeira, porque não produz mais, porque não tem mais abelha.[FGV_ILD_058]

3.2.1.2.6 Impossibilidade/Comprometimento de exercício de trabalho livremente escolhido

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de poder escolher livremente o trabalho/atividade econômica que gostariam de exercer. Esse dano inclui tanto as pessoas que ficaram sem trabalho quanto as que passaram a ter que praticar outras atividades para obter renda, pois o trabalho/atividade anteriormente praticado foi comprometido em razão do desastre, como por exemplo a proibição do exercício da pesca, a falta de fertilidade do solo, de disponibilidade de recursos minerais, hídricos, de oferta de emprego e serviços variados.

Diversos elementos anteriormente citados contribuem para a impossibilidade e/ou comprometimento do exercício do trabalho livremente escolhido. Aqui, serão tratadas especificamente a falta de oportunidades de trabalho em outros setores produtivos nas comunidades ouvidas; a necessidade de atingidos e especialmente atingidas migrarem para outros locais em busca de garantir sua sobrevivência material diante do comprometimento das principais atividades produtivas dessas comunidades, com destaque para a migração dos mais jovens; e por fim, o quanto essas impossibilidades comprometem perspectivas de futuro tanto das pessoas quanto dos próprios ofícios tradicionalmente realizados, prejudicando a continuidade dos modos de vida.

Mais uma vez, essas questões se entrecruzam com outras dimensões temáticas utilizadas para a presente análise, vivenciadas de maneira complexa e inter-relacionada pelas pessoas, e demonstram o quanto o trabalho, nessas realidades, mais do que a escolha de uma profissão, é parte fundamental do bem viver almejado.

Silva e Scherer (2018, p. 303) apontam que ofícios realizados de forma artesanal não podem ser compreendidos tão somente no sentido econômico, "[...] mas principalmente na edificação de suas vivências históricas feitas por esses homens em diferentes tempos". Soma-se também um conhecimento tradicional acumulado no tempo e no espaço que se aplica à vida cotidiana desses trabalhadores, registrado na história e na memória, compondo, assim, o acervo de conhecimentos locais construídos em sistemas holísticos mantidos e controlados socialmente (SANTOS, 1999).

Um primeiro fator que aponta o comprometimento do trabalho livremente escolhido é a imposição de busca por outras atividades para a aquisição de renda, muitas vezes informais, conforme trazido anteriormente. Essa questão é especialmente sentida pelas mulheres e pessoas idosas, conforme exemplificado a seguir.

> N: Estamos fazendo outras coisas para complementar a renda como atividades de pedreiro, no comércio e na roça, vamos nos virando de todo jeito para não passar fome. Quem pegava 30 kg a 50 kg de pescadinha e hoje só pega 4 kg não dá.FGV_ILD_079

> D: Perdemos nossa tradição da pesca quando somos obrigados a buscar outros serviços.FGV_ILD_079

> N: Cada um tinha sua barraca. Na hora de vim embora juntava todo mudo pra vir junto, às 5 h da manhã pra não ser arriscado acontecer nada, porque acontecia muita história de assalto. E era o dia todo na rua, na praia, nas barracas e nos carrinhos de venda. Hoje pra complementar meu ganho, porque tenho remédios pra comprar, eu faço uma faxina, lavo uma roupa, cozinho se sou procurada pra cozinhar, é assim. Tinha muito turista pra quem eu cozinhava, que comprava pratos que eu fazia. Eu gosto de cozinhar, é uma terapia.FGV_ILD_073

> D: Muitas mulheres perderam suas atividades de trabalho e tiveram que buscar outras atividades, principalmente informais.FGV_ILD_073

> N: Existe sim uma dificuldade de realocação de mulheres no mercado de trabalho, principalmente em atividades formais, carteira assinada, essas coisas, mas a mulher não deixou de se impor no mercado. Hoje no assentamento tem muitas mulheres que têm como atividade principal isso, produzem um bolo, um salgado para encomenda etc. Pro comércio local, um vizinho ou outro que encomenda, e sua renda acaba vindo disso.FGV_ILD_073

> D: Muitas mulheres perderam suas atividades de trabalho e tiveram que buscar outras atividades, principalmente informais.FGV_ILD_073

> N: O mercado de trabalho principalmente pra quem tem mais idade é mais complicado. Tem marisqueira, tem agricultora, que hoje produz bolo, produz salgado, vende o que dá, o que consegue. Ou virou feirante, até trabalhava com pescaria, mas tinha um pedacinho de terra, hoje vai produzir pra vender.FGV_ILD_073

> D: Muitas mulheres perderam suas atividades de trabalho e tiveram que buscar outras atividades, principalmente informais.FGV_ILD_073

Mesmo com a busca por outras oportunidades, nem todas e todos conseguem encontrar fontes alternativas de renda, ocasionando o aumento do desemprego nas localidades, conforme exemplificado a seguir.

> N: [...] Nossa riqueza vem da nossa preservação desse meio ambiente. O turista não veio para o município. Os pescadores não podem mais pescar. O turista deixa as pousadas vazias. Todo mundo ficou desconfiado. Fomos prejudicados na agricultura, na produção. O mundo capotou em torno disso e ainda veio a pandemia para agravar ainda mais a situação. [...] O desemprego aumentou em decorrência disso. Quando as atividades param o que ocorre é o desemprego. O comércio que fechou. [...]. E a pesca que foi muito atingida. [...].FGV_ILD_071

> D: Aumento do desemprego pela queda nas atividades produtivas. FGV_ILD_071

> N: Eu fazia feira em cinco cidades. Além de perder as feiras também deixamos de oferecer trabalho para outras pessoas, pois levávamos produtos de outras pessoas. Pelo menos sete pessoas entregavam produtos para eu vender e agora não tem mais, principalmente pescados que teve mais dificuldade de vender.FGV_ILD_063

> D: Diminuição da renda da agricultura e pecuária.FGV_ILD_063

Diante do cenário de desestruturação de alguns dos principais setores produtivos dessas localidades — pesca; agropecuária; e turismo, comércio e serviços —, foi muito abordada também a falta de oportunidades de trabalho em outras áreas. Isso prejudica não somente a renda dessas famílias, com aumento de seu empobrecimento, bem como abala a saúde emocional, relações familiares e perspectivas de futuro, conforme já abordado e que será aprofundado na dimensão temática de Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras (Seção 3.2.1.9).

> N: [...] Antes o agricultor já vendia para o pescador, que vendia para o turista e para os restaurantes. Isso diminuiu muito a renda e a alimentação das famílias. Caiu a oferta de trabalho.FGV_ILD_071

> D: Aumento do desemprego pela queda nas atividades produtivas.FGV_ILD_071

> N: Não só isso, mas a gente fica querendo receber para botar para trabalhar. Não tem mais condições pra trabalhar. Tem muitos pescadores que saíram da pesca mas não conseguem se sustentar com outra coisa que arranjaram, não consegue sustentar os filhos.FGV_ILD_077

> D: Pescadores precisaram migrar para outros trabalhos para obter renda.FGV_ILD_077

A questão da falta de oportunidades de trabalho também foi trazida de forma particular pelas mulheres, a partir da já tratada dificuldade maior de se recolocarem em alguns setores, a exemplo da pesca, e também pelo sofrimento com a perspectiva de terem que ir embora do lugar onde têm relação de identidade e onde gostariam de seguir morando e criando seus filhos e filhas, conforme será tratado nas seções 3.2.1.9, 3.2.1.5 e 3.2.1.6.

Nesse contexto, diversos atingidos e atingidas tiveram que migrar para outros locais em busca de garantir sua sobrevivência, o que, em geral, indica que as possibilidades de superar as adversidades foram esgotadas para aquele indivíduo ou grupo, tal qual identificado em outros levantamentos da FGV (2020k).

> N: Muitos se puseram a mudar daqui da região, porque não tinha mais nada o que fazer. Podia fazer o quê?FGV_ILD_078
>
> D: Falta de emprego.FGV_ILD_078
>
> N: A gente conversa todo dia, a mesma conversa. Sobre a Fundação Renova, sobre a justiça, então uns pescam em Vitória, saem daqui pra ir pra outro lugar. Tem que sair porque às vezes não tem embarcação. Tem pescador nosso em Barra Seca, Mucuri, tá tudo aqui, não saiu assim. Se saiu foi pra pescar. Pesca em Barra Nova, [...].FGV_ILD_077
>
> D: Pescadores tem que ir pescar em outras áreas não proibidas, tendo menos fartura.FGV_ILD_077

A impossibilidade de exercício do trabalho também levou muitos jovens a saírem de suas comunidades em busca de oportunidades em outros locais, sendo este mais um fator de desestruturação financeira, emocional, familiar e comunitária (dimensões temáticas de Rede relações sociais e Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras).

> N: Mesmo que eles [os filhos] pescassem eles não conseguiam vender. Quando a gente saía para pescar, já falavam que estava contaminado, que não iam comer porque estava contaminado. Agora tem dois anos que eu não vejo meus filhos. Eu esperava eles com a janta pronta. É muito triste a família se separar assim.FGV_ILD_058
>
> D: Os filhos tiveram que sair em busca de outras oportunidades.FGV_ILD_058

Por fim, é importante explicitar aqui a relação entre o comprometimento do trabalho livremente escolhido e a dependência atual das políticas de reparação. Foi relatado sofrimento pela perda da fartura e abundância antes existentes e por hoje dependerem de ações incertas e insuficientes das empresas. Isso aponta para a necessidade de outras medidas além da indenização, em especial para reestruturação produtiva, conforme exemplificado a seguir e detalhado na seção dedicada à Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras.

> N: Tivemos muito prejuízo nos comércios, desemprego, prejuízo financeiro, aumento no endividamento e prejuízo do lazer comunitário. Teve uma quebra muito grande na divisão das tarefas e também comprometimento de projetos de futuro, nunca sabe como vai ser amanhã, se vai ter ainda esse auxílio ou se não vou ter.FGV_ILD_064
>
> D: Desemprego e endividamento.FGV_ILD_064
>
> N: A pesca era nosso forte aqui. Além da pesca, tinha a agricultura. Tínhamos esses potenciais, que agora foram perdidos. Nossa preocupação hoje é a questão financeira. Nossa preocupação é que

> não tem trabalho para esse povo todo. O manguezal não vai suportar quando esse povo todo voltar.[FGV_ILD_058]

> D: Risco de acabar o ofício de catadores.[FGV_ILD_058]

Com a necessidade de busca por outras atividades, migração laboral e especialmente com a saída dos jovens das comunidades, além da insuficiência e falta de efetividade das ações de reparação em curso, toda a perspectiva de futuro fica prejudicada, levando ao sentimento de que os próprios ofícios estão em vias de desaparecerem após o desastre, conforme será tratado nas seções dedicadas às Práticas culturais, religiosas e de lazer e à Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras.

> N: Na época, antes de 2015, desse rompimento, a gente vivia da pesca mesmo. Era passar dos pais para filhos. O pai passa para filho, de filho para neto, o bisneto. Tanto é que você vai ver Barra Nova do Sul é 90% é familiares. É tio, avó, é quase tudo parente que foi passando de geração para geração. O que a gente vivia, o que sabia fazer mesmo é a pesca.[FGV_ILD_078]

> D: Perda da transmissão de conhecimento.[FGV_ILD_078]

> N: A partir das indenizações que estão ocorrendo, o povo não vai ter mais o auxílio emergencial, e vai chegar o momento que o povo vai ter que retornar para dentro dos mangues para trabalhar. E não vão encontrar mais aquela produção que tinha antes, porque o manguezal hoje não tem mais aquele caranguejo para poder capturar e poder estar tirando a sua renda. [...] Quem vive da pesca, já está passando um momento difícil. E vai ficar pior ainda. A atividade não volta porque não vamos ter o produto. Vamos passar necessidade. E não é só o manguezal. Hoje o rio não dá mais condições para isso.[FGV_ILD_058]

> D: Risco de acabar o ofício de catadores.[FGV_ILD_058]

3.2.1.2.7 Comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis

Sofrem esse dano as pessoas que, por motivos relacionados ao desastre, passaram a ter que exercer seu trabalho/atividade econômica em condições piores do que as que possuíam anteriormente, comprometendo: (i) a segurança no exercício do trabalho; e/ou (ii) a execução do trabalho de uma forma que não traga prejuízo à saúde física ou mental; (iii) os rendimentos ou remuneração obtidos com o exercício do trabalho, bem como outras garantias trabalhistas.

As narrativas e danos enunciados apresentados nesta seção se relacionam a diferentes razões pelas quais as condições de trabalho foram prejudicadas em razão do desastre. Foram trazidos anteriormente relatos que se relacionam a este dano socioeconômico,

tais como, no setor da pesca, a diminuição do estoque pesqueiro; a proibição de importante área de produção que acarretou a necessidade de ir pescar mais longe e maiores custos de produção; a dificuldade na comercialização e a diminuição do preço da mão de obra da cadeia da pesca; além da dificuldade maior das mulheres em se manter no setor (conforme Seção 3.2.1.2.1).

Nas atividades agropecuárias, entre outros fatores, a perda de importantes áreas de produção e de locais de irrigação e dessedentação prejudicaram o exercício do trabalho em condições saudáveis e favoráveis, bem como a diminuição da comercialização e a desconfiança dos consumidores em relação à qualidade dos produtos.

Nas atividades de turismo, comércio e serviços, a visão negativa relacionada à possibilidade de contaminação que a região passou a ter acarretou danos a todo setor, reforçada pela interdição de algumas praias logo após o desastre, bem como impossibilitou a comercialização do artesanato local com matérias-primas extraídas dessas áreas. A necessidade de alterar os produtos e serviços oferecidos, e até o fechamento dos comércios, são fatores que se relacionam à presente seção.

Além de todas as questões já expostas, vale lembrar mais uma vez que às vezes é costumeiro que as diferentes atividades narradas sejam realizadas por uma mesma pessoa ou núcleo familiar, expressando a importância da pluriatividade nesses territórios.

Nesta seção serão abordadas narrativas e danos de diferentes atividades produtivas, que se relacionam com outras dimensões dos modos de vida atingidos pelo desastre, como a perda do prazer no trabalho; o aumento da jornada de trabalho, que influencia no tempo de lazer e convivência social e familiar; a necessidade de busca por novas alternativas para geração de renda (questão trazida especialmente por mulheres); e o comprometimento da estabilidade econômica antes vivenciada. Todas essas questões influenciam no cotidiano e perspectivas de futuro (ver também Seção 3.2.1.9), bem como na saúde mental (ver também Seção 3.2.1.6.2). Ainda, aborda-se aqui o quão prejudicial foi para essas pessoas passarem a depender de ações das empresas causadoras do desastre para se manter financeiramente, em um processo de reparação percebido como extremamente injusto e insuficiente (conforme se verá também na Seção 3.2.1.8).

Em decorrência do profundo comprometimento à renda e ao próprio exercício do trabalho ocasionado após o desastre, o que antes era considerado fonte de prazer e abundância passou a gerar tristeza e sentimento de abandono, como exemplificado nas narrativas a seguir.

> N: A igreja São Benedito em Conceição da Barra era local de festejos. Na igreja Nossa Senhora da Conceição também, aí em Itaúnas. Eu sempre gostei de trabalhar, a mente fica melhor, você faz o que você gosta, o que os outros gostam, o que os outros lembram da gente, de estarem comendo aquele prato. É uma realidade que me dá prazer, mas hoje não existe mais. Eu vejo muita mudança, parou tudo. Hoje eu não vou mais com meu carrinho, porque não era mais como era antes.FGV_ILD_073
>
> D: Tinha muito prazer no trabalho, e hoje parou tudo.FGV_ILD_073
>
> N: Hoje os outros produtores de outras regiões passam de porta em porta oferecendo produtos que não conseguimos produzir mais. É muito triste.FGV_ILD_063
>
> D: Forte queda de toda a produção agrícola.FGV_ILD_063
>
> N: A mulher tem essa visão do todo. O trabalho é vida, ele traz vigor, e quando ficamos sem essas atividades... Teve a questão financeira, mas o mental da gente também abalou. Houve uma sensação de abandono, principalmente por parte dos órgãos públicos que são responsáveis por fiscalizar isso. As pessoas atingidas não sabiam a quem recorrer.FGV_ILD_073
>
> D: Tinha muito prazer no trabalho, e hoje parou tudo.FGV_ILD_073

Além da perda do prazer do exercício do trabalho, as mulheres ouvidas nas interações realizadas pela FGV também trouxeram a necessidade de gastar mais tempo com atividades que geram renda, a fim de encontrar alternativas para manter a economia familiar, o que acarreta em passar menos tempo com a família e especialmente com os filhos. Esta é mais uma fonte de tristeza e sofrimento relacionada à perda de condições saudáveis e favoráveis para o exercício dos ofícios, conforme exemplificado a seguir e tratado mais profundamente na dimensão temática dedicada às Redes de relações sociais (Seção 3.2.1.5).

> N: Hoje meu trabalho, como era antes não tem mais, e o lazer sempre em família, e quando aparece alguma coisa vamos inventar, pra trabalhar.FGV_ILD_073
>
> D: Diminuição do tempo de lazer das mulheres e família pelo aumento do tempo de trabalho e cansaço.FGV_ILD_073
>
> N: Existe sim então um acréscimo no trabalho, muitas mulheres guerreiras, cansadas, porém firmes. Porque a gente não pode deixar vencer, a gente tem que continuar. É na criatividade da mulher que ela acaba suprindo essa necessidade de amenizar prejuízos, de amenizar perdas econômicas, entre outras coisas.FGV_ILD_073
>
> D: Muitas mulheres perderam suas atividades de trabalho e tiveram que buscar outras atividades, principalmente informais.FGV_ILD_073

Além disso, foi muito relatado nas oficinas, em especial por mulheres[55], a necessidade de busca por alternativas de geração de renda, a fim de garantir o sustento prejudicado pelo desastre, fazendo "bicos" em locais mais distantes e em condições menos seguras, ou em outras atividades anteriormente não realizadas, bem como gerando aumento da informalidade e precariedade da situação laboral dessas pessoas.

> N: As pessoas estão saindo para trabalhar fora com a colheita da aroeira, se ariscando na estrada e enfrentando frio. Mas tem que ir para áreas onde o desastre não atingiu, por exemplo, em Boa Esperança.FGV_ILD_063
>
> D: As pessoas estão tendo que ir trabalhar fora.FGV_ILD_063
>
> N: Muitas mulheres são a principal fonte de renda da família, depende dos recursos hídricos pra irrigação e acaba tendo suas atividades afetadas, e isso interfere na questão econômica e saúde mental.FGV_ILD_073
>
> D: A falta de trabalho adoece a gente.FGV_ILD_073
>
> N: A mulher também não pode ficar parada. A gente tem que participar de alguma coisa. De uma oficina, tentar vender um produto. A colega tá com a questão da Aroeira, a outra companheira no artesanato, mas já dificultou. Tudo dificultou para todo mundo. A outra colega lá no comércio dela. As demais pessoas aí também. Antes era mais viável para todo mundo. Hoje há dificuldade sim. Ela existe. Muita gente não tá vendo. Não tá consciente ainda, mas existe essa questão. Amanhã ou depois vai ter danos não só econômicos, mas danos psicológicos nas pessoas.FGV_ILD_078
>
> D: Mudou a rotina da mulher.FGV_ILD_078
>
> N: As mulheres tiveram que buscar outros caminhos pra continuar sua vida, muitas chefes de família, não podem se dar ao luxo de ficar paradas. Existe sim a dificuldade de realocação no mercado de trabalho, tanto que a maioria acaba por virar autônoma, com relação à beleza, sempre se precisa de uma manicure, uma pedicure, o vizinho compra um bolo, compra um salgado.FGV_ILD_073
>
> D: Muitas mulheres perderam suas atividades de trabalho e tiveram que buscar outras atividades, principalmente informais.FGV_ILD_073

[55] Bruschini (2007) aponta, em análise a partir de estatísticas oficiais, algumas tendências da inserção laboral das mulheres no Brasil. A autora verifica, por um lado, a intensidade e constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho desde a década de 1970; e por outro, índices mais elevados de desemprego e má qualidade do trabalho feminino, predominante em atividades precárias e informais.

Além disso, foi relatada a maior dificuldade em conseguir certos serviços, mesmo que temporários, pelo próprio fato de ser mulher, conforme narrativa a seguir sobre a atividade de roçado.

> N: A gente tem que se desdobrar [para ser chefe de família]. Temos que fazer um bico. Borda uma toalha para vender. Eu pego taboa também, meu primo faz esteira para vender. Aqui também tem artesanato de esteira. É assim, um bico, faz uma coisa, faz outra. Eu vou comprar uma roçadeira, eu tô esperando receber um dinheiro para comprar uma roçadeira. Na agricultura eu roço o pasto. Eu faço roçada, com a gasolina, eu sei roçar. Só que aquele negócio, contrata mais homem, tem isso também. Se eu chegar com a minha roçadeira, "eu quero um trabalho para roçar", a diária de uma roçadeira é R$ 150, sendo que o trabalho de um homem braçal é R$ 60. Não vão querer me pagar esse valor porque eu sou mulher, tá entendendo?FGV_ILD_078
>
> D: Dificuldade de retomar as atividades financeiras.FGV_ILD_078

Todas as questões apontadas levam à perda da estabilidade econômica que antes existia, o que traz desestruturação também nas relações familiares, saúde emocional e nas perspectivas de futuro (cf. também seções 3.2.1.9, 3.2.1.5 e 3.2.1.6), sentidas especialmente pelas mulheres, que muitas vezes são o esteio financeiro da família, além de histórica e socialmente responsáveis pelo cuidado e estabilidade das relações familiares[56], conforme exemplificado a seguir.

> N: A gente tem todo um planejamento de progredir, crescer, a gente tem algo planejado e quer realizar, e o desastre interfere na relação não só econômica, mas de saúde, na relação entre marido e mulher.FGV_ILD_073
>
> D: A queda brusca na atividade econômica gera muitas preocupações e a família fica desestabilizada.FGV_ILD_073
>
> N: Porque antes nossas atividades traziam estabilidade pra família, e a gente sabe que a questão econômica gera muito atrito na família. A atividade econômica é um ponto na família que acaba desestabilizando todo o resto.FGV_ILD_073

[56] Bruschini (2007, p. 538) também aponta, em análise a partir de dados oficiais, que o perfil das trabalhadoras no Brasil demonstra que elas estão se tornando, de um lado, "[...] mais velhas, casadas e mães — o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família —, de outro, permanecem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares — o que indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de filhos pequenos, em virtude do tempo consumido em seus cuidados, [...]".
Ainda, a ONU Mulheres (2020, p. 1) reconhece que as mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não remunerado, especialmente em tempos de crise, a exemplo dos desdobramentos do desastre e da pandemia do novo Coronavírus, quando aumentam as tarefas de cuidado com familiares doentes, pessoas idosas e crianças, que recaem principalmente sobre elas.

D: A queda brusca na atividade econômica gera muitas preocupações e a família fica desestabilizada.[FGV_ILD_073]

3.2.1.2.8 Perda dos meios de subsistência, consumo próprio e escambo

Sofrem esse dano as pessoas que possuíam plantações, cultivos, hortas, pomares, criação de animais, que pescavam ou caçavam, utilizando esses bens ou atividades para seu próprio consumo, para o consumo da família, para trocarem ou venderem por outros produtos necessários à reprodução física ou social e, devido ao desastre, passaram a ter essas atividades prejudicadas ao longo do tempo.

As narrativas e danos abordados nesta seção trazem questões de perda de meios de subsistência e consumo próprio na pesca, agropecuária e no artesanato. Merecem olhar detalhado aqui pois explicitam como estas atividades, além de geradoras de renda, também eram fundamentais para o autoconsumo e estruturavam redes de trocas nessas comunidades (cf. também 3.2.1.4 e 3.2.1.5, associadas a um modo de vida particular que abarca conhecimentos sobre o manejo e uso dos ecossistemas atrelados a tradições locais, marcados pela pluriatividade. As atividades voltadas à subsistência, autoconsumo e escambo fazem parte de estratégias multifacetadas de gestão de recursos generalizadas no território, especialmente, mas não exclusivamente, relevantes a populações em situação de vulnerabilidade que dela se valem em situações de escassez para o suprimento de suas necessidades básicas. Também dialogam de forma adaptativa com ciclos produtivos naturais e culturalmente orientados ao longo do tempo.

Em relação à pesca, além de principal fonte de renda de muitas famílias, era atividade voltada também à alimentação, sendo elemento importante para saúde física e nutricional e também parte da cultura das comunidades envolvidas (ver seção dedicada à Alimentação). O comprometimento desta fonte de subsistência gera danos materiais e imateriais, e ocorreu tanto devido ao medo da contaminação dos pescados quanto pela necessidade de passar a comercializar a pesca que antes era consumida, diante do abalo à renda causado pelo desastre (ver Seção 3.2.1.2.1).

N: Houve substituições, principalmente com a parte do pescado vindo do mar, ou pesca do rio Itaúnas, a gente evita.[FGV_ILD_073]

D: Necessidade de substituir o pescado por outros alimentos, por medo da contaminação.[FGV_ILD_073]

> N: Hoje os valores dos peixes [locais] estão bem abaixo no mercado do que antes do desastre, existe muita oferta, mas menos consumo. O consumo de peixe foi substituído por outras coisas.FGV_ILD_073

> D: Necessidade de substituir o pescado por outros alimentos, por medo da contaminação.FGV_ILD_073

> N: Uma coisa que a gente se pegou muito, até ter certeza que a lama tinha chegado, a gente falava pra não estigmatizar o produto dos pescadores. Imagina, pro pessoal que vive da pesca, perde ao mesmo tempo o alimento e o ganha-pão.FGV_ILD_072

> D: O pescador perdeu o alimento e o ganha-pão.FGV_ILD_072

> N: São mudanças negativas porque você mexe com toda uma estrutura da família, o costume das famílias, famílias que são pesqueiras, que tinham um alto consumo de pescado, que tava na essência deles. Tudo isso mudou muito depois do que aconteceu [desastre].FGV_ILD_073

> D: Mudanças nas práticas alimentares que faziam parte da cultura das famílias.FGV_ILD_073

Em relação aos produtos da roça, que além de vendidos eram também fonte de alimentação dessas comunidades, foi relatado, assim como para a pesca, o medo do consumo pela percepção de contaminação e sua substituição por produtos adquiridos no mercado. Há, além disso, o entendimento de que esses últimos não são saudáveis como os que eram produzidos pela própria comunidade antes do desastre.

> N: E às vezes tem produtos como o leite que compram dos mercados sabendo que não é saudável, mas tem receio de consumir o produzido localmente por insegurança com a contaminação.FGV_ILD_063

> D: Hoje temos medo de consumir o que produzimos.FGV_ILD_063

> N: [...] Não posso plantar uma planta e comer. Nessa terra onde a gente planta as verduras, as frutas e não poder comer. Isso dá tristeza na gente.FGV_ILD_078

> D: A qualidade de vida mudou.FGV_ILD_078

> N: Alguns comércios realmente se acabaram, não só pelo local que elas estavam, mas pelos efeitos que o desastre causou. A ideia do rejeito é que afetou só pescado, o camarão. A parte da agricultura, ela ficou mais afetada, porque uma boa parte é para consumo próprio. E uma parte não consegue vender, não tem produção.FGV_ILD_064

> D: Aumento da insegurança alimentar.FGV_ILD_064

A coleta de materiais para confecção de instrumentos de trabalho e uso pessoal como a taboa, tradicionalmente utilizada para fazer esteiras e capturar camarão de água doce, também ficou comprometida com o desastre.

> N: Minha avó fazia esteira com a taboa e a gente usava a taboa para pegar camarão de água doce. Quando pegava a taboa vinha camarão, era da natureza.FGV_ILD_064

> D: Fazíamos esteira de taboa para uso e complementação de renda, e agora não dá mais.FGV_ILD_064

Por fim, foi relatado extensivamente nas interações realizadas pela FGV neste território a perda de diversas formas de troca de produtos que articulavam redes de solidariedade entre parentes, vizinhos, amigos e comunitários em geral, ocasionando comprometimento dos laços sociais também relacionados aos trabalhos e ofícios realizados. As trocas realizadas nas feiras e mercados municipais entre pescadores e pequenos produtores rurais eram muito comuns antes do desastre e foram prejudicadas, conforme será tratado na dimensão temática de Práticas culturais, religiosas e de lazer (Seção 3.2.1.4), e também relatado a seguir.

> N: Quando ia na feira e não vendia tudo, trocava com outros feirantes os produtos que também haviam sobrado. Se eu levava farinha e sobrava, então trocava com outro feirante que sobrou produto. Havia troca entre os feirantes para consumo próprio.FGV_ILD_063

> D: Perda dos sistemas de troca.FGV_ILD_063

Também as trocas de alimentos entre parentes, amigos e pessoas de bairros próximos passou a ocorrer com menos frequência, ocasionando perda da diversidade na alimentação (cf. Seção 3.2.1.3 e em práticas culturais baseadas nessas redes de solidariedade (cf. Seção 3.2.1.4).

> N: O peixe também era muito essencial, comíamos três vezes por semana, às vezes diariamente. Nós mesmos que pescávamos e um parente, um vizinho também recebiam, as relações de trocas foram impactadas.FGV_ILD_064

> D: Comprometimento nas condições de subsistência e troca de produtos da pesca.FGV_ILD_064

Ocorriam também doações de pescado e produtos da roça para parentes, amigos e para pessoas em maior situação de vulnerabilidade econômica e social, que foram interrompidas tanto pelo receio da contaminação quanto pela queda da produção e pela necessidade de comercializar produtos que antes eram doados (questão relatada

também em outros levantamentos realizados, como em FGV (2020k). Tal situação será detalhada na seção dedicada às Redes de relações sociais (Seção 3.2.1.5) e é exemplificada a seguir.

> N: É verdade, a mistura que vem no pescadinho, a gente doava no mínimo uns 500 kg por dia, cada um dava uma caixa. Isso acabou, o peixe que doava a gente não pode mais, porque o rancho, o gelo, o diesel caro, hoje a gente não pode mais, porque tem que sustentar nossa família. Vendia a pescadinha e dava a mistura, hoje a gente tem que botar no meio da nossa renda. Atingiu não só nós, mas como todas nossas famílias.FGV_ILD_077
>
> D: Pescadores estão com dificuldades financeiras pela diminuição da renda e aumento de custos para pescar.FGV_ILD_077

A doação de produtos também era elemento fundamental para a realização de manifestações culturais no Litoral Norte, prejudicadas pela diminuição do turismo e também pela impossibilidade de os pescadores continuarem fornecendo esses produtos para a realização de festivais já mencionados na Seção 3.2.1.2.3 como o do caranguejo e do camarão, em decorrência da queda de produção e de renda.

> N: Nós tínhamos essa festividade, que era o festival do caranguejo. Ela representa a nossa classe pesqueira, a classe de catadores de caranguejo. Em 2020 seria o vigésimo festival, mas não pôde acontecer devido à pandemia. É uma festividade de grande porte, conhecida nacionalmente, onde se podia degustar o caranguejo. O caranguejo era doado pela comunidade. Eram três a quatro dúzias que eram doados por pescador. Mas em 2016 começaram a diminuir os caranguejos, e os pescadores já não estavam conseguindo ajudar como antes. Tínhamos tudo envolvido naquele evento, a educação ambiental. Tem que ter o produto, que é o principal, que é o caranguejo.FGV_ILD_058
>
> D: Diminuição da quantidade de peixes e caranguejos capturados.FGV_ILD_058
>
> N: O festival do caranguejo e do camarão de Barra Nova Sul, nós somos atendidos a condicionante da TNC [Terminal Norte Capixaba]. Quando esse rompimento veio, tivemos grande dificuldade por causa do camarão, para compra do camarão, por aqui o camarão era doado pelo pescador. Quando o impacto veio, o pescador não tem para ele e não consegue doar. Então não dava. [Antes] Doava vinte caixas cada pescador.FGV_ILD_078
>
> D: Perda das festividades.FGV_ILD_078
>
> N: Realmente, antes do rompimento no nosso festival os camarões eram cedidos pelos próprios pescadores, eles doavam. Os pescadores se prontificavam, uma caixa era pro festival, juntava a mulherada e todas ajudavam a limpar para fazer o evento. Era assim todos os anos. Quando veio o rompimento tudo mudou, por quê? Primeiro porque diminuiu a produção do camarão, temos um registro antes do

> rompimento e depois. O pescador tinha que continuar a pescar para sobreviver, mas ele vinha e dizia “eu não tenho condição de te dar” [para o festival].FGV_ILD_064

> D: Comprometimento nas condições de subsistência e troca de produtos da pesca.FGV_ILD_064

3.2.1.2.9 Aumento de gastos, despesas e/ou dívidas

Esse dano trata das situações em que as pessoas passaram a gastar mais com a compra de alguns produtos e/ou serviços (i) que antes não precisavam; (ii) que passaram a precisar em maior quantidade; (iii) que passaram a custar mais caro devido ao aumento da demanda e/ou diminuição da oferta por motivos relacionados ao desastre.

Serão trazidos aqui o aumento de gastos e despesas em geral relacionados especialmente à alimentação, devido à perda de possibilidade de consumir pescados e produtos agropecuários anteriormente produzidos, bem como a necessidade de compra de água mineral para beber e para uso doméstico, e também com medicamentos e outros itens de consumo. Além disso, serão trazidas também narrativas e danos relacionados ao aumento do endividamento causado pelo abalo geral à renda dessas localidades.

O aumento de gastos domésticos com alimentação foi muito abordado durante as interações realizadas, especialmente relacionado à substituição do pescado por outras proteínas, como carne, frango e ovos (cf. Seção 3.2.1.3), ou pela compra de pescados de outras localidades devido ao receio de contaminação da fauna da região. Vale salientar que diversas mulheres ouvidas trouxeram essas questões relacionadas à necessidade de gerenciar os novos gastos em meio a dificuldade financeira, com a premência de garantir a alimentação da família.

> N: Uma coisa que mudou bastante foram os gastos na alimentação. Nós tivemos que procurar outras fontes de proteínas, tivemos que gastar com supermercado, tivemos gasto doméstico, tivemos gasto com água mineral. A gente quer saber porque tá sendo cancelados esses auxílios financeiros.FGV_ILD_078

> D: Aumento do custo com alimentação.FGV_ILD_078

> N: Barra Nova Sul, uma região muito bonita era muito boa de robalo na beira do rio. A gente chegava lá e comprava camarão num preço muito bom. Hoje não tem mais, quando chega é muito caro. Eu já fui pra Santa Cruz/Aracruz comprar peixe. Aqui mesmo que pesca a gente não confia.FGV_ILD_064

> D: Aumento no custo de vida. Hoje temos que comprar pescado de fora e os preços são mais altos.FGV_ILD_064

Outra questão muito trazida foi a necessidade de comprar água mineral. Este gasto, que não existia antes do desastre, passou a ser considerado item de primeira necessidade para beber e cozinhar, diante das evidências percebidas pelos moradores de contaminação dos poços e cacimbas anteriormente utilizados para esses fins, conforme já discutido na Seção 3.2.1.1.3.

Ainda em relação ao aumento de gastos relacionados à água, diante do fato de várias dessas comunidades não possuírem sistema público de abastecimento, narrativas trataram da necessidade de construir poços artesianos para aqueles que antes utilizavam a água do rio, ou construir poços mais profundos ou com outras técnicas diante da contaminação percebida. Fica claro, no entanto, que isso foi feito por quem teve condições financeiras de arcar com tais gastos, enquanto para aqueles que não tiveram essa condição ocorreu um aprofundamento da vulnerabilização (cf. Seção 3.2.1.1.3).

Também foram trazidas narrativas e danos relacionados ao aumento de despesas com remédios em função de problemas de saúde ocorridos após o desastre (questão que será detalhada na Seção 3.2.1.6), além de incremento de gastos com protetor solar e repelente por conta da degradação ambiental e aumento dos pernilongos.

> N: Os remédios que eu tive que gastar com dermatologista. Não podia sair na rua, um solzinho bobinho, morninho eu não conseguia ficar lá fora. Eu não saía na rua de vergonha, meu rosto queimava. E no bumbum, na axila. Fiquei cheia dessas coisas assim. Não tinha pus, era água. Saía sem precisar espremer. No rosto, eu acordava, uma água no meu rosto, não era purulenta. Só de encostar na mão já estava saindo aquela água.FGV_ILD_078

> D: Necessidade de investir no cuidado da saúde.FGV_ILD_078

> N: Degradou o meio ambiente e aumentou quantidade de pernilongos. Aumentou a compra de repelente e de protetor solar.FGV_ILD_078

> D: Desequilíbrio ambiental.FGV_ILD_078

Por fim, foi relatado pelos atingidos e atingidas ouvidos pela FGV o aumento do endividamento diante da queda de renda dos setores da pesca, agropecuária, comércio, serviços e turismo, o que abala também a saúde mental, conforme será tratado na dimensão temática de Saúde (Seção 3.2.1.6).

> N: Com certeza teve muitos pescadores que tiveram que pegar empréstimo com agiota e hoje estão endividados. A qualidade de vida

> piorou. O cara costumado em pegar o sustento dele e não pode mais fazer isso. E ele não é mais culpado nisso, o culpado é a empresa que causou esse desastre.FGV_ILD_077

> D: Pescadores endividados, pegando empréstimo no banco e com agiotas.FGV_ILD_077

> N: Completando o colega. Nós ficamos endividados com esse desastre. A fuga do turismo que consumia nossa produção. Como tudo isso desapareceu nós ficamos endividados. Pessoas foram no banco e pegaram empréstimos para plantar, mas os produtos não tiveram saída. Não tivemos pra quem pedir ajuda. Mas somos persistentes. O endividamento das famílias é muito importante. Não tivemos a quem pedir socorro.FGV_ILD_071

> D: Aumento do endividamento das famílias.FGV_ILD_071

> N: Hoje dívida mais dívida. Acabou nossa vida. Aqueles turistas que vinham na nossa região, hoje já não vem procurar mais nada. A gente bota um pontinho de comércio e ninguém vende mais nada.FGV_ILD_078

> D: Aumento do endividamento.FGV_ILD_078

> N: Tem muito pescadores endividados, doentes, com depressão e as vezes não têm dinheiro para comprar remédio.FGV_ILD_077

> D: Estamos sem dinheiro para comprar remédios.FGV_ILD_077

3.2.1.2.10 Perda/Deterioração/Desvalorização do patrimônio pessoal

Sofrem esse dano as pessoas que perderam bens materiais em razão do desastre não descritos nos danos socioeconômicos anteriormente tratados.

Foram relatadas por pessoas atingidas no Litoral Norte da RECM histórias de moradores que tiveram que vender suas casas como uma estratégia de sobrevivência financeira. É importante destacar que o sonho da casa própria é, para grande parte dos brasileiros, um dos maiores projetos de vida (VELHO, 2003). Todavia, no caso em tela, o movimento foi contrário, pois tiveram que abrir mão de uma conquista em consequência do rompimento da Barragem de Fundão.

> N: Algumas pessoas tiveram que vender seus imóveis depois do desastre para poder gerar recursos financeiros, não tinham mais condição de manter os imóveis e também precisavam pagar as contas.FGV_ILD_079

> D: Devido à falta da renda alguns moradores tiveram que vender as suas casas.FGV_ILD_079

> N: Hoje o que acontece com os próprios moradores, que eu ouvi dentro do posto de saúde: que se um morador que mudar daqui, que depender do postinho hoje, não vai mais poder utilizar o postinho. [...] eles têm terra aqui, mas foram embora porque não têm o que fazer aqui. Não tem como eles trabalharem [...].FGV_ILD_078

> D: A qualidade de vida mudou.FGV_ILD_078

> N: Um amigo vendeu tudo porque não podia pescar e precisava de dinheiro e começou conflitos com família, devido à pressão econômica que sofria.FGV_ILD_064

> D: Perda de renda da atividade pesqueira.FGV_ILD_064

Nos casos acima, são descritas experiências que abordam um fenômeno social que diz respeito ao fato de moradores e moradoras atingidos terem sido forçados a abrir mão do direito de escolher onde morar, devido aos problemas financeiros ocasionados pelo rompimento da barragem. Além disso, a obrigação de vender suas casas ou mudar para outros municípios ou regiões (conforme tratado na Seção 3.2.1.2.7) , acarreta em muitas das vezes sofrimento ao alterar sua referência de identidade e pertencimento com seu local de moradia.

Outra situação relatada foi a desvalorização de imóveis em locais turísticos, que tiveram queda de preço de venda após o desastre em função do estigma da contaminação do litoral capixaba.

> N: A nossa área é um território muito visitado. Até por conta do rio, da área de lazer. Então o pessoal vinha para ter um descanso, uma pesca etc. E tinha muita gente de outros municípios que compravam terrenos aqui para poder vir para cá. [...] Aqueles que compravam os terrenos para vir nessas temporadas, hoje eles não vêm mais. Hoje eles vendem esses terrenos. Se você conseguia vender um terreno por R$50 mil, R$40 mil; hoje você consegue R$10,00 [mil]; R$15,00 [mil]. Porque ninguém mais pode se banhar no rio, na praia. Não pode mais pescar. Acabou caindo e ficamos sem essa renda, que era uma renda que ajudava demais.FGV_ILD_058

> D: Desvalorizou o preço da nossa terra.FGV_ILD_058

3.2.1.3 Alimentação

Nesta seção são apresentados os danos socioeconômicos referidos à dimensão temática Alimentação, muitos deles relacionados com as dimensões de Renda, trabalho e subsistência; Práticas culturais, religiosas e de lazer; e, Relações com o meio ambiente.

Para sistematização e análise das narrativas e danos registrados em oficinas realizadas com pessoas atingidas, partiu-se da concepção de alimentação como um sistema complexo que permeia diferentes aspectos da vida, tais como o biológico, econômico, social, ambiental e cultural. O ato de se alimentar engloba desde a necessidade básica de obtenção de nutrientes para manutenção das funcionalidades corporais até aspectos culturais que envolvem afetos, memórias e noções de pertencimento e identidade (CARNEIRO, 2005; FREITAS; PENA, 2007; LIMA; NETO; FARIAS, 2015).

A legislação brasileira reconhece essa complexidade, e a Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, define que:

> Art. 3º. A segurança alimentar e nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Assim, a legislação referente à SAN prevê como direito a disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, e também a permanência do acesso à alimentação saudável nos níveis individual e coletivo, entendendo as práticas alimentares como parte da complexidade das relações sociais. Considera ainda que a necessidade de práticas alimentares saudáveis permitem a existência digna em contexto de desenvolvimento integral da pessoa, sendo relevante a perspectiva de que haja condições ambientais favoráveis para a produção, qualidade dos alimentos e qualidade de vida da população (FREITAS; PENA, 2007).

Já a Política Nacional de Segurança Alimentar determinou, para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar (BRASIL, 2010), o direito à soberania alimentar como uma de suas diretrizes. Esse termo, cunhado por movimentos campesinos num contexto de amplificação do debate sobre a alimentação na contemporaneidade, diz respeito à independência na produção e acesso a alimentos de acordo com aspectos culturais e hábitos alimentares, reforçando os aspectos da alimentação ligados à dimensão coletiva e legitimando a importância da garantia de que os diferentes povos tenham liberdade, autonomia e, portanto, independência na definição do que e como desenvolver seus sistemas alimentares (MARQUES, 2010; SILVA, 2020).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional contempla ainda outras duas diretrizes que interessam à análise em curso:

> [...] VI — promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;
> VII — apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; [...]. (BRASIL, 2010)

Já as situações de insegurança alimentar e nutricional são descritas, segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como:

> [...] situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural. (BRASIL, 2006)

O desastre do rompimento da Barragem de Fundão, conforme explicitam os registros de campo, teve reflexos na segurança alimentar e nutricional das pessoas atingidas ao afetar as condições ambientais e, por consequência, a produção e acesso a alimentos culturalmente adequados e saudáveis, impondo aumentos de custo de vida e alterações em hábitos alimentares, comprometendo, principalmente, a soberania alimentar da população atingida que tinha na sua relação e proximidade com os rios, mangues e mar um dos pilares de seu sistema alimentar.

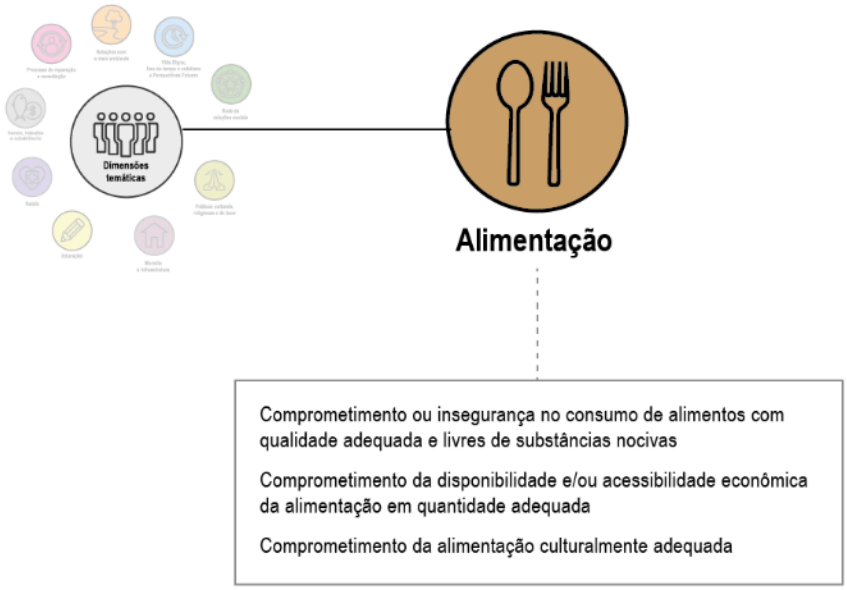
Às consequências socioeconômicas e ambientais, após mais de seis anos do desastre do rompimento da Barragem de Fundão, soma-se a mais de dois anos de pandemia de SARS-CoV-2, o que torna ainda mais desafiadora a reparação. Situação agravada tanto pela inexistência de um programa de reparação adequado, como pela inegável presença de elementos potencialmente tóxicos (EPT) em solos, corpos de água, sedimentos e recursos pesqueiros de toda a extensão acometida pelo desastre (RAMBOLL, 2020; INSTITUTOS LACTEC, 2019). Estes elementos combinados agravam situações de vulnerabilidade de comunidades atingidas.

As narrativas e danos enunciados registrados em campo demonstram a relação entre o comprometimento dos meios de subsistência da população e questões ligadas às perdas de segurança e soberania alimentar, de qualidade e de acesso à alimentação saudável, além de alterações na dieta nutricional e nos hábitos alimentares, a exemplo da impossibilidade de elaboração de pratos típicos do território.

Os danos socioeconômicos para a dimensão temática Alimentação são: (i) Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada

e livre de substâncias nocivas; (ii) Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada; e (iii) Comprometimento da alimentação culturalmente adequada; e estão apresentados na Figura 13.

Figura 13 — Dimensão emática Alimentação: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.1.3.1 Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livres de substâncias nocivas

Trata-se de um dano associado à insegurança em relação ao consumo de alimentos em qualidade adequada. São exemplos desse dano: pessoas que ficaram com medo de ingerir alimentos como pescado, leite, carnes ou vegetais possivelmente contaminados pela água. Vale salientar que a própria angústia gerada pela ausência de informações sobre essa contaminação já configura este dano, conforme discutido por FGV (2021d).

A lama de rejeito carreada por todo o Rio Doce e dispersada a partir de sua foz encontrou as praias e manguezais do Litoral Norte da RECM, levando EPT como cádmio, chumbo e mercúrio para os ecossistemas e para toda cadeia trófica a eles associada, alterando assim hábitos alimentares e impondo obstáculos a uma

alimentação adequada às comunidades deste território. Assim, alimentos que têm lugar central nos hábitos das comunidades da região, como peixes e mariscos obtidos na atividade da pesca, além de hortaliças, frutas, legumes, laticínios, granjeiros e carne de animais (de criação própria ou de vizinhos), vêm sendo constantemente expostos à presença desses EPT desde a chegada da pluma de rejeitos. Este fato, de acordo com as narrativas registradas em oficinas, vem gerando insegurança em relação ao consumo desses alimentos, fato agravado pela constante falta de informação sobre a contaminação às comunidades envolvidas no desastre.

> N: Itaúnas, o que tinha de orgânico, de natural, era peixe, camarão, sururu, era o que vinha do mar. Então de repente a nossa fonte de alimento mais natural, mais orgânica, a gente perdeu. Essa fonte do pescador, a gente perdeu. O pescador não vai comer o peixe? Isso é a base da alimentação da comunidade. Mas qual a segurança de que isso não tem risco?FGV_ILD_072

> D: Perdemos a segurança de alimentos que vinham do mar como fonte mais natural e orgânica.FGV_ILD_072

Conforme será descrito na Seção 3.2.1.6) as comunidades atingidas reconhecem a importância do estudo realizado por Paulelli (2019) em comunidades dos municípios de Linhares e de São Mateus como fonte de informação sobre a potencial contaminação da região, que atinge a água e os alimentos consumidos. Esse estudo evidencia a presença, em altas concentrações, de alumínio, ferro e manganês na água, de arsênio em peixes e mariscos capturados no mar, e de ferro, manganês, alumínio e bário em verduras cultivadas, além de associar a presença de arsênio e de selênio nos alimentos a possíveis danos à saúde das comunidades. Ainda que o estudo abranja apenas parcialmente o território do Litoral Norte do Espírito Santo, seus resultados foram mencionados como fundamentais à compreensão das comunidades do Litoral Norte sobre os riscos aos quais estão expostas em sua alimentação.

Uma das principais inseguranças mencionadas durante as oficinas realizadas com as comunidades do Litoral Norte do Espírito Santo foi em relação ao consumo do pescado capturado no mar, nos manguezais e rios da região (rio Itaúnas, Cricaré — São Mateus, e seus afluentes). Anteriormente ao desastre, o pescado constituía a principal fonte de proteína dessas comunidades. Peixes, ostras e caranguejos eram a base de sua alimentação, além de serem importantes para a economia doméstica e estarem presentes em diversas práticas culturais (conforme tratado respectivamente nos tópicos 3.2.1.2 e 3.2.1.4). Com a contaminação, o consumo desses alimentos passou a ser cercado de insegurança e desinformação.

> N: Aqui nós consumimos muito marisco, peixes, então fomos tomados por um pânico muito grande em relação aos alimentos, uma incerteza muito grande do que estamos realmente comendo. O que vem de produção dos assentamentos também que é irrigado com essa água e é vendido nas feiras.FGV_ILD_073

> D: Medo do consumo de alimentos contaminados (peixes, mariscos, produtos agrícolas etc.).FGV_ILD_073

> N: É uma insegurança. Em reuniões que participei já ouvi comentários que pode haver mutações dos peixes da nossa região por conta da contaminação. A gente não sabe. O peixe do fundo é o mais afetado. A gente está vivendo de incertezas.FGV_ILD_064

> D: Medo de como fica a saúde ao consumir produtos contaminados.FGV_ILD_064

Estudo da LACTEC (2021a, p. 344) identificou contaminação por EPT em todos os pescados (moluscos, crustáceos e peixes) capturados para análise em diferentes pontos ao longo da costa do Espírito Santo, especialmente por arsênio, com concentrações maiores que as estabelecidas como limites máximos pela legislação brasileira. Além disso, foram verificadas altas concentrações de cádmio, chumbo, cromo, mercúrio, e selênio em moluscos; mercúrio e selênio em peixes; e mercúrio, selênio e cobre em crustáceos. O estudo conclui que:

> Assim, como toda a região costeira adjacente à foz do Rio Doce representa uma das principais áreas de recursos pesqueiros no estado, de onde são obtidos recursos por meio de diversas modalidades de pesca (UFES, 2013), concluiu-se que o consumo de pescado de toda a região acometida pelo desastre pode se caracterizar como uma forte fonte de contaminação e risco para a saúde da população local, quiçá nacional, uma vez que a ingestão de alimentos contendo EPT é a principal forma de contaminação humana para populações expostas de forma não ocupacional (RAMOS, 2005; DENOBILE, 2007; FERNANDES et al., 2016, BRASIL — MPF/LACTEC, 2020l). (INSTITUTOS LACTEC, 2021a, p. 345)

Os relatos das oficinas tratam ainda de uma insegurança no consumo que vai além da contaminação em si. De acordo com as narrativas registradas, a qualidade do pescado mudou. Além de perceptivelmente afetarem a saúde, as espécies pescadas tiveram seus aspectos físicos, como peso, gordura, cheiro, gosto alterados no transcorrer do desastre. Anteriormente a ele “havia uma abundância” que hoje não se encontra mais na região.

> N: Como a colega falou, a gente até come, mas a gente tem medo, tem a suspeita, e o gosto realmente não é aquele gosto do peixe antigamente, saboroso, saudável. A ostra mesmo, o gosto não é mais a mesma. Um gosto estranho.FGV_ILD_078

> D: Alterou a alimentação.[FGV_ILD_078]
>
> N: Até o sabor do peixe já mudou. O medo de comer o peixe também. Igual eu falei lá atrás. Tenho medo de comer e causar câncer. A mente da gente fica preocupada. Agora a gente já deu aquela acostumada. Nós sofremos muito com isso também.[FGV_ILD_071]
>
> D: O gosto do peixe mudou.[FGV_ILD_071]
>
> N: Hoje em dia tá triste. A gente tem medo. Em 2016, após o rompimento da barragem, meu irmão comprou umas ostras e umas tilápias. Fomos fazer uma moquecada e eu comi um prato e ainda mais um pouquinho, porque tava muito gostosa. Eu nunca tinha visto ostra tão grande. Eram enormes e estavam muito bonitas. Foi o efeito rebote do metal pesado nas ostras.[FGV_ILD_078]
>
> D: Falta de informação quanto à contaminação do pescado.[FGV_ILD_078]

Além do receio no consumo de pescado, também foi relatada a insegurança em relação ao uso da água contaminada para irrigar seus cultivos em quintais, hortas e roças de várzea, ou para consumo de seus animais de criação, conforme já tratado na Seção 3.2.1.2.2). De acordo com as narrativas, muitos produtores rurais passaram a desconfiar que o uso da água de rios e alagados na irrigação pudesse contaminar hortaliças, frutas e legumes de cultivo próprio, e que a carne do gado estaria imprópria para consumo por conta do consumo direto dessa mesma água.

> N: Mudou muito a alimentação. Temos medo de consumir o que produzimos e também de comercializar. As pessoas questionam quanto à qualidade do produto.[FGV_ILD_063]
>
> D: Hoje temos medo de consumir o que produzimos.[FGV_ILD_063]
>
> N: Vou falar também sobre os agricultores, sobre as carnes. A gente tem aqui as carnes da vala. O rejeito veio para dentro do rio, jogou nas valas, e muito gado bebeu. Então, pelo fato da gente não saber o que tava acontecendo, muitos comiam. Hoje, então, estamos presenciando o passado. Já são seis anos![FGV_ILD_058]
>
> D: A contaminação dos produtos da terra mudaram muito nossa alimentação.[FGV_ILD_058]

Tal desconfiança se estende, ainda, aos alimentos derivados da prática da pecuária, como laticínios e granjeiros. Conforme discutido na Seção 3.2.1.2.2 as pessoas atingidas vêm percebendo os efeitos do consumo de água contaminada sobre seus animais de criação, que desde a chegada da lama vêm adoecendo ou mesmo vindo a óbito. Foram registradas muitas falas sobre a mortandade de animais de galinhas, bois,

vacas e porcos, associando-a à presença dos metais pesados hoje encontrados em altas concentrações na região.

> N: Leite das minhas vacas, que eu não tenho mais, que morreram, eu não tomo mais. Eu sei que o cádmio é o pior metal pesado que está nessas terras, nessa água, nessas plantas. Muita gente come, porque não sabem a quantidade de veneno. É muito triste essa questão alimentar.FGV_ILD_058

> D: Não tomo mais o leite daqui por medo da contaminação.FGV_ILD_058

Mesmo alimentos que deixaram de ser obtidos ou produzidos na região, como carnes, leite e vegetais comprados em mercados, não são vistos pelas pessoas atingidas como livres de substâncias nocivas. Além de ser economicamente difícil alimentar-se com base em itens comprados, os relatos indicam o receio do consumo de carnes e laticínios com hormônio e hortaliças ricas em agrotóxicos e demais defensivos agrícolas (vide Seção 3.2.1.2.9).

> N: Aí tem que comprar produto no mercado com veneno [agrotóxico]. Não compramos agrotóxico e veneno para nossa plantação, a fala é no sentido de que hoje somos obrigados a comprar produtos no mercado que vêm de fora e usam agrotóxico.FGV_ILD_063

> D: Hoje temos medo de consumir o que produzimos.FGV_ILD_063

> N: E às vezes tem produtos como o leite que compram dos mercados sabendo que não é saudável, mas tem receio de consumir o produzido localmente por insegurança com a contaminação.FGV_ILD_063

> D: Alguns comem o pescado, as hortaliças, o leite, pela necessidade.FGV_ILD_063

As narrativas citam, ainda, o medo de usar a água dos rios e alagados para cozimento. Essa preocupação foi mencionada em momentos dedicados especificamente à escuta da perspectiva de mulheres sobre os danos sofridos. Para elas, que geralmente são as responsáveis pelo manuseio da água na cozinha, pelas hortas e pelo preparo da comida, o receio está tanto na exposição de si mesma aos contaminantes quanto de expor seus familiares e entes queridos a uma comida de qualidade duvidosa.

> N: Principalmente das mulheres [a preocupação em relação à qualidade da água], porque são elas que fazem a alimentação das casas na maioria das vezes. A preocupação é mais das mulheres. E também a base de produção de hortaliças também é feita pelas mulheres, as hortas são comandadas pelas mulheres.FGV_ILD_073

> D: Insegurança no uso dos recursos hídricos pelo medo da contaminação.FGV_ILD_073

Desse modo, a presença dos EPT trazidos pela lama de rejeitos instaurou um clima de insegurança generalizada no que tange ao consumo de todo e qualquer alimento que venha dali, alterando significativamente a alimentação das comunidades do Litoral Norte do Espírito Santo. Esse quadro de dificuldade de acesso a alimentos livres de substâncias nocivas à saúde tem gerado preocupação e angústia também com relação às gerações futuras, que estarão permanentemente expostas a esse tipo de risco de contaminação.

> N: Tenho medo de hoje e daqui a cinco, dez anos. Eu já estou mais velha, mas pode afetar os netos e sobrinhos. Isso tinha que ver. Não sabemos mais o que comemos. Tudo depende da água.FGV_ILD_071
>
> D: Hoje não sabemos a qualidade do que comemos.FGV_ILD_071

De acordo com os relatos registrados em oficinas, a Fundação Renova dificilmente provê informação para as comunidades, aumentando ainda mais o ambiente de incerteza que, imposto ao cotidiano das comunidades atingidas, gera inseguranças de diversas ordens na relação das pessoas atingidas com os produtos que sempre consumiram.

> N: [...] o veneno está aí e contaminando tudo. O que a Renova quer é fazer intriga e o cansaço. Nós queremos viver como vivíamos, com saúde, comendo coisas orgânicas, livres do veneno.FGV_ILD_058
>
> D: Hoje não podemos viver com saúde, comendo nossos orgânicos, livres de veneno.FGV_ILD_058

Ainda que as comunidades sofram com o receio de estarem consumindo metais pesados e demais EPT que já vêm gerando agravos de saúde (vide Seção 3.2.1.6), o consumo desses produtos se mantém. Algumas das pessoas que continuam pescando e cultivando suas roças[57] seguem consumindo pescado, hortaliças e carnes de animais pela necessidade de se alimentar ou por questões culturais, como será visto adiante (Seção 3.2.1.3). A sensação de insegurança persiste, mas foi sendo normalizada pelas pessoas atingidas que, sem uma perspectiva de reparação adequada, precisam encontrar caminhos para continuarem se alimentando.

> N: Hoje, depois de passados seis anos, a gente praticamente começa a conviver com a situação sem perceber mais, a gente perdeu o medo do perigo, vai caindo no normal. Antes nem comia camarão, hoje a gente começa a comer o peixe, vai na praia, começa a viver no normal,

[57] Muitos tiveram que abandonar essas atividades por diversas razões, vide tópicos de Comprometimento do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis e Comprometimento do trabalho livremente escolhido.

no novo normal. A gente já acabou perdendo esse medo para poder sobreviver, é uma questão de sobrevivência.[FGV_ILD_077]

D: Mesmo com receio da contaminação muitas famílias continuam comendo os peixes e camarões pois não possuem outra mistura.[FGV_ILD_077]

N: Logo no começo foi difícil. Tivemos que parar mesmo, pois ninguém comprava e a gente mesmo não queria comer. Depois não teve jeito e voltamos para pescar.[FGV_ILD_079]

D: Alimentação foi alterada pois muitos ficam com receio de comer o pescado.[FGV_ILD_079]

N: Como já faz um tempo a gente está perdendo o receio do pescado. Minha família come hoje menos pescado porque não temos muita confiança. Nós não sabemos ao certo o que é, mas sabemos que terá consequências.[FGV_ILD_071]

D: Passamos a comer menos peixe.[FGV_ILD_071]

3.2.1.3.2 Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada

Este dano socioeconômico se relaciona aos custos financeiros, pessoais e familiares relativos à aquisição do alimento que possa comprometer outras necessidades básicas, como matrículas escolares, medicamentos ou aluguel; ou mesmo sua capacidade de adquirir alimentos em quantidade e qualidade adequadas. As pessoas também sofrem esse dano a partir da preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, ou a partir do comprometimento da qualidade e variedade dos alimentos como resultado de estratégias para não comprometer a quantidade de alimentos. Este dano pode ter como causa tanto a insegurança em relação à qualidade dos alimentos, tornando indisponíveis importantes fontes de alimentos, quanto à interrupção ou redução de renda.

Os relatos colhidos em oficinas evidenciam que a chegada da pluma de rejeitos ao Litoral Norte da RECM impôs às comunidades da região dificuldades de acesso a itens antes habituais em sua alimentação. Foi preciso diminuir o consumo de alimentos tradicionais da região, substituindo-os por alternativas economicamente viáveis, ou mesmo eliminando-os da dieta.

Conforme descrito na seção anterior, o consumo de pescado é agora associado à insegurança da contaminação por metais pesados e EPT, o que vem desencorajando

habitantes e turistas da região a manterem esse hábito. Além disso, como já tratado na dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência, a quantidade de peixes como robalo, pescadinha, peroá, entre tantos outros, e de caranguejos, camarões e ostras, diminuiu drasticamente depois da dispersão da lama de rejeitos, sendo que algumas variedades de pescado não são mais encontradas pelos pescadores da região.

> N: Um pescador entrava no mar, tirava 60 dúzias. Hoje ele tira cinco dúzias. É muito difícil entrar no mar e não ter o que comer. Nós não tivemos laudo, mas tivemos aqueles exames que foram feitos nas pessoas, apresentados. Na nossa comunidade, não tem o que fazer, não tem outras atividades. Hoje consomem por necessidade, não tem outro jeito.FGV_ILD_073

> D: Os produtos que não conseguem mais ser comercializados passaram a ser processados para serem transformados em outros produtos.FGV_ILD_073

> N: A pesca era muito mais melhor que hoje, depois do acontecimento dessa barragem, eu como pescador acredito que fomos bem afetados com isso aí. Tinha camarão à vontade, peixe no rio, no mar. Eles vêm aqui diz que o rio não foi atingido, só o mar. Mas a pesca era muito melhor que hoje.FGV_ILD_077

> D: Acabou a fartura.FGV_ILD_077

Conforme já tratado na Seção 3.2.1.2.2, o acesso a alimentos foi também afetado pela queda da produtividade das roças e da perda de animais de criação doentes ou mortos pelo contato contínuo com a água contaminada por EPT.

Com a queda da produtividade na pesca e as dificuldades colocadas na criação de pequena escala de vegetais e animais, foi imposta às pessoas atingidas a necessidade de buscar alternativas a esses itens alimentícios. Uma delas foi a substituição do que era cultivado ou obtido diretamente do ambiente por alimentos adquiridos em mercados ou comprados de vizinhos que se mantiveram na pesca ou na agricultura. Mesmo a compra de água para consumo direto foi mencionada pelas pessoas participantes nas oficinas, conforme discutido nas seções 3.2.1.1.3 e 3.2.1.2.9. Isso incorreu em aumento de gastos domésticos, dificuldade de acessar alimentos em quantidade adequada e na diminuição da variedade na alimentação. Para muitas pessoas foi preciso substituir o peixe antes consumido diariamente por outros tipos de proteína mais fáceis de se encontrar e mais baratas no mercado, como frangos, ovos ou salsicha.

> N: É muitos filhos. Não tem como a gente sobreviver disso. Troquemos o peixe, o caranguejo, a ostra, o siri por supermercado por ovo, salsicha, carne. Carne, uma vez que a gente compra, que é muito filho.FGV_ILD_078

> D: Aumento da insegurança alimentar.[FGV_ILD_078]

> N: Não entrando esse peixe em casa, tiveram que partir pro frango. A comunidade não tem tanto o hábito de comer a carne de boi, e é um produto mais caro, então perdeu o que tinha de melhor, que era o peixe.[FGV_ILD_072]

> D: Deixamos de comer peixes.[FGV_ILD_072]

Outro fator, ainda, dificultou o acesso das pessoas atingidas à alimentação em quantidade adequada. Por conta das dificuldades financeiras vividas pelas comunidades, foi preciso criar estratégias de complementação de renda familiar, o que levou famílias a começarem a comercializar produtos que antes eram destinados ao consumo direto. A narrativa a seguir cita o caso de um pescador que, para conseguir cobrir custos domésticos e de saúde, opta por vender itens que, se estivesse em condições econômicas mais favoráveis, seriam consumidos por sua família.

> N: Muitas vezes eles deixam de consumir aquele produto para vender, para ganhar um dinheirinho. Porque além da alimentação tem outras questões para dar conta dentro de casa. Tem um remédio, um gás etc. Então a falta de assistência na nossa região é muito grande. Poderiam estar ajudando mais os pescadores, porque é uma situação muito difícil que estão vivenciando, ter que deixar de consumir uma carne, um peixe, é muito complicado.[FGV_ILD_064]

> D: Medo de consumir o pescado e a água.[FGV_ILD_064]

A necessidade de adaptar a economia doméstica e os hábitos alimentares à situação pós-desastre foi relatada especialmente nas escutas direcionadas especificamente à perspectiva de mulheres. Segundo as falas registradas nessas oficinas, elas, responsáveis pela gestão da economia doméstica, se viram impelidas a adaptar costumes e hábitos alimentares para conseguir aproveitar melhor os alimentos obtidos seja na pesca, no cultivo agrícola, na pecuária ou os adquiridos no comércio local. A gestão da casa pelas mulheres foi citada como um ponto importante no que tange à alimentação. Responsáveis pela administração do dinheiro e dos produtos que chegam na economia doméstica, elas precisaram fazer ajustes econômicos para conseguir alimentar suas famílias e ainda assim honrar outros compromissos financeiros.

> N: Nós mulheres somos muito criativas com o pouco que temos na mão. Então antes não tínhamos o custo do pescado, era uma parte da alimentação que não tinha custo, diferente de uma carne que tínhamos que comprar, ter um gasto, então algo que não tinha custo foi substituído por algo que tinha custo. Aí acabamos substituindo por fontes de proteína com custo pouco menor, como ovos de galinhas que criamos e suínos, mas que mesmo assim tem custo, com ração animal etc.[FGV_ILD_073]

> D: Necessidade de substituir o pescado por outros alimentos, por medo da contaminação.FGV_ILD_073

> N: A mulher acaba criando pra que consiga utilizar essas proteínas de forma mais criativa, que não pese tanto economicamente. Mas tentamos escolher proteínas com as quais não tenhamos custos tão altos pra introduzir na alimentação da família, ou tentamos diminuir esses custos.FGV_ILD_072

> D: Não sabemos o que pode interferir na saúde das pessoas.FGV_ILD_072

Todas as questões acima descritas se refletiram na diminuição da segurança alimentar e nutricional e em um grande receio em relação à garantia da alimentação pessoal, familiar e comunitária no presente e no futuro. A dificuldade de acesso à comida imposta pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão, somada à situação de vulnerabilidade gerada pelo contexto de violação de direitos sofrida por essas comunidades em sua relação com outros grandes empreendimentos e projetos econômicos e aos efeitos da pandemia de COVID-19 vêm preocupando as pessoas atingidas, que hoje testemunham seu processo de vulnerabilização, como será tratado mais profundamente na Seção 3.2.1.9. Famílias passaram a pedir ajuda para garantir a alimentação, algumas dependem de cestas básicas, e outras que têm condições auxiliam os vizinhos a acessarem algum tipo de proteína.

> N: Tem vez que a gente vai embora para casa e não tem nem o que comer. Eu compro uma cesta básica para eles [filhos], e ganha cesta básica dos amigos e da cesta social. Isso é muito difícil. Nunca precisamos da doação de cesta básica, e hoje é isso que está existindo. Troca peixe por supermercado. Hoje é tudo carestia.FGV_ILD_078

> D: Aumento da insegurança alimentar.FGV_ILD_078

> N: Conheço famílias que tá em vulnerabilidade. Conheço família que não tem. Que a gente tem que tirar um pouquinho do que tem para poder ajudar. Tem família que tem mais de três meses não come carne, um peixe. E você tá tendo que dividir o pouco que você tem para ajudar. Não é nem a carne, que a gente não tem também, mas aquilo que você compra e divide com as pessoas. A coisa não tá fácil não.FGV_ILD_078

> D: Aumento da insegurança alimentar.FGV_ILD_078

> N: Eu estou doente de raiva, hoje nós temos que pedir e depender de uma cesta básica.FGV_ILD_063

> D: Sentimento de injustiça pois a Samarco não paga por tudo que causou.FGV_ILD_063

A dificuldade no acesso à reparação também foi citada como fator que impede o acesso a uma alimentação em quantidade adequada, conforme exemplificado acima e também na narrativa a seguir.

> N: Aquelas [famílias] que não estão recebendo, têm dificuldade de alimentação, é essa dificuldade, porque o peixe é um alimento de grande valor nutricional, e sem o peixe e sem a renda para comprar, isso vai impactar diretamente na saúde. O cara come um caranguejo, uma farinha, mas a nutrição não tem. Passar fome a gente não passa, mas ter uma alimentação adequada a gente não tem.[FGV_ILD_077]

> D: Comprometimento dos hábitos alimentares devido à diminuição do pescado e da contaminação.[FGV_ILD_077]

3.2.1.3.3 Comprometimento da alimentação culturalmente adequada

Esse dano socioeconômico aborda o comprometimento de aspectos culturais da alimentação pela insegurança quanto à contaminação dos alimentos, e/ou pela falta de condições de pagar pelos alimentos habitualmente consumidos. Está relacionado com a soberania alimentar, as tradições culturais da população e a uma vida física e mental satisfatória, digna e livre de angústias. São exemplos desse dano a perda de tradições relacionadas à alimentação, a perda de alimentos de referências na formação da identidade cultural do território, a mudança de hábitos alimentares imposta pela impossibilidade de pescar e a perda de independência alimentar.

No caso de comunidades pesqueiras, os sistemas e práticas alimentares estão extremamente arraigados aos alimentos provenientes dos ambientes aquáticos[58]. Em análise apresentada por Cristiano (2020), é dado destaque às alterações das redes alimentares decorrentes do desastre relacionadas ao impacto na fauna e no estoque pesqueiro, que, além de prejudicar as atividades comerciais de pesca, interferem na alimentação da população regional.

Estudo feito em Povoação e Regência, no município de Linhares (LEONARDO et al., 2017, p. 12-13), que entrevistou 381 pessoas nas duas comunidades, aponta que 98% dos entrevistados tinham no peixe ou marisco parte importante da dieta. A maioria (53,4%) afirmou consumir pescado de uma e três vezes por semana, enquanto 20% do universo pesquisado consumiam peixe diariamente antes do desastre. Além disso, 66%

[58] No preparo dos alimentos advindos de ambientes aquáticos, destacam-se, na culinária capixaba, a moqueca, prato mais famoso do estado; a torta capixaba, prato típico da Semana Santa; e o caranguejo-uçá, todos valorizados enquanto referências na formação da identidade cultural do Espírito Santo (MERLO, 2011; DINIZ, 2012).

afirmaram que o pescado era adquirido via pesca, enquanto 15% apontaram algum parente como fornecedor e 14% obtinham de vizinhos. Assim, o relatório destaca que as relações de troca estabelecidas entre parentes, vizinhos e amigos eram muito presentes nos locais e constituíam importante forma de relações econômicas e sociais, como já apontado acima. O relatório demonstra, a partir das entrevistas realizadas, que a chegada da lama na foz do Rio Doce e a decorrente interdição da pesca na região alterou essa realidade, ocasionando os danos de impossibilidade de comer peixes e mariscos, o aumento da insegurança alimentar e o aumento de gastos com a alimentação, que gerou a busca por outras fontes proteicas a partir, especialmente, da compra em supermercados para aqueles que têm condições, conforme tratado anteriormente.

Tal realidade pode ser considerada similar à de outras comunidades pesqueiras do litoral do Espírito Santo e também foi identificada no diagnóstico da FGV da cadeia produtiva da pesca da Praia do Suá (FGV, 2020k), bem como nas oficinas realizadas no Litoral Norte da RECM. Os hábitos alimentares dessas comunidades eram caracterizados pela centralidade do consumo de pescado. Espécies de peixes, camarões, caranguejos e ostras estavam entre as proteínas animais mais consumidas, seguidas das carnes de criação, como de boi, de porco e de frango. Os itens obtidos na pesca eram complementados com legumes e verduras cultivados em quintais, roças e nas várzeas dos afluentes dos rios Itaúnas e Cricaré (São Mateus), e com itens comprados no comércio local ou com vizinhos, como queijos, leite, ovos, farinhas e industrializados, como óleo e alimentos processados.

A importância cultural do consumo de peixe foi reiteradamente mencionada nas oficinas e se reflete claramente na narrativa reproduzida logo a seguir.

> N: A dificuldade da gente deixar a nossa cultura de lado, se você deixa acaba mexendo com o psicológico. São situações muito difíceis. Um rejeito desse trouxe problemas muito grandes. A questão de entender que não pode consumir aquilo [pescado], que é obrigado a não consumir aquilo. Principalmente as pessoas que eram acostumadas, os mais velhos. Mexe muito com a gente. Vem a questão da depressão. A depressão vem de você não poder estar exercendo sua cultura.[FGV_ILD_064]
>
> D: Medo de consumir o pescado e a água.[FGV_ILD_064]

De acordo com os relatos registrados em oficinas, muitos pescadores procuraram manter o costume de comer pescado mesmo depois de reconhecerem que a região foi atingida pela lama contaminada com rejeitos da Barragem de Fundão. Os relatos indicam a importância cultural da alimentação baseada no pescado, que extrapola o

universo da nutrição e envolve questões imateriais ligadas ao modo de vida baseado na relação com os rios, mangues e com o litoral da região. Mesmo com receio por conta da contaminação e a despeito da crescente dificuldade de acesso ao pescado em quantidade e qualidade adequadas, pescadores da região vêm tentando manter o pescado como elemento central de sua alimentação.

> N: Tem muita gente que parou mesmo de comer o peixe com medo da contaminação. A gente [pescador] que come, pois estamos acostumados a comer peixe e sentimos falta e ficamos sem opção.FGV_ILD_079

> D: Alimentação foi alterada pois muitos ficam com receio de comer o pescado.FGV_ILD_079

> N: Hoje o que pescamos a maior parte é para consumo próprio. As pessoas foram criadas a vida toda comendo peixe, é difícil parar.FGV_ILD_079

> D: Com essa alimentação duvidosa estamos nos suicidando.FGV_ILD_079

> N: Alguns têm receio mas continua comendo, mesmo que tem receio, porque a gente não sabe se está contaminado, mas é nossa cultura. Eu como camarão, peixe, porque não temos carne e frango. Não tem miséria de doar, se chega na beira do porto vai levar um peixinho, raia etc.FGV_ILD_077

> D: Mesmo com receio da contaminação muitas famílias continuam comendo os peixes e camarões, pois não possuem outra mistura.FGV_ILD_077

Por outro lado, há pessoas atingidas que vêm alterando seus hábitos alimentares em função dos riscos oferecidos pela contaminação de toda região pelos EPT carreados com a lama de rejeitos da Barragem de Fundão. De acordo com as narrativas, as comunidades vivem o sentimento de que os alimentos ali produzidos e obtidos já não são saudáveis como eram. Os mais velhos, especialmente, têm dificuldade de abandonar esses hábitos alimentares, expondo-os ainda mais ao risco de acumular metais pesados em seus organismos.

> N: Eu chamei uma amiga pra fazer um camarão, ela gosta muito, mas ela não quis de jeito nenhum, disse que não comia nem amarrada. Essa aceitação que o rejeito tinha chegado, e que foi entrando no rio depois, a gente foi ficando boquiaberta aos poucos. A gente teve restaurante tradicional na Vila vendendo panga, aquele peixe coreano contaminado, no lugar da nossa pescadinha. Pra quem gosta de peixe, isso é o fundo do poço.FGV_ILD_072

> D: Os peixes locais foram substituídos por tilápia e panga.FGV_ILD_072

Mesmo procurando manter seus hábitos alimentares, as pessoas atingidas relataram sentir diferença no gosto do pescado e na qualidade dos legumes e verduras cultivados, conforme tratado na Seção 3.2.1.3.1).

> N: O caranguejo não tem mais o gosto que tinha. E também não consegue mais pegar aquele caranguejo. Os manguezais tudo morto. Antigamente era muita fartura, muita gente na casa da gente. Hoje não dá ninguém.FGV_ILD_078

> D: Falta de informação quanto à contaminação do pescado.FGV_ILD_078

Além disso, a dificuldade de encontrar as espécies de peixes e crustáceos típicos da região, como pescadinha, peroá, camarão, caranguejo e ostras em quantidade e qualidade adequadas incentivou a adaptação de pratos típicos das comunidades da região. O que antes era feito com esses pescados agora ganhou novas versões, com peixes exóticos, como tilápia e panga.

> N: Como já falei sobre a alimentação. Era pescadinha, baiacu, peroá. Hoje em dia tiveram que ser substituídos até pela tilápia, que é um peixe de cativeiro e ele é caro. Se você não quer se arriscar a comer o peixe que vem do mar, tem que buscar o peixe de cativeiro.FGV_ILD_072

> D: Os peixes locais foram substituídos por tilápia e panga.FGV_ILD_072

> N: A alimentação tinha a centralidade do peixe em nossa dieta, ficou evidente. Todas as famílias ficaram expostas a outras fontes proteicas que temos que comprar no mercado.FGV_ILD_064

> D: Acabou a centralidade do peixe na alimentação e teve que buscar outras fontes de proteína.FGV_ILD_064

Para as pessoas atingidas, as carnes mais acessíveis depois do desastre têm qualidade inferior aos peixes, crustáceos e mariscos que eram encontrados na região. O peixe de cativeiro tem textura e gosto diferente, enquanto a carne de frango de granja, comprada em mercados e comércios locais, não é considerada saudável pela quantidade de hormônios.

> N: [...] o frango é cheio de hormônios. Eu acho que isso, junto com a questão psicológica, é o que mais alterou na saúde.FGV_ILD_072

> D: Deixamos de comer peixes.FGV_ILD_072

As receitas típicas da região, que levavam os pescados tradicionais, hoje dificilmente são encontradas. Foram mencionadas nas narrativas registradas em oficinas a caranguejada, a moqueca com farinha e as caldeiradas que, feitas no cotidiano ou em

momentos de festejos das comunidades, guardam grande importância para a cultura e o lazer das comunidades atingidas, conforme descrito na Seção 3.2.1.4).

> N: A gente fazia aquela caranguejada, ia na praia, tomava banho, ia no rio. A gente mesmo ia lá e pegava e chegava toda molhada e ia cozinhar os caranguejos para eles. A gente comia bastante caranguejo. Era muito bom a vida antes. Levava para casa deles quando eles iam embora. Mas hoje, depois desse rompimento para cá, nem aqui mais os parentes não vêm.FGV_ILD_078

> D: Falta de informação quanto à contaminação do pescado.FGV_ILD_078

> N: [...] o peixe na farinha, a moqueca, era a cultura, e isso se perdeuFGV_ILD_072

> D: Deixamos de comer peixes.FGV_ILD_072

A alteração desses aspectos culturais relacionados à alimentação é sentida pelas comunidades como a perda de um cotidiano que não voltará a acontecer. Os relatos colhidos apontam a memória afetiva relacionada à alimentação, e a vontade de poder voltar a comer as receitas típicas da forma como elas eram preparadas antes da chegada da lama de rejeitos.

> N: O que a gente mais sente falta? Vontade de comer aquela moqueca de peixe que a gente comia antes, saudável. Aquela canguá, né mulherada? Quem conhece a canguá aí? Que moqueca boa. Essa é a lembrança boa de voltar.FGV_ILD_078

> D: Alterou a alimentação.FGV_ILD_078

> N: A nossa tradição de comer o peixe na Semana Santa, acabou. Essa tradição que nós católicos temos de não comer carne na quaresma, acabou.FGV_ILD_058

> D: É muito triste a perda das práticas alimentares.FGV_ILD_058

> N: Eu tenho fotos, sou apaixonada por ostras. Antes do desastre eu fui com meu tio e subi o rio para pegar ostra, nós trouxemos uma canoa lotada de ostra. Como te falei, aqui só passava fome quem queria, quem fosse preguiçoso. Porque aqui era riquíssimo. E pegamos mais de 40 kg de ostra. E que sabor!FGV_ILD_064

> D: Queremos nossa vida de volta, uma vida de fartura.FGV_ILD_064

O comprometimento da alimentação culturalmente adequada também se relaciona à soberania alimentar e é expresso em narrativas que tratam do acesso e da qualidade dos alimentos antes disponíveis e saudáveis.

> N: A gente vendia os peixes e também consumíamos, para nós e para a família. Só que hoje não tem como mais. Além dos peixes não existirem mais como antes, a gente não pode mais consumir. Quando consome, tem medo. A gente não sabe os riscos, eles fazem as pesquisas e não passam nada para a gente.[FGV_ILD_058]
>
> D: Hoje a gente tem medo de consumir o pescado, o caranguejo, o camarão.[FGV_ILD_058]

3.2.1.4 Práticas culturais, religiosas e de lazer

Nesta seção encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que versam sobre aspectos culturais que compõem os modos de vida e o sentimento de identidade nos territórios analisados[59].

Para os grupos ouvidos pela FGV no Litoral Norte da RECM, as interações com o meio ambiente (terra, lagoas, rio, estuários, mar, outros) compõem a própria noção de identidade. Assim, esses ambientes não estão apartados de sua vida social, mas são compostos por ela e a compõem, o que demonstra o afastamento de uma perspectiva dicotômica entre natureza e cultura. Seu trabalho, celebrações, momentos de lazer são todos formadores de um cotidiano que se enraíza na cultura popular e é completamente ligado aos espaços onde se desenrola, espaços que constroem *status* e identidade de grupos também formadores de seus modos de vida (FGV, 2020m).

Atividades como a pesca artesanal, a agropecuária e o artesanato são um esforço coletivo de aprendizagem intergeracional, imbricados nas dinâmicas familiares e comunitárias. Além disso, também são norteados por diferentes práticas e ritos que permeiam os saberes[60] locais, aspectos religiosos e culturais. Dessa maneira, a diminuição, comprometimento ou interrupção das atividades produtivas também implica em alterações na reprodução sociocultural e transmissão do conhecimento intergeracional. A redução dessas atividades e as horas de trabalho a elas dedicadas

[59] O conteúdo abordado dialoga, em sua maioria, com a literatura sobre patrimônio cultural, sobretudo com os conceitos que compreendem os livros de registro de bens culturais de natureza imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O art. 216 da Constituição Federal de 1988 instituiu a política de preservação do patrimônio cultural e reconheceu a existência de bens de natureza material e imaterial (BRASIL, 1988). O Decreto nº 3.551, de 2000, oficializa o registro dos patrimônios imateriais, distribuídos em quatro livros possíveis: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares (BRASIL, 2000). Os livros de registro de bens culturais de natureza imaterial do IPHAN estão disponíveis em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122 (IPHAN, s.d).

[60] Os saberes são conhecimentos tradicionais associados às atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – Iphan, s.d.)

diminuem a interação familiar e/ou comunitária que propicia a troca de conhecimento pela oralidade.

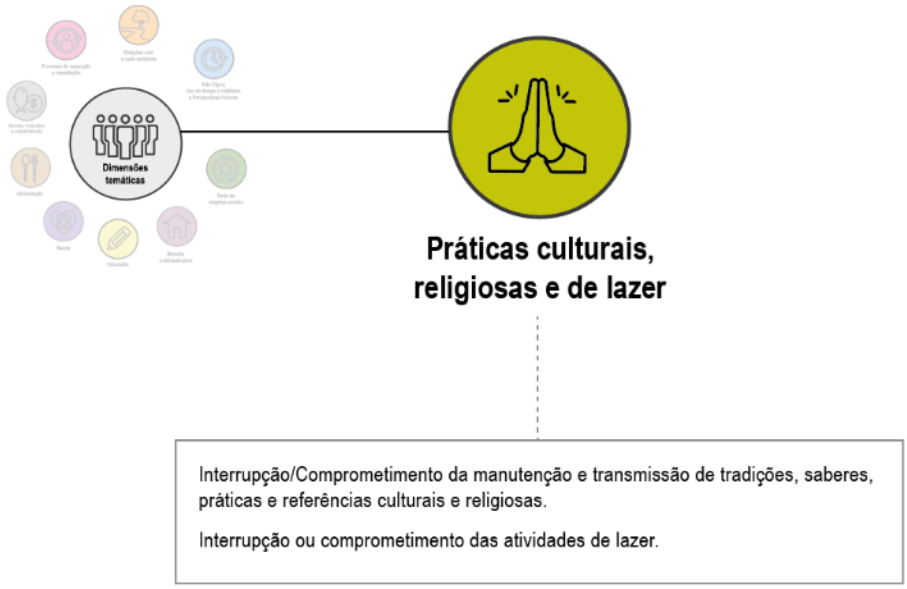
Existe ainda a relação entre tais ofícios enraizados na cultura local e a atividade turística. As características de comunidades tradicionais e pequenas unidades rurais familiares, associadas à oferta de vivência da cultura local, vinha despontando como atrativo dessa região aos turistas do estado e do Brasil. Manifestações culturais, como o jongo, o congo e o Ticumbi[61], destacam-se enquanto atrativos turísticos desses municípios. A atração de turistas era essencial tanto para a exposição e disseminação dessas manifestações quanto para a economia da região, com a venda de produtos diversos das atividades familiares como pescados e produtos rurais.

Em decorrência do desastre, as festas, celebrações, manifestações culturais e religiosas foram comprometidas na RECM, bem como o lazer, que desde a Constituição de 1988 é um direito social no Brasil e possui o mesmo *status* de importância que a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança e a previdência social (SANTOS, 2014).

As narrativas e danos alocados nessa dimensão temática de Práticas culturais, religiosas e de lazer estão agrupados em duas formulações de danos socioeconômicos: (i) Interrupção/Comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, saberes, práticas e referências culturais e religiosas e (ii) Interrupção/Comprometimento das atividades de lazer. Tais formulações orientam a organização desta seção em dois blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura a seguir.

[61] Conforme descrito na caracterização do Litoral Norte, o congo capixaba, gênero musical de origem africana, está presente em todos os municípios da RECM. Os principais instrumentos tocados são tambores, cuíca e reco-reco, e os cantos são feitos geralmente em coro, com letras que tratam da escravidão, da nova vida dos africanos no Brasil, de santos e do mar (SOUZA, 2018). Destaca-se em Conceição da Barra um famoso baile de congo, também chamado de ticumbí, promovido há mais de 300 anos por comunidades negras devotas de São Benedito. Pequenas canoas saem do povoado de Barreias, à margem do rio Cricaré, conduzindo uma imagem de São Benedito, até aportarem no cais da cidade de Conceição da Barra, onde a procissão segue por terra. A festa acontece na passagem de ano, do dia 31 de dezembro para 1 de janeiro (CONCEIÇÃO DA BARRA, s.d.).
Já o jongo é manifestação cultural e/ou simbólica revisitada, recriada e revalorizada em especial pelas comunidades quilombolas do Sapê do Norte (ver capítulo 3.2.2 – Sapê do Norte) para afirmar sua identidade, demarcada pelo jongo como patrimônio cultural (RODRIGUES, 2016).

Figura 14 — Dimensão temática Práticas culturais, religiosas e de lazer: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.1.4.1 Interrupção/Comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, saberes, práticas e referências culturais e religiosas

Este dano está relacionado ao comprometimento da possibilidade de realizar as práticas culturais, tradicionais e religiosas, os modos de produção e de saber fazer, as celebrações e as formas de expressão que eram socialmente compartilhadas e transmitidas intergeracionalmente. Considera-se estes elementos conformadores das memórias e das identidades pessoais, coletivas e responsáveis pelo fortalecimento dos laços e vínculos comunitários.

As oficinas de levantamento de danos realizadas no Litoral Norte do Espírito Santo explicitam uma população fortemente ligada às suas raízes e tradicionalidade. A população atingida se descreve como pesqueira, ribeirinha e recorre a histórias e memórias de antes do desastre para demonstrar a relação intrínseca de seu povo com rios, peixes, mangues, vegetação, hoje atingidas pela lama tóxica de rejeitos.

> N: Porque nós somos povos tradicionais ribeirinhos, como se fosse indígena. Andava descalço, não tem aquela questão de chinelo, não! Menino tomando banho de rio, era só de cueca.FGV_ILD_078

> D: Perda do modo de vida tradicional.[FGV_ILD_078]

> N: Sou nascida e criada dentro dessa comunidade ribeirinha. Vou falar como era antes, aqui em Barra Nova Sul era uma comunidade tradicional da pesca e esse impacto pegou a todos de surpresa. A gente achava que não ia chegar aqui. Quando eu lembro o que a gente vivia antes e o que vive hoje. Se for fazer uma retrospectiva, a gente era muito feliz no lazer, na pesca, na saúde, na comida. A gente parecia índio na forma de tomar banho nos rios, descalços, era maravilhoso o jeito que a gente vivia aqui. Agora a gente tem que comprar o peixe.[FGV_ILD_064]

> D: Comprometimento do modo de viver tradicional da pesca.[FGV_ILD_064]

> N: Minha mãe era pescadora nata, pescava pro consumo da nossa família. E o mangue traz muito a memória da nossa infância, todo mundo tinha que ir pescar, ir no mangue mesmo, ver como era o processo, colocar o braço, ver didaticamente como era o processo, mas todo mundo tinha que ter essa experiência, tinha um respeito muito grande pelos ciclos da natureza. Esses aprendizados trazem sabor de infância. Tinha aquele peixe que eu não vi mais, o Miroró, minha mãe fazia.[FGV_ILD_073]

> D: Comprometimento da transmissão de conhecimento da cultura e tradição para as novas gerações.[FGV_ILD_073]

As atividades artesanais de pesca eram um dos pilares da constituição cultural local. Vinculavam-se também, como descrito na seção dedicada à Renda, trabalho e subsistência, à forte vocação e atividade turística na região, que permitia a venda e circulação de pescados além de trazer pessoas interessadas em conhecer atrativos naturais e particularidades culturais. O desenvolvimento econômico local, que intersecciona pesca, turismo e produção rural, contribuía então para a manutenção de raízes e práticas culturais que hoje se veem fragilizadas por conta do arrefecimento de tais atividades. Muitas pessoas foram obrigadas a deixar a pesca como sua profissão de origem e, com ela, a abrir mão de uma atividade constituinte de sua identidade.

> N: Somos uma região pesqueira, uma Vila de pescadores tradicionais com pesca tradicional de camarão. Estamos numa região de vocação turística, temos a sétima praia naturista registrada legalmente do país. E aquele momento começamos a articular e buscar informações e repassar, mas ainda hoje não temos diagnóstico preciso sobre a situação. [...] Mas nós da comunidade percebemos as mudanças, a coloração, o odor da água etc.[FGV_ILD_064]

> D: Nossa região era referência nacional e internacional como balneário, cultura, meio ambiente e qualidade de vida, agora não é mais.[FGV_ILD_064]

> N: O nosso Guriri está sempre aguardando, esperando por condições melhores, que consigamos o que é de direito. Meu pai foi fundador aqui, eu conheci o primeiro pescador e ainda está vivo. É uma história muito longa de pesca, da cultura local, da vegetação, da qualidade de

> vida. E foi evoluindo e meu pai foi desenvolvendo aqui para se tornar uma referência de balneário a nível internacional e, de repente, foi tudo interrompido.FGV_ILD_064
>
> D: Nossa região era referência nacional e internacional como balneário, cultura, meio ambiente e qualidade de vida, agora não é mais.FGV_ILD_064
>
> N: Nós temos um prejuízo enorme e irreparável na cultura, social e econômico.FGV_ILD_079
>
> D: Prejuízo cultural, social e econômico.FGV_ILD_079
>
> N: O que ficou na pesca realmente são os verdadeiros pescadores que tiveram sua história na pesca, sair agora é difícil e foram praticamente obrigados a ficar vendo todo o desastre, permanece na profissão lutando para sobreviver.FGV_ILD_077
>
> D: A diminuição da produção do pescado interfere na cultura local.FGV_ILD_077

Tanto a pesca quanto outras práticas culturais são relatadas como prejudicadas ou interrompidas após o rompimento da Barragem de Fundão e a chegada da lama tóxica de rejeitos aos ecossistemas da região. Atividades tratadas como "tradição", como a colheita de tarioba, o caminhar na praia, a lavagem de roupas no rio, são descritas como perdidas.

> N: Ontem, eu e minha mãe e minha tia fomos na Coroa. Era uma tradição nossa também tirar a tarioba. Não sei se vocês já ouviram falar? A tarioba. Nós pegávamos muita tarioba. Eu até trouxe uma aqui que eu peguei, ela aqui abertinha, tá vendo? Nós fomos lá ontem. Aí aquela nata, aquela lama. Enfia o pé na areia e fecha ela. Aquele lamaral, que se nós achamos dez foi muito. A nossa comprovação tá aqui olha.FGV_ILD_078
>
> D: Perda da tradição de tirar a tarioba.FGV_ILD_078
>
> N: Houve comprometimento no modo de viver tradicional. A gente também tinha uma tradição aqui, caminhava na praia e deixaram de caminhar. Quando era a lua cheia nós olhávamos a lua na beira da praia. No ano-novo todo mundo ir para a praia. Isso aí tudo perdeu.FGV_ILD_078
>
> D: Perda do modo de vida tradicional.FGV_ILD_078
>
> N: E a coisa do peixe, foram se afastando cada vez mais, porque a mãe parou, e a filha não vai se interessar mais pela coisa. [...] No Córrego do Angelim a gente ouvia as mulheres cantando, e isso parou.FGV_ILD_072
>
> D: A tradição da pesca está se perdendo.FGV_ILD_072

> D: Não se vê mais lavadeiras no rio com seus filhos e também a alegria e cantoria.FGV_ILD_072

> N: A perda imaterial também precisa ser mensurada, e está na mudança de costumes, vários costumes da comunidade que foram se alterando. Todos os outros impactos que tiveram depois, somados, sinérgicos, o derramamento de óleo que veio depois. Não recuperamos nem a cultura, nem a segurança alimentar.FGV_ILD_072

> D: Tivemos perdas materiais e imateriais imensuráveis.FGV_ILD_072

O artesanato é outra atividade que possui caráter econômico, mas é proveniente e mantenedora de transmissão intergeracional de conhecimento e especificidades culturais, além de sua feitura depender em diversas das vezes de insumos oriundos dos ambientes locais, fonte de conexão entre pessoas e paisagens. Muitas mulheres relatam a perda dessa prática também responsável pela divulgação de sua cultura. Essa perda ocorre em grande parte pela diminuição do fluxo de turistas e consequente diminuição de vendas, como relatado na Seção 3.2.1.2.3 . As matérias-primas utilizadas para a confecção do artesanato também estão mais escassas em função da contaminação ambiental.

> N: Tem um ponto que a gente acabou até esquecendo de falar. A questão do crochê, tem um pessoal que faz bastante trabalhos em madeira, esculturas, de argila, vários trabalhos que ajudam na questão econômica, mas é uma divulgação também da tradição local. Porque todo esse artesanato é voltado pra tradição local. Esculturas e atividades que retratam a tradição local. Cestos de botar roupa, frutas, muita coisa. Tem um rapaz que ele tá na BR, a gente não vê mais as coisas dele. Tem várias famílias que eu conheço de Conceição da Barra e você passa e tá fechada as portas, e era a renda, né?FGV_ILD_073

> D: Comprometimento da transmissão de conhecimento da cultura e tradição para as novas gerações.FGV_ILD_073

> N: Outra coisa importante para complementar renda era o artesanato que fazia com areia da praia, as madeiras que vinham e a gente fazia e era muito importante. Quando chegava no defeso e finais de semana, eu produzia artesanato de concha e madeira. E nisso perdi muito minha renda, perdi muito, aprendi com minha mãe, minha ancestralidade.FGV_ILD_064

> D: Perda da transmissão de saberes ancestrais.FGV_ILD_064

A narrativa a seguir explora um pouco mais a relação entre a cultura local, o turismo e a pesca.

> N: A situação que a gente começou a vivenciar desde 2016 é lamentável. Não temos o pescado, não temos o turismo, não temos a cultura que nós tínhamos, estamos perdendo quase tudo. A nossa

> cultura, nossa atividade está quase em extinção, são poucos catadores hoje que estão na atividade.FGV_ILD_058
>
> D: Risco de acabar o ofício de catadores.FGV_ILD_058
>
> D: Perda da tradição.FGV_ILD_058
>
> D: Nós somos povo tradicional da pesca, e o desastre acabou com tudo.FGV_ILD_058

As oficinas realizadas com moradores de Conceição da Barra e São Mateus trazem a atividade pesqueira como pilar central de sustentação de sua economia, relações sociais, tradições, saberes. Trata-se de uma atividade basilar do modo de vida dessas comunidades atingidas. Atividade também ensinada a gerações e que agora sofre as consequências de um desastre que contamina os ambientes e animais pesqueiros, abalando por completo a vida das pessoas atingidas. A pesca aprendida intergeracionalmente e praticada há anos, que "está no sangue", é base cultural de coesão e reconhecimento dessa população que hoje tem que procurar outras atividades para realizar, mesmo que não se reconheça nelas.

> N: O prejuízo cultural é um dos maiores, pois a maioria sai na ilusão que vai conseguir algo melhor, mas acaba mendigando. Esquece que a pesca está no sangue, sua cultura. Não é só dinheiro que vive o homem, mas a satisfação pela água, comida e a qualidade do ar.FGV_ILD_079
>
> D: A pesca está no sangue.FGV_ILD_079
>
> D: Prejuízo cultural é dos maiores. Estão deixando o nosso conhecimento morrer.FGV_ILD_079
>
> N: Hoje não temos o nosso pescado, não temos a nossa cultura que a gente tinha dentro da nossa localidade.FGV_ILD_058
>
> D: Nós somos povo tradicional da pesca, e o desastre acabou com tudo.FGV_ILD_058
>
> N: Sou pescador, filho de pescador, a família é tudo pescador tradicional, muitas famílias tradicionais. Se você vem pra cá e encontra os netos dos pescadores nativos mesmo daqui. Se você procurar na pesca é tudo família tradicional. Soube que aceitaram mais sete mil protocolos, depois do crime [da Samarco], enquanto o pescador de verdade fica atrás de uma carteirinha e não está achando.FGV_ILD_077
>
> D: Pescadores tradicionais foram prejudicados pela impossibilidade de seguir na cultura da pesca.FGV_ILD_077
>
> N: Nós somos tradicionais da pesca.FGV_ILD_058

> D: Nós somos povo tradicional da pesca, e o desastre acabou com tudo.[FGV_ILD_058]

A atividade pesqueira era também definidora de papéis de gênero e, assim, organizava as relações socioculturais locais. Sua perda ou arrefecimento implica em um rearranjo de lugares ocupados por homens e mulheres que se veem obrigados a buscar outras atividades e perdem, entre outras questões, um laço social e de tradicionalidade.

> N: A pesca não era a única atividade laboral em São Mateus, mas era uma atividade que merece destaque no que tange à tradição cultural, sobretudo na divisão dos trabalhos entre os gêneros e ocupação laboral de muitos moradores.[FGV_ILD_064]

> D: Comprometimento da divisão de tarefas, das atividades e rotinas diárias.[FGV_ILD_064]

> D: Comprometimento do modo de viver tradicional da pesca.[FGV_ILD_064]

> N: Quando chegava da escola meu pai já falava: "menina troca de roupa que nós vamos lá mirar a rede". Pescar. Trocava de roupa e tocava pra beira do rio, pegava a canoa junto com o pai. Então sempre a família estava ali inserida na pesca. De alguma forma, a mulher, o marido, de madrugada, era a mulher que ia pescar, às vezes estava muito frio, a mulher ia ajudar o marido a mirar a rede. No rio, igual tem o pescador de rio que tem sua tradição, o marido e a mulher, de canoa, subir esse rio acima.[FGV_ILD_078]

> DE: Perda do modo de vida tradicional.[FGV_ILD_078]

O arrefecimento da atividade pesqueira acarreta uma drástica mudança nos alimentos consumidos pela população do Litoral Norte da RECM, como detalhado na seção dedicada à Alimentação. Comer peixes e mariscos, tanto no dia a dia quanto em datas festivas como a Semana Santa, era considerado uma “tradição” e um “prazer”. O desastre, ao retirar esses itens da alimentação de famílias ribeirinhas, traz um corte em sua história, memória e é visto pela população como uma quebra de sua cultura, algo inimaginável antes de um desastre de tamanhas proporções.

> N: Outra coisa que me chocou, depois de seis anos, um nativo daqui, que a base alimentar é o peixe, ele me fala que tem 6 anos que não come peixe mais. Então, como que uma mudança dessa, tão drástica que foi, como muda a vida da pessoa? Porque isso é mudar a história da pessoa, a cultura dela. Eu fico pensando no meu, no vender peixe pro turista, mas a coisa é muito maior do que isso. Como faz esse morador que não tem esse acesso? Então isso foi muito chocante, porque seis anos se passaram e seis anos continuam.[FGV_ILD_072]

> D: A cultura de comer o peixe foi interrompida por medo da contaminação.[FGV_ILD_072]

> N: Tão querendo acabar com nossa cultura de comer peixe, nosso modo de vida, eu não paro de comer peixe, é cultura nossa, são várias coisas.FGV_ILD_077

> D: Comprometimento no modo de vida e na cultura de comer o peixe.FGV_ILD_077

> N: Eu evito comer camarão e o peixe, naquela época evitava mais. Imagina eu, nativo, filho de pescador, parar de comer peixe e camarão, e os turistas? E pessoa que não conhecem o mar?FGV_ILD_077

> D: Comprometimento no modo de vida e na cultura de comer o peixe.FGV_ILD_077

Essa alimentação considerada culturalmente adequada, como relatado, era cotidiana, mas também festiva. Havia um orgulho dos moradores tanto em comerem quanto em servirem seus pratos típicos para turistas e visitantes em dias de festa, como já tratado na Seção 3.2.1.2.3 Essa prática reafirmava suas tradições, saberes, costumes, gerava reconhecimento e identidade coletiva que se relaciona inclusive a afetos, sabores de infância, festa, comemoração, alegria. Após o desastre há tanto o medo de consumir pescados contaminados quanto a diminuição da atividade pesqueira e, consequentemente, de seus produtos. Alguns moradores relatam a vergonha de que certos itens de alimentação de suas festas tenham que vir de fora por diminuição da atividade pesqueira.

> N: Quanto às festividades que estavam engatinhando, ele foi profundamente afetado. O fato da Vila ser uma Vila de pescadores, traz pra gente a experiência, o aroma, o sabor agradável de consumir o que vem do mar, e do que Itaúnas tem de melhor.FGV_ILD_072

> D: Depois de 2015 a economia, cultura e segurança alimentar não se recuperaram.FGV_ILD_072

> N: Você não faz um festival gastronômico na beira do mar, sem frutos do mar. Na Vila de Itaúnas, a festa de São Benedito e São Sebastião, além de ter um impacto muito grande cultural, tem um impacto econômico, porque atrai o turista. E é um turista que nos interessa muito, porque é interessado na nossa cultura, naquilo que a gente tem de mais precioso pra oferecer.FGV_ILD_072

> D: A festa gastronômica perdeu sua essência, devido à insegurança com a contaminação dos frutos do mar.FGV_ILD_072

Os peixes e mariscos eram então matéria-prima essencial de muitas festividades que celebravam a religiosidade e tradicionalidade dos moradores de Conceição da Barra e São Mateus. Sem essa matéria-prima, os festejos se enfraquecem. As relações entre festejos e religiosidade é latente. As festas promovem coesão do tecido social, reforçam

e criam laços, assim como trazem gratificações pessoais ao homenagear divindades escolhidas. Essa imaterialidade, no entanto, é dependente de bases materiais como local dos festejos, alimentos e público participante.

> N: A cultura das festas se acabaram. Por mais que queira fazer só se ensaia e não sai mais como era, pois os principais instrumentos não existem mais. A matéria-prima era um bom pescado, sem o pescado não tem festa. A tradicional festa do pescador de Conceição da Barra acabou. Estamos insistindo em continuar na pesca, mas acabou.FGV_ILD_079

> D: Não há mais a festa tradicional do pescador.FGV_ILD_079

> N: A nossa situação, falando da nossa comunidade de Campo Grande, que é uma comunidade pesqueira, que vive da cata do caranguejo. Que tinha uma atividade e uma festividade linda, que festejava a cata do caranguejo. Aquilo não tem como mais voltar atrás, aquilo foi perdido. Tem que ver o que a gente pode fazer de direitos pra gente.FGV_ILD_058

> D: Nós somos povo tradicional da pesca, e o desastre acabou com tudo.FGV_ILD_058

> N: Na festa do camarão tinha a questão religiosa também. Era uma maneira de expor a religião, ia no primeiro dia os louvores, as pessoas vinham de fora. Então a questão religiosa se perdeu com isso também.FGV_ILD_078

> D: Perda da tradição religiosa e do jongo nas festividades.FGV_ILD_078

Além da perda de tradicional matéria-prima alimentar local, como peixes, camarões e caranguejos, a diminuição de turistas, como mencionado, acarreta o enfraquecimento dos festejos e prejuízos à religiosidade e à espiritualidade da população. Há diversos relatos, em especial de mulheres, sobre como o arrefecimento dos festejos acarreta prejuízos à identidade cultural ao afetar, ao mesmo tempo, suas atividades econômicas, sociais e religiosas.

> N: A gente tinha a festa da Santa Bárbara que ainda acontece, mas depois da tragédia houve diminuição do fluxo de pessoas, das comunidades. Esses eventos, a espiritualidade a gente viu abalada depois desse episódio.FGV_ILD_064

> D: Perda da identidade, da ancestralidade relacionada às festividades.FGV_ILD_064

> N: Tivemos uma perda tão grande, vinha muita gente de fora, turismo de tudo quanto é região. E hoje não tem aquele festival, não tem a cultura. A minha carteirinha de caranguejeira. Perdemos a nossa identidade, porque hoje não tem o festival, nem do caranguejo e nem do camarão. É ali onde a gente vendia nossos artesanatos, nosso

> camarão, tudo. Caiu bastante. Eu cozinhava o caranguejo, servia o caranguejo.FGV_ILD_078

> D: Perda da identidade da pescadora.FGV_ILD_078

Muitas dessas mulheres também dão detalhes de como o enfraquecimento dos eventos gera desânimo à população e às novas gerações, jovens e crianças, em manterem vivas práticas de sua cultura como as manifestações típicas do jongo, congo e Ticumbi. Não se trata apenas de diversão, que por si só já seria importante, mas de eventos que enaltecem a centralidade que pescados, santos, músicas e danças típicas têm para a vida e tradições daquela população. Esses eventos expunham culturas e contavam histórias que hoje deixam de ser contadas ou são contadas por outras pessoas, de maneiras nem sempre consideradas adequadas pelos moradores locais.

> N: Perdeu a tradição dos jongos da igreja católica. Hoje nem igreja tem mais. Foi muita perda aqui.FGV_ILD_078

> D: Perda da tradição religiosa e do jongo nas festividades.FGV_ILD_078

> N: As festas são uma forma de manter a tradição, dos grupos de Ticumbi, de jongo. Existe um ingresso dos jovens nessas atividades, pelo menos aqui em Itaúnas, que eu consigo acompanhar. Tem jovens querendo prosseguir com a tradição. Quando se deixa de fazer esses festejos vai ficando mais morno, alguns vão desanimando. Os festejos têm essa importância, a questão da valorização, de manter uma tradição de anos. Também acho que está expondo a todos o maior objetivo disso tudo. A tradição de anos que a gente vai carregar no nosso sangue. Eu me sinto bem num ambiente onde tem o batuque do Ticumbi, então isso a gente vai carregando no sangue.FGV_ILD_073

> D: Comprometimento da transmissão de conhecimento da cultura e tradição para as novas gerações.FGV_ILD_073

> N: Tem um ponto que eu gostaria de colocar, mas não tô conseguindo colocar em palavras. Em relação às festas, de quem vai chegando conhecer mais essa cultura. Foi uma perda pras novas gerações, porque à medida em que as festas vão diminuindo, outras pessoas vão contando essa história, e muitas vezes com um certo preconceito. Me faltam palavras, as coisas foram se perdendo um pouco, da gente mostrar essas culturas populares.FGV_ILD_073

> D: Perda da possibilidade de mais pessoas conhecerem a cultura local, que ajudava na visibilidade e no fortalecimento dessa cultura.FGV_ILD_073

A espiritualidade e a religiosidade de moradores do Litoral Norte da RECM ouvidos pela FGV, para além dos eventos, também foi abalada pela perda de possibilidade de contato com um meio ambiente saudável e que era, antes do desastre, fortalecedor.

> N: Essa questão da religião, da espiritualidade, do costume de ir à praia na lua cheia, no réveillon, na virada do ano, tomar um banho de mar, nossa tradição da ancestralidade, isso tudo a gente perdeu aqui.FGV_ILD_064

> D: Perda da transmissão de saberes ancestrais.FGV_ILD_064

Outra prática cultural tradicional da região que foi prejudicada após o desastre é a troca de alimentos, conforme tratado também na dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência (Seção 3.2.1.2.8). Nem todas as relações eram permeadas pelo dinheiro, e produtores rurais e pescadores trocavam seus produtos. Após a chegada da lama tóxica de rejeitos, há muito mais receio no consumo dos produtos locais, o que prejudica as redes de trocas antes estabelecidas. Essas redes também explicitavam uma vida que era mais farta, de alimentos, possibilidades, conexões. O desastre estreita as possibilidades de vida das comunidades atingidas, o que rompe diversos dos seus costumes e substitui, compulsoriamente, a fartura por escassez material e imaterial.

> N: Vinha gente de outros bairros trocar coco, abóbora, e fazia essas trocas de alimentação, isso caiu um pouco também. Movimentava essa troca de alimentação. A gente está aqui tentando fazer nosso melhor.FGV_ILD_077

> D: Interrupção na cultura da rede solidária de trocas de produtos.FGV_ILD_077

> N: O que acontece muito são as trocas, a troca de caranguejo com galinha, porco, e hoje as pessoas não trocam porque ficam com receio, diminuiu a troca.FGV_ILD_077

> D: Interrupção na cultura da rede solidária de trocas de produtos.FGV_ILD_077

> N: Antigamente trocava muito. Ainda hoje acontece, mas em termo de agricultura com pescador. Antes entre agricultores acontecia muito também. Faz parte da nossa cultura aqui. As trocas.FGV_ILD_071

> D: Precisamos voltar ao nosso modo de vida.FGV_ILD_071

> N: A minha vó vendia tanto peixinho, que as mulheradas aqui conhecem também como cabeça-dura, ela salgava aquele peixinho. A colega já até chegou a ver, vovó fazia a palhoça. Aí salgava aquele peixinho, estalava tudinho, botava no sol e ia pro mercado municipal trocar por farinha, beiju. Vovó fazia isso, era a nossa tradição de primeira. Trocava, porque as coisas eram tão farta, próspera.FGV_ILD_078

> D: Perda do modo de vida tradicional.FGV_ILD_078

Todos esses danos acima descritos culminam em um imenso receio em relação ao futuro das novas gerações, dos saberes, das crenças, das práticas, religiosidades e tradicionalidades locais. A perda do ofício da pesca deixa um futuro economicamente incerto para filhos e netos, mas, para além da obtenção de renda, há insegurança e tristeza relacionada à perda da transmissão de conhecimentos que seguiam há gerações nas famílias locais, não só na pesca, mas também na agricultura e artesanato por exemplo.

Mais uma vez, há destaque para as narrativas das mulheres que se mostram extremamente preocupadas com sua parentela. Elas descrevem práticas que aprenderam com suas mães e avós e hoje não podem mais ser ensinadas para seus filhos porque dependem de ecossistemas atingidos pela lama de rejeitos. Descrevem também como o cotidiano de suas crianças teve de ser reformulado para substituir práticas antes cotidianas, como banhos de rio, local em que as crianças aprendiam a nadar. Isso tudo interrompe ciclos educacionais de ensino e aprendizado populares, ligados a saberes locais e tradicionais, que tendem a ser perdidos ou profundamente transformados contra a vontade dos moradores da região (cf. também dimensão temática de Educação).

> N: Meus filhos eu ensinei nos manguezais. Hoje meu neto eu não posso nem ensinar. Porque se pro futuro voltar, ser recuperado, eu posso ensinar minha neta, o que eu aprendi da minha mãe e da minha avó. O que aprendi deles que eu ensinei para os meus filhos. Talvez eu possa ensinar para a minha neta que hoje tá seis anos para sete anos. Talvez um dia seja recuperado para a gente mostrar, porque eu vou na praia e não deixo eles nem tomar banho, por que eu tenho medo de voltar doente de lá para cá. Igual ela já adoeceu. Encheu toda de pereba. Eu tenho medo de ela ficar cheia de pereba novamente.FGV_ILD_078
>
> D: Perda da transmissão de conhecimento.FGV_ILD_078
>
> N: Não tem mais como passar para os filhos. Eu ensinei para os meus filhos, mas eles não podem mais. Tem que ir para a faculdade, tentar uma vaga de bolsa de estudos. Minha filha conseguiu uma bolsa. Ela já não está comigo na roça porque tá na cidade trabalhando, ela tá lá trabalhando, e faz o curso *on-line* que é mais barato.FGV_ILD_078
>
> D: Perda da transmissão de conhecimento.FGV_ILD_078

Ao perderem o contato com ecossistemas como rios, mar, mangues, essas gerações perdem também laços com seus territórios de moradia e com práticas que eram costumeiras antes do rompimento da Barragem de Fundão.

> N: Desde o começo aqui a gente via as crianças, aprendiam a nadar neste rio. Ver as crianças não entrando neste rio e não aprendendo a

nadar neste rio, foi um impacto muito impressionante. As crianças aprendem a não ter medo da água nesse rio, aprendem a sua relação com esse rio. É uma situação muito importante, a perda imaterial, do repasse de cultura, do filho de pescador que não aprende a nadar no rio.FGV_ILD_072

D: Uma geração inteira perdeu o contato com o rio.FGV_ILD_072

N: Quando a gente fala do futuro, do que a gente espera. O que a gente espera é que pudesse voltar tudo aquilo que a gente tinha antes. Lógico que não vai voltar tudo que foi, né? Dá medo de não poder passar mais para frente, de pais para filhos, o nosso conhecimento. Aquilo tudo que foi passado assim. Dá medo dos filhos não saberem o que é um caranguejo, não conhecer os tipos de peixes. Peço a Deus que possa recuperar, para a gente manter, cuidar da nossa tradição, da nossa cultura. Que nossos filhos possam também levar aquilo que nós mantemos junto a nós. Você lembrar o que a gente tinha e hoje não tem, você perder aquilo que foi causado pelo homem, por negligência do homem, é triste, é complicado. Você perder tudo aquilo não é nada bom. Hoje a gente está sendo prejudicado, e amanhã estão sendo prejudicados nossos filhos também. A gente torce para eles terem mais oportunidades. Mas a dificuldade é como nós vamos levar os nossos filhos até uma faculdade? A preocupação é, será que nós vamos ter essa renda, para a gente poder qualificar os nossos filhos? A preocupação é que eles vão indenizar, e acabou. Não tem mais preocupação com o povo atingido, com a comunidade pesqueira. A gente tem que estar preocupado com o nosso futuro. Com os nossos filhos, com os nossos netos e daí para frente.FGV_ILD_058

D: Perda da tradição.FGV_ILD_058

D: Medo dos filhos e netos nem saberem o que é um caranguejo, um tipo de peixe.FGV_ILD_058

D: Perda da cultura, de tudo que vem da nossa terra.FGV_ILD_058

D: Impossibilidade de passar nossa tradição, passar os conhecimentos para os filhos.FGV_ILD_058

D: Nós somos povo tradicional da pesca, e o desastre acabou com tudo.FGV_ILD_058

3.2.1.4.2 Interrupção/Comprometimento das atividades de lazer

Dano relacionado ao comprometimento da possibilidade de realização de atividades recreativas, esportivas, de lazer e de confraternização que, via de regra, mas não exclusivamente, eram realizadas ao ar livre na companhia da família e amigos e junto ao rio e suas adjacências. A interrupção e o comprometimento dessas atividades

trouxeram prejuízos ao bem-estar, à interação social e até mesmo à saúde física e psíquica das pessoas, com o rebaixamento da qualidade de vida.

Um segundo dano identificado dentro dessa dimensão temática são as perdas relacionadas ao lazer dos moradores de Conceição da Barra e São Mateus. São muitas as narrativas coletadas em oficinas que descrevem a diminuição das possibilidades de lazer acarretadas pelo receio da contaminação de lugares que eram epicentro das diversões e descansos cotidianos, como rios, praia, mar. Essa diversão rotineira nesses ambientes foi substituída pelo medo, já que tais espaços podem estar contaminados e podem ser vetores de doenças.

> N: Os jovens, os adolescentes e os idosos, eu afirmo que estamos sofrendo bastante com a perda da rotina de lazer e também o aumento com gastos com alimentação e com a água. A perda da opção do lazer é a questão mais lembrada, que supera o prejuízo das atividades pesqueiras.FGV_ILD_064

> D: Comprometimento do lazer das famílias.FGV_ILD_064

> N: A situação daquele rio [Itaúnas] foi afetada ainda mais. O Espírito Santo passou por uma grave crise hídrica. Como as chuvas ficaram escassas, as águas do mar entraram no rio. A gente pegava peixe de mar no rio. Nessa época provavelmente entrou rejeito rio acima então a lama foi para a frente. Aí foi retirado todo nosso lazer. Temos muita desconfiança no rio.FGV_ILD_071

> D: Nosso lazer desapareceu.FGV_ILD_071

Há relatos inclusive de moradores que percebem os efeitos da contaminação e por isso interrompem práticas pessoais e familiares de lazer. Isso aumenta o medo e os cuidados em relação ao contato com as águas locais. Esse aumento da preocupação e cuidados consigo e com a família é relatado especialmente por mulheres, que por questões sócio-históricas muitas vezes são colocadas como principais cuidadoras de filhos e demais familiares. Dessa maneira, o lazer dessas mulheres diminui e sua preocupação aumenta. Diminuem também seus espaços de convívio com outras mulheres, vizinhos, colegas, companheirismo que gerava um cotidiano mais prazeroso, sadio e potente.

> N: Em termos a lazer é difícil. A minha maior riqueza é levar minhas filhas na pocinha muito bacana que tem aqui. Mas com a contaminação fiquei seis meses sem entrar no mar e no rio, também nas enseadas ficamos sem entrar na água. Demorou muito tempo para as pessoas voltarem a entrar no rio de Itaúnas. Até hoje eu não entrei no rio. Eu também tenho a música como profissão e como lazer, mas essa eu nem sei dizer quando vai voltar.FGV_ILD_071

> D: As crianças e famílias tomavam muito banho no rio, mas hoje já não usam mais.FGV_ILD_071

> D: Nosso lazer desapareceu.[FGV_ILD_071]
>
> N: Aqui o cuidado aumentou, principalmente em relação ao consumo de água e no acesso a lazer em recursos hídricos que foram contaminados. Você acaba tendo um cuidado redobrado porque são coisas que não sabemos se vai nos afetar mais lá pra frente. Isso vai se acumulando.[FGV_ILD_073]
>
> D: Aumento do cuidado com a família, pela perda de atividades de lazer e medo da contaminação.[FGV_ILD_073]
>
> N: E que minimiza a importância dos ambientes danificados para a vida da mulher pescadora e atingida aqui na nossa região. O desastre não implicou só na perda de renda, mas também na falta de espaço da convivência da mulher.[FGV_ILD_078]
>
> D: O espaço de convivência da mulher mudou.[FGV_ILD_078]

As atividades esportivas relacionadas a ambientes aquáticos, como surfe, natação, kite-surfe, pesca esportiva, são relatadas como extremamente prejudicadas pelo receio de possível contaminação, o que diminui a qualidade de vida local.

> N: O pessoal ficou com receio de práticas esportivas num geral no mar, como o kite-surfe, o surfe, a natação, diminuindo a qualidade de vida e tudo que envolve o esporte.[FGV_ILD_072]
>
> D: Ficamos com receio de práticas esportivas no mar, do surfe, do kite-surfe, diminuindo a qualidade de vida que envolve o esporte.[FGV_ILD_072]
>
> N: A prática esportiva no mar — o kite-surfe, o surfe, a natação — também gerou muito receio. E essas atividades são promotoras de saúde e de turismo também.[FGV_ILD_072]
>
> D: Ficamos com receio de práticas esportivas no mar, do surfe, do kite-surfe, diminuindo a qualidade de vida que envolve o esporte.[FGV_ILD_072]

Conforme já tratado na seção dedicada à Renda, trabalho e subsistência, o receio da realização de tais práticas esportivas leva a uma diminuição de eventos a eles relacionados e à consequente diminuição de visitação turística na região. Trata-se de um ciclo que se retroalimenta: medo da contaminação, diminuição de práticas de esporte e lazer locais, diminuição de eventos, diminuição de visitação turística, perdas econômicas e assim sucessivamente.

A própria atividade pesqueira, das principais atividades econômicas locais, é lembrada como prática perdida de lazer para moradores e turistas. Essa relação entre pesca e lazer é colocada inclusive por diversas mulheres pescadoras, que viam a pesca não

somente como fonte de renda, mas também como “hobby”, como momento de reunião de amigos e familiares. A pesca era também fonte de prazer e lazer.

> N: Também a gente viu o rio aqui do lado sendo detonado, peixes mortos, não tinha mais peixe pra comer. As pescadoras, as mulheres que costumam pescar no rio aí, sabem a tristeza que vem disso. Estamos acostumadas, é nosso hobby, a tristeza que vem de não ter isso.FGV_ILD_072

> D: Tristeza por perder o rio como nosso espaço de lazer.FGV_ILD_072

> N: E tá tudo parado. Até para o lazer também, a gente não tem mais aquela alegria. De reunir a família, de pegar o barco, "vamos pescar".FGV_ILD_078

> D: Perda dos petrechos de pesca e equipamentos da agricultura.FGV_ILD_078

As atividades de lazer praticadas em interação com o meio ambiente local eram fontes de conexão com esses lugares, território. Tratava-se da interligação com uma natureza que era fortalecedora, propiciava descanso, liberação do estresse cotidiano, alegria. E essa interligação não era pontual, mas rotineira. Esses ambientes naturais faziam parte do cotidiano dos moradores de Conceição da Barra e São Mateus e a relação com eles propiciava prazer. Esses hábitos, perdidos em função do desastre, tornam-se hoje apenas memórias, lembranças de uma maneira de viver que já não existe mais e não se sabe se será recuperada.

> N: O hábito de se banhar no mar não era apenas para o turista, era uma questão lúdica, a gente entrava no rio e mar de três a quatro vezes por semana. A gente fazia um churrasquinho na beira do rio e mar, nos bancos de areia, nas ilhas que se formam no rio. Os mergulhos em uma tarde de verão, todas essas lembranças fazem parte da vida da gente.FGV_ILD_064

> D: Comprometimento do lazer das famílias.FGV_ILD_064

> N: Que queria fazer mais uma fala sobre antes do desastre. Eu tinha um hábito de me banhar no rio e no mar, sabe? É o que eu sinto bastante falta. Eu tinha uma relação bem lúdica com o meio ambiente, com o meio onde eu estava. [...]. Para lazer, gostava muito do lazer na água, para tomar banho. Eu gostava de pescar em família, gostava que vinha os amigos, gostava de fazer churrasco na beira do rio, ali que era próximo do mar. De ter aquele mergulho no final da tarde, quando terminava. A gente gostava muito de fazer isso, sabe? Isso é o que me faz muita falta.FGV_ILD_078

> D: Perda de lazer.FGV_ILD_078

Sem a possibilidade do usufruto desses espaços abertos, democráticos e gratuitos, o lazer ficou mais caro. A perda desses lugares se soma à de renda, e gera comunidades mais empobrecidas que têm que priorizar sempre o trabalho por questões de sobrevivência. Assim, o lazer, antes disponível, acaba tendo de ser prescindido.

> N: A gente via isso como algo de um custo muito baixo, vamos à praia, vamos ao rio, vamos passar um dia fora. Hoje a gente sai e parece que tem custo muito alto, não porque aumentou em si, mas é porque nós perdemos renda.FGV_ILD_073

> D: Dificuldade de manter a atividades de lazer pela queda de renda.FGV_ILD_073

> N: Tudo se torna muito caro hoje pra fazer uma prática de lazer. Aí você já está exaurido, né, porque a questão mental e física você tem que dar conta de muitas coisas pra complementar a renda, e o custo acaba sendo alto porque você perdeu renda.FGV_ILD_073

> D: Dificuldade de manter a atividades de lazer pela queda de renda.FGV_ILD_073

> N: Na verdade, nosso lazer é tomar banho no rio e no mar, pescar pelo esporte. No primeiro momento isso alterou, mas agora já acostumou. Mas com a diminuição da renda diminui o tempo de lazer, porque tem que trabalhar muito mais para trabalhar pra sustentar a família. Por exemplo, só esperaram o vento sul acalmar e já voltaram pro mar.FGV_ILD_077

> D: Diminuição do tempo de lazer e com a família, por ter que ficar mais tempo trabalhando pela queda da renda.FGV_ILD_077

Assim como nas narrativas acima, descritas por mulheres, muitas outras relatam a sobrecarga que a perda de renda somada à falta de tempo e espaços gratuitos para o lazer geram em suas vidas. Como pontuado acima, há uma delegação histórica e sociocultural da prática do cuidado às mulheres. O desastre aumenta sobremaneira a necessidade do cuidado por inúmeros motivos tratados ao longo de todo este relatório. Esse aumento, associado à necessidade de busca de novas fontes de renda, já que as práticas econômicas tradicionais foram prejudicadas, gera uma intensa sobrecarga às mulheres. Exaustas, elas não têm tempo ou ânimo para buscar o lazer.

> N: A dedicação da mulher é sempre com relação aos filhos, relação com a família. Essas atividades mais coletivas, dos pais com os filhos, o restante da família, vão ficando abaladas nesse sentido, porque às vezes a gente quer visitar, receber a família, só que esse excesso de trabalho vai gerando tanto um cansaço físico quanto mental e acaba impedindo que as mulheres continuem dando prosseguimento a essas atividades de lazer.FGV_ILD_073

> D: Diminuição do tempo de lazer das mulheres e família pelo aumento do tempo de trabalho e cansaço.FGV_ILD_073
>
> N: Eu acho assim, que de maneira geral, o que nos desanima na questão desses trabalhos extras é que o cansaço que bate. Muitas mulheres aqui têm as atividades com os filhos, costumavam sair com os filhos, atividade de custo baixo de ir na praia, ir no rio, uma atividade mais tranquila. E tanto pelo excesso de trabalho do impacto [do desastre] acabou que inviabilizou isso.FGV_ILD_073
>
> D: Necessidade de alteração no cotidiano da criança por não poder mais fazer algumas coisas (ir no rio, comer uma fruta do pé etc.).FGV_ILD_073
>
> N: Sim, com certeza [houve diminuição do tempo de lazer por conta do aumento do tempo de trabalho]. A gente deixou de dedicar tempo de lazer por conta dessa carga de trabalho extra.FGV_ILD_073
>
> D: Diminuição do tempo de lazer das mulheres e família pelo aumento do tempo de trabalho e cansaço.FGV_ILD_073

Soma-se a isso a diminuição do tempo de lazer com a família que, antes do desastre, fazia mais visitas e hoje deixa de vir por medo da contaminação.

> N: Antes da pandemia, depois do desastre de Mariana. Acabou tudo. Hoje nem os parentes não vêm nas casas da gente, porque sabe que está contaminado. [...] Os amigos não vêm mais.FGV_ILD_078
>
> D: Perda de lazer.FGV_ILD_078
>
> N: Bem lembrado o que a colega falou. A gente em família gosta de reunir, andar na praia, se banhar, fazia muito isso antes, pescar. Juntava a família toda com outras famílias, se reunia na beira do rio. Vinha de Nativo, Barra Nova, Urussuquara, que tem umas pedreiras lindas lá, elas aqui sabem. Era uma maravilha. Churrasco. Pescava e lá mesmo assava o peixinho, moqueca. Só na saudade.FGV_ILD_078
>
> D: Perda de lazer.FGV_ILD_078

A diminuição da realização de eventos e festejos na região atingida em questão já foi acima tratada sob a ótica da tradicionalidade, religiosidade e transmissão de conhecimento. Os eventos locais, no entanto, também eram vistos como possibilidades de lazer e diversão. Muitos deles foram cancelados logo após o rompimento da barragem e os que retornaram são ainda muito enfraquecidos por diversas questões já aqui relatadas (cf. Seção 3.2.1.2): medo da contaminação dos ambientes e alimentos, diminuição do fluxo de turistas, desânimo da comunidade, perda de renda, impossibilidade de pesca, entre outras. Essas localidades cresciam e se desenvolviam também por meio desses eventos, que geravam prazer às comunidades. Além da perda

de ambientes que propiciavam o lazer, as comunidades perderam também eventos que geravam possibilidades de diversão.

> N: O festival do camarão foi a maior vergonha, os turistas ligavam pra gente para perguntar se a gente ia usar os camarões contaminados e tivemos que parar.FGV_ILD_064

> D: O festival do camarão é uma festa tradicional anual e hoje o camarão vem de fora.FGV_ILD_064

> N: Sempre tinha festas. A Festa de Reis era muito forte e as comunidades convergiam num só lugar para celebrar o padroeiro. Todos se uniam para a festa, levavam contribuição para fazer almoço comunitário. Eram doados peixes, bois, produtos agrícolas, seja para o almoço ou para sorteios. Hoje o peixe, caranguejo, camarão, não existe mais. O festival do caranguejo eram três dias de festa, tinha um forrozinho, era muito bom.FGV_ILD_063

> D: As comunidades se encontravam nas festas, e perdemos esses momentos de encontro.FGV_ILD_063

> D: As festas tradicionais foram muito prejudicadas.FGV_ILD_063

Esses eventos eram também responsáveis pelo encontro e fortalecimento de vínculos e autoestima das mulheres, como será melhor tratado na dimensão temática à Rede de relações sociais (Seção 3.2.1.5). Há muitas narrativas que demonstram que eram as mulheres as responsáveis por receber companheiras e companheiros em suas casas e se mobilizar para a efetiva realização desses eventos. Perdendo essas possibilidades e espaços de convívio, essas mulheres perdem possibilidade de lazer, de trocas, de fortalecimento mútuo.

> N: Tínhamos as festas das comunidades que eram mais específicas, Festival do Beiju, que aconteciam nas comunidades [quilombolas], em que as mulheres se mobilizavam, a maior parte da produção das nossas casas de farinha era puxada pelas mulheres. Desfile do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, também era puxado pelas mulheres. Tinha homens também, mas era a gente que levava.FGV_ILD_073

> D: A produção das casas de farinha para a Festa do Beiju, do 20 de novembro, era puxada pelas mulheres.FGV_ILD_073

> N: Temos grupos de folclore só de mulheres, como o jongo, quando elas se apresentavam. Mas tem a questão de uma família ser a festeira. Geralmente é o chefe da casa quem convida, mas quem faz toda a organização, os preparos para receber as pessoas, são as mulheres das famílias. Geralmente fazia na frente da casa, eles se apresentavam ali, e dali saía pra igreja, pra se apresentarem na frente das igrejas. Tinha uma participação muito forte nossa, porque a gente preparava tudo pra receber os foliões. Quando tinha alguém da família

> que ia ser o festeiro daquele ano, já começava a organizar tudo no final do ano, às vezes até alugava uma casa maior pra receber as pessoas, cozinhar comida, alimentação, congelador, outros. A gente se empenhava ao longo de todo o ano para receber esses festejos. Hoje tem, mas não com a intensidade que tinha. Tinha os ensaios também pra se apresentar nos festejos, toda uma mobilização.FGV_ILD_073

> D: As mulheres se reuniam para fazer os preparativos para receber os foliões, e agora enfraqueceu muito.FGV_ILD_073

3.2.1.5 Rede de relações sociais

Nesta seção encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que versam sobre as alterações sofridas por pessoas atingidas e seus grupos sociais em suas relações familiares, de amizade e trabalho. Formas de sociabilidade e relações interpessoais foram abaladas com o desastre, desencadeando diversos danos.

Destacaram-se durante as oficinas com atingidas e atingidos narrativas que fazem referência à diminuição dos momentos de encontro e sociabilidade, em muito ligados aos ambientes da praia, mangue, rios e estuários[62]. Um exemplo é o enfraquecimento do modelo de vida anterior ao desastre, mais coletivo e gregário, em transformação para um modelo mais restrito onde as pessoas têm circulado e se relacionado menos. A prática da visitação entre amigos e parentes, de acordo com as narrativas, também tem perdido força, colaborando para essa transformação. Tudo isso leva, algumas vezes, ao sentimento de abandono, solidão e falta de alegria nas comunidades e famílias. Encontros intergeracionais, que aconteciam nos ambientes hoje considerados contaminados, deixaram de ser praticados.

Quando se trata das relações de trabalho, percebe-se que a interdependência, troca e aliança entre trabalhadores do mesmo ofício e de ofícios diferentes também têm sofrido modificações negativas diante do desastre. Isso abala relações de reciprocidade de prestações que são geradoras de vínculo social, como indica o antropólogo Marcel Mauss (1924). Nesse sentido, a socióloga Maria de Nazareth Baudel Wanderley aponta:

> Para além da solidariedade que se manifesta ao nível real, da produção e da partilha de bens, há a registrar aquela de natureza propriamente simbólica, que a complementa e dá sentido à construção de uma identidade coletiva, expressa nos sentimentos de pertencimento, na

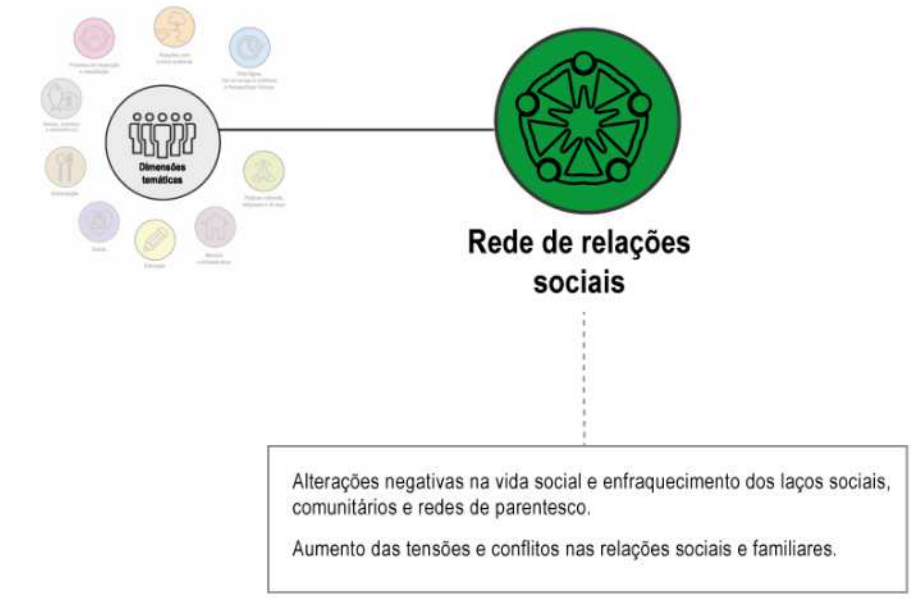
[62] A geógrafa Doreen Massey defende que o que dá especificidade a um lugar "não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam em um lócus particular" (MASSEY, 2000, p. 184). Lugares fornecem a condição básica para a convivência cotidiana, por sua vez, alimento das relações sociais (PEREIRA, 2019).

partilha e transmissão dos saberes e na adesão a valores humanos compartilhados.

As trocas materiais realizadas entre trabalhadores de ofício eram também organizativas de uma identidade coletiva que se baseava, em muito, no uso dos recursos naturais como água, peixes, areia.

Ainda no campo das relações sociais, verificou-se que o desastre contribuiu para a deflagração de conflitos, latentes ou inexistentes anteriormente, ensejados por relações sociais desiguais e acesso diferenciado de alguns grupos ou pessoas à reparação. As narrativas e danos alocados na dimensão temática Rede de relações sociais estão agrupados em duas formulações de danos socioeconômicos: (i) Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco e (ii) Aumento das tensões e conflitos nas relações sociais e familiares. Tais formulações orientam a organização desta seção em dois blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura a seguir.

Figura 15 — Dimensão temática Rede de relações sociais: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.1.5.1 Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco

Este dano socioeconômico está relacionado às descontinuidades ou enfraquecimento dos laços e das relações intergeracionais e ao esgarçamento dos vínculos sociais, comunitários e de parentesco, tendo sido provocado (principalmente, mas não exclusivamente) pelo comprometimento ou perda de espaços comuns destinados ao lazer e ao desfrute do tempo (como o rio e seu entorno), pelo comprometimento das sociabilidades e cooperações desenvolvidas em torno do trabalho, bem como por migrações relacionadas ao comprometimento das condições de vida.

Na dimensão temática de Práticas culturais, religiosas e de lazer (Seção 3.2.1.4) foi discutido como a perda de espaços com o rio, mar, mangues, matas, praias suprime lugares de relação entre pessoas e ambientes que eram propiciadores de lazer e uma série de práticas ligadas à tradicionalidade e identidade das populações atingidas do Litoral Norte do Espírito Santo. Ocorre que a perda desses espaços caros à população local também acarreta em prejuízos às relações sociais. O medo de contaminação, ao afastar as pessoas desses locais, também afasta a comunidade entre si já que ela perde seus lugares de convívio familiar e social, como expõem as narrativas a seguir:

> N: A extensão dos efeitos sociais do rompimento da barragem na região de São Mateus foi grande. As atividades rotineiras sofreram muito, como: o convívio familiar, o convívio social e o lazer. Foram os principais danos e foi a percepção de risco que alterou as relações sociais.FGV_ILD_064

> D: Mudou as relações sociais e culturais da comunidade.FGV_ILD_064

> D: O convívio social a beira do rio e do mar foram alterados, os churrascos e banhos não existem mais.FGV_ILD_064

> N: Nosso lazer era o final de semana, ir para a praia, para o rio. Até mesmo o pescar. Tinha aquele momento do esporte. Fora que envolve também um turismo junto com o lazer. Pessoas que vinham de outra localidade, outro município. Pra nós era um momento de poder estar junto ao seu familiar no final de semana. O momento de poder sair da sua localidade e ir para outra praia, outra comunidade. Momento de tirar um sururu. Hoje nós não temos, hoje nós perdemos tudo isso.FGV_ILD_058

> D: Pescar também era um momento de estar junto com a família no final de semana.FGV_ILD_058

As populações atingidas também contam que por conta da perda desses espaços propiciadores de atividades lúdicas e de convívio, familiares e amigos deixaram de visitá-las. Atingidas e atingidos que participaram das oficinas conduzidas pela FGV contam com saudade do tempo anterior ao rompimento, quando recebiam visitas de familiares por habitarem localidades que atraíam turistas diversos, mas também amigos e família que desfrutavam dos atrativos locais. O medo da contaminação gera a perda de uma rotina social antes mais prazerosa e alegre, traz sentimento de falta de entes queridos.

> N: Antes, no tempo passado, vinha muita gente de fora, meus parentes, minhas tias, meus primos. Vinham tudo de fora os parentes da gente. A gente fazia aquela caranguejada, ia na praia, tomava banho, ia no rio. A gente mesmo ia lá e pegava e chegava toda molhada e ia cozinhar os caranguejos para eles. A gente comia bastante caranguejo. Era muito bom a vida antes. Levava para casa deles quando eles iam embora. Mas hoje, depois desse rompimento para cá, nem aqui mais os parentes não vêm. Nunca mais, eu tive distância de filho, de primo, meus irmãos, tia. Ninguém vem mais hoje, acabou aquela farrinha que nós tínhamos antigamente.FGV_ILD_078
>
> D: A família está desunida.FGV_ILD_078
>
> N: A casa da minha irmã era ponto de encontro entre família, e esses encontros ficaram cada vez mais raros. Quase que não acontece mais. Vinha pessoal de Minas, pessoal do Pará, nossos sobrinhos de Vitória. Aqui era um ponto de encontro anualmente.FGV_ILD_073
>
> D: A família toda se reunia anualmente, com as crianças, todo mundo, e depois do desastre houve um distanciamento.FGV_ILD_073

Outro sério problema relatado de maneira frequente, especialmente por mulheres, nas oficinas realizadas no Litoral Norte é a evasão de jovens da região após o rompimento da barragem. São muitos os relatos de como a falta de oportunidades econômicas locais ocasionada pelo desastre — já que houve prejuízos à pesca, turismo, comércio etc. (ver seções 3.2.1.2.7)— obriga a população jovem a procurar empregos fora da região. Essa evasão, forçada, não eleita, desestabiliza famílias, prejudica laços sociais, gera saudades e sentimento de tristeza.

> N: Os nossos jovens estão indo embora, não têm mais como ficar e trabalhar. Estão indo buscar melhores condições em cidades grandes como Vitória e Rio de Janeiro.FGV_ILD_064
>
> D: Os jovens estão indo embora em busca de condições melhores.FGV_ILD_064
>
> N: Com relação ao cotidiano e futuro, eu penso que teríamos que dar uma atenção especial para os idosos e jovens, pois os idosos não têm

> mais tempo, não temos essa Assessoria [Técnica Independente], o tempo vai passando. Os jovens faziam parte do núcleo familiar que complementava a renda e tiveram que sair do território, virou êxodo, pois não tem mais perspectiva. Aí acarreta tudo: saúde, educação, psicológico e o psicológico da família.FGV_ILD_064

> D: Os jovens tiveram que sair dos territórios e isso impacta a família.FGV_ILD_064

Para além dos jovens, há também diversas narrativas vindas de mulheres que demonstram como muitas delas, em especial mães, tiveram que deixar seu território de moradia em busca de oportunidades econômicas após o rompimento da Barragem de Fundão (cf. 3.2.1.2.7). Essas mães muitas vezes saem levando seus filhos e se afastando de seus companheiros. Trata-se de uma desterritorialização[63] que gera afrouxamentos e até rompimentos de laços familiares e sociais.

> N: Que eu comentei aqui de algumas mulheres. Muitas tiveram que sair, né. Pra procurar outras formas de trabalho, muitas levando seus filhos, sem o companheiro, aí já causa uma desestabilidade. Ir pra outra cidade, pra procurar outras formas de sustento mesmo, né?FGV_ILD_073

> D: Mulheres tiveram que mudar para outros locais em busca de novas possibilidades de sustento. FGV_ILD_073

> N: Famílias que tiveram que se separar, porque pra algumas pessoas não foi possível permanecer no lugar em que estavam. Desestabilizou, algumas tiveram que sair levando seus filhos.FGV_ILD_073

> D: As crianças também foram impactadas pela perda de referência do lugar em que viviam e que tiveram que sair.FGV_ILD_073

> D: Mulheres tiveram que mudar para outros locais em busca de novas possibilidades de sustento.FGV_ILD_073

> N: Antes tinha uma estabilidade, uma casa, tiveram que deixar tudo pra trás e ir em busca de outras oportunidades. Muitas delas com relacionamentos dilacerados e carregando seus filhos. Essas histórias me tocaram, de mulheres deixando a estabilidade que tinham e tendo que recomeçar, porque viram suas atividades econômicas se diluírem.FGV_ILD_073

[63] O termo é utilizado pela geografia em autores como Rogério Haesbaert (2004) e é também muito trabalhado em obras de Deleuze e Guatarri (1997 etc.). De maneira geral, a desterritorialização seria um processo forçado ou voluntário de perda de território, de fratura na relação com territórios que são físicos, mas também econômicos, simbólicos, sociais (HAESBAERT, 2004). A desterritorialização implica em perda de vínculos, em afastamento de espaços de afirmação material e imaterial (FERNANDES, 2008).

> D: Mulheres tiveram que mudar para outros locais em busca de novas possibilidades de sustento.FGV_ILD_073

> N: A mim chegaram muitas histórias de mulheres como a colega disse, a questão é muito mais séria do que pensamos. Ouvi muitas histórias de mulheres que ajudavam nas finanças da casa, com atividades de beleza, e depois perderam os clientes. Muitas histórias de mulheres que tiveram que recomeçar, ir embora etc.FGV_ILD_073

> D: Mulheres tiveram que mudar para outros locais em busca de novas possibilidades de sustento.FGV_ILD_073

Esse movimento forçado gera prejuízos diversos também às crianças que, acompanhando suas mães, podem demorar a se reestabelecer em um local socioeconomicamente seguro, demorar a reconstruir seus laços, suas referências de pessoas e lugares.

> N: Hoje as mães saem e levam seus filhos pra outras cidades, mas nem sempre conseguem se estabelecer na primeira cidade onde chegam, então as crianças acabam perdendo sua referência do lugar de onde ela estava, ela teve que sair. Então esse é o principal impacto que eu vejo na infância das crianças mesmo.FGV_ILD_073

> D: As crianças também foram impactadas pela perda de referência do lugar em que viviam e que tiveram que sair.FGV_ILD_073

> N: Algumas mulheres tiveram que deixar a estabilidade da casa que tinham para irem pra outras atividades, levando seus filhos. Isso trouxe um impacto também pra essas crianças.FGV_ILD_073

> D: As crianças também foram impactadas pela perda de referência do lugar em que viviam e que tiveram que sair.FGV_ILD_073

Tal movimento de desterritorialização traz interferências diversas no aprendizado e cotidiano escolar da criança, como será tratado mais detalhadamente na dimensão temática dedicada à Educação. Em busca de boas condições econômicas, as famílias nem sempre conseguem se estabilizar na primeira mudança, e o cotidiano das crianças perde, além de suas referências de paisagens, lugares, também sua rede de afetos, de parentela, de amizades, o que influencia em seu desempenho escolar.

A insegurança econômica, como é possível verificar, é forte fator gerador de instabilidades e conflitos sociais e familiares. Trabalhos e rendimentos dignos propiciam alimentação, saúde, redes de lazer também dignos. Com a perda de trabalhos e rendimentos ocasionados em especial pela impossibilidade da pesca, contaminação das águas e diminuição do fluxo de turistas ao Litoral Norte, perde-se também acesso a direitos básicos como boa alimentação, moradia, descanso, o que reverbera

negativamente na vida social familiar e comunitária. A insegurança econômica desestabiliza famílias e deteriora suas relações. O termo “estabilidade” é inclusive muito utilizado para definir a vida de antes do desastre, e sua perda é relatada como causadora de um esgarçamento do tecido social local.

> N: As interferências vêm de vários ângulos. Existia antes uma estabilidade, ao menos uma família que trabalhava em conjunto com um objetivo e que tinha um mínimo de garantia de retorno. Hoje essa falta de conseguir enxergar um horizonte acarreta em muitas coisas, espelha muito na família.FGV_ILD_073

> D: O trabalho também era momento de encontro da família e entre as famílias, e isso se perdeu.FGV_ILD_073

> D: Antes a família trabalhava junto e tinha uma garantia de estabilidade. Isso foi perdido.FGV_ILD_073

Muitas das narrativas trazidas até aqui foram ditas por mulheres, que também relatam a sobrecarga em que vivem desde o processo de rompimento da Barragem de Fundão. Como destacado nas seções acima, o cuidado com a família é processo que historicamente costuma recair sobre as mulheres. Foi relatado como essa sobrecarga suprime possibilidades e momentos de lazer dessas mulheres na Seção 3.2.1.4 dedicada às Práticas culturais, religiosas e de lazer. Há também seus efeitos nas relações estabelecidas entre elas e seus filhos, companheiros e companheiras, e demais familiares. A necessidade de mais cuidado por conta do desastre, seja por receio de contaminação, maior índice de doenças, desemprego, entre outras consequências, acarreta um cansaço a essas mulheres que incide em suas relações sociais. Há menos tempo para se dedicar aos filhos, mais preocupações, menos convívio prazeroso. Nesse sentido, é paradoxal perceber como a sobrecarga do cuidado gera convívios de menor qualidade e prejuízos às relações sociais.

> N: Qualquer cuidado de doença com outros familiares também leva à maior necessidade de dedicação das mulheres, com menos tempo isso pesa ainda mais.FGV_ILD_073

> D: O cuidado com os familiares já é feito pelas mulheres, e com mais tempo gasto para o trabalho, isso pesa mais.FGV_ILD_073

> N: Geralmente as mulheres é esse olhar do todo, da família, se tem parente próximo etc. Afeta toda a estrutura familiar, não só dos filhos. No caso da minha irmã aqui, meu pai foi acometido por um câncer, então ela tinha que se desdobrar nesse processo de arrumar outras coisas pra fazer [por ter perdido grande parte de seu trabalho], mas também cuidar dos familiares, que é um pai, um tio, que acaba gerando um desgaste maior pras mulheres.FGV_ILD_073

> D: O cuidado com os familiares já é feito pelas mulheres, e com mais tempo gasto para o trabalho, isso pesa mais.FGV_ILD_073

> N: A questão do aumento da jornada de trabalho acaba atrapalhando a relação entre mães e filhos, porque acabamos tendo um tempo reduzido pra nos dedicarmos a eles. Essa relação acaba diminuindo o contato. Acabamos deixando, não queria usar essa palavra, mas deixando meio que de lado pra se dedicar ao trabalho porque é uma necessidade imediata.FGV_ILD_073

> D: Aumento do tempo de trabalho das mulheres, que já têm jornada dobrada, diminui o tempo de convivência com os filhos.FGV_ILD_073

Somadas às perdas de lazer, sobrecarga de cuidado com a família e deterioração de muitas de suas relações sociais, está a perda de momentos de convívio e troca entre mulheres. A perda da possibilidade de pesca, aliada à diminuição do fluxo de turistas ao local retira de muitas delas suas atividades econômicas que, em parte, eram realizadas de maneira coletiva (cf. também Seção 3.2.1.2.1), com trocas de aprendizados, companheirismo, com conversas e desabafos, fortalecimento de laços de amizade. Sem essas atividades a rede social se enfraquece e leva junto com ela um suporte psicossocial que fortalecia essas mulheres. Há relatos, inclusive, sobre o fechamento de Associações de Mulheres criadas para dar suporte à produção e comercialização de produtos diversos. Hoje, quando ainda conseguem trabalhar com seus produtos, a produção dessas mulheres é realizada de forma individualizada, e não coletiva como antes do rompimento da barragem.

> N: Comercializamos no período que tem o maior fluxo de turismo, com a diminuição do recurso e do turismo, não tínhamos saída dos produtos então optamos em encerrar as atividades coletivas da produção da Associação [de Mulheres do Assentamento Paulo Vinhas e Comunidades Vizinhas] e ficaram somente as individuais.FGV_ILD_071

> D: Paralização dos investimentos coletivos da associação.FGV_ILD_071

> N: Às vezes conseguimos trazer algum curso de capacitação das mulheres. Na maioria das vezes essas reuniões têm um objetivo produtivo ou comemorativo. Hoje as atividades de produção *a priori* estão paralisadas, não estamos tendo produção coletiva, as mulheres estão trabalhando de maneira individual. Por "n" motivos, além da questão da lama, por outros motivos também.FGV_ILD_073

> D: O trabalho também era momento de encontro da família e entre as famílias, e isso se perdeu.FGV_ILD_073

> D: Havia encontros entre as mulheres para realizar atividades produtivas, e essa parte de produção coletiva está parada.FGV_ILD_073

O arrefecimento dos eventos e feiras por conta da diminuição do fluxo de turistas também é muito citado como responsável pela perda de espaços de convívios entre mulheres, já que muitos dos eventos eram organizados por elas. Essa mobilização em prol de um interesse comum as aproximava e fortalecia sua rede de convívio e ajuda mútua, prejudicada pelo desastre.

> N: Na nossa comunidade as atividades coletivas aconteciam mais quando tinha uma atividade externa, por exemplo: a participação em uma feira agrícola. Normalmente fazemos a comemoração do dia da mulher, uma atividade que envolve muitas mulheres, com as mulheres da comunidade e da associação. Mas na maioria das vezes é focado nas atividades externas, uma feira, em reuniões pra compartilhar experiências. Normalmente temos esse tipo de encontro, quando as mulheres se juntam para produzir ou trocar experiências.FGV_ILD_073

> D: As mulheres se reuniam para fazer os preparativos para receber os foliões, e agora enfraqueceu muito.FGV_ILD_073

> D: As mulheres se organizavam para levar produtos para as feiras agrícolas, e caiu muito.FGV_ILD_073

> N: Dos festivais, a gente fazia palestra, tinha o momento que era das mulheres. Na cozinha tinha várias pessoas que a gente colocava para trabalhar, que interagia. Que era futuro mesmo da comunidade.FGV_ILD_078

> D: O espaço de convivência da mulher mudou.FGV_ILD_078

As perdas econômicas, a diminuição do fluxo de turistas e o enfraquecimento de feiras e eventos gera outra consequência relacionada à rede de relações sociais da região: prejuízos às redes de troca e doação antes fortemente estabelecidas (ver também Seção 3.2.1.2.8). Atingidas e atingidos que participaram das oficinas organizadas pela FGV contam como havia uma prática costumeira de doação de alimentos para outras famílias, para os mais velhos e para a execução de eventos. Com menos renda, essas doações cessam ou se enfraquecem, já que agora, pela escassez, ou esses produtos são necessários ao sustento da própria família ou são tratados como contaminados e não mais consumidos. As trocas antes realizadas, (já tratadas nas seções 3.2.1.2.8 e 3.2.1.4.1) também sofrem com a falta de produtos. Tudo isso esgarça um tecido de relações de ajuda mútua, que criava e fortalecia laços. As vidas das pessoas atingidas hoje se tornaram mais individualizadas, já que lhes foi tirada uma interdependência saudável e por elas construída.

> N: Os pescadores que vinham do mar, que tinha uma renda com o mar e tinha menos gastos, muitos deles ajudavam outras famílias, eles chegavam e distribuíam. Hoje ele não consegue mais fazer essa ajuda, essa doação da mistura com o peixe que não tem tanto valor. E acaba

> atingido a alimentação. Hoje você vai na feira e vê ele vendendo o peixe que antes era doado.FGV_ILD_077

> D: Alimentação das famílias que recebiam doação de peixe (mistura) foi prejudicada.FGV_ILD_077

> N: Não conseguimos nem distribuir frutas para os parentes e amigos como antes, pois não tem mais essa fartura.FGV_ILD_063

> D: Não conseguimos mais distribuir frutas para os parentes e amigos.FGV_ILD_063

> N: As feiras eram momentos de confraternização e lazer. Era uma alegria, muito prazer de encontrar os amigos todas as quintas-feiras. O momento também era uma forma de mostrar o trabalho e as pessoas conhecerem a produção orgânica. A mercadoria que sobrava não voltava. O que não vendia, trocava entre os parceiros, fazíamos amizades.FGV_ILD_063

> D: Perdemos laços de ajuda e solidariedade entre as pessoas da comunidade.FGV_ILD_063

> N: O compartilhamento do pescado dos mais jovens com mais velho diminui, primeiro porque diminuiu a produção e aumentou a insegurança alimentar. Eu não vou dar algo contaminado pro meu próximo. Além dessa questão também havia a troca de pescado, o que acontecia em São Mateus e também na Barra, quando o barco chegava separava o que tinha mais valor comercial para vender e o que não tinha era distribuído para quem precisava ou com quem ajudava com servicinhos. Mas agora, com essa questão de contaminação, que o valor abaixou com os atravessadores, ele tem que vender tudo para complementar a renda.FGV_ILD_064

> D: Antes os peixes com menor valor comercial eram distribuídos na comunidade, agora tem que vender para complementar renda.FGV_ILD_064

O arrefecimento dos eventos prejudica sobremaneira a rede de convivialidade local. Somada à perda do lazer, há a perda dos encontros e relações em momentos de alegria, produtos de construção conjunta entre comunitários, como tratado mais detalhadamente na dimensão temática anterior, dedicada às Práticas culturais, religiosas e de lazer.

> N: Antes da chegada da lama existiam muitas confraternizações das comunidades. Os festejos, a família do meu ex-marido recebia os festejos em suas casas, eram os festeiros. Com a chegada da lama houve um abalo muito grande no encontro entre as comunidades, que era quase a nossa Disneylândia, né?FGV_ILD_073

> D: A família toda se reunia anualmente, com as crianças, todo mundo, e depois do desastre houve um distanciamento.FGV_ILD_073

> N: A pessoa que era responsável pela festa de um ano já passava o bastão pro outro. Aí a outra família já ia pensando o que fazer, o congo, o Ticumbi, as apresentações na frente das igrejas. Era uma coisa nossa, das comunidades, que agradava os turistas, mas era nossa, e eu sinto muita falta desse ambiente de encontro, de confraternização que a gente tinha.FGV_ILD_073

> D: Antes da chegada da lama tinha muita confraternização, festejos para os santos entre as comunidades e dentro das comunidades, e o desastre abalou muito.FGV_ILD_073

> N: A partir daqui a gente fazia outros momentos [de encontro] em outras comunidades, em outros quilombos. A gente fazia encontros de final de ano, de primeiro de janeiro, tinha uma agenda bem extensa ao longo do ano, e isso enfraqueceu muito.FGV_ILD_073

> D: Antes da chegada da lama tinha muita confraternização, festejos para os santos entre as comunidades e dentro das comunidades, e o desastre abalou muito.FGV_ILD_073

3.2.1.5.2 Aumento das tensões e conflitos nas relações sociais e familiares

Esse dano socioeconômico está relacionado ao surgimento e/ou ao aumento de tensões e conflitos sociais e intrafamiliares em razão de situações diversas reputadas ao desastre que suscitaram brigas e discussões entre colegas de trabalho, amigos, vizinhos, parentes e casais (dentre outras relações interpessoais) podendo ter levado, inclusive, à ruptura desses laços mediante inimizades e separações.

A desestruturação das redes de relações que eram mais integradas e harmônicas antes do desastre têm como consequência uma série de tensões e conflitos nas relações sociais e familiares locais. Há diversos relatos que contam como as perdas econômicas desestabilizam a comunidade de tal maneira que embates e hostilidades passam a ser mais frequentes no cotidiano. Há relatos inclusive de hostilização entre pais e filhos relacionada à falta de autonomia econômica e a um distanciamento gerado pelo fim dos trabalhos conjuntos de pesca. A perda de espaços de lazer também contribui para o aumento das tensões individuais e interpessoais, já que ele era também propiciador do descanso e liberação dessas tensões.

> N: O momento da chegada da informação, que chegou antes da lama, já trouxe pras relações dentro da Vila uma série de conflitos, e que se agravaram muito com a informação da contaminação sobre nossa vida, nosso rio, nosso pescado. O impacto sobre o imaterial é gigantesco, e chegou de uma forma muito dolorosa, porque chegou tirando o ganha-pão de todo mundo.FGV_ILD_072

> D: Conflitos entre comunitários quanto à confirmação e à aceitação da chegada da lama.FGV_ILD_072

> N: Mudou porque antes a família trabalhava junto. Marido, filhos. Se ia para pesca, ia todo mundo junto.FGV_ILD_078

> D: A família está desunida.FGV_ILD_078

> N: Na questão laboral, as mulheres, a partir do momento que perdem isso, começa os conflitos, tanto dentro de casa como na comunidade. Muitas pessoas vão embora. As que ficam não conseguem trabalho. Então gera esse tipo de conflito e aumenta a desunião na comunidade e dentro de casa. O medo da contaminação mudou o comportamento dentro de casa, não tem mais lazer, esporte. Não tem mais.FGV_ILD_078

> D: A família está desunida.FGV_ILD_078

> D: Aumento de conflitos dentro de casa.FGV_ILD_078

O aumento das tensões e afastamento das pessoas entre si acarreta também mais relatos de alcoolismo, uso de drogas e violência doméstica, com maior impacto da violência e dos conflitos sobre as mulheres. A perda de autonomia econômica associada ao processo em curso de reparação, que será tratado à frente, na seção dedicada à Processo de reparação e remediação (Seção 3.2.1.8), aumentam sobremaneira os problemas sociais na região.

> N: Houve aumento de violência doméstica e do índice de alcoolismo.FGV_ILD_064

> D: Impacto nas pessoas, como o aumento do alcoolismo e uso de drogas.FGV_ILD_064

> N: Teve gente que morreu de alcoolismo. Fomos avisados lá trás que isso ia acontecer nas comunidades, que a Fundação Renova e as empresas iam fazer tudo errado e causar desavenças nas comunidades como em Regência.FGV_ILD_079

> D: O pagamento de indenização gera desavenças na comunidade.FGV_ILD_079

Os danos no Litoral Norte do Espírito Santo, advindos do processo em curso de reparação, conduzido pela Fundação Renova e também pelo juízo da 12ª Vara, serão trabalhados de maneira mais detida na dimensão temática a ele destinada (Seção 3.2.2.9). Contudo, dentre as narrativas coletadas no território em questão e que versam sobre danos à rede de relações sociais local, a maioria é voltada a uma série de tensões, conflitos e violências sociais e familiares ocasionadas pelo processo em curso de reparação. Diversos relatos tratam dos conflitos entre casais que reverberam em

separações, violência doméstica, machismo. Mulheres atingidas contam que o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), distribuído pela Fundação Renova, é na maioria das vezes destinado aos homens. As mulheres passam então a ser consideradas como "dependentes", apesar de terem suas profissões antes do desastre. Essa situação, a ser detalhada na seção dedicada ao Processo de reparação e remediação, gera vulnerabilidade e efetivamente dependência das mulheres para com esses maridos, o que acarreta conflitos diversos como demonstra a narrativa a seguir:

> N: As mulheres foram as que menos receberam. E aquelas continuam sofrendo a humilhação do marido. Que o dinheiro é dele, machista, que não quer dar. O dinheiro é para aquilo, não posso gastar nisso.FGV_ILD_078
>
> D: Aumento de conflitos dentro de casa.FGV_ILD_078

Os relatos de separação de casais por conta de brigas relacionadas às consequências do desastre são inúmeros. Há também diversos relatos de violência relacionados ao processo em curso de reparação:

> N: Hoje, minha filha, tá tudo desunido! Esse negócio da Samarco trouxe uma desunião. Esse negócio de cartão da Samarco, briga, separa, já não tem mais, cada um por si. Antes era isso tudo abraçadinho, lutando junto. Esse danado da Samarco fez isso com as famílias, com os casais.FGV_ILD_078
>
> D: Processo de reparação causa conflito.FGV_ILD_078
>
> D: A família está desunida.FGV_ILD_078
>
> N: Eles tão falando que agora, depois que recebeu indenização começou homem separar de mulher, mulher separar de homem, é verdade. Tem gente que ficou em depressão que não recebeu, ficam preocupados se vão receber, quando vão receber.FGV_ILD_077
>
> D: Após o recebimento das indenizações as relações conjugais foram prejudicadas.FGV_ILD_077
>
> N: Inclusive tinha uma [amiga] que recebeu também, aí separou do marido, é aquela implica dentro de casa. Mudou muita coisa dentro de casa. Muitos levaram à separação.FGV_ILD_078
>
> D: Aumento de conflitos dentro de casa.FGV_ILD_078

Para além da relação entre casais, a maneira como a reparação vem sendo conduzida até os dias atuais gera desavenças e conflitos diversos entre familiares, vizinhos, pessoas da mesma comunidade ou da mesma profissão. Com frequência é relatado que as incertezas e a falta de transparência nos critérios para recebimento de valores

reparatórios e compensatórios são o principal fator causal de conflitos. É comum também que participantes das oficinas relembrem o tempo anterior ao desastre como de mais união, confiança, carinho entre os moradores de seu território. Muitas inimizades e discórdias foram geradas, o que enfraquece as comunidades, gera violências, doenças, suprime redes de apoio e cuidado.

> N: Muitas famílias, muitas separações. A desunião acabou ocorrendo nas nossas comunidades. Acabou que mexeram muito com a vida do ser humano. Acabou que o convívio com outra pessoa que tinha antes acabou sendo mudado demais. Acabou por a pessoa não confiar no outro. Na nossa região aqui, todos se conhecem, de chegar, se cumprimentar, se abraçar, estar junto, brincando, sorrindo. Chegou um certo tempo, antes mesmo da pandemia entrar, as pessoas não tinham aquela amizade mais, não tinham aquele carinho. Acabou separando, desunindo. A pessoa achar que só tem que brigar por si próprio, não tem que brigar pelo outro. Entrou muitas fofocas, pessoas querendo fazer desavença. É um achar que o outro está desfazendo. Um querendo prejudicar o outro. Aquele carinho, aquele amor que existia, acabou de uma forma. Uns achando que não somos mais iguais, que somos desiguais. Mexeu muito com a cabeça das pessoas aqui. Uma acabou perdendo mais do que outra, outro recebeu mais do que o outro. Porque a Fundação Renova chegou e fez isso, dizer que um tem mais direito do que o outro, sendo que nós somos uma mesma classe. Nós nunca passamos por isso. A Fundação Renova acabou colocando um contra o outro. Ocasionou desunião dentro de uma família, dentro de uma comunidade, entre amigos. Tudo isso acabou ocasionando. É complicado, porque mexe muito com a cabeça da gente. Depois a gente fica tentando entender. Não tínhamos isso, fazendo inimizade com a família, com os amigos. É muito complicado.[FGV_ILD_058]
>
> D: Desunião nas comunidades e entre comunidades.[FGV_ILD_058]
>
> D: Aumento de conflitos familiares.[FGV_ILD_058]
>
> N: Hoje tá péssimo, ninguém pode estar mais unido, hoje é desunião. Inclusive, é filho contra mãe. Ficando todo mundo de mal por causa da situação que tá vivendo. Hoje é agressão, é tudo isso que trouxe. Era a maior união. Discórdia que trouxe hoje.[FGV_ILD_078]
>
> D: Aumento de conflitos dentro de casa.[FGV_ILD_078]
>
> D: A família está desunida.[FGV_ILD_078]
>
> N: Pessoa que está em uma categoria, que era para receber daquela categoria, está recebendo por outra categoria um valor exorbitante, altíssimo. E o outro que tem direto naquela categoria, que ele realmente exerce. "Poxa, porque eu não recebi nessa categoria, que eu sou impactado, eu sou atingido." Aí tudo isso tá gerando esse conflito. Aí é parente que já não vem mais. "Que fulano recebeu e eu não tive direito." "Eu não recebi esse valor, era para mim receber." É aonde está virando esse transtorno todo.[FGV_ILD_078]
>
> D: Processo de reparação causa conflito.[FGV_ILD_078]

> D: Falta de reconhecimento por todos os danos sofridos.FGV_ILD_078

> N: Geraram muito conflito, muitas famílias se desestruturando. Desavenças famílias. Quem já recebeu briga pelo que foi recebido, quem não recebeu briga para receber. O maior prejuízo está na desagregação da família, pois primeiro Deus e depois a família. Se você atinge a família, favorece as empresas e prejudica os pescadores.FGV_ILD_079

> D: O pagamento de indenização gera desavenças na comunidade.FGV_ILD_079

Há pessoas atingidas que colocam o pagamento desigual de valores como uma estratégia justamente para gerar discórdias e desunião nas comunidades e em grupos sociais e, assim, impedir lutas coletivas e fortalecedoras.

> N: Entendo como estratégia do capital essa pulverização das indenizações, deixando a sociedade com seus conflitos depois, porque não vai reparar o dano, e não tem uma expectativa muito melhor do que isso em relação ao trabalho que está sendo feito de reparação de danos. O trabalho de vocês pode nos dar um pouco de luz sobre o que aconteceu com todos nós. Se a gente tiver a devolutiva de vocês, que seria muito importante, muito bacana, talvez nos faça mais bem do que as indenizações.FGV_ILD_072

> D: A pulverização das ações não resolve e cria mais conflito.FGV_ILD_072

> D: O maior prejuízo está na desagregação das famílias.FGV_ILD_072

> N: O povo vem aqui para dividir o assentamento, mas nunca para somar. Só vem para promover a divisão, a desunião e tempestade. Isso porque houve pressão popular muito forte. O MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra], os pescadores sindicais se mobilizaram e fizeram bastante pressão. Repercutiu tão forte que agora está chegando essa migalha aqui para gente. Vai beneficiar os agricultores da região toda e quem sabe aí para o futuro a gente consiga uma ascensão da categoria dos agricultores. Pessoas pobres que cultivam, mas que também não têm representantes. Deixei de trabalhar na minha roça para estar aqui nessa reunião de interesse coletivo. Parabéns para as mulheres da Associação [Associação de Mulheres Rurais do Assentamento Paulo Vinhas e Comunidades Vizinhas]. Participando aqui a gente cresce. A consciência cresce e ganhamos suporte. Ninguém se educa sozinho. Ninguém vive sozinho. Nos organizamos para buscar esse caminho novo aí.FGV_ILD_071

> D: Precisamos de união para superar esta situação.FGV_ILD_071

> D: A Samarco só apareceu por pressão e semeia muita discórdia nas comunidades.FGV_ILD_071

3.2.1.6 Saúde

Desastres provocam danos à saúde das populações atingidas por diversos mecanismos de natureza complexa e heterogênea que podem se manifestar ao longo do tempo e espaço, na saúde física e mental e no acesso aos serviços de saúde (MACHADO DE FREITAS et al. 2019; FGV, 2020m).

Nesta seção, as narrativas e danos enunciados em campo relativos à saúde são apresentados e discutidos a partir da noção de saúde firmada na Constituição Federal Brasileira de 1988 como um direito social fundamental à dignidade humana (BRASIL, 1988), não sendo limitada ao acesso a serviços médicos assistenciais ou medicamentos. Orienta-se também pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que vê a saúde como o completo desenvolvimento físico, mental e bem-estar social, que não restringe a saúde à ausência de doenças e sim ao estado pleno do ser em todos os aspectos da vida.

> A promoção da saúde foi definida na Carta de Ottawa como "o processo que permite às pessoas aumentar o controle e melhorar sua saúde. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, um indivíduo ou grupo deve ser capaz de identificar e realizar aspirações, satisfazer necessidades e mudar ou lidar com o meio ambiente. A saúde é, portanto, vista como um recurso para a vida cotidiana, não o objetivo da vida. Saúde é um conceito positivo que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Portanto, a promoção da saúde não é responsabilidade apenas do setor saúde, mas vai além de estilos de vida saudáveis para o bem-estar". (OMS, 2002)

Desastres podem afetar a saúde humana de forma desigual e de maneiras diferentes, com efeitos que variam de curto a longo prazo, a depender da característica do evento e da vulnerabilidade socioeconômica e ambiental do território (ALDERMAN e col., 2012 apud OPAS, 2014, p. 17). O desastre do rompimento da Barragem de Fundão, considerado um Desastre de Nível IV, acarretou em uma contaminação de metais pesados e resíduos sólidos ao ambiente fluvial e costeiro (ANA, 2015). A identificação de Elementos Potencialmente Tóxicos (EPT) em um ambiente justifica a elaboração de Estudos de Risco à Saúde Humana (ARSH) que permita identificar potenciais rotas e doses de exposição assim como estabelecer riscos à saúde para as populações expostas a tais contaminantes. Um Estudo de Risco à Saúde Humana elaborado pela empresa Ambios (2019) nas localidades de Mariana, Barra Longa e Linhares[64] apontou

[64] A empresa AMBIOS foi contratada pela Fundação Renova em 2018 para realização de estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH), a partir de previsão contida TTAC e de definições ocorridas no âmbito da Câmara Técnica de Saúde do CIF. O estudo previa três

para a presença de EPT nestas localidades e classificou os riscos de exposição para a saúde humana, como Riscos de categoria 1A — ou de perigo urgente para a saúde pública — para diferentes metais, incluindo para poeira domiciliar e solo superficial, em Mariana e Barra Longa chumbo, zinco, cobre, níquel e cádmio, e para Linhares os metais cádmio, zinco, arsênio, chumbo e antimônio. Porém, mesmo com estes resultados indicando situação de risco para os habitantes nestas localidades não foi possível realizar estudos similares no restante da bacia do Rio Doce, devido à judicialização, por parte das empresas, dos resultados apresentados (FGV, 2020g). A falta de levantamento de dados primários sobre os efeitos do desastre na saúde humana ao longo de toda área atingida impede que haja conhecimento preciso acerca das reais consequências e riscos que a população atingida está exposta desde o rompimento. Essa falta de informações, que será aprofundada na Seção 3.2.1.8 se reflete na dificuldade de planejamento por parte do poder público e inação das empresas responsáveis pelo desastre em relação à saúde, bem como na inexistência de planos e ações alinhados às necessidades das populações envolvidas. Ainda, gera medo, sofrimento, insegurança e ansiedade em atingidas e atingidos.

Mesmo diante dessa dificuldade, a partir da bibliografia disponível e dos estudos realizados, é possível afirmar que existem riscos reais de danos à saúde decorrentes do desastre (FGV, 2020g). Isso se dá em especial pela disponibilização de EPT no ambiente, conforme tratado em 3.2.1.1. Os metais e semimetais são contaminantes perigosos em diferentes compartimentos ambientais por não serem degradados, com isso, podem passar por transformações e resultar em novas substâncias capazes de serem assimiladas por diferentes organismos, tornando-se biodisponíveis (AMBIOS, 2019) e podendo ser acumuladas por indivíduos, intensificando doenças existentes ou mesmo gerando intoxicações crônicas em decorrência da exposição prolongada. Assim, podem acarretar danos ao funcionamento de sistemas e órgãos como cérebro, fígado, ossos e tecido adiposo (RADICCHI e LEMOS, 2009; MUNIZ e OLIVEIRA-FILHO, 2006).

Estes elementos contaminantes ainda são passíveis de sofrerem o fenômeno de bioacumulação — processo de acumulação crescente de substâncias químicas em organismos vivos na medida que subimos na cadeia trófica. Portanto, nos diferentes organismos vivos que habitam em um ambiente, as concentrações de metais tendem a

fases de execução, a partir da análise da ARSH em diferentes locais da bacia, porém, apenas a primeira foi realizada. Nela, previa-se a apresentação dos resultados dos municípios de Mariana (MG), Barra Longa (MG) e Linhares (ES). Em 2019, conforme acordado em contrato, foi entregue separadamente relatório com os resultados obtidos para os dois municípios de Minas Gerais, e após, para Linhares (AMBIOS, 2019). Porém, devido à judicialização do eixo de Saúde e dos resultados do próprio estudo por parte da Fundação Renova, os trabalhos da AMBIOS ficaram suspensos.

ser maiores que no ambiente. As substâncias com tendência à bioacumulação atingem concentrações crescentes à medida que o nível trófico avança na cadeia alimentar (CHOJNACKA e MIKULEWICZ, 2014).

A fim de explicitar as relações entre EPT, sejam disponibilizados e/ou redisponibilizados pelo evento do desastre e a passagem da lama de rejeitos de minérios, e os sintomas relatados pelas pessoas ouvidas pela FGV, para organização deste capítulo utilizaram-se as noções de exposição e agravo. Exposição, na saúde, se refere aos fatores de risco aos quais determinado indivíduo ou comunidade podem estar expostos (PEREIRA, 2004)[65], a exemplo da presença de EPT no ambiente. Agravo, segundo a Portaria nº 204/2016 do Ministério da Saúde, é:

> I — agravo: qualquer dano à integridade física ou mental do indivíduo, provocado por circunstâncias nocivas, tais como acidentes, intoxicações por substâncias químicas, abuso de drogas ou lesões decorrentes de violências interpessoais, como agressões e maus tratos, e lesão autoprovocada;

Os agravos identificados nas narrativas serão abordados nas próximas seções 3.2.1.6.1 e 3.2.1.6.2 Em relação à exposição, destacam-se o contato das pessoas atingidas com a água, sedimentos e alimentos que podem conter elementos contaminantes.

A água é uma das fontes primordiais por onde os EPT foram disponibilizados. Atingidos e atingidas manifestam a piora ou o agravamento da saúde após o carreamento da lama de rejeitos, a partir do contato direto com o Rio Doce e com o mar, outros rios, mangues, estuários e lagoas, em momentos relacionados às atividades de trabalho, práticas culturais e lazer; e do contato para uso doméstico da água que chega às residências, seja via rede geral de abastecimento ou daquelas extraídas de mananciais subterrâneos (por poços, cacimbas etc.)[66].

---

[65] A exposição a fatores de risco pode ser dividida em: "Exposição Aguda: Contato de um ou vários indivíduos rápida e intensa a determinado fator/agente ou a determinados fatores de risco; Exposição Intermitente — Contato que vai e volta, que ocorre periodicamente, em pulsos no tempo; Exposição Reiterada — Contato que ocorre repetidamente, de forma sistemática ou contínua; Exposição Múltipla — Contato com muitos fatores, exposição concomitante ou próxima de vários fatores/agentes causadores de agravos à saúde (fala-se geralmente dos riscos ocupacionais)" (PEREIRA, 2004, p. 17)

[66] O Lactec elaborou Parecer Técnico com avaliação da água bruta e para o consumo humano à luz dos padrões de qualidade estabelecidos no Brasil, tendo em vista as alterações ambientais decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão (INSTITUTO LACTEC, Parecer n. 25, 2019). O estudo, porém, não abrangeu todos os municípios atingidos do litoral capixaba, tendo obtido resultados apenas para Linhares na RECM. Mesmo assim, os dados existentes para esse município não foram suficientes para realizar todas as análises realizadas ao longo da bacia, a exemplo dos dados para avaliação das desconformidades em relação à água para o consumo humano, pois não havia laudos de qualidade da água disponíveis para estes sistemas de abastecimento por parte da Fundação Renova, apesar de Regência ter sido

Na RECM do Espírito Santo a lama de rejeitos[67] provocou alterações na qualidade das águas, e segundo o Instituto Lactec (2021b, p. 506), em diagnóstico sobre os danos socioambientais do rompimento da barragem, o dano de maior importância para os ambientes costeiros e marinhos foi o aumento da concentração de EPT na água, além de outras desconformidades encontradas, como o aumento da concentração de sólidos (indicado pela turbidez) e redução das concentrações de oxigênio dissolvido.

A região costeira e marinha recebeu e continua recebendo os rejeitos oriundos do desastre, sendo que a pluma de rejeitos pode se movimentar e ser transportada para regiões adjacentes ao longo do tempo[68]. Poderá permanecer no fundo do mar, mas a depender das condições do ambiente, parte do material será redisponibilizado periodicamente para a coluna d'água.

Apesar da relativa melhora das concentrações de grande parte dos EPT na água com o passar do tempo após o rompimento (INSTITUTOS LACTEC, 2021b), foi constatado que em períodos de intensa precipitação os valores encontrados para os parâmetros de qualidade da água tornam a piorar na RECM, o que está ligado à remobilização do material depositado em margens, ilhas, planícies de inundação, estuários e fundos de rio e do mar, que culminam no aumento da turbidez da água e da concentração de metais como alumínio, ferro, manganês e arsênio durante as épocas de cheias (INSTITUTOS LACTEC, 2020).

---

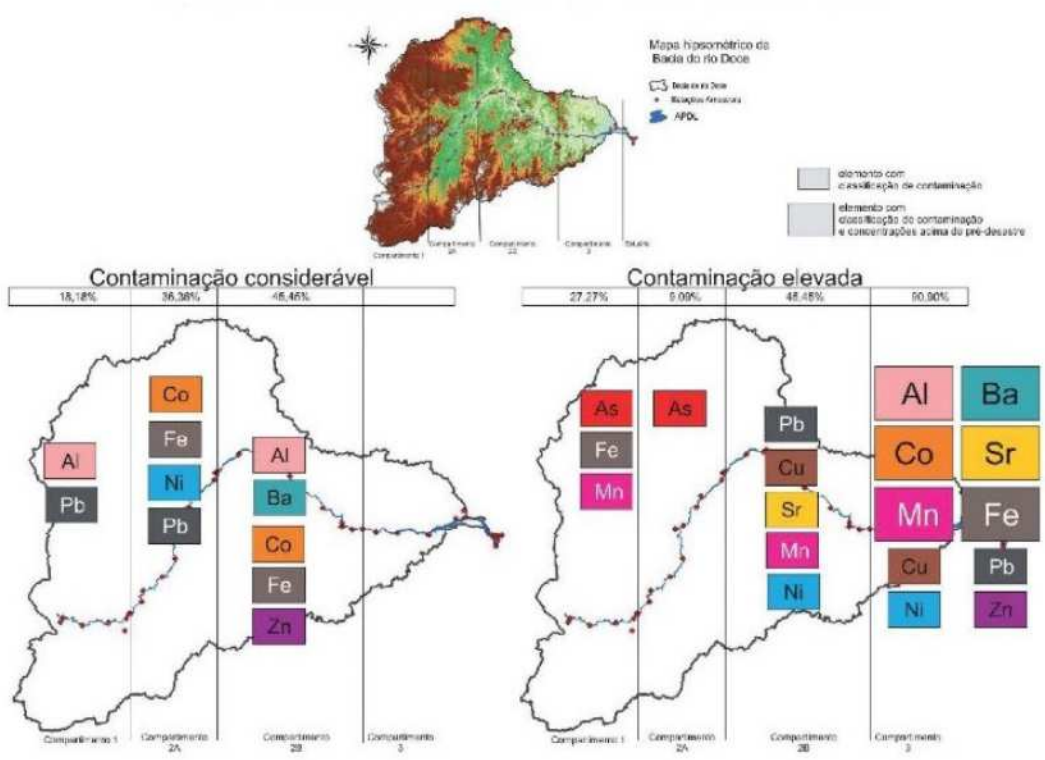
um dos locais que teve o abastecimento de água suspenso quando do rompimento da barragem. Já em relação à água bruta, o estado do Espírito Santo não realizava, antes de 2015, análises que contemplassem a presença de metais e semimetais. Assim, foram utilizados dados produzidos pelo Sanear Colatina para as comparações no município de Linhares, que indicaram, ainda em 2018, desconformidades para o chumbo em 8% do tempo monitorado. Também no município, à luz dos padrões de qualidade determinados em legislação federal, entre novembro e dezembro de 2015 registrou-se desconformidades para os EPT manganês total, alumínio dissolvido, ferro dissolvido, chumbo total, cobre dissolvido e cromo total. Com o passar do tempo, essas desconformidades foram diminuindo, e em 2018 mantinham-se desconformidades para o manganês total, alumínio dissolvido, ferro dissolvido e chumbo total, porém, em quantidades inferiores ao período pré-desastre. Em relação à turbidez, a não conformidade continuava mais elevada em comparação com os dados anteriores ao rompimento da barragem.

[67] A lama de rejeitos minerários proveniente do rompimento da Barragem de Fundão atingiu a costa do Espírito Santo no dia 21 de novembro de 2015, após percorrer todo o curso dos rios, alterando os aspectos qualitativos das águas na região costeira. Essa pluma de rejeitos se dispersou no mar ao longo das adjacências da foz do Rio Doce e a sua intensidade variou, tanto latitudinalmente quanto longitudinalmente, dependendo de vários fatores, como a vazão do Rio Doce, ventos, correntes e direção de ondas (ICMBio, 2017 apud INSTITUTO LACTEC, 2021b, p. 47).

[68] A Lactec realizou monitoramento dos danos por meio de coletas amostrais delimitadas ao sul e ao norte da foz do Rio Doce, cujas estações amostrais foram alocadas de acordo com compartimentos do ambiente marinho, sendo os compartimentos 5-A, 5-B1, 5-B2 e 5-C dispostos em até 22 km da foz e os compartimentos 5-D, 5-F e 5-E dispostos no raio superior a 22 km da foz (INSTITUTO LACTEC, 2021, p. 46).

Assim como na água, amostras de sedimentos fluviais coletadas ao longo de toda a bacia do Rio Doce durante o período das cheias de 2020 demonstram a presença de contaminação elevada de metais e semimetais nesses sedimentos (Instituto Lactec, 2020x).

Figura 16 — Síntese dos elementos alterados presentes nos sedimentos fluviais



Legenda: Compartimento 1: refere-se à região entre a Barragem de Fundão e a UHE Risoleta Neves; Compartimento 2ª: segmento entre a UHE Risoleta Neves até a UHE Baguari; Compartimento 2B: que compreende o segmento entre a UHE Baguari até a UHE Mascarenhas; e Compartimento 3: inicia na UHE Mascarenhas e finaliza no início da região estuarina do Rio Doce, no estado do Espírito Santo.

Fonte: Instituto Lactec (2020x, p. 291).

Como apresentado na Figura 16, no compartimento 3 do estudo, que abrange parte da área da RECM[69], não são encontrados elementos com contaminação considerável, porém, é o compartimento mais afetado pela contaminação elevada, com alta presença de alumínio (Al), bário (Ba), cobalto (Co), estrôncio (Sr); manganês (Mn); ferro (Fe);

[69] O compartimento 4 (ambiente marinho) não foi analisado em conjunto com os outros pela baixa disponibilidade de dados disponíveis pré-desastre e alta variabilidade natural da granulometria dos sedimentos na região. O estudo identificou os EPT alumínio, arsênio e manganês em concentrações acima dos limites de referência (AET ou nível 1 da Resolução CONAMA Nº454/2012) na região marinha adjacente à foz do Rio Doce; e concentrações mais elevadas de alumínio, ferro e manganês nos compartimentos mais próximos à foz do Rio Doce (INSTITUTO LACTEC, 2020x).

cobre (Cu); chumbo (Pb); níquel (Ni) e zinco (Zn). Destaca-se que as concentrações de Al, Ba, Co, Fe, Sr e Mn ficaram acima do máximo histórico.

Adicionalmente, devido ao extenso tempo de residência dos elementos químicos, uma vez disponibilizados no meio ambiente, os EPT tendem a permanecer como contaminantes em diferentes espécies químicas, circulando, incorporando e se acumulando nos diferentes compartimentos ambientais e ao longo da cadeia trófica (INSTITUTOS LACTEC, 2021, p. 45).

A presença e aumento de EPT na água e sedimentos também implicou no aumento de EPT em organismos zooplanctônicos[70], especialmente em amostras obtidas mais próximas da foz do Rio Doce entre 2016 e 2018, sendo as maiores concentrações encontradas de arsênio, cromo, ferro e manganês. Também na região de Abrolhos (ao norte da foz do Rio Doce), foram encontrados elevados níveis de bioacumulação de alguns metais, especialmente arsênio, cromo, ferro e chumbo (INSTITUTOS LACTEC, 2021b, p. 128-129).

Estudo realizado por ICMBio (2016) identificou a presença de metais pesados (arsênio, cádmio, cromo, cobre, ferro, manganês e chumbo) na água, na macrofauna associada ao sedimento (zooplâncton) e em tecido muscular de pescados (peixes e crustáceos) em diferentes pontos da região de influência da foz do Rio Doce (foram estabelecidos pontos de coletas ao sul, desde a área compreendida entre a Costa das Algas até o Parque Nacional de Abrolhos, ao norte).

Nas amostras de água foi detectado que em muitos casos as concentrações de elementos contaminantes estavam acima dos limites permitidos[71]. Foram detectadas concentrações de arsênio total acima daquela permitida na legislação vigente em todos os pontos de coleta das diferentes áreas avaliadas, e concentrações de chumbo total em praticamente todos os pontos de coleta. Além disso, foram observadas concentrações de cádmio total acima dos limites permitidos pela legislação vigente nos pontos de coleta com influência direta da foz do Rio Doce, bem como nos pontos de coleta da região de Barra Nova, em São Mateus. Por sua vez, concentrações de cobre

[70] O processo de bioacumulação de EPT pelo zooplâncton é fator de risco ao equilíbrio ambiental pelo potencial de biomagnificação, ou seja, acúmulo progressivo ao longo da cadeia trófica, partindo do plâncton e chegando inclusive ao ser humano. O zooplâncton contaminado por esses elementos é predado pelos peixes menores e planctófogos (por exemplo, anchova e sardinha) que, por sua vez, são predados pelos peixes maiores e carnívoros (por exemplo, atum) normalmente consumidos pelas pessoas, onde a concentração de EPT se torna maior (INSTITUTO LACTEC, 2021b).

[71] Limites definidos pela Resolução nº 357/2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) para as águas de Classe I71, que podem ser destinadas à recreação de contato primário; à proteção das comunidades aquáticas; e à aquicultura e atividade de pesca, conforme definido na Resolução CONAMA nº 274/2000 (ICMBIO, 2016).

dissolvido acima daquelas permitidas pela legislação vigente foram observadas nas amostras de água do ponto de coleta mais próximo à foz do Rio Doce, bem como daqueles pontos que se localizam ao Sul da foz do Rio Doce e que são mais frequentemente influenciados pela pluma originada a partir da foz. No que se refere à área de Abrolhos, houve contaminação da água além dos limites permitidos pela legislação vigente com cádmio total, chumbo total e cobre dissolvido.

Em relação à macrofauna, o estudo do ICMBio (2016) identificou que o padrão espacial de distribuição dos valores de bioacumulação corporal dos metais no zooplâncton coincide com o padrão espacial de distribuição dos níveis de contaminação da água observado para todos os metais analisados (à exceção do cobre), padrão este caracterizado por uma maior bioacumulação dos metais nos pontos de coleta mais próximos da foz do Rio Doce, seguindo gradiente decrescente em direção ao Sul e ao Norte da foz deste rio.

Os valores encontrados no estudo do zooplâncton coincidem com os padrões observados de contaminação da água e da bioacumulação dos metais analisados, indicando que os metais associados à pluma da foz do Rio Doce encontram-se disponíveis para assimilação pelo zooplâncton, organismos da base da cadeia alimentar, e consequentemente para transferência via direta para níveis mais elevados da cadeia (ICMBIO, 2016).

Assim, além da água e dos sedimentos, outra forma de exposição a contaminantes ou agentes relacionados a doenças é por meio da alimentação, neste caso pelo consumo de peixes e outras espécies aquáticas que estão em contato e se alimentam do zooplâncton. O estudo do ICMBio (2016) ainda verificou, nas amostras de músculo dos pescados analisados (crustáceos e peixes), que a maioria dos níveis de contaminação estão acima dos limites permitidos pela legislação vigente[72]. No caso dos crustáceos (camarões-rosa e sete-barbas), a frequência de contaminação do músculo com níveis de metais acima do limite permitido pela legislação vigente variou de 43 a 91% das amostras analisadas. Por sua vez, no caso das espécies de peixes analisadas (roncador, linguado e peroá), essa frequência variou de 25 a 100%. Cabe ressaltar que a maior parte das amostras analisadas foi obtida de animais coletados desde a Costa das Algas, ao Sul da foz do Rio Doce, até o ponto de coleta ao norte da foz do Rio Doce. Além disso, observa-se que as concentrações médias observadas no presente estudo são, de forma geral, superiores àquelas relatadas na literatura para algumas espécies

[72] Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), RDC nº 42, de 29 de agosto de 2013, que dispõe sobre o Regulamento Técnico MERCOSUL sobre "Limites Máximos de Contaminantes Inorgânicos em Alimentos".

de invertebrados e peixes da costa do Espírito Santo, as quais foram capturadas e analisadas anteriormente por outros pesquisadores brasileiros (ICMBIO, 2016).

Estudo realizado por Gabriel et al. (2020), que visava verificar hipótese de que haveria bioacumulação de metais e metaloides em espécies de peixes demersais (que vivem no fundo do mar) a partir do contato com os sedimentos estuarinos da foz do Rio Doce após o rompimento da Barragem de Fundão, confirmou resultado positivo em análise de espécies de bagre dois anos após o desastre. Foram encontradas concentrações mais altas de metais nesses sedimentos em relação a valores de base para o mesmo estuário, com destaque para arsênio, cromo, manganês e selênio, contaminantes também verificados em concentrações acima dos limites máximos permitidos para consumo humano nos tecidos hepático e muscular dos peixes. Tais resultados sugerem respostas fisiológicas ativas às fontes de contaminação e potenciais riscos à saúde humana.

Análises realizadas pelo Instituto Lactec (2019a) acerca da contaminação de pescados corroboram outros levantamentos realizados, indicando o aumento na concentração de EPT nesses organismos, com potencial risco à saúde humana.

> Nos resultados apresentados pelo Lactec, os elementos arsênio (As) e Hg [mercúrio] foram os que apresentaram as maiores concentrações, especialmente nos organismos capturados nas porções estuarina-marinha. No entanto, se comparado aos estudos de linha base, os elementos cromo (Cr), cobre (Cu), ferro (Fe), manganês (Mn) e zinco (Zn) estão com concentrações bastante elevadas, na porção continental, e os elementos cádmio (Cd), Cr, Cu, Fe, Mn e Pb, na porção estuarina-marinha. (INSTITUTOS LACTEC, 2019a, p. 3-4)

Em estudo específico realizado para avaliar a qualificação e quantificação de EPT (metais e semimetais) em pescado proveniente da área de proibição de pesca[73], o Instituto Lactec (2019b) corrobora resultados que apontam a alta concentração dos elementos alumínio, arsênio, cobre, ferro e zinco para o pescado em geral. Além de indicar que existem diferenças nas concentrações para os grupos taxonômicos avaliados, sendo os moluscos os que acumularam maiores concentrações para um maior número de EPT, seguidos de crustáceos e peixes (INSTITUTOS LACTEC, 2019,

[73] Por existirem muitas dúvidas quanto à contaminação e à viabilidade do pescado para consumo humano, especialmente porque várias das cidades acometidas pela passagem da onda de rejeitos tem a pesca como uma das principais atividades, tanto relacionada à subsistência como para geração de renda, por precaução, até que estudos mais conclusivos fossem desenvolvidos, a pesca foi legalmente interrompida pela Justiça Federal do Espírito Santo em 17/2/2016 (processo no 0002571-13.2016.4.02.5004 — 2016.50.04.002571-0), em uma faixa delimitada ao sul pela Barra do Riacho, no município de Aracruz, ao norte pela praia de Degredo, no município de Linhares, e ao leste até onde a plataforma continental alcança 20 metros.

p. 31). Segundo o estudo supracitado, para todos os grupos taxonômicos (moluscos, crustáceos e peixes) o arsênio esteve presente em concentrações elevadas, contudo chama atenção os crustáceos que apresentaram limite máximo violado entre 419 a 1.784%, ainda devendo ser considerado que nestes organismos foi quantificada exclusivamente em tecido muscular, ou seja, após a remoção total do exoesqueleto (carapaça, casca) e tais resultados poderiam ter sido ainda mais elevados se as análises tivessem sido realizadas em camarões com o exoesqueleto.

O estudo do Instituto Lactec (2019b) aponta que, se considerados os resultados de representatividade destes elementos para uma porção de 309 g, compatível com o hábito de consumo de pescado pela população local, os riscos à saúde humana são consideráveis, pois, para vários dos elementos os limites máximos diários são violados. E no caso de moluscos e crustáceos mesmo o consumo de uma porção menor (60 g) faria com que os limites diários de arsênio fossem superados.

Há poucos estudos disponíveis sobre a contaminação de organismos humanos decorrentes do contato com os rejeitos advindos do rompimento da Barragem de Fundão, contudo, pesquisa realizada pela toxicóloga Paulelli (2019) evidencia a presença de arsênio, manganês, níquel, mercúrio, alumínio, chumbo e cromo no organismo de pessoas que habitam as comunidades de Regência, Povoação e Campo Grande nos municípios de Linhares e São Mateus. Segundo a autora, que avaliou dados em relação à exposição externa e interna a elementos químicos, os níveis de metais pesados encontrados nos organismos das pessoas atingidas se devem provavelmente ao consumo de alimentos contaminados pela lama de rejeitos. Para a pesquisadora, "[...] os achados relacionados à presença mais elevada de elementos químicos tóxicos, como arsênio e níquel no sangue e urina, denotam a exposição mais acentuada dos participantes, provavelmente pelo consumo de água e alimentos contaminados" (PAULELLI, 2019, p.16). Já os resultados encontrados pela pesquisadora em amostras de cabelo indicam que houve aumento na concentração dos elementos químicos arsênio, manganês, níquel, mercúrio, alumínio, chumbo e cromo no segmento do cabelo referente a novembro e dezembro de 2015 (coincidente com o momento do rompimento da Barragem de Fundão), sendo que esses valores estão acima daqueles encontrados para os segmentos de cabelo correspondentes aos períodos anterior e posterior ao rompimento da barragem, retratando, portanto, maior contaminação no momento do desastre.

A FGV (2021g) realizou uma avaliação do impacto à saúde da população atingida a partir da análise de dados do Datasus. Foram avaliadas informações sobre agravos registrados entre 2005 e 2019 para 45 municípios atingidos pelo rompimento em

comparação com um grupo de municípios controle, não atingidos pelo desastre. No Quadro 6 são apresentados os agravos identificados nos municípios atingidos pelo desastre na bacia do Rio Doce, que apresentaram um aumento na variação de incidência em comparação com os municípios controle, e os agravos registrados durante as oficinas realizadas na RECM/ES.

Quadro 6 — Agravos identificados nos municípios em estudo

Grupo (DALYs)	Subgrupo de Doenças	Agravos identificados na bacia do Rio Doce	Agravos identificados em narrativas no território RECM/ES*
I	**A**. Doenças infecciosas e parasitárias	Diarreias; encefalites; tuberculose; meningites; hepatite A; malária; esquistossomose; leishmaniose; dengue; febre amarela	Diarreias; dor abdominal; febre; infecção bacteriana; náuseas; vômito.
I	**B**. Infecções respiratórias	Vias respiratórias superiores; vias respiratórias inferiores	
I	**C**. Condições maternas	Abortos	Crianças nascendo com deficiência
I	**E**. Deficiências nutricionais	Desnutrição proteico calórica	
II	**A**. Neoplasias malignas	Câncer de cervix; câncer de corpo de útero; câncer de ovário; câncer de próstata; câncer de rim; câncer de bexiga; câncer de laringe; câncer de boca e lábio; câncer de esófago; linfoma de Hodgkin; mieloma múltiplo; leucemia; outras neoplasias malignas; câncer de estômago; câncer de cólon e reto; câncer de fígado; câncer de pâncreas; câncer de traqueia, brônquios e pulmão; melanoma e outros cânceres de pele; câncer de mama	Câncer; contato com metais pesados.
II	**B**. Neoplasias benignas	Outras neoplasias benignas	
II	**C**. Diabetes	*Diabetes mellitus*	Diabetes
II	**D**. Transtornos endócrinos, metabólicos e sanguíneos	Hemoglobinopatías e anemias hemolíticas; transtornos endócrinos, imunes e sanguíneos	Ácido úrico; alteração alimentar; contaminação do sangue; dor nas juntas; obesidade; sangue com As
II	**E**. Transtornos mentais e comportamentais por abuso de substâncias	Transtorno depressivo; outros transtornos mentais e comportamentais; transtorno bipolar; esquizofrenia; transtornos pelo uso de álcool; transtornos pelo uso de cocaína; transtornos pelo uso de opiáceos; transtornos pelo uso de canabinoides; transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de alucinógenos transtorno psicótico; transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de fumo síndrome	Abalo psicológico; alcoolismo; angústia; ansiedade; depressão; desespero; desgosto; desmotivação; doenças da mente; drogas; falta de perspectiva; insônia; medo; pânico; preocupação; sofrimento; suicídio; tabagismo; transtorno emocional; tristeza

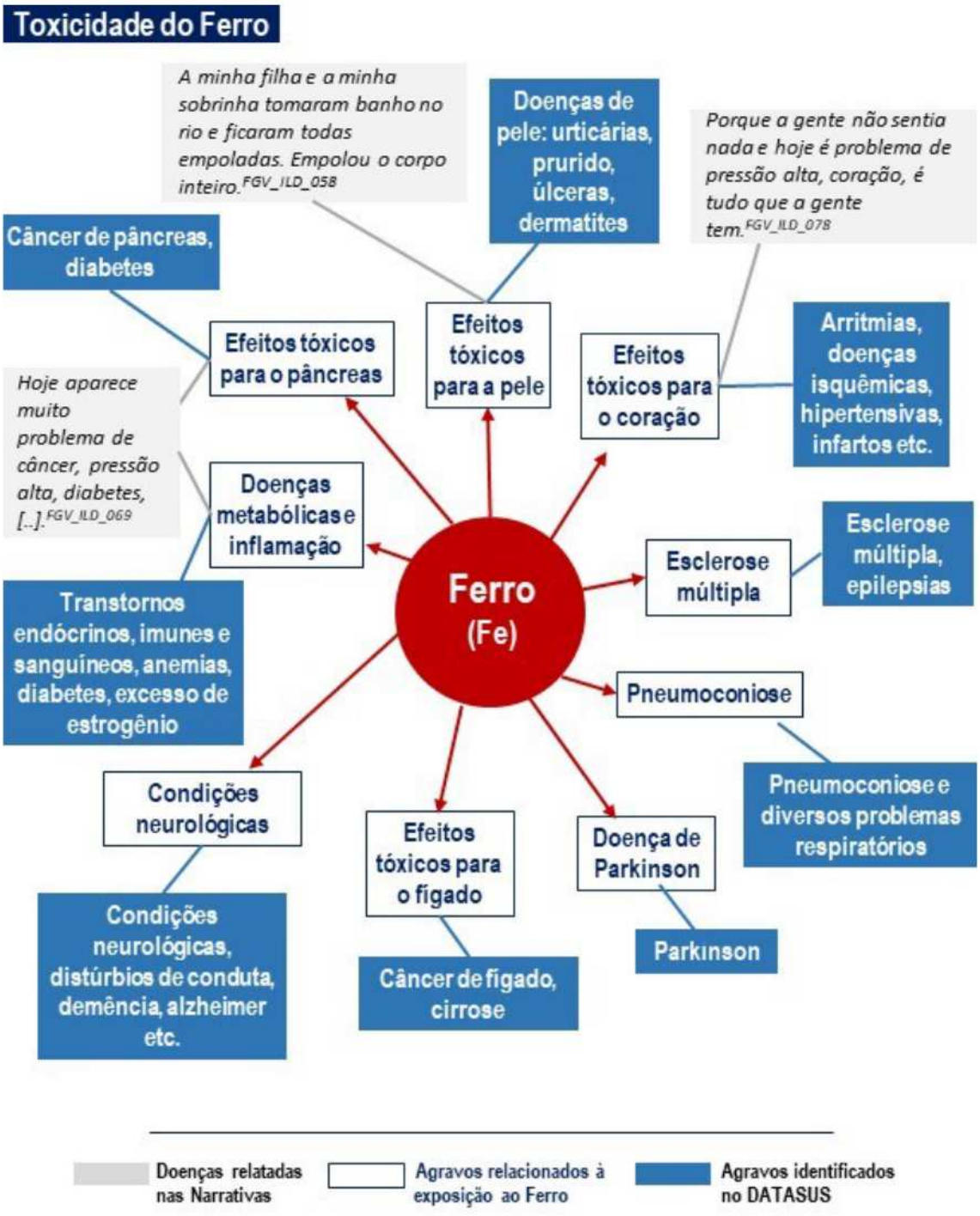
Grupo (DALYs)	Subgrupo de Doenças	Agravos identificados na bacia do Rio Doce	Agravos identificados em narrativas no território RECM/ES*
		de dependência; transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas; transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de sedativos e hipnóticos — síndrome amnésica; transtornos de ansiedade; transtorno da alimentação	
II	**F**. Condições neurológicas	Alzheimer e outras demências; outras condições neurológicas; epilepsia; enxaqueca	Desmaios; dor de cabeça; esquecimento; labirintite; nervosismo; problemas neurológicos; retardamento; tonteira; transtorno na mente
II	**H**. Doenças cardiovasculares	Infarto isquêmico	Aorta inchada; coração fraco; hipertensão/pressão alta; sedentarismo
II	**I**. Condições respiratórias	Outras doenças respiratórias; doença pulmonar obstrutiva crônica; asma; outras doenças respiratórias (doença intersticial); outras doenças respiratórias pneumoconioses;	Alergia; asma
II	**J**. Doenças aparelho digestivo	Úlcera; outras: cirrose; pancreatites	Dor abdominal
II	**K**. Doenças geniturinárias	Glomerulonefrite aguda; outras doenças crônicas renais	Dor na bexiga; dor nos rins
II	**L**. Doenças da pele	Doenças da pele (urticárias)	Alergia; bolhas no corpo; coceiras; irritação nos olhos; micose; problemas de pele; queda de cabelo
III	**A**. Causas externas não intencionais	Envenenamento; intoxicação benzodiazepinas; intoxicação (cocaína); envenenamento (intoxicação por Fe)	
III	**B**. Causa externa intencional	Violência interpessoal (violência física); violência interpessoal (agressão sexual)	Assaltos; conflitos entre comunitários; conflitos familiares; criminalidade; gravidez indesejada; problemas conjugais; prostituição infantil; violência doméstica

(1) Municípios RECM/ES: Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, São Mateus e Serra.

Fonte: FGV (2021g).

Nas Figura 17 e Figura 18 são representados os principais efeitos à saúde ligados ao ferro (Fe) e ao arsênio (As), alguns dos contaminantes encontrados em concentração elevada na RECM/ES a partir dos diferentes estudos mencionados, com destaque para dados encontrados em análises realizadas pela FGV a partir das bases de dados do Datasus (FGV, 2019c, 2019d) e com as narrativas registradas.

Figura 17 — Relação do ferro com agravos à saúde identificados em narrativas e com agravos identificados no DATASUS (FGV 2019c, FGV 2019d, FGV 2021g)



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 18 — Relação do arsênio com agravos à saúde identificados em narrativas e com agravos identificados no DATASUS (FGV 2019c, FGV 2019d, FGV 2021g)

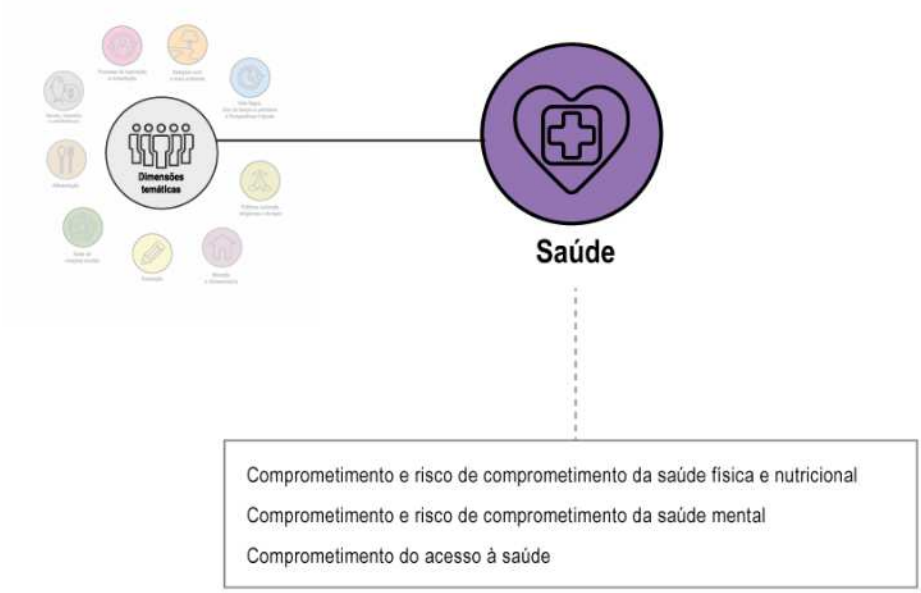


Fonte: Elaboração própria (2022).

As narrativas e danos enunciados em campo e alocados na dimensão temática Saúde apresentam uma gama de exposições, sintomas e agravos relacionados ao desastre, e estão agrupados em três formulações de danos socioeconômicos: (i) Comprometimento

e risco de comprometimento da saúde física e nutricional; (ii) Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental; e (iii) Comprometimento do acesso à saúde, conforme apresentado na Figura 19.

Figura 19 — Dimensão temática Saúde: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.1.6.1 Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional

Sofrem esse dano as pessoas atingidas que ficaram sujeitas ao risco ou desenvolveram doenças que comprometeram seu estado de saúde físico e nutricional após o desastre.

Em relação às alterações na saúde física e nutricional das pessoas atingidas pelo desastre nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, as narrativas colhidas nas oficinas tratam de menções a diferentes doenças e agravos que podem estar relacionados com os fatores de exposição como contato com a água, ingestão de água e pescados. Dessa forma, os danos percebidos pelas pessoas atingidas são apresentados em dois blocos: (i) Fatores de exposição indicados nas narrativas; e (ii) Doenças e agravos indicados nas narrativas.

Fatores de exposição indicados nas narrativas

Como apresentado na introdução desta dimensão temática, há muitas incertezas sobre a real extensão do desastre na saúde física das pessoas, bem como sobre os riscos aos quais as comunidades em foco estão expostas.

E ainda que não haja laudos que atestem sobre a real extensão do desastre sobre a saúde física dessas pessoas, bem como sobre os riscos aos quais as comunidades no Litoral Norte do Espírito Santo estão ainda expostas, é sabido que o uso do meio ambiente contaminado, bem como o consumo de pescado e de alimentos produzidos em um ambiente rico em EPT como cromo, níquel, chumbo, mercúrio, arsênio, selênio, entre outros, favorece o surgimento de agravos dos mais diversos[74] (FGV, 2019c; FGV, 2019d; FGV, 2021g).

As narrativas registadas durantes as oficinas realizadas nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus também expõe a insegurança com as condições ambientais de suas comunidades, principalmente no que tange à utilização dos mananciais, seja para fins de uso doméstico e consumo da água ou para fins de lazer, e ainda quanto a ingestão do pescado e de alimentos produzidos em solos contaminados ou irrigados com água contaminada. No que se refere às fontes de contaminação, a maior preocupação trazida pelos atingidos e atingidas diz respeito aos metais pesados disponibilizados e aos agravos que a longo prazo podem ser gerados.

> N: [...] A qualidade da água na nossa região está péssima, tem cheiro e tem gosto. Após o desastre tem um aumento da percepção do risco da contaminação envolvendo a água e que precisa ter um meio para ser evitado para preservar nossa saúde.FGV_ILD_064
>
> D: Alteração da cor da água.FGV_ILD_064
>
> N: A relação com ambiente e a percepção do risco em consumir o peixe, os mariscos, a água do poço é um fator de risco a saúde que vai acarretar um dano futuro. [...].FGV_ILD_064
>
> D: Medo de consumir o pescado e a água.FGV_ILD_064
>
> N: Tanto na saúde, como na água nossa. Que hoje usamos a ajuda do caminhão pipa, que o poço já não vale mais nada. A água está fedendo,

[74] Alguns dos estudos realizados pela FGV que atestam tal afirmação estão as **Diagnóstico de Saúde para os Municípios Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão. Análise de Dados dos Sistemas de Informação em Saúde do DATASUS: SIA e SINAN** — Volumes 1 e 2, e o **Diagnóstico em Saúde dos Municípios Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão, Mariana (MG), em 5 de Novembro de 2015: Estimativa de Anos de Vida Perdidos por Incapacitação**.

> lamenta, aquele minério por baixo, tudo preto de minério no cano.FGV_ILD_078

> D: Alteração na cor e gosto da água.FGV_ILD_078

> N: Hoje o pessoal já usa o mar com mais facilidade, mas o rio não está sendo nem utilizado pela maioria. A falta de informação deixou a gente com mais medo ainda. Não sabemos na real exatamente do que a gente tem medo. No início foi feito uma análise do rio Itaúnas e confirmado alguns rejeitos no rio Itaúnas. Hoje seguimos com medo, mas não sabemos do quê. O que já vem impactando na nossa saúde e que só veremos daqui uns anos. Entra essa questão novamente da falta de informação. Não sei se tem algum local que exista essa informação, mas não estamos sabendo.FGV_ILD_071

> D: A água do rio Itaúnas era muito boa.FGV_ILD_071

> N: A gente ouve que aumentou 100%, 50%, não sei quantos, e que a gente vai acabar recebendo isso pelo peixe que a gente come, porque às vezes o peixe tá contaminado, mas não o suficiente pra ele morrer. E a gente acaba ingerindo ele, e é bioacumulativo, né?FGV_ILD_077

> D: Preocupação com os efeitos de longo prazo na saúde pelo consumo de peixe e contato com a água com metais pesados.FGV_ILD_077

> N: A gente queria novos exames para saber como é que tá todo mundo agora. Já comeu bastante pescado, tomou bastante água. Porque nós tomamos água. Não tem condição de comprar. Muitos não fez e queria saber como está. Tem vez que dá problema. O psicológico, a noite não consegue dormir, rola noite e rola dia acordado pensando nisso.FGV_ILD_078

> D: Contaminação de pescado.FGV_ILD_078

O receio quanto a exposição, contaminação e agravos a longo prazo ainda são corroborados nas narrativas por meio dos resultados do estudo realizado pela toxicóloga Paulelli (2019), que evidencia a presença de arsênio, manganês, níquel, mercúrio, alumínio, chumbo e cromo no organismo de pessoas que habitam as comunidades de Regência e Povoação, no município de Linhares, e Campo Grande, no município de São Mateus. De acordo com a autora, os níveis de metais pesados encontrados nos organismos das pessoas atingidas se devem provavelmente ao consumo de alimentos contaminados pela lama de rejeitos.

> N: Esse exame que foi feito, foi a dra. Ana da USP que conseguiu para nós. Se não fosse ela nós não sabíamos de nada que tava acontecendo. Tirou água do lençol freático, tirou sangue, peixe, cabelo, urina, levou tudo. Até planta ela levou para fazer os exames. Esse exame era R$ 8.000,00. Como pode um pescador pagar isso? Não tem condições.FGV_ILD_078

> D: Faltam diagnósticos para acompanhamento da saúde física e mental.FGV_ILD_078

> N: Tem uma ausência da assistência social que não dá conta de atender as comunidades todas com essas demandas. Quando vai fazer exame que é por problema do rompimento da barragem, os médicos não reconhecem que é por esse dano. Tanto na parte psíquica, que eu já acompanhei um paciente que o psiquiatra falou, "não tem nada a ver com isso". Tá faltando exame para verificar a contaminação desses metais pesados e já se passou seis anos. Já fizemos alguns exames, fizemos em 2017, tivermos resultados em 2019. Mas nós queríamos fazer mais exames.FGV_ILD_078

> D: Faltam diagnósticos para acompanhamento da saúde física e mental.FGV_ILD_078

Doenças e agravos indicados nas narrativas

O conjunto de doenças e agravos mencionados nas narrativas foram classificados seguindo os capítulos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10)[75]. As narrativas atribuem um conjunto de agravos à saúde, devido ao contato contínuo com os metais pesados e demais EPT. As principais menções identificadas durante as oficinas se referem a agravos que se relacionam à: doenças infecciosas e parasitárias, neoplasias (tumores, câncer), doenças da pele e do tecido subcutâneo, condições neurológicas e doenças geniturinárias (doenças renais).

- **Doenças infecciosas e parasitárias**

Durante as oficinas realizadas no litoral Norte foram citados registro de diversas alterações e desequilíbrios ambientais, incluindo aumento de mosquitos, pragas e animais peçonhentos. Contudo, as narrativas não relacionaram o fato à incidência de doenças transmitidas por insetos.

Uma questão que contribui com o comprometimento da saúde física das pessoas atingidas, e que foi pontuada nas oficinas realizadas, foi um conjunto de alterações alimentares (aprofundadas na Seção 3.2.1.3) que, em última instância, refletem-se em problemas de saúde nutricional (potencialmente física e mental também, certo?). O pescado consumido, que sempre teve centralidade na alimentação dessas comunidades, foi apontado como causador de dores de barriga e diarreia e, consequentemente, trazendo dúvidas quanto à contaminação.

> N: Em relação à saúde, ficou muito difícil pra gente, enquanto comunidade, é a alimentação. A gente deixou de comer o alimento

[75]A classificação foi utilizada com base na apresentada na página do Datasus do Ministério da Saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. Morbidade Hospitalar do SUS — CID-10, [s.d.] Informações de Saúde. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sih/mxcid10lm.htm.

> saudável que é o peixe. O preço do peixe como peroá, pescadinha, baiacu, qualquer pessoa podia comprar e comer.[FGV_ILD_072]

> D: As pessoas nativas e pescadores deixaram de comer peixe depois do desastre.[FGV_ILD_072]

> N: [...] De um tempo pra cá ouvi dizer que a ostra voltou, eu fui lá pegar e já não era a mesma quantidade, fui comer e o gosto horrível, mesmo assim, com a vontade eu comi um pouco e me veio a dor de barriga e diarreia. Agora eu desisti de uma vez, todo o impacto que causou em nossas vidas. [...][FGV_ILD_064]

> D: Acabou a centralidade do peixe na alimentação e teve que buscar outras fontes de proteína.[FGV_ILD_064]

- **Neoplasias (tumores, câncer)**

Como apresentado no item que trata sobre exposição, são muitas as narrativas que apontam insegurança e medo de contato com os EPT, em especial os metais pesados por estarem associados ao desenvolvimento de doenças graves, entre elas o câncer.

Essa insegurança não é infundada, tendo em vista que o câncer é considerado uma doença multifatorial, uma vez que está ligada à combinação de fatores externos e genéticos que podem ocorrer de maneira simultânea e sequencial, contudo evidências indicam que fatores ambientais são os principais responsáveis pelo desenvolvimento de diferentes tipos de cânceres (WHO, 2011). Ainda somada aos resultados dos diagnósticos ambientais que apontam contaminação nos compartimentos ambientais e pescado ao longo do leito do Rio Doce e na região costeira do Espírito Santo, trazendo riscos à saúde humana (AMBIOS, 2019; INSTITUTOS LACTEC, 2020b; INSTITUTOS LACTEC, 2021a; INSTITUTOS LACTEC, 2021b).

Cabe destacar que, passados seis anos do rompimento da barragem e igual período de exposição pelas comunidades estudadas, existe tempo suficiente para relacionar a contaminação a alguns dos casos de câncer nestas populações.

Apesar de não haver estudos ou acompanhamentos voltados à saúde da população local, diversas narrativas apontam o receio do adoecimento e desenvolvimento de cânceres a médio e longo prazo pela exposição, além de já associarem o número crescente de casos nas comunidades como efeitos do desastre.

> N: [...]. O número de câncer aumentou muito e não sabemos se está relacionado à contaminação. E não passou, ainda acontece.[FGV_ILD_079]

> D: Não pesquisam nossa saúde para não ter que nos indenizar.[FGV_ILD_079]

> N: [...] A gente não sabe o que vem acontecendo, tem problema de estresse, de câncer, e a gente não sabe se tem relação. A gente queria um acompanhamento humano. A dona [nome da atingida] que vivia com a gente pegando um peixinho, um siri, ia comendo, morreu ontem, a gente não sabe se tem relação.FGV_ILD_077

> D: Pessoas perto da gente falecendo com essa indefinição da reparação.FGV_ILD_077

> N: Começou uma situação de doença aqui na comunidade em relação ao câncer. Não se via isso aqui na nossa comunidade. Isso são questões que o metal pesado acaba causando na saúde da gente. Passamos por isso, ainda estamos passando por isso. São pessoas com problemas na saúde, na saúde mental. São pessoas endividadas. Só quem passa sabe a situação que é.FGV_ILD_058

> D: Aumento dos casos de câncer.FGV_ILD_058

> N: [...] Mudou essa parte da água do banho de rio. Até o sabor do peixe já mudou. O medo de comer o peixe também. Igual eu falei lá atrás. Tenho medo de comer e causar câncer. A mente da gente fica preocupada. Agora a gente já deu aquela acostumada. Nós sofremos muito com isso também.FGV_ILD_071

> D: Medo de doenças como câncer.FGV_ILD_071

- **Doenças da pele e do tecido subcutâneo**

Relatos muito presentes nas oficinas apontam que as pessoas atingidas têm experienciado alterações cutâneas quando em contato direto com a água, com os sedimentos dos rios e das praias da região, e também depois do consumo de pescado. Foram mencionadas coceiras, alergias, bolhas, feridas na pele e inflamações.

> N: Na época teve muito pescador com doença de pele, coisas estranhas. [...].FGV_ILD_079

> D: Não pesquisam nossa saúde para não ter que nos indenizar.FGV_ILD_079

> N: Após eu ter comido essas ostras na moqueca com peixe, coisa de três ou quatro dias depois, começou a sair bolhas em mim, na vagina, no bumbum. Saiu uma bolha no bumbum tão grande que parecia um seio, quente no local, era uma dor localizada, uma febre localizada. Muito quente. Meu rosto, eu fiquei acho uns quinze dias em casa sem poder sair na rua.FGV_ILD_078

> D: Doenças de pele.FGV_ILD_078

> N: No Riacho Doce, lembro de ter entrado e ter saído com a perna laranja. Olhava e falava que era pluma mesmo, tinha forma. Sem saber no que pode interferir ainda, em saúde de pele, na saúde das pessoas.FGV_ILD_072

D: Não sabemos o que pode interferir na saúde das pessoas.FGV_ILD_072

N: Meu filho foi tomar um banho na praia, foi igual a companheira falou, aconteceu a mesma coisa. Meu filho, da noite para o dia, amanheceu com bolhas vermelhas, com bolhas todas como se fosse água. Ela pocava sozinha, a água e se espalhava na pele e ia queimando a pele. Eu levei no médico, e o médico desconheceu aquele tipo de problema. E eu falando para ele "Doutor, tá acontecendo isso e isso e isso, nós fomos impactados, a água tá assim e assim". Ele "Vou fazer um exame, mas provavelmente o que a senhora está me passando, será isso aí". Ele teve contato direto e ele foi contaminado pelo minério. Quando minério vai se espalhando na pele ele vai queimando a pele da pessoa. Me passou a medicação, tomou quinze dias, dando febre e daí, graças a Deus, foi onde que ele melhorou.FGV_ILD_078

D: Faltam diagnósticos para acompanhamento da saúde física e mental.FGV_ILD_078

N: Depois caiu meu cabelo. Agora está renovando já. Tenho foto de antes dessa situação e no período durante o processo. Fiz exames, "Será que estou doente?". Não tinha nada. Porque esse metal pesado é assim, diz que a gente tem que pedir para fazer aquele exame, tem que o médico pedir. Aí eu pedi que queria fazer um exame para constar que metal pesado está em mim. Eu já ouvi falar sobre o rompimento, que tem várias pessoas passando mal. Não é só eu, várias pessoas.FGV_ILD_078

D: Faltam diagnósticos para acompanhamento da saúde física e mental.FGV_ILD_078

N: Isso [tomar banho de rio] que a companheira falou, a gente sente falta disso. A família na beira da água. Urussuquara tem meus tios, minha mãe tem um pedacinho de terra lá. E eu lembro que antes, em 2016 eu tinha tomado um banho de mar, água estava muito linda, cristalina. A gente não estava sabendo que era por causa do metal pesado. Eu me banhei lá naquelas águas, após isso comi o peixe com as ostras, após isso veio aquela bomba de inflamação no meu corpo.FGV_ILD_078

D: Doenças de pele.FGV_ILD_078

- **Condições neurológicas**

Questões neurológicas foram mencionadas em associação ao receio de estar consumindo metais pesados. De fato, elementos como chumbo, manganês e mercúrio são neurotóxicos e podem agravar condições pretéritas de depressão e ansiedade (FGV, 2021g). A narrativa a seguir ilustra como as pessoas atingidas estão cientes de que o consumo da água, do pescado e dos produtos agropecuários vindos da região podem afetar sua saúde neurológica, mas que ainda carecem de informação qualificada sobre esses efeitos.

> N: Eu tomo um remedinho ansiolítico. E eu tento evitar ao máximo, e eu amo peixe, e depois disso eu fiquei mais receosa. Teve uns dias que eu comecei a consumir peixe, não sei se é coisa da minha cabeça, e às vezes um camarão, por exemplo, já me repugna. Será que esse metal pesado, porque ele vai agredindo gradativamente e principalmente a questão neurológica, né? Será que também não tem como influenciar?FGV_ILD_078

> D: Doenças neurológicas.FGV_ILD_078

> N: Eu fiquei com problema de vistas, eu enxergava tudo. Depois que chegou esse derretimento dos mariscos, ostras, caranguejo, a gente comia tudo, falavam que não faz mal. Mas comia, dava tonteira, e as vistas agora estão ruins, já fiz exame duas vezes. Agora estou usando óculos. Tive que ir ao médico, ele falou de labirintite. Não sou só eu, não. Bastante gente está assim, minha mãe, bastante gente assim. Relatam muitas dores de cabeça.FGV_ILD_058

> D: Não sabíamos dos riscos de contaminação da lama.FGV_ILD_058

> N: Eu inclusive até me aposentei, porque eu não aguentei trabalhar mais, me dando tonteira, eu caindo dentro do mangue. Depois do rompimento, depois dessa criminosa. Caindo dentro do mangue. Era dor nas pernas, feridas no corpo, tudo isso nós tivemos depois do rompimento. A vida para nós acabou totalmente. Destruiu nossa vida.FGV_ILD_078

> D: Perda da saúde física e mental.FGV_ILD_078

> N: Minhas filhas que tinha toda saúde, depois do rompimento só vive morrendo, ia para a escola, passava mal e caía lá. Levava para o médico e ele não sabia o que que era. [...].FGV_ILD_078

> D: Faltam diagnósticos para acompanhamento da saúde física e mental.FGV_ILD_078

- **Doenças geniturinárias (doenças renais)**

O potencial de bioacumulação dos metais pesados e de seus efeitos deletérios no longo prazo, foi mencionado nas narrativas como um dos principais riscos à saúde conhecidos pelas comunidades, sendo associados também a doenças renais.

> N: E o aumento do metal pesado também não mata na hora, mas vai surgindo efeito no corpo, no rim, e vai acumulando, e quando chega uma certa idade, você não sabe da onde veio. É uma situação complicada que a gente não sabe o que vai acontecer. Não é só pela água. Em Barra Longa teve um estudo que até pelo ar tem contaminação.FGV_ILD_077

> D: Preocupação com os efeitos de longo prazo na saúde pelo consumo de peixe e contato com a água com metais pesados.FGV_ILD_077

> N: Outro problema sério que tenho é muita dor nos rins, na coluna, na bexiga, mas os médicos não sabem dizer o que é ou o que causou, se foi da água, do peixe. Muitas pessoas passam pela mesma situação de estarem doentes, vão para médicos e fazem exames, mas não conseguem um diagnóstico preciso. Uma incerteza muito grande, pois é tudo muito novo. Não sabermos como essa contaminação afeta nossa saúde.[FGV_ILD_079]
>
> D: Percepção de risco com a saúde.[FGV_ILD_079]

- **Gravidez, parto e puerpério**

Apesar de o aborto não ter sido mencionado durante as interações realizadas como uma consequência percebida à população humana, a exposição ao arsênio tem efeito tóxico sobre sistema reprodutivo de mamíferos, podendo causar morte do feto, aborto, eclampsia e baixo peso, sendo o consumo de água contaminada a principal forma de exposição ao elemento (WHO, 2001). Neste sentido, uma série de estudos tem sido desenvolvidos a fim de aprofundar a relação entre a exposição a diferentes elementos potencialmente tóxicos, com destaque ao arsênio, mesmo em baixas concentrações, a efeitos como o aborto, mal desenvolvimento do feto, entre outros (BUCK LOUIS et al., 2017; SUSKO et al., 2017; SHIH et al., 2017; BLOOMA et al., 2014).

Dessa forma, merece atenção e investigação mais aprofundada, tendo em vista que os resultados da pesquisa realizada pela toxicóloga Paulelli (2019) evidencia a presença de arsênio, entre outros EPT, no organismo de pessoas que habitam as comunidades estudadas, sendo: Regência e Povoação, no município de Linhares, e Campo Grande, nos municípios de São Mateus.

3.2.1.6.2 Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental

Sofrem esse dano as pessoas atingidas que ficam sujeitas ao risco ou desenvolvem doenças que comprometeram seu estado de saúde mental após o desastre.

Os relatos feitos nas oficinas indicam que a saúde mental das comunidades de São Mateus e Conceição da Barra foi comprometida de imediato, com a chegada da pluma de rejeitos, e que desde então diversos desdobramentos do desastre têm contribuído para a piora da saúde mental das comunidades.

As pessoas ouvidas pela FGV foram atingidas por sentimentos de angústia, tristeza, desespero e medo desde que souberam de a possibilidade da lama chegar nesses territórios. A expectativa de que o Litoral Norte fosse atingido gerou ansiedade. Conforme relatado, foi difícil se deparar com as mudanças ambientais causadas pela

dispersão e deposição dos rejeitos, e admitir que a chegada da lama significaria o fim de atividades tão importantes à vida social, cultural e econômica dessas comunidades, como a pesca, a agricultura e o comércio e turismo.

> N: Quando ocorreu [o desastre] a gente ficou muito ansioso, as questões emocionais foram muitas, porque não sabia como ia ser, como poderia ser possível retomar [o turismo].FGV_ILD_072

> D: Estamos mais doentes, equilíbrio mental e emocional estão abalados.FGV_ILD_072

> N: Eu não achava que fosse chegar. Eu pensava que eles iam fazer alguma coisa pra parar. Aí vi que foram dias e dias até a lama chegar. Então, realmente, quando chegou aqui os negacionistas já existiam. Tinha gente que não admitia falar, porque isso ia prejudicar seu ganha-pão, seu comércio. Isso não podia ser dito, porque a gente pensava em como iam continuar vendendo, o comércio. É muito triste.FGV_ILD_072

> D: Foi angustiante e triste esperar as notícias sobre a chegada da lama e a contaminação.FGV_ILD_072

> N: Foi muito deprimente ver o mar, ver os peixes morrendo, ver a vida morrendo, e ver a falta de importância que se dá. É muito dinheiro envolvido, mas é muita vida pra se jogar fora por conta de falta de atenção. Parece que é de propósito. Eu não entendi como isso acontece, mas isso tá matando.FGV_ILD_072

> D: É muito triste ver tudo destruído e tanta vida se perder.FGV_ILD_072

> N: A gente via nas pessoas uma dificuldade de aceitar a chegada da lama no balneário. Conseguir falar sobre o assunto era dificílimo naquele momento. Você tem a vida das pessoas envolvidas, impactadas por essa questão.FGV_ILD_072

> D: Dificuldade de aceitar a chegada da lama no Balneário.FGV_ILD_072

A insegurança em relação a atividades cotidianas básicas, como lavar o rosto, cozinhar e se alimentar, contribui como fator de estresse que passa a fazer parte do dia a dia das comunidades, comprometendo sua saúde mental. Tal fator de estresse ganha significância na medida em que as empresas responsáveis pelo desastre são omissas em relação à produção de informações qualificadas a respeito do real risco de contaminação das pessoas atingidas e ao monitoramento de sua saúde. De acordo com os relatos colhidos, as pessoas sentem os efeitos do rejeito em sua saúde, mas não conseguem compreender sua condição, nem ver perspectiva de serem adequadamente atendidas pelo sistema de saúde e pelos programas de reparação, como apresentado no próximo tópico. A própria experiência de viver os agravos físicos aparece como um

fator de estresse que, ainda neste ínterim, contribui para os agravos em termos de saúde mental.

> N: A gente fica com pé atrás [em relação à saúde]. Quando a gente tem um problema a gente vai ao médico, faz exame, e o médico diz que não temos nada. Parece que é uma omissão da saúde. [...] Com o rejeito a gente sente, mas ninguém nos fala o que é. A gente fica perdido nesse mundo científico. Vulnerabilidade muito grande. Em transporte, em atendimento. Acabam indo a óbito e não sabe dizer o porquê.FGV_ILD_071

> D: Não sabemos como vai ficar a saúde no futuro, consumindo pescado e produtos ao longo do tempo.FGV_ILD_071

> D: É muito difícil saber como o desastre afeta a saúde.FGV_ILD_071

> N: Barra Nova e toda região a gente recebe informação deturpada sobre a contaminação, a Samarco esconde as informações. A pessoa fica: come ou não come, na dúvida acaba comendo. Não existe um documento que não pode comer o pescado, mas existe um laudo confirmando a contaminação por metal pesado. E sabe que esse efeito não vai ser de uma hora por outra, essa contaminação é gradativa e afeta questão neurológica, isso é grave.FGV_ILD_064

> D: A contaminação gradativa por metal pesado afeta a questão neurológica.FGV_ILD_064

As dificuldades econômicas ocasionadas pelo declínio da pesca, da agricultura e do turismo (vide Seção 3.2.1.2) foram também citadas como fator de estresse e comprometimento da saúde mental. Como já mencionado, habitantes do Litoral Norte do Espírito Santo já se preocupavam com a perspectiva na queda da renda familiar desde os primeiros indícios de que a lama chegaria até a região. Concretizada, essa possibilidade passou a fazer parte do cotidiano das comunidades atingidas, que agora têm dúvida inclusive se conseguirão continuar nos territórios que ocupam. De acordo com as falas, a falta de perspectiva de vida e a necessidade de interromper planos até de longo prazo, o aumento dos gastos com alimentação, os agravos à saúde física, a dependência de uma estrutura de reparação muito limitada, a incerteza sobre a reparação dos danos e especialmente a queda de renda interferem intensamente no psicológico das pessoas.

> N: As questões econômicas e de saúde geram muita interferência no bem-estar familiar. Ter queda brusca na atividade econômica gera uma preocupação a mais.FGV_ILD_073

> D: Hoje falta perspectiva de futuro, e isso afeta a família e a saúde.FGV_ILD_073

> N: Os programas que foi falado que ia ter, e não tem. Não foi colocado nenhum programa para nós fazer. Aí ficamos desse jeito. Aí o que atinge? A gente fica deprimida, muitas vezes. Tem que tomar remédio controlado, uma coisa assim. Aquilo que a colega falou.[FGV_ILD_078]
>
> D: Aumento do uso de ansiolíticos.[FGV_ILD_078]

Foi mencionada, ainda, a preocupação envolvida nas indefinições a respeito das indenizações a serem pagas pelas empresas responsáveis pelo desastre, que será tratada na seção dedicada ao Processo de reparação e remedição, mas que também gera fortes impactos nas perspectivas de futuro (ver Seção 3.2.1.9) e na saúde mental, como exemplificado a seguir.

> N: Essa preocupação de receber, quando vai receber, é uma depressão. Porque as pessoas não estão recebendo e fica uma preocupação. A gente não consegue mais sustentar a família como fazia. A preocupação é porque perdeu de fato a condição de viver dignamente. A gente não consegue medir porque não tem esse convívio dentro da família, mas a gente vê o semblante das pessoas. Existe esse impacto sim.[FGV_ILD_077]
>
> D: A indefinição das indenizações deixas as pessoas confusas, preocupadas e com depressão.[FGV_ILD_077]

A ociosidade gerada pela falta de ocupação econômica também foi mencionada como fator estressante, especialmente no que diz respeito ao caso das mulheres atingidas, que antes se ocupavam da pesca e do cuidado com a roça, ambas afetadas pela contaminação.

> N: Pelo meu ponto de vista, nós como mulheres atingiu muito. Muito mesmo. Porque nós vivia da pesca, tinha atividade, tinha uma coisa para fazer. E agora? Não fazemos nada. Tem que ficar olhando o tempo passar, procurando uma coisa o outra para fazer, porque não tem emprego por aqui para nós.[FGV_ILD_078]
>
> D: Aumento do uso de ansiolíticos.[FGV_ILD_078]
>
> N: Eu quase todo dia eu ia no mar. Hoje eu vou lá uma vez de mês e mês. Os meninos "mãe vamos lá na praia", eu só vou lá e olho cá de cima. Nem na beira da água eu chego, porque me bate muita tristeza. [...].[FGV_ILD_078]
>
> D: Degradação do ambiente.[FGV_ILD_078]

Merecem destaque, ainda, as narrativas que descrevem como os efeitos do desastre se traduziram em um aumento da carga mental posta sobre as mulheres atingidas, já trazidas nas seções 3.2.1.4 e 3.2.1.9. Conforme relatado, as mulheres ocupam um lugar de trabalho com o cuidado da casa e da família, sendo elas as pessoas que se

preocupam e que se mobilizam frente a dificuldades colocadas pelo desastre, como o consumo de drogas pelos jovens, as condições de saúde de seus filhos, as perspectivas de educação e trabalho na região, entre outras questões domésticas como a procedência dos alimentos consumidos pela família, todas questões que geram agravos também à saúde mental.

> N: As mulheres sempre destacam as questões de saúde da família. Querendo ou não, a mulher é a que se preocupa com a saúde da família. Quem fica doente na família, é a mulher que tem que tomar a iniciativa. Tanto a saúde física quanto a mental.FGV_ILD_073
>
> D: As mulheres estão preocupadas com a saúde física e emocional da família.FGV_ILD_073
>
> N: Aquilo que a colega falou, muitos filhos que trabalhavam junto com a gente como mulher na pesca vão para as drogas, por quê? Não tem nada para fazer. Nada. Nossos filhos ficam aí à toa.FGV_ILD_078
>
> D: Aumento do uso de drogas.FGV_ILD_078
>
> N: Meu filho tá desempregado, tá com problemas assim de drogas. Eu passo uma luta, porque eu sou viúva, eu sou a chefe de família, eu tô operada e cuidando disso tudo. Peço muita força a Deus para não desistir e lutar.FGV_ILD_078
>
> D: Aumento do uso de drogas.FGV_ILD_078

Foi mencionado também como fator de estresse mental a ruptura da relação das comunidades atingidas com o ambiente na reprodução de seus modos de vida e na realização de atividades de lazer e de encontros. De acordo com os relatos, o emocional das pessoas foi negativamente afetado pela impossibilidade de nadar no rio, praticar esportes, pescar e aproveitar o espaço das várzeas para festejos e encontros. Isso gerou tristeza e uma sensação de perda de qualidade de vida, conforme aprofundado nas seções 3.2.1.4.

> N: Nadar, toda a relação com o rio é muito intensa e importante para as crianças e os adultos, e isso também tem a ver com a saúde. A relação da comunidade com a natureza é o que traz o equilíbrio emocional. Quando você corta algo que é da vida das pessoas, é muito duro.FGV_ILD_072
>
> D: As crianças tiveram perda da saúde quando perderam a possibilidade de uso do rio e da natureza.FGV_ILD_072
>
> N: O pessoal ficou com receio de práticas esportivas num geral no mar, como o kitesurfe, o surfe, a natação, diminuindo a qualidade de vida e tudo que envolve o esporte.FGV_ILD_072

> D: Ficamos com receio de práticas esportivas no mar, do surfe, do kite-surfe, diminuindo a qualidade de vida que envolve o esporte.FGV_ILD_072

Sobrepostos, os múltiplos fatores de estresse acima mencionados têm gerado um ambiente de fadiga generalizada nas populações, caracterizada pelas pessoas atingidas como tristeza ou desânimo em relação ao futuro. De acordo com as narrativas colhidas, as incertezas sobre o potencial de contaminação e a salubridade de continuar vivendo nos territórios contaminados gera muita angústia, principalmente porque impõe não só agravos de saúde, mas limitações econômicas às comunidades. Muitos estão descrentes de que sequer vão ser reparados de alguma forma, indenizatória ou não.

> N: A gente não sabe nem o que vai acontecer, a gente escuta uma coisa ali, hoje ouvi que não vai receber mais nada, aí a cabeça vai a mil, não sabe nem o que faz, olha para um lado, e pro outro, fica sem destino.FGV_ILD_077

> D: Cabeça vai a mil com a insegurança em relação ao processo de reparação e a dificuldade financeira.FGV_ILD_077

> N: Hoje existe um ar triste na região. Você conhece as pessoas e vê que mudou, conhece as pessoas de muito tempo e vê que mudou. As pessoas esperam por uma reparação e ficam sem esperança a cada dia. Não tem briga, mas não tem mais o diálogo que tinha com os vizinhos.FGV_ILD_063

> D: Hoje a gente vive triste.FGV_ILD_063

> N: Como é que o cara vai pensar em meio ambiente e saúde se o direito individual não foi resolvido, isso é impacto social e psicológico muito complicado. Tem muitas questões para além, agora está vindo a repactuação e a gente vem pesando em outras coisas. Até para discutir, é um impacto complicado, inclusive social e psicológico, por que vem um diz que [a indenização] vai sair, outro diz que não, outro vem e diz que o natal vai ser gordo, e aí sai a sentença, depois derruba, outro recorre, a gente não tem segurança política, segurança alimentar, e na verdade a gente não tem nada.FGV_ILD_077

> D: A indefinição das indenizações deixa as pessoas confusas, preocupadas e com depressão.FGV_ILD_077

Em casos extremos, os diversos efeitos do desastre sobre a saúde mental das pessoas atingidas ocasionaram suicídio. Os relatos colhidos indicam que o suicídio era um assunto distante das comunidades, mas que o comprometimento generalizado da saúde mental ocasionado pelo desastre tem gerado um número crescente de casos. Entre as razões destacas para tal, aparecem nas narrativas o cansaço de esperar a indenização pelos danos, assim como a transformação abrupta nos modos de vida, que parece que

se estenderá indefinidamente, sem que as comunidades recebam o devido ao apoio das empresas responsáveis.

> N: Acho difícil colocar um agente determinante pra causa. Mas é fato que essa sinergia de coisas ruins, impactantes do ponto de vista negativo, são determinantes, sim, pra depressão entre as pessoas, pro acirramento dos conflitos, as posições diversas se acirram demais quando a gente se aproxima de uma posição que está te roubando um pão da boca.FGV_ILD_072

> D: A sinergia dos acontecimentos negativos foi determinante para aumento de depressão.FGV_ILD_072

> N: A gente soube de uma crescente onda de suicídios, por conta de pessoas que tinham sua vida ali em volta da água, da natureza e vê isso se transformando de uma hora pra outra. E um governo que não dá importância. A gente se pergunta pra que serve o ferro, pra que serve esses metais?FGV_ILD_072

> D: Aumento de suicídios por perder a vida que tinha.FGV_ILD_072

As narrativas mencionam, ainda, o aumento do consumo de entorpecentes e drogas por pessoas atingidas, motivado por fatores de estresse gerados pelo desastre, como perdas sociais e econômicas. De acordo com os relatos, especialmente pessoas jovens, impossibilitadas de trabalhar na cadeia da pesca ou na agricultura, e idosas, que tiveram seus modos de vida severamente afetados pelo desastre, sofrem com a falta de perspectiva em relação ao futuro (conforme será abordado também na Seção 3.2.1.9).

> N: Muitas famílias estão perdendo a vida para as drogas, pois deixam de pescar e acompanhar os seus pais. Tem uma quebra na transmissão de conhecimento.FGV_ILD_079

> D: Aumento do uso de drogas.FGV_ILD_079

> D: Muitas famílias estão perdendo seus filhos para as drogas.FGV_ILD_079

> N: Os jovens ficam perdidos, sem direcionamento. Envolve a família toda, a mãe fica sem filho, porque ele tem que sair porque aqui não tem mais trabalho. O pai vai pro bar, porque não tem como trabalhar. O que vê muito são as mães tomando muito remédios. O psicológico fica muito fraco.FGV_ILD_064

> D: Impacto nas pessoas, como o aumento do alcoolismo e uso de drogas.FGV_ILD_064

> N: Além do alcoolismo tem também o aumento do tabagismo, do fumo, tem gente que está fumando três maços por dia de nervoso.FGV_ILD_077

> D: Aumento do alcoolismo.FGV_ILD_077

Todas essas consequências são associadas à deterioração de relações familiares, conforme aprofundado na Seção 3.2.1.5. No que tange especificamente o caso das mulheres, os relatos passaram também pelo aumento de casos de violência doméstica, brigas e separação de casais. O aumento de conflitos no ambiente familiar, tratado mais profundamente na seção dedicada à Rede de relações sociais, é também considerado um agravo. Nas falas colhidas em oficinas ele foi associado ao aumento do consumo de álcool e demais entorpecentes, que coloca em risco ainda maior a saúde das mulheres atingidas.

> N: Também tem que falar do fato desse desastre separar casais. Muito espancamento, agressão, muita droga, alcoolismo. Nesse ponto da saúde, a gente não pode esquecer desse fato, nós mulheres sempre... os homens também.[FGV_ILD_058]
>
> D: Aumento de casos de alcoolismo, drogadição.[FGV_ILD_058]
>
> N: Depois dessa tragédia agora — culpa dessa Renova, Samarco Vale, BHP — hoje deu muita separação de marido e mulher por causa das bebedeiras.[FGV_ILD_078]
>
> D: Aumento de bebidas alcoólicas.[FGV_ILD_078]

3.2.1.6.3 Comprometimento do acesso à saúde

Sofrem com esse dano as pessoas atingidas que tiveram dificultado ou impossibilitado o acesso à saúde, ou seja, o acesso universal e sem discriminação às ações, serviços, medicamentos e infraestrutura de saúde em quantidade e qualidade satisfatória.

As narrativas registradas nas oficinas realizadas no Litoral Norte do Espírito Santo evidenciam que efeitos do desastre sobre essa região dificultou o acesso das pessoas atingidas à saúde de maneira ampla. A população foi afetada em seus aspectos físicos e psicológicos, dado que seus modos de vida se fazem em uma constante interação com o ambiente dos rios, alagados, manguezais e das praias da região (ver Seção 3.2.1.1), ecossistemas degradados por uma parcela da pluma de rejeitos que ali se depositou e que vem, paulatinamente, contaminando a água, os solos das várzeas e se concentrando na biota (INSTITUTOS LACTEC, 2021; GABRIEL, et al., 2020; INSTITUTOS LACTEC, 2019b).

De acordo com as narrativas, o alto grau de incerteza que envolve a questão da contaminação da região costeira dificultou o entendimento das comunidades atingidas sobre suas condições de saúde. Poucas são as informações qualificadas sobre a

extensão dos danos do desastre à saúde das pessoas da região[76], restando apenas a certeza de que as comunidades continuam expostas aos EPT carreados pela lama de rejeitos[77]. Para as pessoas atingidas, o ambiente de incerteza sobre a real condição de saúde das comunidades é crescente.

> N: [...] Eu não posso pegar e fazer um teste para saber se eu posso comer [o pescado e crustáceos]. Não sabemos. E a insegurança, a dúvida, é o que nos mata. Eu estou comendo pescado, mas fica no meu consciente: será que eu estou fazendo o certo?FGV_ILD_058
>
> D: A insegurança nos mata.FGV_ILD_058
>
> N: A gente não sabe o que vem acontecendo, tem problema de estresse, de câncer, e a gente não sabe se tem relação. A gente queria um acompanhamento humano. A dona [nome da atingida] que vivia com a gente pegando um peixinho, um siri, ia comendo, morreu ontem, a gente não sabe se tem relação.FGV_ILD_077
>
> D: Pessoas perto da gente falecendo com essa indefinição da reparação.FGV_ILD_077

Estudo realizado por Freitas e colaboradores (2014), ao analisar impactos sobre a saúde decorrentes de desastres naturais, destacam os diferentes períodos relacionados com o surgimento de agravos. Inicialmente, os principais registros estão ligados a ferimentos graves e leves e mortalidade, esse é o período associado às ações de resgate de urgência. A segunda fase é caracterizada pelo desenvolvimento de doenças transmissíveis, como leptospirose, diarreicas, entre outras. Neste período se destacam as ações de vigilância e controle de doenças, além dos serviços essenciais. Por fim, a terceira fase tem por característica doenças que se manifestam depois de meses ou anos; entre os principais agravos neste período estão os psicossociais e comportamentais, e a intensificação de doenças crônicas (FREITAS et al., 2014, p. 3.647).

---

[76] Importante ressaltar que a falta de um diagnóstico dos danos à saúde está associada a judicialização da questão, solicitada pelas empresas causadoras do desastre, perante o Juízo da 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais (ver http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_opiniao-tecnica_contribuicoes-dicusssoes-judicializaassapso-frente-saaode.pdf).

[77] Os dados da Rede Rio Doce Mar, consórcio de Instituições de Ensino contratadas pela CT-Bio para fazer monitoramento ambiental (Ver: http://rrdm.net.br/quem-somos/), demonstram essa contaminação, bem como relatório final da LACTEC (Ver: https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/metade-dos-indicadores-ambientais-se-alterou-apos-rompimento-da-barragem e Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão na bacia do Rio Doce. Acompanhamento de Danos TOMO IV – Zona Costeira e Marinha. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/2021/tomo-iv-zona-costeira-e-marinha.

Muitos relatos indicam que as questões de saúde dessas comunidades não foram sistematicamente monitoradas pelas empresas responsáveis pelo desastre. Os reais efeitos da contaminação continuam a não serem endereçados ou mesmo reconhecidos pela Samarco ou pela Fundação Renova, como explorado na seção dedicado ao Processo de reparação e remediação, e a população atingida se recente dos agravos a saúde em curto e médio, enquanto temem as consequências de longo prazo.

> N: Tiveram várias reuniões aqui que a Renova disse que ia fazer um teste. Qual o resultado desse teste? Nós não sabemos! Vou pegar um peixe hoje, vou saber se ele está contaminado ou não?FGV_ILD_058
>
> D: A insegurança nos mata.FGV_ILD_058
>
> N: Ela [a Samarco] fala que não está contaminado, porque não temos nenhum estudo em mãos. Mas a gente quer o acompanhamento, porque se eu morrer sou só um.FGV_ILD_077
>
> D: Precisamos de um acompanhamento humano.FGV_ILD_077
>
> N: Eu vejo em relação à saúde, que por parte da empresa, não tem nenhuma preocupação quanto à questão da alta contaminação por chumbo, arsênio, cádmio, metal pesado.FGV_ILD_077
>
> D: Preocupação com os efeitos de longo prazo na saúde pelo consumo de peixe e contato com a água com metais pesados.FGV_ILD_077
>
> N: A questão de saúde acontece muitas coisas, mas não tem nada direcionado para saber se é chumbo. Não tem pesquisa para saber se foi isso, não tem foco para relacionar com o desastre, a gente não consegue saber. Essa senhora que morreu, ela vivia no mar, no rio, e a gente não sabe se tem alguma relação.FGV_ILD_077
>
> D: Pessoas perto da gente falecendo com essa indefinição da reparação.FGV_ILD_077

Assim, o comprometimento da saúde física e da saúde mental da população atingida vem ocorrendo em um contexto de desinformação e incerteza que dificulta não só a compreensão das pessoas atingidas sobre sua própria saúde, mas também a forma como o sistema e infraestrutura de saúde da região lida com os agravos colocados pela presença de metais pesados e demais EPT aportados na região. Tais agravos são inéditos tanto às comunidades como aos médicos, enfermeiros, agentes de saúde e todo corpo técnico da área de saúde que atua na região. As narrativas pontuam a dificuldade de conseguir um diagnóstico sobre os agravos que as pessoas atingidas vêm experienciando.

> N: O pescador come peixe toda hora, todo dia, mas não sabe a situação daqueles que adoecem, os médicos não conseguem por isso no radar porque não sabem se é isso, não tem esse diagnóstico.FGV_ILD_077

> D: Falta de estudos não permite que a população compreenda os danos na saúde.FGV_ILD_077

> N: Minhas filhas que tinha toda saúde, depois do rompimento só vive morrendo, ia para a escola, passava mal e caía lá. Levava para o médico e ele não sabia o que que era.FGV_ILD_078

> D: Faltam diagnósticos para acompanhamento da saúde física e mental.FGV_ILD_078

Por serem novidade, a identificação de sintomas e da gravidade da condição das pessoas é dificultosa. Os médicos que atendem essas comunidades não estão conscientizados do fato de atender a uma população atingida por um desastre com essas características e magnitude, tais como doenças de pele, feridas, problemas de visão, dores nos rins, problemas neurológicos, febres, queda de cabelo, que foram recorrentemente mencionados nos relatos colhidos em oficinas, acompanhados de falas sobre situações em que o médico consultado muitas vezes desconhecia a questão ali tratada.

> N: Outro problema sério que tenho é muita dor nos rins, na coluna, na bexiga, mas os médicos não sabem dizer o que é ou o que causou, se foi da água, do peixe. Muitas pessoas passam pela mesma situação de estarem doentes, vão para médicos e fazem exames, mas não conseguem um diagnóstico preciso. Uma incerteza muito grande, pois é tudo muito novo. Não sabermos como essa contaminação afeta nossa saúde.FGV_ILD_079

> D: Percepção de risco com a saúde.FGV_ILD_079

> D: Pessoas estão tendo doenças que não tinham antes e não conseguem um diagnóstico preciso.FGV_ILD_079

Esse desconhecimento dificultou o acesso a laudos médicos que comprovassem a condição de saúde dos moradores ouvidos pela FGV e, por conseguinte, de pessoa atingida pelo desastre. De acordo com as narrativas, as queixas feitas a médicos da região não são investigadas a fundo. Ao invés disso, foram oferecidos diagnósticos para a ocasião, como “alergia” para casos de reação da pele ao contato com sedimentos e com a água contaminada pela lama de rejeitos.

> N: Pediu para a doutora fazer acompanhamento que eu já tava com vários metais no sangue e já tava com sintomas, pressão altas, coração, tudo. Quando eu fui nela ela disse que o laudo [fornecido pela

> dra. Ana Paulelli, atestando a contaminação] não vale nada, que não é atingido não. Eu nunca mais fui nela, tomei raiva de ir, porque eu sabia o que estava acontecendo comigo. Eu tomei raiva de ir no médico, a gente sabe que tá contaminado. Desde que houve o rompimento para cá, e ia para escola e passa mal. O exame aqui não dá nada. Temos laudo que está com arsênio no sangue. Os médicos falam que não. Tinha que colocar um médico entendido na região.FGV_ILD_078

> D: Faltam diagnósticos para acompanhamento da saúde física e mental.FGV_ILD_078

> N: Os médicos, quando eu estava cheia de bolha, eu falei que tinha a contaminação dos metais pesados. Ele disse que não, disse que era alergia. Eles não levam a sério, a gente relata e eles não levam. Tem que fazer esse exame no particular.FGV_ILD_078

> D: Faltam diagnósticos para acompanhamento da saúde física e mental.FGV_ILD_078

> N: Do rompimento até a nossa saúde é difícil de detectar. Quem poderia detectar seria um médico, mas eles não nos respondem e a gente continua com sintoma. O profissional mesmo com exame na mão muitas vezes não nos diz nada.FGV_ILD_071

> D: Não sabemos como vai ficar a saúde no futuro, consumindo pescado e produtos ao longo do tempo.FGV_ILD_071

Esses casos refletem a alta complexidade dos agravos à saúde causados pelo desastre, cujo cuidado exige conhecimento das equipes de saúde e infraestrutura específicos dificilmente encontrados nos equipamentos públicos e privados da região. Esse quadro dificulta o acesso das comunidades atingidas à saúde adequada.

As narrativas indicam, ainda, muitas dúvidas no que diz respeito ao atendimento tanto pelo poder público, em postos de saúde, quanto pelos programas de reparação da Fundação Renova. Para as pessoas atingidas ouvidas pela FGV, Samarco e Fundação Renova têm pouco interesse em investigar a extensão dos danos à saúde das populações do Litoral Norte, se negando a prover infraestrutura para acompanhamento da contaminação por metais pesados, por exemplo. Se esquivam da responsabilidade sobre esses danos.

> N: O plano para saúde foi elaborado pela prefeitura por pressão do Ministério Público, mas as empresas não quiseram arcar com os gastos. Se você tem sintomas e vai para o posto eles não associam com o metal pesado. Até foi proposto um centro de tratamento aqui, mas a empresa se esquiva da responsabilidade.FGV_ILD_064

> D: Faltam exames para verificar contaminação por metais pesados e acompanhamento da saúde dos atingidos/as.FGV_ILD_064

> N: Não tem nenhum plano do município e nem da mineradora sobre avaliação de metais pesados na saúde dos moradores. Seria muito importante ter esses exames.FGV_ILD_064

> D: Faltam exames para verificar contaminação por metais pesados e acompanhamento da saúde dos atingidos(as).FGV_ILD_064

Foi mencionada, ainda, a dificuldade de custear o cuidado com a saúde em um contexto de perda de renda colocado pelo desastre. Com o aumento das dificuldades financeiras experienciadas pelas comunidades atingidas (vide Seção 3.2.1.2), muitos deixaram de realizar exames, comprar medicamentos e fazer tratamentos, inclusive para as questões geradas pelo próprio desastre.

> N: Tem muito pescadores endividados, doentes, com depressão e as vezes não tem dinheiro para comprar remédio.FGV_ILD_077

> D: Estamos sem dinheiro para comprar remédios.FGV_ILD_077

> N: Eu tenho meus direitos e precisava do dinheiro, pra olhar a saúde, fazer um exame. E nesse período da minha caminhada eu tava olhando pros parentes, pra família, um ao outro se ajudando.FGV_ILD_07

> D: Dificuldade em bancar os gastos com saúde.FGV_ILD_073

> N: Quanto mais triste você fica, mas fraco o seu coração fica. Se fico doente qual hospital vai me atender? Minha situação financeira não permite me tratar.FGV_ILD_063

> D: Hoje se ficamos doentes não temos dinheiro para pagar um médico, um remédio.FGV_ILD_063

> D: Nós estamos enfraquecendo mentalmente.FGV_ILD_063

Cabe destaque, ainda, o caso específico do comprometimento do acesso à saúde por parte das mulheres. Elas vêm sofrendo sobrecarga no trabalho doméstico (conforme tratado ao longo de todo esse relatório) que tem se refletido em agravos de saúde física, como dores na coluna, e de saúde mental.

> N: O cuidado com a família aumentou. De lá pra cá eu passei também a ter mais problemas de saúde, de coluna, de ter que cuidar mais de doença.FGV_ILD_073

> D: Aumento dos problemas de saúde física e mental.FGV_ILD_073

> N: Sem a segurança econômica há interferência na alimentação da família, na saúde da família, tudo isso estressa a família, acaba a paciência, perde-se empatia, companheirismo, temos que atirar pra

> todos os lados pra conseguir suprir uma necessidade. Eu acho que seria nesse caminho, pelo menos é o que eu penso.[FGV_ILD_073]

> D: Hoje falta perspectiva de futuro, e isso afeta a família e a saúde.[FGV_ILD_073]

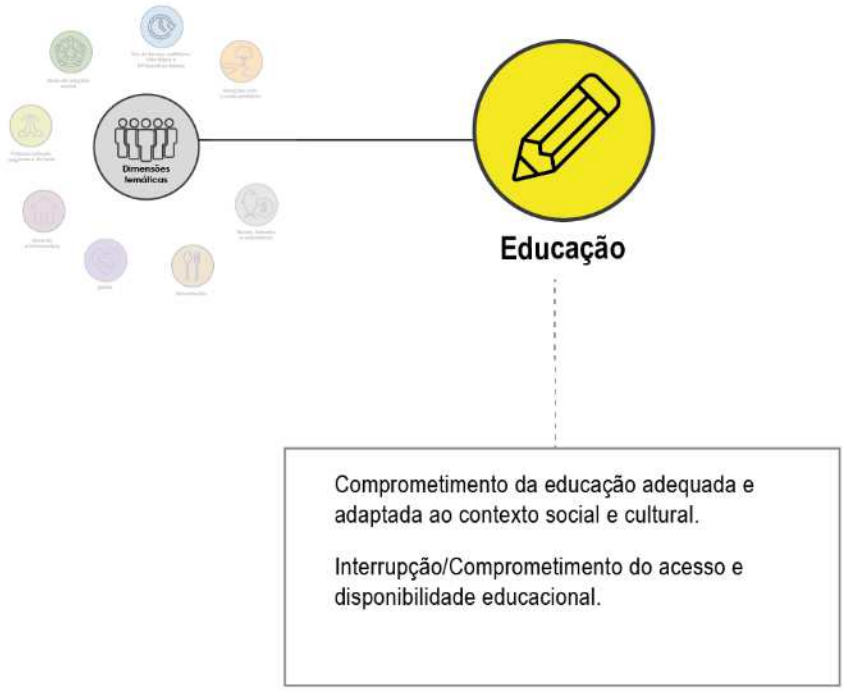
3.2.1.7 Educação

As oficinas realizadas permitiram o registro de narrativas e danos dentro dos quais foram identificadas diversas alterações na educação de crianças e jovens das comunidades atingidas. Os prejuízos à vida escolar e acadêmica estão relacionados principalmente às mudanças na rotina, nas relações com o meio ambiente e à queda do rendimento familiar.

> De acordo com o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, a educação é considerada um direito humano intrínseco e um meio indispensável para garantir outros direitos humanos (ONU, 1999). Nessa perspectiva, entende-se que a população atingida, ao ter sido violada em seus direitos fundamentais, sem ter ciência de que vivia em um território de risco, necessita da educação para o restabelecimento de seus direitos, bem como para evitar que novas situações de desastre ocorram. Trata-se, portanto, de uma dimensão da vida das pessoas atingidas fundamental e que deveria ser considerada estruturante dentro do processo de reparação e remediação. A dimensão de danos que acomete a educação apresenta relação significativa com outras dimensões, tais como, Renda, trabalho e subsistência; Relações com o meio ambiente; Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras; e Processo de reparação e remediação, abordadas em profundidade nas seções pertinentes.

Nesta seção são apresentadas as narrativas e os danos relativos à dimensão temática Educação, organizada a partir de dois danos socioeconômicos: (i) Interrupção/Comprometimento do acesso e disponibilidade educacional; e (i) Comprometimento da educação adequada e adaptada ao contexto social e cultural.

Figura 20 — Dimensão temática Educação: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.1.7.1 Comprometimento da educação adequada e adaptada ao contexto social e cultural

Sofrem esse dano pessoas que têm dificuldades de estabelecer novas atividades educativas e relacionadas à vida que levavam antes do desastre, e que eram exercidas levando em consideração a relação com o meio ambiente. Contempla este dano pessoas que se viram prejudicadas pelo fim de projetos tanto no âmbito de serem educadores quanto educandos, além da comunidade beneficiada por tais iniciativas. Também sofrem este dano pessoas cujas possibilidades de capacitação e profissionalização foram comprometidas com o desastre.

As alterações na rotina das crianças tiveram implicações na educação realizada no ambiente familiar. Parte do dia a dia teve que ser reaprendido diante da nova realidade imposta pelo desastre. A impossibilidade de poder usufruir dos alimentos da horta e do livre acesso ao rio e ambientes aquáticos sem receio de estarem contaminados gerou novas demandas no cuidado dos responsáveis destas crianças, sentidas especialmente pelas mulheres.

A sobrecarga doméstica das mulheres (conforme debatido ao longo de todo esse relatório) também é apontada como um fator que rebate na educação dos filhos. O

tempo dedicado ao acompanhamento do desempenho escolar dos filhos foi suprimido por outras demandas econômicas e do lar, o que dificultou o olhar para a rotina relacionada às lições de casa e ao próprio ambiente da escola. Os relatos também indicam que, para além da educação escolar, há prejuízos ao acompanhamento dos filhos em seu dia a dia, o que interfere na aprendizagem informal, aquela repassada de mães e pais para filhos e filhas.

> N: Com relação às mães, quando a gente fala de educação em um conceito maior, é um dano que a companheira tava falando até especificamente. Porque dessa sobrecarga sobre as mulheres atingidas, elas não têm mais o tempo que elas tinham pra se dedicar aos filhos. Não porque elas não querem, mas porque estão sobrecarregadas, elas não conseguem mais acompanhar os filhos nas lições escolares, nas tarefas, nos trabalhos que vão pra casa.FGV_ILD_073

> D: A falta de tempo das mães para se dedicar aos filhos interfere na educação em geral e no acompanhamento das atividades escolares.FGV_ILD_073

> N: E mesmo a educação de casa às vezes deixa muito a desejar por conta dessa sobrecarga sobre as mulheres. Isso é um ponto que afetou a educação, tanto a de maneira mais geral quanto a escolarização das crianças. A gente vai encontrar muitas coisas, a participação em si das mulheres na escola, porque geralmente é a mulher que vai na escola. Isso afetou mesmo.FGV_ILD_073

> D: A falta de tempo das mães para se dedicar aos filhos interfere na educação em geral e no acompanhamento das atividades escolares.FGV_ILD_073

3.2.1.7.2 Interrupção/Comprometimento do acesso e disponibilidade educacional

Sofrem esse dano pessoas com impossibilidade de arcar com os custos para garantir o acesso à educação de integrantes do núcleo familiar, como a de seus filhos; pessoas que precisaram interromper seus estudos por dificuldades advindas do desastre; ou pessoas que, dadas as dificuldades com a implementação de políticas educacionais, enfrentam dificuldades no acesso à educação.

A perda ou diminuição da renda é apontada como um dos principais fatores que dificultam a manutenção da educação dos filhos da maneira como ocorria antes do desastre. Em alguns casos, a escola particular teve que ser substituída pela rede pública em função de dificuldades financeiras advindas da perda de atividades econômicas diversas após o desastre. Dessa maneira, é prejudicado o ensino formal de crianças e jovens.

> N: A diminuição da renda fez com que muitas pessoas não tivessem condição de manter os filhos em escolas particulares e tiveram que ir para o ensino público.FGV_ILD_079

> D: Muitos estudantes tiveram que sair da escola particular para ir para a escola pública pela redução da renda.FGV_ILD_079

> N: Antes da lama tinha muito turista que vinha para Itaúnas, vivíamos mais folgados e tinha como pagar uma escola para os filhos. Hoje não temos condição de pagar uma faculdade. Para ter uma vida melhor tem que se jogar no mar para tentar alguma coisa. A lama só veio atrasar a vida da gente.FGV_ILD_079

> D: Hoje não temos mais condição de colocar nossos filhos para estudar.FGV_ILD_079

Também foram trazidos relatos relacionados à queda do desempenho escolar na educação básica. Diversos fatores podem influenciar o desempenho escolar de crianças e adolescentes, dentre eles as vivências extraclasse. As alterações em variadas dimensões da vida das famílias atingidas influenciaram na queda desse desempenho. A impossibilidade de manutenção das atividades produtivas dos pais e de atividades próprias de lazer e sociabilidade impôs, para muitos, a necessidade de estar em um novo ambiente e cotidiano, o que gera implicações, entre outras dimensões, na vida escolar, como pode ser observado na narrativa a seguir.

> N: Sobre o desempenho escolar, as interferências no cotidiano da família refletem no desempenho da criança. Porque as meninas falaram desse deslocamento, das famílias que tiveram que se deslocar de um lugar pra outro, não têm uma fixação no lugar. A criança também não tem um desempenho favorável. Porque se não está adaptado ao cotidiano, uma troca de realidade, acaba interferindo nessa questão acadêmica. FGV_ILD_073

> D: As alterações no cotidiano da família interferem no desempenho escolar.FGV_ILD_073

Além disso, nos municípios em questão há poucas possibilidades de cursos técnicos e de graduação na rede pública e uma maior oferta na rede privada, o que leva muitos pais a financiarem a continuidade da educação formal dos filhos nestas instituições. Porém, em função da queda de renda após o desastre, essa possibilidade foi comprometida ou mesmo inviabilizada, conforme exemplificam as narrativas a seguir.

> N: Uma coisa que eu vejo muito aqui na nossa região é que essa questão de escolarização ela é feita muito através da iniciativa privada, então tem os cursos técnicos, faculdades particulares. E aí essas pessoas que sobretudo perderam renda, isso tem o custo, então as famílias não puderam também acessar isso, pagar as parcelas. Muitos

> desses relatos chegaram até mim. Alguns tiveram até que trancar matrícula.[FGV_ILD_073]

> D: As famílias passaram a ter mais dificuldade ou não conseguir mais ajudar financeiramente os filhos nos estudos.[FGV_ILD_073]

> N: A questão da mulher em Barra Nova Sul, em Urussuquara, Campo Grande. A questão da venda do peixe, do pescado. A gente faturava mesmo, se tiver peixe a gente sai para vender. Quantas vezes eu já coloquei peixe em caixa de isopor e meti no carro e vim até sem nota mesmo, passando em guarda para pode vender, a gente salva a gasolina, fazer uma renda extra para um filho estudar, fazer um curso. A escassez de peixe é muito grande. A qualidade da água é muito ruim.[FGV_ILD_078]

> D: Dificuldade financeira impede investimento na educação dos filhos.[FGV_ILD_078]

> N: A minha filha teve que suspender a faculdade, porque não tinha como pagar mais.[FGV_ILD_058]

> D: Minha filha teve que suspender a faculdade, eu não posso mais pagar.[FGV_ILD_058]

A impossibilidade de contribuir financeiramente para a maior escolarização dos filhos aliada à falta de oportunidades de geração de renda dentro das comunidades após o desastre geram também o sentimento de que o futuro dessa geração está sendo roubado. Muitos jovens ou perderam a oportunidade de se especializar e desenvolver potencialidades que poderiam contribuir para a comunidade e para a sua geração de renda; ou tiveram que migrar em busca de oportunidades de emprego diante da interrupção das atividades produtivas após a chegada da lama, questão já discutida na Seção 3.2.1.2.6 e que será detalhada na seção dedicada à dimensão temática de Vida digna, cotidiano e perspectivas de futuro.

> N: Nossos jovens são inteligentes, mas não têm como desenvolver os estudos por falta de recursos financeiros e acabam ficando em atividades lutando pela sobrevivência. No meio rural precisa de dentista, médico, técnico agrícola, outros; mas hoje não tem condição nem de estudar. Minha filha estava na faculdade e teve que sair por falta de condição financeira. Não dá oportunidade para os jovens ascenderem na própria comunidade, ocupar cargos mais qualificados na região. Não dá para ter a "prata da casa" na comunidade. As empresas e Fundação Renova acabaram com o futuro das comunidades, dos jovens.[FGV_ILD_063]

> D: Os sonhos nossos e dos nossos filhos foram apagados.[FGV_ILD_063]

> N: Aumentou a saída dos jovens para estudar, quem pode vai e quem não pode sai a procura de trabalho.[FGV_ILD_079]

> D: Aumentou a saída dos jovens da comunidade em busca de emprego ou estudo.FGV_ILD_079

Outra questão apontada nas narrativas é a necessidade de os jovens começarem a trabalhar mais cedo para ajudarem na complementação da renda familiar após o desastre, o que gera aumento da evasão escolar. A priorização do trabalho em prol dos estudos foi a alternativa encontrada por alguns diante da queda da renda decorrente do rompimento da Barragem de Fundão, o que impede que alcancem uma maior escolarização que era almejada.

> N: Muitos filhos/jovens tem que deixar de estudar para ir trabalhar e ajudar a complementar a renda familiar. Depois do desastre ficou difícil, pois a renda caiu e os filhos/jovens passaram a ajudar na complementação da renda familiar.FGV_ILD_079

> D: Filhos não podem estudar, porque precisam ir pro mar para complementar a renda.FGV_ILD_079

3.2.1.8 Processo de reparação e remediação

Nesta seção encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que versam sobre o Processo de reparação e remediação em curso, não se propondo, portanto, a analisar as ações e programas de reparação conduzidos no território em questão pelas empresas responsáveis pelo desastre, Fundação Renova e 12ª Vara de Belo Horizonte. O processo de reparação e remediação foi um tema presente em todas as interações com as pessoas atingidas realizadas pela FGV para levantamento de danos.

De acordo com recomendações das Nações Unidas (2015), uma abordagem baseada em diretos humanos (ABDH) enquanto metodologia para enfrentamento de desastres requer que as medidas pós-desastre alcancem a reparação integral e a realização de todos os direitos humanos das populações atingidas através de processos participativos, evitando que vulnerabilidades e violações de direitos humanos preexistentes sejam agravadas ou mesmo criadas.

As narrativas e danos trazem à luz indicativos de que a forma de condução da reparação nesse território foi marcada pela falta de transparência no compartilhamento de informações, de celeridade e eficiência na execução de ações, bem como pelo tratamento desigual e excludente para com parte significativa das pessoas, inclusive, negando-lhes o direito ao reconhecimento da condição de atingido. Desta forma, o próprio processo de reparação e remediação acaba por gerar novos danos, inclusive no âmbito do comprometimento dos modos de vida e meios de subsistência da população

atingida, questão verificada também em outros territórios pela FGV (como em 2020k e 2020m).

É importante destacar que a Fundação Renova tem priorizado, desde 2020, a execução de nova plataforma de indenizações (Sistema Novel), instituída a partir das determinações da 12ª Vara Federal (RAMBOLL, 2021). Até fevereiro de 2022, de acordo com dados do site da Fundação Renova, haviam sido homologados 51.852 acordos no âmbito do sistema indenizatório simplificado. A Ramboll (2021) identificou que desde que houve a implantação do Sistema Novel os programas de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PG01) e Ressarcimento e Indenização dos Impactados (PG02), antes utilizados para as pessoas atingidas pleitearem as indenizações individuais, tiveram operação paralisada.

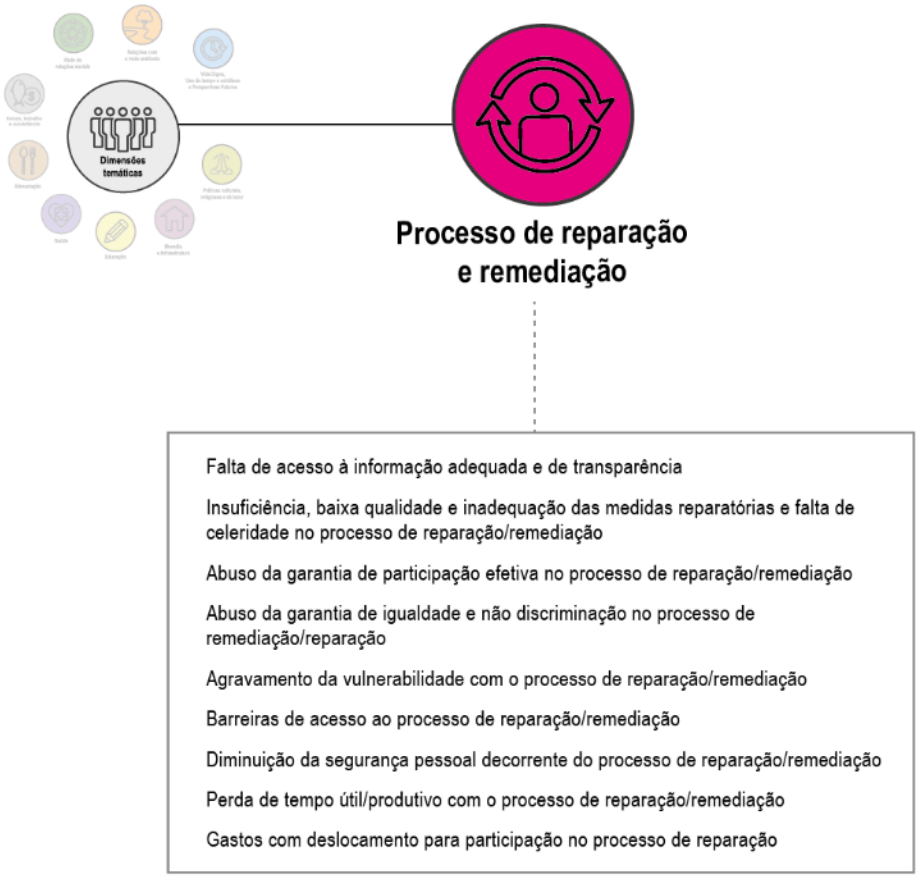
Diversas narrativas que serão trabalhadas nesta seção apresentam as limitações percebidas pela população em relação ao sistema indenizatório simplificado (Novel). De maneira geral, tratam sobre a insuficiência dos valores pagos; sobre as confusões estabelecidas entre o sistema anterior de AFE (Auxílio Financeiro Emergencial) e PIM (Programa de Indenização Mediada — PG02) e o Novel; sobre o termo de quitação geral; e, ainda, sobre os gastos que têm sido imputados à população com o novo sistema, uma vez que ele determina a obrigatoriedade de contratação de advogado.

Para além dos aportes monetários devidos à população atingida, na RECM há situação particular devido às indefinições e inações da reparação em curso relacionadas ao reconhecimento deste território como atingido. Em Nota Técnica, a FGV (2021d) apresenta uma série de justificativas que corroboram com a Deliberação do Comitê Interfederativo (CIF) n° 58/2016 que definiu, a partir de critérios técnicos, com base nas Notas Técnicas no 02/2016 do Grupo Interdefensorial do Rio Doce — Gird e Nota Técnica n° 03/2017/Tamar/Dibio/ICMBio, as localidades e comunidades capixabas identificadas como atingidas até aquele momento, localizadas dentro da Área de Abrangência Socioeconômica e compreendidas entre Nova Almeida (Serra/ES) e Conceição da Barra (ES), além de prever a possibilidade de que outras comunidades impactadas pudessem ser identificadas futuramente. Ocorre que a Fundação Renova e as empresas causadoras do desastre passaram a não reconhecer o Litoral Norte da RECM como atingida e levaram ao juízo a decisão para tal questão. Dessa maneira, com exceção de alguns programas de aportes financeiros e ações pontuais, não há na região qualquer atuação dos demais programas de reparação conduzidos pela Fundação Renova e suas contratadas, o que por óbvio não garante a reparação dos danos sofridos pelas populações da região já exaustivamente destacados aqui e na Nota Técnica supracitada.

Trazendo ainda mais complexidade à situação, está em curso um processo de repactuação conduzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a participação do governo de Minas Gerais e do Espírito Santo, a União e outras Instituições de Justiça. Os baixos resultados do processo de reparação nos últimos seis anos, aliados ao exemplo de acordos realizados no caso do desastre ocorrido em Brumadinho (MG) em 2019, inspiram a repactuação em curso, que ainda pode alterar rumos da reparação.

Em que pese a existência de situações por ventura não identificadas, os registros de campo levaram à identificação de nove danos socioeconômicos ligados ao processo de reparação: (i) Falta de acesso à informação adequada e de transparência; (ii) Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação; (iii) Abuso da garantia de participação efetiva no Processo de reparação e remediação; (iv) Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no Processo de reparação e remediação; (v) Agravamento da vulnerabilidade com o Processo de reparação e remediação; (vi) Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação; (vii) Diminuição da segurança pessoal decorrente do Processo de reparação e remediação; (viii) Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação; e (ix) Gastos com deslocamento para participação no processo de reparação. Tais formulações orientam a organização desta seção em nove blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura a seguir.

Figura 21 — Dimensão temática Processo de reparação e remediação: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.1.8.1 Falta de acesso à informação adequada e de transparência

Este dano socioeconômico é relativo à falta de acesso às informações diversas que envolvem o desastre e seus efeitos e ao processo reparatório conduzido por linguagem que não é clara, acessível e adaptada ao contexto sociocultural dos atingidos, o que os impossibilita de tomar decisões seguras e informadas e de exercerem plenamente seus direitos.

Diversas das temáticas tratadas acima indicam um processo generalizado de desinformação da população atingida. Essa desinformação começa com a própria chegada da lama tóxica de rejeitos na região. Atingidas e atingidos contam não terem recebido nenhum comunicado oficial das empresas responsáveis pelo desastre ou do

poder público quanto o espalhamento dos rejeitos pelo mar e rios da região. Foram descobrindo por conta própria, por redes sociais, mídia ou percebendo alterações ambientais, e posteriormente tiveram acesso a alguns estudos que confirmavam essa chegada.

> N: Ficamos sabendo do desastre através das redes sociais. Após, não esperávamos, não tínhamos noção que chegaria até o nosso território, que iria nos prejudicar, na questão da nossa saúde e no nosso social. Após isso tivemos a perda total do nosso comércio, do nosso produto. Não tivemos um apoio do município quando tivemos o impacto na nossa comunidade, logo que presenciamos tudo. Era porco, era vaca, vários animais morrendo. Não tivemos ninguém que nos dissesse que esse metal pesado que está na localidade fazia mal à saúde. Precisamos de pessoas que possam nos ajudar. Temos que buscar junto ao Ministério Público, à Defensoria Pública...FGV_ILD_058
>
> D: Não sabíamos que íamos ser prejudicados.FGV_ILD_058
>
> N: Na época fiquei com raiva até, não queria acreditar nessa tragédia. Se via uma mancha, o pessoal do parque [Parque Estadual de Itaúnas] ia também, e viam que era a lama mesmo. Foi assim que a gente foi sabendo das informações realmente.FGV_ILD_072
>
> D: A ficha demorou a cair, não acreditávamos que era tão devastador.FGV_ILD_072
>
> N: Vou contar um pouco o que aconteceu em 2015. Eu fico em Nativo, entre Guriri e Campo Grande, já tinha alguns anos que morava em São Mateus e há uns quatro a cinco anos pescando, mas não comercializava, e trabalhava na praia com monitoramento de encalhamento de animais marinhos. Quando veio o desastre a gente não sabia o que poderia acontecer. A informação veio de cima pra baixo, a empresa a todo tempo tentando segurar as informações, pois é uma empresa líder e detém muito poder para manter informações ocultas. Não podemos nem chamar de lama, o que desceu foi metal pesado.FGV_ILD_064
>
> D: A empresa escondeu muito as informações sobre a contaminação quando rompeu a barragem.FGV_ILD_064

Das principais reclamações sobre falta de acesso a informações claras oriundas do processo de reparação estão as dúvidas sobre nível de contaminação do meio ambiente, conforme tratado na Seção 3.2.1.1. Sem saberem se, e o quanto águas, terras, ar e alimentos estão contaminados, moradores e visitantes não sabem quais alimentos locais podem ou não comprar e consumir.

> N: É uma insegurança. Em reuniões que participei já ouvi comentários que pode haver mutações dos peixes da nossa região por conta da contaminação. A gente não sabe. O peixe do fundo é o mais afetado. A gente está vivendo de incertezas.FGV_ILD_064

> D: A empresa escondeu muito as informações sobre a contaminação quando rompeu a barragem.FGV_ILD_064

> N: Os consumidores têm muita insegurança, não sabem se os produtos estão contaminados.FGV_ILD_063

> D: Dificuldade em comercializar os produtos pela desconfiança da contaminação.FGV_ILD_063

Nesse sentido, atingidas e atingidos deixam de ter autonomia sobre sua própria saúde quando não sabem se estão vivendo em ambientes contaminados, se estão tendo contato com metais pesados e o quanto esse contato já gerou ou pode gerar agravos à saúde individual e de sua família. Toda essa falta de informação impede um olhar preventivo para a saúde e mascara possíveis consequências já em curso, como tratado na Seção 3.2.1.6.

> N: Precisamos de médicos que avaliem a saúde física e mental, pois já estamos vendo alguns efeitos na saúde, mas não sabemos tudo. Precisamos saber o que estamos sofrendo e não sermos injustiçados.FGV_ILD_079

> D: Falta de informação a população.FGV_ILD_079

> N: Hoje está vindo essa questão de reparação. Na área econômica, social. Daqui uns dez anos vai vir essas questões de saúde. Vai haver essa reparação também na questão da saúde? Fica essa dúvida. Como vão conseguir reparar a saúde?FGV_ILD_071

> D: Não sabemos como vai ficar a saúde no futuro, consumindo pescado e produtos ao longo do tempo. FGV_ILD_071

Além disso, as pessoas atingidas relatam que não confiam nos estudos sobre contaminação de ambientes que são conduzidos pela Fundação Renova, e pedem estudos independentes. Há, inclusive, pedidos por um Processo de reparação e remediação que estabeleça uma rede de monitoramento. Para além disso, faz-se necessário que os resultados de pesquisas, testes e análises já realizados ou a serem desenvolvidos futuramente sejam apresentados para as pessoas atingidas em linguagem clara e acessível, o que não ocorre atualmente.

As dúvidas e impasses em torno de estudos para comprovar contaminação e toxicidade da terra e das fontes de água ao longo da bacia do Rio Doce, são parte de exemplo utilizado por Zhouri, et. al. (2016) em análise do desastre do rompimento da Barragem de Fundão, suas afetações políticas e sofrimento social. Nesse estudo, os autores observam, entre outras características, duas que merecem ser aqui mencionadas por corroborarem com aspectos descritos nas narrativas das pessoas atingidas: i)

crescentes controvérsias sobre resultados de testes e estudos ao longo da bacia do Rio Doce agonizam os atingidos; ii) as dificuldades no reconhecimento de demandas caracterizam um "escalonamento" e " hierarquização das reinvindicações" (ZHOURI, et. al. 2016, p. 39), o que representa, observam os autores, uma prática sutil das empresas que, estrategicamente, incluem e excluem atingidos nos Processos de reparação e remediação a depender da conveniência.

> N: O mar manda toda contaminação para a terra. Tem que ter um laudo feito por universidades e instituições sérias e não pela Fundação Renova. A Fundação Renova faz análise em alto-mar e em água tratada, tem que fazer no rio e nos poços, nas áreas produtivas próximas ao rio.FGV_ILD_063
>
> D: A Fundação não faz os laudos onde deveriam ser feitos, faz onde não está contaminado.FGV_ILD_063
>
> N: Ofereceram uma moqueca e água para o funcionário da Fundação Renova e ele não quis comer e beber, mas não assumem que está contaminado. Queremos um laudo que mostre a condição da água e dos produtos, mas temos que acompanhar desde a coleta até a análise pois não confiamos no laudo da Fundação Renova.FGV_ILD_063
>
> D: Falta de confiança nas informações fornecidas pela Fundação Renova sobre a contaminação.FGV_ILD_063

Apesar de não terem contato ou clareza em relação aos estudos sobre contaminantes, atingidas e atingidos relatam que percebem diversos indícios de contaminação no ambiente. Essa percepção, advinda de pessoas que muitas vezes nasceram e cresceram no local, que trabalhavam em atividades diretamente ligadas ao ecossistema, como a pesca e a agricultura, ou seja, pessoas com um profundo conhecimento das paisagens locais, muitas vezes não se vê legitimada por estudos considerados científicos. Há uma hierarquia entre os saberes, e nessa disputa os saberes locais perdem espaço para estudos que vêm de fora.

> N: As pedras mais próximas da costa tinham vida, era verde e cheia de algas, hoje estão lisas. Muitos peixes encontrados com tumores e deformações. Vários casos. Tinha que coletar esses peixes para analisar. Tem peroá que pescamos que tem umas manchas, o coro duro descascado e avermelhado na pele. Mas para saber se está contaminado tinha que ter análise.FGV_ILD_079
>
> D: Falta de confiança nos laudos fornecidos pelas empresas e subcontratadas.FGV_ILD_079
>
> N: O meu relato é muito triste. Fazem a gente passar raiva, esses advogados que fazem a gente de mentiroso. Eles pegam água limpa para fazer o laudo. Colocam no meio do mar, onde não tem contaminação. A gente conhece. Os técnicos da Renova são

> abestados, porque eles querem fazer a gente de abestado, mas nós não somos. Nós somos sabidos, nós conhecemos a nossa terra, nós somos doutor. Eu gostaria que esse documento fosse muito sincero, e não demorado. Daqui a pouco todo mundo vai morrer, e isso aí fica. Demorar seis meses para formar esse documento, não tem graça, já passou.FGV_ILD_058

> D: Falta de acesso aos resultados dos laudos sobre contaminação.FGV_ILD_058

Atingidas e atingidos também relatam como lhes falta informação sobre quais canais devem acessar para solicitarem seu reconhecimento como pessoa atingida, quais direitos têm ou não têm e indicam que as informações, quando chegam, muitas vezes são diferentes para cada pessoa ou comunidade.

> N: Uma questão negativa foi a desigualdade entre comunidades. Gera até um certo atrito entre comunidades. As informações não chegaram da mesma forma.FGV_ILD_071

> D: Hoje tem conflitos quanto ao entendimento de quem é ou não atingido.FGV_ILD_071

> N: Era falta de informação, tinha que ir pra fora daqui para buscar o pouco de informação que tinha. Começou muitos a saber antes dos outros, aí, o que foi que aconteceu, acertou com poucos e deixou a maioria para trás, que não sabia de nada.FGV_ILD_077

> D: Falta informação para a população sobre o processo como um todo.FGV_ILD_077

Há relatos inclusive de moradores locais que não sabiam até recentemente o que era a Fundação Renova:

> N: Quando vocês entraram em contato comigo eu falei nossa, que bacana, tem alguma coisa boa acontecendo. Eu tinha achado que isso estaria acontecendo dentro de uma escala, do mais atingidos, como os pescadores, pro menos impactado, mas um estudo com todas as pessoas. Até então eu não sabia que tinha essa Renova, a partir do momento em que eu fui entrando em contato com as meninas fui encontrando esse tipo de informação.FGV_ILD_073

> D: Eu não sabia da existência da Fundação Renova até pouco tempo atrás.FGV_ILD_073

Muitos relatam não saber os critérios utilizados para que sejam considerados atingidos, como será detalhado no dano socioeconômico sobre as barreiras do acesso à reparação. Há falta de informação generalizada sobre quais pessoas e atividades econômicas podem ou não ser consideradas atingidas. Também correm notícias de que o *status* de atingido seria apenas ligado ao critério da atividade econômica e não algo

extensível a todos os moradores locais que residem nos ambientes que receberam a lama tóxica de rejeitos. Apesar de residentes no Litoral Norte da RECM se sentirem atingidos por todos os prejuízos ao seu cotidiano e modo de vida, o sistema exige uma legitimação institucional, externa, para a qual os caminhos de acesso não são claros. Muitos relatos indicam que, ao início, foi pensado que apenas os pescadores teriam direito a um auxílio econômico, o que fez com que outras pessoas demorassem a buscar seus direitos em virtude da desinformação.

> N: Um ponto importante é o da informação. O que aconteceu com ela aconteceu com muitos agricultores da região. Porque quando tudo aconteceu a gente achava que quem tinha que ser reparado era o pescador, que foi a primeira classe a ser atingida, a gente achava que nós agricultores não teríamos direito.FGV_ILD_073

> D: No começo era dito que só os pescadores foram atingidos, e a gente (comerciantes, agricultoras etc.) não teríamos direito.FGV_ILD_073

> D: Muita falta de informação sobre como acessar os direitos à reparação.FGV_ILD_073

> N: Aí começamos a entender que tínhamos sido atingidos e levar a voz do atingido. Aí depois fomos para estradas e perceber o que era atingido, era impactado, era perca de renda. A gente não entendeu se era pra cadastrar só a pesca ou todo o município atingido. Demorou pra entrar na nossa mente, a gente não sabia como distinguir o verdadeiro impacto desse crime.FGV_ILD_077

> D: Dificuldade para terem reconhecimento como atingidos.FGV_ILD_077

> N: Aqui no assentamento teve um grupo que veio dar orientação, isso antes de 30 de abril de 2020, mas a gente tinha dúvida de como seria comprovado. Até então achávamos que era a classe de pesca formal ou informal que iria ser reparada.FGV_ILD_073

> D: No começo era dito que só os pescadores foram atingidos, e a gente (comerciantes, agricultoras etc.) não teríamos direito.FGV_ILD_073

Para aqueles que conseguiram encontrar algum caminho, seja o do cadastro junto à Fundação Renova, seja o da contratação de advogados no sistema Novel, ainda pairam muitas dúvidas sobre se e quando receberão seus devidos aportes monetários. Há relatos que indicam que, por vezes, atingidas e atingidos nem mesmo sabem o que estão assinando, ou seja, participam de um processo de maneira desinformada, o que os torna ainda mais vulneráveis e dependentes seja de profissionais do direito seja de instituições como a Fundação Renova. A desinformação também afeta sua saúde física e mental.

> N: Na realidade a gente ficou sabendo pela TV, e a gente sentiu na nossa produção imediata e ficamos sofrendo sem saber a quem recorrer e se podia recorrer a alguém, ficamos nesse dilema por bastante tempo. Vendo a produção cair sem saber o que fazer. É uma cidade pequena, todo mundo conhece todo mundo, não tem conflito, tem debate acalorado, mas todo mundo conversa com todo mundo.FGV_ILD_077

> D: Sentimos imediatamente a queda da produção, contudo não sabíamos o que fazer.FGV_ILD_077

> N: A [sentença] do [Juiz] Mário, quando foi criado a comissão de Conceição da Barra, o presidente lançou a ideia no grupo de WhatsApp, quando ele falou que ia conversar no juiz, de imediato mais da metade das pessoas foram contra, quem acompanhava o movimento foi contra. O que eles propuseram, acho que 2018 ou 2019, nessa reunião, e a gente foi contra a formação de comissão. Quem acompanhava o movimento, o processo de força tarefa com o Ministério Público e Defensoria Pública. [...] O que eles fazem hoje, pegam o documento e assinatura do atingido, e o atingido não sabe bem ou mal o que está assinando.FGV_ILD_077

> D: População assina papéis sem saber ao certo o que está assinando, e são enganados pelos advogados.FGV_ILD_077

Trata-se de um processo de falta de informação generalizada. As instituições responsáveis pela reparação, empresas causadoras do desastre e Fundação Renova, parecem agir em sentido oposto ao de uma reparação justa e informada. Ao gerarem desinformação, muitas vezes desmobilizam lutas e grupos, causam conflitos, impedem atingidas e atingidos de terem uma reparação a contento e estimulam ansiedade, depressão, problemas de saúde.

> N: Nós precisamos sim de ter esclarecimento, a nossa comunidade, lideranças políticas, precisam participar desse processo de formação de políticas públicas. Tem os programas da Renova, mas nenhum está acontecendo aqui, não existe aqui, nenhum está funcionando aqui. O que existe é o maior crime ambiental do nosso país. Os defensores públicos, os órgãos públicos oficiais, não repassam as informações, nada em papel, nada que assuma os riscos de suas falas. O que precisamos é nos unir para formar essas políticas, não sabemos do futuro, não sei se meu neto de quatro anos vai sofrer com esse impacto.FGV_ILD_064

> D: Desconhecimento e falta de informação quanto aos efeitos do desastre.FGV_ILD_064

> N: São cinco anos que começou o desastre. Cinco anos que estamos à deriva. Não sabemos de nada. Se a Samarco e a Renova chegassem para nos dizer alguma coisa, uma rota a pegar. Nossos filhos ficaram sem aquela rotina que tinha todo dia, sem alimentação apropriada. [...] Se eu não pesco, como eu vou levar a comida pra casa? Como eu vou comprar a roupa para os meus filhos? [...]. Se dissessem que vão resolver, mas não tivemos isso. Estamos sem saber o que fazer. A

> Samarco chama pra reunião, e só fica nisso. Meus filhos precisam comer, precisam de uniforme, precisam de escola. Se eu não estou trabalhando, como eu vou colocar as coisas dentro de casa? A Samarco tirou a nossa vontade de viver.[FGV_ILD_058]

> D: Falta de informação sobre a reparação.[FGV_ILD_058]

3.2.1.8.2 Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação

Esse dano socioeconômico é relativo aos efeitos negativos do processo de reparação com a prestação de serviços falhos, morosos, ineficientes e insuficientes. Relaciona-se com a demora para endereçamento das demandas indenizatórias dos atingidos, com a não obtenção de soluções satisfatórias. Aqueles que sofreram estes danos podem ter sofrido também com o agravamento de vulnerabilidades e com a falta de acesso a serviços essenciais, os quais, em razão de terem sido comprometidos pelo desastre, despontam como obrigações das empresas responsáveis pelo desastre e por conseguinte da Fundação Renova.

Conforme relatado no dano socioeconômico relacionado à falta de acesso à informação adequada e transparência, a Fundação Renova age nos territórios de forma confusa, dificultando a compreensão de aspectos fundamentais de seus programas, como critérios para indenização, definição de valores e elegibilidade para auxílio emergencial. Sua atuação marcada por desinformação e quebra de expectativas dificulta o acesso das pessoas atingidas à justa reparação. Foram citadas muitas falhas relacionadas ao processo de cadastro, como desinformação e desentendimento em relação a prazos e atividades econômicas passíveis de serem cadastradas para fins de indenização.

As comunidades relataram estar cansadas de esperar por resultados efetivos dos programas de reparação. As narrativas a seguir explicitam como algumas pessoas atingidas não se sentem atendidas da maneira satisfatória pelos programas.

> N: Precisamos que venham, que tragam um retorno bom. Não fique só no papel. O tempo está passando tão rápido, e as pessoas estão perdendo a sua vida. É depressão, é covid etc.[FGV_ILD_058]

> D: A Samarco faz muitas reuniões, mas não resolve nada.[FGV_ILD_058]

> N: E hoje ainda querem tirar nossos direitos, dizendo que nossa área está própria para a pesca, e não está. Para Fundação [Renova], a gente pode ficar à deriva. Não tem preocupação com a nossa saúde, os 42 programas não atuam aqui, um ou outro recebe, e mais nada. A

> situação da gente não é fácil. A quitação, essa questão não pode ser assim, tem que continuar buscando nossos direitos. Nossa luta nunca parou.[FGV_ILD_058]

> D: A Fundação Renova não reconhece os danos à saúde relacionados ao desastre.[FGV_ILD_058]

A morosidade do processo indenizatório foi outro aspecto importante mencionado durante as oficinas. Conforme relatado, as pessoas atingidas não têm conhecimento sobre o andamento de seus pleitos por indenização, e não recebem satisfação a respeito do constante descumprimento de prazos pela Fundação Renova. A morosidade deixa as pessoas tristes e sem perspectiva, sentindo-se "à deriva".

> N: E hoje vê que não vai mais receber [...]. Falaram que ia acertar, até quando que vou conseguir aguardar? Tem um monte de gente se matando, será que não é por conta disso? Aguarda, aguarda, aguarda. Sem saber até quando. Tem que fazer uma análise pra saber se não é por conta disso que as pessoas estão se matando: de tanto aguardar pela justiça e a justiça não ser feita.[FGV_ILD_077]

> D: A indefinição das indenizações deixas as pessoas confusas, preocupadas e com depressão.[FGV_ILD_077]

> N: Estamos num barco à deriva, sem saber o que fazer. Passou na minha mente esses anos todos que estamos sendo prejudicados. Os projetos da Renova ficaram todos no papel até hoje. Estamos sofrendo por causa da lama de Fundão, porque não sabemos o que fazer.[FGV_ILD_058]

> D: A insegurança nos mata.[FGV_ILD_058]

> N: A indenização não resolve tudo. Ajuda no momento, mas não dá para saber o que vai ser do futuro. Os jovens estão indo embora, se você está doente não tem saúde para trabalhar na roça e os filhos vão embora tentar algo melhor. Não tem como dar continuidade e acaba tendo que vender a roça para ir para cidade e morrer.[FGV_ILD_063]

> D: A espera pela reparação deixa a gente triste.[FGV_ILD_063]

Para algumas pessoas, a necessidade de insistir por um processo de reparação justo as coloca em uma posição humilhante em relação às empresas responsáveis pelo desastre e à Fundação Renova.

> N: Somos humilhados quando pedimos uma reparação, como se não tivéssemos o direito de reclamar. Somos um alguém qualquer para eles, não atendem e precisamos de advogado para buscar algum direito. Somos reféns dessa situação.[FGV_ILD_063]

> D: Eu temo muito pelo nosso futuro se depender das mineradoras, que não se importam com a gente.[FGV_ILD_063]

Às vulnerabilidades colocadas pelo desastre são adicionados os efeitos de outros desastres, como a pandemia de COVID-19 e o derramamento de óleo no litoral brasileiro em 2019[78]. A possibilidade de uma reparação coletiva é considerada uma boa perspectiva para alguns, diante da insuficiência da reparação individual e dos diversos danos que extrapolam a questão financeira de cada um.

> N: No final de 2019 tivemos um problema com o óleo também, afetou o nosso verão, depois tivemos a pandemia. Então tá complicado. Quando a gente pensa que vai respirar, vem mais alguma coisa. É complicado, mas quando você me falou da proposta de vir um ressarcimento coletivo, a gente ficou animada. Eu não sou reconhecida nem como atingida. O próprio pescador hoje ainda não recebeu a indenização. Estão indenizando os informais, mas tem uma série de pessoas que faziam esse trabalho e estão recebendo. Nem o pescador, nem o comerciante.FGV_ILD_072

> D: A falta de ações céleres e efetivas para reparar danos prejudica a retomada das atividades e as deixam mais suscetíveis aos eventos adversos (chegada do óleo e pandemia).FGV_ILD_072

Participantes das oficinas relataram também a inadequação dos demais programas da Fundação Renova às prioridades das pessoas atingidas. De acordo com os relatos, a Fundação Renova adota uma postura tutelar que desconsidera o ponto de vista de atingidas e atingidos sobre as medidas de reparação, conforme ilustrado na narrativa a seguir:

> N: O trabalho da Fundação Renova era mais de querer nos ensinar a trabalhar, mas não nos dar condições para trabalhar. Já vamos para seis anos, e tem gente que não recebeu nem um real. Então assim, eles praticamente não fizeram nada dentro do nosso território. O que eles queriam era vir, palestrar, dizer para a gente como fazer o trabalho deles, e acharam que isso era suficiente. Para a gente isso não é suficiente. Quando reconheceu começou a pagar uma minoria. Depois começaram a dizer que nós não somos impactados. Mas quem é pescador, agricultor, que trabalha aqui, sabe que a nossa área não está mais própria para nada.FGV_ILD_058

> D: São Mateus e Conceição da Barra até hoje não são totalmente reconhecidos pela Samarco e pela Renova.FGV_ILD_058

Tal inadequação ganha ainda mais importância se considerado que o processo reparatório conduzido pela Fundação Renova não oferece alternativas econômicas reais às comunidades atingidas, segundo as narrativas registradas.

[78] Em outubro de 2019 foi identificado um vazamento de cinco mil toneladas de óleo que chegou ao litoral brasileiro e atingiu ao menos 130 municípios em 11 estados (nove no Nordeste, além do Espírito Santo e Rio de Janeiro). É considerado um dos maiores desastres socioambientais do Brasil, tendo gerado danos aos ambientes costeiros, marinhos e estuarinos e à diversas comunidades do litoral, prejudicando especialmente trabalhadores do mar.

> N: As empresas precisam gerar alternativas para as comunidades. A agricultura vai demorar muito para voltar ao normal e daqui pra lá precisamos de renda. Uma sugestão seria a Samarco montar uma usina eólica e/ou solar para gerar renda para as comunidades, pois aqui venta muito e o sol também é forte.FGV_ILD_063

> D: Deveríamos ter alternativas para a produção agrícola e para geração de renda para as comunidades.FGV_ILD_063

As pessoas atingidas pontuaram críticas também em relação ao Novel, reiterando a insuficiência das indenizações oferecidas nesse novo sistema, a necessidade de reabertura do cadastro e a impossibilidade de considerar a quitação geral como condição à continuidade do processo indenizatório. De acordo com os relatos, as empresas responsáveis pelo desastre deveriam garantir alternativas de renda às comunidades atingidas até que seja possível tanto a recuperação do meio ambiente quanto desenvolver novamente atividades socioeconômicas, como a pesca e a agricultura, com segurança, para que sejam reestabelecidas condições de vida mínimas aos(às) que foram atingidos(as).

> N: A indenização é insuficiente para reparar todos os danos. Querem fazer a gente engolir goela abaixo com um sistema [Novel] desse miserável. E a gente, se não aceitar, eles ainda mentem e fingem dizendo que o sistema PIM [Programa de Indenização Mediada] tá funcionado. Mas é mentira. Então, imagina agora nós que ainda até hoje não recebeu nada.FGV_ILD_078

> D: Valor de indenização é insuficiente para uma retomada econômica.FGV_ILD_078

> N: A gente não pode aceitar a quitação total! O cartão que eles iam pagar era 10 anos e agora eles estão cortando. E o fechamento e cadastro? E os netos da gente? E os da minha família, pescador, neto, filho de pescador. Ele quase morreu. Eu quase perdi meu irmão. Eu não consegui fazer o cadastro. Os idosos que não entende, que não tem leitura. Eles não pode fechar o cadastro.FGV_ILD_078

> D: A indenização é insuficiente para reparar todos os danos.FGV_ILD_078

As críticas ao Novel abrangeram também as confusões geradas no transcorrer das indenizações. Conforme relatado nas oficinas, o processo do Novel é, assim como o PIM e AFE, confuso. As pessoas atingidas se sentem menosprezadas por alguns dos(as) advogados(as).

> N: Aí eu dei entrada em 21 de agosto de 2020 com os advogados, me pediu todos os documentos, me cobrou uma taxa e paguei uma taxa de R$ 50,00. Depois me ligaram pra eu levar o número do cartão do banco, levei meus dados da poupança da caixa, tudo direitinho, entendeu? E fiquei dentro de um jogo de empurra, um dizendo que o

> processo tava com um e o outro dizendo que tava com o outro, dizendo que meu protocolo tava errado, o nome etc.FGV_ILD_073

> D: Advogados solicitam muitos documentos, que geram gastos, e não fazem o que deveriam.FGV_ILD_073

> N: Quando eu cheguei lá em São Mateus no mercado municipal tava todo mundo falando "você não pegou os R$ 500.000,00 não, você é besta? A Renova querendo te pagar R$ 500 mil e você não aceitou". Me oprimiu. Por que o advogado não chegou para mim e falou? Falou para outra pessoa e o outro sai mais para frente. Eu sei que esse advogado, não foi ético dele fazer isso. Eu me senti muito humilhada. Igual vários atingidos que passa por essa humilhação. Passa por eles, eu sei que passa. Isso é triste, a gente fica muito oprimidos. Nós mulheres, e muitos homens também passam. Eu queria nosso direito, direitos iguais.FGV_ILD_078

> D: Conflitos com postura dos advogados.FGV_ILD_078

> N: O advogado ganha muito mais. Que tem advogado ganhando 10%, 15%, 20%. Nós recebemos aquela mixaria, não dá para nada, vem descontando tudo. E nós pescadores, vivemos hoje uma tristeza. A vida pior.FGV_ILD_078

> D: Conflitos com postura dos advogados.FGV_ILD_078

Por fim, os relatos descrevem como a exigência de quitação geral contradiz os compromissos estabelecidos pela própria Fundação Renova em garantir ressarcimento de perdas às pessoas atingidas no longo prazo, dado que não há perspectiva clara do rejeito ser removido da foz do Rio Doce e da região ser descontaminada.

> N: E ela [Fundação Renova] vem quitar esse processo, ela quebrou esse contrato com a gente, como pode isso? Ele disse [que] ia ressarcir a gente até 2025, que ia ser prorrogado por mais dez anos, mas esse rejeito fica aí no fundo, e quando da maré grande, vem esse rejeito matando nossa vegetação toda, matando tudo. E queria saber como esse juiz dá razão a pessoas que não sabe o que é setor pesqueiro, não sabe o que é pesca, não sabe o que é sofrimento do alto-mar. A gente fica aí à deriva, não tem ninguém para nos ajudar, somente Deus. Estamos aí acreditando que pode mudar, haja justiça nesse Brasil.FGV_ILD_077

> D: Como não foi retirado nem 2% do rejeito do rio e nem das encostas o rejeito acaba voltando para o mar.FGV_ILD_077

3.2.1.8.3 Abuso do direito de participação efetiva no Processo de reparação e remediação

Trata-se de um dano relacionado à ausência ou insuficiência de participação adequada da pessoa atingida em todas as fases do ciclo do desastre. A ausência de participação se manifesta em casos em que as pessoas atingidas não são ouvidas, não têm acesso humanizado aos canais de atendimento, e não conseguem influenciar o processo de reparação, fazendo com que a reparação que lhes é entregue não atenda aos anseios e expectativas.

As pessoas atingidas reclamaram da insuficiência na participação de todo processo de reparação, do reconhecimento do Litoral Norte como área atingida pelo desastre, passando pelas primeiras medidas apresentadas pela Fundação Renova nos territórios e chegando a temas mais recentes, como o Novel e o processo de repactuação dos programas de reparação.

De acordo com as narrativas, as comunidades do Litoral Norte do Espírito Santo compreendem que a efetiva participação das pessoas atingidas acontece somente mediante a representação legítima dessas populações tanto no desenho como na operacionalização dos programas de reparação endereçados ao desastre. Conforme relatado, nunca houve, por parte da Fundação Renova, estímulo ao envolvimento das pessoas atingidas nesses processos definidos unilateralmente.

> N: É muito importante a representação do atingido para fiscalizar, propor, pois órgãos que deveriam fazer isso e não fizeram. A participação efetiva dos representantes da comunidade seria muito importante para validar.FGV_ILD_064

> D: Falta apresentação de matriz de danos e valores de indenização pelos órgãos legitimados para representar os atingidos.FGV_ILD_064

As comunidades relataram que sugeriram inclusive caminhos para o processo de reparação, mas que a Fundação Renova foi resoluta em seguir sem o envolvimento das pessoas atingidas. Por exemplo, foram oferecidas propostas de retomada de atividades produtivas, como tanques para piscicultura e programas de manutenção de cultivos que foram prejudicados pelo declínio de polinizadores (ver seções 3.2.1.1 e 3.2.1.2) que nunca chegaram a ser concretizados pela Fundação Renova. Dessa forma, as pessoas atingidas manifestaram se sentirem à parte do processo de construção dos programas de reparação.

> N: Se a Fundação Renova quisesse trabalhar, colocaria aqueles 42 programas dentro das localidades. Demos exemplos do que poderia

> ser trabalhado: tanques de peixes, programas para a agricultura, para a aroeira. Demos opções, mas não foi trabalhado. Ficou no papel. Creio que deveria vir da Fundação Renova querer trabalhar junto a nós. É questão de vir executar projeto nas comunidades e nos dar pernas para trabalhar. Para a gente poder trabalhar, a gente precisa de condições. E essas condições eles são obrigados a nos dar.FGV_ILD_058

> D: Muitas promessas não cumpridas.FGV_ILD_058

> N: Outro ponto importante, na parte da reparação, é falar sobre os programas. Faltam propostas de reparação para retomada produtiva, mas na verdade falta a participação dos atingidos nessas propostas, não tem a participação dos atingidos em nada.FGV_ILD_077

> D: A Fundação Renova tem maioria nos espaços de governança (CIF), então há uma participação falsa.FGV_ILD_077

As comunidades apontam ainda os limites postos pelos espaços de participação dados pelo TAC Governança, como o CIF e as Câmaras Técnicas. A composição e funcionamento dessa estrutura é conhecida por parte da população atingida, que justamente apropriada desse conhecimento atesta que não se sente devidamente representada ali.

> N: Algumas pessoas estão na Câmara Técnica, mas a [Fundação] Renova sempre ganha, pois eles são maioria lá dentro. Na verdade, é uma falsa participação, eles só aceitam o que eles querem.FGV_ILD_077

> D: A Fundação Renova tem maioria nos espaços de governança (CIF), então há uma participação falsa.FGV_ILD_077

O sentimento de distância em relação à Fundação Renova é representado, ainda, nas narrativas a respeito da dificuldade vivida pelas pessoas atingidas nas tentativas de atendimento. Para as pessoas atingidas, todo processo envolvendo o cadastro, o reconhecimento de indivíduos como atingidos(as) e a efetivação da indenização a partir do Programa PG02 (Ressarcimento e Indenização dos Impactados) é confuso. De acordo com os registros feitos em oficinas, foi feita uma matriz de danos para fins indenizatórios em Conceição da Barra e São Mateus, porém, sua aplicação ocorreu sem diálogo com as comunidades.

> N: Na verdade, nós não temos ainda uma matriz de danos, nós nem discutimos o tamanho do nosso impacto. Veio essa matriz de danos aí que a gente não sabe da onde e nem quem foi que fez. Teve um prejuízo muito grande no lazer comunitário, no geral.FGV_ILD_078

> D: Falta de reconhecimento por todos os danos sofridos.FGV_ILD_078

> N: Não houve nenhum valor de danos da parte dos órgãos públicos defensores que são legitimados para isso, nunca questionaram a matriz de dano atual, que acho muito aquém do valor que se deveria, e assim essa geração perdeu muito com isso.FGV_ILD_064

> D: Falta apresentação de matriz de danos e valores de indenização pelos órgãos legitimados para representar os atingidos.FGV_ILD_064

No que diz respeito aos limites do processo de reconhecimento e indenização de pessoas atingidas, merece destaque o caso específico dos pescadores, que tiveram seu processo de reconhecimento dificultado por conta da informalidade dessa atividade na região. Relatos apontam que o processo de reconhecimento se alinharia mais à realidade das comunidades se pescadoras e pescadores tivessem sido tratados diferenciadamente para fins de indenização.

> N: Antes de começar a indenizar tinha que reunir com as comunidades, separar o pescador do resto. [...] Enquanto isso, vamos sofrendo ameaças, dos tubarões, e pessoas adoecendo preocupadas que não vai receber.FGV_ILD_077

> D: Grande interferência dos advogados no cotidiano da comunidade.FGV_ILD_077

Relatos sobre a participação insuficiente das comunidades no processo de reparação também foram relativos ao acompanhamento das pessoas atingidas no processo de monitoramento da contaminação dos ambientes que elas ocupam e em que circulam, e no acompanhamento da saúde pública na região, conforme detalhado nas seções 3.2.1.1 e 3.2.1.6).

> N: A comunidade que deveria acompanhar as coletas e apontar onde coletar. Não temos nenhuma confiança nas coletas da Fundação Renova. Precisamos participar e acompanhar.FGV_ILD_063

> D: A gente deveria poder acompanhar as análises sobre a contaminação.FGV_ILD_063

A quebra de expectativa em relação a uma reparação justa, e que cobrisse não apenas a indenização por danos patrimoniais, vem gerando cansaço das lideranças, que depois de insistirem em apresentar pleitos às empresas responsáveis pelo desastre, começam a desacreditar que sua participação de fato influenciará o reconhecimento e a reparação dos problemas enfrentados pelas comunidades.

> N: Na nossa região hoje, muitas das lideranças nem participam mais. A empresa está ganhando força em cima daquilo que as pessoas já desacreditaram. Nós estamos aqui falando isso com muita coragem de defender a todos. Essas pessoas de entidades, presidentes de

> associações, até hoje não receberam nada. Se fosse depender de passar fome por essa indenização, muitos já teriam morrido. Hoje, de início, nós ouvimos de três pessoas que faleceram na nossa região. Quantos outros vão morrer sem receber?FGV_ILD_058

> D: Pessoas morrendo sem receber a reparação.FGV_ILD_058

As narrativas evidenciaram, ainda, que, para as comunidades atingidas do Litoral Norte do Espírito Santo, a implementação do sistema de indenização simplificado (Novel) restringe ainda mais a real e efetiva participação popular no processo de reparação. De acordo com os relatos, o novo sistema de indenização enfraquece o processo de constituição das comissões de atingidos eleitas nos territórios[79] ao dar protagonismo à representação das pessoas atingidas por advogados(as).

> N: Essa parcela [contra], eles bloquearam a gente de participar da reunião com o juiz, eles não deixaram a gente chegar lá para falar que era contra. Como vai ficar a voz do atingido. Pergunta se o presidente da comissão representa alguém aqui, não. Porque quando o MAB [Movimento dos Atingidos por Barragens], o dr. Paulo [Trazzi, do MPF] fazia reunião aqui, era tudo aberto, todo mundo participava.FGV_ILD_077

> D: Desmobilização e conflitos comunitários após a criação da nova Comissão de Atingidos.FGV_ILD_077

> N: A gente sabe que eles estão escolhendo outra assessoria. Nós já tínhamos escolhidos uma assessoria, de mais de mil pessoas, dois mil, três mil, não sei quantas mil, mas sei que foram mais de mil atingidos que escolheram essa assessoria.FGV_ILD_078

> D: Falta uma matriz de danos para São Mateus.FGV_ILD_078

Em contraste à participação limitada colocada pelo sistema Novel, as comissões organizadas pela Força Tarefa do MPF e a representação das Defensorias Públicas

[79] O processo de constituição de comissões de atingidos foi feito nos territórios de Minas Gerais (à exceção de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Chopotó) e Espírito Santo visando a efetivação do direito das pessoas atingidas à contratação de Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), estabelecido como obrigação das empresas no âmbito da celebração do Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) e de seu respectivo Termo Aditivo, ambos assinados em 2017. Em conformidade com este aditivo, em junho de 2018, o Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH) foi contratado para a coordenação dos processos de escolha das ATI e a sua coordenação metodológica, tendo iniciado as suas atividades entre o final de 2017 e os primeiros meses de 2018. Em julho de 2018, foi aberto o processo de credenciamento de entidades interessadas em oferecer ATI e, em agosto, o FBDH retornou a campo para consolidar o processo de formação das comissões de atingidos e dar início ao processo de escolha das ATIs, que foi concluído no início de 2019. O Juiz da 12ª Vara Federal, sediada em Belo Horizonte, assinou a homologação das ATIs em setembro de 2019, quando as empresas, MPF e as entidades de ATIs escolhidas iniciaram o processo de negociação dos planos de trabalho construídos de forma participativa com as comissões de atingidos para posterior contratação. Porém, as negociações não chegaram a um acordo e as ATI não foram contratadas até a data de finalização do presente documento.

foram citadas como representações mais legítimas dos anseios e expectativas das comunidades em relação a uma reparação justa e integral.

> N: Eu queria falar com a companheira que ela lembra também, que quando nós estávamos organizados com a Força Tarefa com a Defensoria pública, nós éramos mais felizes. Nós conseguíamos conversar mais, dialogar mais. Depois que entrou essa comissão, os procuradores, a gente não se reúne mais, a gente não sabe o que eles tão fazendo. São só sete pessoas, seis pessoas. A gente só vê foto nas redes sociais que eles se encontraram entre eles. A gente não discute mais.FGV_ILD_078
>
> D: Falta uma matriz de danos para São Mateus.FGV_ILD_078
>
> N: A gente saía mais aliviada desses eventos com a Força Tarefa. A gente não quer que acabe isso. Isso foi uma coisa que mudou. Eu acho que muitos conflitos apareceram depois que formou essa comissão desses procuradores aí.FGV_ILD_078
>
> D: Falta uma matriz de danos para São Mateus.FGV_ILD_078

As pessoas atingidas relataram, ainda, que as comissões de atingidos constituídas para negociarem diretamente com a 12ª vara não possuem representatividade em relação ao conjunto de comunidades atingidas.

> N: Aí vai lá meia dúzia e tira esse direito da gente com a quitação geral. A gente não sabe quanto tempo isso vai se recuperar, pode ser vinte e cinco anos, trinta anos, ninguém sabe. E como que faz a quitação geral?FGV_ILD_077
>
> D: Falta de espaço dos governos e empresas para participação dos atingidos nas propostas de repactuação.FGV_ILD_077
>
> N: A gente não está entendendo, o que o Ministério Público pecou, a justiça aceitou uma comissão fechada, não pode, perdeu a força, o atingido perdeu a força de lutar pelo certo. Somos impactados e atingidos, não estamos para mentir.FGV_ILD_077
>
> D: A negociação da nova comissão difamou a imagem do MPF.FGV_ILD_077
>
> N: Assinamos um documento que não reconhece a comissão. Pior, denegriram a imagem do Ministério Público, fulano comemorando em cima, dizendo que é vitória, pra quem? Não é questão de valor, tem pescador que pagou 30% para os advogados.FGV_ILD_077
>
> D: Nova comissão não representa muitos dos atingidos, em especial os pescadores.FGV_ILD_077

Os relatos colhidos em oficinas destacaram também a perspectiva das mulheres quanto à insuficiência da participação, conforme ilustrado na narrativa a seguir e detalhado na Seção 3.2.1.8.4.

> N: Eu falo enquanto associação de mulheres, a Fundação Renova procurou uma cooperativa do MST [Movimento Sem Terra], a Copterra, no caso o nosso assentamento é do MST. A cooperativa fez alguns projetos de reparação, mas nós mulheres não fomos convocadas pra nenhuma reunião.FGV_ILD_073

> D: A Fundação Renova não procurou a Associação de Mulheres, somente as outras Associações dos Assentamentos.FGV_ILD_073

A preocupação de não terem suas prioridades representadas na reparação se estende também ao processo de repactuação dos programas da Fundação Renova hoje vigentes. De acordo com os registros colhidos em oficinas, as pessoas atingidas sentem que sua perspectiva sobre as ações de reparação não é considerada na repactuação, o que adiciona novas angústias em relação ao futuro.

> N: A falta de abertura dos governos estaduais e das empresas na elaboração da repactuação dos planos, onde até agora os atingidos não tiveram voz e não participaram da negociação, não puderam falar o que eles sofrem, como falta de camarão, de peixe etc.FGV_ILD_064

> D: Falta da reparação integral justa para reestabelecer os modos de vida.FGV_ILD_064

> N: Temos a preocupação com a repactuação também, para investir na pesca, na saúde, se não o governo vai fazer uma estrada lá onde não tem nenhum atingido. Também temos essa preocupação. A gente está levando pro certo, tentam nos difamar, mas nunca mudei minha voz pra agradar eles. É a realidade do pescador mesmo. Somos pé molhado, nativo e criado na pesca.FGV_ILD_077

> D: Não basta somente a indenização. Temos preocupação com o meio ambiente, saúde, entre outros.FGV_ILD_077

> N: Tem a repactuação que a gente vem tentando, ficamos dois meses tentado abrir a porta com prefeito, ficamos com medo de politicagem, mas abriram a porta para a gente mostrar as pautas. São os atingidos que fazem parte do comitê. A gente tá aqui, espera que nossa voz ecoe. O rio tá aqui do lado, e estamos cercados de água e manguezal, se não somos atingidos, quem foi? A lama já chegou na Bahia, o exemplo do óleo, foi 700 km pra fora da costa e chegou aqui no estaleiro.FGV_ILD_077

> D: Preocupação com a repactuação, se o dinheiro vai vir realmente para os atingidos.FGV_ILD_077

3.2.1.8.4 Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no processo de remediação/reparação

Esse dano se relaciona à percepção de atingidas e atingidos de que houve um tratamento não igualitário e discriminatório no âmbito das ações reparatórias, seja no âmbito de medidas de resposta (com ênfase ao AFE), seja nas ações de recuperação, reconstrução e reabilitação e, ainda, no âmbito do cadastro, que fornece subsídios para todos os programas socioeconômicos.

Nesse sentido, o tratamento desigual de gênero no âmbito da reparação oficial em curso, conduzida pela Fundação Renova, é o principal fator de reclamação nas oficinas realizadas no Litoral Norte da RECM. Em muitas falas, as mulheres são colocadas como preteridas pela reparação em instâncias diversas, como o fato de serem comumente colocadas no cadastro como dependentes de seus companheiros, mesmo que tenham atividades econômicas próprias prejudicadas pelo desastre[80]. Essa dependência torna as mulheres reféns de seus maridos, que por vezes gastam todo o valor sem haver divisão, não o aportam devidamente para suprir gastos da casa e da criação dos filhos, decidem com que a mulher pode ou não gastar. Tudo isso gera uma série de conflitos domésticos — detalhados na seção dedicada à Rede de Relações Sociais —, brigas, separações, as quais se tornam um novo problema à mulher que decide se afastar do companheiro do qual era financeiramente dependente por responsabilidade da Fundação Renova. O processo em curso de reparação, ao não dedicar os devidos aportes financeiros às mulheres, retira sua autonomia. Mesmo mulheres viúvas relatam a dificuldade de convencer os responsáveis pelo cadastro de que não eram dependentes de homens, tendo sua palavra colocada em dúvida.

> N: É bom pontuar aí, as mulheres não são reconhecidas em seus próprios impactos, são colocadas nos cadastros dos homens, são sempre dependentes. É como se o fato de seu trabalho como limpadora de peixe não valesse. As empresas colocaram todos juntos, e isso causa aqueles conflitos de separação.FGV_ILD_077

> D: As mulheres não são reconhecidas em seus impactos, são colocadas como dependentes nos cadastros dos maridos.FGV_ILD_077

[80] Em estudo realizado a partir dos dados do Cadastro (FGV, 2019e) é apontado que, dos titulares com recebimento do auxílio ativo em agosto de 2019, apenas 36% eram mulheres. Outro estudo realizado pela FGV (2019a), que analisa relatos de mulheres realizados à ouvidoria da Fundação Renova, foi identificada a invisibilidade de seu ofício, especialmente como pescadora ou componente da cadeia da pesca, pois o cadastro as apontava como dependentes do marido. A mesma questão foi identificada pela Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES, 2018) em relatório sobre a situação das mulheres atingidas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão no Espírito Santo.

> N: Esses valores que temos a receber da Samarco e a Renova que tá fazendo esse papel de nos pagar, mas não vai trazer de volta a alegria que nós tínhamos em família, os filhos para pescar junto com a gente, a separação de muitas famílias. A gente vê muito essa situação, o homem recebe mais que a mulher, a mulher não era reconhecida direito, muita luta.FGV_ILD_078

> D: A indenização é insuficiente para reparar todos os danos.FGV_ILD_078

> N: Quando eu fui fazer minha entrevista eles perguntaram "E seu esposo?". Eu falei que "Eu não tenho esposo, eu sou viúva, eu que sou a chefe de família, eu que cuido dos meus filhos, eu que cuido dele. E eles têm que receber também que eles trabalham, eles pescam e fazem as coisas deles também junto comigo." Depois de muita luta, muita luta, perguntando sobre o marido, sobre o marido. Eu falei "Não tem marido, eu é que tenho que cuidar de tudo".FGV_ILD_078

> D: Dificuldade de reconhecimento da mulher.FGV_ILD_078

Outro abuso relacionado à garantia de igualdade no processo de reparação foi a não escuta das mulheres por parte da Fundação Renova para que, assim, fossem compreendidas as particularidades de seus danos. O território aqui tratado possui associações de mulheres que indicam que não foram convidadas para reuniões ligadas à reparação, enquanto outras associações o foram. Dessa maneira, o entendimento do cotidiano e atividades das mulheres foram deixados de lado em um processo de reparação que não leva em consideração desigualdades de gênero.

> N: Não procuraram as mulheres para saber como fomos impactadas, nossa associação dentro do assentamento tem mais de dezesseis anos, e a gente não foi convidada pra nenhuma reunião em nenhum momento.FGV_ILD_073

> D: A Fundação Renova não procurou a Associação de Mulheres, somente as outras Associações dos Assentamentos.FGV_ILD_073

> N: Conforme todos falaram. Tudo que foi dito. Condiz com parte da realidade. As informações vieram pelas redes de televisão, mas nunca fomos procuradas pelas empresas. As mulheres, além das atividades familiares, também têm independência em algumas questões. Mas não fomos procuradas. O impacto nas vendas conforme a colega e filho falaram. Um impacto que gira uma cadeia. Venda, agricultura, alimentação, social, ambiental. Não sabemos qual é esse real impacto. Sabemos da contaminação da água e do lençol freático e pode ter chego nas nascentes. Mas em relação à informação dessa parte do impacto, nós mulheres nunca fomos procuradas e tivemos muita falta de informação.FGV_ILD_071

> D: A associação de mulheres nunca foi procurada para falar sobre os danos sofridos.FGV_ILD_071

> D: Hoje nós temos medo da contaminação, mas continuamos sem informação e nem sabemos ao que estamos expostos.FGV_ILD_071

> N: Essa criminosa, essa Renova promete tá junto só para tirar nosso direito de nós mulheres. Eles querem tirar nosso direito, nós pescadoras, nós catadoras de caranguejo, nós comerciantes, nós vendedora, nós artesãs.FGV_ILD_078

> D: Dificuldade de reconhecimento da mulher.FGV_ILD_078

Outra questão pontuada por atingidas e atingidos que participaram das oficinas facilitadas pela FGV é a desigualdade de tratamentos da reparação a pessoas dentro de uma mesma categoria de profissão, o que gera desentendimentos, disputas, conflitos e enfraquece lutas das categorias profissionais por justas indenizações e aportes financeiros.

> N: Aí muitos teve a desigualdade, muitos que trabalha na mesma profissão, mesmo direito para receber, mas recebe totalmente diferente. Isso se torna um conflito dentro da comunidade. De uns receber mais, outros receber menos, mesmo fazendo as mesmas funções. Com isso, se torna uma guerra entre familiares, entre comunidade. Desigualdade das indenizações que tá ocorrendo.FGV_ILD_078

> D: Falta de reconhecimento por todos os danos sofridos.FGV_ILD_078

> N: Hoje os ditos informais já receberam, pescador de verdade que está na água todo dia conosco não recebe. Conheço gente que se cadastrou tem dois meses e já recebeu, mas os pescadores de verdade de Itaúnas só um ou dois receberam.FGV_ILD_079

> D: Os pescadores tradicionais não receberam.FGV_ILD_079

> N: A questão é a seguinte: a desigualdade, por exemplo, na mesma questão profissional. Muitos advogados, nessa questão, foram oportunistas fazendo com que os pescadores, talvez, uns que tem aquela função, "pega isso mesmo, que se não você vai ficar sem". Aí aderiu aquela questão indenizatória. Os próprios advogados, alguns, para ganhar dinheiro fizeram isso. Aí veio os conflitos: "Por que fulano ganho isso e o outro fulano não ganho?" Aí vem os conflitos na comunidade. Por causa dos pagamentos às vezes injusto da Renova, da Samarco.FGV_ILD_078

> D: Conflitos com postura dos advogados.FGV_ILD_078

Por fim, há relatos que mostram a necessidade de um processo mais justo e criterioso de pagamento do AFE e indenizações. Pessoas atingidas indicam que a confusão de um processo que começou com o cadastramento, passou pelos pagamentos do AFE e

PIM e hoje se baseia em matrizes de danos indicadas pelo juízo da 12ª vara, reflete-se em alguns recebendo indevidamente e outros injustamente sem receber até o momento.

> N: Devido muitas pessoas de fora ter migrado para nossa comunidade, os verdadeiros impactados que moram aqui não receberam a indenização. E essas pessoas receberam, inclusive tem pessoas que já receberam e voltaram para seu local de origem, temos até como comprovar isso. Fazendo o levantamento de nossa comunidade, tem poucas pessoas que não receberam ainda, mas na verdade não deveria ter nenhum para receber ainda.FGV_ILD_064

> D: Chegada de pessoas de fora nas comunidades em busca da indenização.FGV_ILD_064

> N: Eu reparei, essa questão do pós-crime, veio a questão da indenização e veio muita gente de fora atrás da indenização. Essas pessoas receberam e eles tiveram que comprar material de pesca para falar que eram pescadores.FGV_ILD_064

> D: Chegada de pessoas de fora nas comunidades em busca da indenização.FGV_ILD_064

> N: Queria agradecer o Ministério Público, a Defensoria, Projeto Cidadania, MAB, que deram o suporte pra gente tá aqui hoje. Se não tivesse esse apoio, a gente já teria desistido, porque são grandes empresas, multinacionais, que mesmo com essa equipe de apoio nos sentimos fragilizados. Não é fácil, já faz seis anos do desastre, e como já foi falado, foi retirado diretos de quem tinha e deram para os que não tinha. Se pegar esses sete mil cadastros e dividir pela quantidade de peixe, nem tem peixe para todo mundo, ficamos muito tristes de ver essa realidade de pessoas que vêm se aproveitar, deslegitimando a luta dos verdadeiros pescadores.FGV_ILD_077

> D: Sentimento de tristeza por ver pessoas se aproveitando e deslegitimando a luta dos verdadeiros pescadores.FGV_ILD_077

3.2.1.8.5 Agravamento da vulnerabilidade com o Processo de reparação e remediação

Este dano se relaciona à acentuação de vulnerabilidades pelo processo de reparação em virtude da morosidade e ineficiência de sua execução, bem como em razão do tratamento dado às pessoas atingidas sem endereçar adequadamente fatores relacionados a gênero, raça, deficiência, entre outros marcadores sociais da diferença.

Como pontuado acima, o tratamento desigual dado às mulheres leva esse grupo social a uma situação de acentuação da vulnerabilidade já existente anteriormente ao desastre. Em uma sociedade com características machistas e patriarcais, as mulheres tendem a ser mais informalizadas no mercado de trabalho, ganharem menos que os homens e terem de se dedicar a jornadas duplas ou triplas já que costumam ser as

principais cuidadoras do lar[81]. Por isso, a atenção a elas, assim como a outros grupos vulnerabilizados por questões de gênero, raça, classe, idade, deve ser diferenciada, fator que não ocorre no processo em curso de reparação.

> N: Eu acho que esse modelo de mitigação e indenização que foi proposto nesse novo modelo dessa plataforma Novel, para as mulheres, para as pescadoras atingidas, acho que não segue as diretrizes de amparo. O que acontece, por exemplo, os programas sociais que o governo federal ampara as mulheres, que além dessa burocracia para a concessão do auxílio financeiro emergencial, no começo — que agora já não existe mais. Eu acredito que tem muita ausência de medidas protetivas com relação às mulheres atingidas. As mulheres ficaram vulnerabilizadas.FGV_ILD_078

> D: O processo de reparação ainda não abarca as medidas protetivas para mulher.FGV_ILD_078

A categoria de pescadores também é colocada como uma das que sofrem um forte processo de vulnerabilização, por terem tido que abandonar sua profissão ou perderem alto volume de rendimentos. Os prejuízos à sua principal atividade econômica também geram tristeza, perda de momentos de lazer e sociabilidade, preocupações com o meio ambiente e com o futuro. Tais questões se somam à luta pelo reconhecimento como atingido, que pode ser desgastante e injusta segundo narrativas coletadas.

> N: Eu sonho com acareação desse processo, com esse pessoal e esse juiz aí. Conceição da Barra foi o último município a fazer esse documento [...] Não conseguiu libertar o pessoal que tem preocupação de não receber. Eu sou a favor que o pescador ganhe um milhão para cuidar da vida dele, porque a gente tá ficando doente, ele tá doente, meu irmão está doente. São vários casos, a maioria das pessoas não estão preocupadas com as consequências, só estão recebendo dinheiro fácil. Quem sofre a consequência é diretamente o pescador impactado, ainda tem ameaça de acabar com o defeso e denunciamos isso.FGV_ILD_077

> D: Não basta somente a indenização. Temos preocupação com o meio ambiente, saúde, entre outros.FGV_ILD_077

> N: A gente não viu a Renova fazendo um programa de instrução ao pescador, são informações perdidas, todos estão perdidos nesse meio. O pescador foi obrigado a aceitar a indenização, por falta de alternativa, ele está encurralado. A fome está gritante, a dívida está aumentando e tem que aceitar.FGV_ILD_064

> D: As pessoas estão aceitando a indenização por necessidade e falta de opção.FGV_ILD_064

[81] Ver FGV, 2019a.

> D: Dificuldade de acessar a Fundação Renova e reparação. As informações não chegam com facilidade.FGV_ILD_064

Diversos pescadores, assim como outras categorias de profissionais que somaram prejuízos a partir da chegada da lama tóxica de rejeitos ao Litoral Norte do Espírito Santo, relatam a perda de independência financeira e, por vezes, a aproximação de um estado de pobreza inédito em suas vidas. A dependência do AFE os coloca em um contexto de muita vulnerabilidade, já que sem os aportes financeiros da Fundação Renova, eles não sabem como manterão a si e a suas famílias. Há muita preocupação com a possibilidade de fim desses recursos sem perspectivas futuras para sua profissão.

> N: Hoje nós dependemos da Fundação Renova, e das empresas. Nós não temos essa independência financeira. A reparação integral teria que ser justa. Só vai acontecer quando tivemos a restituição dos nossos modos de vida que foram manchados por essa lama.FGV_ILD_078

> D: A indenização é insuficiente para reparar todos os danos.FGV_ILD_078

> N: Cortaram o cartão emergencial. A promessa deles era dez anos, e cortaram. Hoje minha filha tá dependendo do cartão, gastando com remédio. A gente queria saber se eles podem continuar. Quando acontece de pagar não dá para nada.FGV_ILD_078

> D: A indenização é insuficiente para reparar todos os danos.FGV_ILD_078

> N: Uma das maiores preocupações que vai ter é com o término do pagamento do mensal [AFE], porque o pescador não vai ter essa verba e no mar não tem o que pescar e vai ter um impacto direto na família, sem pescado com a contaminação. Estou vendo um problema maior com a retomada: peixe não tem, trabalho não tem. E aí? Vai aumentar a depressão, a ansiedade. Vai está pior do que está hoje.FGV_ILD_064

> D: Incerteza com o processo de reparação causa ansiedade.FGV_ILD_064

É preciso lembrar que as vulnerabilidades geradas ou agravadas pelo desastre foram também impactadas pela pandemia do COVID-19, que chega a populações já extremamente fragilizadas nos diversos âmbitos de suas vidas.

> N: O prejuízo é muito grande e para ser justo tinha que ter cadeia para todos eles. A pandemia está nos matando, pois já estamos frágeis.FGV_ILD_079

> D: Justiça e cadeia para as empresas [Samarco, Vale, BHP].FGV_ILD_079

3.2.1.8.6 Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação

Este é um dano decorrente dos obstáculos enfrentados pelas pessoas atingidas no acesso à reparação, a exemplo de exigências documentais e comprobatórias não condizentes com a realidade sociocultural dos atingidos e critérios de elegibilidade indevidos.

Uma das primeiras questões a ser citada é como a baixa escolaridade de diversos atingidos e atingidas da região gera dificuldades na compreensão de seus direitos, de sua colocação na posição de pessoa atingida, no entendimento de um linguajar jurídico ou muito formal que é utilizado pelos processos em curso de reparação. Vulnerabilizadas por seu índice educacional, conforme já tratado na Seção 3.2.1.7. essas pessoas por vezes fazem acordos sem total compreensão e assinam documentos sem terem se apropriado deles por completo. Soma-se a esses problemas a falta de informações claras sobre o desastre e reparação, tratada no dano socioeconômico sobre a falta de acesso à informação adequada e transparência.

> N: As pessoas assinam sem saber o que estão assinando, mas é importante dizer que eles são enganados pelos advogados. Eles assinam sem ler, os advogados dizem para assinar aí. É porque ele não sabe ler. Eu não sei ler. Você está sempre tentando fazer de qualquer jeito para ser visto por eles, aí você faz de qualquer jeito. O cara chega e fala pra você: “vou te ajudar”. Você vai com ele, aí você tem que colocar três óculos para enxergar o contrato.FGV_ILD_077

> D: População assina papéis sem saber ao certo o que está assinando, e são enganados pelos advogados.FGV_ILD_077

> N: Vale pontuar a baixa escolaridade de muito pescadores, os advogados aproveitam disso. É um problema na educação e social também.FGV_ILD_077

> D: Grande interferência dos advogados no cotidiano da comunidade.FGV_ILD_077

Outra barreira a uma justa reparação à população atingida do Litoral Norte do Espírito Santo é o fato dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus sofrerem com as tentativas de exclusão do reconhecimento como municípios atingidos. Apesar da deliberação n° 58 do CIF estipular que a Região Estuarina, Costeira e Marítima do Espírito Santo deve ser reconhecida como atingida pela Fundação Renova e, portanto, receber aporte de todos os seus 42 programas em curso de reparação, a Fundação judicializou a decisão. Dessa maneira, enquanto o juízo da 12ª Vara não julga o caso, a

Fundação cessou — com exceção dos aportes financeiros — seus programas na região. Tal questão se torna uma clara barreira à busca de uma reparação integral dos danos sofridos pela população do litoral Norte do Espírito Santo.

> N: [A informação sobre o rejeito] Chegou em 2017 através do cadastro, e quando chegou lá, pouco longe da gente, ficou sabendo pelo jornal que o Ministério Público proibiu a área, e falou das embarcações que não podia pescar nesse pesqueiro, o maior que tinha. Foi na luta entendendo e estamos tentando entender muita coisa, e esperamos ter uma luz, vocês conseguem trazer um documento bom para trazer o reconhecimento de Conceição da Barra e São Mateus. Tem muitas dúvidas na cabeça do atingido desde o começo. Em toda reunião são quinze a dez pescadores, quer dizer, quem não é fala por pescador, então esses aqui pode falar por mil pescadores, dos quinhentos pescadores que tão na ativa, que é a realidade de todo mundo.FGV_ILD_077
>
> D: Começamos a luta indo nas reuniões para compreender o processo como um todo.FGV_ILD_077
>
> N: Cadeia para essas empresas é pouco, mas com esse juiz que só derruba o direito dos pescadores vai fazer o quê? Estão até cortando os lucros cessantes dos pescadores, pois tem laudos que comprovam que a região não foi atingida. Falam que existem laudos que a região não é atingida, mas tem estudos e cadastros que mostram que foram atingidos. Imagine, a própria Fundação Renova avaliou barcos atingidos aqui na região. Olha só nossa situação?FGV_ILD_079
>
> D: Falta de confiança nos laudos fornecidos pelas empresas e subcontratadas.FGV_ILD_079
>
> D: Suspenção dos lucros cessantes.FGV_ILD_079
>
> D: O juiz [Mario] derrubou os direitos dos pescadores.FGV_ILD_079
>
> N: Quando ligamos para saber da nossa situação no cadastro e do lucro cessante, eles falam que não somos atingidos e indicam o contato para falarmos com esses advogados. Olha a que ponto chegamos?FGV_ILD_079
>
> D: O portal do advogado criou uma barreira de comunicação entre atingidos e Fundação Renova.FGV_ILD_079
>
> N: A gente tá aqui, espera que nossa voz ecoe. O rio tá aqui do lado, e estamos cercados de água e manguezal, se não somos atingidos, quem foi? A lama já chegou na Bahia, o exemplo do óleo, foi 700 km pra fora da costa e chegou aqui no estaleiro.FGV_ILD_077
>
> D: Preocupação com a repactuação, se o dinheiro vai vir realmente para os atingidos.FGV_ILD_077

Com a demora e confusão em torno do reconhecimento da região como atingida, as pessoas se sentem perdidas, desinformadas, desconhecem prazos de cadastramento, ficam em dúvida se podem ou não ser consideradas oficialmente atingidas, mesmo que sintam todas as disrupções ocorridas em suas vidas no processo do desastre. A alternância dos canais de pagamento da indenização, que foi do cadastramento e diálogo direto com a Fundação Renova para o sistema Novel, também gera desorientação da população atingida, que não é informada sobre o reconhecimento ou não de sua região, sobre prazos de cadastramento ou sobre os caminhos para acessar seus direitos de pagamento de indenizações e/ou auxílios financeiros.

> N: Eu me cadastrei na Renova em 3 de agosto de 2020, mas quando foram analisar meu processo disseram que havia um prazo pro cadastro ser feito e que eu não cumpri esse prazo. A Renova foi até hostil com a gente no telefone.FGV_ILD_073
>
> D: Muita falta de informação sobre como acessar os direitos à reparação.FGV_ILD_073
>
> D: Fundação Renova teve postura hostil ao responder sobre o cadastro.FGV_ILD_073
>
> N: A parte informativa foi e está sendo o principal impacto, pelo menos no meu ver. Porque sabemos que temos direitos, mas como um prazo determina se temos direito ou não? Isso não é lógico.FGV_ILD_073
>
> D: Não deveria ter prazo para definir quem tem direito a acessar a reparação. Muita gente atingida ainda ficou de fora.FGV_ILD_073
>
> D: Muita falta de informação sobre como acessar os direitos à reparação.FGV_ILD_073
>
> N: Já viajei muito. Já fui a Brumadinho. Já fiz muito. Chega um momento que a gente cansa. Em 2015 o Ministério Público reconheceu. Antes da gente ser reconhecido como atingido, nós nem sabíamos que a gente era atingido. Então, pela Defensoria e pelo movimento do MAB, nós ficamos sabendo quando nós fomos atingidos. Foi muita luta para hoje nós estarmos aonde estamos. Só que já passaram anos e anos e anos. Muitos foram indenizados injustamente. Todos foram atingidos. Mas aquele que tira a sua comida de dentro do mangue, de dentro do mar, da onde for, vários não receberam sua indenização ainda. Até quando nós vamos viver desse jeito? A indenização vem, mas acaba.FGV_ILD_058
>
> D: Muita gente ainda não recebeu nada.FGV_ILD_058

Essa confusão generalizada faz com que, seja dentro de um município ou localidade, seja em uma mesma categoria de profissão, alguns consigam receber pelos direitos violados e outros não. Não há clareza sobre os critérios de acesso a montantes

financeiros que fazem parte da reparação, o que gera, como pontuado acima, conflitos, desgastes e desunião da população local que, fragilizada, perde poder de mobilização em grupo para suas lutas.

> N: É difícil entender essa condição de só alguns estarem recebendo. A gente entende que os pescadores foram os mais prejudicados, mas todos foram prejudicados diretamente. Eu fui o primeiro a colocar o pedido de indenização para as empresas, e até agora, nada. A gente está buscando justamente saber que critério é esse, essa é a minha dúvida principal.FGV_ILD_072

> D: Fomos os primeiros a entrar com o pedido de reparação, mas até agora não recebemos.FGV_ILD_072

> N: Desde o período que nós entramos [com o pedido de indenização, em 2018], a gente tem visto empresários dentro de Conceição da Barra já indenizados, empresas, e a hotelaria, não sei se estão com receio de começar a indenizar, porque como um comércio já foi indenizado se os hotéis, que são o ambiente receptor de clientes, e de lá que espalha pra restaurantes e etc. não receberam? Então acho que está faltando critério, e em cima dele fazer os pagamentos.FGV_ILD_072

> D: Algumas empresas do comércio já foram indenizadas, mas os hotéis não. Falta critério.FGV_ILD_072

> N: Foi muita luta com a DPES [Defensoria Pública do Espírito Santo] e MPF [Ministério Público Federal] para a Fundação Renova vir para São Mateus e Conceição da Barra, até abrir um escritório aqui. Na época tivemos que comprovar com barcos, petrechos, documentos, mas hoje não comprova e muita gente que não é pescador recebe e quem é pescador não recebe.FGV_ILD_079

> D: Pagam qualquer pessoa sem qualquer comprovação [pescadores informais].FGV_ILD_079

Além disso, as pessoas atingidas indicam que são solicitados documentos de comprovação de seus danos ou profissões que não condizem com a realidade socioeconômica local. Mulheres ouvidas pela FGV relatam que foram a elas solicitadas notas de venda de seus produtos para comprovarem que sua renda diminuiu com o desastre. Trata-se, no entanto, de um comércio informal, vendido de porta a porta ou em eventos e feiras. Notas ou recibos não eram necessários ou faziam parte dessa realidade.

> N: E eles me exigiram nota e eu falei "Ninguém tem nota assim". A gente passa nas comunidades, por aí pelas ruas da Cohab, de São Mateus e vendia e pronto. Ou a pessoa passava na casa e comprava. Era assim, não tinha negócio de nota. Eu sei que eles me exigiram "Cadê a prova?". Eu falei assim "Não, aqui ninguém tem nota".FGV_ILD_078

> D: Falta de reconhecimento por todos os danos sofridos.FGV_ILD_078

> N: Até quando eles me pediram nota, a gente não tinha mania, a gente chegava nas casas e vendia e pronto, ou na feira leva para vender, não tinha esse de nota.FGV_ILD_078

> D: Dificuldade de reconhecimento da mulher.FGV_ILD_078

Com a forte entrada do sistema Novel como canal de indenizações por danos materiais, houve também uma invasão de advogados nas regiões atingidas que supostamente se dispõem a informar e conduzir as pessoas atingidas ao alcance de seus direitos. Ocorre que, como costumeiro em processos cíveis particulares, uma porcentagem do pagamento dos danos aos atingidos vai para o trabalho dos advogados. Dessa maneira, pessoas atingidas têm que dividir seus direitos pagando pela prestação de um serviço que deveria ser a eles gratuito ou sequer necessário, já que se trata de populações que sofrem as consequências de um rompimento de barragem de mineração operada por empresas de altíssimo valor no mercado. O ressarcimento material integral pelos seus danos deveria ser a eles garantido.

Mas não é isso que ocorre no território em questão, assim como nas demais localidades atingidas. A entrada dos advogados na região, ao invés de ser uma ponte, torna-se comumente outra barreira ao processo de reparação porque, além de retirar parte do montante financeiro devido aos atingidos e atingidas, gera também confusões, desagastes e conflitos de informação com a Fundação Renova.

> N: O portal do advogado foi criado para ser uma barreira entre o atingido e Fundação Renova, se quiser reclamar tem que ser via advogado.FGV_ILD_079

> D: O portal do advogado criou uma barreira de comunicação entre atingidos e Fundação Renova.FGV_ILD_079

> N: Depois da chegada dos advogados ficou uma bagunça, tem que aderir a esse processo e recorre a eles ou fica sem nada. Hoje não tem que comprovar e recebe uma merreca. Os pescadores de verdade não receberam e ficaram para trás, pois os valores são maiores e preferem pagar os valores menores.FGV_ILD_079

> D: Com o Novel: adere a esse processo ou fica sem nada.FGV_ILD_079

> N: Então a pessoa que foi vivida, nascida e crescida dentro da sua comunidade, impactada, tirou a nossa qualidade de vida, nosso lazer, a vida que nós tínhamos. E agora querem pagar da forma que eles querem com um sistema Novel miserável, por que quem está enriquecendo são os advogados, infelizmente, em cima de nós atingidos, né?FGV_ILD_078

D: Conflitos com postura dos advogados.[FGV_ILD_078]

Por todo esse contexto, é possível dizer que o próprio processo em curso de reparação é uma barreira à reparação integral das pessoas atingidas pelo desastre. Mais de seis anos após o rompimento da barragem, diversas pessoas que perderam bens e renda ainda não receberam nada ou recebem valores inferiores aos de seus rendimentos anteriores. Esse contexto vulnerabiliza ainda mais as populações e torna a briga por renda prioridade, já que se depende dela para sobreviver. Dessa maneira, outros programas e ações de reparação ficam muitas vezes em segundo plano na vida dessas pessoas que precisam de dinheiro para se alimentarem e manterem suas famílias. Questões ambientais, educacionais, de saúde etc., cruciais ao bem-viver e à construção de novos futuros para as pessoas atingidas, acabam não se tornando prioridade, ainda mais em um contexto em que a Fundação Renova não reconhece oficialmente a região como atingida e deixa de operar seus demais programas de reparação no território.

N: A Fundação Renova tem quarenta e dois programas, mas demora tanto a receber, tanto cadastro errado, gera um conflito tão grande, que os outros programas ficam secundários, e não se considera as outras coisas que são importantes, por exemplo a retomada produtiva é importante, a saúde é importante, o meio ambiente é importante, os impactos socioeconômicos são importantes.[FGV_ILD_077]

D: Faltam propostas de reparação para a retomada produtiva, meio ambiente e saúde.[FGV_ILD_077]

D: O debate fica na indenização e os outros 41 programas da Fundação Renova nem chegam aqui.[FGV_ILD_077]

N: Os 42 programas não estão sendo trabalhados no nosso território, no município de São Mateus. A gente tentou trabalhar com a Fundação Renova para ver quais eram os melhores programas. E assim, a Fundação definiu repassar alguns valores para os municípios. Foi passado então que eles tinham que repassar alguns projetos, cada secretaria, para a educação, saúde etc. Mas não foi repassado. [...] Hoje querem acabar com nosso direito, dando um "tapa boca" para nós e pronto. Dentro desses 42 programas nenhum foi repassado para a gente, e nem para o município de São Mateus ainda. Se foi passado, não temos conhecimento. E se foi passado, esse valor tinha que ser trabalhado dentro da área dos atingidos. Dentro da área onde realmente foi impactada.[FGV_ILD_058]

D: Falta de informação confiável sobre a contaminação.[FGV_ILD_058]

D: Falta de acesso aos resultados dos laudos sobre contaminação.[FGV_ILD_058]

Por fim, o próprio juízo da 12ª vara também é colocado como uma barreira, não como um acesso.

> N: O cadastro, fizeram um acordo com o juiz: "só trago essa plataforma se vocês fecharem o cadastro", então o juiz está jogando a favor de quem? Se eu encontrar esse juiz vou falar tudo que sinto e dizer que ele tá errado e caiu no conto da sereia, e prejudicando quem tem direito.FGV_ILD_077

> D: Preocupação com a repactuação, se o dinheiro vai vir realmente para os atingidos.FGV_ILD_077

3.2.1.8.7 Diminuição da segurança pessoal decorrente do Processo de reparação e remediação

Este é um dano relacionado à maior exposição das comunidades atingidas a riscos face ao desenvolvimento de ações derivadas do processo reparatório, promovendo insegurança para os moradores e alterações nas rotinas locais.

Durante o processo de reparação as comunidades atingidas foram expostas a situações que geraram tensão e insegurança em relações antes amistosas. De acordo com os relatos, a falta de clareza sobre os critérios de elegibilidade da matriz da Fundação Renova gerou conflitos entre as pessoas atingidas, como tratado de maneira mais aprofundada na dimensão temática de Rede de relações sociais. Tais diferenças no processo indenizatório vêm gerando situações de conflito que chegam a escalar para agressões físicas entre vizinhos, ou mesmo dentro do próprio ambiente doméstico. Nestes casos, é importante destacar o aumento da violência contra mulheres, conforme descrito nas seções 3.2.1.5 e 3.2.1.6. Conforme relatado, o agravo das vulnerabilidades sociais experienciado pelas comunidades atingidas pelo desastre, associado aos limites do processo indenizatório, estimulou disputas sobre os recursos pagos. Importa ter em conta, ainda, que tais situações ocorrem em um contexto familiar marcado pelo aumento do alcoolismo e do uso de demais entorpecentes, também efeito do desastre sobre as comunidades (ver Seção 3.2.1.6).

> N: Gerou desunião. Os filhos agridem as próprias mães. Eles eram acostumados a ganhar o dinheirinho deles lá no mangue, fazendo as atividades deles. Hoje não tem. Eles vêm a gente ganhar dinheiro e pede. Não tem, não deu nem para pagar as contas. Aí começa a xingar, a agredir a gente de palavra dentro de casa. Eu tinha meu serviço, hoje não tenho trabalho. Isso tudo é o que tá levando o que a Samarco, essa criminosa, fez com nós.FGV_ILD_077

> D: Não existe perspectiva de programa de retomada produtiva.FGV_ILD_077

> N: Essa empresa, o que ela trouxe hoje, essas criminosas, foi desunião. Desunião entre a comunidade e entre os familiares. Uns recebe, outros não. Uns recebe, aí quando a gente pergunta se

> recebeu, diz que não. Já fica de mal: "Fulana quer apanhar o meu dinheiro", "Minha mãe quer meu dinheiro". É assim, quer dinheiro. Leva as discórdias. Muito endividado, muita dívida, é isso que leva.FGV_ILD_078

> D: Aumento de conflitos dentro de casa.FGV_ILD_078

> N: É muito difícil ver um casal dentro da mesma casa. E quando tem é cada um por si só. Até onde eu acompanhei dentro da minha comunidade. Aí é onde gera os conflitos dentro de casa: a diferença. O dinheiro tá mudando as pessoas. Aquilo que a gente trabalhava unido, tinha gente que ganhava pouco, mas era tudo unido. Hoje o dinheiro que eles oferecem tá trazendo discórdia e desunião. Quem mais sofre com isso são as mulheres. 90% que tem recebido são os homens.FGV_ILD_078

> D: Dificuldade de reconhecimento da mulher.FGV_ILD_078

Nesse sentido, as relações entre vizinhos e entes queridos foram abaladas. Para as pessoas atingidas, o convívio antes tranquilo hoje ocorre em um ambiente de desconfiança.

> N: Esses dias falei com um amigo (ele é mais velho) que ele estava sumido e me contou que recebeu a indenização e os familiares ameaçaram porque queriam dinheiro e hoje tem medo de sair de casa.FGV_ILD_079

> D: Aumento de violência.FGV_ILD_079

3.2.1.8.8 Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação

Trata-se de um dano relativo ao dispêndio de tempo útil e/ou produtivo e com o depósito de parte excessiva do tempo cotidiano em reuniões, com a busca por informações, preenchimento de fichas, cadastros e formulários, no levantamento de documentos, em ligações para Fundação Renova, em contatos com a ouvidoria etc., sem que, com isso, tenham tido êxito da resolução da demanda de forma adequada no contexto extrajudicial.

As narrativas explicitam o quanto o processo de reparação, ao contrário do que deveria ocorrer, não é dado aos atingidos, mas exige um enorme dispêndio de tempo, energia, saúde para o alcance dos devidos diretos. Assim, as mesmas pessoas atingidas que tiveram suas vidas prejudicadas por um desastre sobre o qual não têm nenhuma responsabilidade, precisam agora se desdobrar para conseguirem alguma reparação, ainda muito aquém da ideal. Há aí uma inversão de valores, e a responsabilidade pela reparação, ao invés de permanecer sob a égide das empresas causadoras do desastre

e da Fundação Renova, parece passar aos atingidos, que estão cansados de brigarem por ela.

> N: Nós estamos cansados. Estamos perdendo nossos companheiros para o COVID-19. Perdi minha tia, que quando recebeu seu dinheirinho não pôde nem aproveitar. A sua família ter que procurar outro meio de vida de se sustentar, ter que desmembrar, sair de um canto, procurar em outro. Nós precisamos que isso seja visto, seja nos dado por direito, porque é de fato nosso direito. O que estamos vendo não é justo. Dizer que vai dar R$ 94 mil? R$ 95 mil? Para um pescador? Está desconsiderando a profissão do pescador. R$ 95 mil não é nada. R$ 300 mil não é nada. Dinheiro difícil de vir, mas quando vem, é de um dia pro outro pra terminar. Nós temos que correr atrás, para que não tirem nosso direito. Estamos cansados mesmo. Participamos de várias reuniões, uma em cima da outra.FGV_ILD_058
>
> D: A Samarco faz muitas reuniões, mas não resolve nada.FGV_ILD_058
>
> N: No fato de ser prejudicado, todas essas [comunidades, como Urussuquara, Barra Nova e Guriri] podem ser incluídas, participamos de reunião todos juntos. Muita conversa e pouco reconhecimento, precisamos de reconhecimento.FGV_ILD_064
>
> D: Falta de reconhecimento causa muita tristeza.FGV_ILD_064
>
> N: É muita luta quanto ao nosso reconhecimento como atingido.FGV_ILD_064
>
> D: Falta de reconhecimento causa muita tristeza.FGV_ILD_064
>
> N: Horas e mais horas de reunião. A gente não tem hora para acabar uma reunião.FGV_ILD_058
>
> D: A Samarco faz muitas reuniões, mas não resolve nada.FGV_ILD_058

3.2.1.8.9 Gastos com deslocamento para participação no processo de reparação

Este dano é relacionado a despesas que as pessoas atingidas tiveram para poderem participar de situações diversas do processo de reparação, como reuniões e idas ao escritório da Fundação Renova. As narrativas explicitam atividades desgastantes como protestos no trilho de trem, excesso de participação em reuniões, viagens de madrugada, cansaço. Trata-se de uma luta incessante para receber o que é de direito dessas pessoas.

> N: Quero perguntar da Fundação Renova, se ela reconhece as pessoas para receber o AFE [Auxílio Financeiro Emergencial] e Lucro Cessante [PIM], como que ela não reconhece como atingido? Por que

> isso? Se ela quis reconhecer no acordo e tirou o lucro cessante do pessoal, e deram direito no Novel, como isso? Como aceitou a comissão tirar esse direito? Com que direito a comissão teve direito de tirar nosso direito? Foi conquistado por muita luta, com a força tarefa, e muita gente indo pra Belo Horizonte, fechando trilho de trem, participando de reuniões na Assembleia Legislativa, saindo de madrugada, arriscando a vida nas estradas. Essa luta que tivemos para conquistar esse direito, e vem um cara que nem documento de representação, e tira nosso direito conquistados pelos pescadores do lucro cessante e AFE.FGV_ILD_077

> D: Arriscamos a vida na luta, muito tempo indo de lá pra cá.FGV_ILD_077

> N: Acompanho desde o começo esse desastre, no dia 12/12/2015 já estávamos com uma equipe do ICMBio, técnicos e lideranças de pesca. Quantos seminários, viagens, protesto fechando a ponte de Linhares, cheguei até a sofrer um acidente indo para reuniões. Temos um desgaste e uma sequela muito grande e as empresas nunca vão conseguir pagar isso para nós, o prejuízo é irreparável.FGV_ILD_079

> D: Sofri um acidente indo para uma reunião.FGV_ILD_078

Além disso, destaca-se novamente aqui os gastos relativos à contratação de advogados para a tentativa de recebimento dentro do Novel. Atingidas e atingidos contam sobre a dificuldade em acessarem seus direitos e do gasto com transporte, documentação e depois a porcentagem da indenização que precisa ser paga aos advogados.

> N: Eles vão ter que me pagar sem o advogado. Passei por quatro advogados, tudo cobrando 20%. No último advogado que eu passei com ele, na segunda-feira ele falou para eu levar uma declaração do meu bote, declarar meus materiais. A passagem é R$ 18,90, eu sai com R$ 20 reais. Como é que eu ia para o cartório sem o dinheiro? Eu fui na financiadora pegar um empréstimo. Quando eu terminei de pegar o dinheiro lá, e eu cheguei lá já estava fechado o escritório. Eu liguei para ele, ele virou para mim: "Isso é hora da senhora chegar aqui? Eu já sai para o almoço e só vou retornar às duas horas. E os danos da senhora, é só dois danos, a Renova só quer pagar dois danos. Um é pescador. A senhora vai escolher ou artesanato ou comerciante. A senhora marca e traz duas testemunhas." Quando chegou lá ele: "A senhora só tem direito a dois danos." Eu "Tem como o senhor dar baixa? Tem como eu cancelar isso aí? Porque eu não aceito dois danos. Se eu botei lá cinco danos, fora meus materiais que eu perdi. Então, eu quero o que é meu por direito, eu não quero o que é da Renova". Aí foi que ele cancelou, mas não muito gostando.FGV_ILD_078

> D: Aumento do endividamento.FGV_ILD_078

> D: Falta de reconhecimento por todos os danos sofridos.FGV_ILD_078

3.2.1.9 Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras

Nesta seção encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que versam sobre mudanças nos modos de vida a partir do desastre que afetam (i) a qualidade de vida das pessoas atingidas; (ii) suas rotinas e formas de uso do tempo livre para lazer e convivência; e (iii) seus projetos de vida e perspectivas de futuro em relação à vida de modo geral e/ou a profissão, ofício, dentre outras. Os danos expostos refletem a percepção negativa dos atingidos acerca de suas próprias condições de vida e possuem interface com as diferentes temáticas discutidas nesse relatório, em especial com práticas culturais e de lazer, rede de relações sociais, renda, trabalho e subsistência, Processo de reparação e remediação, relações com o meio ambiente e saúde.

Para abordar a ampla temática, faz-se uso da noção de dignidade humana adotada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que reconhece direito de todo ser humano escolher livremente as opções e circunstâncias que conferem sentido à sua existência, conforme suas próprias opções e convicções (CIDH, Opinião Consultiva 24/2017, p. 4). A Corte defende que o direito à vida privada não abarca somente o direito à privacidade, mas também os meios para o desenvolvimento autônomo de sua própria personalidade e aspirações, configurando sua identidade, suas relações pessoais e suas reações aos eventos futuros (CIDH, Opinião Consultiva 24/2017, p. 44).

Assim, as análises das narrativas e dos danos enunciados relacionadas à vida digna e uso do tempo e cotidiano são desenvolvidas a partir de noções como dignidade humana e cotidianidade, compartilhadas entre atingidos e atingidas dos municípios aqui apresentados no desenvolvimento de suas vidas. Essas relações se expressam no contexto do convívio e proximidade das pessoas com o ambiente natural. Nestas localidades, a paisagem[82] tem lugar fundamental na memória individual e coletiva das pessoas e grupos, e seu senso de pertencimento é potencializado pela relação das pessoas com os lugares onde vivem e por onde circulam[83].

[82] O conceito de paisagem destacado aqui tem relação com seu uso antropológico. “Paisagens estão intimamente relacionadas à temporalidade; são histórias e nos oferecem modos de contar histórias mais profundas sobre o mundo. [...] Perceber a paisagem, para [Tim] Ingold, corresponde a um ato de memória, relacionado ao engajamento e à circulação em um ambiente impregnado de passado. [...] Vivendo nas paisagens, nós as produzimos, tanto quanto somos produzidos por elas, por meio de processos materiais e cotidianos” (BAILÃO, 2016).

[83] A categoria de lugar aqui escolhida se vincula a literatura sobre patrimônio cultural imaterial, tendo sido referenciada na seção Práticas Culturais, Religiosas e de Lazer.

Além do olhar para o cotidiano e as memórias enraizadas no ambiente, essa seção apresenta análises das narrativas e danos sobre as perspectivas futuras dos grupos e pessoas atingidas que foram interrompidas ou dificultadas pelo desastre. A inibição de projetos de futuro e a perda de chances devido ao desastre são assim articulados a partir de falas sobre as limitações impostas aos planos de vida e às oportunidades, com consequências em aspectos diversos das vidas das pessoas que estavam em planejamento e em execução no momento do desastre.

O entendimento de projeto de vida, neste contexto, passa pelas "alternativas que podem ser sonhadas e desejadas, individual ou coletivamente, no contexto sociocultural no qual os sujeitos estão inseridos" (ALVES & DAYRELL, 2015, p. 379). Não só o planejamento, mas a própria realização deste projeto se faz possível principalmente a partir da identidade e do conhecimento da realidade vivida pelos atingidos e atingidas, além dos meios de que dispõem para garantir sua sobrevivência (ALVES & DAYRELL, 2015), ao quais foram prejudicados com o desastre.

As narrativas e danos alocados na dimensão temática Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras estão agrupados em duas formulações de danos socioeconômicos: (i) Diminuição da qualidade de vida; e (ii) Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras. Tais formulações orientam a organização desta seção em dois blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura a seguir.

Figura 22 — Dimensão temática Vida digna, uso do tempo e cotidiano, perspectivas futuras: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.1.9.1 Diminuição da qualidade de vida

Esse dano socioeconômico se refere às alterações negativas nas dimensões materiais (patrimoniais), relacionais e subjetivas da vida, com prejuízos à qualidade das relações intersubjetivas e comunitárias. A impossibilidade de exercer e manter atividades cotidianas, tal como antes exercidas, limita a autonomia e a autodeterminação.

Narrativas registradas ao longo das oficinas realizadas pela FGV em parceria com as pessoas atingidas do Litoral Norte do Espírito Santo indicam uma clara diminuição de seu padrão e qualidade de vida. Atingidas e atingidos explicitam como não conseguem mais ter a dignidade de sobreviver com atividades econômicas que sabem fazer, muitas vezes transmitidas intergeracionalmente, praticadas por toda uma vida, valorizadas e consideradas adequadas (conforme tratado na Seção 3.2.1.4). Eram atividades escolhidas, que tiveram abruptamente que ser substituídas para que houvesse algum ganho de renda, mas cuja perda explicita um processo de desrespeito à livre escolha e integridade da população afetada (ver também Seção 3.2.1.2.6).

> N: E hoje vê que não vai mais receber. Se eles [Fundação Renova] vêm aqui e reconhecem aqueles que foram atingidos, por que não volta de novo? Pra gente ter dignidade de sobreviver com o que sabe fazer? Eu vivo da pesca, não sei fazer outra coisa.FGV_ILD_077

> D: Perderam a condição de viver dignamente.FGV_ILD_077

> N: Naquela época tivemos que procurar outros serviços e foi difícil, pois quem vive da pesca e só sabe fazer isso vai fazer o que a essa altura do campeonato? O que aprendemos a fazer foi isso, mas tivemos que ir para roça correr atrás de uma colheita de café e outras coisas.FGV_ILD_079

> D: Pescar é o que sabemos fazer.FGV_ILD_079

> N: Depois do desastre acabou com a nossa rotina. Sabíamos que tinha que pescar, que tinha que ir para a agricultura, que tínhamos que abrir o comércio. Hoje mudou tudo. Se não tem o que pescar, não tem a renda, não tem porque abrir o comércio. Nossa rotina mudou por completo.FGV_ILD_058

> D: Depois do desastre acabou nossa rotina.FGV_ILD_058

Para além das atividades econômicas, muitas das atividades cotidianas tiveram de ser também suprimidas, alterando fortemente o dia a dia antes mais estável dessa população, baseado fortemente na pesca, festejos comunitários, agricultura.

> N: Não posso plantar, não posso ir para as feiras, não tem festas. Sonhamos muito em voltar a como era antes.FGV_ILD_063

> D: Muita gente adoecendo, pela raiva de não poder mais ter a produção que tinha.FGV_ILD_063

> N: Tudo parte daquela água. A partir do momento que temos água potável tudo fica bom. A água é a base de toda a fartura. Água limpa. Homem com barquinho passeando. Agricultura. Transporte de peixes. Sem aquela água nada disso é possível. Os rios foram contaminados e toda essa cadeia deixou de existir. Desde o lazer até a agricultura.FGV_ILD_071

> D: Tudo é conectado pela água, pelo rio, e hoje está contaminado.FGV_ILD_071

> N: A gente tinha os peixes que queria. Eu lembro minha vozinha, quantas vezes a gente ficava na beira do rio dessalgando. A gente tinha peixe de qualquer qualidade, hoje nem para comprar a gente tem, seja por conta do valor, peixe que custava R$ 8,00 e hoje custa R$ 25,00, não tem condições.FGV_ILD_064

> D: Aumento no custo de vida. Hoje temos que comprar pescado de fora e os preços são mais altos.FGV_ILD_064

Mais uma vez, são frequentes as narrativas de encerramento de um período de fartura, substituído por uma vida desprovida do que antes lhe dava sentido. A atividade pesqueira, conforme tratado anteriormente, fornecia não só renda e alimentação em abundância, como fazia parte da identidade das comunidades atingidas do Litoral Norte do Espírito Santo. Assim, a perda da fartura do pescado representa prejuízo cabal à vida por eles considerada digna.

> N: Aí meu marido um dia desses falou que ia embora daqui, porque não pode mais pescar. Não tem como fazer nada. Que ele ama essa questão de pescaria. E realmente não tem.FGV_ILD_078

> D: Desequilíbrio ambiental.FGV_ILD_078

> N: Você vê que o pescador vem com o barco, você pode estar lá esperando a embarcação, você vê que a pesca, a fartura acabou. Antes se conta, eu mesmo presenciei, barcos chegando com muita fartura. Por menos tempo que eu estive em Barra Nova. Mas, eu conheço essa região, Pontal do Ipiranga. Você percebe que a qualidade de vida mudou.FGV_ILD_078

> D: A qualidade de vida mudou.FGV_ILD_078

> N: Antes do desastre a gente já levantava quatro horas da manhã, cinco horas, para fazer café, uma farofa para os filhos que ia com a gente. Para a gente também que ia pros manguezais. Pesca, né? Era maravilhoso, uma alegria imensa. Porque pegava bastante caranguejo, rapidinho a gente pegava bastante caranguejo. Ia chegando e vendendo. Era a maior alegria. Porque, antes era aquela fartura. A gente não ficava devendo ninguém. Eu mesma criei dez filhos e três

> netos. Tudo eu sozinha e Deus, que eu sou separada. Sustentava meus netos e meus filhos. Era muito bom. Era muita fartura. E falo por todos que moravam aqui, era muita união.FGV_ILD_078

> D: Mudou a rotina da mulher.FGV_ILD_078

> D: A qualidade de vida mudou.FGV_ILD_078

A questão do empobrecimento também foi constantemente tratada. A queda de renda reverbera em perda de escolhas e autonomia individual e familiar. Sem renda e sem a possibilidade de praticar diversas atividades rotineiras de antes do desastre, a qualidade de vida dessas populações é muito diminuída, o que reverbera em sua saúde, relações sociais e familiares, lazer, alimentação, aumenta vulnerabilidades e conflitos.

> N: A nossa renda familiar causa tudo. Outro tipo de ofício, eu não sei, sem ser pescador. Chega em casa, as contas chegando. Com certeza minha esposa vai questionar isso. Como que eu vou pagar isso? A dispensa está vazia, não tem como gastar. Com certeza vai gerar conflitos. Como que vou comprar o medicamento para o meu filho, para a minha filha, para a minha esposa? Isso vai gerar conflito. Porque disso tudo? Por causa da tragédia, por causa da lama. Então, afetou geral. Não temos condições hoje de arcar com nossas despesas. O conflito vai ser gerado, com certeza.FGV_ILD_058

> D: O pouco que temos não dá mais para manter a família.FGV_ILD_058

> N: Então a pessoa que foi vivida, nascida e crescida dentro da sua comunidade, impactada, tirou a nossa qualidade de vida, nosso lazer, a vida que nós tínhamos.FGV_ILD_078

> D: A qualidade de vida mudou.FGV_ILD_078

As mulheres se sentem ainda mais vulnerabilizadas em todo esse processo. Como analisado anteriormente, a mulher por diversas questões sócio-históricas tem maior dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho após o desastre. A diminuição de sua qualidade de vida e a frustração de suas perspectivas de futuro são então ainda mais prementes.

> N: Pronto vai embora, e agora como vai ser? Aqui não tem trabalho. Eu não quero sair daqui. Eu amo esse lugar. Será que eu vou ter que sair daqui para procurar um outro rumo? É eu, minha filha e meu neto sozinhos. Eu sou a chefe da casa. Eu é que tenho que correr atrás das coisas. Meu ponto de vista é esse.FGV_ILD_078

> D: Mudou a rotina da mulher.FGV_ILD_078

> N: Já tinha diversas outras atividades e a maioria delas [mulheres] teve que aumentar ainda mais, fazer um bolo, atividades de manicure nos

> finais de semana, salgado pra fora, faxina ou outra que teve que inventar algo a mais pra estar levando para a feira.FGV_ILD_073

> D: A jornada de trabalho das mulheres já é dobrada, e houve aumento do tempo gasto com atividades para melhorar a renda.FGV_ILD_073

Ao mesmo tempo, apesar de todas as adversidades e impossibilidades impostas pelo desastre, algumas dessas mulheres veem em si mesmas a possibilidade de "se reinventar", criar alternativas para conseguir olhar adiante, na busca por uma vida digna e reprodução de seus modos de vida e relações familiares.

> N: É mais ou menos nesse sentido. A mulher tem uma facilidade maior de se reinventar, ela vai encontrar caminhos pra continuar ativa, na maioria das vezes na busca de uma independência ou de algo pra se realizar. As mulheres são um símbolo de resistência, se ela tá impedida de fazer algo, ela não vai ficar parada. Isso aconteceu muito, principalmente pra mulheres como as marisqueiras, mais o pessoal da pesca.FGV_ILD_073

> D: Mulheres chefes de família tiveram que diversificar ainda mais suas atividades.FGV_ILD_073

> N: Vivendo um dia após o outro. Mulher, nós somos guerreiras. Porque nós não ficamos paradas, nós tentamos inovar todos os dias. É onde nós estamos conseguimos driblar essa situação. Por mais dificuldade que nós estamos passando, nós estamos conseguindo driblar. Faz um biquinho aqui, um biquinho ali para ajudar em casa. Mas, as coisas não estão como que era antes. Infelizmente.FGV_ILD_078

> D: A renda caiu muito.FGV_ILD_078

> N: Para estarmos vivos até hoje é uma benção, pois perdemos muita coisa. Depois do desastre foi devastador, a perca foi muito grande. Tivemos que inventar coisas para viver.FGV_ILD_063

> D: Forte queda de toda a produção agrícola.FGV_ILD_063

Ainda assim, são sintomáticos de toda as alterações negativas causadas pelo desastre os frequentes relatos sobre tristeza, questão tratada mais profundamente na dimensão temática dedicada à Saúde. Há muita nostalgia na lembrança de um período anterior à chegada dos rejeitos tóxicos na região, como dito de fartura e estabilidade. Essa tristeza corrói mentes e corpos das pessoas atingidas, e, aliada a incertezas em relação ao futuro, causa sérios prejuízos à sua qualidade de vida.

> N: Nosso lazer acabou, ou aliás, acabou nossa dignidade, acabou com tudo. Hoje a gente vive uma tristeza aqui em casa. O passado era muito bom. A gente usava tomar uma cervejinha, um carteado, fazia churrasco, pegava um siri, cozinhava.FGV_ILD_078

D: Perda de lazer.[FGV_ILD_078]

N: Hoje me bate uma tristeza quando entra dentro do mangue que eu desgramo a chorar, porque da tristeza que eu sinto. Porque eu criei meus filhos todo ali. Toda a vida eu tinha meus caranguejos. Mesmo antes de eu começar a pescar, eu comecei comprando do pessoal e revendendo. Hoje eu sinto muita tristeza.[FGV_ILD_078]

D: Perda da saúde física e mental.[FGV_ILD_078]

N: Hoje só tem tristeza para nós mulheres.[FGV_ILD_078]

D: A qualidade de vida mudou.[FGV_ILD_078]

N: Em nome de todos pescadores: hoje a gente vive essa vida, a tristeza, antes era muita alegria.[FGV_ILD_078]

D: A qualidade de vida mudou.[FGV_ILD_078]

Como consequência, a questão da morte — às vezes mencionada como um extermínio, uma eliminação — vem à tona. Adoecimentos e suicídios são relatados como mais frequentes na região, como tratado na dimensão dedicada à Saúde. As narrativas que dizem respeito a tais ideias são fortes, são narrativas de destruição de ambientes e populações, de descaso e desespero.

N: O desenho [utilizado na mediação da oficina] mostra que nós fomos eliminados pelo sistema de poluição, degradação ambiental e humana. Tudo está se acabando, estamos morrendo economicamente e socialmente. Para as famílias que nasceram e viviam na terra e na pesca estão sofrendo um grande desastre, estamos morrendo juntos.[FGV_ILD_079]

D: A família tradicional de pescadores morre junto com a morte da pesca.[FGV_ILD_079]

N: Desde 2018 eu adoeci e não pude mais pescar, mas muita coisa que aconteceu aqui me fez adoecer, quase morri. A lama prejudicou muito a pesca aqui.[FGV_ILD_079]

D: Muita tristeza com a chegada da lama.[FGV_ILD_079]

N: Suicídio é uma coisa que nem na TV a gente ouvia falar. Dá pra dizer, sim, que a gente tá mais doente hoje. Nosso equilíbrio mental, emocional, está bastante abalado. Não foi só a lama, mas foi a lama também. É uma lama mesmo na nossa vida.[FGV_ILD_072]

D: A relação da comunidade com a natureza trazia equilíbrio emocional, quando isso foi cortado há perda de saúde.[FGV_ILD_072]

> N: Nossa alimentação era saudável, tanto para os pescadores, moradores como para os turistas da região. Hoje não é mais, é uma alimentação duvidosa. Isso é um suicídio de vida, pois ainda estamos falando dos pequenos problemas de vida e estamos caminhando para um extermínio.FGV_ILD_079
>
> D: Com essa alimentação duvidosa estamos nos suicidando.FGV_ILD_079
>
> N: A vida para nós acabou totalmente. Destruiu nossa vida.FGV_ILD_078
>
> D: Perda da saúde física e mental.FGV_ILD_078

Há também aquelas pessoas atingidas que contam tristemente que tiveram que se acostumar com um desastre de tamanhas proporções para continuar sobrevivendo. Há indignação nessas falas, mas elas também demonstram a imposição de uma realidade que exige medidas pessoais e coletivas de sobrevivência, exige algum grau de adaptação àqueles que têm essa possibilidade para que assim possam continuar lutando por um futuro melhor. Há relatos sobre como as situações atingem algum grau de normalidade diante da falta de outras perspectivas. Acostumar-se a consumir alimentos que possam estar contaminados, a frequentar águas que tiveram a deposição de rejeitos etc.

> N: A gente vive o novo normal e seja o que Deus quiser. A gente fica sofrendo. Hoje depois de seis anos, muitas coisas aconteceram, e a gente não tem dimensão porque a gente acaba tendo que sobreviver. Os outros quarenta e um programas [da Fundação Renova] para ser sincero a gente não tem nem cabeça para discutir isso, precisamos sobreviver para consegui chegar nesse debate. A gente não consegue dimensionar a situação, é igual o vírus, a gente acabou convivendo com ele, fica assustado no início, mas depois vai se acostumando.FGV_ILD_077
>
> D: A falta de celeridade no processo de reparação trouxe uma falsa normalidade no cotidiano.FGV_ILD_077
>
> N: A gente vai para um lugar para questão de recreação, de lazer, de qualidade de vida, e de repente você está consumindo o pescado, antes você foi para aquele objetivo e depois você sem pensar, você está ali contaminado e nem sabe. Não sabe o que vai acontecer no futuro, é tudo muito incerto.FGV_ILD_078
>
> D: Perda de lazer.FGV_ILD_078

3.2.1.9.2 Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras

Trata-se da queda ou comprometimento do padrão de vida adequado, o que repercute na impossibilidade de galgar melhorias contínuas das condições de vida. Face ao impedimento compulsório de reproduzir seus modos de vida, conforme vividos no presente e projetados para o futuro, há sofrimento pelas frustrações de sonhos e de perspectivas de futuro, o que impossibilita a autodeterminação quanto a escolha do destino, em clara ofensa à dignidade e aos direitos de personalidade.

Quando falam de seus prejuízos com o desastre e o que projetam para o futuro, atingidas e atingidos ouvidos pela FGV trazem relatos sobre uma vida que tinha antes estabilidade e segurança econômica, social, alimentar (conforme tratado também na Seção 3.2.1.2.7). Como tratado acima, há muitas narrativas sobre uma vida de fartura em sentidos diversos que foi suplantada por uma realidade de maior insegurança, escassez, separações e conflitos.

> N: No antes a gente tinha uma produção estável, uma economia estável, um comércio estabilizado, o que a gente produzia a gente conseguia comercializar. Era essa nossa realidade. A gente tinha uma rede de produção e vendas estável antes da lama. E o impacto nisso é o que nos tira mais o sono. O antes era uma rede estável, produtiva, relacionada não só a questões de saúde, mas economia, essas coisas.FGV_ILD_073

> D: A rotina de trabalho foi muito afetada.FGV_ILD_073

> N: Foi muito triste porque a gente não sabia que nossa vida ia mudar tanto para pior. Antes de 2015 a minha família era muito unida. Eu tinha meus filhos do meu lado, eles iam pro mangue e eu sabia que quando chegasse à tarde eles estariam voltando. Antes de 2015 nossa vida era de fartura. Depois, foi a separação da minha família, foi o desastre. A gente já não tinha mais aquela fartura, já não tinha a esperança de que no outro dia a coisa ia mudar. Pelo contrário, só piorou. Eu lamento muito pelo que a Samarco está fazendo com nós pescadores. Uma sensação de impunidade. É assim que eu me sinto. Longe da minha família, porque infelizmente meus filhos tiveram que sair. Eu não tenho mais a minha família junto. Os filhos tiveram que se separar para poder conseguir trabalho.FGV_ILD_058

> D: Perda de esperança.FGV_ILD_058

Muitas falas versam sobre pequenos empreendimentos próprios ou atividades que estavam prosperando, nos quais se depositava esperança e muito trabalho, e que mantinham essa vida de maior estabilidade e fartura acima relatada. Esses negócios foram extremamente prejudicados pelo desastre, muitos tiveram que ser fechados e isso

se refletiu em perda de renda e, por consequência, diminuição de padrão de vida, além da frustração de expectativas. Planos e projetos de futuro foram interrompidos, dando lugar a uma vida de incertezas e inseguridade.

> N: A minha situação na Renova, eu não existo. Não fui aceita como atingida. Imagina gente, se a gente tem uma pousada. Quando foi 2018 eu fechei uma empresa. Eu fechei, migrei pro MEI. Uma empresa que estava indo a todo vapor, ter que voltar pro MEI? Minhas filhas que estudavam em escola particular, tive que trazer elas pra estudar aqui.FGV_ILD_072

> D: Precisamos nos ajustar aos tempos difíceis, reduzir investimentos e custos de vida.FGV_ILD_072

> N: Quando esse impacto chegou eu tinha uma mercearia, vivia do comércio e pesca, tava começando a expandir e melhorar, a coisa tava boa. O rompimento veio e daí para frente só piorou. Hoje a gente vive de bico, faz uma coisa aqui e ali. Ninguém vem mais aqui, ninguém quer comprar mais o peixe.FGV_ILD_064

> D: Perda de renda em toda cadeia do comércio e turismo no verão.FGV_ILD_064

> D: Insegurança com o futuro.FGV_ILD_064

> N: Eu tinha um projeto de piscicultura já escrito e aprovado, mas com o receio de toda essa situação fiquei com medo por fazer parte do rio Itaúnas eu fiquei com medo, e com certeza não seria aceita a produção que eu iria oferecer. Esse é o projeto que não consegui tocar.FGV_ILD_071

> D: Tinha projeto de piscicultura e desisti por conta das incertezas.FGV_ILD_071

Os relatos sobre perda de renda e suas consequências são muito frequentes. Tal questão, tratada com mais detalhes na seção dedicada à Renda, trabalho e subsistência, é reforçada aqui por falas que trazem as consequências dessa perda para a vida da população atingida, reverberando, por exemplo, em separações de familiares, o que prejudica sobremaneira o futuro das novas gerações. Nesse processo, diversos sonhos foram interrompidos, tanto dos pais quanto de seus filhos.

> N: Ganhava cinco a seis mil por mês e deu até para comprarmos uma casinha, mas em 2016 só foi piorando e já pensamos em vender pois não conseguimos se manter. Meu filho foi embora para viver com a mãe, pois aqui estava difícil, sem condições. Hoje minha esposa segura as pontas, quando dá eu ajudo, mas ela que paga as contas.FGV_ILD_079

> D: Aumentou a saída dos jovens da comunidade em busca de emprego ou estudo.FGV_ILD_079

> D: Estamos pensando em vender nossos bens para sobreviver.FGV_ILD_079

> N: Eu mesmo queria fazer umas melhorias, lá onde eu tenho quartos para aluguel. Solidário, por exemplo, preços mais razoáveis, você recebe seu hóspede, compartilha a cozinha. Agora esse projeto meu ficou esquecido, por causa dos recursos financeiros. E também a demanda, agora não tem tanto atrativo Barra Nova para pessoas virem para Barra Nova.FGV_ILD_078

> D: Inviabilização de projetos futuros.FGV_ILD_078

A perda de perspectivas para a juventude, inclusive, é muito tratada nas oficinas realizadas em parceria entre FGV e população atingida de Conceição da Barra e São Mateus. Esses jovens, como pontuado acima, muitas vezes tiveram que abandonar os estudos ou por não haver mais condição das famílias pagarem ou por terem que começar a trabalhar para ajudarem na renda da família que foi prejudicada pelo desastre. Muitos não conseguem seguir a profissão de seus pais, já que essas também foram interrompidas ou prejudicadas pelo rompimento da barragem o que gera, para além da preocupação com os jovens, preocupações com o futuro de profissões exercidas por anos e gerações, pelas quais se tem amor, conforme tratado também na Seção 3.2.1.2.6 Os jovens têm dificuldade de conseguir emprego na região, o que gera sua evasão forçada do território, como pontuado na seção dedicada à Rede de relações sociais. Trata-se de uma bola de neve de prejuízos ao presente e futuro das comunidades, atividades e gerações.

> N: O jovem é o futuro. Mesmo que a gente viva muito tempo precisamos do jovem para continuar a atividade, poder debater. Eu temo muito pelo nosso futuro na região, pois não dá para esperar pelas mineradoras. As mineradoras nos tratam como culpados, precisamos de outras entidades como vocês [FGV] para nos apoiarem, nos ajudarem.FGV_ILD_063

> D: Eu temo muito pelo nosso futuro se depender das mineradoras, que não se importam com a gente.FGV_ILD_063

> D: Os sonhos nossos e dos nossos filhos foram apagados.FGV_ILD_063

> N: A juventude só fica na região se depender financeiramente dos pais. A maioria só vai para visitar os pais, pois não tem incentivo para esses jovens ficarem na região.FGV_ILD_063

> D: Os jovens estão indo embora em busca de condições melhores.FGV_ILD_063

A falta de perspectivas para a juventude local, ainda, aproxima-a de problemas como uso de drogas, álcool e violência, que gera conflitos e intensa preocupação familiar,

conforme tratado também na seção relacionada às Redes de relações sociais. Sem atividades de estudos e/ou trabalho, esses jovens têm maior propensão a se aproximar de problemas.

> N: Igual quando a gente trabalhava aqui antigamente. Nós queríamos os direitos todos iguais. Os filhos todos unidos. Hoje virou desunião. Eles não tiveram nosso direito, como nós adulto. As crianças que iam para a escola. Era muito unido. A gente trabalhava, cada um com sua tarefa. Hoje cada um foi para um lado. Os jovens hoje não têm direito de nada, era para cada ter seu direito, igual eles tinham no serviço deles. Hoje entraram para as drogas e para os roubos. Hoje acabou.FGV_ILD_078
>
> D: Aumento do uso de drogas.FGV_ILD_078
>
> N: Bebida alcoólica e roubos. Hoje criança de quatorze anos corre o risco de ser morto, igual passou para um neto meu ameaçado de morte. Eles conviviam dentro do mangue. Hoje não tem mais para trabalhar, vai fazer o que, né? Roubar e usando droga e bebendo. É isso que ele tava fazendo. Um jovem de quatorze anos, que desde sete ou oito anos ia para a escola, mas chegava e ia para atividade deles. E hoje estão fazendo isso. Muito jovem por causa disso aí estão entrando no roubo, nas drogas na bebedeira.FGV_ILD_078
>
> D: Falta oportunidade para os jovens.FGV_ILD_078

Há intensa preocupação também com o presente e futuro de crianças e idosos. Com as primeiras, muitos receios são similares aos depositados aos jovens. Há também o fato de muitas crianças pequenas não terem vivido o período anterior ao do rompimento e, por isso, não terem desfrutado, por exemplo, de espaços de lazer e coletividade. Há ainda preocupações pelas crianças terem nascido em ambientes de possível contaminação e poderem acumular problemas de saúde. Em relação aos idosos, a preocupação é a de que eles não possam mais desfrutar de um meio ambiente sadio e de atividades praticadas antes do desastre, já que seu tempo de vida tende a ser mais curto. Assim, a efetivação da reparação é, aos idosos, ainda mais urgente.

> N: Quero falar sobre uma preocupação muito grande nas famílias. Qual o futuro para as nossas crianças. Que quando é mais novo mais tempo para frente muitas crianças nem sabem o que vem a ser isso. Comentam pela televisão. As crianças nem sabem o que está acontecendo. Tenho minha filha de dois anos que nem sabe. E ficamos preocupados por não saber ao certo o que pode acontecer. O que pode acarretar na saúde delas no futuro. Porque as crianças é o que vai dar continuidade. Isso que nós estamos representando aqui, daqui a pouco as crianças que vão estar nesses espaços de reuniões. Preocupação com as próximas gerações.FGV_ILD_071
>
> D: Preocupação com as próximas gerações.FGV_ILD_071

> N: A fala de todos é quase a mesma coisa. Hoje nós estamos no futuro. O passado realmente foi péssimo. De 2015 para cá a vida completamente passou. Cinco anos se foram. Hoje nós estamos aqui. Muitos já se foram. Pela misericórdia de Deus. Muitos estão indo.FGV_ILD_058

> D: Perda de esperança.FGV_ILD_058

As incertezas quanto ao futuro do meio ambiente no local são propulsoras de angústias relacionadas a todos os âmbitos da vida humana: econômica, de transmissão cultural, social, de saúde, alimentação, educacional etc. Sem saber se rios, mar, mangues, poços, terra estarão ou não contaminados no futuro a população não consegue traçar planos, e passa a viver guiada pelo medo. Há total insegurança quanto ao futuro pessoal e coletivo, econômico e ambiental. É destacado que mesmo o rompimento tendo ocorrido há seis anos, nem todos os seus desdobramentos são conhecidos, o que destrói e inviabiliza planos.

> N: É preciso olhar para todos os danos, inclusive para aqueles que ainda não podem ser dimensionados. Mesmo depois de seis anos precisamos entender melhor como que isso vai se desdobrar.FGV_ILD_071

> D: Não sabemos o que vai ser do nosso futuro.FGV_ILD_071

> N: Para as futuras gerações não sabemos como que vai ser. Vem causando uma destruição em termo ambiental. Quando sai do centro de Guriri e vai para São Mateus, tem que passar pelo rio Cricaré, na época de seca você não encontra mais nada, a pesca, tudo dizimado. O primeiro meio de sobrevivência das pessoas é Deus e depois esperar pela justiça e aguardar uma solução.FGV_ILD_064

> D: Falta de perspectiva de futuro em relação aos ofícios.FGV_ILD_064

> N: Plano de futuro é difícil, só Deus sabe. Não conseguimos prever o que vai acontecer, se vai melhorar ou piorar mais.FGV_ILD_079

> D: Não conseguimos pensar no futuro.FGV_ILD_079

Entre as mulheres, outro grupo de maior vulnerabilidade como os de crianças, jovens e idosos, as incertezas em relação ao futuro tendem a ser também maiores por dificuldades históricas relacionadas ao posicionamento no mercado de trabalho, independência financeira e cuidado com a família (conforme abordado também na seção dedicada à Renda, trabalho e subsistência).

> N: Essa questão [do futuro] de nós mulheres é mais incerto ainda. Porque a gente já é um pouco mais privada na questão do trabalho e na questão de pesca. E agora? Agora então vai ser muito mais. Como nós vamos fazer uma renda, um dinheiro extra? A gente precisa

> sobressair, se a gente ficar parada, vai vir uma depressão, uma coisa pior.[FGV_ILD_078]

> D: Falta de perspectiva de futuro para os ofícios.[FGV_ILD_078]

> N: Aqueles que perderam todos seus direitos. Principalmente nós mulheres. Eu até hoje não recebi minha indenização porque eu não aceitei o suborno deles em cima de nós atingida, nós pescadores. Eu acho muito errado nós estarmos vivendo essa vida. Antes a gente vivia uma riqueza, vivia muito tranquilo, uma alegria.[FGV_ILD_078]

> D: A qualidade de vida mudou.[FGV_ILD_078]

Sem saber se há chance de recuperação ambiental — que possibilitaria a recuperação de atividades locais — há um receio generalizado sobre o que acontecerá quando cessar a distribuição do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) e/ou o dinheiro das indenizações para quem as recebeu. Há inseguranças diversas sobre se haverá ou não trabalhos, se os pescados continuarão ou não contaminados, se as profissões resistirão, como estará a saúde pública, e muita crítica quanto à ausência de projetos de futuro que deveriam estar sendo conduzidos pelo processo de reparação em curso.

> N: Tem luz no final do túnel para liberar essas praias, algum projeto? Para além da indenização, se tem algum encaminhamento para esse negócio? Por que vai ficar só embargando?[FGV_ILD_064]

> D: Falta da reparação integral justa para reestabelecer os modos de vida.[FGV_ILD_064]

> D: Insegurança com o futuro.[FGV_ILD_064]

> N: Hoje tem mais de cinco mil famílias com CadÚnico, se pensar que uma família tem cinco pessoas, são vinte mil pessoas, dá mais da metade da população da [Conceição da] Barra. É importante pontuar, é isso, não tem nenhum estudo sistematizado sobre isso, mas temos a movimentação, o dinheiro que circula ainda segura, porque tem AFE [Auxílio Financeiro Emergencial], e indenização e vem recebendo nesses três, quatros anos. Mas quando esse processo finalizar, não vai entrar. Porque o dinheiro que deixou de vir da pesca é mascarado com o AFE e indenizações, mas quando isso acabar, essa máscara vai acabar, e não vai ter mais dinheiro entrando, vai diminuir o fluxo do comércio, o PIB, a arrecadação do município e vai acarretar no empobrecimento ainda maior. Vai ter mais impacto na arrecadação do município. À medida que os pescadores vão recebendo, o comércio acontece com esse dinheiro que era da pesca. Não tem estudo sobre isso, mas provavelmente isso será um impacto.[FGV_ILD_077]

> D: Quando à indenização acabar a circulação de dinheiro vai diminuir e empobrecimento da população vai ficar ainda maior.[FGV_ILD_077]

Essas discussões se somam ao pleito da população atingida de querer sua vida de volta, e não apenas recursos financeiros. É inegável que o aporte financeiro devido para suprir perdas de renda, lucros cessantes e danos emergentes, além de danos morais e outras supressões de direitos, está ainda muito aquém do necessário e é absolutamente essencial para a manutenção da vida dessas populações. Mas são frequentes relatos de que esses aportes não devem ser a única estratégia para a recuperação de seus modos de vida, posto que são insuficientes para isso.

> N: Quem ia querer ter esse dinheiro [indenização] e perder a vida que a gente tinha? Quem ia escolher o dinheiro pela nossa vida? É muito triste ver que vidas se perderam. Eu fui em Brumadinho e ver aquela mãe que perdeu seus filhos, ninguém ia desejar. É triste ver que ganhamos um dinheiro à custa de muitas vidas perdidas. Queremos nossa vida de volta. Eu oro pra Deus para não passar por isso novamente, esperamos que novos empreendimentos venham e não tragam mais impactos. Que venham, mas venham com segurança. Não tem condições, todos iam preferir ter a vida como era antes, em tudo, em saúde, em educação, em tudo. Isso agora não é vida, a gente tinha uma vida feliz e farta.FGV_ILD_064
>
> D: Queremos nossa vida de volta, uma vida de fartura.FGV_ILD_064
>
> D: Não queríamos perder a vida que tínhamos para receber essa indenização.FGV_ILD_064
>
> N: Na verdade, retomar como era antes eu não acho que vai acontecer, essas empresas só querem dinheiro e não sabemos como vai ficar. Com força em Deus a gente vai conseguir continuar.FGV_ILD_064
>
> D: Falta de perspectiva de futuro em relação aos ofícios.FGV_ILD_064

Diante de toda a desestruturação de vidas e ambientes, do comprometimento do padrão econômico, da impossibilidade de reproduzir os modos de vida, de traçar planos para o futuro, da frustração de sonhos e ofensas a dignidade e direitos, ainda há entre algumas pessoas esperança de que o futuro seja melhor que o presente. Essa esperança muitas vezes se apoia na possibilidade de que as próximas gerações tenham vidas melhores. Pelo futuro, há mobilizações presentes que ainda acreditam em mudanças positivas pela e para a coletividade.

> N: A gente espera sim de um dia recuperar nossos manguezais e nossos rios para os nossos filhos e nossos netos, nossos bisnetos, para no futuro eles terem as mesmas coisas que nós tivemos. A gente espera isso. É uma terra digna e uma água digna do rio para poder pescar, que hoje não tem nenhum peixe. A gente esperamos de recuperar.FGV_ILD_078
>
> D: Falta oportunidade para os jovens.FGV_ILD_078

> N: Com o rompimento e a pandemia tiramos uma grande lição. É preciso que a gente se emprenhe de forma coletiva. Para pensarmos num futuro. Nós no MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] levamos esses temas de rompimento e pandemia para dentro das escolas e traçamos uma meta de plantar árvores em todo Brasil, cem milhões de árvores. Precisamos aderir sempre mais. Quando a gente tira uma árvore a gente tem que plantar três árvores. O que esperamos do futuro é de longo prazo. Plantamos agora e teremos uma colheita daqui muitos anos. Acredito que se ainda estamos vivos é para viver bem. Cuidar do planeta, o meio ambiente é de todos. Aquilo ali é nossa vida. Nós discutimos essas questões na escola e na igreja. Somos parte do planeta e precisamos contribuir com amor a natureza.FGV_ILD_071

> D: Precisamos de união para superar esta situação.FGV_ILD_071

Mesmo assim, é constante a percepção de que é impossível fazer planos no contexto atual, repleto de incertezas. Mas uma certeza permanece: a de que a vida era melhor no período anterior ao rompimento e que o desejo das pessoas atingidas ouvidas pela FGV seria uma possibilidade de retorno ao seu modo de vida de antes, profundamente desestruturado pelo desastre.

> N: A saúde é do corpo e da alma. Se não alimenta o corpo bem, pois a fonte acabou, e não alimenta a alma, pois não se sociabiliza mais, a raiva com a situação vai envenenando a alma e o corpo. Estou doente de amargura. Não posso plantar, não posso ir para as feiras, não tem festas. Sonhamos muito em voltar a como era antes.FGV_ILD_063

> D: A alimentação, a cultura, as festas, o lazer, alimentam nossa saúde do corpo e da alma. Isso foi danificado.FGV_ILD_063

> D: Hoje a gente vive triste.FGV_ILD_063

> N: Plano de futuro é difícil, só Deus sabe. Não conseguimos prever o que vai acontecer, se vai melhorar ou piorar mais.FGV_ILD_079

> D: Não conseguimos pensar no futuro.FGV_ILD_079

> N: Eu vejo [na imagem utilizada na facilitação da oficina] a fartura em todo canto que olho. Em flores, tudo. Tudo bem compartilhado entre os agricultores. Meu nobre companheiro falou certo. Existe sempre uma dúvida se os produtos estão contaminados. Principalmente na pesca. Nossa preocupação é isso. O sonho de todos nós é voltarmos ao modo de vida que nos traz essa imagem.FGV_ILD_071

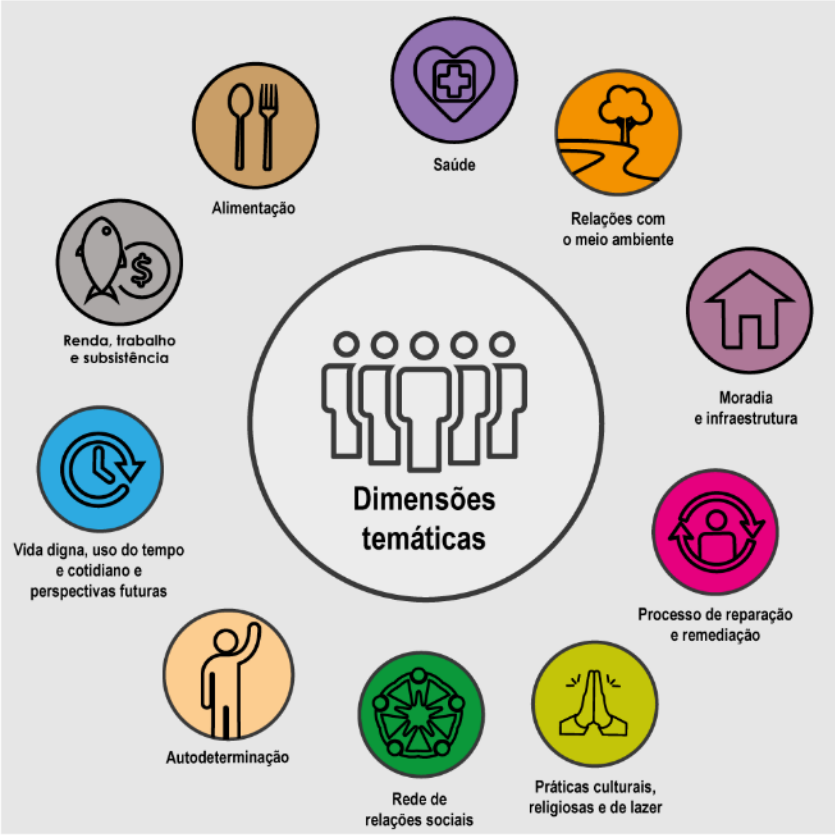
> D: Precisamos voltar ao nosso modo de vida.FGV_ILD_071

3.2.2 Danos socioeconômicos identificados nas comunidades Quilombolas do Território do Sapê do Norte (litoral norte da Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo — Municípios de São Mateus e Conceição da Barra)

As narrativas e danos enunciados nas oficinas foram analisados, agrupados em dimensões temáticas e vinculados a danos socioeconômicos, valendo-se de metodologia descrita no Apêndice .A. Tal organização expressa como os modos de vida dos diferentes grupos de atingidos foram afetados pelo desastre, favorecendo a sistematização das narrativas e danos enunciados e posterior tratamento jurídico, a fim de consolidar a matriz de danos do território.

Os dados levantados em campo invariavelmente conduzem à distintas dimensões temáticas, vez que narrativas e danos enunciados correlacionam-se com diferentes aspectos da vida das pessoas atingidas. A Figura 23 apresenta tais possibilidades.

Figura 23 — Dimensões temáticas para análise das narrativas e danos enunciados em campo



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.2.1 Autodeterminação

Esta seção aborda a autodeterminação enquanto uma dimensão de vida dos povos quilombolas, que se traduz no direito de determinar livremente sua condição política e buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural (FGV, 2020l), nos termos das normativas nacionais e internacionais mais atuais e apropriadas no trato do direito à autodeterminação para comunidades quilombolas.

Destaque especial para a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que avança sobre a "noção etnocêntrica do caráter étnico dos grupos" (LIMA DA SILVA, 2017, p. 138), prevalente nas normas internacionais, que até então "os concebia como se fossem transitórios e que o fim destes era a integração às sociedades nacionais" (MUNIZ, 2018, p. 33). Isso se dava na medida em que os diplomas de direito internacional tratavam povos quilombolas, e outros grupos étnicos racialmente discriminados, como minorias culturais que deveriam ser integrados aos Estados nacionais. Para tanto, as normativas vislumbravam a sua integração "por meio da classificação social enquanto trabalhadores assalariados diante da consolidação global do modelo colonialista de sociedade, fundamento de constituição, inclusive, da ONU" (MUNIZ, 2018, p. 73). Assim, a ideia era de que esses grupos sociais fossem dissolvidos na medida em que se efetivassem seus direitos humanos, em um "horizonte de integração com o restante da população" dos Estados, destinando-as uma "proteção transitória e uma indiferença perpétua, ambas integradoras" (CLAVERO, 1994, p. 69, tradução nossa). Ou seja, o direito internacional tratava povos tradicionais, como os povos quilombolas, enquanto minorias ainda excluídas do acesso a direitos universais, também as considerando enquanto sujeitos universais dentro de um ideário colonial, sem preocupações com a real formação heterogênea das sociedades, alçando-as à indiferença étnica, uma vez que eventuais diferenças seriam (e deveriam ser) dissolvidas na sua assimilação pela cultura dominante (CLAVERO, 1994; MUNIZ, 2018).

Nesse sentido, a autodeterminação era até então tratada como sendo um direito dos povos nacionais, que negava, porém, outras coletividades que não a única coletividade relativamente autônoma admitida no interior dos Estados: a classe dos trabalhadores (MUNIZ, 2018). Assim, a autodeterminação dos povos, esses considerados enquanto uma massa homogênea que conferia subjetividade aos Estados, dizia respeito à autodeterminação dos entes coletivos Estados perante o sistema internacional (MUNIZ,

2018), portanto, uma autodeterminação externa[84]. Esta conjuntura configurava, ao menos até a década de 1960, a "continuidade colonial em estados já independentes" (CLAVERO, 1994, p. 68, tradução nossa).

A retomada do histórico sobre a tratativa do direito à autodeterminação dos povos nos instrumentos internacionais é importante pois ajuda a situá-lo atualmente e na forma como é entendido para fins deste relatório, no tratamento dos danos à autodeterminação das comunidades quilombolas do território do Sapê do Norte, oriundos do desastre do rompimento da Barragem de Fundão.

Se até certo ponto a autodeterminação foi tratada como um "direito assecuratório de soberania estatal" (MUNIZ, 2018), a partir dos anos 1970 as abordagens e concepções a respeito dos grupos étnicos começam a se transformar no cenário internacional. Perspectivas conceituais que desvinculam as categorias povo e Estado tomam força, assim como a diferenciação entre "direito de autodeterminação e a necessidade, ou a mesma possibilidade de constituição estatal" (CLAVERO, 1994, p. 75, tradução nossa). Nesse sentido, a OIT decide pela necessidade de um novo acordo que desse contorno a este avanço conceitual no tratamento de grupos étnicos (HUACO PALOMINO, 2015), quando aprova a Convenção nº 169 sobre os Povos Indígenas e Tribais[85]. Nesta, a ideia de populações e minorias é substituída por povos, e não mais se fala em "integração e assimilação à sociedade nacional como um destino inevitável, necessário e natural" (MUNIZ, 2018), referindo-se agora aos países simplesmente como um lugar no qual estão estes povos (CLAVERO, 1994). Isso é importante vez que "minoria significa proteção e integração, enquanto povo significa distinção e autonomia" (CLAVERO, 1994, p. 84, tradução nossa).

O tratamento dos povos étnicos avança então das categorias anteriores de proteção e integração, para o reconhecimento de sua identidade, língua, religião, dentre outras diferenças culturais autônomas, como de governo e organização interna. Assim, na

[84] Nesse sentido situavam-se normativas internacionais como a Carta das Nações Unidas de 1945, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (DADDH) de 1948, a Convenção nº 107 da OIT, a Resolução nº 1.514 da ONU de 1960, a Convenção da ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial de 1965, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ambos adotados pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1966, a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos de 1969 (CADH), a Resolução nº 2.625 aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1970, entre outras.

[85] Acompanham a compreensão de autodeterminação da Convenção nº 169 da OIT a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI) de 2007 e a Declaração Americana sobre os Povos Indígenas (DADPI) aprovada em 2016 pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Embora elaboradas para o trato de povos indígenas, do prêambulo da DNUDPI se depreende "que os princípios estabelecidos na carta podem ser aplicados a outros povos, de acordo com as especificidades observadas" (MUNIZ, 2018).

Convenção n. º 169 da OIT a autodeterminação passa a consistir, enquanto direito, em um exercício de autonomia interna, dentro da estrutura orgânica constituída pelos povos e "no âmbito de cada jurisdição indígena ou tradicional, conforme sua organização social própria" (LIMA DA SILVA, 2017, p. 145).

Embora não apareça expressamente na Convenção nº 169, seu contexto assume o direito à autodeterminação enquanto espécie do gênero livre determinação, esta consistindo "na liberdade dos povos interessados se determinarem na qualidade de povo, além de definirem os percursos de suas próprias existências, devendo esse direito ser reconhecido e respeitado externamente, tanto nos limites dos Estados, quanto no âmbito internacional" (MUNIZ, 2018, p. 37).

Assim, o desastre do rompimento da Barragem de Fundão atinge os povos quilombolas do território do Sapê do Norte ao impossibilitar o exercício de sua autonomia interna, quando os impede de se organizarem socialmente conforme seus costumes, no seu livre desenvolvimento econômico, social e cultural, impedindo, portanto, a liberdade de definir o caminho de sua própria existência e condição política. Nesse sentido, importa mencionar a Sentença proferida pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Justiça Federal da 1ª Região, em 14 de julho de 2021, que reconhece expressamente o direito à autodeterminação dos povos quilombolas, ao tratar do território quilombola de Degredo, também no Espírito Santo[86].

Outro aspecto importante da autodeterminação dos povos trazido pela Convenção nº 169 diz respeito à aproximação do conceito de território para o termo "terras"[87]. Segundo Souza Filho (2003, p. 50-51), enquanto terra seria o "nome jurídico que se dá à propriedade individual", território seria o "nome jurídico que se dá a um espaço jurisdicional". Assim, as categorias de povo e território são indissociáveis para o tratamento de povos tradicionais, "sendo o território um espaço coletivo pertencente a determinado povo" (MUNIZ, 2018). Nesse sentido, destacou a sra. Sayers, representante indígena e conselheira técnica dos trabalhadores do Canadá nos debates sobre a Convenção, resumindo as disputas em torno da atribuição de significados às categorias povo e território:

> Os termos "povos" e territórios" têm sido condicionados e classificados. Nossas leis consuetudinárias não são reconhecidas nem respeitadas:

[86] Na esfera nacional, após a promulgação da Convenção nº 169, o direito à autodeterminação já havia sido confirmado pelo Decreto nº 4.887 de 2003, e no julgamento da constitucionalidade deste pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239 (MUNIZ, 2018; CAVALCANTE e CHAI, 2018).

[87] Art. 13, item, 2: "A utilização do termo "terras" nos Artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma" (BRASIL, 2019).

> nossos direitos inerentes ao consentimento se diluíram em consultas. Não, nós, como povos indígenas, não temos que aceitar isso, e não aceitamos. Continuaremos sobrevivendo junto de nossas leis e instituições, considerando o Convênio número 107. (HUACO PALOMINO, 2015, p. 578)[88]

Com relação às legislações brasileiras pertinentes às comunidades quilombolas, são destaque o artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que reconhece aos remanescentes das comunidades dos quilombos a propriedade definitiva de suas terras. E o decreto nº 4.887 de 2003, que versa sobre a auto-atribuição desses grupos.

> **ADCT, Art. nº 68:** Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos Decreto nº 4.887: Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida

Por fim, cabe ainda destacar o decreto n° 6.040, de 2007 que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Este decreto trata sobre garantias legais para a manutenção de condições de vida saudáveis para as presentes e gerações futuras dos povos e comunidades tradicionais, tema este que está inserido no conceito de autodeterminação. Destaca-se:

> Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:
> I — Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
> II — Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e
> III — Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente

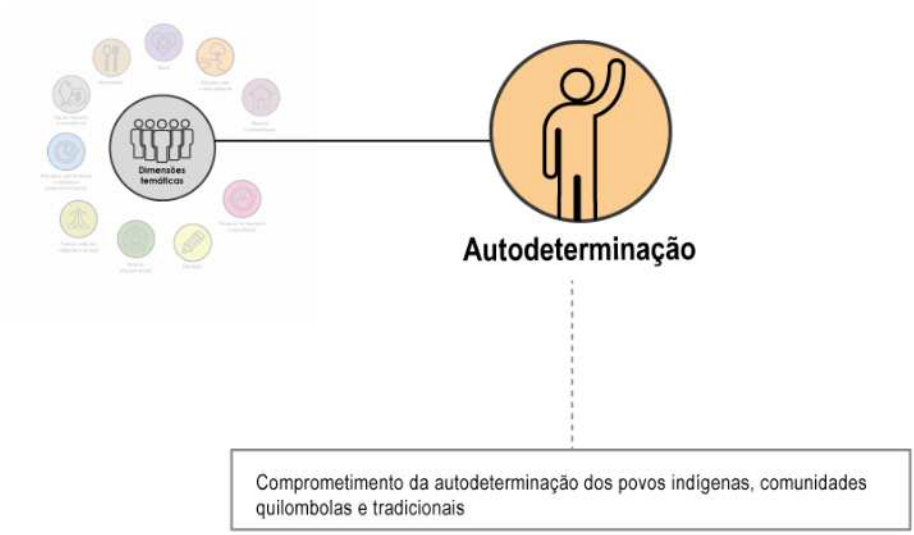
[88] Tradução nossa. No original: "*Los términos «pueblos» y «territorios» han sido condicionados y clasificados. Nuestras leyes consuetudinárias no se reconocen ni se respetan; nuestros derechos inherentes al consentimento se diluyeron en consultas. No, nosotros, como pueblos indígenas, no tenemos que aceptar esto, y no lo aceptamos. Continuaremos sobreviviendo junto con nuestras leyes e instituciones, pese al Convenio num. 107.*"

> geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Assim, o tratamento dos danos à autodeterminação das comunidades quilombolas parte do pressuposto teórico e normativo de que buscar livremente o desenvolvimento econômico, social e cultural se consolida na garantia dos povos quilombolas de determinar e elaborar as formas de utilização de suas terras ou territórios e outros recursos, sendo este um aspecto material da autodeterminação apreensível, sem prejuízo de outros, nas narrativas e danos enunciados nas oficinas realizadas com as comunidades quilombolas do território do Sapê do Norte.

É nesse sentido que esta dimensão temática aborda as narrativas e enunciados que manifestam o comprometimento da autodeterminação dos povos quilombolas enquanto dano socioeconômico decorrente do desastre. Tais formulações orientam a organização desta seção, conforme demonstra a Figura 24.

Figura 24 — Dimensão temática Autodeterminação: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.2.1.1 Comprometimento da autodeterminação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais

Esta seção aborda o dano socioeconômico relacionado ao comprometimento dos recursos necessários à subsistência, geração de renda e manutenção dos modos de vida da comunidade, bem como da livre escolha de seus meios de desenvolvimento

econômicos, sociais e culturais, comprometendo a autonomia da comunidade e sua organização sociopolítica.

Nesse sentido, considerada a necessidade da sustentabilidade material enquanto o mínimo para uma existência digna, o comprometimento dos recursos necessários à subsistência verificado em narrativas e danos enunciados pelas comunidades quilombolas do Sapê do Norte coloca um primeiro alerta quanto ao exercício da autodeterminação. Isso, pois, se a existência desses povos está comprometida, consequentemente está comprometida a possibilidade de uma existência autodeterminada, o que fica claro nas narrativas a seguir, que atrelam a renda ao futuro de vida, a impossibilidade de permanência nas terras quilombolas por falta de recursos necessários à subsistência etc.

> N: Nossa renda e nosso futuro de vida, tudo era lá na água, eu pegava os caranguejos no mangue, ia com meu pai, meus tios, meu avô. Na época de peixe, quando o rio estava baixo, ia pescar. Plantava também. Pescava pra se alimentar. Mas depois disso aí [do desastre] acabou, quase não tinha mais peixes, morreram [...].FGV_ILD_069

> D: Diminuiu a opção de ir no rio e no mangue para pescar e complementar a alimentação.FGV_ILD_069

> N: Eu tinha uma propriedade, lá nós tínhamos muita plantação, e lá não passa um rio, mas tem um brejo. Meu companheiro plantava muita laranja, limão, banana, e tudo a gente colhia. Muito milho. De cinco anos pra cá, ele ficou desgostoso, porque não estava dando nada. A gente vendia também as frutas. E aí a gente teve que vender a terra. Essa lagoa secou, acabou, tinha um lago, um poço, que tinha um cavalinho [bomba de vareta de sucção de petróleo] lá, e [a lagoa] secou. Enfim, dessa barragem pra cá, eu falei com meu marido, eu tenho certeza que foi da barragem que estourou lá, é que veio matar nosso pomar, eu tinha horta da beira da água também. Eu gosto muito do natural, e tenho certeza que foi essa água que atingiu nossas plantações. E ele concorda que foi também com certeza, porque nunca tinha acontecido. Então a gente vendeu a terra, hoje eu sou agricultora do Linharinho, tem muita seca, mas tenho isso na minha mente, que foi depois dessa barragem que acabou nossas plantações. Foi murchando as laranjas, matou os pés. Eu fiquei boba. As bananeiras caíam, foi acabando tudo. Tinha vinte e cinco anos que nós plantávamos lá. Eu sou uma guardiã da natureza, apaixonada pelas plantas. Sigo lutando pra fazer minha horta, minhas plantações.FGV_ILD_070

> D: A gente vendeu nossa terra, porque a terra ficou seca.FGV_ILD_070

> N: Em Morro da Onça somos pescadores e agricultores. A gente lembra como era o nosso rio Cricaré, e a gente vê que o nosso rio se perdeu. A bacia se perdeu, porque hoje o rio foi invadido pelo mar. O mar sobe de Conceição da Barra até o porto de São Mateus e dificulta o abastecimento de água potável das comunidades, devido à invasão do mar. O [rio] Cricaré nasce em Minas Gerais, passa por várias

> cidades até chegar em Conceição da Barra, e não estamos cuidando bem dele. E água é vida. Meu pai, meus tios, são pescadores profissionais, e a gente vive do cultivo e do peixe, e nós perdemos esses meios de sobrevivência, com o assoreamento do rio e essa lama que chegou até o [rio] Cricaré. O relatório do poder municipal relata as comunidades pesqueiras — Porto Grande, Córrego do Alexandre, Barreiras, Meleiras, Lagoinha — mas não incluíram Morro da Onça. Precisa incluir, porque somos comunidade pesqueira.FGV_ILD_070
>
> D: Impactou o meio de sobrevivência dos povos.FGV_ILD_070

Se a apropriação dos recursos do território provia a comunidade os meios necessários à subsistência, enquanto conjunto de coisas essenciais para a preservação da vida em seu sustento, alimentação, saúde etc., esses mesmos recursos contribuíam para a geração de renda, outro aspecto fundamental para a existência material. Assim, narrativas e danos enunciados que dão conta da perda de renda evidenciam a inerente perda da possibilidade do livre desenvolvimento econômico, aspecto também fundante do direito à autodeterminação.

> N: A gente aqui das comunidades [quilombolas] não trabalha em uma coisa só. Planta na roça, tem uma galinha, um porco. Mas tudo isso precisa que venda também, para comprar o que não produz. A produção da roça, quando você não consegue vender, planta menos também, para arrumar um meio de substituir essa renda. O próprio animal precisa comprar a ração, vai plantar um milho, uma mandioca, não consegue, aí só vai diminuindo o ritmo. Vai acabando. Se a gente tem uma água que não serve para produzir, dar para as criações, porque não presta, aí não tem condições de fazer o poço artesiano. E tem que dar as coisas pros filhos. Aí a cisterna não dá conta de manter o consumo, as plantas e os animais, aí vai perdendo, porque não tem as coisas pra juntar. Quando está acabando uma fruta, está chegando um milho, um feijão, mas chegamos numa situação que não mais. Tem que deixar de cultivar para procurar um jeito de manter a família.FGV_ILD_069
>
> D: A queda de renda dificultou manter as atividades produtivas.FGV_ILD_069
>
> N: Aqui na comunidade Córrego do Alexandre, além de quilombola a gente é da pesca. E a pesca não era só para consumo. Quando eu era criança meus pais, avós, viviam da pesca, do catado do siri, do caranguejo. Então dependia dessa renda. Eu vendia o catado do siri desde os dez anos. De cinco anos pra cá, houve muita dificuldade na venda desses produtos, porque as pessoas que consumiam, que compravam, aqui na comunidade e na feira, questionavam se não estava contaminado. A gente ficava na dúvida. E a gente também não sabia se podia comer, mas como não tinha outros alimentos, comia. Hoje melhorou um pouco, mas sempre alguém lembra dessa questão, pergunta.FGV_ILD_069
>
> D: Não temos mais o sustento do rio.FGV_ILD_069

> N: As comunidades sofreram o impacto econômico, da agricultura, da pesca, e tinha a troca em dinheiro. O agricultor produzia, vendia nas cidades para os pescadores de Conceição da Barra, e comprava o peixe deles. Além disso, interferiu muito na cultura, no meio de viver do povo, na saúde. O impacto é muito no nosso meio de sobrevivência. A gente não vê política para a saúde das pessoas impactadas, a Fundação Renova só vem com proposta de indenização, mas não tem proposta para [melhorar] a qualidade de vida do povo. A nossa cidade é turística, e o veranista vinha e os pescadores e as comunidades quilombolas vendiam seus produtos, a farinha, o beiju, então é muito complicado. Em Morro da Onça a gente vivia da pesca, e depois com o assoreamento e a lama a gente não consegue mais se manter do nosso rio Cricaré e voltamos o olhar para a agricultura, mas acabou as nascentes, os córregos, e aí não tem o bem mais precioso para desenvolver a agricultura, que é a água. Ficamos sem um meio de renda. A agricultura não produz, na pesca não tem mais peixe, por causa desse impacto da Renova.[FGV_ILD_070]
>
> D: A comunidade quilombola ficou sem o meio de renda.[FGV_ILD_070]
>
> D: Teve impacto na cultura, no modo de viver do povo.[FGV_ILD_070]

Os danos advindos do comprometimento dos meios de renda e recursos necessários à subsistência serão explorados de maneira específica na dimensão temática Renda. Para o momento, no que diz respeito à autodeterminação, importa perceber como esses danos comprometem também a manutenção dos modos de vida da comunidade, uma vez que o seu livre desenvolvimento econômico perpassa a livre relação com seu território e recursos naturais ali disponíveis, portanto, seus modos de vida. Uma vez esta relação resta comprometida, como evidenciado pelas narrativas e danos enunciados, seu direito à autodeterminação também se compromete.

> N: [...] Aí passados seis anos, agora, falaram que a gente também foi atingido. E paramos para olhar e fomos mesmo. A gente também sofreu danos, porque hoje o trabalho é ligado entre campo e cidade, para o campo levar alimento para as cidades. E então quando dá problema na roça, o pessoal na cidade sente, e o contrário também. Não foi só a questão do peixe, foi [também] a questão do alimento, de saúde, do meio ambiente, tudo isso foi sofrido. Aí vocês [da FGV] apareceram, conversei, pensei, e quis me inscrever para participar [dessa oficina].[FGV_ILD_069]
>
> D: Precisamos que os responsáveis pelo desastre façam algo para retomar o meio ambiente.[FGV_ILD_069]
>
> N: Sobre alimentação, a gente começou a gastar mais, porque deixou de produzir e teve que comprar. E quando vai comprar tem que maneirar, porque o custo é muito alto. Então diminui a parte da alimentação. Porque muita coisa que tinha, fazia, não tem mais. Até farinha que é a nossa vivência, produção, tradição de berço, as vezes a gente é obrigado a ir na feira comprar.[FGV_ILD_069]

> D: Até a farinha que é nossa maior tradição de produção, as vezes precisamos comprar.FGV_ILD_069

Outro aspecto que revela o dano à autodeterminação, quando do comprometimento dos recursos necessários à livre escolha de seus meios de desenvolvimento econômicos, sociais e culturais, é a perda da transmissão dos saberes tradicionais para os jovens, que veem sua continuidade no território ameaçada, pela inviabilidade do seu exercício econômico ali. Com isso, prejudicam-se a própria continuidade da existência quilombola, que se vê indissociável das relações sociais e comunitárias (o que será melhor explorado em Relações sociais), assim como da relação com o próprio território.

> N: A questão dos jovens, aqui na minha comunidade, tem muito jovem trabalhando fora, de empregado, mesmo não morando fora, não estão na agricultura. Quando trabalham em [regime de] escala ajuda alguma coisa, mas não estão tendo a renda das atividades daqui.FGV_ILD_069

> N: Nós quando criança pescávamos, e hoje nossos filhos não tem mais essa tradição por causa dessa barragem. A gente quer que as crianças e jovens estudem e continuem na comunidade, para dar continuidade aos costumes e tradições, para que a comunidade não morra. E está cada vez mais difícil isso.FGV_ILD_069

> N: Se a prefeitura ou alguém desse a oportunidade para os jovens para eles permanecerem na comunidade, para a tradição se manter, ia ser melhor, porque os mais velhos uma hora não conseguem mais fazer o trabalho na roça, hoje tem crianças que não sabem o que é um beiju, uma tapioca. Se tivessem oportunidades aqui, iriam crescer.FGV_ILD_069

> D: Medo de perder a transmissão do conhecimento tradicional com o afastamento dos jovens das comunidades.FGV_ILD_069

> N: É um impacto muito grande na transmissão de saberes. Como vai ensinar a pescar? Você quebra aquele elo para passar os saberes. É um elo que se quebra. A partir do momento que você não consegue transmitir, você não aprende. E isso se dava de pai pra filho. O Ticumbi também é passado de geração em geração, e tá comprometendo.FGV_ILD_070

> D: Teve impacto na cultura, no modo de viver do povo.FGV_ILD_070

Outro aspecto relevante, que será trabalhado de forma detalhada na dimensão temática de Práticas culturais, religiosas e de lazer (Seção 3.2.2.6), mas que na presente seção também ilustra o dano ao direito à autodeterminação, se dá na impossibilidade de celebrações culturais como o cortejo do Ticumbi, também decorrente do prejuízo à integração dos povos quilombolas do Sapê do Norte com o seu território causadas pelo desastre, na medida em que as águas do rio estão comprometidas. O fato é impeditivo

do livre desenvolvimento social e cultural, conforme exposto nas narrativas e danos enunciados:

> N: Falando da memória, nesse momento tem um grupo que está recuperando áudios de um pesquisador que retomou gravações da década de 1950 e 1960. Tem gravações do avô [de duas atingidas presentes]. Há trinta anos atrás a quantidade de grupos folclóricos era imensa. Só de Ticumbi, nesse registro tem quatro [grupos]. Esse impacto na região desde a chegada do eucalipto, e agora com a lama, é difícil medir. O cortejo [do Ticumbi] passa pelo rio, antigamente os ensaios eram em várias comunidades, e com o encurtamento do território, isso ficou impossibilitado. Tem um documentário do Orlando Bonfim (faleceu agora), que trata da importância do cortejo do Ticumbi. O Ticumbi era recebido na praça [de Conceição da Barra] por uma multidão, e agora não tem mais.FGV_ILD_069
>
> D: Desespero por viver um desastre em cima do outro.FGV_ILD_069
>
> N: Sou quilombola, de Morro da Onça, que é comunidade que vive da pesca. O rio Cricaré foi onde eu nasci, me criei. E nessa imagem vejo como era o rio antigamente, com o vai e vem das pessoas levando as mercadorias para Conceição da Barra e para o Porto de São Mateus. Nosso rio era tão profundo que as embarcações entravam em Conceição da Barra e iam até São Mateus. Hoje está tão degradado que a gente não consegue entrar no nosso rio. A gente tem nosso Ticumbi, que todo ano a gente desce o rio Cricaré até as Barreiras para buscar [a imagem de] São Beneditozinho. E agora a gente só consegue fazer [a procissão] quando a maré está alta, porque quando está na seca não dá para descer o rio. Estou em lágrimas ao ver essa imagem.FGV_ILD_070
>
> N: A descida do rio Cricaré, nosso Ticumbi. Hoje para chegar até as Barreiras, a gente passa por uma situação muito difícil, só consegue navegar quando a maré está cheia. E para as pessoas que não conhecem os afluentes de Conceição da Barra, é só acessar o Idube e procurar "Canto para Liberdade — a festa do Ticumbi". A gente observa tudo que está nessa imagem nesse vídeo. Das Barreiras a gente chega com São Benedito das Piabas até o porto de São Mateus. E o Ticumbi conta essa história do rio Cricaré.FGV_ILD_070
>
> D: Impedimento de navegar no rio para a festa do Ticumbi.FGV_ILD_070

As narrativas e danos enunciados pelas comunidades quilombolas denunciaram também a falta de reconhecimento dos danos por elas sofridos. Primeiro por não ter sido disponibilizado acesso ao processo reparatório aos povos quilombolas atingidos, mas também porque as medidas indenizatórias existentes, quando disponíveis a esses povos, são inadequadas às suas características culturais e sociopolíticas. Tudo isso toma especial relevo no caso de povos que possuem o direito à consulta prévia (Convenção nº 169) quando da adoção de políticas que sobre eles recaiam, como as políticas reparatórias, evidenciando-se o comprometimento da autonomia da comunidade e sua organização sociopolítica.

> N: Quando a gente ficou sabendo do desastre, logo a gente ficou envolvido, solidário com o povo que se acabou lá [em Mariana], coitados. Mas logo falaram que íamos ser atingido também por essa lama. E fizeram análise dizendo que a lama já se encontrava no Espírito Santo, em Abrolhos, eu falei "Pronto! Misericórdia! Tá aqui na Barra!". Assim nós ficamos sabendo. Aí teve essa reunião, disseram que podia ligar no 0800 pra Renova, iam perguntar um monte de coisas, falar o nome de todos os peixes que tem no rio, no mar. E aí os pescadores não tem dificuldade de falar, as pescadoras de barranco que ia no rio também não tem dificuldade de falar. Mas para outros é uma dificuldade. No quilombo do Negro Rugério tem muito marisqueiro, e acabou tudo! Eu sou revoltada por ter fechado a plataforma [cadastro].FGV_ILD_070
>
> D: Todas as comunidades quilombolas são atingidas e são pesqueiras. Não abriram o processo indenizatório pra gente.FGV_ILD_070
>
> N: No processo indenizatório da Samarco, muitos pescadores aqui fizeram esse processo individual para receber indenização, mas a maioria não conseguiu aderir a esse processo, porque falavam pra gente que só os pescadores foram atingidos. E só depois a gente foi descobrir que quem vivia do rio, mesmo que informal, poderia pedir também. Só que quando fomos buscar isso, a portaria da Renova já estava fechada, sete meses antes da gente procurar ela. A gente está buscando junto com os defensores a possibilidade de entrar com ação para poder a portaria [cadastro] da Renova ser aberta aos quilombolas. Nós somos comunidades tradicionais, temos que buscar a forma de reparação de dano coletiva. Minha grande preocupação é que nos nossos quilombos do Sapê do Norte, está havendo grande invasão de pessoas que estão vendo forma de ganhar dinheiro em cima de nosso povo, advogados que chegam falando que vão buscar indenização, mas isso não está sendo viável, porque o juiz mandou fechar a portaria [o cadastro]. Então a gente vê que grandes oportunistas estão chegando no nosso território. Vocês têm que vir fazer o levantamento aqui, porque se a gente for ter direito de receber indenização, ótimo, mas o impacto vai continuar nas comunidades. Nossa vida pesqueira, normal, não vai voltar tão cedo. Como vamos continuar nossas atividades? Essa indenização vem e depois o pessoal vai continuar com a mesma dificuldade, sem o peixe, sem a água de qualidade. Tem que ter forma de reparação de danos adequada às comunidades quilombolas. Temos que ter acesso a isso até voltar nossas tradições. Como vamos vender nosso peixe que está contaminado? Como vamos comer nosso peixe que está contaminado? Temos que voltar nossas tradições. São trinta e duas comunidades quilombolas no Sapê do Norte, mesmo que nem todas sejam reconhecidas pela Fundação Palmares.FGV_ILD_070
>
> D: Não defendemos indenização individual. Nós somos uma comunidade coletiva.FGV_ILD_070
>
> D: Todas as comunidades quilombolas são atingidas e são pesqueiras. Não abriram o processo indenizatório pra gente.FGV_ILD_070

Por fim, os danos ao direito à autodeterminação são evidenciados também quando as comunidades consultadas pelo trabalho da FGV narram o aspecto da histórico de sua luta pelo acesso e titulação de suas terras, e como o desastre se constitui como mais

um risco, da também histórica ameaça por parte das empresas que exploram recursos naturais à permanência de povos quilombolas em suas terras.

> N: Todos os quilombolas foram atingidos sim. São comunidades pesqueiras, e agora dizer que o portal está fechado, que não dá para cadastrar, temos que dar um jeito de abrir esse portal pro coletivo que ficou fora. Porque até então fizeram reuniões em 2017 mas não passava nas comunidades quilombolas avisando que iam ter as comissões, convidar para as reuniões da Renova. Não falavam do rompimento da barragem, que [as reuniões] eram [para] os atingidos da Samarco. Para as pessoas que moram nos quilombos era difícil ir, porque as reuniões eram a noite, e eles não passavam avisando, dizendo para que era a reunião, não diziam que os nossos rios foram atingidos por essa lama, que a situação ia ficar difícil, que os peixes iam sumir. Eu fui em duas reuniões, e não tinha gente dos quilombos lá. Tem muita gente que não se cadastrou, e estão sofrendo danos com esse desastre. Não acabou o processo. A Vale, todas as empresas envolvidas, responsáveis, tem um século tirando riqueza daqui, levando para o exterior, e agora? Acabou com nosso rio, nosso peixe, tá tudo contaminado, secou nossas plantações, então se tem séculos que eles tiram nossa riqueza de nós, porque agora tem dia certo pra ter finalizado a inscrição [no cadastro] e não pode fazer mais? Tá errado! Tem que ficar aberto pras pessoas atingidas fazerem essa inscrição e receberem, mesmo que não resolva tudo. Porque a exploração vem de muitos anos. Tem que ficar aberto até o nosso povo escravizado, nós ficarmos sabendo que eles vão lá se cadastrar também, porque temos o verdadeiro direito.[FGV_ILD_070]

> D: A exploração não vem de agora, vem de muitos anos, e agora vem dizer que fechou a reparação?[FGV_ILD_070]

> D: A Renova fez reuniões mas não passava nas comunidades quilombolas avisando.[FGV_ILD_070]

> D: Todas as reuniões eram feitas à noite, e à noite a gente não consegue participar.[FGV_ILD_070]

> N: A gente é originário da África, povo Banto, de Angola, Moçambique, e em 1.500 quando esses povos chegaram aqui em Conceição da Barra e São Mateus, a primeira entrada na barra de Conceição da Barra, e seguia até o porto de São Mateus. Mas aqui existiu muita resistência. Temos alguns líderes importantes, grandes guerreiros que lutaram contra a escravidão, contra o massacre na nossa região, como Jaci Bagaba, Benedito Meia-Légua, Constância de Angola. A presença da mulher foi muito importante para o fluxo de organização dessa região. Tivemos o Quilombo Negro Rugério, muito disciplinado, que produzia a farinha, o beiju, e é o melhor beiju que existe! Temos o beiju de massa, o de goma, de coco, o de amendoim, o de coco de indaiá. Tínhamos aqui uma diversidade de comidas. Na sexta feira da paixão comíamos o arroz de coco nas casas uns dos outros. O Ticumbi surgiu no Negro Rugério, há trezentos anos atrás. E acabou tudo. Jaci Bagaba era uma mulher que foi fera! Ela tinha um quilombo em Itaúnas, e quando os barcos pequenos desciam até o porto de São Mateus, ela organizava outras mulheres e outros homens e resgatava outros escravizados para formar o quilombo. Foi muito importante. Nós morávamos todos na roça. Os ensaios do Ticumbi eram feitos de casa em casa. Em Itaúnas, Córrego Grande, Itaúnas, Porto Grande. Hoje

> não tem mais porque o eucalipto tomou conta de tudo. Não tem mais o rodizio, por conta do eucalipto. Nós perdemos mais de mil famílias. Hoje temos de mil a mil e trezentas famílias que vivem na área rural. Antes eram mais de dez mil famílias. Perdemos essas famílias. O governo FHC [Fernando Henrique Cardoso] queria que você estivesse há cem anos na comunidade para ser reconhecido. Mas como? Aí com o [governo] Lula, com o Decreto 4.887 foi melhor. Eu fui pra Brasília, nós conseguimos reconhecer a [as comunidades quilombolas da] microbacia do [rio] Angelim, e depois conseguimos reconhecer todos as comunidades quilombolas do Sapê do Norte. Até o quilombo de Santana, que é um quilombo urbano reconhecido. Falando da lama, o problema é sério. Nós comunidades quilombolas não podemos de forma nenhuma fazer um processo individual. A convenção 169 [da OIT] fala da coletividade, o decreto 4.887 também. Nós somos comunidades coletivas, então a indenização tem que ser com participação de toda comunidade, e tem que ser indenização para a comunidade, coletiva. Aqui estão tendo uns problemas muito sérios, porque entram advogados oportunistas, fazem cadastro dentro das comunidades quilombolas, a gente fica ressabiado de comprar essa briga porque sabe como é essa gente com dinheiro. Aí se vem o dinheiro entra droga, álcool, vai comprar carro. Precisamos trabalhar a conscientização do povo. Nós somos povos tradicionais.[FGV_ILD_070]
>
> D: Somos um povo tradicional e precisamos de uma reparação coletiva que considere isso.[FGV_ILD_070]
>
> D: Uma grande empresa acabou com Sapê do Norte.[FGV_ILD_070]

Como se percebe, as narrativas e danos colacionados nesta seção evidenciam uma série de contingências provocadas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão que comprometem o direito à autodeterminação das comunidades quilombolas do Sapê do Norte. Pela própria caraterística do direito à autodeterminação, transversal a uma série de dimensões das vidas de povos e comunidades tradicionais, observa-se que as narrativas atravessam diversas dessas dimensões. Importa, aqui, perceber como justamente este atravessamento, que alcança as liberdades de desenvolvimento econômico, social e cultural, assim como a autonomia e organização sociopolítica dos povos do Sapê do Norte, causam danos ao seu direito à autodeterminação enquanto garantia de se determinarem na qualidade de povo, definindo o curso de suas próprias existências. Isso não se confunde com danos a cada uma dessas dimensões específicas de sua existência, que serão aprofundadas ao longo das próximas dimensões temáticas.

3.2.2.2 Relações com o meio ambiente

Nesta seção são apresentados os danos socioeconômicos referentes à dimensão temática Relações com o meio ambiente. As comunidades atingidas de Sapê do Norte produzem e reproduzem seus modos de vida na relação que mantêm com os

ecossistemas associados aos vales dos rios Itaúnas e Cricaré (São Mateus), tendo os rios e córregos da região e seus afluentes e áreas de várzea, assim como o mar, as áreas estuarinas e os mangues, como elemento indissociável de suas territorialidades.

De acordo com Souza & Brandão (2012), uma comunidade, como aquelas afetadas no território aqui em questão, são “espaços de vida” e se constituem nas relações entre seus membros e deles com a natureza. Nesse sentido, a relação das comunidades com esses espaços é afetiva e também de uso. As comunidades remanescentes de quilombos de Sapê do Norte se estabeleceram e desenvolvem nesses locais, diversas atividades econômicas de lazer, sociabilidade, alimentação, entre outras, que carregam em si sentidos materiais e imateriais.

Essas afetividades e usos foram comprometidos ou interrompidos pela dispersão da pluma de rejeitos, que vem ocorrendo paulatinamente a partir da foz do Rio Doce, em Linhares. Em relação às áreas costeiras, estuarinas e marinhas da região da foz do Rio Doce, estudo do Instituto Lactec (2021x, p.357) identificou a fragilidade dos sistemas de praias e manguezais diante da constante redisponibilização da pluma de rejeitos decorrentes do desastre do rompimento da Barragem de Fundão, e suas consequências para a população local.

Tal panorama demonstrou a fragilidade do sistema diante da entrada e constante redisponibilização da pluma de rejeitos que, temporariamente, diminuiu ou até mesmo pode ter colapsado a funcionalidade ecossistêmica nas proximidades da foz do Rio Doce. Os sistemas de praias e manguezais apresentaram perdas dos serviços de provisão de alimento e recursos genéticos e bioquímicos, de suporte à disponibilidade de áreas vitais para espécies de flora e fauna e de relações sociais e modo de vida. Especificamente o sistema de praias ainda apresentou a perda de serviços culturais relacionados à recreação, lazer, educação e também à herança e expressão cultural e espiritual.

Assim, as alterações ambientais ocorridas atingem diferentes dimensões dos modos de vida da população do território. E ainda, segundo o estudo (INSTITUTO LACTEC, 2021x, p. 506), o dano de maior importância para os ambientes costeiros e marinhos foi o aumento da concentração de Elementos Potencialmente Tóxicos (EPT) na água, que influencia no comprometimento de diversos serviços ecossistêmicos, uma vez que o mesmo desencadeou perda de provisão de alimento, de água, de recursos genéticos e bioquímicos, problemas de purificação da água e, consequentemente problemas relacionados a áreas vitais para o desenvolvimento da flora e da fauna, ciclagem de nutrientes e produção primária, além de aspectos macro vinculados a temáticas sociais

como recreação, lazer, educação, herança e expressão cultural e espiritual e as relações sociais e de modo de vida.

Os danos socioeconômicos para a dimensão temática Relações com meio ambiente organizados na presente seção são: (i) Comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região; (ii) Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural; e (iii) Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos. Eles estão apresentados na Figura 25.

Figura 25 — Dimensão temática Relações com o meio ambiente: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.2.2.1 Interrupção/Comprometimento da fruição de um meio ambiente equilibrado e do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região

São tratados aqui narrativas e danos enunciados relacionados ao comprometimento da possibilidade de usufruir do meio ambiente (rio, estuário, mar, praias e seus entornos,

entre outros) e dos recursos naturais que ele oferecia (água, alimentos, solo de qualidade, ar limpo, entre outros) por sua degradação ou pelo fundado receio de contaminação desses ecossistemas em razão do desastre.

Conforme descrito na caracterização do território de Sapê do Norte (seção 2.1.1), ao longo dos anos as comunidades remanescentes de quilombos se estabeleceram nessa região a partir de um regime uso comum de terras propícias ao desenvolvimento de atividades importantes à sua cultura e economia, tais como a caça, a pesca, a agricultura, a criação de animais e o extrativismo de espécies animais, vegetais e de minérios. De acordo com Silva (2008), essa forma distinta de ocupação constitui uma estratégia de manutenção da própria existência dessas comunidades enquanto tal e de resistência frente a pressões externas vindas de setores industriais, como o da celulose e o da mineração.

Baseada no uso comum da terra, a relação dessas comunidades com os ambientes que ocupam abrange múltiplos usos. Rios eram aproveitados para atividades de pesca, para o consumo direto de água e para usos domésticos. Suas várzeas eram aproveitadas para a prática agrícola, para a extração de barro e para a colheita de espécies vegetais usadas para fins medicinais. Conforme será detalhado ao longo deste Capítulo 3, nas demais dimensões temáticas abrangidas neste estudo, cada uma dessas atividades envolve aspectos materiais e imateriais cruciais na reprodução dos modos de vida dessas comunidades, conforme ilustrado na narrativa a seguir.

> N: Antes aqui o pessoal trabalhava na roça, vinha carregando as coisas na cabeça. Minha família trabalhava muito na roça, fazia os cestos com cipó, trazia na cabeça, trazia tudo: verdura, fruta etc. E também os animais, que carregavam a produção das roças, a mandioca pra casa de farinha, lenha pra fazer a farinha, o beiju. [...] A gente tomava banho, lavava roupa no rio. Hoje tem que cavar buraco pra puxar água lá de baixo do chão.[FGV_ILD_069]

> D: O rio Cricaré era o local onde tirávamos o sustento, tomava banho, brincava, tudo era o rio.[FGV_ILD_069]

Os relatos colhidos com as comunidades de Sapê do Norte descrevem como essas relações vêm sendo constantemente alteradas com a presença de projetos industriais de ocupação de seus territórios. Ressaltam principalmente a presença da indústria da celulose, cujo crescimento, que inclui a expansão das áreas de cultivo de eucalipto e acácia desde pelo menos os anos 1960, vem ocasionando a degradação ambiental da região, gerando impactos sobre as comunidades e dificultando a reprodução de seus modos de vida.

> N: Essa imagem me lembra aqui há cinquenta anos atrás. As árvores, esse tanto de gente circulando. Há cinquenta anos atrás, a gente vivia dos recursos naturais (o palmito, o dendê, a madeira etc.). E dos córregos que atravessavam até chegar no mar, e hoje eu vejo eucalipto plantado em cima desses rios. Essa imagem reflete o modo de viver.FGV_ILD_070

> D: Perda dos recursos naturais dos quais viviam.FGV_ILD_070

> N: Os impactos nas comunidades começaram desde a década de 60, com a chegada da monocultura do eucalipto, pelas grandes empresas. E foram várias empresas até se transformar na que está aí até hoje, a Aracruz Celulose, que muda pra Suzano, mas é tudo a mesma coisa. A gente percebe que eles obrigaram a transformação da vida do povo no território e a gente fica resistindo a essa transformação, na luta contra esse programa opressor, que sabrecai sobre nós nas comunidades.FGV_ILD_076

> D: O eucalipto prejudica nossa vida desde os anos 1960, e a lama piorou ainda mais tudo!FGV_ILD_076

As narrativas registradas ressaltam como a severa transformação do ambiente da região significou, para as comunidades atingidas, a própria transformação das pessoas e de suas vidas. Conforme narrado, as pessoas atingidas vivem essa transformação de maneira compulsória, na medida em que seus territórios vêm sendo degradados por agentes econômicos externos, questão que será aprofundada na Seção 3.2.2.10 (dimensão temática Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras).

> N: A gente vê que isso tudo aí, a seca, a perda dos animais...Meus filhos não conhecem peixes de água doce, eram grandes variedades naquela época. Hoje em dia, até uns tempos atrás, tinha uma traíra, um cascudo. Hoje em dia não tem mais nada. Os meninos ainda andavam pescando. Na verdade, com toda essa transformação que o homem vem fazendo na natureza, mesmo a gente não querendo se transformar, a gente se transforma junto. A gente é obrigada a se transformar no mundo para poder sobreviver.FGV_ILD_076

> D: Diminuiu muito a quantidade de peixes, caranguejos.FGV_ILD_076

Assim, a contaminação de rios e das várzeas com grandes quantidades de ferro, metais pesados e demais EPT presentes na lama de rejeitos do rompimento da Barragem de Fundão representa um novo ciclo de degradação ambiental da região, vivenciado pelas comunidades atingidas como mais um fator agravo às fragilidades já vivenciadas e que inviabiliza sua presença em territórios que são por elas ocupados desde tempos coloniais e abalando, assim, os laços de pertencimento das comunidades atingidas com o território que ocupam.

> N: É um desastre em cima do outro, aí só vai ficando doente, muita destruição. E a gente nasceu e cresceu aqui, não vai para outro lugar, porque se a gente sair do nosso lugar, da nossa origem, onde conhece, é pior, não vai conseguir sair e ficar melhor em outro lugar. Tá difícil, a terra pequena, o espaço pra trabalhar quase não tem, as feiras que a gente ia muito foi enfraquecendo, porque tem que ter um levando o alimento e outro que tenha dinheiro pra comprar. Aí você leva o pouco que tem, mas não encontra quem tem [dinheiro] pra comprar e não tem mais as trocas que tinha, fica difícil.FGV_ILD_069

> D: Dificuldade de acesso a água de qualidade.FGV_ILD_069

> N: Foi mais um desastre que veio para nos atrapalhar. Porque tinha peixe, o povo pescava, a gente comprava mais em conta. O pessoal ribeirinho descia do Cricaré e vendia pra gente. Só que hoje não tem mais em conta e nem tem mais caro, porque o peixe sumiu. Minhas plantações também morreram tudo com esse minério bravo [...].FGV_ILD_070

> D: Secou nossas plantações, tá tudo contaminado.FGV_ILD_070

De acordo com as narrativas, os rios da região davam base a toda vida ali presente, inclusive a das comunidades, que os aproveitavam para captar água para consumo direto, usos domésticos, agricultura e criação de animais, assim como para pescarem peixes e mariscos para fins de consumo próprio, comercialização e troca com vizinhos. Com a chegada da lama à região, os rios que antes eram considerados fonte de abundância e locais de encontro de importância cultural passaram a ser associados a mazelas, doenças e prejuízos econômicos.

> N: Vivemos na região com uma fartura muito grande, e hoje não tem mais essa fartura. Uns anos atrás o povo vivia do peixe, da caça, e hoje não tem mais.FGV_ILD_070

> D: Danificou o ambiente.FGV_ILD_070

> N: Então, é um quadro que nos remete a um tempo de fatura. E me faz lembrar porque, quando eu estava fazendo minha pesquisa, fui conversar com um senhor, mora lá no São Jorge, que é de onde eu venho, e dizia assim: porque antigamente, quando a gente saía só levava uma vasilhinha com farinha, onde fosse parava num corregozinho e tomava água. Às vezes estava trabalhando e parava, pegava um peixe, ali mesmo assava, fazia uma brasa.FGV_ILD_076

> D: Ao tirar a vida da natureza, foi tirada a vida do quilombola.FGV_ILD_076

A questão da contaminação das águas e das várzeas dos rios envolve altos níveis de incerteza e falta de informação a respeito dos reais riscos oferecidos pelo contato com a água e pelo consumo de produtos associados a ela, como peixes e mariscos pescados, vegetais irrigados e carne de animais de criação. De acordo com as

narrativas registradas em oficinas, a presença da lama de rejeitos nos territórios de Sapê do Norte gerou fundado receio de contaminação desses ecossistemas, contribuindo assim para o comprometimento de usos tradicionais antes comuns.

> N: Talvez se o município tivesse se manifestado também, o cenário hoje seria diferente, sei lá. O que faltou foi informação. Até então, ninguém sabia até que ponto esses danos estavam sendo para nós, né? As pessoas estavam descobrindo os danos através deles mesmos. Eles mesmos que estavam vendo aquilo ali, reivindicando, falando, cobrando. E não teve uma análise, eu creio, precisa de informações para saber até que localidade... e eu acho que até hoje não temos isso, até que ponto essa lama prejudicou as pessoas.FGV_ILD_076

> D: Não tivemos informações claras e confiáveis sobre a extensão dos danos do desastre às pessoas e ao meio ambiente.FGV_ILD_076

> N: Veio gente fazer análise da água, mas nunca mais voltou para trazer o resultado, então a gente fica com medo, né?FGV_ILD_069

> D: Depois do desastre a água do rio São Domingos mudou de cor, ficou uma nata ferrugem e dava coceira na pele.FGV_ILD_069

A importância da água enquanto fonte de vida merece destaque nos relatos registrados em oficina. As pessoas atingidas perceberam alterações em aspectos físicos da água, como sua cor e textura, bem como os efeitos deletérios do contato com a água contaminada em sua saúde (ver Seção 3.2.2.8 — dimensão temática Saúde).

> N: O meu pensamento que, igual a gente viu esse quadro, essa imagem que foi colocada aí, é como companheira falou, relembrando o passado. Aquilo ali é uma relembrança do passado. Ela falou no córrego São Domingos, ela é da comunidade de Linharim, eu sou da comunidade quilombola do São Domingos e ela de Linharim, só que os nossos córregos um só. Esse mesmo córrego que ela falou aí é o mesmo que passa aqui na nossa comunidade. Então essa água que eles não conseguem usar é a mesma água que nós aqui não conseguimos também, que não podemos usar. E não é que não consegue, nós que não pode usar ela, porque é uma água que para nós é um veneno.FGV_ILD_076

> D: A água não é mais limpa, não podemos mais usar.FGV_ILD_076

A presença da lama contaminada por EPT que atingiu os corpos d'água da região comprometeu o uso da água para fins agrícolas e para a criação de animais, levando-os inclusive à morte, conforme será aprofundado na Seção 3.2.2.4 (Renda, trabalho e subsistência). Receosas da contaminação, pessoas atingidas perfuraram poços como alternativa para obtenção de água para usos domésticos e para produção, ocasionando assim episódios de aumento de custos com despesas relacionadas à construção e manutenção desses poços ou, ainda, pela aquisição de água mineral para beber. Estas

questões serão aprofundadas nas seções 3.2.2.3 (Moradia e infraestrutura) e 3.2.2.4 Renda, trabalho e subsistência).

Conforme demonstram as narrativas a seguir, o comprometimento do meio afetou diretamente a produção das lavouras e da criação de animais ao mencionarem que as plantas murcham ou "secam" no contato com a água e com o solo contaminados.

> N: Foi depois dessa barragem que acabou nossas plantações. Foi murchando as laranjas, matou os pés. Eu fiquei boba. As bananeiras caíam, foi acabando tudo. Tinha vinte e cinco anos que nós plantávamos lá. Eu sou uma guardiã da natureza, apaixonada pelas plantas. Sigo lutando pra fazer minha horta, minhas plantações.FGV_ILD_070

> D: Secou nossas plantações, tá tudo contaminado.FGV_ILD_070

> N: As plantas hoje não são mais as mesmas. Aqui mesmo na minha comunidade, onde eu moro e faço parte, tem um córrego que passa no fundo da terra aqui, que essa água nós não usamos pra nada, que se bater numa planta mata. Devido à substância(?), que hoje se encontra numa situação não favorável pra nós.FGV_ILD_076

> D: A água não é mais limpa, não podemos mais usar.FGV_ILD_076

A contaminação da água comprometeu também a pesca e o extrativismo vegetal, havendo relatos acerca da diminuição de espécies de grande importância socioeconômica e para alimentação própria ou usos medicinais associados a conhecimentos e práticas tradicionais e culturais, conforme será aprofundado nas seções 3.2.2.4, 3.2.2.5 e 3.2.2.6, que tratam, respectivamente, de Renda, trabalho e subsistência, Alimentação e Práticas culturais, religiosas e de lazer. Foram mencionadas espécies de pescado, entre peixes, siris, caranguejos e camarões, e de plantas de importância cultural.

> N: A questão das plantas nativas que nasciam próximas aos rios, elas foram praticamente extintas nas restingas as plantas morreram. Quase não se vê mais balcebo no rio, e ele tinha função de purificar a água, meus pais falavam disso. Os peixes se abrigavam no balcebo, ajudava para saber onde tinha peixe, ele servia de abrigo para os camarões também, que desovavam ali.FGV_ILD_070

> D: A perda das plantas do rio prejudica a desova do camarão.FGV_ILD_070

Por fim, a presença de EPT em toda região e os rumores a respeito dos riscos associados à contaminação dos rios, do solo e da biota da região repercute negativamente na imagem da região enquanto atrativo turístico.

> N: A região de Conceição da Barra é um ponto turístico, então os moradores conseguiam fazer uma renda extra, nas feiras, por exemplo. Então se o local tem algo de errado, gera um desgaste para a cidade e para os moradores das comunidades. Então realmente sentimos no bolso. Carnaval, por exemplo, é período que você rende o dinheiro. E com a contaminação, quem vai querer vir sabendo que o mar está contaminado? Todo mundo sofre. O que era Conceição da Barra há dez anos e hoje, não chega nem perto do que era.FGV_ILD_069

> D: O desespero da lama afastou o pescador do rio e os turistas da região.FGV_ILD_069

3.2.2.2.2 Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural

Sofrem esse dano as pessoas que tiveram comprometida a possibilidade de usar os rios, estuário e mar, bem como seus entornos para fins de lazer (como, por exemplo, nadar, pescar, passear, contemplar, fazer atividades físicas, entre outros) e de convivência sociocultural (como, por exemplo, atividades religiosas e espirituais, festas tradicionais, reuniões entre familiares e amigos, entre outras).

As narrativas indicam que anteriormente ao desastre as comunidades de Sapê do Norte tinham os rios, seus afluentes e várzeas como lugares de encontros, nos quais desenvolviam atividades socioeconômicas diversas. Conforme narrado, havia uma sensação de pertencimento àquelas terras que haviam sido ocupadas através do cultivo tradicional e da reprodução de modos de vida desses grupos remanescentes de quilombos. Assim, a própria terra de uso comum, compartilhada entre unidades domésticas, assume significado de espaço de convivência social e cultural. A contaminação do rio e de ambientes a ele associados transformou essa relação. Ao invés de pertencimento, a sensação hoje é de receio e angústia em relação às doenças e à contaminação. Essa transformação interrompe usos contemplativos, a realização de atividades físicas e demais práticas socioculturais (ver Seção 3.2.2.6 dimensão temática Práticas culturais, religiosas e de lazer). A degradação dificultou encontros e o uso do rio como local de reprodução de modos de vida da comunidade, como pontuado na narrativa a seguir.

> N: [...] Era uma água que a gente poderia chegar de manhã e sair tarde, era uma água pura, mais saudável e hoje a gente não pode nem tomar banho nessa água.FGV_ILD_076

> D: Hoje não podemos tomar banho num córrego, da alergia na pele.FGV_ILD_076

Entre as práticas culturais citadas pelas comunidades, destaca-se o cortejo do Ticumbi, que passava pelo rio e que, hoje, não é mais realizado da mesma forma, por conta do assoreamento, da presença de EPT e pelo receio de contaminação.

> N: Só de Ticumbi, nesse registro tem quatro [grupos]. Esse impacto na região desde a chegada do eucalipto, e agora com a lama, é difícil medir. O cortejo [do Ticumbi] passa pelo rio, antigamente os ensaios eram em várias comunidades, e com o encurtamento do território, isso ficou impossibilitado. Tem um documentário do Orlando Bonfim (faleceu agora), que trata da importância do cortejo do Ticumbi. O Ticumbi era recebido na praça [de Conceição da Barra] por uma multidão, e agora não tem mais.FGV_ILD_069

> D: Difícil medir o quanto se perdeu, mas vem sendo alterado e com a chegada da lama houve um efeito negativo no cortejo do Ticumbi. Hoje ainda existe, mas com mais dificuldades, principalmente, quanto ao assoreamento e segurança.FGV_ILD_069

3.2.2.2.3 Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos

Sofrem esse dano socioeconômico as pessoas que tiveram comprometido o acesso à água potável para consumo próprio e/ou da sua família ou para realização de suas atividades domésticas (como, por exemplo, cozinhar, lavar roupas, tomar banho, entre outras), seja pela falta de água ou pelo acesso à água sem a qualidade adequada para essas finalidades. Ressalta-se que esse dano inclui o comprometimento do acesso à água de forma parcial (por um período específico), intermitente (com falhas frequentes desde o desastre) ou permanente (sem acesso à água desde o desastre).

De acordo com as narrativas, anteriormente ao desastre as comunidades usavam água dos rios Cricaré e Itaúnas e de seus afluentes para consumo direto e para os principais fins domésticos, como higiene pessoal, alimentação (cozimento e preparos), manutenção e limpeza da casa, lavar roupas e regar de plantas. Hoje, em contraposição, vivem em situação de escassez hídrica, que, de acordo com as narrativas, vem sendo agravada pela perda da qualidade da água. As comunidades notam mudanças na cor da água, que antes era cristalina e agora apresenta aspecto turvo, com tom de ferrugem. Como ilustrado nas narrativas a seguir, a abundância de água superficial de qualidade é enaltecida pela dispensa de qualquer alternativa para abastecimento hídrico doméstico (cacimbas e poços).

> N: O rio São Domingos, que é o rio que nós temos aqui na comunidade, era um rio que era uma base de sustentabilidade da comunidade, uma das bases. O povo usava pra pesca, para molhar as plantações, usava para as suas necessidades, usava para a sua casa. Enfim, era a água

> do rio que a gente usava pra tudo, não se tinha cacimba, nem poço, nem nada. Pelo menos aqui o rio era aquela água cristalina, quando você chegava na beira do rio você conseguia visualizar a areia, o fundo do rio. E hoje em dia, não é só a realidade do Linharim, mas eu creio que de todas as comunidades quilombolas, a água é cor de ferrugem. Não se tem água, mesmo que a cor de ferrugem é bem pouca. Todo mundo vive essa realidade gritante. Na verdade, a gente fica resistindo para tentar viver nos territórios quilombolas.FGV_ILD_076
>
> D: A água não é mais limpa, não podemos mais usar.FGV_ILD_076
>
> N: Eu percebo aqui as plantas, os pássaros e o lago. Só que assim, a gente percebe que hoje, depois desses danos, até a água foi... a gente não pode mais usar, né. Porque a água, como eu já falei no outro encontro, a gente sabe que a água é vida, mas pra gente usar a água é preciso de uma água limpa. A água estando limpa, ela vai fazer a limpeza do nosso corpo. A gente precisa dela para o uso doméstico, pra beber, pra fazer a comida, para lavar as nossas roupas, lavar as louças que a gente alimenta. E a água com problema a gente não pode usar. Quando a água ficou com aquela cor diferente a gente não conseguir nem lavar uma roupa.FGV_ILD_076
>
> D: A água não é mais limpa, não podemos mais usar.FGV_ILD_076

Conforme relatado, a situação do abastecimento hídrico doméstico das comunidades atingidas de Sapê do Norte tornou-se crítica depois da chegada da lama de rejeitos à região. A contaminação por EPT e demais compostos nocivos à saúde inviabilizou o uso da água superficial de rios e córregos, que já se encontrava escassa quando da chegada da lama de rejeitos à região.

> N: Temos dificuldade com o abastecimento de água. Não podemos usar o rio, e não temos captação pública de água. Infelizmente só podemos fazer coleta de água de cacimba, e com a seca passamos dificuldades para captar água. Tinham que ter projetos para abertura de poços artesianos.FGV_ILD_070
>
> D: Aumentou a seca depois do rompimento da barragem.FGV_ILD_070
>
> D: Dificuldade de captação de água para uso pelas comunidades.FGV_ILD_070
>
> N: A água, da mesma forma, tudo enferrujado. O banheiro, a cerâmica do banheiro da minha mãe, nossa senhora, ficou aquela ferrugem, encardida. Hoje não está do jeito estava porque minha tia fez uso de cloro, deu uma lavada, escovada que tirou. Mesmo assim ainda tem, alguns resíduos. Entendeu?FGV_ILD_076
>
> D: A água não é mais limpa, não podemos mais usar.FGV_ILD_076

Atingidos que puderam custear poços artesianos o fizeram para abastecerem suas casas com água subterrânea. Contudo, de acordo com as narrativas mesmo essa água

apresenta traços de ferrugem em sua coloração, e tem gerado agravos na saúde das pessoas atingidas, como aprofundado na dimensão temática Saúde (Seção 3.2.2.8).

> N: Depois que os nossos córregos secaram, o nosso abastecimento aqui é com poços artesianos, entendeu? Então estava direto no lençol freático. Então quando chegava uma pessoa e pedia água na nossa residência, eu pelo menos ficava até meio com vergonha, entendeu? Daquele copo ficar ali com aquela água meio amarela. Às vezes eles achavam que era uma sujeira, e não era não, era a água que a gente estava utilizando. Chegou um momento, da comunidade, das crianças ficarem com dor de barriga. Então, tudo isso, graças a deus, com uma chuva que deu lá atrás, foi limpando, e hoje a água está mais ou menos. Assim, ainda contém índices de ferrugem na nossa água.FGV_ILD_076
>
> D: A água não é mais limpa, não podemos mais usar.FGV_ILD_076
>
> N: [...]. Depois da barragem, as nossas águas até mesmo dos poços estavam vindo cheias de ferrugem. Tanto as caixas d'água, quanto... a gente tomava banho... volta e meia tem um chuveiro que fica pingando, né? O local que pingava a água, até mesmo da torneira, até mesmo aquela água que ficava no vaso, ficava aquela marca de ferrugem. E a gente não entendia o porquê que aquela água estava ficando daquela forma.FGV_ILD_076
>
> D: A água não é mais limpa, não podemos mais usar.FGV_ILD_076

As pessoas atingidas mantêm uma preocupação constante em relação ao consumo da água de rios, da obtida através de poços e mesmo da água fornecido no abastecimento público dos centros urbanos da região. Há receio em estar ingerindo metais pesados e demais substâncias tóxicas, principalmente de quem já apresenta agravos de saúde. Conforme registrado, há pessoas atingidas que compram água mineral para consumo direto, o que implica aumento de gastos com um item que, anteriormente ao desastre, não fazia parte das despesas mensais.

> N: Quando venho pra rua [para a cidade], eu tenho dúvida de beber essa água [da rede de abastecimento do município]. Porque eu quero cuidar da minha saúde. Desde essa época eu compro água mineral, com medo de tomar essa água. Se tem chumbo, mercúrio, zinco, esses minérios bravos, eu tenho medo, porque eu quero viver, eu tenho sessenta e seis anos, e eu amo a vida.FGV_ILD_070
>
> D: Secou nossas plantações, tá tudo contaminado.FGV_ILD_070

3.2.2.2.4 Comprometimento do acesso aos territórios tradicionais

Este dano está relacionado ao comprometimento ou impossibilidade de circulação e acesso em determinadas áreas do território ante proibições administrativas ou judiciais, como a proibição da pesca, como também inseguranças em relação à extensão e magnitude do dano ambiental ante a ausência de informações claras e seguras sobre o mesmo. Cabe ressaltar que se incluem as áreas utilizadas para atividades tradicionais e de subsistência.

Embora não tenha sido possível aprofundar sobre este tópico, nas oficinas realizadas foram apontados problemas de assoreamento dos rios que foram agravados após o desastre da Barragem de Fundão. De acordo com as narrativas, a chegada da lama contribuiu com o assoreamento de rios e de córregos importantes à locomoção das comunidades entre si e entre outros pontos de interesse nos territórios e fora deles.

> N: Na comunidade de Porto Grande ainda utilizava o rio para atravessar para São Mateus, carregar alimento. Nosso rio foi assoreado já há muito tempo. Com a lama, diminuiu o uso do rio porque diminuiu a pesca. Perdeu o fluxo de ir buscar o peixe e levar as nossas mercadorias da roça, como a farinha, o beiju, a melancia, a mandioca.[FGV_ILD_070]

> D: As pessoas atravessavam o rio de canoa para fazer tratamento e trazer alimentos.[FGV_ILD_070]

> D: Perda da navegabilidade do rio para pesca.[FGV_ILD_070]

3.2.2.2.5 Comprometimento das condições adequadas necessárias para a permanência nos territórios tradicionais

Sofrem esse dano as pessoas que tiveram comprometido o acesso aos recursos naturais e áreas dos territórios que são essenciais para as atividades de subsistência, geração de renda e de manutenção dos modos de vida e identidade da comunidade, a exemplo da pesca, artesanato, medicina natural, celebrações e atividades socioculturais no rio e mar, entre outras.

Conforme detalhado na caracterização do território, as comunidades de Sapê do Norte são formadas por descendentes de negros e negras escravizados nos tempos coloniais do Brasil, e que hoje ocupam as beiras de rios e córregos dos vales dos rios Itaúnas e Cricaré (São Mateus) e ali reproduzem modos de vida que se dão na relação das pessoas com o ambiente que ocupam e por onde circulam, no compartilhamento e

envolvimento entre natureza, trabalho, laços de parentesco e familiaridade, herdados pelos seus antepassados. Nesse sentido, a relação das comunidades com o ambiente que ocupam e onde circulam extrapola a dimensão material. A elas não importa somente o uso do ambiente como fonte de recursos naturais, mas, conforme posto pelas narrativas registradas em oficinas, a degradação do ambiente é experienciada pelas pessoas atingidas como a degradação da sua própria pessoa, de sua vida e das possibilidades de futuro condicionadas por um ambiente contaminado.

> N: A água é uma coisa que ninguém vive sem. A água é vida, pelo que eu entendo. Nada substitui. E não só para beber. As vezes até um banho que você toma te faz mal. Se não tiver água de qualidade, causa doença, está causando doenças. Você lavar uma roupa com uma água que está suja, você vai vestir essa roupa e vai te causar uma coceira, qualquer coisa. Se tiver contaminação, e você lavar a louça com a água, cozinhar com a água, vai contaminar quando você for comer. Eu não sei se foi a lama com certeza, mas foi nesse período [depois de 2015], o rio mudou, a água não era mais limpa, transparente.FGV_ILD_069

> D: Depois do desastre a água do rio São Domingos mudou de cor, ficou uma nata ferrugem e dava coceira na pele.FGV_ILD_069

> D: Dificuldade de acesso a água de qualidade.FGV_ILD_069

De acordo com as falas das pessoas atingidas, a perda dos rios e da possibilidade de circular nos territórios é sentida no dia a dia, hoje marcado pela dificuldade de desenvolver atividades que faziam parte do uso tradicional desses territórios, e cuja existência significa a própria reprodução dos modos de vida das comunidades, tais como a pesca, a agricultura, o extrativismo. A dúvida em relação à contaminação é outro fator que prejudica a permanência nos territórios tradicionais. Conforme relatado em oficina, não há informação clara a respeito dos níveis de contaminação dos corpos d'água afluentes dos rios Itaúnas e Cricaré, como os rios São Domingos e Angelim. Ainda que as pessoas atingidas venham notando mudanças nos aspectos físicos da água e percebam seus efeitos sobre o pescado e sobre a saúde humana, as narrativas ressaltam o algo grau de incerteza em relação aos riscos oferecidos por essa exposição.

> N: A dúvida não é só sobre a qualidade [da água] do rio Cricaré e do São Domingos, mas também do [rio] Itaúnas, que está na área atingida, e do [rio] Angelim, que desagua no rio Itaúnas.FGV_ILD_069

> D: Falta informação quanto a contaminação da água e dos recursos pesqueiros no rio Cricaré, rio São Domingos, rio Itaúnas e rio Angelim.FGV_ILD_069

> N: Eu nunca nem fiquei sabendo que fizeram análise aqui no [rio] São Domingos. E ele está cheio de nata, quando vem enchente a gente vê um tipo de óleo por cima, e não sabe o que é.FGV_ILD_069

> D: Falta informação quanto a contaminação da água e dos recursos pesqueiros no rio Cricaré, rio São Domingos, rio Itaúnas e rio Angelim.FGV_ILD_069

> D: Não tivemos informações claras sobre os efeitos da contaminação, só o que vinha da mídia.FGV_ILD_069

A permanência nos territórios foi afetada na medida em que os efeitos do desastre sobre os territórios tradicionais prejudicou aspectos fundamentais da vida social das comunidades quilombolas, conforme será visto na Seção 3.2.2.6 (Práticas culturais, religiosas e de lazer). Atividades como a troca de produtos e a realização de encontros em espaços coletivos de convívio, como as beiras de rios e córregos, se tornaram menos presentes no cotidiano. Além disso, as narrativas reiteram como o caráter mais gregário dos modos de vida foi alterado por conta do desastre. Antes da degradação do território a terra era conjunta, partilhada entre diversas famílias para fins de cultivo agrícola. Com a degradação dos rios e das áreas de uso comum, essa forma de produzir encontra-se em declínio.

> N: Essa imagem [imagem utilizada na facilitação da oficina] nos faz lembrar muito aqui antes. Que a terra era conjunta e todo mundo produzia. Fazia mutirão. Hoje cada um tem sua terrinha, mas permanece na agricultura. Antes fazia as casinhas de estuque. Tinha a pesca. Só que o rio hoje que não está mais apropriado.FGV_ILD_069

> D: A agricultura foi prejudicada por não poder irrigar com água diretamente do rio.FGV_ILD_069

Conforme será tratado de forma aprofundada na dimensão temática Práticas culturais, religiosas e de lazer (Seção 3.2.2.6), a contaminação da água prejudicou a reprodução de práticas culturais importantes à permanência das comunidades em seus territórios. Entre as atividades mencionadas nas narrativas registradas, destaca-se o uso da água para preparos culinários tradicionais, como a puba e a pamonha, produzidas a partir da mandioca e do milho cultivados nos quintais e várzeas da região. Outra prática importante inviabilizada com a chegada da lama contaminada à região foi o uso de barro para fins medicinais e artesanato, conforme será tratado nas Itens 3.2.2.4 (Trabalho, Renda e Subsistência) e 3.2.2.6 (Práticas Culturais, Religiosas e de Lazer).

> N: Esses dias eu queria deixar dois sacos de mandioca no rio para fazer puba, para depois fazer nossa pamonha, e acabei tendo que fazer com a água da minha casa, porque não tem mais esses rios, e o que tem, dá medo de deixar, então não pode mais usar. E o barro, ele serve pra tudo, a gente faz comprimidinho por exemplo pra tratar anemia. Mas como vai tratar [a saúde] com barro se ele já está contaminado?FGV_ILD_070

D: Não podemos mais utilizar a puba para fazer pamonha.[FGV_ILD_070]

D: O rio Cricaré foi degradado e se perdeu.[FGV_ILD_070]

Os efeitos do desastre implicam perdas que, em última instância, inviabilizam a permanência das comunidades de Sapê do Norte em seus territórios tradicionais, como será apresentado nas respectivas dimensões temáticas. A falta de água em qualidade e quantidade adequadas afeta negativamente o trabalho desenvolvido pelas pessoas para que obtenham renda e subsistam em seus territórios (ver Seção 3.2.2.4, dimensão temática Renda, trabalho e subsistência), o que está atrelado a outros aspectos socioculturais de suma importância à reprodução aos modos de vida.

3.2.2.3 Moradia e infraestrutura

Esta seção abordará questões atinentes aos danos à moradia das comunidades quilombolas atingidas pelos rejeitos oriundos do rompimento da Barragem de Fundão, e sua respectiva infraestrutura, aqui incluído o comprometimento de acesso a bens e serviços que configurem suporte essencial para uma moradia saudável e adequada.

Destaque-se que a compreensão de moradia adequada utilizada neste relatório diz respeito não somente à estrutura física de um imóvel, alcançando uma abordagem mais abrangente, que contempla também aspectos relacionados ao direito de viver com segurança, paz, conforto e dignidade (FGV, 2019j).

Nesse sentido, necessária enquanto precondição para a realização de outros direitos humanos fundamentais (FGV, 2019j), considera-se que um abrigo residencial precisa reunir diferentes condições para que seja considerado moradia adequada, quais sejam: i) segurança de posse; ii) disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; iii) economicidade ou custo acessível; iv) habitabilidade; v) acessibilidade; vi) localização; vii) adequação cultural (UNCESCR, 1991). Assim, os danos socioeconômicos ora identificados incorporam aspectos diversos acerca da compreensão de moradia adequada, buscando explicitar de forma ampla como o desastre interferiu nas condições de habitação e habitabilidade da população quilombola atingida.

Para tanto, importa resgatar que, atualmente, para que haja o reconhecimento de um povoado como sendo uma comunidade remanescente de quilombo, é necessário, em conjunto com outros pressupostos, o reconhecimento e identificação de um território ocupado por remanescentes quilombolas, que seja *locus* não somente da sua reprodução física, mas também cultural, social e econômica, o que revela a amplitude e

o alcance dos dados à moradia para os modos de vida das comunidades quilombolas. Assim dispõe a Instrução Normativa n° 16, do INCRA, publicada no ano de 2004, em seu artigo 4º:

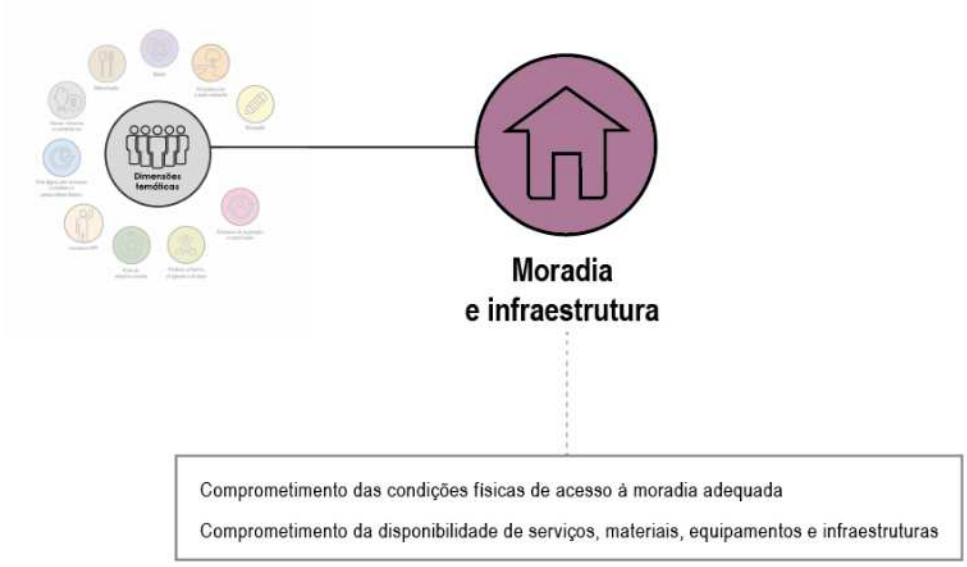
> Art. 4°: "Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos."

Ressalte-se ainda que, embora parte do rejeito liberado pelo rompimento tenha se concentrado a montante da barragem da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (barragem de Candonga), inclusive pelo choque com as estruturas físicas desse barramento hidrelétrico (FGV, 2020m), a jusante também foi identificado o comprometimento das condições físicas de acesso à moradia adequada e da disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestruturas, em especial em localidades próximas ao Rio Doce e em ilhas fluviais. Ainda, são recorrentes relatos das populações atingidas que dão conta da chegada do rejeito em suas habitações a cada cheia do rio, quando enchentes carreiam o material depositado no rio até as propriedades próximas (FGV, 2021i).

Assim, esta dimensão temática expõe questões relacionadas à deterioração e/ou comprometimento de moradias e propriedades, ao comprometimento da localização e habitabilidade das moradias; comprometimento de qualidade do solo, destruição e/ou comprometimento de infraestrutura e beneficiamentos das propriedades; trabalho gerado para se adquirir água de qualidade para uso humano e animal; gastos relacionados às novas demandas pós desastre como obras para aquisição de água e/ou manutenção de beneficiamentos das propriedades; e comprometimento do abastecimento de água.

Para fins de análise, as narrativas e os danos enunciados em campo referentes aos danos às condições físicas das moradias das pessoas atingidas foram reunidos no dano socioeconômico Comprometimento das condições físicas de acesso à moradia adequada, enquanto que os danos às condições dos serviços prestados, aos danos e perdas de materiais e equipamentos e à precarização de infraestrutura, foram agrupados no dano socioeconômico de Comprometimento da disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestruturas. O conteúdo será apresentado a seguir, conforme representado na Figura 26.

Figura 26 — Dimensão temática moradia e infraestrutura: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.2.3.1 Comprometimento das condições físicas de acesso à moradia adequada

Sofrem esse dano as pessoas atingidas que residem ou residiram em moradias que, em razão das ações de reparação ou da passagem da lama de rejeitos, desenvolveram patologias estruturais como trincas, fissuras, rachaduras, infiltrações etc.

No que se refere às narrativas e danos registrados entre as comunidades de remanescentes quilombolas do Litoral Norte de RECM, esta seção identifica danos a moradias cuja qualidade se deteriorou com o passar do tempo, obrigando as comunidades atingidas a conviver com a fragilidade de suas casas e vulnerabilização das condições de moradia, uma vez que a perda de renda decorrente dos efeitos do rompimento da Barragem de Fundão na região impossibilita que os investimentos necessários para reformas estruturais sejam feitos nas casas. Assim, a população atingida relata não possuir condições financeiras para arcar com a manutenção de suas propriedades rurais após o desastre.

> N: Houve um retrocesso na qualidade das moradias, pela perda de renda, que afeta diretamente a habitação.[FGV_ILD_070]
>
> D: Sem renda, a qualidade das moradias piorou.[FGV_ILD_070]

> N: As residências, antigamente se fazia as casas de estuque, de madeira, batia o barro, e hoje não tem mais como fazer essas construções. E hoje são de alvenaria. E com as dificuldades financeiras é difícil fazer a casa, a gente fica até preocupado, [são] casas muito frágeis.FGV_ILD_069

> D: A dificuldade com a queda de renda impossibilita a melhoria de vida, das residências e de manter poços.FGV_ILD_069

Importa, ainda, resgatar aqui o contexto no qual estão inseridas as moradias do Sapê do Norte, localizadas em território que enfrenta historicamente um processo contínuo de insegurança da posse das terras quilombolas, agudizado pelo menos desde a década de 1960, conforme descrito na caracterização do território. Nesse contexto, a dificuldade de manutenção da moradia agrava-se por se tratar de terras conquistadas em um processo histórico de luta por direitos, no qual os danos advindos do rompimento da Barragem de Fundão representam mais uma ameaça à continuidade da vida nessas terras, conforme melhor explorado em algumas dimensões temáticas como Autodeterminação e Processo de reparação e remediação.

Desta forma, evidencia-se a interface deste tema com os demais, demonstrando-se a interdependência e a indivisibilidade do direito humano fundamental à moradia adequada. Assim, alguns aspectos relatados pela população atingida são tratados em mais de uma dimensão temática, como vida digna, autodeterminação, Relações com o meio ambiente, renda, trabalho e subsistência e Processo de reparação e remediação, entre outros.

3.2.2.3.2 Comprometimento da disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestruturas

Este dano se refere ao comprometimento do acesso ao serviço de abastecimento de água.

Em consonância com a compreensão já destacada das Nações Unidas, pela qual moradia adequada deve ser compreendida de maneira ampla, o acesso à água é requisito necessário para atender pressupostos como a disponibilidade de serviços,

materiais, instalações e infraestrutura[89], a habitabilidade[90] e a localização[91] (UNCESCR, 1991). Nessa esteira, a existência de infraestrutura básica adequada, com destaque para o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, é um entre os vários aspectos que implicam a condição de moradia adequada, e que contribui à condição saudável de habitação (WHO EUROPE, 2004). O entendimento ainda foi reforçado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que em 28 de julho de 2010, na Resolução A/RES/292, reconheceu que o direito a água potável limpa e o saneamento são essenciais para a concretização de todos os direitos humanos, dentre os quais situa-se o direito à moradia.

Assim, observar as narrativas que ilustram danos ao acesso à água e à garantia de uma água de qualidade ajuda a compreender o comprometimento à moradia digna das comunidades remanescentes de quilombolas, conforme exemplificado a seguir:

> N: O rio a gente sabe que é [água] corrente, é mais limpo, a qualidade da água do poço a gente não sabe a qualidade. E manter o poço é caro, comprar bomba, fiação, nem todo mundo tem energia adequada, então gera dificuldade não poder consumir a água que era natural, que sempre bebeu, limpa, e agora não sabemos nem a procedência. [...].FGV_ILD_069

> D: Hoje não podemos pegar água no rio, temos que fazer poços para ter água de qualidade.FGV_ILD_069

Considerar que o tempo de exposição aos danos ao acesso e qualidade da água se perpetua no tempo, trazendo consequências de curto, médio e longo prazo, deflagra a gravidade das situações narradas, que demonstram a vulnerabilidade socioambiental à qual as comunidades atingidas estão sujeitas.

Assim, o ônus relacionado à necessidade de construção de locais para armazenamento de água, de perfuração de poços artesianos e de compra de bombas de água, é talvez uma das primeiras consequências dos danos à água nas moradias das populações atingidas. Junto do aumento de custos para o acesso à água de qualidade, outras consequências vão se somando, inclusive abordadas em outras dimensões temáticas, como em Renda, trabalho e subsistência. Algumas delas reforçam o marcador de gênero, como as expressadas nas narrativas e danos a seguir, relatadas por mulheres

[89] "Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo" (BRASIL, 2013, p. 13 *apud.* UNITED NATIONS, 1991).

[90] "Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde" (BRASIL, 2013, p. 13 *apud.* UNITED NATIONS, 1991).

[91] "A localização: a moradia não é adequada [...] se localizados em áreas poluídas ou perigosas". (BRASIL, 2013, p. 13 *apud.* UNITED NATIONS, 1991).

que usualmente assumem tarefas domésticas que restaram prejudicadas, como a lavagem de roupa, além dos cuidados com a criação:

> N: O poço artesiano para aquelas comunidades que conseguiram fazer um poço artesiano. Mas aqui na minha comunidade nós não tivemos condições de fazer um poço artesiano, ainda é utilizado a cacimba. Nós utilizamos água da cacimba. Vem um minador debaixo da terra, e consegue ainda utilizar essa água melhor, porque a do córrego não tem como nem lavar roupa.FGV_ILD_076

> D: Pra ter água hoje precisamos gastar com poço artesiano. Quem não tem condições continua utilizando água da cacimba, mas do córrego não dá mais pra usar.FGV_ILD_076

> N: Hoje mesmo aqui na porta estavam uns animais procurando água. Aí meus netos pegaram água nas panelas e botando para uns animais que eu não sei nem de quem é beber. É gado, é tudo, eles vêm na caixa, porque hoje a água que a gente tem é de poço artesiano. Se a gente quer ter a água, precisa pagar caro pra furar sem saber de onde sai esse dinheiro.FGV_ILD_076

> D: Pra ter água hoje precisamos gastar com poço artesiano. Quem não tem condições continua utilizando água da cacimba, mas do córrego não dá mais pra usar.FGV_ILD_076

Como dito, o aumento de custos para o acesso à água de qualidade nas moradias leva a uma série de outras consequências. Em comunidades com característica rural, outras dessas consequências se dão com o aumento nos gastos para manutenção e compra de água para abastecimento humano e animal, o que gera, além de danos à Renda, trabalho, e subsistência, repercussões à saúde humana e animal.

Cumpre lembrar que outras interferências danosas ao ambiente de moradia das comunidades do Sapê do Norte ao longo dos anos já ameaçam a oferta de proteína animal e de outros alimentos cultivados na terra, contribuindo historicamente para casos de desnutrição e insegurança alimentar no território (CALAZANS, 2019), o que é tratado com a devida atenção na dimensão temática Alimentação. Nessa linha, a dificuldade para manter poço para irrigação e para criação, destacada em diversas narrativas e danos, como as exemplificadas a seguir, agravam ainda mais uma ameaça histórica às comunidades retratadas.

> N: Há uns dez anos atrás a gente tinha o rio, pegava água lá, e hoje o rio não tem mais, acabou tudo, e não consegue mais usar a cacimba.[...]FGV_ILD_069

> D: Aumento de custos e dificuldade para manter poço para irrigação.FGV_ILD_069

> N: [...] Hoje pra gente usar a água tem que cavar cisterna, quem não tem condição de ter poço artesiano, mas aí precisa de bomba. Aqui tem poço de 32 m. de fundura e não tem água. [...].FGV_ILD_069

> D: Aumento de custos e dificuldade para manter poço para irrigação.FGV_ILD_069

Ainda refletindo a amplitude de danos que o comprometimento ao acesso à água pode causar, como abordado na dimensão temática das Relações com o meio ambiente, há vários relatos que indicam alterações na qualidade da água coletada em poços após o rompimento, e que expressam a preocupação da população atingida com o comprometimento das águas subterrâneas, tendo sido relatada a atual dificuldade de se encontrar recurso hídrico de qualidade.

Assim, como destacado por Alves (2006) e Cartier e colaboradores (2009), a vulnerabilidade socioambiental está ligada ao agravamento e/ou susceptibilidade a determinada situação que decorre de perigo ou exposição a riscos ocasionados com a degradação ambiental.

Um último aspecto que merece ser retomado ao se abordar comprometimentos ao direito à moradia às comunidades do Sapê do Norte diz respeito à previsão do artigo 17 da Instrução Normativa nº 16 de 2004, emitida pelo INCRA, pela qual as terras intituladas como quilombolas são coletivas. Nessa linha, importa perceber também como os danos às moradias de famílias da comunidade são danos à toda a coletividade que ali vive, uma vez que ameaçam a segurança de posse, que se denota na saída de pessoas do território devido à impossibilidade material de permanência, conforme explorado na dimensão temática Processo de reparação e remediação, e a disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura de uma terra cuja posse é de toda essa coletividade.

Avaliado desta maneira, o contexto expõe a multidimensionalidade dos danos ligados à questão do comprometimento da qualidade da água na região, o que é exemplificado na interface entre moradia adequada, acesso à água e as condições de saúde humana e animal trazidas nos relatos de moradoras de comunidades atingidas, que reiteram uma preeminente preocupação com a restrição na disponibilidade da água e sua qualidade, o que reverbera na qualidade do solo, da agropecuária, temas aprofundados nas sessões supramencionadas.

3.2.2.4 Renda, trabalho e subsistência

No estudo da FGV (2021d), construído a partir de dados secundários, foi observado que o rompimento da Barragem de Fundão e o espraiamento da pluma de rejeitos no oceano Atlântico despertou intensa insegurança pelo risco da contaminação da água, por conseguinte, dos ambientes litorâneos e estuarinos, e de toda a biodiversidade fundamental para o equilíbrio do ecossistema da região. Desse modo, houve consequências negativas para as inúmeras atividades econômicas desenvolvidas pelas populações dos municípios do Litoral Norte e de toda RECM, verificadas especialmente nas cadeias produtivas da pesca; agropecuária; e turismo, comércio e serviços (COMITÊ INTERFEDERATIVO, 2020; CRISTIANO, 2020; SYNERGIA, 2017; OLIVEIRA et al., 2020; LEONARDO et al., 2017).

Durante as interações realizadas com os grupos sociais do Litoral Norte da RECM, os danos previamente identificados nas informações secundárias (FGV,2021d) foram reforçados pelas narrativas da população atingida, assim como foram trazidas outras questões referentes à perda e/ou o comprometimento do exercício de diferentes ofícios e cadeias econômicas, alterações na renda, e entraves para a reprodução dos modos de vida, ligados à perda dos meios de subsistência e redes de troca.

O comprometimento da renda provocado pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão foi trazido de forma categórica em todas as interações realizadas no Sapê do Norte. Conforme abordado na caracterização, as comunidades de remanescentes de quilombo do Sapê do Norte possuem modos de vida tradicionais que foram herdados dos seus antepassados, antigos escravizados que resistiram ao sistema escravista colonial e formaram comunidades negras rurais após a abolição. Seus ofícios se baseiam em princípios de tradicionalidade obtidos através da cultura e dos vínculos estabelecidos pela população com o território. O trabalho e as atividades produtivas envolvem não somente ou necessariamente a obtenção de renda, como também são essenciais para a manutenção dos ofícios, costumes e hábitos culturais das comunidades. Por esse motivo, os danos de alteração de renda relacionada ao exercício da atividade econômica interferem em todas as dimensões da vida da população e serão também tratados em outros itens deste estudo.

Vale ressaltar aqui a incidência marcante da pluriatividade no território do Sapê do Norte, assim como observado em relatórios produzidos pela FGV (2020b, 2020k, 2020m, 2021d). A pluriatividade é expressa pela conjunção de diferentes atividades econômicas por uma mesma pessoa ou núcleo familiar, como estratégia para a manutenção das condições de vida e fonte de renda (COTRIM e MIGUEL, 2008;

SCHNEIDER, 2009). A junção de múltiplas atividades ocupacionais é elemento fundamental do orçamento familiar e dos modos de vida, traços culturais e produção das subjetividades e identidades da população atingida no território (SCHNEIDER, 2003 e 2009; COTRIM, 2008).

Como dito anteriormente os modos de se viver das comunidades remanescentes de quilombo se constroem a partir de territórios de pertencimento, onde toda a base de organização social, cultural, político e econômica é alicerçada pelas profundas relações com o meio ambiente. De acordo com Silva (2008 p. 260), "a relação das comunidades quilombolas com a natureza foram desenvolvidas e consolidadas em um contexto sociocultural e ambiental que norteou uma série de normas e critérios de uso comum da terra, da água, das florestas, das atividades extrativistas e de plantio". Nessa conformidade, as atividades e ofícios desempenhados pelos quilombolas foram prejudicadas ou interrompidas após o rompimento da Barragem de Fundão a chegada da lama tóxica de rejeitos aos ecossistemas da região.

As narrativas e danos enunciados referentes à dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência serão apresentados na seguinte sequência de Danos Socioeconômicos (i) Interrupção/Diminuição da renda proveniente do exercício da atividade pesqueira e de aquicultura; (ii) Interrupção/Diminuição da renda relacionada à agropecuária; (iii) Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao turismo; (iv) Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao comércio e serviços; (v) Perda ou supressão de lavouras, cultivos ou de estoque; (vi) Impossibilidade/Comprometimento de exercício de trabalho livremente escolhido; (vii) Comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis; (viii) Perda dos meios de subsistência, consumo próprio e escambo; (ix) Aumento de gastos, despesas e/ou dívidas; e (x) Perda/ Deterioração/ Desvalorização do patrimônio pessoal. A organização dessa seção é apresentada na Figura 27.

Figura 27 — Dimensão temática renda, trabalho e subsistência: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.2.4.1 Interrupção/Diminuição da renda proveniente do exercício da atividade pesqueira e de aquicultura

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade pesqueira, seja ela embarcada ou desembarcada, pré-pesca ou pós pesca. Devem ser consideradas todas as atividades pesqueiras habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

No Sapê do Norte, há diversas comunidades onde a pesca representa uma das principais atividades de reprodução dos modos de vida tradicionais. O pescado é voltado para o consumo próprio, para a comercialização em feiras da região, para confecção de pratos típicos comercializados nos festejos, e também para serem vendidos para turistas em beiras de estrada. Destacam-se a cata do caranguejo, de siri e peixes como robalo, traíra, cangoá, tainha, maroba, entre outros.

Em todas as interações realizadas com as comunidades surgiram narrativas que apontam profundas alterações na atividade da pesca, após o desastre do rompimento da Barragem de Fundão, relacionadas à diminuição dos crustáceos, peixes e moluscos encontrados nos mangues, estuários, rios e córregos, ao comprometimento dos locais de pesca, além de uma maior dificuldade de comercialização dos produtos. Essas alterações culminam em um significativo comprometimento na geração de renda da população, o que afeta consideravelmente a vida individual, familiar e comunitária.

As narrativas aqui abordadas tratam da redução na quantidade de pescados encontrados nos rios, córregos e manguezais que abasteciam o território, da diminuição da demanda pelo produto pescado, em consequência da desconfiança quanto à sua qualidade após o desastre, e também da diminuição da renda advinda dessas atividades. Todos esses prejuízos reverberaram em outros danos nas diversas dimensões que tecem o modo de vida tradicional da população quilombola. (Ver dimensões temáticas Práticas culturais, religiosas e de lazer; e Vida digna, uso do tempo e perspectivas futuras; e Alimentação). Vale ressaltar que as atividades da pesca eram realizadas por homens e mulheres quilombolas, e de maneira semelhante e intensa foi sentida pelos mesmos.

A atividade da pesca das comunidades do Sapê do Norte era realizada de maneira artesanal, e ocorria principalmente nos rios Cricaré, Itaúnas, Mariricu, e nos córregos que banham o território. A população também usufruía de regiões de mangue, onde eram realizados os catados de siris e caranguejos. As comunidades do Sapê do Norte relataram que houve uma queda severa na quantidade caranguejos e siris capturados nas áreas de mangue após a ocorrência da entrada dos rejeitos do mar para a região estuarina e continental, conforme tratado na dimensão temática de Relações com o meio ambiente (Seção 3.2.2.2).

> N: A gente pesca, faz agricultura, feira, faz um pouco de cada coisa. Cata siri, caranguejo, pesca vários peixes. E tudo isso caiu. [...]FGV_ILD_069
>
> D: Queda de produção de pescado.FGV_ILD_069
>
> N: Antes a gente tinha muito o catado do siri, que nós vendia. E nós não vendia só para as barracas, nós tínhamos muito comprador, era muito comprador mesmo que a gente tinha. Era comprador de dentro da cidade, de fora, comprador que vinha de Vitória pegar siri na nossa mão. Mas depois da barragem ficou difícil, porquê. Tanto ficou difícil pros peixe e pros siri, como ficou difícil para os compradores.FGV_ILD_070
>
> D: Compradores começaram a ter desconfiança pra comprar o siri, o caranguejo, o peixe, pelo medo da contaminação.FGV_ILD_070

> N: E pra dizer que caranguejo parece que é mais frágil, acabou o nosso caranguejo, acabou o nosso manguezal. Eu fui criada com marisco, com frutos do mar. Mas caranguejo tanto pegava como vendia e negociava também com o pessoal dos quilombos. Hoje está difícil. E nós ainda temos que nos preocupar com a nossa geração, com o futuro.FGV_ILD_070

> D: Diminuiu muito a quantidade de peixes, caranguejos.FGV_ILD_070

A escassez na captura dessas espécies pesqueiras trouxe acentuado prejuízo para a renda das comunidades quilombolas que comercializavam os produtos, conforme evidenciado nas narrativas e danos enunciados a seguir.

> N: Para complementar, a gente ia pra feira, né? Toda sexta feira a gente tinha produto pra levar, agora não tem mais, porque toda sexta-feira nós tínhamos o catado do siri encomendado, se era 20, 30 kg, nós levávamos até a mais. Hoje em dia não temos condições, nós não temos nem o siri, nem comprador. E pra feira a gente ia com bote por dentro do rio, com o bote carregado de produtos.FGV_ILD_070

> D: Antes vendíamos muito por encomenda, e agora não tem mais.FGV_ILD_070

> N: Antes da barragem, é como ela falou, a gente vivia mais de pesca. A gente tinha a agricultura, mas era mais de pesca. Mexia muito com peixe e catado de siri, às vezes catado de caranguejo também. Mas depois da barragem ficou tudo difícil.FGV_ILD_070

> D: Queda de renda.FGV_ILD_070

Assim como o ocorrido com as espécies de crustáceos, a população também verificou uma queda brusca nas espécies de peixes, como moroba, tainha, robalo, que para além da redução do estoque utilizada para a comercialização, a população ficou desabastecida para o consumo das famílias em suas residências (verificar a dimensão temática de Alimentação). Houve a diminuição de compradores e o aumento de custos para adquirir os produtos.

> N: Hoje a gente vai pescar e volta com dois moroba, ainda pequenininho. E antigamente, a gente ia pescar, levava balde, cesto, e vinha com vários peixes no cesto, na rede. Hoje não, você vem com dois, que não é o suficiente, que dá até dó de você trazer pra casa. Dois peixinhos pequenos.[...]FGV_ILD_070

> D: Acabou a fartura!FGV_ILD_070

> N: Além de não ter o peixe, o preço subiu e eles desapareceram dos rios. A lama causou um impacto muito grande na sociedade em geral e nas comunidades quilombolas. A gente comprava os peixes das comunidades ribeirinhas. Estamos passando por esse sofrimento.FGV_ILD_070

> D: A comunidade quilombola ficou sem o meio de renda.FGV_ILD_070

> D: Perdemos o peixe como meio de sobrevivência.FGV_ILD_070

> N: Antes era mais fartura, diminuiu a quantidade, não tem mais aquela produção, tanto de peixe quanto de agricultura. Hoje demora uma semana para pegar 10 kg. de robalo.FGV_ILD_069

> D: Queda de produção de pescado.FGV_ILD_069

As narrativas apontam que houve significativa redução da renda relacionada às atividades de pesca devido à desconfiança nos produtos ofertados. Desde o desastre do rompimento da Barragem de Fundão, há insegurança por parte dos compradores, como também dos próprios moradores devido à falta de informação em relação à contaminação desses itens que são base da alimentação tradicional. Houve uma drástica redução no escoamento desses produtos. Já internamente, por não possuírem alternativas para substituição desses itens, alguns moradores se arriscam e mesmo com receio permaneceram consumindo esses alimentos.

> N: Aqui na comunidade Córrego do Alexandre, além de quilombola a gente é da pesca. E a pesca não era só para consumo. Quando eu era criança meus pais, avós, viviam da pesca, do catado do siri, do caranguejo. Então dependia dessa renda. Eu vendia o catado do siri desde os dez anos. De cinco anos pra cá, houve muita dificuldade na venda desses produtos, porque as pessoas que consumiam, que compravam, aqui na comunidade e na feira, questionavam se não estava contaminado. A gente ficava na dúvida. E a gente também não sabia se podia comer, mas como não tinha outros alimentos, comia. Hoje melhorou um pouco, mas sempre alguém lembra dessa questão, pergunta.FGV_ILD_069

> D: Não temos mais o sustento do rio.FGV_ILD_069

> D: Diminuição da aceitação da produção agrícola e pescado, devido à insegurança com a contaminação.FGV_ILD_069

> N: Na agricultura, encomendas de peixe, do catado do siri. Poderia fazer a encomenda que fosse, vinha gente aqui na porta, meu pai vendia 2, 3 caixas de peixe por encomenda. Vinham as pessoas aqui comprar pra poder vender em outros lugares. Depois tudo isso se acabou, mas antes era uma maravilha, era só fartura. Antes da barragem eu não tinha nada do que reclamar, ao contrário.FGV_ILD_070

> D: Antes vendíamos muito por encomenda, e agora não tem mais.FGV_ILD_070

Os produtos advindos da pesca eram comercializados com mais intensidade nos períodos de atividades turísticas como por exemplo, nos festejos tradicionais que

ocorriam com periodicidade no território. Com a diminuição do turismo e a insegurança no consumo do pescado, houve o enfraquecimento dessa renda.

> N: Aqui nas comunidades também afetou muito as vendas nas feiras no período de festas. Vinha muita gente de fora comprar nossos produtos, e depois [do desastre] não vinham, e quando vinham, não compravam por medo da contaminação. O siri desfiado, o peixe, o período que mais vendia era no período de festas.FGV_ILD_069

> D: Diminuição da aceitação da produção agrícola e pescado, devido à insegurança com a contaminação.FGV_ILD_069

3.2.2.4.2 Interrupção/ Diminuição da renda relacionada à agropecuária

Trata-se de dano sofrido pelas as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade econômica relacionada à produção agropecuária. Salienta-se que são consideradas aqui todas as atividades econômicas habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

Esta seção trata da perda de renda relacionada às atividades agropecuárias. Conforme visto na Seção 2.1.1, os modos de vida do território Sapê do Norte são marcados pela pluriatividade em forte interação com os recursos naturais característicos da região. Em relação à agropecuária, a contaminação do meio ambiente já caracterizada neste documento provocou o estrangulamento dos fluxos de renda de que se constituíam múltiplas formas de mercado tais como feiras, restaurantes e pousadas e mercados institucionais de comercialização de alimentos.

A água e a terra para os quilombolas são bens indissociáveis de uso comum para toda população do território. São a base para a sustentação da vida, e alicerces da manutenção da tradicionalidade. A partir destes elementos a população extrai os produtos para o autoconsumo e para serem comercializados. A terra fornece o que a água não traz, e vice-versa.

Dentre os principais danos relativos à diminuição de renda das atividades agropecuárias relatados pela população ao longo das interações realizadas pela FGV, destacam-se a perda de lavouras e animais de criação, a queda de produtividade das lavouras, a diminuição da qualidade dos produtos, o comprometimento das áreas férteis para plantio e da utilização dos cursos d´água para irrigação e dessedentação animal. Essa situação agrava a comercialização dos produtos agrícolas e pesqueiros antes realizada pela

população quilombola, devido à insegurança em relação à qualidade dos produtos e pela diminuição do turismo e festejos tradicionais.

> N: A gente aqui das comunidades [quilombolas] não trabalha em uma coisa só. Planta na roça, tem uma galinha, um porco. Mas tudo isso precisa que venda também, para comprar o que não produz. A produção da roça, quando você não consegue vender, planta menos também, para arrumar um meio de substituir essa renda. O próprio animal precisa comprar a ração, vai plantar um milho, uma mandioca, não consegue, aí só vai diminuindo o ritmo. Vai acabando. Se a gente tem uma água que não serve para produzir, dar para as criações, porque não presta, aí não tem condições de fazer o poço artesiano. E tem que dar as coisas pros filhos. Aí a cisterna não dá conta de manter o consumo, as plantas e os animais, aí vai perdendo, porque não tem as coisas pra juntar. Quando está acabando uma fruta, está chegando um milho, um feijão, mas chegamos numa situação que não mais. Tem que deixar de cultivar para procurar um jeito de manter a família.[FGV_ILD_069]

> D: A queda de renda dificultou manter as atividades produtivas.[FGV_ILD_069]

Em relação à produção agropecuária, prejuízos foram relatados em diversas atividades, relacionados à perda ou comprometimento das áreas de produção próximas aos rios e córregos que foram atingidos pelos rejeitos advindos da área oceânica. Os principais cultivos mencionados nas oficinas realizadas em Sapê do Norte foram mandioca, frutas, hortaliças, plantas medicinais e criação de animais.

As narrativas a seguir evidenciam a presença da pluriatividade e a forma como eram organizadas as atividades produtivas. A insegurança gerada pelo medo da contaminação afastou os turistas da região, e consequentemente gerou a queda na comercialização dos produtos que eram vendidos nas pousadas, restaurantes e feiras. O resultado foi a diminuição nas possibilidades de geração de renda da população.

> N: Nossa renda e nosso futuro de vida, tudo era lá na água, eu pegava os caranguejos no mangue, ia com meu pai, meus tios, meu avô. Na época de peixe, quando o rio estava baixo, ia pescar. Plantava também. Pescava pra se alimentar. Mas depois disso aí [do desastre] acabou, quase não tinha mais peixes, morreram. E com a contaminação a gente ficava com medo até de entrar na água. Então foram danos muito fortes. Na sexta-feira ia na feira em Conceição da Barra, e domingo em São Mateus [fazer feira]. A renda do pessoal de Conceição da Barra era do peixe, restaurantes, que compravam muita coisa na mão da gente. E depois do desastre, não tinha gente pra hospedar, nada, aí a gente também não vendia. Eles iam comprar pra quem, né? O pessoal da feira, os pescadores e os que trabalhavam nas empresas de pesca compravam na mão da gente. A gente ia não só na sexta-feira, mas também durante a semana, e fazia a troca: uma farinha, um beiju, um feijão, uma abóbora, em São Mateus também. E eles davam peixe, caranguejo etc., tudo isso era uma fonte de renda, de troca de trabalho, de alimento, de produção, era a mesma coisa que

> o dinheiro. Só que depois disso aí [do desastre] acabou tudo isso.FGV_ILD_069

> D: Diminuição da venda para o comércio de Conceição da Barra e São Mateus.FGV_ILD_069

> D: Queda no turismo afetou a renda com a diminuição da venda de produtos.
>
> FGV_ILD_069

> N: [...] A nossa cidade é turística, e o veranista vinha e os pescadores e as comunidades quilombolas vendiam seus produtos, a farinha, o beiju, então é muito complicado. [...].FGV_ILD_070

> D: A comunidade quilombola ficou sem o meio de renda.FGV_ILD_070

Ainda em relação aos fluxos de comercialização, o receio em relação à qualidade da água dificulta o atendimento à comercialização tanto nas feiras locais (que também se constituíam em espaços de trocas) como no atendimento aos mercados institucionais, como o Programa de Aquisições de Alimentos (PAA)[92] e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os empecilhos colocados ao uso da água para fins agrícolas contribuíram também para o declínio de feiras da região, que também consistiam em lugares de troca.

> N: [...] Pra molhar uma planta, que a gente entrega pro PAA [Programa de Aquisição de Alimentos] e PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], tem que usar o poço, porque o rio acabou, só tem sujeira. A dificuldade do Sapê do Norte tá grande, é difícil para nós.FGV_ILD_069

> D: Queda de renda da agricultura.FGV_ILD_069

> D: Não temos mais o sustento do rio.FGV_ILD_069

> D: A agricultura foi prejudicada por não poder irrigar com água diretamente do rio.FGV_ILD_069

> N: Hoje a gente tem que entregar pro PAA, e mesmo assim as coisas não vão completas, porque pela lama, atingiu muito, a gente molha e as plantas fica tudo amarelada, as folhas da abóbora tudo amarelada, os caramujo invadiu, formiga.FGV_ILD_076

> D: O brejo secou, o mangue secou, as plantas ficaram amareladas, os peixes morreram ou ficaram pretos por dentro pelo minério.FGV_ILD_076

[92] Importante esclarecer que o Programa de Aquisição de Alimentos foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil (BRASIL, Lei nº 14.284, 2021).

> N: A companheira falou uma coisa importante, que é a participação nos programas sociais. Hoje é com muita luta que a gente consegue produzir o alimento e a gente consegue escoar esse produto para o PAA, tem comunidade que nem conseguem escoar para o PNAE, mas tem comunidades que estão nos dois programas, tanto PAA quanto PNAE. Mas antes desses programas os alimentos se perdiam. Porque como a natureza está escassa, você colocava um pé de banana lá, como não tem pássaros para comer a banana, a banana ficava lá podre, depois ia pro lixo, se perdia pelo chão afora. Então, assim, o desastre, ele nos prejudicou bastante, diretamente e indiretamente.FGV_ILD_076

> D: Tivemos que buscar mais as vendas para o PAA, PNAE, pela perda de outros compradores dos produtos agrícolas e da pesca.FGV_ILD_076

As dificuldades vivenciadas após o desastre da Barragem de Fundão, para efetuar o escoamento e comercialização da produção agrícola do território Sapê do Norte afetaram até mesmo a produção orgânica estabelecida desde longa data nas comunidades e que vinha sendo, até então, uma das principais fontes de geração de renda, pois começou a ser questionada pelos consumidores devido ao receio de contaminação.

> N: Aqui trabalhamos com agricultura orgânica. E do que adianta não usar os venenos, se a água não está de acordo? Então prejudica a agricultura também.FGV_ILD_069

> D: A produção orgânica começou a ser questionada pelos consumidores quanto à insegurança com a contaminação.FGV_ILD_069

3.2.2.4.3 Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao turismo

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade econômica relacionada ao turismo. Salienta-se que são consideradas aqui todas as atividades econômicas habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

Conforme já mencionado, o Sapê do Norte encontra-se localizado no interior dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, que por sua vez, são municípios com intensa atividade turística, responsável por movimentar o comércio e serviços para atender as demandas desses visitantes. As comunidades quilombolas participam dessa movimentação turística, comercializando pescados e produtos agropecuários nas feiras e nas estradas que dão acesso às praias, no abastecimento de alimentos que são servidos nos hotéis e pousadas, e comercializados nos restaurantes da região.

Durante as interações com as comunidades quilombolas, realizadas pela FGV, a população afirmou que esse período de turismo intenso era fundamental para a geração de renda, e muitas vezes significava a garantia de proventos para o ano todo.

A incerteza sobre a contaminação das águas do Litoral Norte reduziu o fluxo de turistas que buscava a região pelas belas paisagens naturais e pela culinária típica capixaba. Dessa forma toda a geração de renda da população do Sapê do Norte que se relacionava ao turismo foi prejudicada. Após a chegada da pluma de rejeitos na RECM, as feiras em que a população quilombola comercializa sua produção alimentícia e seu artesanato, ficaram esvaziadas pois eram frequentadas pelos turistas ao longo do ano. O festejo tradicional do Ticumbi, bastante apreciado pelos turistas teve significativa redução, e o Festival do Beiju, em que a população recebia turistas do mundo todo, foi interrompido. Dessa forma o rendimento do mercado formal e informal que ocorria de forma periódica nas comunidades remanescentes de quilombos foram imensamente prejudicados.

A renda advinda das atividades turísticas da população quilombola dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra possui relação direta com a renda gerada pelas atividades de comércio e serviços, visto que o intenso fluxo no turismo propiciava a comercialização das mercadorias produzidas. Dessa forma, neste item serão apresentados os danos específicos à renda em decorrência da dificuldade de comercialização do artesanato, e dos produtos agropecuários e pescados que eram escoados para os restaurantes e pousadas, como também toda produção de alimentos que abasteciam as festas tradicionais.

Nos períodos que ocorriam as festas tradicionais realizadas pelas comunidades quilombolas, os municípios de Conceição da Barra e São Mateus recebiam grande quantidade de turistas, que movimentavam toda a cadeia relacionada ao turismo, comércio e serviços da localidade, conforme será aprofundado nos Itens 3.2.2.4 e 3.2.2.5 sobre Renda, trabalho e subsistência e sobre Alimentação, respectivamente. Após o desastre, o fluxo de turistas sofreu redução e, consequentemente, houve queda da renda gerada nos festejos.

> N: Além dos moradores das comunidades, os turistas também vinham ver o Ticumbi, e com a diminuição do turismo, afeta a festa também.FGV_ILD_069

> D: As festividades foram afetadas pela queda do turismo.FGV_ILD_069

> D: Diminuição da renda da comercialização de comidas típicas nas festividades.FGV_ILD_069

> N: Aqui nas comunidades também afetou muito as vendas nas feiras no período de festas. Vinha muita gente de fora comprar nossos produtos, e depois [do desastre] não vinham, e quando vinham, não compravam por medo da contaminação. O siri desfiado, o peixe, o período que mais vendia era no período de festas.FGV_ILD_069

> D: As festividades foram afetadas pela queda do turismo.FGV_ILD_069

> D: Diminuição de renda da comercialização de comidas típicas nas festividades.FGV_ILD_069

> D: Diminuição da aceitação da produção agrícola e pescado, devido à insegurança com a contaminação.FGV_ILD_069

Conforme mencionado pela população quilombola, a insegurança gerada pelo medo da contaminação na região afastou os turistas e comprometeu a renda gerada pela produção e comercialização do artesanato por eles confeccionados.

> N: Aqui é uma cidade que é litorânea, quando chegava o verão vinham os turistas e ali nós vendíamos também nossas coisas, eu vendia artesanato. Nos dois, três primeiros anos que aconteceu isso [o desastre] o povo não veio mais para Conceição da Barra. E aí a pandemia piorou mais. A gente que trabalha com fibra, as mulheres trabalham com fibra de banana, e ficou tudo mais difícil.FGV_ILD_070

> D: Não tem mais turista, não vendo mais meu artesanato.FGV_ILD_070

> D: Os turistas não vêm mais para Conceição da Barra.FGV_ILD_070

Uma boa parte da produção agrícola e da produção de pescados dos quilombolas, eram comercializados para os restaurantes e pousadas da região para atender as demandas turísticas, contudo o baixo fluxo turístico pós desastre, comprometeu também essa atividade produtiva e econômica.

> N: E outra coisa que a gente pode observar, as festas que se tinha, as pousadas, compravam muito beiju, muita goma para preparar a tapioca para o café da manhã. E isso tudo aqui na comunidade foi vetado. As meninas... tinha até um grupo que ia comercializar diretamente na feira, que tinha a feira orgânica e ele ia diretamente para essa comercialização. E às vezes as pessoas que tinham seus produtos mandavam por elas para comercializar. Então isso tudo aí acabou. E agora vender pra quem? Se o turista não vêm, o povo não têm o dinheiro pra comprar.FGV_ILD_070

> D: Queda do turismo.FGV_ILD_070

> N: A gente observa assim que muitas pessoas foram prejudicadas nesse desastre da lama. Às vezes a pessoa fala assim: ah, é só o pescador que foi prejudicado. Mas se você for parar e analisar, num contexto coletivo, no todo daquela cidade, que tem aquele contato com o modo de vida da pesca e da cata do caranguejo, todos foram

> prejudicados. Os que compravam, os que comercializavam, os que vendiam, os que complementavam sua alimentação, né? Até mesmo as pessoas que tinham os seus comércios voltados para esses pratos de mariscos [foram prejudicados pela lama]. Nós aqui, né?, vendia o aipim para os restaurantes que utilizava o aipim para fazer porção, pra fazer bobó. E depois não conseguiu vender mais, porque não tinha como escoar o produto. Então, tanto eles foram prejudicados, quanto nós também fomos prejudicados.FGV_ILD_070

> D: Os danos aos pescadores se estenderam para todo o município. (comércio, feiras, turismo, hotéis etc.)FGV_ILD_070

Por fim, a narrativa a seguir expõe que nas comunidades havia moradores que trabalhavam no mercado informal como vendedores ambulantes. Em decorrência da diminuição do turismo, esse grupo também sofreu impactos negativos em sua atividade e renda.

> N: Somos comunidades pesqueiras e agrícolas, e a questão do turismo impactou muito, porque o fluxo da economia era baseado nos veranistas, que pararam de vir. Então o tempero, o aipim que vendia, quem ia trabalhar de ambulante, caiu muito a renda de todo mundo.

> D: Acabou o turismo, com o qual comercializávamos nossos produtos.FGV_ILD_070

3.2.2.4.4 Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao comércio e serviços

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade econômica relacionada ao comércio e serviços. Salienta-se que são consideradas aqui todas as atividades econômicas habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

As narrativas e os danos enunciados neste item são imensamente interligados à redução do turismo, ocorrido pela contaminação das águas da região litorânea e consequentemente pela insegurança de consumir os produtos alimentícios advindos desse meio ambiente.

As feiras, para os moradores das comunidades tradicionais eram reconhecidamente um espaço de encontros comunitários, uma vez que proporcionavam a manutenção das redes de sociabilidade, solidariedade e de trocas entre as comunidades, como também tinham importância fundamental para o desenvolvimento do comércio local. Todos os grupos sociais da RECM se encontravam nas feiras da região e comercializavam

produtos agrícolas, artesanatos, produtos da medicina tradicional, pescados, entre outros.

Após o desastre do rompimento da Barragem de Fundão, as feiras se tornaram escassas, pois de acordo com a população atingida ouvida pela FGV, houve uma drástica redução na produção de todas as atividades e ofícios. Os pescadores e pescadoras deixaram de encontrar fartura das espécies, antes existentes no ambiente, além de ter ocorrido a proibição da pesca em algumas áreas da RECM do Espírito Santo[93]. Os agricultores e agricultoras por sua vez, deixaram de possuir um solo com qualidade, e as irrigações ficaram comprometidas em decorrência da diminuição da qualidade da água. Com a queda na produção houve uma redução generalizada na renda dos moradores, e as vendas deixaram de acontecer. A diminuição no fluxo de turistas intensificou a dificuldade de escoamento dos produtos e gerou uma significativa perda na renda dos quilombolas, além de comprometer todas as atividades produtivas e o modo de vida tradicional.

O bloco de narrativas a seguir evidencia a situação imposta ao comércio após a chegada da pluma de rejeitos. Houve, por exemplo, a redução na frequência das feiras, tal como a diminuição da qualidade dos produtos. A insegurança gerada pelo medo da contaminação dos produtos da região afastou os turistas e os frequentadores da própria localidade.

> N: As feiras, há cinco anos atrás, pioraram, com a Samarco, porque diminuiu as feiras, as pessoas diziam que os peixes e nossos produtos da roça estavam contaminados.FGV_ILD_069

> D: As feiras ficaram muito mais fracas depois do desastre.FGV_ILD_069

> N: [...] Na sexta-feira ia na feira em Conceição da Barra, e domingo em São Mateus [fazer feira]. A renda do pessoal de Conceição da Barra era do peixe, restaurantes, que compravam muita coisa na mão da gente. E depois do desastre, não tinha gente pra hospedar, nada, aí a gente também não vendia. Eles iam comprar pra quem, né? O pessoal da feira, os pescadores e os que trabalhavam nas empresas de pesca compravam na mão da gente. [...]FGV_ILD_069

[93] Foi determinada, pela Justiça Federal do Espírito Santo, em decisão proferida na Ação Civil Pública nº 0002571-13.2016.4.02.5004, a proibição da pesca de qualquer natureza dentro dos 20 (vinte) metros de profundidade, ressalvada aquela destinada à pesquisa científica, na área compreendida entre a região de Barra do Riacho, em Aracruz/ES, até Degredo/Ipiranguinha, em Linhares/ES, a partir de 22 de fevereiro de 2016 e por tempo indeterminado. A decisão abrange as seguintes coordenadas geográficas: Limite norte: 19°17'S 39°41'O — Limite sul: 19°49'50"S 40°3'28 (JUSTIÇA FEDERAL: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTOS. VARA FEDERAL DE LINHARES. Ação Civil Pública nº 0002571-13.2016.4.02.5004. 25/05/2016).

> D: As feiras ficaram muito fracas depois do desastre.FGV_ILD_069

> D: Queda no turismo aferrou a renda com a diminuição da venda de produtos.FGV_ILD_069

Outra situação relatada se refere à diminuição da circulação dos produtos e ao encolhimento dos lucros obtidos pelos feirantes.

> N: Como se diz, a feira não... antes era uma feira que você conseguia levantar 700/800 reais, eu cheguei a fazer esse valor, e depois de certos tempos pra cá, veio decaindo cada vez mais. Então nossos lucros e nossas rendas vieram só enfraquecendo.FGV_ILD_076

> D: As feiras foram muito prejudicadas.FGV_ILD_076

> D: Queda de renda.FGV_ILD_076

Como mencionado acima, a dificuldade de comercialização se deve ao fato da insegurança em relação à contaminação e a qualidade dos produtos. Os trabalhadores e as trabalhadoras da cadeia da pesca foram os primeiros a sentir os efeitos da chegada dos rejeitos na RECM.

> N: Aqui na comunidade Córrego do Alexandre, além de quilombola a gente é da pesca. E a pesca não era só para consumo. Quando eu era criança meus pais, avós, viviam da pesca, do catado do siri, do caranguejo. Então dependia dessa renda. Eu vendia o catado do siri desde os dez anos. De cinco anos pra cá, houve muita dificuldade na venda desses produtos, porque as pessoas que consumiam, que compravam, aqui na comunidade e na feira, questionavam se não estava contaminado. A gente ficava na dúvida. E a gente também não sabia se podia comer, mas como não tinha outros alimentos, comia. Hoje melhorou um pouco, mas sempre alguém lembra dessa questão, pergunta.FGV_ILD_069

> D: Diminuição da aceitação da produção agrícola e pescado, devido à insegurança com a contaminação.FGV_ILD_069

Na narrativa e danos enunciados a seguir, a população quilombola relembra com saudades a fartura de produtos que dispunham no território. A procura pelo pescado era tão intensa que vendiam sob encomenda para atender as demandas da região. A população lamenta por essa perda.

> N: Na agricultura, encomendas de peixe, do catado do siri. Poderia fazer a encomenda que fosse, vinha gente aqui na porta, meu pai vendia 2, 3 caixas de peixe por encomenda. Vinham as pessoas aqui comprar pra poder vender em outros lugares. Depois tudo isso se acabou, mas antes era uma maravilha, era só fartura. Antes da barragem eu não tinha nada do que reclamar, ao contrário.FGV_ILD_076

D: Acabou a fartura.[FGV_ILD_076]

D: Antes vendíamos muito por encomenda, agora não tem mais.[FGV_ILD_076]

Como alternativa para não sucumbir ao enfraquecimento das vendas nas feiras de São Mateus e Conceição da Barra, as comunidades quilombolas se inscreveram no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a comercialização direta dos produtos da agricultura familiar para abastecimento da rede pública de educação, e para a comercialização para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que distribui os gêneros alimentícios para pessoas em situação de insegurança alimentar atendidas pela rede socioassistencial, e pela rede pública e filantrópica de ensino. De acordo com a população quilombola ouvida pela FGV, apesar do lucro ser inferior em relação ao lucro alcançado nas feiras, essa foi uma alternativa para manter o escoamento da produção e garantir a geração de renda das comunidades tradicionais.

N: A pessoa muitas vezes... depois que começaram a comprar, mas nem todo mundo... eles diziam que o siri estava contaminado, que o peixe estava contaminado e ninguém queria comprar. E na feira, a gente vendia, levava na feira, e ficou prejudicado porque: o peixe, o siri e o caranguejo que a gente leva toda semana para a feira já ficou difícil de vender. Aí depois, o que a gente fez? Nós todos viremos para a agricultura, agora a gente pesca muito pouco, é só mais a agricultura, entramos no PAA. Nem na feira a gente não vai mais, porque até a feira ficou difícil. No final de ano, qualquer feriado que tinha na Barra, a gente estava alegre, porque tudo o que a gente levava vendia.[FGV_ILD_076]

D: As feiras foram muito prejudicadas.[FGV_ILD_076]

D: Compradores começaram a ter desconfiança pra comprar o siri, o caranguejo, o peixe, pelo medo da contaminação.[FGV_ILD_076]

D: Tivemos que buscar mais as vendas para o PAA, PNAE, pela perda de outros compradores dos produtos agrícolas e da pesca.[FGV_ILD_076]

N: Aí foi que a gente começou, mais ou menos a viver a vida. Porque você sabia que ia vender, mesmo que o preço do PAA não é um preço lá essas coisas, é um preço mínimo, mas antes com esse, pior sem nenhum. Porque é pouco, é barato o valor das coisas, mas a quantidade que você tirou, que está dentro do projeto, você já sabe que você tirou e entregou. É diferente de você tirar, ir para a feira e chegar lá e vai esperar quem compra, não aparece quem compra e você não vende.[FGV_ILD_076]

D: As feiras foram muito prejudicadas.[FGV_ILD_076]

D: Queda de renda.[FGV_ILD_076]

> D: Tivemos que buscar mais as vendas para o PAA, PNAE, pela perda de outros compradores dos produtos agrícolas e de pesca.FGV_ILD_076

3.2.2.4.5 Perda ou supressão de lavouras, cultivos ou de estoque

Sofrem esse dano: (i) as pessoas que possuíam plantações, cultivos, hortas, pomares que foram destruídos logo após o desastre; e (ii) pessoas que possuíam estoque de materiais ou alimentos que foram perdidos logo após o desastre.

Esta seção apresenta narrativas e danos enunciados pela população quilombola referentes às perdas de área de plantio, que serviam tanto para o autoconsumo, quanto para a comercialização e escambo nas feiras da região. As mulheres quilombolas retratam que pela ocorrência de assoreamento e contaminação das áreas de cultivo, tiveram que se deslocar para outras comunidades do território.

> N: Nós hoje praticamente perdemos todo o nosso trabalho, porque hoje para produzir melhor um pouco só a mandioca que vai, para as outras plantas é muito difícil. Porque a gente perdeu muito a nossa cultura e o trabalho, vem sofrendo porque não tem água pra molhar uma horta, um feijão, porque secou tudo e quando tem água é poluída, mata até as plantas. [...].FGV_ILD_069

> D: Morte das plantas irrigadas com a água do rio.FGV_ILD_069

> N: [...] Só que eu vou falar da minha parte, tá gente, que, inclusive, na hora de apresentar, eu sou agricultora também. Agricultora e jongueira. Eu tenho uma terra que tinha toda parte de plantações: laranja, mangas, bananeira, tinha tudo, era um pomar. E depois... e tinha um lago e um brejo, esse brejo veio a secar, essa água, deu uma enchentezinha, e essa água tomou a parte das raízes dessas pantas e tomou meu pomar. Hoje eu não estou mais nessa roça, estou em outra terra. Mas eu senti muito, a gente colhia dali, e vendia. Mas hoje, assim, se eu for olhar para trás, eu não estou mais vendo as flores da minha laranjeira, não vi mais as flores da minha mangueira. Muito lindo, mas, ultimamente, acabou depois dessa barragem aí.FGV_ILD_076

> D: Queda da produção da agricultura.FGV_ILD_076

3.2.2.4.6 Perda e/ou comprometimento de animais utilizados para criação/produção e geração de renda

Sofrem esse dano as pessoas que possuíam animais que eram utilizados para gerar renda e que perderam ou que precisaram vender por preços abaixo do mercado esses animais por motivos relacionados ao desastre.

A narrativas e dano enunciado evidencia a incidência de mortandade de animais de criação em decorrência do consumo da água contaminada.

> N: Nossos rios... nossos córregos são suspirados pelos rios. Ontem mesmo, conversando com um moço, ele falou que aqui pra cima, de roda d'água pra lá, ele disse que teve gado, cavalo que morreu por beber aquela água. Ele disse que aquele minério ficava brilhando, à beira do rio, e os animais beberam e morreram.FGV_ILD_076
>
> D: Morte de animais por intoxicação.FGV_ILD_076
>
> N: [...] Os nossos animais, hoje, eles quase não acham o de comer, porque é muito seco. O peixe a gente não encontra mais, é muito difícil. Sumiu tudo, é peixe, é caranguejo, é tudo. Hoje, para a gente ter nossos animaizinhos precisa comprar ração para substituir eles, porque eles não estão conseguindo.FGV_ILD_076
>
> D: Diminuiu muito a quantidade de peixes, caranguejos.FGV_ILD_076

3.2.2.4.7 Impossibilidade/Comprometimento de exercício de trabalho livremente escolhido

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de poder escolher livremente o trabalho/atividade econômica que gostariam de exercer. Esse dano inclui tanto as pessoas que ficaram sem trabalho quanto as que passaram a ter que praticar outras atividades para obter renda, pois o trabalho/atividade anteriormente praticado foi comprometido em razão do desastre, como por exemplo a proibição do exercício da pesca, a falta de fertilidade do solo, de disponibilidade de recursos minerais, hídricos, de oferta de emprego e serviços variados.

Para as comunidades quilombolas do Sapê do Norte o trabalho livremente escolhido se relaciona às práticas de uso tradicional dos recursos naturais propiciados pelo meio ambiente. As atividades produtivas — agricultura e da pesca — além de fonte de renda, comercialização e base da alimentação cultural, propiciam a reprodução do modo de vida e a transmissão dos conhecimentos ancestrais. Quando essas práticas são inviabilizadas, como apresentado pela população quilombola ouvida pela FGV, a cultura e a tradicionalidade também são ameaçadas. A perda dos cultivos provoca o esquecimento ou o não conhecimento pelas gerações mais novas. Desta maneira perde-se a diversidade biológica da floresta e dos alimentos, e também a perda da diversidade dos saberes camponeses (FERREIRA, 2009).

O significado do trabalho para a população tradicional se encontra imbricado na noção de pertencimento ao grupo e a terra, nesse caso inclui-se a água. Desta maneira, a

terra, o trabalho e a pertença são pilares fundamentais para a reprodução do modo de vida. Enquanto se possui terra fértil, o trabalho livre é permitido.

Sobre as atividades produtivas para as comunidades do Sapê do Norte, Silva (2008 p. 249) afirma que:

> O trabalho é garantia de autonomia, trabalhar para os outros é desprestigioso e transmite a ideia de que não se tem terra própria para exercer o trabalho livre e, além disso, representa para muitos moradores, sobretudo os mais velhos, a perda de saberes tradicionais da comunidade, pois se o indivíduo sai da terra perde o contato com estes.

No caso do Sapê do Norte, a saída contínua dos mais jovens em direção ao trabalho assalariado passou a ocorrer por motivo da chegada da monocultura do eucalipto, em que houve a substituição de grande parte da área de floresta dos quilombolas pelo plantio dos maciços de eucalipto e, de acordo com as narrativas da população quilombola, essa situação se acentua após o espraiamento dos rejeitos do rompimento da Barragem de Fundão, pois a contaminação da terra e da água interditou as atividades econômicas tradicionais, como a pesca e a agricultura.

O bloco de narrativas e danos enunciados descritos a seguir apresentam de forma cristalina preocupação das mulheres quilombolas em relação à situação atual da juventude quilombola, que impedidas de exercer o trabalho, ou seja, as atividades produtivas para autoconsumo e geração de renda, saem em busca de empregos fora das comunidades.

> N: A questão dos jovens, aqui na minha comunidade, tem muito jovem trabalhando fora, de empregado, mesmo não morando fora, não estão na agricultura. Quando trabalham em [regime de] escala ajuda alguma coisa, mas não estão tendo a renda das atividades daqui.FGV_ILD_069

> D: A dificuldade afasta os jovens da comunidade por falta de oportunidades.FGV_ILD_069

> N: Nós quando criança pescávamos, e hoje nossos filhos não tem mais essa tradição por causa dessa barragem. A gente quer que as crianças e jovens estudem e continuem na comunidade, para dar continuidade aos costumes e tradições, para que a comunidade não morra. E está cada vez mais difícil isso.FGV_ILD_069

> D: Os jovens se afastaram mais da pesca pela diminuição da produção e insegurança com o futuro da atividade.FGV_ILD_069

A perda da renda generalizada entre os quilombolas e a impossibilidade de manter o sustento da casa, desestruturou a organização das famílias e a continuidade dos ofícios tradicionalmente realizados. Dessa forma, famílias que mantinham até então, uma

organização comunitária de ofícios com base nos recursos naturais ofertados pelo próprio território se viram em situação de vulnerabilidade e desemprego e tiveram que sair de suas terras em busca de empregos assalariados, situação que causou abalo nos referenciais simbólicos tradicionais e na saúde mental das famílias, em especial das mulheres devido ao distanciamento dos jovens.

> N: Eu falei sobre esse problema de anos da lama e deixou as pessoas doentes, a mente das pessoas. Por quê? Às vezes, uma mulher como eu, as vezes eu saía da minha casa e ia pra feira vender. Aí em casa um menino já ficou sem o chinelo, eu queria ir lá vender as coisas pra comprar um chinelo. Chegava lá, se você não conseguisse vender você já vinha pra casa com aquele peso na cabeça. Isso deixou a gente doente, porque você voltava, as vezes não conseguia vender, todo dia você vinha com a mesma conversa, com a mesma fala. As crianças iam então dizendo "vou sair pra caçar um serviço", e a preocupação da gente era que as crianças iam saindo de perto da gente, porque precisava de arrumar alguma coisa.FGV_ILD_076
>
> D: Os filhos não conseguem mais ficar na comunidade pela falta de recurso. Afasta a família.FGV_ILD_076
>
> N: Falta de recurso, né? Desemprego. Um sai para um lado, né? Outro sai pra outro. E fica difícil, né? Eu com as minhas meninas, né? Eu mexia com farinheira e elas gostavam muito de mexer. Agora não, é uma para um lado, outra para outra, porque elas têm filhos, têm a vida delas. Então aquilo ali não dá pra gente sobreviver.FGV_ILD_076
>
> D: Falta muito emprego.FGV_ILD_076

Na narrativa a seguir, em que a pluriatividade é evidenciada novamente, o rio é apresentado como elemento fundamental para o exercício das atividades produtivas do território. A perda dos rios e córregos que irrigavam as plantações e abasteciam as comunidades, prejudicou o exercício do trabalho gerador da sobrevivência da população.

> N: Em Morro da Onça somos pescadores e agricultores. A gente lembra como era o nosso rio Cricaré, e a gente vê que o nosso rio se perdeu. A bacia se perdeu, porque hoje o rio foi invadido pelo mar. O mar sobe de Conceição da Barra até o porto de São Mateus e dificulta o abastecimento de água potável das comunidades, devido à invasão do mar. O [rio] Cricaré nasce em Minas Gerais, passa por várias cidades até chegar em Conceição da Barra, e não estamos cuidando bem dele. E água é vida. Meu pai, meus tios, são pescadores profissionais, e a gente vive do cultivo e do peixe, e nós perdemos esses meios de sobrevivência, com o assoreamento do rio e essa lama que chegou até o [rio] Cricaré. O relatório do poder municipal relata as comunidades pesqueiras — Porto Grande, Córrego do Alexandre, Barreiras, Meleiras, Lagoinha — mas não incluíram Morro da Onça. Precisa incluir, porque somos comunidade pesqueira.

> D: A comunidade quilombola é pesqueira, estamos perdendo isso.FGV_ILD_070

3.2.2.4.8 Comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis

Sofrem esse dano as pessoas que, por motivos relacionados ao desastre, passaram a ter que exercer seu trabalho/atividade econômica em condições piores do que as que possuíam anteriormente, comprometendo: (i) a segurança no exercício do trabalho; e/ou (ii) a execução do trabalho de uma forma que não traga prejuízo à saúde física ou mental; (iii) os rendimentos ou remuneração obtidos com o exercício do trabalho, bem como outras garantias trabalhistas.

As narrativas revelaram uma sequência de efeitos nocivos gerados pela disseminação dos rejeitos de minério advindos do rompimento da Barragem de Fundão para as diversas atividades produtivas e econômicas que sustentavam o modo de vida do Sapê do Norte. Muitas famílias quilombolas não encontraram alternativas para reverter a situação de carência que foi gerada e que repercutiu no cotidiano das famílias, além de comprometer a transmissão de conhecimento intergeracional, tema que será aprofundado na Seção 3.2.2.6 O artesanato por exemplo, que é uma atividade que compõe a renda de muitas famílias, considerada no leque de múltiplas atividades características do seu modo de vida, teve sua produção interrompida, comprometendo a renda de muitas mulheres artesãs quilombolas. Como pode ser observado na narrativa a seguir.

> N: Aqui é uma cidade que é litorânea, quando chegava o verão vinham os turistas e ali nós vendíamos também nossas coisas, eu vendia artesanato. Nos dois, três primeiros anos que aconteceu isso [o desastre] o povo não veio mais para Conceição da Barra. E aí a pandemia piorou mais. A gente que trabalha com fibra, as mulheres trabalham com fibra de banana, e ficou tudo mais difícil.FGV_ILD_070

> D: Não tem mais turista, não vendo mais meu artesanato.FGV_ILD_070

Na próxima narrativa, é acrescentado que a perda nas atividades produtivas tradicionais se estendeu aos trabalhos nas feiras. Com a diminuição do turismo, e o aumento na falta de confiança nos produtos, as feiras se esvaziaram e a comercialização dos produtos, como a farinha de mandioca e o beiju, foi prejudicada.

> N: Os danos foram muito grandes. Os lucros hoje estão sendo um poquinho precários, os nossos lucros. Porque cada vez mais a gente vem tendo uma situação muito difícil. Aí nós aqui da comunidade, uns não estão frequentando a feira e outras pessoas ainda estão levando

> nosso produto, para que não deixe a nossa cultura acabar, como o beiju. Igual nossa amiga aí falou, que tem crianças que hoje não conhecem mais, ou não sentem o sabor de um beiju. É maravilhoso a gente saber que a nossa tradição, desde a época dos nossos avós, é o beiju, é a farinha de amendoim, que vinha para as nossas mesas, nossos alimentos. E hoje, nossos netos ou nossos bisnetos não saberem o que é um beiju.FGV_ILD_076

> D: Queda de renda.FGV_ILD_076

3.2.2.4.9 Perda dos meios de subsistência, consumo próprio e escambo.

Sofrem esse dano as pessoas que possuíam plantações, cultivos, hortas, pomares, criação de animais, que pescavam ou caçavam, utilizando esses bens ou atividades para seu próprio consumo, para o consumo da família, para trocarem ou venderem por outros produtos necessários à reprodução física ou social e, devido ao desastre, passaram a ter essas atividades prejudicadas ao longo do tempo.

As narrativas e danos enunciados nesta seção tratam do enfraquecimento ou da perda dos meios de subsistência e consumo próprio, até então garantidos através dos recursos naturais presentes no território. As atividades produtivas exercidas pelas famílias do Sapê do Norte que envolvem principalmente a pesca, a agropecuária e o artesanato, eram realizadas através da pluriatividade e estruturavam as redes de troca e solidariedade entre os diversos grupos sociais da região. Após o rompimento da barragem de fundão todas essas atividades foram prejudicadas, e as dinâmicas sociais das redes de troca que garantiam e complementavam a alimentação culturalmente adequada de toda a população foi comprometida.

> N: A gente pesca, faz agricultura, feira, faz um pouco de cada coisa. Cata siri, caranguejo, pesca vários peixes. E tudo isso caiu. E tem os animas nos quintais, que pararam de produzir, e aí não temos mais eles pra alimentação.FGV_ILD_069

> D: Diminuiu a opção de ir no rio e no mangue para pescar e complementar a alimentação.FGV_ILD_069

No que se refere à pesca, nas interações realizadas pela FGV, a população apontou a diminuição de peixes, moluscos e crustáceos encontrados nos mangues, rios e córregos do território. Essa redução comprometeu não somente a renda, como também a diversidade e a qualidade da alimentação dos moradores.

> N: Os impactos que a gente tem aqui são vários. Minha avó, minha mãe, eram pescadoras, todo dia estavam na beira do rio, viviam do siri, do caranguejo, e hoje não tem mais isso. Se for esperar por isso [hoje,

> a gente] morre de fome. Eu sou mãe de nove filhos. Antes fazia pescaria de rede, de puçá. Hoje se quiser comer [um peixe] tem que pagar, porque nos córregos não tem mais, nem no rio.FGV_ILD_070

> D: Perdemos o peixe como meio de sobrevivência.FGV_ILD_070

Compõe o modo de vida e a tradicionalidade das comunidades do Sapê do Norte, a coleta de matérias prima para a confecção de instrumentos de trabalho e utensílios de uso pessoal e doméstico como o barro, os cipós e a taboa. De acordo com os quilombolas ouvidos pela FGV, após a chegada da pluma de rejeitos, esses materiais não são mais encontrados com facilidade, e quando encontram, sentem receio de coletar devido ao medo da contaminação. Essa situação gera danos materiais e imateriais, pois compromete a reprodução do modo de vida tradicional (ver Seção 3.2.2.6 dedicado às práticas culturais).

> N: Alguns cipós, como a uruba, que davam na margem do rio, também se perderam, e quando tem não pode pegar porque está contaminado, que usava para fazer cestos, peneiras, vassouras. O barro que fazia pote, moringa, não pode mais usar também. E o barro também usava pra nossa saúde.FGV_ILD_070

> D: Não podemos mais utilizar barro para a nossa saúde.FGV_ILD_070

> D: Perdemos os cipós e a uruba, que ficavam próximos às margens dos rios, que usávamos para fazer cestos, peneiras etc.FGV_ILD_070

> N: O rejeito de minério ainda está visível no nosso rio Cricaré, e a gente vê que ele está matando as plantas. A gente tirava as taboas da margem do rio, para fazer esteira, arreios de cavalo, artesanato, para usar e para vender, e agora não tem mais. Essa esteira de taboa era o que o povo usava de colchão antigamente, a gente se deitava pra conseguir descansar, fazia parte da nossa cultura, e com a Samarco isso se perdeu.FGV_ILD_070

> D: Perdemos as taboas, que usávamos para fazer artesanato, esteira, que usávamos como colchões, e arreios de cavalo.FGV_ILD_070

No Sapê do Norte, fazia parte da subsistência a coleta de diversas plantas e raízes do meio natural. Essas plantas eram transformadas em chás, unguentos, xaropes, banhos que constituíam a medicina tradicional local (Ferreira, 2009). Esses saberes relativos ao uso de plantas medicinais, transmitidos oralmente pelos ancestrais, eram fundamentais para o tratamento das enfermidades da população, e substituíam a necessidade de comprar medicamentos em farmácias. Em decorrência da contaminação da água, houve grande dificuldade de cultivo e manejo desses recursos. Esse dano comprometeu não somente a renda e a subsistência como também a saúde (ver seção saúde) e a

transmissão dos conhecimentos tradicionais para as gerações mais jovens (ver Seção 3.2.2.6 dedicado às práticas culturais).

> N: [...] eu trabalho com as plantas medicinais há muitos anos, e [sem a água de qualidade] também acabou com as plantas medicinais. É muito difícil achar um pau-para-tudo, uma ciporoba, outros remédios que tinham, ficou tudo difícil. E aí piorou mais ainda, acabou com nosso Sapê do Norte, esse desastre da Samarco [...][FGV_ILD_070]
>
> D: Não tem mais fartura como tinha.[FGV_ILD_070]

As redes de troca ultrapassavam o território do Sapê do Norte e se estendiam por toda região. Nessas redes eram trocados itens adquiridos através das diversas atividades realizadas pelos moradores do Litoral Norte do Espírito Santo, como produtos agrícolas, artesanatos, produtos da medicina tradicional, pescados, entre outros. Nelas se estabelecia uma rede de solidariedade que compunha a manutenção cultural dos territórios, complementando a alimentação e contribuindo para a qualidade de vida da população como um todo, onde o que não se produzia para o autoconsumo e o consumo da família, era obtido através do escambo.

De acordo com os atingidos e atingidas, após o desastre do rompimento da Barragem de Fundão, essas redes foram interrompidas por não haver mais o excedente dos produtos obtidos pelas atividades produtivas. A alteração na qualidade da água enfraqueceu a produção agropecuária, e os pescados de modo geral se tornaram mais escassos nos rios, córregos e mangues.

Essa situação interferiu diretamente na diminuição da qualidade da alimentação, no aumento de custos para supri-la, e no comprometimento da qualidade de vida e esgarçamento dos vínculos sociais que eram sustentados pelas redes de troca. (ver Rede de relações sociais e Alimentação).

> N: Não tem mais troca não, acabou. Os caranguejos, por exemplo, diminuíram, os manguezais têm algumas partes que ainda se encontra algum caranguejo para vender, mas nós não podemos comprar, porque está difícil de ter, e está caro, e era parte importante da nossa comida. O caranguejo para mim sempre foi almoço, não tira-gosto. Pirão de caranguejo, arroz e feijão. A carne era o caranguejo. E era muito boa essa alimentação.[FGV_ILD_070]
>
> D: Acabou com a troca.[FGV_ILD_070]
>
> N: Quando eu perdi meu pai, foi o dia que eu fiz nove anos. E fui logo para luta, para trabalhar, para ajudar na alimentação de casa. Nesse rio Cricaré, eu conheço ele de ponta a ponta. Nós pescávamos, pegávamos peixe, pegávamos siri, há muitos anos tinha muito um peixe chamado miroró. Nós íamos pescar com aquela animação, víamos os canoeiros pescando, e nós trocávamos com os cargueiros.

> Eram os cavalos que desciam com comida, farinha, lenha, passavam vendendo. Como meu pai era rezador, passavam alguns senhores, e mamãe falava “minhas filhas estão pescando”. E aí quando a gente voltava, trocávamos [peixe por outros produtos] com eles. Não vendíamos, mas vivíamos muito dessas trocas. O povo tinha sua lavoura. Hoje não tem mais [...].FGV_ILD_070

> D: Acabou com as redes de troca entre pescadores e agricultores.FGV_ILD_070

> N: O pessoal do município, até pouco tempo, quanto se tinha peixe, havia aquela troca dos ribeirinhos com os quilombolas. Trazia o peixe levava o aipim, trocava. Ou mesmo vendia, ou mesmo na troca, e assim vice-e-versa. O povo da comunidade ia nos manguezais, mesmo como uma forma de... “ah, não tem peixe no rio? Vou pegar caranguejo no mangue”. Então assim, nós estamos interligados.FGV_ILD_076

> D: Antes trocávamos (o aipim, a farinha, o beiju, os produtos da roça em geral) por pescado, e agora prejudicou todo mundo.FGV_ILD_076

3.2.2.4.10 Aumento de gastos, despesas e/ou dívidas

Sofrem esses danos pessoas que passaram a gastar mais com a compra de alguns produtos e/ou serviços (i) que antes não precisavam; (ii) que passaram a precisar em maior quantidade; e/ou (iii) que passaram a custar mais caro devido ao aumento da demanda e/ou diminuição da oferta por motivos relacionados ao desastre.

As narrativas e danos enunciados para esta seção trazem informações sobre os diversos aspectos do modo de vida tradicional que forçosamente foram alterados pelos efeitos nocivos do desastre. O rejeito liberado pelo rompimento atingiu de maneira severa os recursos naturais até então utilizados pela população. Como mencionado nesse documento as comunidades remanescentes de quilombo enfrentam desde então, a perda dos meios fundamentais para sua reprodução física, cultural, social e econômica.

Nas interações realizadas pela FGV, a população quilombola relatou o aumento de gastos pela necessidade de compra de ração para os animais de criação, como também a dificuldade de obter recursos para construção de poços artesianos e para compras de bombas de água para seu funcionamento.

> N: Aqui na comunidade o meu avô era proprietário e dividia a terra por contrato de comodato. E ali os filhos já podiam produzir o que queriam. Hoje cada um já tem seu pedacinho de terra, mas trabalhamos unidos. Mas teve muitas perdas. Há alguns anos a gente tinha o rio para cultivar, hoje para irrigação fica mais complicado. Tinha cacimba e o rio que tinha uma água melhor e hoje tem que ser feito poço artesiano, mas nem todo mundo tem a condição de abrir e manter, porque o custo é alto.FGV_ILD_069

> D: Aumento de custos e dificuldade para manter poço para irrigação.FGV_ILD_069

> N: A gente aqui das comunidades [quilombolas] não trabalha em uma coisa só. Planta na roça, tem uma galinha, um porco. Mas tudo isso precisa que venda também, para comprar o que não produz. A produção da roça, quando você não consegue vender, planta menos também, para arrumar um meio de substituir essa renda. O próprio animal precisa comprar a ração, vai plantar um milho, uma mandioca, não consegue, aí só vai diminuindo o ritmo. Vai acabando. Se a gente tem uma água que não serve para produzir, dar para as criações, porque não presta, aí não tem condições de fazer o poço artesiano. E tem que dar as coisas pros filhos. Aí a cisterna não dá conta de manter o consumo, as plantas e os animais, aí vai perdendo, porque não tem as coisas pra juntar. Quando está acabando uma fruta, está chegando um milho, um feijão, mas chegamos numa situação que não mais. Tem que deixar de cultivar para procurar um jeito de manter a família.FGV_ILD_069

> D: A queda de renda dificultou manter as atividades produtivas.FGV_ILD_069

> N: [...] Os nossos animais, hoje, eles quase não acham o de comer, porque é muito seco. O peixe a gente não encontra mais, é muito difícil. Sumiu tudo, é peixe, é caranguejo, é tudo. Hoje, para a gente ter nossos animaizinhos precisa comprar ração para substituir eles, porque eles não estão conseguindo.FGV_ILD_076

> D: Hoje precisamos comprar ração para os animais.FGV_ILD_076

Além do aumento de despesas e das dificuldades atualmente impostas, os quilombolas lamentam a perda no abastecimento pelas águas dos rios, conforme tratado nos Itens 3.2.2.2 (Relações com o meio ambiente) e 3.2.2.4 (Renda, trabalho e subsistência), e afirmam não sentirem segurança na qualidade da água dos poços artesianos. Por esse motivo, a compra de água mineral pelos moradores tornou-se recorrente, gerando mais uma despesa na vida dos quilombolas.

> N: Tudo veio acabando, a água, por exemplo. Eu compro água, sete reais a água. Tudo veio dificultando essa barragem, entendeu? Temos que falar o que a gente viu, o que viveu e o que a gente está vivendo, porque se nós não contarmos os nossos objetivos, ninguém vai ficar sabendo. Então a gente tem que falar.FGV_ILD_076

> D: Agora tenho gastos com água mineral.FGV_ILD_076

> N: [...] E outra, a preocupação de bebermos a água. [...] Desde essa época eu compro água mineral, com medo de tomar essa água. [...] Nós fomos descobrindo os prejuízos que isso nos causou e vem nos causando.FGV_ILD_070

> D: Tenho que comprar água mineral para beber hoje.FGV_ILD_070

A narrativa acima aborda também uma outra questão trazida pela população quilombola, referente ao aumento de gastos para substituir a proteína animal perdida em decorrência da redução dos animais de criação, e da atual insuficiência dos pescados disponíveis no meio ambiente. Essa situação gerou a perda de qualidade na alimentação da população, dado que quem todas as famílias possuem esse recurso.

> N: Nossa prioridade é a nossa alimentação, então o que a gente produz, mesmo que não dê para levar para vender, priorizamos a comida da família. Mas aqui passamos a comprar mais frango. Antes a gente comia mais galinha caipira, peixe, e começamos a gastar mais com comida. A gente trocava antes no cais a farinha por peixe, por exemplo, se não tem mais peixe para trocar lá na Barra [Conceição da Barra], se quiser comer vai ter que comprar.FGV_ILD_069
>
> D: Aumento de gastos com alimentação.FGV_ILD_069

Por fim, na narrativa a seguir a pessoa atingida expõe o acumulo de dívidas devido ao comprometimento das atividades produtivas do território e o acumulo de gastos e despesas no geral.

> N: Os mais velhos falavam que a gente não é obrigada a fazer trato, mas quando faz o trato, é obrigada a cumprir. Se a gente faz uma dívida, vai chegando o dia de você pagar, e se você é trabalhador rural, trabalhou para pagar o que você comprou, se não vende o produto, não traz o dinheiro. Você volta pra casa e fica agoniado, não consegue dormir, então eu acho que esse desespero é uma doença.FGV_ILD_069
>
> D: Dificuldade de honrar as dívidas.FGV_ILD_069

3.2.2.4.11 Perda/Deterioração/Desvalorização do patrimônio pessoal

Sofrem esse dano as pessoas que perderam bens materiais em razão do desastre não descritos nos danos socioeconômicos acima tratados.

Nas comunidades tradicionais, a territorialidade se inscreve a partir de um profundo relacionamento estabelecido pela população com o território. As comunidades do Sapê do Norte, não somente habitam à terra como também fazem parte dela. Dessa forma, se organizam, determinam o uso do espaço e compõem seu modo de vida alicerçados pelos valores herdados pelos seus ancestrais.

Como descrito na contextualização desse documento, os efeitos da chegada da pluma de rejeitos, se sobrepõem a outros danos históricos enfrentados pelo território, que da mesma forma se referem à prejuízos de perda e degradação do solo. O território para essas comunidades possui, para além do valor simbólico e dos aspectos de

pertencimento, um valor monetário. Para que haja a real garantia de permanência na terra, é necessário que do mesmo modo sejam garantidas as condições de reprodução do modo de vida na terra.

De acordo com as narrativas e danos enunciados em campo, famílias quilombolas tiveram que se deslocar de suas terras devido às alterações na qualidade da água e do solo o que gerou o comprometimento das práticas de subsistência e atividades para geração de renda.

> N: Eu tinha uma propriedade, lá nós tínhamos muita plantação, e lá não passa um rio, mas tem um brejo. Meu companheiro plantava muita laranja, limão, banana, e tudo a gente colhia. Muito milho. De cinco anos pra cá, ele ficou desgostoso, porque não estava dando nada. A gente vendia também as frutas. E aí a gente teve que vender a terra. Essa lagoa secou, acabou, tinha um lago, um poço, que tinha um cavalinho [bomba de vareta de sucção de petróleo] lá, e [a lagoa] secou. Enfim, dessa barragem pra cá, eu falei com meu marido, eu tenho certeza que foi da barragem que estourou lá, é que veio matar nosso pomar, eu tinha horta da beira da água também. Eu gosto muito do natural, e tenho certeza que foi essa água que atingiu nossas plantações. E ele concorda que foi também com certeza, porque nunca tinha acontecido. Então a gente vendeu a terra, hoje eu sou agricultora do Linharinho, tem muita seca, mas tenho isso na minha mente, que foi depois dessa barragem que acabou nossas plantações. [...].FGV_ILD_070
>
> D: A gente vendeu nossa terra, porque a terra ficou seca.FGV_ILD_070
>
> D: Matou nosso pomar.FGV_ILD_070

Por fim, os atingidos e atingidas do Sapê do Norte, observam que em razão da perda generalizada de renda, não há recursos financeiros para a realização de manutenção ocasionando uma piora na qualidade das moradias como um todo.

> N: Houve um retrocesso na qualidade das moradias, pela perda de renda, que afeta diretamente a habitação.FGV_ILD_070
>
> D: Sem renda, a qualidade das moradias piorou.FGV_ILD_070

3.2.2.5 Alimentação

Nesta Seção são apresentados os danos socioeconômicos referidos à dimensão temática Alimentação, muitos deles relacionados com as dimensões de Renda, trabalho e subsistência; Práticas culturais, religiosas e de lazer; e Relações com o meio ambiente.

Para sistematização e análise das narrativas e danos registrados em oficinas realizadas com pessoas atingidas, partiu-se da concepção de alimentação como um sistema complexo que permeia diferentes aspectos da vida, tais como o biológico, econômico, social, ambiental e cultural. O ato de se alimentar engloba desde a necessidade básica de obtenção de nutrientes para manutenção das funcionalidades corporais até aspectos culturais que envolvem afetos, memórias e noções de pertencimento e identidade (CARNEIRO, 2005; FREITAS; PENA, 2007; LIMA; NETO; FARIAS, 2015).

Além dos fundamentos jurídicos já expostos em relatórios anteriores (FGV 2020k, 2020l, 2020m), cumpre destacar algumas das concepções do direito à alimentação que fundamentaram a sistematização e análise das narrativas e danos registrados.

A legislação brasileira reconhece essa complexidade, e a Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, define que:

> Art. 3º A segurança alimentar e nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

Assim, a legislação referente à SAN prevê como direito o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas e também a permanência do acesso à alimentação saudável nos níveis individual e coletivo, entendendo as práticas alimentares como parte da complexidade das relações sociais. Considera ainda a necessidade de práticas alimentares saudáveis e que permitam a existência digna em contexto de desenvolvimento integral da pessoa, sendo relevante a perspectiva da existência de condições ambientais favoráveis para a produção, qualidade dos alimentos e qualidade de vida da população (FREITAS; PENA, 2007).

Já a Política Nacional de Segurança Alimentar estabeleceu, para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar (BRASIL, 2010), o respeito à soberania alimentar como um de seus objetivos. Esse termo, cunhado por movimentos campesinos num contexto de amplificação do debate sobre a alimentação na contemporaneidade, diz respeito à independência na produção e acesso a alimentos de acordo com aspectos culturais e hábitos alimentares, reforçando os aspectos da alimentação ligados à dimensão coletiva e legitimando a importância da garantia de que os diferentes povos tenham liberdade, autonomia e, portanto, independência na definição do que e como desenvolver seus sistemas alimentares (MARQUES, 2010; SILVA, 2020).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional contempla ainda duas diretrizes que interessam à análise em curso:

> [...] VI — promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;
> VII — apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; [...]. (BRASIL, 2010).

Já as situações de insegurança alimentar e nutricional são descritas, segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como:

> [...] situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural. (BRASIL, 2006).

O desastre do rompimento da Barragem de Fundão, conforme explicitam os registros de campo, trouxe reflexos na segurança alimentar e nutricional das pessoas atingidas ao afetar as condições ambientais, e, por consequência, a produção e acesso a alimentos culturalmente adequados e saudáveis, impondo aumentos de custo de vida e alterações em hábitos alimentares, comprometendo, principalmente, a soberania alimentar da população atingida que tinha na sua relação e proximidade com os rios, mangues e mar um dos pilares de seu sistema alimentar.

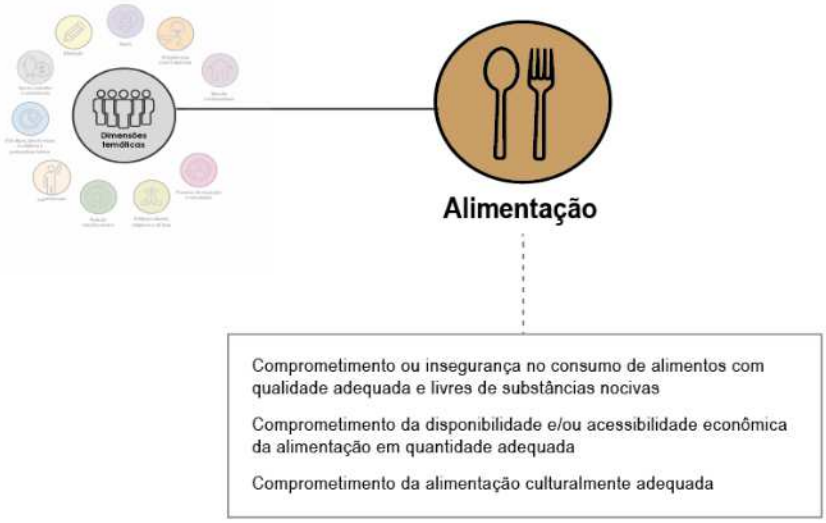
Às consequências socioeconômicas e ambientais, após mais de seis anos do desastre de Fundão, soma-se a mais de dois anos de pandemia de SARS-CoV-2, o que torna ainda mais desafiadora a reparação. Situação agravada tanto pela inexistência de um programa de reparação adequado, como pela inegável presença de elementos potencialmente tóxicos (EPT) em solos, corpos de água, sedimentos e recursos pesqueiros de toda a extensão acometida pelo desastre (RAMBOLL, 2020; INSTITUTOS LACTEC, 2019). Esses elementos combinados agravam situações de vulnerabilidade de comunidades atingidas.

As narrativas e danos enunciados registrados em campo demonstram a relação entre o comprometimento dos meios de subsistência da população e questões ligadas às perdas de segurança e soberania alimentar, de qualidade e de acesso à alimentação

saudável, além de alterações na dieta nutricional e nos hábitos alimentares, a exemplo da impossibilidade de elaboração de pratos típicos do território.

Os danos socioeconômicos identificados no âmbito da dimensão temática Alimentação são: (i) Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livre de substâncias nocivas; (ii) Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada; e (iii) Comprometimento da alimentação culturalmente adequada (Figura 28).

Figura 28 — Dimensão temática Alimentação: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.2.5.1 Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livres de substâncias nocivas

Refere-se a um dano associado à insegurança em relação ao consumo de alimentos em qualidade adequada. São exemplos desse dano: pessoas que ficaram com medo de ingerir alimentos como pescado, leite, carnes ou vegetais possivelmente contaminados pela água. Vale salientar que a própria angústia gerada pela ausência de informações sobre essa contaminação já configura este dano, conforme discutido em trabalho realizado com dados secundários sobre a região pela FGV (2021d).

A percepção dos moradores do Sapê do Norte, em relação à presença de elementos potencialmente tóxicos (EPT) decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, corroboram com estudo da pesquisadora Paulelli (2019), realizado no Litoral Norte da RECM do Espírito Santo. Os resultados deste trabalho apontam que houve a presença de elementos químicos tóxicos como, arsênio, cádmio, manganês, ferro, alumínio e níquel, em altas concentrações na água e nos alimentos consumidos por comunidades da RECM. A população quilombola, que reproduz modos de vida fundamentados nas relações com o meio ambiente, em um trabalho de base familiar e comunitária, onde as principais atividades tradicionais praticadas pelas comunidades são a pesca, a agricultura[94], o artesanato e a criação de animais, se relaciona diretamente com esses elementos potencialmente tóxicos.

Moradores, em especial as mulheres do território, demonstraram preocupação pela perda da alimentação diversificada e saudável em decorrência da contaminação. O medo e insegurança em relação ao consumo dos alimentos produzidos e ofertados pelas comunidades quilombolas de Sapê do Norte extrapola os limites das comunidades e impossibilita a comercialização e o turismo local e regional, conforme será visto na Seção 3.2.2.4 (Renda, trabalho e subsistência). De acordo com moradores atingidos, como forma de preservar o fluxo turístico da região, houve proposital omissão de informações sobre a contaminação por parte das autoridades do município e setores de turismo. Este desencontro de informações gerou ainda mais angústia, conflitos sociais e insegurança entre os moradores.

> N: Eu acompanhei uma parte desse processo da lama junto com os pescadores de Itaúnas, e uma das grandes situações que enfrentamos aqui foi a omissão, devido à indústria do turismo, que não queria divulgar que a lama tinha chegado aqui. O rio Itaúnas, o manguezal, que é a fonte de alimentos das comunidades quilombolas.FGV_ILD_070
>
> D: A lama trouxe insegurança alimentar.FGV_ILD_070

Entre os quilombolas foi uníssona a percepção de que, na medida em que todo o meio ambiente ao qual pertencem foi exposto e contaminado por elementos potencialmente tóxicos, não somente a população quilombola foi atingida e prejudicada em seus modos de vida, mas também as redes de comercialização estabelecidas com o público externo

[94] Destinatária de uma tradição secular, sob claro protagonismo das mulheres, a maior parte das 1.200 famílias quilombolas do Sapê plantam e criam diversificadamente. Seus membros pesquisam e conservam espécies de mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, coco, manga, jaca, cajá, banana. Reelaboram práticas tradicionais e experimentam técnicas de manejo. Acessam canais de comercialização nas feiras locais e regionais e promovem contínuas trocas intercomunitárias de sementes e práticas agrícolas, tecendo uma rede informal, porém de extrema capilaridade social (CALAZANS, 2010).

às comunidades, nas múltiplas atividades desenvolvidas nas comunidades, que incluem a pesca, agricultura, pecuária, artesanato e turismo, e que são fonte de renda importante para garantir a segurança alimentar.

> N: A gente observa assim que muitas pessoas foram prejudicadas nesse desastre da lama. Às vezes a pessoa fala assim: ah, é só o pescador que foi prejudicado. Mas se você for parar e analisar, num contexto coletivo, no todo daquela cidade, que tem aquele contato com o modo de vida da pesca e da cata do caranguejo, todos foram prejudicados. Os que compravam, os que comercializavam, os que vendiam, os que complementavam sua alimentação, né? Até mesmo as pessoas que tinham os seus comércios voltados para esses pratos de mariscos [foram prejudicados pela lama]. Nós aqui, né?, vendia o aipim para os restaurantes que utilizava o aipim para fazer porção, pra fazer bobó. E depois não conseguiu vender mais, porque não tinha como escoar o produto. Então, tanto eles foram prejudicados, quanto nós também fomos prejudicados.FGV_ILD_076

> D: Os danos aos pescadores se estenderam para todo o município (comércio, feiras, turismo, hotéis etc.).FGV_ILD_076

> N: As festas faziam parte do trabalho da cultura. Quando o pessoal ia fazer as festas, faziam o bordado para vender, para dar ao pessoal das festas, da ladainha. Quando a renda foi diminuindo, as pessoas não tinham mais muita condição de fazer as festas. [...].FGV_ILD_069

> D: As festividades estavam muito ligadas à culinária local e depois do desastre foram afetadas pela queda de produção e insegurança com a contaminação.FGV_ILD_069

A comercialização de produtos agrícolas e preparações culinárias comercializados nas feiras locais também foi prejudicada pelo medo e insegurança dos consumidores em comer produtos possivelmente contaminados pela água dos rios utilizados para pesca, irrigação e dessedentação animal.

> N: Aqui nas comunidades também afetou muito as vendas nas feiras no período de festas. Vinha muita gente de fora comprar nossos produtos, e depois [do desastre] não vinham, e quando vinham, não compravam por medo da contaminação. O siri desfiado, o peixe, o período que mais vendia era no período de festas [...].FGV_ILD_069

> D: Diminuição da aceitação da produção agrícola e pescado devido à insegurança com a contaminação.FGV_ILD_069

Como exposto no Capítulo 2.1. antes do desastre o pescado capturado nos manguezais, rios e córregos e a produção agrícola eram a base da alimentação e das atividades de comércio do território. Com a contaminação, instaurou-se generalizada sensação de insegurança e angústia em relação ao consumo desses alimentos.

> N: Precisávamos saber não só da contaminação da água, mas também dos peixes, do siri, dos produtos agrícolas, que também podem estar contaminados, e estamos comendo.FGV_ILD_069

> D: Falta de informação quanto a qualidade e contaminação dos produtos consumidos pelas comunidades.FGV_ILD_069

> N: A gente pesca no rio Cricaré: cangoá, tainha, robalo etc., eles [esses peixes] saem do mar e entram no rio para desovar, onde a gente pesca.FGV_ILD_069

> D: Hoje o rio Cricaré não é mais próprio para prover a comunidade com água e pescado.FGV_ILD_069

Foram realizadas oficinas de aprofundamento para compreender, de modo específico, os danos vivenciados ou sentidos de forma mais acentuada pelas mulheres do território. Nesses encontros surgiram, para além de questionamentos sobre o consumo dos alimentos, a insegurança pelo manuseio da água contaminada e a preocupação com a saúde das famílias e comunidade.

> N: Eu queria voltar um pouquinho para falar a respeito do peixe. Eu fico imaginando demais e muito preocupada, o peixe que ainda sobreviveu aí nesse rio, eles estão contaminados.FGV_ILD_076

> D: Hoje temos medo de comer os peixes e caranguejo por conta da contaminação.FGV_ILD_076

> N: [...] Se tiver contaminação, e você lavar a louça com a água, cozinhar com a água, vai contaminar quando você for comer. A água do [rio] São Domingos ficou com uma ferrugem estranha, quando a gente ia atravessar o rio depois dava uma coceira na perna, ficava com a perna com uma cor estranha. [...].FGV_ILD_069

> D: Falta de informação quanto a qualidade e contaminação dos produtos consumidos pelas comunidades.FGV_ILD_069

Embora a população quilombola, sofra pela insegurança de estar consumindo metais pesados e outros elementos tóxicos, devido à dificuldade financeira de acesso a outros alimentos nutritivos — como também por questões culturais arraigadas, pois a terra e a água sempre foram as provedoras de sua alimentação — muitos quilombolas se mantiveram nas atividades da pesca, cada vez mais escassa pela diminuição das espécies, na agricultura e consomem diariamente esses produtos.

> N: Faz quatro anos que deram entrada na indenização e ainda não receberam. Como ia sobreviver nesse tempo se não continuasse pescando, para vender e para comer? Se tivesse outra direção para ir, não tinha necessidade de se contaminar ou contaminar o próximo. Mesmo sabendo que não pode, a necessidade é muito grande.FGV_ILD_070

> D: A lama trouxe insegurança alimentar.FGV_ILD_070

> N: [...] não tem mais peixe para nossa alimentação, tem várias pessoas se sentindo mal, até do consumo da nossa água. A gente usa porque é o necessário.FGV_ILD_076

> D: Hoje temos medo de comer os peixes e caranguejo por conta da contaminação.FGV_ILD_076

> N: [...] A gente deixou de pescar, a gente deixou de pegar caranguejo, porque você ia. Eu já fui outras vezes, mas você nem acha mais o caranguejo como antes.FGV_ILD_076

> D: Hoje temos medo de comer os peixes e caranguejo por conta da contaminação.FGV_ILD_076

Em meio às inseguranças de ingerir ou não ingerir o pescado e alimentos produzidos em solo e água contaminados, as narrativas indicam alterações determinantes nos hábitos alimentares da população quilombola culturalmente estabelecidos, além de instalar um clima de angústia e completa insegurança dentro do território, que também interferem na saúde das pessoas, como e verá na Seção 3.2.2.8. As falas evidenciam que a população sente a perda de qualidade da alimentação pela insegurança alimentar, danos à sua saúde e, em especial, a preocupação com as gerações futuras, que irão viver de forma permanente expostas ao risco da contaminação.

> N: [...] A gente ia lá, pegava o peixe e comia. Hoje a gente até come o peixe, mas com medo. Mas agora, o que está acontecendo? Quando eu boto um peixe na mesa eu já fico pensando, e não é em mim não gente, é na minha geração, meus netos. Porque realmente está tudo contaminado e é metal pesado mesmo.FGV_ILD_076

> D: Hoje temos medo de comer os peixes e caranguejo por conta da contaminação.FGV_ILD_076

3.2.2.5.2 Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada

Este dano socioeconômico se relaciona aos custos financeiros, pessoais e familiares relativos à aquisição do alimento que possa comprometer outras necessidades básicas, como matrículas escolares, medicamentos ou aluguel; ou mesmo sua capacidade de adquirir alimentos em quantidade e qualidade adequadas. Também pode-se considerar que as pessoas sofrem esse dano quando se encontram em uma situação de preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, ou a partir do

comprometimento da qualidade e variedade dos alimentos como resultado de estratégias para não comprometer a quantidade de alimentos. Este dano pode ter como causa tanto a insegurança em relação à qualidade dos alimentos, tornando indisponíveis importantes fontes de alimentos, quanto a interrupção ou redução de renda.

As narrativas coletadas durante as oficinas revelam a percepção da população quilombola em relação às dificuldades de acesso a itens que até então eram habituais em sua alimentação. Essa situação, de acordo com quilombolas, foi colocada em decorrência da chegada da pluma de rejeitos na RECM, que trouxe consigo a insegurança no consumo dos alimentos advindos da pesca e agriculturas locais. A população precisou substituir alimentos que não são mais encontrados com facilidade, ou adaptar-se a uma alimentação considerada menos nutritiva. De maneira geral, houve uma diminuição no consumo de alimentos tradicionais da região.

Vale lembrar, que o território do Sapê do Norte enfrenta situações de insegurança alimentar em decorrência da monocultura do eucalipto, conforme mencionado no Capítulo 2.1.1, Caracterização do território, e outras intervenções que assolam o modo de vida das comunidades. Dessa forma, o desastre atinge uma população com grave histórico de vulnerabilidade social.

A narrativa a seguir expressa de forma cristalina as dificuldades enfrentadas atualmente pela população quilombola. O fato de precisar adquirir alimentos que produziam ou obtinham do extrativismo (pesca e outros) antes do desastre do rompimento da Barragem de Fundão, compromete o acesso a outros itens necessários à sobrevivência, como a própria saúde e as contas mensais de manutenção.

> N: Tivemos alteração na alimentação, porque ficou sem poder trabalhar muito com as feiras, ficamos um tempo sem saber o que fazer. Não passávamos fome porque moramos na roça, mas não vivemos só de comida. Temos outras necessidades. Teve um projeto Fundo de Quintal que melhorou um pouquinho. Tirávamos as coisas que nos alimentavam [da produção do projeto], aí comprava um remédio, pagava a conta de luz, de internet, as vezes precisava pagar uma consulta com um [médico] especialista, um exame, mas está difícil pagar tudo. Aí ficamos doentes da mente, que ficou inchada, grossa, de estarmos preocupado sem saber o que fazer. Você fica desesperado. Tem muita coisa que somos obrigados a comprar porque deixamos de produzir. Um frango, uma carne, a carne está muito cara, não aguentamos mais comprar. Ficou mais difícil a produção, aí aumentou os gastos. Não tem mais córrego para pescar, tem que comprar se quiser um peixe. Então é uma alteração na alimentação e na saúde.[FGV_ILD_069]

> D: Aumento de gastos com alimentação.[FGV_ILD_069]

> D: Diminuiu a opção de ir no rio e no mangue para pescar e complementar a alimentação.FGV_ILD_069

A população tradicional sentiu-se excluída de informações sobre o desastre e sobre a contaminação que acometeu a RECM, também não foi inserida nos processos de reparação, como por exemplo, e não teve acesso ao auxílio financeiro emergencial, o que acentuou as dificuldades financeiras inclusive para adquirir itens alimentícios.

> N: Eu também moro em comunidade quilombola, e a maioria dos moradores são pescadores, alguns de carteirinha [RGP], outros não, que pescavam pra comer e completar um dinheirinho. E os peixes acabaram. E nós não tivemos ajuda nenhuma, nunca fomos procurados. Ficamos sabendo pela TV, internet, quando aconteceu, mas muita gente não acreditava que o impacto chegaria aqui. Foi chegando devagar, quem vivia do pescado teve que procurar outros meios de viver, e o custo de vida ficou mais caro. Agora temos que comprar a carne no lugar do peixe, nosso custo de vida ficou maior.FGV_ILD_070

> D: No lugar do peixe, tivemos que comprar carne. O custo ficou maior.FGV_ILD_070

> D: Perdemos o peixe como meio de sobrevivência.FGV_ILD_070

Mesmo com a insegurança em consumir o pescado local a população por vezes recorre à aquisição de pescado nas peixarias, que pela escassez já mencionada fez aumentar o preço, refletindo, obviamente na insegurança não apenas em qualidade, mas em quantidade.

> N: Outro dia fui na peixaria e o rapaz me falou o nome de um peixe diferente, era filé, custava R$ 30,00. Comprei o peixe, porque estava com visita, né? Quando cheguei em casa, fui ver, [o peixe] era Maria Sapeba. Era um peixe que antes a gente ganhava, que a gente dava também quando pescava. Só por Deus!FGV_ILD_070

> D: Pra comer peixe tem que pagar.FGV_ILD_070

> N: [...] Os peixes ficaram muito caros, e a melhor alimentação é o peixe, que não levava agrotóxico, nada, e hoje, ninguém pode comprar porque está contaminado e está caro. Então com toda certeza nós fomos atingidos, eles é que não querem ver. [...].FGV_ILD_070

> D: A nossa alimentação não levava agrotóxico, hoje tem que comprar comida com agrotóxico.FGV_ILD_070

A diminuição generalizada na renda dos quilombolas, afeta intensamente a alimentação da população, gerando situações de insegurança alimentar, como pode ser observado na narrativa a seguir.

> N: Essa tal de barragem, minha filha de Deus, veio estragando tudo, travou tudo. Teve uma quebra na geração de renda também, de cada um. Eu trabalho como artesã e eu tive isso aí. Então quer dizer, isso aí vem causando tudo. Se não gerou renda, minha filha, a fome está ali perto, a dificuldade.[FGV_ILD_070]

> D: A lama trouxe insegurança alimentar.[FGV_ILD_070]

Um ponto importante, mencionado pelas mulheres quilombolas durante as oficinas, se refere às feiras onde comercializavam seus produtos e realizavam diversos escambos com outros produtos que complementavam a alimentação das famílias. Esse sistema de troca era comum e foi interrompido após a chegada da pluma de rejeitos, como em uma reação em cadeia, foi extinto. Os alimentos que antes existiam em fartura e eram trocados ou até mesmo doados, estão contaminados, e atualmente são vendidos a preços mais elevados e inacessíveis à população. Este tema será aprofundado na Seção 3.2.2.7 (Rede de relações sociais).

> N: [...] Hoje os gastos estão sendo muitos, então tem muita coisa que tem que comprar, porque não consegue produzir. E com a pandemia piorou. O resultado é que o povo ficou doente, a mente [fica] numa situação de muito desespero. É um desastre em cima do outro, aí só vai ficando doente, muita destruição. E a gente nasceu e cresceu aqui, não vai para outro lugar, porque se a gente sair do nosso lugar, da nossa origem, onde conhece, é pior, não vai conseguir sair e ficar melhor em outro lugar. Tá difícil, a terra pequena, o espaço pra trabalhar quase não tem, as feiras que a gente ia muito foi enfraquecendo, porque tem que ter um levando o alimento e outro que tenha dinheiro pra comprar. Aí você leva o pouco que tem, mas não encontra quem tem [dinheiro] pra comprar e não tem mais as trocas que tinha, fica difícil.[FGV_ILD_069]

> D: Aumento de gastos com alimentação.[FGV_ILD_069]

> D: A queda de renda dificultou manter as atividades produtivas.[FGV_ILD_069]

Outra questão levantada pelas comunidades quilombolas foi a falta de acesso à água de qualidade. Culturalmente a população sempre utilizou as águas dos rios, córregos e poços artesianos, contudo, atualmente, pela insegurança gerada em decorrência da contaminação, a população se vê obrigada a utilizar seus recursos financeiros para comprar água. Temem pela saúde das famílias e das comunidades.

> N: [...] Eu tive um câncer há dezesseis anos, e a médica perguntou se eu tomava água tradada, eu falei que sim, ela falou para tomar água da cacimba, cavada de mão, mais pura, e essa cacimba veio a secar também. Quando venho pra rua [para a cidade], eu tenho dúvida de beber essa água [da rede de abastecimento do município]. Porque eu quero cuidar da minha saúde. [...] Se tem chumbo, mercúrio, zinco,

esses minérios bravos, eu tenho medo, porque eu quero viver, eu tenho sessenta e seis anos, e eu amo a vida. [...].[FGV_ILD_070]

D: Não podemos tomar água do rio e do poço pela nossa saúde.[FGV_ILD_070]

D: Acabou a fartura![FGV_ILD_070]

3.2.2.5.3 Comprometimento da alimentação culturalmente adequada

Esse dano socioeconômico aborda o comprometimento de aspectos culturais da alimentação pela insegurança quanto à contaminação dos alimentos, e/ou pela falta de condições de pagar pelos alimentos habitualmente consumidos. Está relacionado com a soberania alimentar, as tradições culturais da população e a uma vida física e mental satisfatória, digna e livre de angústias. São exemplos desse dano a perda de tradições relacionadas à alimentação, a perda de alimentos de referências na formação da identidade cultural do território, a mudança de hábitos alimentares imposta pela impossibilidade de pescar e a perda de independência alimentar.

No caso do território quilombola Sapê do Norte, as práticas alimentares estão essencialmente fundamentadas nas dimensões da tradicionalidade relativas à cultura herdada pelos ancestrais. A organização social, o uso do espaço e a obtenção dos alimentos advém de um profundo relacionamento com a terra e com a água. As alterações nas redes alimentares oriundas da pesca nos rios e manguezais, e principalmente as modificações impostas para a agricultura, prejudicam as atividades comerciais, interferem na alimentação da população, e criam obstáculos para a transmissão dos conhecimentos tradicionais para as novas gerações.

Historicamente, o trabalho agrícola no Sapê do Norte se realizava em mutirões (ajuntamentos) no ancestral sistema de coivara, ocupando pequeno espaço agrário e permitindo rodízio de áreas e cultivos que, associados à pesca e à caça, garantiam a segurança alimentar das sucessivas gerações. As práticas tradicionais de saúde, muitas vezes sob a forma de ritos religiosos, se baseavam nas ervas medicinais, cipós e cascas de árvores para a produção de tinturas, bálsamos, chás etc. O histórico de violações de direitos iniciado pela chegada da monocultura do eucalipto no território, alterou de forma drástica o modo de vida tradicional, resultando em uma a grave situação de insegurança alimentar nas comunidades quilombolas, associando a violação do direito à alimentação adequada à falta de acesso ao território. (Calazans, 2010). Dessa forma, a chegada da

lama de rejeitos com elementos tóxicos contamina o meio ambiente e agrava a situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar da população do Sapê do Norte.

De forma geral, inúmeras narrativas e danos colhidos em campo com as comunidades quilombolas do Sapê do Norte testemunham o sentimento de nostalgia pela fartura na alimentação anterior ao desastre, e o medo de não voltarem a viver em um meio ambiente saudável que ofereça alimentos considerados tradicionais e nutritivos.

O primeiro conjunto de narrativas apresenta os alimentos tradicionais que diminuíram ou deixaram de existir em decorrência da chegada da lama. Expressam pesar pelas crianças que após o desastre, não puderam conviver com a fartura dos alimentos da terra. Ao falar sobre alimentação os quilombolas remontam a história dos alimentos tradicionais e heróis que deram origem ao território.

> N: [...] Tivemos o Quilombo Negro Rugério, muito disciplinado, que produzia a farinha, o beiju, e é o melhor beiju que existe! Temos o beiju de massa, o de goma, de coco, o de amendoim, o de coco de indaiá. Tínhamos aqui uma diversidade de comidas. Na sexta feira da paixão comíamos o arroz de coco nas casas uns dos outros. [...].FGV_ILD_070
>
> D: Comprometeu o beiju, o coco de indaiá, o amendoim, o arroz de coco.FGV_ILD_070
>
> N: [...] Aí nós aqui da comunidade, uns não estão frequentando a feira e outras pessoas ainda estão levando nosso produto, para que não deixe a nossa cultura acabar, como o beiju. Igual nossa amiga aí falou, que tem crianças que hoje não conhecem mais, ou não sentem o sabor de um beiju. É maravilhoso a gente saber que a nossa tradição, desde a época dos nosso avós, é o beiju, é a farinha de amendoim, que vinha para as nossas mesas, nossos alimentos. E hoje, nossos netos ou nossos bisnetos não saberem o que é um beiju.FGV_ILD_076
>
> D: A alimentação das crianças mudou.FGV_ILD_076
>
> N: Então, que a nossa cultura continue, por mais difícil que seja. Que o nosso beiju seja apresentado nas mesas, na mesa do cliente, na nossa mesa, nas nossas reuniões, que vem de pessoas de fora, tem vez. Agora não, que está na pandemia, mas tem gente de fora que vem nos visitar. Que sempre tenha um beiju em cima de uma mesa para apresentar e não deixar a nossa cultura acabar. Somos quilombolas com orgulho. Somos quilombolas com prazer de dizer que nós somos parceiras, somos amigas, somos guerreiras, somos produtoras, agricultoras com muito orgulho. Onde nós passa, nós deixa o rastro.FGV_ILD_076
>
> D: Temos medo da nossa cultura e nossa tradição acabar.FGV_ILD_076

As narrativas trouxeram evidências sobre as principais atividades produtivas que afirmam as identidades culturais do território e a reprodução social das famílias. Tais

atividades sofreram danos por não haver mais diversidade de espécies e mesmo por perceberem que houve a redução do pescado. Na agricultura, há uma enorme insegurança em decorrência da contaminação das águas. Os alimentos plantados não prosperam quando irrigados pelas águas disponíveis atualmente no território.

> N: [...] Em Morro da Onça a gente vivia da pesca, e depois com o assoreamento e a lama a gente não consegue mais se manter do nosso rio Cricaré e voltamos o olhar para a agricultura, mas acabou as nascentes, os córregos, e aí não tem o bem mais precioso para desenvolver a agricultura, que é a água. Ficamos sem um meio de renda. A agricultura não produz, na pesca não tem mais peixe, por causa desse impacto da Renova.FGV_ILD_070
>
> D: Perdemos o peixe como meio de sobrevivência.FGV_ILD_070
>
> N: Além dos peixes, os temperos também acabaram para a nossa alimentação, como o coentro maranhão, as plantas que ficavam na beira do rio, que não dão mais também. A gente plantava no quintal de casa e hoje quase não tem. Esses temperos contribuíam na nutrição, e temperavam o peixe.FGV_ILD_070
>
> D: Acabou com as plantas que ficavam na beira do rio, que também serviam para a nutrição.FGV_ILD_070

As comidas típicas são completamente interligadas às manifestações culturais e religiosas do território. Quilombolas afirmaram que a contaminação afetou também esse aspecto cultural de forma negativa, pois criou impedimentos para a realização dos festejos tradicionais do Sapê do Norte, comprometendo a manutenção da tradição, a sociabilidade, como também reduzindo a arrecadação e circulação de recursos provenientes do turismo.

> N: As comunidades levavam muitas comidas típicas para alimentar todo o pessoal que frequentava as festas. Por exemplo, quando o cortejo do Ticumbi chegava em Conceição da Barra, e tinha muita gente lá. Teve muito impacto.FGV_ILD_069
>
> D: As festividades estavam muito ligadas a culinária local e depois do desastre foram afetadas pela queda de produção e insegurança com a contaminação.FGV_ILD_069

Dentre as narrativas relacionadas às alterações na alimentação, foi demonstrada insegurança no consumo de alimentos industrializados, comprados em supermercados que contrastam de forma negativa à alimentação que consideram culturalmente adequada para as comunidades e que por não serem alimentos ofertados pelo meio ambiente que os cerca, também são considerados prejudicial à saúde, como se verá na Seção 3.2.2.8.

> N: E quando você produz, você sabe o alimento que está comendo. Mas quando vai comprar, você não tem conhecimento de como foi a produção. Hoje aparece muito problema de câncer, pressão alta, diabetes, que penso que é [por causa] desses alimentos alterados e pelo pensamento das pessoas, porque as coisas ficaram mais difíceis. [...].FGV_ILD_069

> D: A alimentação com produtos que não conhecemos a procedência pode afetar a saúde.FGV_ILD_069

Além do receio de consumir alimentos que desconhecem a procedência, as mulheres quilombolas demonstraram preocupação ao afirmar que a população não dispõe de recursos financeiros suficientes para complementar a alimentação, ocasionando uma queda nutricional.

> N: Muitas pessoas faziam uso do alimento da pesca, e hoje tem que comprar tanto a carne, o frango, e não está cabendo no bolso, então se a pesca tivesse adequada, seria um meio melhor para a alimentação. Quando não dá para comprar a carne, pescava um peixinho e já era um grande prato, né? FGV_ILD_069

> D: Aumento e gastos com alimentação.FGV_ILD_069

> D: Diminuiu a opção de ir no rio e no mangue para pescar e complementar a alimentação.FGV_ILD_069

> N: Sobre alimentação, a gente começou a gastar mais, porque deixou de produzir e teve que comprar. E quando vai comprar tem que maneirar, porque o custo é muito alto. Então diminui a parte da alimentação. Porque muita coisa que tinha, fazia, não tem mais. Até farinha que é a nossa vivência, produção, tradição de berço, as vezes a gente é obrigado a ir na feira comprar.FGV_ILD_069

> D: Até a farinha que é nossa maior tradição de produção, as vezes precisamos comprar.FGV_ILD_069

> D: Diminuiu a opção de ir no rio e no mangue para pescar e complementar a alimentação.FGV_ILD_069

Em decorrência da proibição do pescado em algumas regiões da RECM, e pela diminuição da renda dos pescadores, houve um enfraquecimento nas redes de troca bastante comum entre os tradicionais. A troca de produtos era uma forma de sociabilidade entre ofícios (pescadores e agricultores) e comunidades que contribuía para a obtenção de uma alimentação diversificada para as comunidades tradicionais da região.

> N: Não tem mais troca não, acabou. Os caranguejos, por exemplo, diminuíram, os manguezais têm algumas partes que ainda se encontra algum caranguejo para vender, mas nós não podemos comprar,

> porque está difícil de ter, e está caro, e era parte importante da nossa comida. O caranguejo para mim sempre foi almoço, não tira-gosto. Pirão de caranguejo, arroz e feijão. A carne era o caranguejo. E era muito boa essa alimentação.FGV_ILD_070

> D: Acabou o caranguejo, que sempre tive no almoço.FGV_ILD_070

> N: Nossa prioridade é a nossa alimentação, então o que a gente produz, mesmo que não dê para levar para vender, priorizamos a comida da família. Mas aqui passamos a comprar mais frango. Antes a gente comia mais galinha caipira, peixe, e começamos a gastar mais com comida. A gente trocava antes no cais a farinha por peixe, por exemplo, se não tem mais peixe para trocar lá na Barra [Conceição da Barra], se quiser comer vai ter que comprar.FGV_ILD_069

> D: Maior consumo de alimentos comprados em mercado sem saber como foram produzidos.FGV_ILD_069

As mulheres quilombolas, além de perceber a perda da fartura que constituía o modo de vida da população do Sapê do Norte de modo geral, também manifestaram em suas narrativas, uma enorme preocupação e insatisfação com a alimentação das crianças que atualmente é composta por pescados criados em cativeiro. Consideram um alimento inferior, que tem rebatimento na saúde, em relação ao pescado consumido anteriormente que eram capturados no mar, nos rios, e córregos da região, conforme será aprofundado na dimensão temática Saúde (Seção 3.2.2.8).

> N: Outro fator também é que a alimentação da escola, que já um fator que precisa ser mais bem cuidado, ela acabou que ficou mais deficiente, porque as crianças que recebiam o peixe na escola, passaram a receber o peixe de cativeiro. Tem esse fator. E as crianças nas escolas, houve essa perda desse alimento nutricional.FGV_ILD_076

> D: As crianças perderam a cultura de comer peixe na escola, e isso gera uma perda nutricional também.FGV_ILD_076

3.2.2.6 Práticas culturais, religiosas e de lazer

Nesta seção encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que versam sobre aspectos culturais que compõem os modos de vida das comunidades tradicionais do Sapê do Norte.

Os Povos e Comunidades Tradicionais, bem como suas práticas e manifestações culturais estão interligadas de forma essencial com a natureza: as águas, as matas, a terra, entre outros. A partir do relacionamento com esses elementos a população se organiza socialmente, fundamenta sua cultura e estabelece vínculos com o território ao qual pertence.

O território é o espaço que garante a transmissão de conhecimentos herdados pelos ancestrais. As atividades e práticas realizadas cotidianamente pelas comunidades remanescentes de quilombos fortalecem os vínculos comunitários e são mantenedoras das identidades do grupo. Por esse motivo devem ser valorizadas e preservadas.

Em 2007 foi promulgado o Decreto n° 6.040[95] que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais a qual define, no Artigo 3°:

> §1 — Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

As inúmeras práticas e manifestações culturais que foram afetadas negativamente em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, vão de encontro à proteção alocada no Artigo 215[96] da Constituição Federal de 1988, onde está firmado o comprometimento do Estado, na garantia do pleno exercício dos direitos culturais, além do incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais.

> §1 O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Como também ferem a determinação do Artigo 5 da Convenção 169 da OIT (OIT, 1989) que define que “os valores e práticas sociais, culturais, religiosos e espirituais desses povos deverão ser reconhecidos e a natureza dos problemas que enfrentam, como grupo ou como indivíduo, deverá ser devidamente tomada em consideração”.

Por esse motivo, torna-se fundamental destacar que tais danos necessitam ser vistos com especial atenção pois essas comunidades remanescentes de quilombos sustentam sua cultura — saberes e fazeres — a partir dos vínculos sociais e territoriais, e as atividades e práticas realizadas conferem sentido prático e simbólico ao modo de vida das pessoas do território.

As comunidades remanescentes de quilombos do Sapê do Norte foram ouvidas pela FGV e nesta seção serão analisadas as narrativas que expressam os danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão que são percebidos pela população quilombola.

---

[95] Para a leitura completa do decreto n° 6.040, acessar: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>.

[96] Leitura completa em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art-215>.

As narrativas e danos alocados nesta dimensão temática estão agrupados em quatro formulações de danos socioeconômicos: (i) Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas e tradicionais; (ii) Interrupção/Comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, saberes, práticas e referências culturais e religiosas; e (iii) Interrupção ou comprometimento de atividades de lazer. Tais formulações orientam a organização desta seção em quatro blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura 29.

Figura 29 — Dimensão temática práticas culturais, religiosas e de lazer: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.2.6.1 Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais

Este dano está relacionado ao comprometimento da reprodução e transmissão das atividades, saberes, crenças e práticas tradicionais, de modo que impossibilita o exercício dos modos de ser e viver das comunidades e seus integrantes.

O Sapê do Norte é constituído por comunidades que mantêm laços de parentesco e sociabilidade, tecendo uma rede de compartilhamento e trocas a partir da combinação de atividades realizadas através dos recursos naturais que o território oferece. Dentre essas práticas, destacam-se a pesca, a agricultura, o extrativismo e a criação de

animais, sendo a partir delas que as comunidades se reproduzem de forma dinâmica e transmitem os conhecimentos ensinados por seus ancestrais.

Nas oficinas de levantamento de danos realizadas com a população quilombola, relatos evidenciaram que em decorrência da chegada da pluma de rejeitos, e toda a incerteza gerada pelo medo da contaminação, as cadeias de produção e escoamento de inúmeros produtos e serviços produzidos nas comunidades sofreram severo impacto, uma vez que, conforme já caracterizado na Seção 3.2.2.4 (Renda, trabalho e subsistência), especificamente na subseção 3.2.4.6, o receio dos turistas e compradores em consumir alimentos contaminados interferiu de forma negativa, reduzindo espaços de mercado até então existentes.

Como observado, o trabalho no território Sapê do Norte é constituído pelo exercício de múltiplas atividades como a produção agropecuária em pequenos roçados que é vendida diretamente in natura ou processada artesanalmente (mandioca e derivados) ou mesmo em preparações culinárias, a pesca e extrativismo articulado à produção de artesanato e plantas e minerais (barro/argila) utilizados como fitoterápicos ou outros tratamentos de saúde. O decréscimo do turismo na região que envolve o território afetou diretamente os mercados e as relações de troca antes estabelecidos no Sapê do Norte e consumidores em geral. Do mesmo modo, hábitos alimentares e tradições culinárias transmitidas por gerações e que também são essenciais na reprodução dos modos de vida das comunidades quilombolas foram comprometidas, conforme amplamente discutido na Seção 3.2.2.5 (Alimentação). O desastre do rompimento da Barragem de Fundão e a chegada da lama com EPT prejudicou o meio ambiente em que as práticas culturais eram desenvolvidas. Essa situação alterou de forma significativa todo o modo de se viver, implicando o exercício da tradicionalidade.

> N: A gente pesca, faz agricultura, feira, faz um pouco de cada coisa. Cata siri, caranguejo, pesca vários peixes. E tudo isso caiu. E tem os animas nos quintais, que pararam de produzir, e aí não temos mais eles pra alimentação.FGV_ILD_069

> D: Diminuiu a opção de ir no rio e no mangue para pescar e complementar a alimentação.FGV_ILD_069

Merecem destaque nesta seção e aqui são retomadas as implicações relativas ao declínio do turismo da região, conforme já caracterizado na Seção 3.2.2.4 (Renda, trabalho e subsistência). Após a deposição dos rejeitos, os municípios onde se localiza Sapê do Norte, tiveram prejuízos pela diminuição do turismo. Como reação em cadeia, as práticas culturais, religiosas e de lazer, como a Festa do Ticumbi, e o Festival do Beiju também foram comprometidos, uma vez os festejos enfraquecidos ou até mesmo

não acontecendo por falta de público e pela diminuição da renda, também deixa de acontecer a organização social para os preparativos e para a festa em si, fato que afeta de forma sensível o convívio entre os moradores das comunidades. A narrativa a seguir ilustra esse novo cenário instaurado após o desastre.

> N: [...] Quando a renda foi diminuindo, as pessoas não tinham mais muita condição de fazer as festas. A gente tinha um festival muito grande aqui no Sapê que era o festival do beiju, era uma festa internacional, juntava as comunidades levando sua produção, eram muitas barracas de comida típica, tinha quadrilha, reis de boi, jongo, várias brincadeiras. E de 2015 para cá não teve mais. A gente tem um sonho de retomar essa festa [...].FGV_ILD_069
>
> D: As festas dependiam das doações locais e com a queda da renda deixaram de acontecer.FGV_ILD_069
>
> D: A Festa do Beiju era um momento de encontro entre as comunidades e se perdeu.FGV_ILD_069

A próxima narrativa, apresentada por uma mulher quilombola, evidencia como, apesar do cansaço posto, há um orgulho e um sentimento de pertencimento nesse fazer tradicional que se repetiu ao longo de anos, sendo transmitido de geração para geração.

> N: Cozinhar, servir, tudo [papel das mulheres nos festejos], nas festas de Ticumbi. Cozinhar para os ensaios e organizar toda a festa. Com sono, cansaço, a gente ainda precisa (pegar o barco, descer o rio cricaré pra ir lá pra Conceição da Barra).FGV_ILD_069
>
> D: As festividades foram afetadas pela queda do turismo.FGV_ILD_069
>
> D: As festas foram muito prejudicas pelo desastre.FGV_ILD_069

A partir do momento que a festa não mais se reproduz, simultaneamente a transmissão de saberes é ofendida, uma vez que nas comunidades tradicionais os saberes e fazeres são transferidos às gerações mais novas, por meio da oralidade e da vivência cultural. Essa narrativa apresenta a preocupação dos quilombolas com a perda das manifestações culturais ancestrais.

> N: Você quebra aquele elo para passar os saberes. É um elo que se quebra. A partir do momento que você não consegue transmitir, você não aprende. E isso se dava de pai pra filho. O Ticumbi também é passado de geração em geração, e tá comprometendo. FGV_ILD_070
>
> D: Impacto na transmissão de saberes geracionais.FGV_ILD_070
>
> D: Teve impacto na cultura, no modo de viver do povo.FGV_ILD_070

A próxima narrativa expressa a forma como o modo de se fazer atual se entrelaça às memórias e o orgulho do povo antigo, bem como dos saberes por eles deixados. Essas heranças identitárias, que se encerraram ou que tiveram forte redução em decorrência do desastre, são essenciais para a memória coletiva e para a culinária de toda região.

> N: [...] Tivemos o Quilombo Negro Rugério, muito disciplinado, que produzia a farinha, o beiju, e é o melhor beiju que existe! Temos o beiju de massa, o de goma, de coco, o de amendoim, o de coco de indaiá. Tínhamos aqui uma diversidade de comidas. Na sexta-feira da paixão comíamos o arroz de coco nas casas uns dos outros. O Ticumbi surgiu no Negro Rugério, há trezentos anos atrás. E acabou tudo. [...].FGV_ILD_070
>
> D: Uma grande empresa acabou com Sapê do Norte.FGV_ILD_070

Por fim, será apresentada uma narrativa que elucida as dificuldades enfrentadas pela população quilombola para dar continuidade às práticas culturais referentes ao sistema étnico medicinal realizado por meio das plantas que possuem princípios próprios de cura, e antes encontradas no território. Fica explícito o descontentamento pela negligencia da empresa para com às comunidades tradicionais e sua cultura.

> N: [...] E eu trabalho com as plantas medicinais há muitos anos, e [sem a água de qualidade] também acabou com as plantas medicinais. É muito difícil achar um pau-para-tudo, uma ciporoba, outros remédios que tinham, ficou tudo difícil. E aí piorou mais ainda, acabou com nosso Sapê do Norte, esse desastre da Samarco. São empresas riquíssimas, do exterior, e estão acabando com o povo brasileiro, trazendo dificuldade para nós. [...].FGV_ILD_070
>
> D: Acabou com as plantas medicinais.FGV_ILD_070

3.2.2.6.2 Interrupção/Comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, saberes, práticas e referências culturais e religiosas

Este dano está relacionado ao comprometimento da possibilidade de realizar as práticas culturais, tradicionais e religiosas, os modos de produção e de saber fazer, as celebrações e as formas de expressão, que eram socialmente compartilhadas e transmitidas intergeracionalmente, sendo estes elementos conformadores das memórias e das identidades pessoais e coletivas e responsáveis pelo fortalecimento dos laços e vínculos comunitários.

As atividades que outrora eram transmitidas de maneira geracional para mulheres e fortaleciam vínculos comunitários através da pesca foram impactadas de forma negativa

pela chegada da pluma de rejeitos. As comunidades do Sapê do Norte que tiveram que alterar suas atividades e se adaptar aos novos meios de sobrevivência, preocupam-se com a interrupção na transmissão dos saberes tradicionais.

> N: A minha avó era pesqueira, todo dia ela saía daqui a pé, ela pescava na beira do rio. Era o que ela sobrevivia, vendia, alimentava. E aquilo a gente seguiu também. Então hoje, as mulheres aqui, porque nossas comunidades são umas 40 famílias, se nós fosse sobreviver do que vivia antes, nós morria de fome. Do que a gente ainda está sobrevivendo, é como eu falei, do PAA [Programa de Aquisição de Alimentos].FGV_ILD_076
>
> D: Perda da possibilidade de transmissão de conhecimentos para os filhos.FGV_ILD_076

A narrativa a seguir afirma que a pluma de rejeitos que afetou a agricultura, impossibilitou a permanência da juventude nesse ofício, e consequentemente desencadeou o afastamento e enfraquecimento dos vínculos comunitários e de parentesco em torno da atividade tradicional.

> N: A questão dos jovens, aqui na minha comunidade, tem muito jovem trabalhando fora, de empregado, mesmo não morando fora, não estão na agricultura. Quando trabalham em [regime de] escala ajuda alguma coisa, mas não estão tendo a renda das atividades daqui.FGV_ILD_069
>
> D: Medo de perder a transmissão do conhecimento tradicional com o afastamento dos jovens das comunidades.FGV_ILD_069

Similarmente como ocorrido na agricultura, os quilombolas foram obrigados a reduzir ou até mesmo interromper as atividades de pesca, o que gera enorme preocupação em relação à descontinuidade na transmissão de conhecimento para as novas gerações. Atualmente sentem pesar pela ausência do rio como espaço de aprendizado e de sociabilidade.

> N: Estamos tendo muita dificuldade porque os filhos aprendem com os pais, meu pai era pescador, eu sou pescador, e como eu vou explicar pro meu filho que ele não vai poder pescar no [rio] Cricaré por causa do desastre? Como os filhos vão seguir a tradição? É uma grande perda na cultura, no meio de sobrevivência, no nosso modo de viver. [...].FGV_ILD_070
>
> D: Perda da tradição de uso do rio para pesca e cultura, na transmissão para os filhos.FGV_ILD_070

Como citado anteriormente, os espaços de troca entre agricultura e pesca semeavam as redes de relacionamentos intracomunitários. De acordo com relatos da população quilombola, essa prática foi extinta após a chegada da lama proveniente do rompimento

da Barragem de Fundão, devido à diminuição dos pescados e dos produtos agrícolas cultivados na região.

> N: O pessoal do município, até pouco tempo, quanto se tinha peixe, havia aquela troca dos ribeirinhos com os quilombolas. Trazia o peixe levava o aipim, trocava. Ou mesmo vendia, ou mesmo na troca, e assim vice-e-versa. O povo da comunidade ia nos manguezais, mesmo como uma forma de: "ah, não tem peixe no rio? Vou pegar caranguejo no mangue". Então assim, nós estamos interligados.FGV_ILD_076

> D: Antes trocávamos (o aipim, a farinha, o beiju, os produtos da roça em geral) por pescado, e agora prejudicou todo mundo.FGV_ILD_076

Na feira e nos festejos de cunho religioso eram realizadas importantes práticas que fundamentam a cultura do Sapê do Norte, por semearem a reprodução dos modos de vida ancestrais e fortalecerem os vínculos entre as comunidades. As narrativas a seguir expressa como a perda desses espaços representa um dano sociocultural para o território.

> N: As apresentações culturais estavam todas na festa do Beiju, e se perderam. E as feiras também eram um local de muita troca e isso também foi alterado.FGV_ILD_069

> D: A Festa do Beiju era um momento de encontro entre as comunidades e se perdeu.FGV_ILD_069

> D: As feiras também eram importantes momentos de trocas entre as comunidades e isso foi alterado.FGV_ILD_069

> D: Tínhamos o festival de Beiju e depois de 2016 acabou.FGV_ILD_069

> N: Acabou isso [momento de festejar]. Isso que a gente tinha acabou. A nossa comunidade aqui a padroeira é Nossa Senhora Aparecida, a gente tinha muita festa, ladainha, as coisas aqui, tinha forró, pra quem gosta desse investimento. E hoje não tem mais, dificultou mesmo. Porque hoje a gente não tem mais aquele contato de estar um com outro, as mulheres, aquele grupo, né? Um vizinho, um na casa do outro. A única coisa que a gente ainda tem é trabalho de igreja, que ainda visita, ainda que a gente vai lutando com as pessoas. No mais, ficou difícil.FGV_ILD_076

> D: As festas foram muito prejudicas pelo desastre.FGV_ILD_076

Essa narrativa expõe como as dificuldades enfrentadas para a realização do Ticumbi após a chegada da pluma de rejeitos causam danos que se referem ao fortalecimento e à identidade do grupo, pois atualmente não conseguem mais cumprir o calendário religioso da festa que antes ocorriam ao longo do ano.

> N: Aqui na comunidade a gente comemora no dia trinta de dezembro o ensaio geral do Ticumbi, que é tradicional. Tem os ensaios durante o ano, e esse é o último antes da apresentação, no dia primeiro de janeiro na igreja de São Benedito. Dia trinta e um [de dezembro] vão até a comunidade de Barreiras, de barco, se encontram com outros grupos, pegam o São Beneditinho, descem o rio Cricaré até o cais [de Conceição da Barra]. E lá é o cortejo e a procissão, na igreja matriz. E vão outros grupos folclóricos. É lindo! E quando chega o cais depois segue para uma casa. O festeiro faz um almoço, descansa, e no dia primeiro é a apresentação do Ticumbi. Isso acontece há muito tempo, meu bisavô já participava.FGV_ILD_069

> D: Difícil medir o quanto se perdeu, mas vem sendo alterado e com a chegada da lama houve um efeito negativo no cortejo do Ticumbi. Hoje ainda existe, mas com mais dificuldades, principalmente, quanto ao assoreamento e segurança.FGV_ILD_069

3.2.2.6.3 Interrupção ou comprometimento de atividades de lazer

Este dano é relacionado ao comprometimento da possibilidade de realização de atividades recreativas, esportivas, de lazer e de confraternização que, via de regra, mas não exclusivamente, eram realizadas ao ar livre na companhia da família e amigos e junto ao rio e suas adjacências. A interrupção e comprometimento dessas atividades trouxeram prejuízos ao bem-estar, à interação social e até mesmo à saúde física e psíquica das pessoas, com o rebaixamento da qualidade de vida.

O rio, além de ser um local aonde os moradores do Sapê do Norte realizavam as atividades produtivas da pesca para comércio e subsistência, se constituía como um dos principais espaços para exercício de práticas de lazer e sociabilidade. Após a chegada da pluma de rejeitos, a população deixou de usufruir dessas áreas pela incerteza pela qualidade da água. Foram comuns narrativas em que essa perda representa um dano profundo ao modo de vida da população.

> N: [...] O rio era o mesmo local de onde tirava o sustento, tomava banho, brincava, tudo era o rio.FGV_ILD_069

> D: O rio Cricaré era o local onde tirávamos o sustento, tomava banho, brincava, tudo era o rio.FGV_ILD_069

Conforme exposto, o desastre do rompimento da Barragem de Fundão acarretou a diminuição da renda da população e uma série de outras consequências como a que se apresenta na narrativa a seguir. A diminuição da renda atrelada à impossibilidade de permanência nas atividades econômicas da população quilombola, impede atualmente

a realização de encontros e reduz espaços de convívio entre as mulheres que geravam um cotidiano prazeroso e o compartilhamento de vivências.

> N: E a falta de recurso. Isso que dificulta mesmo. Falta de recurso, igualmente o transporte. Eu sou de movimento, de comissão quilombola, eu gosto muito dessas coisas, ir em reunião, que é também um lazer, encontra as companheiras, conversa e tal. Aí por falta de transporte a gente perde muitas cosias, eu mesma perco.FGV_ILD_076

> D: O lazer, como ir em reuniões, encontros, foi muito prejudicado pela falta de recursos.FGV_ILD_076

3.2.2.7 Rede de relações sociais

Nesta seção, encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que versam sobre as alterações provocadas pelo desastre no âmbito das relações sociais — familiares e/ou comunitárias —, além de demais formas de sociabilização e relações interpessoais. No que se refere aos participantes das oficinas realizadas no Sapê do Norte, destacam-se narrativas que abordam desdobramentos relacionais em razão (i) da desestruturação de sistemas de troca e dos prejuízos a práticas coletivas de trabalho; (ii) da redução de festividades e manifestações culturais; (iii) das interferências intergeracionais, provocadas pela evasão forçada de jovens; e (iv) da criação de conflitos e tensões, especialmente relacionados ao pós-desastre.

A dimensão temática aqui analisada faz referência ao comprometimento de momentos de encontro e sociabilidade, em muito ligados aos ambientes da praia, mangue, rios e estuários[97]. Os registros de campo permitem observar que o desastre enfraqueceu modelos de vida mais coletivos e gregários, e interferiu em práticas de visitação entre amigos e parentes, bem como em circuitos mais amplos e gerais de pessoas, a exemplo do arrefecimento de atividades turísticas. Todo esse contexto reflete de modo negativo na rede de relações sociais presente no território.

Por sua vez, no que se refere à dimensão relacional implicada nas atividades de trabalho, nota-se que o rompimento da barragem de fundão causou interferência no sistema de troca e aliança entre trabalhadores do mesmo ofício, como de ofícios distintos e complementares. Além de afetar a renda e a capacidade de consumo da

[97] A geógrafa Doreen Massey defende que o que dá especificidade a um lugar "não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam em um lócus particular" (MASSEY, 2000, p. 184). Lugares fornecem a condição básica para a convivência cotidiana, por sua vez, alimento das relações sociais (PEREIRA, 2019).

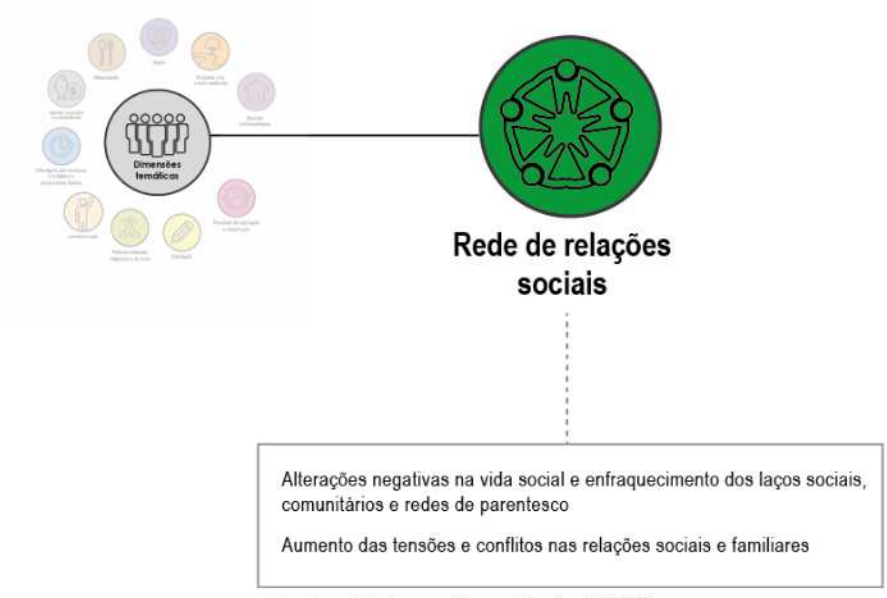
população, o quadro abala relações de reciprocidade que geram e/ou fortalecem vínculos sociais, como destaca Maria de Nazareth Baudel Wanderley:

> Para além da solidariedade que se manifesta ao nível real, da produção e da partilha de bens, há a registrar aquela de natureza propriamente simbólica, que a complementa e dá sentido à construção de uma identidade coletiva, expressa nos sentimentos de pertencimento, na partilha e transmissão dos saberes e na adesão a valores humanos compartilhados.

No que se refere ao contexto particular deste recorte territorial, marcado pelo reconhecimento e defesa da identidade quilombola, cumpre observar na análise a interferência de elementos que compõe essa identidade, entre eles, a importância de laços familiares e relações de parentesco, os campos de uso comum e as formas coletivas de organização do trabalho e de apropriação de bens naturais e de produção (VIEIRA, 2018, p. 37-49).

As narrativas e danos alocados na dimensão temática Rede de relações sociais estão agrupados em duas formulações de danos socioeconômicos: (i) Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco; e (ii) Aumento das tensões e conflitos nas relações sociais e familiares. Tais formulações orientam a organização desta seção em dois blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura 30 a seguir.

Figura 30 — Dimensão temática rede de relações sociais: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.2.7.1 Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco

Este dano socioeconômico visa organizar narrativas e danos enunciados que retratam como o desastre ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão interferiu de forma negativa na rede relações sociais do Sapê do Norte, promovendo o esgarçamento de vínculos diversos, sejam eles comunitários ou de parentesco.

Como verificado na Seção 3.2.2.4 sobre Renda, trabalho e subsistência, o comprometimento de atividades econômicas, especialmente pesca e agricultura, bem como a diminuição do fluxo de turistas, produziu nesse território o enfraquecimento de feiras e eventos. Em função disso, a experiência narrada pelas pessoas que participaram das oficinas realizadas pela FGV aponta fortes abalos aos sistemas de troca antes existentes no território, implicando, de um lado, na redução da capacidade de consumo dessa população e, de outro, em perdas imateriais associadas ao convívio comunitário.

> N: A realidade do Sapê do Norte é toda a mesma. A questão da água, há dez anos atrás, em Angelim II, tinha até uma feira agroecológica, e vendia no cais em Conceição da Barra, era na terça-feira. E fazia também esse sistema de troca. Essa barragem acabou com as feiras, não tinha mais saída, não compensava mais ir.FGV_ILD_069
>
> D: O sistema de troca entre pesca e agricultura foi afetado depois do desastre.FGV_ILD_069
>
> N: A renda do pessoal de Conceição da Barra era do peixe, restaurantes, que compravam muita coisa na mão da gente. E depois do desastre, não tinha gente pra hospedar, nada, aí a gente também não vendia. Eles iam comprar pra quem, né? O pessoal da feira, os pescadores e os que trabalhavam nas empresas de pesca compravam na mão da gente. A gente ia não só na sexta-feira, mas também durante a semana, e fazia a troca: uma farinha, um beiju, um feijão, uma abóbora, em São Mateus também. E eles davam peixe, caranguejo etc., tudo isso era uma fonte de renda, de troca de trabalho, de alimento, de produção, era a mesma coisa que o dinheiro. Só que depois disso aí [do desastre] acabou tudo isso.FGV_ILD_069
>
> D: O sistema de troca entre pesca e agricultura foi afetado depois do desastre.FGV_ILD_069

O prejuízo às redes de troca e doação interfere tanto na alimentação, como também nas relações de confiança e vínculo entre as comunidades e populações atingidas, especialmente quando se leva em consideração que parte desse acesso se fazia por

vias não monetizadas, através de redes de solidariedade entre os moradores da região. Entre os relatos, muitas são as narrativas que abordam a preocupação com a interrupção dessas redes solidárias de doação e troca, que fortaleciam os vínculos entre a população, além de ser uma forma de complementar e garantir uma alimentação diversificada e saudável para toda a população. A narrativa a seguir evidencia que o desastre é responsável pelo esgarçamento de um tecido de relações de ajuda mútua, produzido e fortalecido por laços sociais.

> N: Eu falei sobre a questão da troca que, assim, várias vezes no sentido de vender que, ás vezes, o pescador e catador de caranguejo vinha na comunidade com o intuito de vender. Só que quando ele chegava aqui, às vezes o agricultor não estava com dinheiro na hora, então eles trocavam, ne? Então, o produto que ele trazia já ia complementar a alimentação do agricultor e ele já levava o produto do agricultor para completar a alimentação dele, né? Que trocava por farinha, trocava por beiju, trocava coco, por jaca e assim sucessivamente. E isso era uma coisa que acontece, que acontecia, né?, em todos os territórios, em todos os quilombos. Essa troca de parceria. Às vezes você fala na venda, mas não era só na venda, era na alimentação também.FGV_ILD_076

> D: A diminuição dos sistemas de troca prejudica muito a alimentação.FGV_ILD_076

Além de forte vínculo comunitário, o Sapê do Norte é um território de identidade quilombola, portanto, apresenta modos tradicionais de apropriação e uso dos bens naturais, fundamentalmente mais coletivizados. Essa dimensão de pertencimento atravessa todo o processo de identificação de dano e, no caso em análise, pode ser observada por meio de narrativas que associam o desastre ao esgarçamento de práticas coletivas de trabalho. Há menção do uso comum no manejo da terra, na organização do trabalho e na utilização de bens de produção, rodiziados ou integrados em estratégias de mutirão. Além de garantir a sobrevivência, tais práticas eram engendradas pelos sistemas de troca antes existentes e fortaleciam vínculos, garantiram convívio e envolviam momentos de celebração.

> N: É interessante colocar também que foi prejudicado os mutirões, porque as comunidades tradicionais utilizavam muito os mutirões para os plantios, ou até mesmo nas farinheiras, porque aí um ajudava o outro para ter uma produção maior. Por a gente ter pouca terra, então, não tem área suficiente que precise de trator, precisa de trator, mas com não tanta frequência. Então a gente utiliza mais a enxada e para isso a gente utiliza troca de dias de mutirões, trocas de idas na farinheira. Ali se socializa, porque o tema foi relações sociais. No momento que tem mutirões você se socializa com o seu próximo ali, da própria comunidade. Então é uma troca de saberes, é uma troca de conhecimentos, de mão de obra. Então, foi muito prejudicado também, não adianta a gente produzir em grande quantidade se não tem para onde escoar a produção.FGV_ILD_076

> D: Os mutirões para plantio e nas farinheiras foram prejudicados pela diminuição da comercialização, e era um momento de troca de saberes e de conhecimentos.FGV_ILD_076

> N: As apresentações culturais estavam todas na festa do Beiju, e se perderam. E as feiras também eram um local de muita troca e isso também foi alterado.FGV_ILD_069

> D: As feiras também eram importantes momentos de trocas entre as comunidades e isso foi alterado.FGV_ILD_069

Outro aspecto abordado pelas pessoas atingidas que participaram das oficinas no Sapê do Norte diz respeito aos desdobramentos do arrefecimento de eventos culturais na vida social e de convívio comunitário. Além de queda da renda e danos às práticas culturais, ambos já abordados nos Itens 3.2.2.4 e 3.2.2.6, a narrativa a seguir chama atenção para a importância que essas manifestações culturais tinham para as relações sociais dentro de uma mesma comunidade quilombola, entre comunidades distintas e também no que se refere às relações familiares e intergeracionais.

> N: As festas faziam parte do trabalho da cultura. Quando o pessoal ia fazer as festas, faziam o bordado para vender, para dar ao pessoal das festas, da ladainha. Minha sogra faz festa para o Santo Antônio até hoje, mas por conta da pandemia não fez mais. Quando a renda foi diminuindo, as pessoas não tinham mais muita condição de fazer as festas. [...] As ladainhas, que as pessoas rezavam, todo ano no dia de Nossa Senhora Aparecida fazia, iam várias comunidades, faziam comidas, e com a pandemia não fez mais. Meu avô trabalhava o ano todo e no final do ano matava porco, galinha, ia para as feiras vender, para fazer as festas. No dia vinte e sete [de dezembro] era a festa de São Benedito em São Mateus, iam de cavalo. Iam e voltavam, levavam as crianças. Aí ia para Conceição da Barra dia vinte e nove [de dezembro], voltava para casa para ir para Barreiras no dia 30 para o ensaio geral [do Ticumbi], e só dia dois [de janeiro] voltava para casa. Então todo o ano tinha esse ritmo.FGV_ILD_069

> D: A Festa do Beiju era um momento de encontro entre as comunidades e se perdeu.FGV_ILD_069

Por fim, os participantes das oficinas no Sapê do Norte também destacam que a evasão compulsória de jovens das comunidades quilombolas após o rompimento da barragem, aprofundado na seção 3.2.2.10, desestabiliza relações familiares, prejudica laços sociais e gera sentimento de tristeza. O tema atravessa muitas dimensões da vida comunitária e familiar, além de ser de demasiada importância para as perspectivas de reprodução e fortalecimento de uma territorialidade quilombola também ancorada na construção de uma identidade étnica e racial, bem como em relações de parentesco (O'DWYER, 2018; VIEIRA, 2018).

> N: É um impacto muito grande na transmissão de saberes. Como vai ensinar a pescar? Você quebra aquele elo para passar os saberes. É um elo que se quebra. A partir do momento que você não consegue transmitir, você não aprende. E isso se dava de pai pra filho. O Ticumbi também é passado de geração em geração, e tá comprometendo.FGV_ILD_070

> D: Teve impacto na cultura, no modo de viver do povo.FGV_ILD_070

3.2.2.7.2 Aumento das tensões e conflitos nas relações sociais e familiares

Esse dano socioeconômico abarca manifestações narrativas que tratam do surgimento e/ou ao aumento de tensões e conflitos sociais e intrafamiliares em razão de situações diversas reputadas ao desastre que suscitaram brigas e discussões entre colegas de trabalho, amigos, vizinhos, parentes e casais (dentre outras relações interpessoais) podendo ter levado, inclusive, à ruptura desses laços mediante inimizades e separações.

O rompimento da Barragem de Fundão trouxe consequências negativas em diferentes aspectos da vida social das comunidades do Sapê do Norte. Em complemento ao dano descrito anteriormente, as narrativas registradas em campo evidenciam como os desdobramentos do desastre, bem como as medidas de cunho reparatório implementadas até então, intensificaram a ocorrência de embates e hostilidades. Entre os destaques, a população atingida que participou das oficinas realizadas neste território pela FGV chama atenção para desentendimentos produzidos no interior das comunidades em razão do não reconhecimento da condição de atingido, das interdições de acesso a programas e ações de caráter reparatório, do tempo de espera somado às burocracias e da própria linguagem utilizada pelas instituições e grupos que conduzem ações e medidas.

> N: Então, a Samarco em si, ela afetou diretamente as relações sociais das comunidades. Se a gente for parar para analisar, tem umas pessoas que fizeram cadastro com esse grupo de advogados, outras não fizeram, outras acharam seguro... As informações não chegaram como deveriam chegar, e isso daí é muito preocupante para não ter desentendimento entre os próprio moradores da comunidade. Então é uma coisa que ela tem que arcar com isso, de omissão de informação, de não passar a informação certa de quem tem direito e quem não tem direito.FGV_ILD_076

> D: O não reconhecimento dos danos pela Samarco gera desunião nas comunidades.FGV_ILD_076

De acordo com os participantes das oficinas, e como será melhor detalhado na Seção 3.2.2.9, que trata do Processo de reparação e remediação, as dificuldades de acesso são reproduzidas até mesmo nas conquistas indenizatórias mais recentes, obtidas em juízo. Em decorrência, cumpre observar não só o agravamento das tensões e conflitos, como manifestações de interferência nas relações de confiança estabelecidas entre as famílias. Embora esteja presente em diferentes comunidades atingidas ao longo da bacia do Rio Doce, essa perturbação político-social carrega alguns agravos em razão do contexto social de identidade quilombola. Isso porque, ao criar novos conflitos, interfere negativamente em uma luta histórica que visa o reconhecimento de uma territorialidade embasada em componentes étnico-raciais.

> N: Nessa questão aí das relações, que teve um pouco de choque, de transtorno na verdade, com o aparecimento dos advogados, igual as meninas já tinham colocado. Não foi culpa das comunidades, e sim da própria Samarco que fez omissão de informações. Até então teve gente na comunidade que tinha feito o processo e aconteceu igual o de [referência nominal à liderança da comunidade], porque Renova falou e cancelou dizendo que o São Domingos e a comunidade de Linharim não tinham sido afetados. Se tudo tivesse sido divulgado de forma legal e certa, tudo isso que nós estamos passando hoje, a gente não estaria passando. Quando você fala na questão de trabalhar o coletivo, na questão de você ser um militante dentro da comunidade, de você trazer as informações e a pessoa colocar credibilidade na sua fala. E quando você não consegue transmitir... igual, aconteceu esse fato e as informações não chegaram até a comunidade.[FGV_ILD_076]

> D: O não reconhecimento dos danos pela Samarco gera desunião nas comunidades.[FGV_ILD_076]

3.2.2.8 Saúde

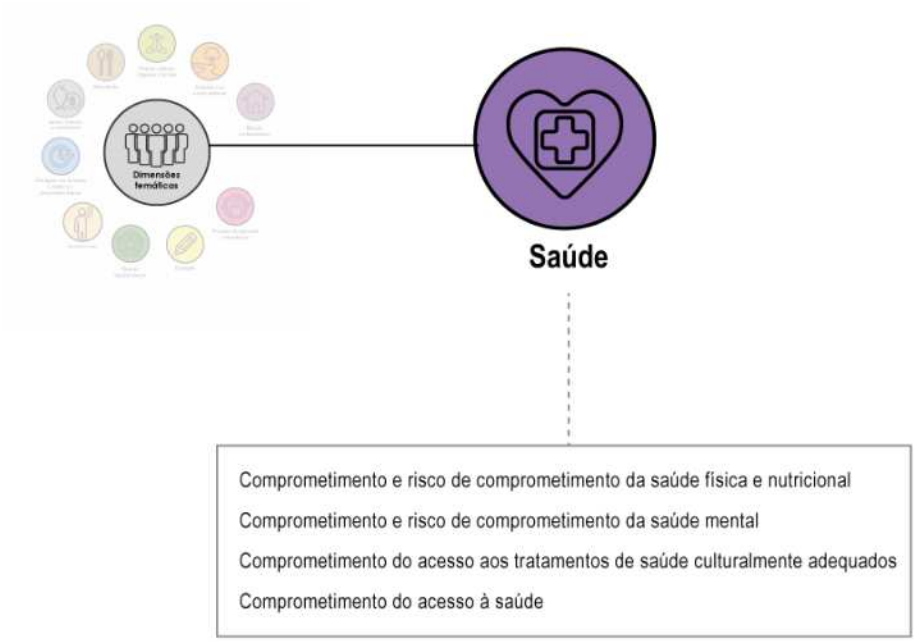
A abordagem utilizada para esta dimensão temática parte da noção de saúde firmada na Constituição Federal Brasileira de 1988 como um direito social fundamental à dignidade humana (BRASIL, 1988), não sendo limitada ao acesso a serviços médicos assistenciais ou medicamentos. Orienta-se também pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que vê a saúde como o completo desenvolvimento físico, mental e bem-estar social, que não restringe a saúde à ausência de doenças e sim ao estado pleno do ser em todos os aspectos da vida.

Na Seção 3.2.1.6 são apresentadas, de forma aprofundada, as relações entre a presença dos contaminantes (EPT), seja pela disponibilização e/ou redisponibilização desses elementos ao meio ambiente promovido pelo rompimento da Barragem de Fundão, e as consequências negativas à qualidade e saúde desses ambientes e das pessoas que ali vivem e os utilizam. No texto ainda são destacadas informações quanto

ao aumento na variação de incidência de agravos a partir de uma avaliação do impacto à saúde da população atingida realizada pela FGV (2021g), a partir da análise de dados do Datasus que avaliou informações sobre agravos registrados entre 2005 e 2019 para 45 municípios atingidos pelo rompimento em comparação com um grupo de municípios controle, não atingidos pelo desastre.

Para o território do Sapê do Norte, as narrativas e danos enunciados em campo e alocados na dimensão temática Saúde apresentam uma gama de exposições, sintomas e agravos relacionados ao desastre, e estão agrupados em três formulações de danos socioeconômicos: (i) Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional, (ii) Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental, (iii) Comprometimento do acesso à saúde e (iv) Comprometimento do acesso à saúde, conforme apresentado na Figura 31.

Figura 31 — Dimensão temática Saúde: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.2.8.1 Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional

Sofrem esse dano as pessoas atingidas que ficaram sujeitas ao risco ou desenvolveram doenças que comprometeram seu estado de saúde físico e nutricional após o desastre.

Em relação às alterações na saúde física e nutricional das pessoas atingidas pelo desastre nas comunidades quilombolas do Sapê do Norte, as narrativas colhidas nas oficinas tratam de menções a diferentes doenças e agravos que podem estar relacionados com os fatores de exposição como contato com a água, ingestão de água e pescados. Dessa forma, os danos percebidos pelas pessoas atingidas são apresentados em dois blocos: (i) Fatores de Exposição indicados nas narrativas; e (ii) Doenças e agravos indicados nas narrativas.

Fatores de exposição indicados nas narrativas

Para além do risco objetivo colocado pela presença dos EPT nos territórios das comunidades quilombolas, a contaminação dos rios Itaúnas e Cricaré (São Mateus) e de seus afluentes atinge a saúde das pessoas que ali vivem em uma dimensão imaterial. Conforme narrado em oficina e descrito na Seção 3.2.2.2 que trata das Relações com o meio ambiente, a água desses rios sempre foi associada à própria vida das comunidades, sendo assim imprescindível à saúde plena das comunidades. Hábitos alimentares, práticas de lazer, convívio e outras atividades prejudicadas pelo desastre estão ligadas à saúde física e mental das comunidades de Sapê do Norte.

O desdobramento da degradação ambiental dos territórios quilombolas na saúde das comunidades pode ser ilustrado com a narrativa logo a seguir, na qual a pessoa atingida enaltece o surgimento de doenças que antes não existiam nas comunidades, e o associa às mudanças impostas pelo desastre, como alterações no contato e uso dos mananciais, as mudanças na alimentação das pessoas e afastamento dos tratamentos tradicionais.

> N: Com isso tudo a gente observa que hoje existem mais doenças na comunidade. Doenças que não existiam antes. Por que? Por causa da alimentação, não se tem mais plantas medicinais. Aí todo mundo corre com seus filhos para as farmácias, né? Então são coisas assim que se você for parar, sentar e analisar, você pergunta assim: que mundo nós estamos vivendo hoje? Que ponto chegamos? FGV_ILD_076

> D: Surgiram doenças que não existiam antes, por conta da alimentação e porque não temos mais as plantas medicinais.FGV_ILD_076

> N: [...] Depois da barragem, as nossas águas até mesmo dos poços estavam vindo cheias de ferrugem. Tanto as caixas d'água, quanto a gente tomava banho, volta e meia tem um chuveiro que fica pingando, né? O local que pingava a água, até mesmo da torneira, até mesmo aquela água que ficava no vaso, ficava aquela marca de ferrugem. E a gente não entendia o porquê que aquela água estava ficando daquela forma. FGV_ILD_076

> D: A água não é mais limpa, não podemos mais usar.FGV_ILD_076

> N: [...] E tudo isso, ele mesmo dizendo pra mim, primeiro que você não encontra água, porque a água está contaminada, e a partir de 6 anos prá cá mais contaminada ainda por causa da lama, né? E isso foi tirando a própria vida da natureza e se tira a vida da natureza tira a vida do quilombola também. Porque as sementes que não brotam mais, a vida que, como o Sapê do Norte, tem pouco tempo pra rebrotar.FGV_ILD_076

> D: Ao tirar a vida da natureza, foi tirada a vida do quilombola.FGV_ILD_076

A relação entre o comprometimento da saúde física e nutricional com o tema da alimentação foi enaltecida pelas pessoas atingidas em diversas narrativas registradas em oficina. Conforme aprofundado na Seção 3.2.2.5 o desastre vem comprometendo a segurança alimentar das comunidades atingidas em diversos aspectos, entre os quais destaca-se a contaminação dos peixes e mariscos típicos da região, que continuam sendo consumidos por pessoas atingidas que não possuem outra fonte de proteína como alternativa. De acordo com os relatos, espécies de peixes antes comuns na região desapareceram, e a produtividade de lavouras declinou por conta da chegada da lama rica em ferro e EPT.

> N: Temos incerteza e insegurança pelos danos à saúde que a contaminação dos peixes podem causar. A gente ainda vai na praia catar um sururu, um caranguejo, porque a alimentação não pode faltar, e não sabemos a longo prazo, para nós e para as futuras gerações, o que isso vai causar.FGV_ILD_070

> D: Impacto na saúde com a ingestão de alimentos contaminados.FGV_ILD_070

> D: Impacto na saúde das crianças por insegurança alimentar. FGV_ILD_070

> N: Faz quatro anos que deram entrada na indenização e ainda não receberam. Como ia sobreviver nesse tempo se não continuasse pescando, para vender e pra comer? Se tivesse outra direção pra ir, não tinha necessidade de se contaminar ou contaminar o próximo. Mesmo sabendo que não pode, a necessidade é muito grande.FGV_ILD_070

> D: A lama trouxe insegurança alimentar.FGV_ILD_070

> D: Aumento da contaminação pela demora da Renova e da reparação.FGV_ILD_070

> N: E hoje sabendo que uma pessoa tem uma doença, a gente fica em uma preocupação, porque a gente sabe que hoje essas doenças estão vindo mais da alimentação, que não é mais uma alimentação saudável como a que a gente tinha.FGV_ILD_076

> D: Surgiram doenças que não existiam antes, por conta da alimentação e porque não temos mais as plantas medicinais. FGV_ILD_076

Doenças e agravos indicados nas narrativas

O conjunto de doenças e agravos mencionados nas narrativas foram classificados seguindo os capítulos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10)[98]. As principais menções se referem a doenças neoplasias (tumores, câncer); doenças de pele e do tecido subcutâneo; e Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas.

- **Neoplasias (tumores, câncer)**

No que tange ao comprometimento da saúde física e nutricional, as narrativas evidenciam que as pessoas atingidas sentiam mais segurança no consumo de alimentos produzidos por elas mesmas ou obtidos diretamente do meio ambiente, como caças e pescados, do que de alimentos in natura ou industrializados adquiridos no comércio local. Contudo, com a insegurança de consumir produtos a partir de um meio ambiente contaminado por conta do desastre, a produção foi trocada por produtos industrializados ou de procedência não conhecida. O hábito de consumir produtos comprados foi associado ao aparecimento de agravos não identificados anteriormente.

> N: E quando você produz, você sabe o alimento que está comendo. Mas quando vai comprar, você não tem conhecimento de como foi a produção. Hoje aparece muito problema de câncer, pressão alta, diabetes, que penso que é [por causa] desses alimentos alterados e pelo pensamento das pessoas, porque as coisas ficaram mais difíceis. Minha avó dizia que quando a gente estava no sobrado baixo e subia mais alto era muito bonito, gostoso, mas quando você está lá no alto e tem que ir para baixo, é um desespero. Quem sabe como fica a cabeça dessa pessoa?FGV_ILD_069

> D: A alimentação com produtos que não conhecemos a procedência pode afetar a saúde.FGV_ILD_069

> N: [...] E outra, a preocupação de bebermos a água. Eu tive um câncer há dezesseis anos, e a médica perguntou se eu tomava água tradada, eu falei que sim, ela falou para tomar água da cacimba, cavada de mão, mais pura, e essa cacimba veio a secar também. FGV_ILD_070

> D: Não podemos tomar água do rio e do poço pela nossa saúde.FGV_ILD_070

[98]A classificação foi utilizada com base na apresentada na página do Datasus do Ministério da Saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. Morbidade Hospitalar do SUS — CID-10, [s.d.] Informações de Saúde. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sih/mxcid10lm.htm>

- **Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas**

As pessoas atingidas estão cientes de que o consumo da água, do pescado e dos produtos agropecuários vindos da região podem afetar sua saúde, mas ainda carecem de informação qualificada sobre esses efeitos.

Em relação à alteração dos hábitos alimentares (já aprofundado na dimensão temática Alimentação, Seção 3.2.2.5, que contribui para o comprometimento da saúde física e nutricional das pessoas atingidas, advindas de alterações na qualidade dos produtos locais consumidos ou pelo consumo de fontes proteicas não habituais (carne vermelha) e alimentos industrializados.

Essa preocupação foi também manifesta especificamente para o caso da alimentação de crianças e jovens. De acordo com as narrativas registradas, o consumo de peixe de cativeiro — em contraposição ao consumo de pescados diretamente obtidos nos rios da região — prejudica a saúde nutricional das crianças, gerando reflexos até em seu aprendizado.

> N: Então nossos passos vêm de longe. Eu tenho orgulho do meu pai, meu avô canoeiro. Algumas coisas se perderam com as crianças de hoje, a partir do momento que chegaram as monoculturas nas comunidades, com pessoas de fora, que viam nossa cultura como algo de atraso, ruim. Há uma persistência para que os mais novos conheçam tudo isso. Temos leis hoje para educação quilombola e de África. Mas isso ainda é muito pouco. Nossas tradições precisam estar enquanto conteúdo na escola. Esse impacto profundo que a lama causou na alimentação, com aumento de insegurança alimentar, também impacta na escola. Se a criança tem algum problema de saúde, ela não vai conseguir aprender na escola. FGV_ILD_070
>
> D: O desastre teve muito impacto na saúde.FGV_ILD_070
>
> N: Porque no peixe não ia vacina. A gente ia lá, pegava o peixe e comia. Hoje a gente até come o peixe, mas com medo. Mas agora, o que está acontecendo? Quando eu boto um peixe na mesa eu já fico pensando, e não é em mim não gente, é na minha geração, meus netos. Porque realmente está tudo contaminado e é metal pesado mesmo.FGV_ILD_076
>
> D: Hoje temos medo de comer os peixes e caranguejo por conta da contaminação.FGV_ILD_076

- **Doenças da pele e do tecido subcutâneo**

Outro agravo presente nos relatos obtidos junto às comunidades foi o aparecimento de alergias e coceiras na pele depois do contato direto com a água dos rios. O fato foi relatado para adultos e para crianças.

> N: Mas aí, devida a essa situação aí, a gente veio a ter dificuldade nas nossas plantações, por falta, pouca água e também nós estamos com problemas que hoje um neto ou nós mesmos não podemos tomar banho num córrego, que dá até alergia na pele, as crianças ficam com o corpo coçando. [...]. FGV_ILD_076

> D: Aparecimento de doenças de pele, alergias e coceiras após contato com a água.FGV_ILD_076

> N: [...] A água do [rio] São Domingos ficou com uma ferrugem estranha, quando a gente ia atravessar o rio depois dava uma coceira na perna, ficava com a perna com uma cor estranha. Para ter saúde, precisa ter a água limpa. Eu não sei se foi a lama com certeza, mas foi nesse período [depois de 2015], o rio mudou, a água não era mais limpa, transparente. Veio gente fazer análise da água, mas nunca mais voltou para trazer o resultado, então a gente fica com medo, né? FGV_ILD_069

> D: Depois do desastre a água do rio São Domingos mudou de cor, ficou uma nata ferrugem e dava coceira na pele. FGV_ILD_069

3.2.2.8.2 Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental

Sofrem esse dano as pessoas atingidas que ficaram sujeitas ao risco ou desenvolveram doenças que comprometeram seu estado de saúde mental após o desastre.

O comprometimento da saúde mental das pessoas atingidas ocorreu em função do surgimento de agravos relacionados ao desastre, tais como o aumento de casos de ansiedade, depressão, insônia, relatos sobre a tristeza gerada pela chegada da pluma de rejeitos à região de Sapê do Norte e à perda de perspectivas de futuro causada pela degradação ambiental. Conforme narrado em oficinas, as comunidades experienciaram medo e desespero logo que souberam do rompimento da barragem em Mariana/MG. Os reflexos do rompimento sobre a região começaram a ser sentidos assim que a lama chegou à foz do Rio Doce em Linhares/ES, e foram sendo agravados à medida em que toda região norte do Espírito Santo — incluindo os territórios de Sapê do Norte — foi reconhecida como atingida pelo desastre.

> N: Logo em seguida que a barragem estourou, que saiu na TV, tudo começou a ficar difícil. A gente foi acompanhando, vendo que estava chegando próximo, chegando no Espírito Santo, as pessoas começaram a se afastar do rio, se afastar das feiras. Já não tinha mais turista, não tinha mais pesca, os pescadores já estavam desesperados, e nós junto com eles. Não demorou pra sentir, foi tudo junto. Não sei se tudo era verdade, mas quando o trem [a lama] estava lá em Minas Gerais, já estava sentindo aqui. FGV_ILD_069

> D: Desespero de acompanhar as notícias do desastre pela mídia e a chegada da lama no Espírito Santo.FGV_ILD_069

> N: Quando a gente viu na TV o que aconteceu [o rompimento da barragem], foi um desespero, mas a gente estava preocupada com as famílias que perderam suas gentes queridas. A gente não estava nem pensando que a gente também ia ser prejudicado. E depois quando começou dizendo [na TV] que [a lama] vinha descendo, e que desceu no Rio Doce, e que destruiu propriedades do pessoal em Baixo Guandu, nós ficamos "Meu Deus! Chegou em Linhares! Isso aqui está vindo pra cá". E aí depois parou pra lá, só que pensava que não vinha pra cá. Quando chegou, passado uns meses, participamos de uma reunião em Vitória, com o pessoal de Aracruz, de São Mateus, e depois de outro encontro, que tinha gente de Degredo, todos contando as histórias, o que estava acontecendo nas comunidades deles, e aí chegou um dia que recebi uma ligação, e veio um convite para participar de uma reunião com jurídico da Renova que ia vir para Conceição da Barra. Aí estava promotor, procurador, e falaram sobre a Fundação Renova. Só que senti que era só para pescador, que era [para quem é] formal, com documento, achei que não ia servir para nós. A menina que eu pegava peixe na mão dela, disse que eles queriam fazer o cadastro só dos maridos, e aí foi um debate danado! Aí passados seis anos, agora, falaram que a gente também foi atingido. E paramos para olhar e fomos mesmo. FGV_ILD_069

> D: Desespero de acompanhar as notícias do desastre pela mídia e a chegada da lama no Espírito Santo.FGV_ILD_069

A preocupação com a pluma de rejeitos e com seus efeitos sobre a renda, a alimentação e a saúde física e nutricional foi recorrentemente mencionado pelas pessoas atingidas como um fator relacionado à saúde mental. Expressões que ilustram o nível de inquietude das pessoas atingidas em relação à perda de renda e à preocupação com o futuro, causadas pelo desastre, foram registradas durante as oficinas sobe a denominação de "mente a milhões", "mente inchada".

> N: Eu comentei sobre a questão que as pessoas não ficam doente só na saúde, e sim mentalmente. Essa questão da lama, de 2015 pra cá, o pessoal além de estar preocupado com a alimentação, a mente fica a milhões. A saúde mental também nesse momento é muito importante. Você tem que estar com uma mente saudável para você ter uma boa saúde, pra você desenvolver suas funções, pra você organizar tudo você precisar estar bem de mente.FGV_ILD_076

> D: A lama deixou a mente da gente doente.FGV_ILD_076

> N: Aí ficamos doentes da mente, que ficou inchada, grossa, de estarmos preocupado sem saber o que fazer. Você fica desesperado. Tem muita coisa que somos obrigados a comprar porque deixamos de produzir. Um frango, uma carne, a carne está muito cara, não aguentamos mais comprar. Ficou mais difícil a produção, aí aumentou os gastos. Não tem mais córrego para pescar, tem que comprar se quiser um peixe. Então é uma alteração na alimentação e na saúde. FGV_ILD_069

> D: A mente ficou doente pela dificuldade financeira.FGV_ILD_069

> N: Os mais velhos falavam que a gente não é obrigada a fazer trato, mas quando faz o trato, é obrigada a cumprir. Se a gente faz uma dívida, vai chegando o dia de você pagar, e se você é trabalhador rural, trabalhou para pagar o que você comprou, se não vende o produto, não traz o dinheiro. Você volta pra casa e fica agoniado, não consegue dormir, então eu acho que esse desespero é uma doença.FGV_ILD_069

> D: A mente ficou doente pela dificuldade financeira.FGV_ILD_069

As dificuldades financeiras foram mencionadas como principal fator de agravo à saúde mental. Essas dificuldades vêm causando episódios de estresse, depressão, ansiedade, insônia e angústia. Conforme relatado, as pessoas atingidas desenvolveram uma preocupação constante em relação à economia de suas casas. Foram relatados casos em que não foi possível honrar dívidas ou compromissos financeiros assumidos com vizinhos, além de casos de dificuldade em abastecer a própria casa com alimento ou itens básicos de vestuário.

> N: Prejudicou financeiramente, prejudicou a saúde, como diz a companheira, prejudicou mentalmente, porque você fica pensando de onde vou tirar o dinheiro, de onde vou tirar o alimento. Tudo isso é uma coisa que precisa ser analisada. Não são danos só assim, vamos dizer, de casa, a mente e o corpo precisam estar bem para você viver.

> D: Estamos doentes por conta de preocupação.FGV_ILD_076

> N: Você ia no mangue pegar caranguejo e aí pra dois, três dias já tinha um alimento. Se não tem mais [caranguejo] para pegar, tem que ter outros jeitos pra ter esse alimento. Tudo é um complemento. Aí se não tem, tudo é um pesadelo, aí você sai do ritmo do ramo que está. A gente fazia muita farinha, não estava conseguindo vender, desanima de fazer a farinha.FGV_ILD_069

> D: A mente ficou doente pela dificuldade financeira.FGV_ILD_069

> N: Eu falei sobre esse problema de anos da lama e deixou as pessoas doentes, a mente das pessoas. Por que? Às vezes, uma mulher como eu, as vezes eu saía da minha casa e ia pra feira vender. Aí em casa um menino já ficou sem o chinelo, eu queria ir lá vender as coisas pra comprar um chinelo. Chegava lá, se você não conseguisse vender você já vinha pra casa com aquele peso na cabeça. Isso deixou a gente doente, porque você voltava, as vezes não conseguia vender, todo dia você vinha com a mesma conversa, com a mesma fala. As crianças iam então dizendo “vou sair pra caçar um serviço”, e a preocupação da gente era que as crianças iam saindo de perto da gente, porque precisava de arrumar alguma coisa.FGV_ILD_076

> D: A lama deixou a mente da gente doente.FGV_ILD_076

> N: [...] A gente fica doente também, como eu falei, por falta das coisas que a gente não estava conseguindo trazer pra dentro de casa, e as crianças sentindo falta daquilo e reclamando. Aí aquilo você não

> consegue dormir pensando. Aí amanhã é uma dor de cabeça, pressão alta, tudo isso vem causando na vida da gente.FGV_ILD_076

> D: Estamos doentes por conta de preocupação.FGV_ILD_076

A dificuldade de recuperar perdas sofridas com o desastre também foi mencionada como fator que compromete a saúde mental das pessoas atingidas. Se antes as famílias mantinham-se com base em suas atividades socioeconômicas tradicionais e dispunham de redes de trocas para obter bens e manterem suas economias domésticas, posteriormente ao desastre elas encontram dificuldades em reproduzir os modos de vida que as mantiveram nesses territórios.

> N: A gente ainda não conseguiu recuperar ainda. Aquilo que a gente tem, a gente quer fazer mais coisa pra ter mais. Mas quando você perde aquilo que você tem, aí você fica preocupado. Eu já tinha isso, perdi. Você precisa voltar lá atrás pra poder recuperar aquilo que você já tinha. Então, deixa a gente louco da mente mesmo. Isso é uma doença para a pessoa.FGV_ILD_076

> D: Estamos doentes por conta de preocupação.FGV_ILD_076

> N: A mente da gente ficou doente com tudo que nós passamos e até hoje não recuperamos ainda, porque aquilo que a gente tinha não tem mais, aquilo que a gente fazia não consegue mais fazer daquele jeito. Hoje você não consegue ganhar aquilo que você ganhava. Tudo isso a gente fica preocupado e aí a preocupação vai fazendo o que na vida da gente? Adoecendo. Então é esse sentido de tudo o que as colegas disseram. Tudo isso causa doença na gente. Doença também porque você não consegue trazer pra dentro de casa aquilo que você trazia. Você está doente, você adoece.FGV_ILD_076

> D: Estamos doentes por conta de preocupação.FGV_ILD_076

Além disso, a própria morte do rio foi mencionada como fator que compromete a saúde mental das pessoas atingidas de Sapê do Norte. A degradação ambiental testemunhada vem gerando sentimento de tristeza, agonia e de vazio. De acordo com as narrativas, a chegada da lama aos territórios quilombolas significa uma derrota no processo de manutenção e de luta por esses territórios.

> N: Na saúde são vários impactos, não só na saúde física, mas na saúde mental é muito difícil. Quem precisa do rio para buscar seu alimento, para gente que está vendo nosso rio sendo deteriorado, algo que era potente, e agora está morrendo, causa uma agonia na mente.FGV_ILD_070

> D: O desastre teve muito impacto na saúde.FGV_ILD_070

> N: A agricultura. Nós planta mais devido à seca, caramujo. Daí fica assim, não temos mais aquela paisagem linda. Morreu tudo, apagou

> da nossa mente. Nós não vivemos mais aquela imagem, é outra.FGV_ILD_076

> D: Tristeza por não ter mais a natureza, a paisagem que tínhamos antes.FGV_ILD_076

> N: E os impactos da lama também foram na saúde mental. Porque ver que o rio está poluído, que está sem o seu sustento, isso afeta também a mente. E deixa um certo vazio. Você luta e quer ter coisas boas para falar, porque território é terra, e terra é poder, então é disputa constante no território, e na escola também é assim. Temos muita dificuldade que não tem a estrutura necessária na escola, a alimentação adequada. Nós conhecemos muito mais da cultura europeia do que da cultura negra africana. E aí as crianças tem dificuldade de aceitação.FGV_ILD_070

> D: Contaminou a água que precisamos para nos cuidar e afastar o coronavírus.FGV_ILD_070

Narrativas demonstram a angústia e o medo das pessoas atingidas ao testemunharem a degradação ambiental causada pela pluma de rejeitos. Medo que agrava a saúde mental das pessoas atingidas. Segundo as narrativas registradas, o medo de se contaminarem ao consumirem pescado ou produtos produzidos com água do rio gera grande preocupação entre as comunidades.

> N: Porque no peixe não ia vacina. A gente ia lá, pegava o peixe e comia. Hoje a gente até come o peixe, mas com medo. Mas agora, o que está acontecendo? Quando eu boto um peixe na mesa eu já fico pensando, e não é em mim não gente, é na minha geração, meus netos. Porque realmente está tudo contaminado e é metal pesado mesmo.FGV_ILD_076

> D: Hoje temos medo de comer os peixes e caranguejo por conta da contaminação.FGV_ILD_076

A preocupação das pessoas atingidas se estende em relação ao futuro das comunidades, dos jovens e das crianças que ali vivem. A preocupação é fundada no risco de contaminação por metais pesados e demais EPT implicado no consumo de pescado e da água disponível na região. Nas narrativas aponta-se a apreensão vivida pelas pessoas atingidas em relação às gerações futuras, que, caso queiram se manter nos territórios ocupados tradicionalmente pelas comunidades remanescentes de quilombos, precisarão conviver com o risco perene de contaminação.

> N: Fico preocupada também com nossos jovens, nossas crianças, coitados, que nem sabem quando está bebendo uma água e saboreando um peixinho frito. Não sabe o que eles estão ingerindo, o veneno, né? O tóxico que eles estão ingerindo. Depois vai embora cedo, devido à uma infeliz de uma empresa, uma irresponsabilidade.FGV_ILD_076

> D: Temos medo de como a contaminação vai afetar as gerações futuras.FGV_ILD_076

> N: A lama deixou a mente da gente doente. Na minha fala, eu falei a respeito da preocupação que eu tenho com geração futura, porque o estrago não é só para agora. [...] Esses 70, 80 [mil reais de indenização], o que for, vai chegar e vai acabar, e o que vai nos segurar depois? Porque o estrago foi muito mais do que isso.FGV_ILD_076

> D: A lama deixou a mente da gente doente.FGV_ILD_076

> N: E a preocupação da gente é isso, porque quando você não tem nada aqui para oferecer para eles (jovens), o caminho deles é sair. E às vezes a preocupação da gente... porque lá fora alguns podem encontrar uma coisa boa, mas nem todos... vai encontrar lá coisa ruim, né? E como diz o pessoal, quem mistura com porco, porco é. E às vezes vai, e nem todos caem nessas armadilhas, mas tem outros que saí, já vira a cabeça, então, a preocupação da gente era isso, de não ter nada mais nas comunidades, e eles estarem saindo. A preocupação da gente adoece também. O povo está doente de muito pensamento, muita preocupação.FGV_ILD_076

> D: Estamos doentes por conta de preocupação.FGV_ILD_076

> N: Porque como eu já te falei, quanto você fica muito preocupado, você vai ali não consegue, volta a cá não consegue, você fica com a cabeça sem saber de onde vai, principalmente a gente que tem família, né? A gente não pensa só na gente, pensa na família, nas crianças, nos jovens, nos adolescentes, que a gente fica preocupado, porque não tem aquilo. A gente fica preocupado que a cabeça... quem vai saber a cabeça de jovem, né? Quem sabe a gente que já está de idade, né. Como dizia meu pai, a gente precisa estar com um cabresto na cara deles, puxando daqui e dali para não soltar.FGV_ILD_076

> D: Temos medo de como a contaminação vai afetar as gerações futuras.FGV_ILD_076

Essas situações são agravadas pela dificuldade de acesso à reparação dos danos sofridos (conforme aprofundado na Seção 3.2.2.9). De acordo com as narrativas, as confusões geradas no processo de reconhecimento enquanto pessoa atingida e de acesso aos programas de reparação afetam negativamente o psicológico daqueles(as) que já se encontram vulnerabilizados(as) frente às privações colocadas pelo desastre. A expectativa em relação à devida reparação coloca as pessoas atingidas em uma posição de insegurança sobre seu futuro, acentuando assim os quadros de ansiedade e estresse.

> N: A lama ataca o psicológico da pessoa, né? E esse ingressamento que a pessoa passa... que o grupo de advogados, a comissão quilombola... as pessoas estão tentando e não é só no município de Conceição da Barra, tentando se ingressar na plataforma, e isso também é um desgaste mental. Tanto quem ta na organização ali de

> frente, quando as outras pessoas que estão torcendo pra que tudo dê certo.FGV_ILD_076

> D: A insegurança e ansiedade em relação à indenização e reconhecimento enquanto atingido afeta a saúde mental.FGV_ILD_076

> N: Eu acompanho a pessoa e eu vejo que a pessoa fica com a mente meia perturbada nessa questão aí: poxa, eu fiz o cadastro, ajuntei documento, arrumei isso, ajeitei aquilo, todo mundo recebeu e agora o meu não deu certo? Está correndo atrás de outro advogado, então isso tudo é um estresse na vida de uma pessoa.FGV_ILD_076

> D: A insegurança e ansiedade em relação à indenização e reconhecimento enquanto atingido afeta a saúde mental.FGV_ILD_076

> N: Eu vou querer o meu dinheiro. É pouco, é migalha, e eu vou sempre falar que é migalha, porque eles não pagam o que eles fizeram. Nunca vai pagar, entendeu? Eles deixaram nós com a mente doente. Só não deixa aquela pessoa que não pensa, que vive vegetando, tipo aquela pessoa que é zen, entendeu? Mas aquelas pessoas que têm responsabilidade, que pensa direitinho na família, realmente foi um estrago total.FGV_ILD_076

> D: A lama deixou a mente da gente doente.FGV_ILD_076

De acordo com as narrativas, isso vem gerando uma situação de angústia generalizada em relação ao futuro. Durante as oficinas as pessoas atingidas resgataram memórias da paisagem da região anteriormente à chegada da lama, enaltecendo a expectativa de que a degradação causada pelo desastre seja revertida.

> N: Dá pra gente entender nessa imagem aí e querer que volte essa paisagem aí desse quadro. Uma paisagem muito bonita, as plantas com várias flores, frutos para a alimentação das pessoas. Mas se continuar do jeito que está, eu acho que esse quadro aí vai ficar só no passado. Mas quem tem fé e esperança em Deus, essas coisas aí melhora, né? Nós não temos danos só nas nossas lavouras e nos nossos córregos, mas também na dificuldade pra trabalhar.FGV_ILD_076

> D: Tristeza por não ter mais a natureza, a paisagem que tínhamos antes.FGV_ILD_076

3.2.2.8.3 Comprometimento do acesso aos tratamentos de saúde culturalmente adequados

Sofrem esse dano as pessoas atingidas que tiveram comprometido o acesso a tratamentos de saúde advindos da medicina natural e tradicional ante os danos ambientais nos territórios.

Anteriormente ao desastre, as comunidades remanescentes de quilombos de Sapê do Norte aproveitavam recursos do ambiente para fins medicinais. O barro das várzeas de rios era manipulado para tratar anemia e para produzir moringas, adequadas ao armazenamento de água de uma forma salubre.

> N: [...] E o barro, ele serve pra tudo, a gente faz comprimidinho por exemplo pra tratar anemia. Mas como vai tratar [a saúde] com barro se ele já está contaminado?FGV_ILD_070
>
> D: Não podemos mais utilizar barro para a nossa saúde.FGV_ILD_070
>
> N: [...] O barro que fazia pote, moringa, não pode mais usar também. E o barro também usava pra nossa saúde.FGV_ILD_070
>
> D: Não podemos mais utilizar barro para a nossa saúde.FGV_ILD_070

De acordo com os relatos, espécies vegetais tais como o pau-para-tudo, uma ciporoba eram usadas como remédio. Conforme descrito na Seção 3.2.2.2, a presença da lama de rejeitos do rompimento da Barragem de Fundão nos territórios quilombolas causou o declínio de espécies usadas para fins medicinais e impossibilitou o uso barro das beiras, comprometendo assim a possibilidade das comunidades adotarem tratamentos de saúde tradicionais.

> N: [...] E eu trabalho com as plantas medicinais há muitos anos, e [sem a água de qualidade] também acabou com as plantas medicinais. É muito difícil achar um pau-para-tudo, uma ciporoba, outros remédios que tinham, ficou tudo difícil. E aí piorou mais ainda, acabou com nosso Sapê do Norte, esse desastre da Samarco. [...].FGV_ILD_070
>
> D: Acabou com as plantas medicinais.FGV_ILD_070

3.2.2.8.4 Comprometimento do acesso à saúde

Sofrem com esse dano as pessoas que tiveram dificultado ou impossibilitado o acesso à saúde, ou seja, o acesso universal e sem discriminação às ações, serviços, medicamentos e infraestrutura de saúde em quantidade e qualidade satisfatória.

De acordo com o conjunto de narrativas colhidas, o acesso à saúde das comunidades remanescentes de quilombos de Sapê do Norte foi dificultado por uma série de fatores relacionados à presença da pluma de rejeitos nos territórios ou ao fundado receio de contato com os contaminantes presentes na lama. Entre esses fatores, merece destaque o aparecimento dos agravos de saúde relacionados à contaminação ambiental pela alta concentração de ferro, pelos metais pesados e demais EPT presentes na pluma de rejeitos, agravos esses que antes inexistiam ou eram incomuns na região.

Conforme descrito anteriormente, a chegada da pluma de rejeitos dificultou o acesso a materiais antes utilizados na medicina tradicional das comunidades atingidas de Sapê do Norte. Assim, o tratamento de agravos (sejam os que existiam preteritamente ao desastre ou aqueles surgidos em função da presença da lama de rejeitos nos territórios) foi comprometido na medida em que essas formas de tratamento mais acessíveis foram também inviabilizadas.

As narrativas registradas em oficina indicam como as comunidades remanescentes de quilombos de Sapê do Norte consideram a alimentação um elemento essencial do acesso à saúde, principalmente em relação à saúde infantil. Desse modo, e de acordo com as narrativas registradas, as diversas alterações ocorridas nos hábitos alimentares das comunidades atingidas (descritas na Seção 3.2.2.5) estão intrinsecamente associadas à saúde em um sentido amplo, ligado aos modos de vida específicos dessas comunidades, nos quais a apreensão do que é "saudável" envolve alimentação, o lazer, a relação com — e entre — as crianças, o brincar e o uso do território como lugar compartilhado de encontro, usos inviabilizados pelo desastre. Conforme ilustrado pelas narrativas a seguir, essas relações comunitárias e com o ambiente foram tensionadas pela chegada da pluma de rejeitos à região.

> N: Então a gente vê que os nossos filhos, eu tenho um menino de 12, uma menina de 13 e um rapazinho de 16. Como eu sou professora da comunidade, eu vejo essa necessidade no desenvolver das crianças da comunidade, porque o que eu vivi eles não viveram. Então, assim, aquilo que eu presenciei, um modo de vida saudável, as brincadeiras, a alimentação... eu comecei a tomar remédio já adulta, porque na minha infância não se tinha esse negócio de tomar de farmácia, a alimentação era outra. [...].[FGV_ILD_076]

> D: Perdemos a alimentação saudável que tínhamos.[FGV_ILD_076]

Além disso, o surgimento de novos agravos implicou a necessidade de aumentar os gastos com despesas de saúde, o que ocorreu em um cenário de diminuição da renda das famílias atingidas (ver Seção 3.2.2.4). Conforme narrado em oficinas, as dificuldades financeiras vêm impedindo ou dificultando o acesso a medicamentos, exames e consultas médicas.

> N: Tivemos alteração na alimentação, porque ficou sem poder trabalhar muito com as feiras, ficamos um tempo sem saber o que fazer. Não passávamos fome porque moramos na roça, mas não vivemos só de comida. Temos outras necessidades. Teve um projeto Fundo de Quintal que melhorou um pouquinho. Tirávamos as coisas que nos alimentavam [da produção do projeto], aí comprava um remédio, pagava a conta de luz, de internet, as vezes precisava pagar uma consulta com um [médico] especialista, um exame, mas está difícil pagar tudo.[FGV_ILD_069]

> D: A mente ficou doente pela dificuldade financeira.[FGV_ILD_069]

Essas dificuldades experienciadas pelas pessoas atingidas ganham importância na medida em que, consoante os registros feitos em oficina, as comunidades não se veem atendidas por políticas públicas e pelos programas de reparação da Fundação Renova que apresentem soluções a contento para facilitar o acesso à saúde. De acordo com o relatado, as propostas da Fundação Renova se concentram no oferecimento de indenizações insuficientes e pouco abordam perspectivas de melhora da qualidade de vida da população atingida.

> N: O impacto é muito no nosso meio de sobrevivência. A gente não vê política para a saúde das pessoas impactadas, a Fundação Renova só vem com proposta de indenização, mas não tem proposta para [melhorar] a qualidade de vida do povo.[FGV_ILD_070]

> D: Não vejo política pública nenhuma voltada para a saúde dos atingidos.[FGV_ILD_070]

> N: Nós tínhamos que ter um plano de saúde do bom e a família em si tinha que ficar, além dessa tal de indenização, que pra mim é uma vergonha, esses 74 mil reais que chega na mão da pessoa, mas eles tinham por obrigação de fazer um plano de saúde para as pessoas e ficar aí dando o seu salário para as pessoas atingidas, a perder de vista.[FGV_ILD_076]

> D: As empresas deveriam pagar um plano de saúde para toda a população atingida.[FGV_ILD_076]

3.2.2.9 Processo de reparação e remediação

Esta seção apresentará narrativas e danos enunciados pelas comunidades atingidas do Sapê do Norte que abordam o processo de reparação e remediação em curso na região. Não se propõe, assim, à análise das ações e programas de reparação conduzidos pela Fundação Renova e empresas causadoras do desastre (Vale S.A., BHP Billiton Brasil Ltda. e Samarco Mineração S.A.) no território[99], mas a destacar quais os danos efetivamente sofridos pelas comunidades ali presentes, e a forma como os sentem.

[99] Embora não seja o objetivo deste item trazer avaliações acerca das ações de reparação desenvolvidas, destaca-se que a FGV realizou diversos estudos que apontam as insuficiências de alguns dos programas executados pela Fundação Renova, com destaque para as análises que indicam a baixa eficiência das ações ligadas ao cadastro, à indenização e ao auxílio financeiro (FGV, 2019e; FGV, 2020c; FGV, 2020n). Neste contexto, somam-se estudos que, dentre outros aspectos, abordam a dificuldade de acesso encontrada por parte das mulheres aos programas de reparação (FGV, 2019a) e a baixa participação dos atingidos no processo de elaboração da matriz de danos utilizada pela Fundação Renova no âmbito do Programa de Indenização Mediada (FGV, 2019b).

O trabalho justifica-se pela constatação da relevância do tema para as pessoas atingidas, que o fizerem presente com grande destaque em todas as interações realizadas pela FGV para identificação dos danos. De fato, um tratamento adequado ao enfrentamento dos efeitos danosos de desastres deve alcançar à reparação integral e a realização dos direitos humanos das populações atingidas que foram violados, conforme as recomendações das Nações Unidas (UNDRR, 2015), evitando o agravamento de vulnerabilidades preexistentes. Ao revés, o que as narrativas e danos evidenciam é que o próprio processo de reparação promovido pelas instituições mencionadas vem impactando negativamente e gerando novos danos às comunidades.

Isso se torna especialmente grave no território do Sapê do Norte, considerando-se a trajetória de violações de direitos humanos das Comunidades de Remanescentes Quilombolas ali presentes, forjadas em um processo histórico de luta contra a exclusão que recorrentemente os insere em um contexto de vulnerabilização[100]. Assim, os efeitos do desastre do rompimento da Barragem de Fundão sobrepõem-se à já notável carga de violações de direitos, abordadas de maneira mais aprofundada no Capítulo 2, de Caracterização, e na Nota Técnica da Região Estuarina, Costeira e Marítima (FGV, 2021d).

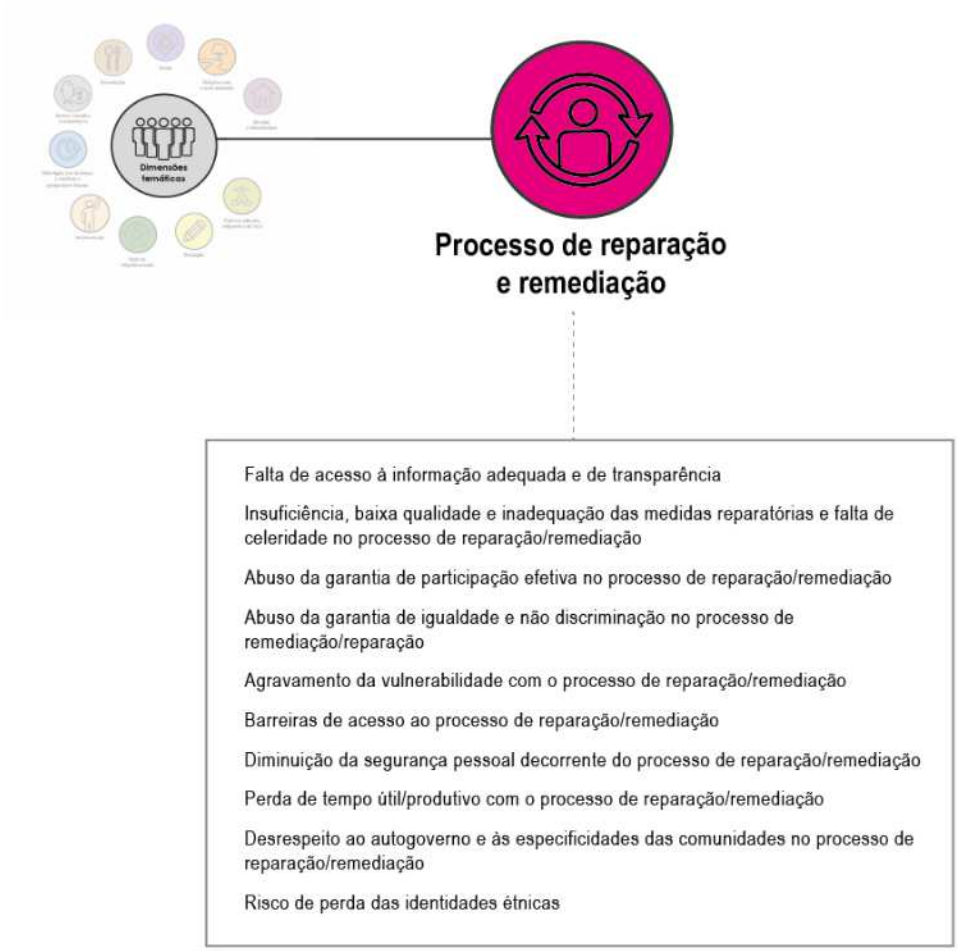
Ressalte-se, assim, o entendimento já destacado na dimensão temática Autodeterminação com relação ao comprometimento causado pelo desastre em relação a comunidades quilombolas, sobre como refletem um impedimento para que esses grupos sociais desenvolvam suas próprias tradicionalidades, oriundas de um modelo culturalmente específico de relação com a natureza, e de uma matriz de racionalidade divergente àquela que orienta as ações de reparação neste território (FGV, 2021d; ESCOBAR, 2005; FERREIRA 2016). Nesse sentido, também o tratamento dado ao desastre em medidas de reparação e remediação, na medida em que acentua os danos sofridos no território, é fator de comprometimento da autodeterminação enquanto possibilidade de livre escolha dos meios de desenvolvimento econômicos, sociais e culturais das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, comprometendo sua autonomia e organização sociopolítica.

As ofensas a tais especificidades advindas do processo de reparação são revelados pelos os registros de campo, que levam à identificação de dez danos socioeconômicos ligados ao processo de reparação: (i) Falta de acesso à informação adequada e de transparência; (ii) Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação; (iii) Abuso

[100] O contexto de vulnerabilização aqui situa-se na análise teórico-conceitual realizada na Nota Técnica Região Estuarina, Costeira e Marítima (FGV, 2021d), no tópico “Vulnerabilidades”.

da garantia de participação efetiva no Processo de reparação e remediação; (iv) Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no Processo de reparação e remediação; (v) Agravamento da vulnerabilidade com o Processo de reparação e remediação; (vi) Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação; (vii) Diminuição da segurança pessoal decorrente do Processo de reparação e remediação; (viii) Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação, (ix) Desrespeito ao autogoverno e às especificidades das comunidades no Processo de reparação e remediação; e (x) risco de perda das identidades étnicas. Tais formulações orientam a organização desta seção em sete blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura 32.

Figura 32 — Dimensão temática Reparação e remediação: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.2.9.1 Falta de acesso à informação adequada e de transparência

Trata-se aqui de dano socioeconômico relativo à falta de acesso às informações diversas que envolvem o desastre e seus efeitos e ao processo reparatório conduzido por linguagem que não é clara, acessível e adaptada ao contexto sociocultural dos atingidos, o que os impossibilita de tomar decisões seguras e informadas e de exercerem plenamente seus direitos.

Na análise das dimensões temáticas feitas até então é notória a falta de informação generalizada das populações atingidas em relação aos efeitos do desastre do rompimento da Barragem de Fundão em suas vidas. O contexto de desinformação se inaugura desde antes da chegada da lama a cada um dos territórios atingidos. O que se registra a partir das narrativas e danos enunciados pelos atingidos e atingidas é um desconhecimento anterior ao próprio rompimento, por desconhecer que estavam no curso da área de risco da Barragem de Fundão, o que se coloca de forma mais evidente quando do seu rompimento, momento em que as comunidades do Sapê do Norte não sabiam que os rejeitos chegariam até seus territórios. Nesse sentido, nenhum comunicado oficial fora oferecido pelas empresas causadoras do desastre, assim como não enviaram ninguém para uma atuação preventiva nos locais. As comunidades foram realizando-se enquanto atingidas na medida em que as mídias noticiavam o avanço da onda de rejeitos na direção de seus territórios, ao tempo em que seus efeitos negativos e alterações ambientais eram percebidos pelas populações locais.

> N: Quando a gente viu na TV o que aconteceu [o rompimento da barragem], foi um desespero, mas a gente estava preocupada com as famílias que perderam suas gentes queridas. A gente não estava nem pensando que a gente também ia ser prejudicado. E depois quando começou dizendo [na TV] que [a lama] vinha descendo, e que desceu no Rio Doce, e que destruiu propriedades do pessoal em Baixo Guandu, nós ficamos “Meu Deus! Chegou em Linhares! Isso aqui está vindo pra cá”. E aí depois parou pra lá, só que pensava que não vinha pra cá. [...][FGV_ILD_069]
>
> D: Não pensávamos que íamos ser prejudicados também.[FGV_ILD_069]
>
> D: Desespero de acompanhar as notícias do desastre pela mídia e a chegada da lama no Espírito Santo.[FGV_ILD_069]
>
> N: Logo em seguida que a barragem estourou, que saiu na TV, tudo começou a ficar difícil. A gente foi acompanhando, vendo que estava chegando próximo, chegando no Espírito Santo, as pessoas começaram a se afastar do rio, se afastar das feiras. [...][FGV_ILD_069]

> D: Desespero de acompanhar as notícias do desastre pela mídia e a chegada da lama no Espírito Santo.[FGV_ILD_069]

> D: Os efeitos foram imediatos, pois as informações da mídia deixaram todos em alerta.[FGV_ILD_069]

> N: Faltou aquela parte que vocês perguntaram como nós ficamos sabendo. Nós ficamos sabendo em 2019, por boca de terceiros, sabe? Não veio ninguém para poder reunir com as comunidades. Os pescadores daqui fizeram as reuniões e chamou algumas pessoas, algumas lideranças. Aí as lideranças foram ouvir a reunião com a Renova. A partir daí que nós ficamos sabendo, né?[FGV_ILD_076]

> D: Os responsáveis pelo desastre nunca procuraram a gente.[FGV_ILD_076]

As reclamações acerca da falta de acesso a informações adequadas e transparentes no processo de reparação se dão em torno das mais diversas questões, como dúvidas sobre o nível de contaminação do meio ambiente e da alimentação, conforme tratado nas respectivas dimensões temáticas. As populações do Sapê do Norte afirmam terem conhecimento sobre esses aspectos em razão da sua capacidade de observação a olho nu, conhecimento que deve ser considerado no contexto de povos quilombolas de reconhecida apropriação e uso de recursos naturais, como o rio, o mar e a terra, que conformam modelos culturalmente específicos de relação com a natureza (ESCOBAR, 2005).

Destaca-se ainda a condução de ações reparatórias equivocadas, como as que davam conta de que somente pescadores teriam direito à reparação, ou de que somente os maridos poderiam ser cadastrados. Estas acabaram por refletirem informações igualmente equivocadas, já que fomentaram nas comunidades atingidas uma compreensão de que, de fato, somente pescadores ou maridos teriam efetivamente o direito de serem reparados, como se as demais pessoas atingidas não possuíssem respaldo jurídico para seu pleito à reparação. O contexto de desinformação geral levou também o atraso de ações que, segundo as narrativas e danos, poderiam ser mais assertivas se informadas corretamente.

> N: [...] Em Morro da Onça os pescadores profissionais conseguiram se cadastrar, mas ninguém recebeu ainda essas indenizações. Mas nas comunidades a gente não teve ação nenhuma, nem da Renova, nem do município, meio de informação nenhum para as comunidades quilombolas. E agora estamos tentando buscar nosso direito tardio. Essa é a grande dificuldade que as comunidades enfrentam. O nosso município, a Renova, falharam muito na informação, na divulgação para as comunidades tradicionais quilombolas. A comissão de atingidos nunca procurou as comunidades quilombolas. A gente só sabe que fomos impactados porque vemos a olho nu. Até hoje no nosso rio Cricaré a gente vê os rejeitos.[FGV_ILD_070]

> D: Não teve informação nenhuma para as comunidades quilombolas.FGV_ILD_070

> D: Todas as comunidades quilombolas são atingidas e são pesqueiras. Não abriram o processo indenizatório pra gente.FGV_ILD_070

> N: [...] Quando chegou, passado uns meses, participamos de uma reunião em Vitória, com o pessoal de Aracruz, de São Mateus, e depois de outro encontro, que tinha gente de Degredo, todos contando as histórias, o que estava acontecendo nas comunidades deles, e aí chegou um dia que recebi uma ligação, e veio um convite para participar de uma reunião com jurídico da Renova que ia vir para Conceição da Barra. Aí estava promotor, procurador, e falaram sobre a Fundação Renova. Só que senti que era só para pescador, que era [para quem é] formal, com documento, achei que não ia servir para nós. A menina que eu pegava peixe na mão dela, disse que eles queriam fazer o cadastro só dos maridos, e aí foi um debate danado! Aí passados seis anos, agora, falaram que a gente também foi atingido. E paramos para olhar e fomos mesmo. A gente também sofreu danos, porque hoje o trabalho é ligado entre campo e cidade, para o campo levar alimento para as cidades. E então quando dá problema na roça, o pessoal na cidade sente, e o contrário também. [...]FGV_ILD_069

> D: As informações não eram claras e passavam que só o pescador teria sido afetado e teria direito.FGV_ILD_069

> N: Se tudo tivesse sido divulgado de forma legal e certa, tudo isso que nós estamos passando hoje, a gente não estaria passando. [...].FGV_ILD_076

> D: Temos muita falta de informação sobre o processo de reparação.FGV_ILD_076

Registram-se, ainda, narrativas e danos que explicitam um processo reparatório conduzido por linguagem que não é acessível e adaptada ao contexto sociocultural dos atingidos, com a utilização de documentos que não ensejam confiança nas populações. Nesse sentido, as populações atingidas inclusive exemplificam medidas que teriam sido mais adequadas, como a confecção de cartilhas e um trabalho integrado com as escolas locais para disseminação de informações de qualidade, e em formato apropriado.

> N: Deveria ser feita cartilha que fosse distribuída nas escolas para os professores trabalharem com as crianças sobre os prejuízos do desastre na saúde física e mental, na alimentação, sobre a contaminação.FGV_ILD_070

> D: Falta uma reparação para as escolas, para os professores trabalharem com as crianças sobre o cuidado.FGV_ILD_070

> N: E acabou que eu não fiz o cadastro, não marquei até, o rapaz me ligou umas três vezes e eu não marquei a reunião... eu deixei pra lá porque eu entendi que só quem tinha direito era pescador. Eu não tinha na minha mente que nós como comunidade também tínhamos esse

> direito pelos danos que a gente sofreu. Com a perda da pesca dos pescadores, nós também, como agricultores, tínhamos. Mas no momento não teve uma orientação e nem na fala do jurídico lá, eles não fizeram uma fala pra gente entender que tinha esse direito [...] Eu não entendi, não! Não teve um esclarecimento, então foi por isso que eu não fiz.FGV_ILD_076

> D: Achava que só os pescadores tinham direito à reparação. Não teve esclarecimento que nós podíamos entrar também.FGV_ILD_076

> N: Eu não estou participando desse processo, nossa família não fez esse cadastro, porque a gente achou uma indignação, porque, primeiro, a gente recebeu aqui um papel só escrito para vocês colocar seu nome, CPF e o n. de seu telefone. Eu tenho esse papel até hoje aqui. Eu guardei ele aqui. Parece que foi enviado pelos advogados. Como é que a gente vai assinar um papel, colocar seu nome, seu documento, se não tem uma indicação no começo da folha do porquê que você está fazendo aquilo? E não teve uma reunião antes, já chegou fazendo esse cadastro. Fazendo o cadastro não, assinando essa lista.FGV_ILD_076

> D: Temos muita falta de informação sobre o processo de reparação.FGV_ILD_076

Também no bojo dos efeitos da falta de informação adequada quanto ao processo reparatório, as narrativas e danos enunciados elucidam como a desinformação cria um ambiente que dificulta a participação efetiva das comunidades na reparação. Isso se dá uma vez que, sem a informação adequada, as comunidades são impossibilitadas de conhecerem seus direitos, o que impede também a reivindicação dos mesmos, a tomada de decisões seguras e informadas, e o exercício pleno de seus direitos. Aqui, lembra-se que este contexto danoso deve ser considerado com especial atenção em se tratando de comunidades quilombolas, que têm aqui também violada a possibilidade do exercício de sua autodeterminação.

> N: A indenização pela Samarco dificultou mais, porque Conceição da Barra foi um dos últimos municípios a entrar no processo de reparação, e o povo sem informação demorou para começar a reivindicar seus direitos.FGV_ILD_070

> D: Não teve informação nenhuma para as comunidades quilombolas.FGV_ILD_070

> N: No processo indenizatório da Samarco, muitos pescadores aqui fizeram esse processo individual para receber indenização, mas a maioria não conseguiu aderir a esse processo, porque falavam pra gente que só os pescadores foram atingidos. E só depois a gente foi descobrir que quem vivia do rio, mesmo que informal, poderia pedir também. Só que quando fomos buscar isso, a portaria da Renova já estava fechada, sete meses antes da gente procurar ela.FGV_ILD_070

D: Todas as comunidades quilombolas são atingidas e são pesqueiras. Não abriram o processo indenizatório pra gente.[FGV_ILD_070]

N: E por isso que todo mundo, muitos fizeram o cadastro pensando assim: vou jogar no bicho, se deu certo deu. Não foi assim: tô fazendo com segurança.[FGV_ILD_076]

D: Temos muita falta de informação sobre o processo de reparação.[FGV_ILD_076]

N: Então assim, quando vocês falaram que iam fazer esse diagnóstico, eu me senti feliz, porque aí vai vir informação para nós. Porque as vezes a gente entra em uma situação, mas a gente não é tão informada para conseguir ser contemplado por aquilo que realmente somos merecedores.[FGV_ILD_076]

D: Temos muita falta de informação sobre o processo de reparação.[FGV_ILD_076]

N: A indenização pela Samarco dificultou mais, porque Conceição da Barra foi um dos últimos municípios a entrar no processo de reparação, e o povo sem informação demorou para começar a reivindicar seus direitos.[FGV_ILD_070]

D: Não teve informação nenhuma para as comunidades quilombolas.[FGV_ILD_070]

3.2.2.9.2 Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação

Nesta seção aborda-se dano socioeconômico relativo aos efeitos negativos do processo de reparação com a prestação de serviços falhos, morosos, ineficientes e insuficientes. Relaciona-se com a demora para endereçamento das demandas indenizatórias dos atingidos, com a não obtenção de soluções satisfatórias. Aqueles que sofreram estes danos podem ter sofrido também com o agravamento de vulnerabilidades e com a falta de acesso a serviços essenciais, os quais, em razão de terem sido comprometidos pelo desastre, despontam como obrigações das Empresas e, por conseguinte, da Fundação Renova.

O baixo êxito na implementação das ações reparatórias conduzidas pelas empresas e a Fundação Renova no território do Sapê do Norte é constatado a partir de narrativas e danos enunciados que tratam dos mais diversos aspectos. Esta seção busca organizar algumas dessas questões, atendo-se ao seu objetivo de verificar danos decorrentes

dessas ações, portanto, sem o objetivo de analisar as ações em si, relacionadas com os programas de reparação conduzidos pela Fundação Renova, como já dito.

Nesse sentido, em um primeiro momento, verifica-se toda uma variedade de danos relativos aos efeitos negativos do processo de reparação com a prestação morosa, ineficiente e insuficiente, que acarretam em consequências diversas, como a saída de jovens dos territórios por se tornar inviável a manutenção material de forma digna, ou pela perpetuação da contaminação das pessoas em razão também da demora no trato do ambiente contaminado.

> N: Faz quatro anos que deram entrada na indenização e ainda não receberam. Como ia sobreviver nesse tempo se não continuasse pescando, para vender e pra comer? Se tivesse outra direção pra ir, não tinha necessidade de se contaminar ou contaminar o próximo. Mesmo sabendo que não pode, a necessidade é muito grande.FGV_ILD_070

> D: Aumento da contaminação pela demora da Renova e da reparação.FGV_ILD_070

Merece especial atenção no trato sobre a demora para endereçamento das demandas indenizatórias dos atingidos, o fato de que o processo indenizatório não foi aberto nas comunidades quilombolas em tempo hábil para inscrição, conforme narram as populações participantes das oficinas. Mesmo sendo em sua maioria comunidades pesqueiras, ao que consta das narrativas, as comunidades quilombolas não foram consideradas enquanto tal para inserção no processo indenizatório. Não bastasse, aquelas que foram cadastradas, quando foram, ainda não foram contempladas pelas indenizações, que por sua vez ficam também aquém do valor que as comunidades julgam adequado para ressarcir os danos sofridos. Ou seja, quando pagam, as indenizações têm valores a seguir dos danos sofridos.

> N: Em Morro da Onça os pescadores profissionais conseguiram se cadastrar, mas ninguém recebeu ainda essas indenizações. Mas nas comunidades a gente não teve ação nenhuma, nem da Renova, nem do município, meio de informação nenhum para as comunidades quilombolas.FGV_ILD_070

> D: Todas as comunidades quilombolas são atingidas e são pesqueiras. Não abriram o processo indenizatório pra gente.FGV_ILD_070

> N: Está demorando muito a reparação! É uma migalha que estão dando ao povo, e mesmo só isso não vem. Peixe contaminado, água contaminada, então porque que eles, essa empresa, tirou toda nossa riqueza e agora dá R$ 94.000,00, que vira menos com o que vai pros advogados? É pouco, deveria continuar reparando até as próximas gerações. E eu como agricultora e artesã, deveria receber pelas duas profissões, e só vai vir por uma.FGV_ILD_070

> D: Está demorando muito e é uma migalha o que estão dando para o povo.FGV_ILD_070

> D: Não pode ser só uma indenização, tem que ser uma reparação de danos mesmo.FGV_ILD_070

> D: Vem a indenização, mas o impacto vai continuar.FGV_ILD_070

> N: "A fala de uma contempla a história de todas." Em relação à situação de como nós fomos reparados, eu acredito que pelo menos aqui, dentro da nossa comunidade, ninguém ainda foi contemplado. O único tio que foi contemplado mora em Santana, porque ele é artesão.FGV_ILD_076

> D: Ninguém da minha comunidade foi indenizado ainda.FGV_ILD_076

Conforme se extrai das narrativas, as comunidades reivindicam seu direito à indenização, mas manifestam um entendimento em relação à insuficiência da indenização tão somente para se alcançar uma reparação efetivamente integral. Nesse sentido, narrativas e danos dão conta da necessidade de uma política reparatória que considere soluções satisfatórias nos mais variados níveis, com políticas indenizatórias, mas também políticas públicas variadas nas áreas de saúde, de extensão e desenvolvimento rural, para o tratamento da contaminação ambiental etc.

> N: [...] A gente não vê política para a saúde das pessoas impactadas, a Fundação Renova só vem com proposta de indenização, mas não tem proposta para [melhorar] a qualidade de vida do povo [...].FGV_ILD_070

> D: Não vejo política pública nenhuma voltada para a saúde dos atingidos.FGV_ILD_070

> N: Eu entrei com o processo na Renova com dano à agricultura, turismo e como pescador de barranco, e eles só consideraram uma ocupação, então faltou. E o impacto é geral, porque as vezes a gente pesca, as vezes compra da mão dos pescadores. Os estudos apontam que o pescado vai ficar contaminado para as futuras gerações, e infelizmente a Renova e a Samarco só estão olhando hoje. Precisamos de uma reparação que olhe para o coletivo e também para as gerações futuras.FGV_ILD_070

> D: Essa poluição vai atingir a população futura, eles tem que ficar pagando por isso.FGV_ILD_070

> D: Não pode ser só uma indenização, tem que ser uma reparação de danos mesmo.FGV_ILD_070

> D: Vem a indenização, mas o impacto vai continuar.FGV_ILD_070

> N: Nós tínhamos que ter um plano de saúde do bom e a família em si tinha que ficar, além dessa tal de indenização, que pra mim é uma

> vergonha, esses 74 mil reais que chega na mão da pessoa, mas eles tinham por obrigação de fazer um plano de saúde para as pessoas e ficar aí dando o seu salário para as pessoas atingidas, a perder de vista.[FGV_ILD_076]
>
> D: As empresas deveriam pagar um plano de saúde para toda a população atingida.[FGV_ILD_076]
>
> N: Porque sinceramente, uma grande empresa como eu já disso antes vem pro Brasil, leva toda a nossa riqueza, acaba com o brasileiro, acontece a tragédia com uma irresponsabilidade, deixa todo mundo doente, como já comentamos antes. Se nós não falarmos, se pelo menos não entrar aí [relatório FGV], eles vão dizer que nós somos bobos, que nós somos pessoas da roça, que ficou contente com 70, 80 mil. Não, eles têm que saber que nós não somos bobos não, nós vamos reivindicar o direito que a gente tem e que nunca vai pagar o dano que a Vale, a Samarco e, enfim, fizeram, nunca vai ter uma reparação em cima do povo, da saúde do povo, não vai ter. Nós tínhamos que ter um seguro, porque a mente nossa está doente sim.[FGV_ILD_076]
>
> D: As empresas deveriam pagar um plano de saúde para toda a população atingida.[FGV_ILD_076]
>
> D: Temos muitos danos, e estão oferecendo uma migalha só pra gente.[FGV_ILD_076]

Durante as interações com a equipe da FGV, as comunidades atingidas do Sapê do Norte, expõem também a falta de acesso a serviços essenciais, devido à morosidade ou ineficácia dos programas reparatórios. Exemplo disso é o aumento de gastos que as comunidades percebem pela inviabilidade de manutenção de sua produção pesqueira, em virtude da contaminação da água. Dão conta da perda de serviços ecossistêmicos essenciais, que levam ao desaparecimento de insumos aos quais sempre tiveram acesso, como o pescado.

> N: Eu também moro em comunidade quilombola, e a maioria dos moradores são pescadores, alguns de carteirinha [RGP], outros não, que pescavam pra comer e completar um dinheirinho. E os peixes acabaram. E nós não tivemos ajuda nenhuma, nunca fomos procurados. Ficamos sabendo pela TV, internet, quando aconteceu, mas muita gente não acreditava que o impacto chegaria aqui. Foi chegando devagar, quem vivia do pescado teve que procurar outros meios de viver, e o custo de vida ficou mais caro. Agora temos que comprar a carne no lugar do peixe, nosso custo de vida ficou maior.[FGV_ILD_070]
>
> D: Não avisaram que o peixe ia sumir, que tá contaminado.[FGV_ILD_070]

Ressalte-se que mais uma vez a importância de considerar os danos sofridos por comunidades quilombolas enquanto inseridos em um contexto histórico. Na narrativa e dano acima, por exemplo, as comunidades do Sapê do Norte expressam a

impossibilidade de manutenção de seus modos de vida, de sua relação particular com os serviços essenciais oriundos da troca com a natureza, compreendendo esses danos como pertencentes ao contexto de exploração econômica da Samarco, como se inerente a este modelo de exploração a própria inviabilização de outros modelos.

3.2.2.9.3 Abuso da garantia de participação efetiva no Processo de reparação e remediação

Este dano socioeconômico está relacionado à ausência ou insuficiência de participação adequada da pessoa atingida em todas as fases do ciclo do desastre. A ausência de participação se manifesta em casos em que as pessoas atingidas não são ouvidas, não têm acesso humanizado aos canais de atendimento, e não conseguem influenciar o processo de reparação, fazendo com que a reparação que lhes é entregue não atenda aos anseios e expectativas.

As pessoas atingidas reclamaram sobre a insuficiência na participação em todo processo de reparação, do reconhecimento do território das comunidades quilombolas do Sapê do Norte como área atingida pelo desastre, passando pelas primeiras inserções da Fundação Renova nos territórios em reuniões e chegando a temas mais recentes, como o encerramento de inscrições no sistema Novel.

De acordo com as narrativas, as comunidades do Sapê do Norte compreendem que a efetiva participação das pessoas atingidas acontece somente mediante a representação legítima dessas populações tanto no desenho como na operacionalização dos programas de reparação endereçados ao desastre. Conforme relatado, nunca houve, por parte da Fundação Renova, estímulo ao envolvimento das pessoas atingidas nesses processos, ao contrário, relatam dificuldades colocadas como a realização de reuniões fora do horário em que as pessoas poderiam participar, demora no reconhecimento do Município de Conceição da Barra como atingido etc.

> N: Todos os quilombolas foram atingidos sim. São comunidades pesqueiras, e agora dizer que o portal está fechado, que não dá para cadastrar, temos que dar um jeito de abrir esse portal pro coletivo que ficou fora. Porque até então fizeram reuniões em 2017 mas não passava nas comunidades quilombolas avisando que iam ter as comissões, convidar para as reuniões da Renova. Não falavam do rompimento da barragem, que [as reuniões] eram [para] os atingidos da Samarco. Para as pessoas que moram nos quilombos era difícil ir, porque as reuniões eram a noite, e eles não passavam avisando, dizendo para que era a reunião, não diziam que os nossos rios foram atingidos por essa lama, que a situação ia ficar difícil, que os peixes iam sumir. Eu fui em duas reuniões, e não tinha gente dos quilombos lá [...].FGV_ILD_070

> D: Todas as reuniões eram feitas à noite, e à noite a gente não consegue participar.FGV_ILD_070

> N: [...] Aí teve essa reunião, disseram que podia ligar no 0800 pra Renova, iam perguntar um monte de coisas, falar o nome de todos os peixes que tem no rio, no mar. E aí os pescadores não tem dificuldade de falar, as pescadoras de barranco que ia no rio também não tem dificuldade de falar. Mas para outros é uma dificuldade. No quilombo do Negro Rugério tem muito marisqueiro, e acabou tudo! Eu sou revoltada por ter fechado a plataforma [cadastro].FGV_ILD_070

> D: Todas as comunidades quilombolas são atingidas e são pesqueiras. Não abriram o processo indenizatório pra gente.FGV_ILD_070

> N: [...] Tem muita gente que não se cadastrou, e estão sofrendo danos com esse desastre. Não acabou o processo. A Vale, todas as empresas envolvidas, responsáveis, tem um século tirando riqueza daqui, levando para o exterior, e agora? Acabou com nosso rio, nosso peixe, tá tudo contaminado, secou nossas plantações, então se tem séculos que eles tiram nossa riqueza de nós, porque agora tem dia certo pra ter finalizado a inscrição [no cadastro] e não pode fazer mais? Tá errado! Tem que ficar aberto pras pessoas atingidas fazerem essa inscrição e receberem, mesmo que não resolva tudo. Porque a exploração vem de muitos anos. Tem que ficar aberto até o nosso povo escravizado, nós ficarmos sabendo que eles vão lá se cadastrar também, porque temos o verdadeiro direito.FGV_ILD_070

> D: A exploração não vem de agora, vem de muitos anos, e agora vem dizer que fechou a reparação?FGV_ILD_070

Outra vez as comunidades oferecem uma perspectiva que considera os danos sofridos por comunidades quilombolas enquanto inseridos em um contexto histórico. Das narrativas e danos acima, percebe-se uma manifestação que dá conta do desequilíbrio entre a exploração por parte das empresas envolvidas no desastre, que se perpetua historicamente, atingindo comunidades tradicionais como as do Sapê do Norte há muitos anos, enquanto os processos de reparação promovidos por essas empresas têm curta duração e acabam em prazo intempestivo para essas mesmas comunidades.

3.2.2.9.4 Abuso do direito de igualdade e não discriminação no processo de remediação e reparação

Esta seção trata de dano socioeconômico relacionado à percepção dos atingidos de que houve um tratamento não igualitário e discriminatório no âmbito das ações reparatórias, seja no âmbito de medidas de resposta (com ênfase ao AFE), seja nas ações de recuperação, reconstrução e reabilitação e, ainda, no âmbito do cadastro, que fornece subsídios para todos os programas socioeconômicos.

As narrativas e danos enunciados aqui apontam para questões importantes quanto ao tratamento de processos que estejam alinhados as especificidades locais e direitos constituídos, tendo em vista que as comunidades atingidas no Sapê do Norte possuem modo de vida tradicional e o tratamento de lugar comum viola direitos e não oportuniza a reparação em um processo em condição justa a sua identidade.

Nesse sentido, e de encontro com o art. 3º da Constituição Federal de 1988, que em seu inciso IV determina como objetivo da República Federativa "promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", comunidades quilombolas têm direito a um processo reparatório que considere suas especificidades e contexto socioculturais. Porém, pelo que se abstrai das narrativas, essas especificidades não somente foram desconsideradas, como nem mesmo um processo indenizatório, de qualquer tipo, foi oportunizado às comunidades quilombolas em tempo, o que evidencia a discriminação deste grupo social no que diz respeito ao direito de acesso à reparação[101].

As narrativas e danos enunciados expressam também discriminações em relação a pescadores de fato, já fartamente trabalhadas em material produzido pela FGV no âmbito do desastre do rompimento da Barragem de Fundão (FGV, 2020b), assim como discriminação de agricultores, que acabam por receber um valor padronizado dentro do sistema Novel, que além de incoerente com a realidade de suas perdas, é inferior ao de outras categorias de ofício tratadas pelo modelo reparatório escolhido pela 12ª Vara Federal.

> N: [...] Em Morro da Onça os pescadores profissionais conseguiram se cadastrar, mas ninguém recebeu ainda essas indenizações. Mas nas comunidades a gente não teve ação nenhuma, nem da Renova, nem do município, meio de informação nenhum para as comunidades quilombolas. E agora estamos tentando buscar nosso direito tardio. Essa é a grande dificuldade que as comunidades enfrentam. O nosso município, a Renova, falharam muito na informação, na divulgação para as comunidades tradicionais quilombolas. A comissão de atingidos nunca procurou as comunidades quilombolas [...].FGV_ILD_070
>
> D: Não teve informação nenhuma para as comunidades quilombolas.FGV_ILD_070

[101] No âmbito do Eixo Prioritário nº 10 do Processo 1003050-97.2020.4.01.3800, a comissão de atingidos remanescentes quilombolas de São Mateus e Conceição da Barra peticionou informando que não se considera representada pelas demais comissões e relata não ter tido oportunidade de participar dos processos de tomada de decisão sobre os rumos da reparação das comunidades. Requereu a implantação de uma assessoria técnica específica para atender as comunidades quilombolas de São Mateus e Conceição da Barra, assim como aconteceu com a comunidade quilombola de Degredo – Linhares (ES).

D: Todas as comunidades quilombolas são atingidas e são pesqueiras. Não abriram o processo indenizatório pra gente.[FGV_ILD_070]

N: Eu fiquei sabendo que o produtor rural, como ela, que foi só 48.000. Esse valor da Renova você viu que eu já falei que é migalha, não paga, mas ainda dizem que [...] produtor rural, agricultor, é 48.000. Quer dizer, que discriminação é essa? Precisa perguntar à companheira se isso está realmente acontecendo, porque é discriminação de mais.[FGV_ILD_076]

D: Houve discriminação com os agricultores nos valores de indenização.[FGV_ILD_076]

D: Temos muitos danos, e estão oferecendo uma migalha só pra gente.[FGV_ILD_076]

3.2.2.9.5 Agravamento da vulnerabilidade com o Processo de reparação e remediação

Esta seção apresenta danos socioeconômicos relacionados à acentuação de vulnerabilidades pelo processo de reparação em virtude da morosidade e ineficiência de sua execução, bem como em razão do tratamento dado às pessoas atingidas sem endereçar adequadamente fatores relacionados a gênero, raça, deficiência, entre outros marcadores sociais da diferença.

No tratamento sobre desastres, o escritório da ONU para redução de riscos de desastre (UNDRR, 2016) define vulnerabilidade como “as circunstâncias físicas, sociais, econômicas e ambientais de uma população, sistema ou ativo que aumentam a sua suscetibilidade aos impactos nocivos de um risco potencial”. Assim, o contexto social é determinante para a compreensão da vulnerabilidade, uma vez que pessoas e grupos em situação ou condição de vulnerabilidade são aquelas mais expostas a riscos e impactos adversos, por estarem submetidas a condições que reduzem as possibilidades de reação e proteção em caso de efetivação dos riscos em danos.

Nesse sentido, e conforme melhor abordado na introdução desta seção, é fato que a chegada da lama de rejeitos mudou abruptamente os modos de vida das comunidades do Sapê do Norte e lançou insegurança quanto a manutenção de direitos e costumes básicos, criando e/ou agravando situações de vulnerabilidade. De pronto, isso se percebe quando da interrupção da possibilidade de usufruto e apropriação dos recursos naturais na forma e exercício de sua tradicionalidade. Narrativas e danos enunciados relatam, por exemplo, a necessidade de continuar pescando, mesmo sabendo da contaminação dos rios e pescado, em razão da falta de alternativas para manutenção

material com a demora imprimida pelo processo reparatório para indenizar as vítimas e criar condições alternativas.

> N: Faz quatro anos que deram entrada na indenização e ainda não receberam. Como ia sobreviver nesse tempo se não continuasse pescando, para vender e pra comer? Se tivesse outra direção pra ir, não tinha necessidade de se contaminar ou contaminar o próximo. Mesmo sabendo que não pode, a necessidade é muito grande.FGV_ILD_070

> D: Aumento da contaminação pela demora da Renova e da reparação.FGV_ILD_070

> N: [...] Essa barragem acabou com as feiras, não tinha mais saída, não compensava mais ir. [À feira] Era para dar visibilidade à produção orgânica da região. E a questão da água, faz muito tempo que lutamos pelo acesso à água. Não tem água para produção, água potável para consumo. Hoje a comunidade vive da agricultura e quando a gente vai ter acesso a água pela irrigação de um rio, de um córrego, a gente não pode, porque não sabe qual a poluição que tem ali [...].FGV_ILD_069

> D: Precisamos que os responsáveis pelo desastre façam algo para retomar o meio ambiente.FGV_ILD_069

Outra situação expressa em narrativas e danos diz respeito a trabalhadores informais, expostos a condições de trabalhos precárias, sem respaldo de políticas econômicas e sociais em caso de impossibilidade de trabalhar, que têm esta condição acentuada pelo processo reparatório quando este só reconhece trabalhadores formais, ou cria empecilhos para o reconhecimento de informais. Um caso notório é dos pescadores informais, sujeitados à vulnerabilização do processo indenizatório que dificulta o acesso ao seu direito de reparação.

> N: [...] Quando chegou, passado uns meses, participamos de uma reunião em Vitória, com o pessoal de Aracruz, de São Mateus, e depois de outro encontro, que tinha gente de Degredo, todos contando as histórias, o que estava acontecendo nas comunidades deles, e aí chegou um dia que recebi uma ligação, e veio um convite para participar de uma reunião com jurídico da Renova que ia vir para Conceição da Barra. Aí estava promotor, procurador, e falaram sobre a Fundação Renova. Só que senti que era só para pescador, que era [para quem é] formal, com documento, achei que não ia servir para nós. A menina que eu pegava peixe na mão dela, disse que eles queriam fazer o cadastro só dos maridos, e aí foi um debate. [...].FGV_ILD_069

> D: As informações não eram claras e passavam que só o pescador teria sido afetado e teria direito.FGV_ILD_069

A exigência de formalidade se denota também em outras formas, como na exigência da contratação de advogados para acessar o sistema Novel de indenização, condição que

dificulta o acesso de populações mais vulneráveis ao seu direito, ao impô-las à necessidade de contratação de profissionais com os quais não têm familiaridade, por um preço que as onera no recebimento de valores que de seu direito. A obrigação aumenta a insegurança das comunidades com relação ao processo de reparação.

> N: [...] Minha grande preocupação é que nos nossos quilombos do Sapê do Norte, está havendo grande invasão de pessoas que estão vendo forma de ganhar dinheiro em cima de nosso povo, advogados que chegam falando que vão buscar indenização, mas isso não está sendo viável, porque o juiz mandou fechar a portaria [o cadastro]. Então a gente vê que grandes oportunistas estão chegando no nosso território. Vocês têm que vir fazer o levantamento aqui, porque se a gente for ter direito de receber indenização, ótimo, mas o impacto vai continuar nas comunidades. [...].FGV_ILD_070
>
> D: Há uma invasão de advogados que veem uma forma de ganhar dinheiro com nosso povo.FGV_ILD_070

Existem ainda narrativas e danos que manifestam de forma elucidativa a questão da vulnerabilidade, ao fazerem um apanhado histórico da relação de comunidades tradicionais com grandes empresas cuja atividade econômica remete à exploração de recursos naturais, além de causarem desastres como o do rompimento da Barragem de Fundão. Os relatos explicitam como essa relação exploratória dá causa à vulnerabilização histórica das comunidades, o que se acentua com um processo de reparação insatisfatório.

> N: Quando eu perdi meu pai, foi o dia que eu fiz nove anos. E fui logo para luta, para trabalhar, para ajudar na alimentação de casa. Nesse rio Cricaré, eu conheço ele de ponta a ponta. Nós pescávamos, pegávamos peixe, pegávamos siri, há muitos anos tinha muito um peixe chamado miroró. Nós íamos pescar com aquela animação, víamos os canoeiros pescando, e nós trocávamos com os cargueiros. Eram os cavalos que desciam com comida, farinha, lenha, passavam vendendo. Como meu pai era rezador, passavam alguns senhores, e mamãe falava “minhas filhas estão pescando”. E aí quando a gente voltava, trocávamos [peixe por outros produtos] com eles. Não vendíamos, mas vivíamos muito dessas trocas. O povo tinha sua lavoura. Hoje não tem mais. [...].FGV_ILD_070
>
> D: A Samarco está acabando com o povo brasileiro.FGV_ILD_070
>
> N: [...] A Vale, todas as empresas envolvidas, responsáveis, tem um século tirando riqueza daqui, levando para o exterior, e agora? Acabou com nosso rio, nosso peixe, tá tudo contaminado, secou nossas plantações, então se tem séculos que eles tiram nossa riqueza de nós, porque agora tem dia certo pra ter finalizado a inscrição [no cadastro] e não pode fazer mais? Tá errado! Tem que ficar aberto pras pessoas atingidas fazerem essa inscrição e receberem, mesmo que não resolva tudo. Porque a exploração vem de muitos anos. Tem que ficar aberto até o nosso povo escravizado, nós ficarmos sabendo que eles vão lá se cadastrar também, porque temos o verdadeiro direito.FGV_ILD_070

> D: Todas as empresas responsáveis pelo desastre têm séculos tirando riqueza do nosso Brasil e não reparam pelos danos causados.[FGV_ILD_070]

3.2.2.9.6 Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação

Tratar-se-á, nesta seção, de dano socioeconômico decorrente dos obstáculos enfrentados pelas pessoas atingidas no acesso à reparação, a exemplo de exigências documentais e comprobatórias não condizentes com a realidade sociocultural dos atingidos e critérios de elegibilidade indevidos.

Em toda a bacia do Rio Doce constam relatos que afirmam que o processo de reparação em curso institui procedimentos burocráticos e exigências documentais que impossibilitam o acesso de muitos atingidos e atingidas aos programas de reparação. Exemplo disso é a oferta de documentos sem a devida explicação, e que não transmitem segurança para as comunidades:

> N: [...] Tem muita gente que não se cadastrou, e estão sofrendo danos com esse desastre. Não acabou o processo. A Vale, todas as empresas envolvidas, responsáveis, tem um século tirando riqueza daqui, levando para o exterior, e agora? Acabou com nosso rio, nosso peixe, tá tudo contaminado, secou nossas plantações, então se tem séculos que eles tiram nossa riqueza de nós, porque agora tem dia certo pra ter finalizado a inscrição [no cadastro] e não pode fazer mais? Tá errado! Tem que ficar aberto pras pessoas atingidas fazerem essa inscrição e receberem, mesmo que não resolva tudo. Porque a exploração vem de muitos anos. Tem que ficar aberto até o nosso povo escravizado, nós ficarmos sabendo que eles vão lá se cadastrar também, porque temos o verdadeiro direito.[FGV_ILD_070]

> D: A exploração não vem de agora, vem de muitos anos, e agora vem dizer que fechou a reparação?[FGV_ILD_070]

> N: Eu não estou participando desse processo, nossa família não fez esse cadastro, porque a gente achou uma indignação, porque, primeiro, a gente recebeu aqui um papel só escrito para vocês colocar seu nome, CPF e o nº de seu telefone. Eu tenho esse papel até hoje aqui. Eu guardei ele aqui. Parece que foi enviado pelos advogados. Como é que a gente vai assinar um papel, colocar seu nome, seu documento, se não tem uma indicação no começo da folha do porquê que você está fazendo aquilo? E não teve uma reunião antes, já chegou fazendo esse cadastro. Fazendo o cadastro não, assinando essa lista.[FGV_ILD_076]

> D: Temos muita falta de informação sobre o processo de reparação.[FGV_ILD_076]

Contribuem também para o cenário de barreiras para o acesso ao processo de reparação a falta de informação sobre prazos, que surpreendem as comunidades

atingidas inclusive após o seu encerramento, sintoma de uma comunicação mal realizada, conforme relatam as comunidades. As populações do Sapê do Norte enfrentam ainda obstáculos criados pela Fundação Renova para atender a comunidades quilombolas, além de criarem barreiras e custos para o seu direito de acesso à justiça quando da exigência de advogados para acessarem de seus direitos, o que também denunciam se dar de maneira pouco elucidativa.

> N: Nós não fomos avisados que foi até o dia 30. Agora, eu fiquei sabendo porque eu vivo só em reunião aqui. Agora, o que acontece? Vem um pessoal sem internet, é ruim de comunicação, eles não colocam mesmo um aviso desse. Não coloca de jeito nenhum; agora colocou isso como obstáculo [já ter ligado alguma vez para a Renova]. Os que ligaram, precisa procurar o advogado.FGV_ILD_076

> D: Temos muita falta de informação sobre o processo de reparação.FGV_ILD_076

> N: Se teve alguém dos quilombolas que ligou para a Renova, eles não aceitam. Só para aqueles mesmos que estavam lá e que nunca ligou para a Renova. Não tem que ligar de novo para a Renova não, tem que conversar com os advogados que os quilombolas têm, uns 3, e eles, os advogados, fazer o pleito deles.FGV_ILD_076

> D: Temos muita falta de informação sobre o processo de reparação.FGV_ILD_076

Outra reclamação recorrente quanto às dificuldades de acesso aos processos de reparação diz respeito aos critérios de elegibilidade. Um exemplo que se espalha por toda a bacia, já citado na seção anterior, é a restrição que outrora fora estabelecida pela Fundação Renova de só reconhecer enquanto atingidos os pescadores formalizados. Desta forma, ainda que possuam longo histórico na pesca, as comunidades quilombolas do Sapê do Norte foram excluídas do processo reparatório, primeiro porque este desconsiderou o direito dessas populações de serem tratadas conforme suas especificidades culturais, mas também porque ignorou o fato de se tratarem também de comunidades tradicionalmente pesqueiras.

> N: [...] Quando chegou, passado uns meses, participamos de uma reunião em Vitória, com o pessoal de Aracruz, de São Mateus, e depois de outro encontro, que tinha gente de Degredo, todos contando as histórias, o que estava acontecendo nas comunidades deles, e aí chegou um dia que recebi uma ligação, e veio um convite para participar de uma reunião com jurídico da Renova que ia vir para Conceição da Barra. Aí estava promotor, procurador, e falaram sobre a Fundação Renova. Só que senti que era só para pescador, que era [para quem é] formal, com documento, achei que não ia servir para nós. [...].FGV_ILD_069

> D: As informações não eram claras e passavam que só o pescador teria sido afetado e teria direito.[FGV_ILD_069]

> N: [...] Em 2016 saiu um estudo que realmente toda costa do Espírito Santo até Abrolhos seria atingida pelo rejeito do minério, mas até aí se falava em cadastro para os pescadores. Em Morro da Onça os pescadores profissionais conseguiram se cadastrar, mas ninguém recebeu ainda essas indenizações. Mas nas comunidades a gente não teve ação nenhuma, nem da Renova, nem do município, meio de informação nenhum para as comunidades quilombolas. [...].[FGV_ILD_070]

> D: Todas as comunidades quilombolas são atingidas e são pesqueiras. Não abriram o processo indenizatório pra gente.[FGV_ILD_070]

> N: Todos os quilombolas foram atingidos sim. São comunidades pesqueiras, e agora dizer que o portal está fechado, que não dá para cadastrar, temos que dar um jeito de abrir esse portal pro coletivo que ficou fora. Porque até então fizeram reuniões em 2017 mas não passava nas comunidades quilombolas avisando que iam ter as comissões, convidar para as reuniões da Renova. Não falavam do rompimento da barragem, que [as reuniões] eram [para] os atingidos da Samarco. [...].[FGV_ILD_070]

> D: A Renova fez reuniões mas não passava nas comunidades quilombolas avisando.[FGV_ILD_070]

Importa lembrar que a luta dos atingidos e atingidas por instrumentos mais adequados à realidade do modo de vida das comunidades gerou a iniciativa de um projeto piloto intitulado “Pescador de Fato”, realizado em Regência e Povoação/Linhares (ES) e Conselheiro Pena (MG), com propósito de aprimoramento do processo indenizatório e de inclusão para pescadores e pescadoras que compõe a cadeia da pesca. Contudo, no decorrer do projeto-piloto houve diversas inadequações, tanto no que diz respeito ao seu próprio escopo quanto a sua execução, verificando-se, ainda, mudanças realizadas ao longo do tempo que afastaram o projeto de seus objetivos (FGV, 2020b). Essa experiência marcou as comunidades negativamente, com frustração das expectativas e também com geração de conflitos.

Outra barreira estabelecida pelos critérios de elegibilidade definidos pelas empresas e pela Fundação Renova a uma justa reparação à população atingida do Litoral Norte do Espírito Santo é o fato dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus sofrerem com as tentativas de exclusão do reconhecimento como municípios atingidos. Apesar da Deliberação n° 58[102] do Comitê Interfederativo (CIF) estipular que a Região

[102] A Deliberação nº 58/2017 foi publicada pelo CIF durante sua 12ª reunião ordinária, em 31 de março de 2017, e determina que as áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas pelo rompimento da Barragem de Fundão sejam compreendidas como as comunidades localizadas a partir de Nova Almeida até Conceição da Barra. A Deliberação nº 58/2017 do CIF apresenta

Estuarina, Costeira e Marítima do Espírito Santo deve ser reconhecida como atingida pela Fundação Renova e, portanto, receber aporte de todos os seus 42 programas em curso de reparação, e mesmo com decisão do juízo responsável pelo caso Samarco afirmando que a região é atingida (FGV 2021d), a Fundação Renova insiste em criar questões para o reconhecimento da região. Tal questão se torna uma clara barreira à busca de uma reparação integral dos danos sofridos pela população do litoral Norte do Espírito Santo. Diante desse contexto, comunidades quilombolas como a comunidade de Cochi não foram inseridas como elegíveis para ingresso no sistema reparatório pela Fundação Renova.

> N: Depois que eu fui entender que como eu coloquei o endereço de onde eu morava, na comunidade quilombola do Cochi, no sistema da Renova não tem o Cochi. Tem São Domingos, tem Roda d'Água, tem Itaúnas, tem Barreiras, tem Meleiras, tem todos os outros, menos Cochi. Então, automaticamente eles deduziram que Cochi não existe, entendeu? [como um local atingido pelo rompimento da barragem]. Então não fizeram uma pesquisa para saber onde era o território, simplesmente foram lá e indeferiram.FGV_ILD_076
>
> D: A Renova não reconhece minha comunidade como atingida (Cochi), mesmo tendo sofrido danos.FGV_ILD_076
>
> N: Eu liguei para lá e perguntei o porquê, mas eles só falam que o endereço mencionado, de acordo com os estudos deles, não foi atingido. Só que aí, quando chegou agora dia 10 [setembro de 2021], desde de novembro de 2019... eu recebi uma carta dizendo que, de acordo com a demanda lá do juiz da 12ª Vara, que entrou lá, foi aprovado. No sistema deles eu não tinha aderido à nova indenização, então eu teria que me qualificar como agropecuária para consumo ou pesca. Então assim, depois de tanto tempo que eles foram detectar que o local que eu moro faz parte de um território e que aqui é agricultura. Então agora que eu estou tendo que voltar para o advogado, para ele refazer o requerimento, ou até mesmo eu conseguir entrar no requerimento, porque até então eu não consegui ainda. [...].FGV_ILD_076
>
> D: A Renova não reconhece minha comunidade como atingida (Cochi), mesmo tendo sofrido danos.FGV_ILD_076
>
> N: [...] Eu peguei e dei entrada em 2019, e como eu entrei como feirante e como ambulante, eu entrei pelo PIM, então eu fui indeferida, porque falaram que, de acordo com o estudo que fizeram, o diagnóstico que fizeram no município, eu não fui atingida, o meu território não foi atingido. [...].FGV_ILD_076
>
> D: A Renova não reconhece minha comunidade como atingida (Cochi), mesmo tendo sofrido danos.FGV_ILD_076

uma lista exemplificativa não exaustiva, não descartando a possibilidade de identificação de impactos ambientais e socioeconômicos em outras comunidades no futuro (FGV, 2021d).

3.2.2.9.7 Diminuição da segurança pessoal decorrente do Processo de reparação e remediação

Esta seção trabalha com dano socioeconômico relacionado à maior exposição das comunidades atingidas a riscos face ao desenvolvimento de ações derivadas do processo reparatório, promovendo insegurança para os moradores e alterações nas rotinas locais.

Ao longo das oficinas as narrativas e danos identificaram questões inerentes à diminuição da segurança pessoal, como a insegurança advinda da exposição das pessoas que receberam a indenização. Além de informar publicamente quem está de posse de quantia financeira oriunda do processo indenizatório, em um contexto no qual a maioria das pessoas atingidas ainda não recebeu sua indenização, a exposição fomenta conflitos comunitários e familiares, além da própria fragmentação da mobilização comunitária, conforme melhor trabalhado na dimensão temática Redes de relações sociais.

> N: Por viver rodeado de eucalipto, a gente acaba correndo risco de vida no caso dessas situações também. Então eu acho que todas as pautas foram bem faladas, mas a segurança também a Samarco tinha que nos dar essa segurança também, para as pessoas que foram beneficiadas [e recebem o dinheiro da indenização e se sentem inseguras, ameaçadas por outras pessoas]. Na verdade, companheiras, tinha que ter um sigilo, né? Tinha que ser só entre o advogado e o cliente, mas eles jogam na rede [divulgam a lista dos contemplados pelas indenizações] e aí vai nos grupos, aquela relação de todas as pessoas.FGV_ILD_076

> D: A divulgação das listas com o nome das pessoas indenizadas diminui a segurança pessoal das pessoas. Tinha que ter sigilo.FGV_ILD_076

> N: Uma coisa que nós deixamos de complementar, ou acrescentar, é a segurança também. A segurança que a Samarco está deixando todas as pessoas que estão sendo beneficiadas, eles não estão tendo segurança no momento que ela revela publicamente a lista dos beneficiados. Então isso aí está deixando também... não sei se entra em saúde ou segurança de vida. Porque antes mesmo daquela pessoa pegar o dinheiro, acaba o nome dela saindo na lista e acabam umas pessoas mandando mensagem.FGV_ILD_076

> D: A divulgação das listas com o nome das pessoas indenizadas diminui a segurança pessoal das pessoas. Tinha que ter sigilo.FGV_ILD_076

Nota-se nas narrativas e danos que as próprias pessoas atingidas indicam soluções possíveis para o problema da exposição, qual seja, o sigilo e confidencialidade com relação às pessoas e quantias recebidas em razão da indenização.

3.2.2.9.8 Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação

Esta seção aborda dano socioeconômico relativo ao dispêndio de tempo útil e/ou produtivo e com o depósito de parte excessiva do tempo cotidiano em reuniões, com a busca por informações, preenchimento de fichas, cadastros e formulários, no levantamento de documentos, em ligações para Fundação Renova, em contatos com a ouvidoria (etc.) sem que, com isso, tenham tido êxito da resolução da demanda de forma adequada no contexto extrajudicial.

Narrativas e danos enunciados nesta seção explicitam o quanto o processo de reparação exige um enorme dispêndio de tempo, energia e saúde pelas pessoas atingidas para a aquisição de seus devidos diretos. Assim, as mesmas pessoas que tiveram suas vidas prejudicadas por um desastre do qual não têm nenhuma responsabilidade, precisam agora se desdobrar para conseguir alguma reparação. O que se observa, portanto, é uma inversão de papéis, e a responsabilidade pela reparação, ao invés de permanecer sob a égide das empresas causadoras do desastre e da Fundação Renova, parece passar aos atingidos, que manifestam estarem cansados de brigarem por ela.

Exemplo disso são as idas e vindas dentro do mesmo processo reparatório, que ora informa um caminho para quem o procura, ora informa outro. Esta falta de informação, além de gerar insegurança, acarreta em perda de tempo útil pelas pessoas atingidas, que se veem repetindo incessantemente as mesmas etapas de um processo, porém com roupagens diferentes.

> N: Eu liguei para lá e perguntei o porquê, mas eles só falam que o endereço mencionado, de acordo com os estudos deles, não foi atingido. Só que aí, quando chegou agora dia 10 [setembro de 2021], desde de novembro de 2019. Eu recebi uma carta dizendo que, de acordo com a demanda lá do juiz da 12ª Vara, que entrou lá, foi aprovado. No sistema deles eu não tinha aderido à nova indenização, então eu teria que me qualificar como agropecuária para consumo ou pesca. Então assim, depois de tanto tempo que eles foram detectar que o local que eu moro faz parte de um território e que aqui é agricultura. Então agora que eu estou tendo que voltar para o advogado, para ele refazer o requerimento, ou até mesmo eu conseguir entrar no requerimento, porque até então eu não consegui ainda.FGV_ILD_076

> D: Temos muita falta de informação sobre o processo de reparação.FGV_ILD_076

Importante considerar a situação inserida no tempo, uma vez que já se passaram mais de seis anos do desastre, portanto, são seis anos em busca de um processo de reparação em condições justas e adequadas à reconstrução dos modos de vida das comunidades atingidas, o que ajuda a dar contornos ao cansaço, desânimo e impotência relatados pelas pessoas atingidas. As narrativas revelam investimento alto de tempo útil para participar do processo reparatório, participando de reuniões, por exemplo, *versus* o baixo retorno em ações e soluções por parte da Fundação Renova e empresas causadoras do desastre.

> N: E aí, eu participei da conversa deles lá, da audiência lá, depois foi no CRAS de Santana [...] Só que eu não dei continuidade de participar porque... acho que era [cita o nome] o nome do rapaz, ele pegou meus documentos, sempre ligada pra mim querendo marcar reunião na comunidade. Só que ele estava com dificuldade, porque era muita reunião que eles estavam fazendo [...].FGV_ILD_076

> D: Temos muita falta de informação sobre o processo de reparação.FGV_ILD_076

O desgaste emocional relatado pelas pessoas atingidas, oriundo de tamanho empenho de energia e dedicação de tempo em busca da reparação justa, acaba por criar condições para situações críticas para a saúde mental dessas pessoas. Nesse sentido, as narrativas e danos enunciados a seguir demonstram o aumento de riscos aos quais as comunidades são expostas com um processo reparatório que as demanda em tempo e pouco oferece em resultado:

> N: A lama ataca o psicológico da pessoa, né? E esse ingressamento que a pessoa passa... que o grupo de advogados, a comissão quilombola... as pessoas estão tentando e não é só no município de Conceição da Barra, tentando se ingressar na plataforma, e isso também é um desgaste mental. Tanto quem tá na organização ali de frente, quando as outras pessoas que estão torcendo pra que tudo dê certo.FGV_ILD_076

> D: A insegurança e ansiedade em relação à indenização e reconhecimento enquanto atingido afeta a saúde mental.FGV_ILD_076

> N: Eu acompanho a pessoa e eu vejo que a pessoa fica com a mente meia perturbada nessa questão aí: poxa, eu fiz o cadastro, ajuntei documento, arrumei isso, ajeitei aquilo, todo mundo recebeu e agora o meu não deu certo? Está correndo atrás de outro advogado, então isso tudo é um estresse na vida de uma pessoa.FGV_ILD_076

> D: A insegurança e ansiedade em relação à indenização e reconhecimento enquanto atingido afeta a saúde mental.FGV_ILD_076

3.2.2.9.9 Desrespeito ao autogoverno e às especificidades das comunidades no Processo de reparação e remediação

Este dano socioeconômico está relacionado à inobservância e não consideração no processo de reparação, por parte das instituições envolvidas, das regras sociais e políticas próprias das comunidades indígenas e tradicionais, bem como de sua territorialidade, saberes, crenças e autodeterminação.

No caso das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, cumpre destacar que o papel particular do processo reparatório no que diz respeito aos seus modos de vida e característica de tradicionalidade. Há todo um arcabouço normativo constituído a partir de um processo histórico de luta, todos já bem explorados em outros pontos deste relatório, como na caracterização e na dimensão temática Autodeterminação, que garante o direito dessas comunidades à observância de características específicas de cada um dos povos, dentre as quais se garante respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade.

Portanto, o processo reparatório adequado às comunidades do Sapê do Norte deve respeitar às culturas, tradições e hábitos das comunidades do território, como medida de respeito aos laços culturais próprios desses povos. Nesse sentido, um dos aspectos que merece ser retomado ao se abordar comprometimentos o desrespeito ao autogoverno das comunidades do Sapê do Norte pode ser entendido a partir da previsão do Artigo 17 da Instrução Normativa nº 16 de 2004, emitida pelo INCRA, pela qual as terras intituladas como quilombolas são coletivas, como manifestação de um modo de vida propriamente coletivo. Nessa linha, importa perceber também como os danos sofridos por cada uma das famílias da comunidade são danos à toda a coletividade que ali vive, uma vez que há uma compreensão da coletividade do sentido de existência e do pertencimento comunitário.

Nesse sentido, anotam-se diversas narrativas e danos enunciados pelas populações locais que dão conta da necessidade de uma reparação coletiva voltada para as comunidades. Resta claro na análise das narrativas que as comunidades não negam a importância e necessidade das indenizações individuais, mas que apresentam um olhar próprio que vai de encontro ao seu direito de reparação integral, afirmando que esta indenização deve ser integrada em um processo reparatório mais amplo, que dê conta também da reparação coletiva voltada a todas as comunidades atingidas:

> N: [...] Falando da lama, o problema é sério. Nós comunidades quilombolas não podemos de forma nenhuma fazer um processo individual. A convenção 169 [da OIT] fala da coletividade, o decreto

> 4.887 também. Nós somos comunidades coletivas, então a indenização tem que ser com participação de toda comunidade, e tem que ser indenização para a comunidade, coletiva. Aqui estão tendo uns problemas muito sérios, porque entram advogados oportunistas, fazem cadastro dentro das comunidades quilombolas, a gente fica ressabiado de comprar essa briga porque sabe como é essa gente com dinheiro. Aí se vem o dinheiro entra droga, álcool, vai comprar carro. Precisamos trabalhar a conscientização do povo. Nós somos povos tradicionais.FGV_ILD_070

> D: Se vem o dinheiro individual as pessoas entram no álcool, droga, compra carro. Precisamos de conscientização.FGV_ILD_070

> D: Somos um povo tradicional e precisamos de uma reparação coletiva que considere isso.FGV_ILD_070

> N: No processo indenizatório da Samarco, muitos pescadores aqui fizeram esse processo individual para receber indenização, mas a maioria não conseguiu aderir a esse processo, porque falavam pra gente que só os pescadores foram atingidos. E só depois a gente foi descobrir que quem vivia do rio, mesmo que informal, poderia pedir também. Só que quando fomos buscar isso, a portaria da Renova já estava fechada, sete meses antes da gente procurar ela. A gente está buscando junto com os defensores a possibilidade de entrar com ação para poder a portaria [cadastro] da Renova ser aberta aos quilombolas. Nós somos comunidades tradicionais, temos que buscar a forma de reparação de dano coletiva. [...].FGV_ILD_070

> D: Não defendemos indenização individual. Nós somos uma comunidade coletiva.FGV_ILD_070

> D: Todas as comunidades quilombolas são atingidas e são pesqueiras. Não abriram o processo indenizatório pra gente.FGV_ILD_070

> D: Vem a indenização, mas o impacto vai continuar.FGV_ILD_070

Outra medida conduzida pela Fundação Renova que atenta quanto aos costumes sociais próprios das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, ferindo seu direito à autodeterminação, é a realização de reuniões em horários nos quais as pessoas das comunidades estão impossibilitadas de participarem, em razão de outras atividades próprias da sua rotina e territorialidade.

> N: Todos os quilombolas foram atingidos sim. São comunidades pesqueiras, e agora dizer que o portal está fechado, que não dá para cadastrar, temos que dar um jeito de abrir esse portal pro coletivo que ficou fora. Porque até então fizeram reuniões em 2017 mas não passava nas comunidades quilombolas avisando que iam ter as comissões, convidar para as reuniões da Renova. Não falavam do rompimento da barragem, que [as reuniões] eram [para] os atingidos da Samarco. Para as pessoas que moram nos quilombos era difícil ir, porque as reuniões eram a noite, e eles não passavam avisando, dizendo para que era a reunião, não diziam que os nossos rios foram atingidos por essa lama, que a situação ia ficar difícil, que os peixes

> iam sumir. Eu fui em duas reuniões, e não tinha gente dos quilombos lá. Tem muita gente que não se cadastrou, e estão sofrendo danos com esse desastre. Não acabou o processo. A Vale, todas as empresas envolvidas, responsáveis, tem um século tirando riqueza daqui, levando para o exterior, e agora? Acabou com nosso rio, nosso peixe, tá tudo contaminado, secou nossas plantações, então se tem séculos que eles tiram nossa riqueza de nós, porque agora tem dia certo pra ter finalizado a inscrição [no cadastro] e não pode fazer mais? Tá errado! Tem que ficar aberto pras pessoas atingidas fazerem essa inscrição e receberem, mesmo que não resolva tudo. Porque a exploração vem de muitos anos. Tem que ficar aberto até o nosso povo escravizado, nós ficarmos sabendo que eles vão lá se cadastrar também, porque temos o verdadeiro direito.[FGV_ILD_070]
>
> D: Todas as reuniões eram feitas à noite, e à noite a gente não consegue participar.[FGV_ILD_070]

3.2.2.9.10 Risco de perda das identidades étnicas

Esta seção aborda dano socioeconômico relacionado ao risco de perda a médio e longo prazo das identidades étnicas dos povos indígenas e tradicionais ante o comprometimento ou impossibilidade da reprodução dos modos de vida e da transmissão de seu patrimônio cultural e conhecimentos tradicionais às futuras gerações.

Compreender o território do Sapê do Norte como sendo composto por comunidades remanescentes de quilombo, traz a necessidade de compreensão, em conjunto com outros pressupostos, de que toda e qualquer inserção no território deve dar conta não somente da sua reprodução física nos modos de vida sustentados pelas comunidades ali presentes, mas também de sua reprodução cultural, social e econômica, o que revela a amplitude do alcance dos danos oriundos do processo reparatório para as comunidades quilombolas.

Nesse sentido, várias narrativas e danos enunciados narram desrespeitos às características etnoculturais dos povos quilombolas presentes na região, que se dão na promoção de ações voltadas à reparação — ou na falta delas, que acabam por conformar uma realidade na qual se impede a continuidade da reprodução física, cultural e socioeconômica dos modos de vida desses povos. Isso se evidencia na manifestação de jovens que não vivem mais em suas comunidades, pela impossibilidade de manutenção material ali, e assim se retiram do lócus e da práxis de sua tradicionalidade, o que demonstra que o processo reparatório, da forma como feito, a colocar em risco a tradicionalidade das próprias comunidades quilombolas.

> N: A questão dos jovens, aqui na minha comunidade, tem muito jovem trabalhando fora, de empregado, mesmo não morando fora, não estão

na agricultura. Quando trabalham em [regime de] escala ajuda alguma coisa, mas não estão tendo a renda das atividades daqui.FGV_ILD_070

D: Faltam incentivos para os jovens permanecerem na roça e manter a tradição.FGV_ILD_070

N: Na nossa época, todo mundo ia pescar, especialmente no período de férias da escola. Com as crianças hoje é diferente, tanto devido à diminuição da produção, quanto por eles verem essa diminuição, então não animam muito. Então se voltaram mais para a agricultura, e a gente fala da importância de eles aprenderem o que a gente aprendeu no passado, com nossos parentes.FGV_ILD_070

D: Faltam incentivos para os jovens permanecerem na roça e manter a tradição.FGV_ILD_070

N: Nós quando criança pescávamos, e hoje nossos filhos não tem mais essa tradição por causa dessa barragem. A gente quer que as crianças e jovens estudem e continuem na comunidade, para dar continuidade aos costumes e tradições, para que a comunidade não morra. E está cada vez mais difícil isso.FGV_ILD_070

D: Faltam incentivos para os jovens permanecerem na roça e manter a tradição.FGV_ILD_070

N: Se a prefeitura ou alguém desse a oportunidade para os jovens para eles permanecerem na comunidade, para a tradição se manter, ia ser melhor, porque os mais velhos uma hora não conseguem mais fazer o trabalho na roça, hoje tem crianças que não sabem o que é um beiju, uma tapioca. Se tivessem oportunidades aqui, iriam crescer.FGV_ILD_070

D: Faltam incentivos para os jovens permanecerem na roça e manter a tradição.FGV_ILD_070

3.2.2.10 Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras

Nesta seção encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que exprimem como o desastre afetou a população que vive no Sapê do Norte, tanto no que se refere à qualidade de vida quanto a projetos e perspectivas de futuro. Os danos expostos refletem a consciência dos atingidos sobre a piora de suas condições de vida, e dialoga com as diferentes temáticas discutidas nesse relatório, em especial com Práticas culturais e de lazer; Renda, trabalho e subsistência; e Saúde.

Assim como nas demais análises dos territórios que compõe a região estuarina, costeira e marinha, para abordar essa temática faz-se uso da noção de dignidade humana adotada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que reconhece direito de todo ser humano escolher livremente as opções e circunstâncias que conferem sentido à sua

existência, conforme suas próprias opções e convicções (CIDH, Opinião Consultiva 24/2017, p. 4). A Corte defende que o direito à vida privada não abarca somente o direito à privacidade, mas também os meios para o desenvolvimento autônomo de sua própria personalidade e aspirações, configurando sua identidade, suas relações pessoais e suas reações aos eventos futuros (CIDH, Opinião Consultiva 24/2017, p. 44). Assim, a análise das narrativas e dos danos enunciados relacionadas à vida digna e uso do tempo e cotidiano é desenvolvida a partir das noções de dignidade humana e cotidianidade. Para o caso analisado, essas noções se expressam no contexto do convívio e proximidade entre as pessoas com o ambiente natural, especialmente a partir das construções que derivam do contato e uso do Rio Doce e seus afluentes.

A seção também apresenta narrativas e danos que versam sobre prejuízos às perspectivas de futuro das comunidades atingidas. Para tanto, o entendimento de projeto de vida passa pelas "alternativas que podem ser sonhadas e desejadas, individual ou coletivamente, no contexto sociocultural no qual os sujeitos estão inseridos" (ALVES & DAYRELL, 2015, p. 379). Não só no que se refere ao planejamento, mas a própria realização deste projeto se faz possível principalmente a partir da identidade e do conhecimento da realidade vivida pelos atingidos e atingidas, além dos meios de que dispõem para garantir sua sobrevivência (ALVES & DAYRELL, 2015), ao quais foram prejudicados com o desastre.

Destaca-se ainda o Sapê do Norte como território quilombola, portanto, à noção de vida digna adicionam-se elementos fundamentais para seu reconhecimento, a etnicidade e uma territorialidade de grande vínculo com a natureza (VIEIRA, 2018). Se, de modo geral, a paisagem[103] tem lugar fundamental na memória individual e coletiva das pessoas e grupos sociais atingidos pelo desastre, é preciso considerar que há uma intensidade ainda maior dessa relação quando se trata de povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2007).

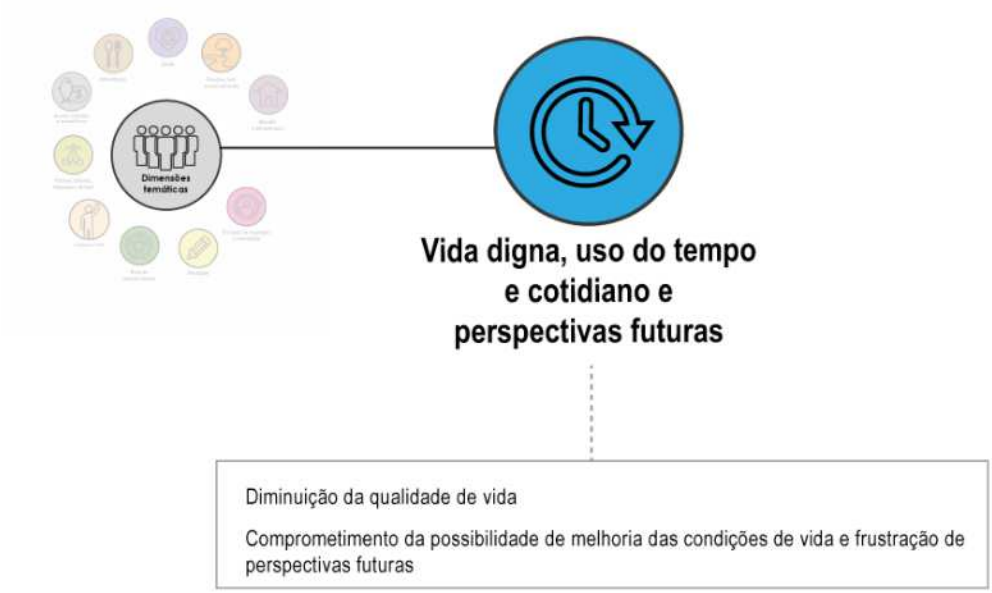
Assim, em razão das especificidades que marcam o território do Sapê do Norte, as análises dessa dimensão temática procuram observar os conceitos de dignidade humana e projeto de vida, antes mencionados, à luz da identidade quilombola. Nesse caso, tanto a noção de vida digna como o entendimento sobre as perspectivas de futuro passam pelo reconhecimento da autodeterminação e da soberania dessas

[103] O conceito de paisagem destacado aqui tem relação com seu uso antropológico. "Paisagens estão intimamente relacionadas à temporalidade; são histórias e nos oferecem modos de contar histórias mais profundas sobre o mundo. [...] Perceber a paisagem, para [Tim] Ingold, corresponde a um ato de memória, relacionado ao engajamento e à circulação em um ambiente impregnado de passado. [...] Vivendo nas paisagens, nós as produzimos, tanto quanto somos produzidos por elas, por meio de processos materiais e cotidianos" (BAILÃO, 2016).

comunidades sobre o território. Como será apresentado, o desastre não só causou danos às pessoas que residem nessa localidade, como deve ser entendido como impasse radical para existência de um modo de vida que integra identidade coletiva, origem étnica e territorialidade (MUNIZ, 2018, p. 743-88).

As narrativas e danos alocados na dimensão temática Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras estão agrupados em duas formulações de danos socioeconômicos: (i) Diminuição da qualidade de vida; e (ii) Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras. Tais formulações orientam a organização desta seção em dois blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura a seguir.

Figura 33 — Dimensão temática vida digna, uso do tempo e cotidiano, perspectivas futuras: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.2.10.1 Diminuição da qualidade de vida

Esse dano socioeconômico abarca alterações negativas nas dimensões materiais (patrimoniais), relacionais e subjetivas da vida, com prejuízos à qualidade das relações intersubjetivas e comunitárias. A impossibilidade de exercer e manter atividades cotidianas, tal como antes exercidas, limita a autonomia e a autodeterminação.

Os registros de campo realizados pela FGV, por meio de oficinas com participação das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, explicitam a diminuição do padrão e qualidade de vida em diferentes aspectos. A primeira seção detalhada está relacionada às dificuldades de sobrevivência mediante realização das atividades econômicas que antes davam sustentação a um modo de vida comunitário e pluriativo, e integravam cotidianamente uma série de conhecimentos e modos de fazer. Articulando questões já trabalhadas nas seções 3.2.2.4 e 3.2.2.6, muitas das narrativas relembram com tristeza das atividades que compunham o cotidiano comunitário antes do desastre e que já não podem mais ser exercidas, limitando o direito à autodeterminação. A experiência, também vivida nos demais territórios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, ganha ainda mais proeminência em razão das garantias de direito atrelada à identidade quilombola.

> N: Foi mais um desastre que veio para nos atrapalhar. Porque tinha peixe, o povo pescava, a gente comprava mais em conta. O pessoal ribeirinho descia do [rio] Cricaré e vendia pra gente. Só que hoje não tem mais em conta e nem tem mais caro, porque o peixe sumiu. Minhas plantações também morreram tudo com esse minério bravo. E outra, a preocupação de bebermos a água. Eu tive um câncer há dezesseis anos, e a médica perguntou se eu tomava água tradada, eu falei que sim, ela falou para tomar água da cacimba, cavada de mão, mais pura, e essa cacimba veio a secar também.FGV_ILD_070
>
> D: O custo de vida aumentou.FGV_ILD_070
>
> N: Então assim, é uma imagem linda, que você apresentou. Coube muito bem na sua proposta de oficina e que mexeu muito com o sentimento das pessoas, de você ver como era antes, né? E de como está hoje. Se a gente pegar o antes e depois numa roda de conversa, numa roda de diálogo, e jogar num mapa de ilustração, o antes e o depois, e eu costumo fazer essa atividade com os alunos da comunidade, você fica assustado de ver qual a transformação do homem que fez modificar a natureza e a vida das pessoas.FGV_ILD_076
>
> D: Nosso modo de vida está sendo prejudicado pela ganância das empresas.FGV_ILD_076

Ainda de acordo com os registros, tais interdições cotidianas, associadas especialmente às atividades pesqueiras e agrícolas, interferem de modo negativo na construção das noções de identidade e pertencimento quilombola. As referências narrativas sobre o passado, com destaque para momentos anteriores ao desastre, retratam um modo de vida no qual as atividades de trabalho estão fortemente ligadas às condições do meio ambiente. Por isso, nas falas registradas, a degradação da natureza provocada pelo rompimento da Barragem de Fundão nesse território de pertencimento quilombola também se traduz em uma diminuição da qualidade de vida.

N: Antes aqui o pessoal trabalhava na roça, vinha carregando as coisas na cabeça. Minha família trabalhava muito na roça, fazia os cestos com cipó, trazia na cabeça, trazia tudo: verdura, fruta etc. E também os animais, que carregavam a produção das roças, a mandioca pra casa de farinha, lenha pra fazer a farinha, o beiju. E os pés de árvore, que hoje a gente vive num deserto que não tem mais. É só eucalipto e acácia. Esses pés de árvore [da imagem utilizada na facilitação da oficina] vem na lembrança de quando tinha as matas, as capoeiras, os pés de coco, de dendê, tinham muito na região. Servia para fazer a comida, fazer remédio, ritual de santo. Minha avó tinha um santo de pedra, lavava, limpava com o óleo do dendê. O pessoal não tinha celular, gritava, lá de cima do morro, pra chamar o pessoal do outro lado, porque via as casas. Hoje para ver as casas de uma e outra pessoa é difícil. A gente tomava banho, lavava roupa no rio. Hoje tem que cavar buraco pra puxar água lá de baixo do chão.FGV_ILD_069

D: Não temos mais fartura.FGV_ILD_069

N: A gente vê que isso tudo aí, a seca, a perda dos animais... Meus filhos não conhecem peixes de água doce, eram grandes variedades naquela época. Hoje em dia, até uns tempos atrás, tinha uma traíra, um cascudo. Hoje em dia não tem mais nada. Os meninos ainda andavam pescando. Na verdade, com toda essa transformação que o homem vem fazendo na natureza, mesmo a gente não querendo se transformar, a gente se transforma junto. A gente é obrigada a se transformar no mundo para poder sobreviver.FGV_ILD_076

D: Diminuiu muito a quantidade de peixes, caranguejos.FGV_ILD_076

N: Prejudicou financeiramente, prejudicou a saúde, como diz a companheira, prejudicou mentalmente, porque você fica pensando de onde vou tirar o dinheiro, de onde vou tirar o alimento. Tudo isso é uma coisa que precisa ser analisada. Não são danos só assim, vamos dizer, de casa, a mente e o corpo precisam estar bem para você viver.FGV_ILD_076

D: Ao tirar a vida da natureza, foi tirada a vida do quilombola.FGV_ILD_076

N: Nós hoje praticamente perdemos todo o nosso trabalho, porque hoje para produzir melhor um pouco só a mandioca que vai, para as outras plantas é muito difícil. Porque a gente perdeu muito a nossa cultura e o trabalho, vem sofrendo porque não tem água pra molhar uma horta, um feijão, porque secou tudo e quando tem água é poluída, mata até as plantas.FGV_ILD_069

D: Diminuição da qualidade de vida pela queda de renda.FGV_ILD_069

N: [...] Hoje temos um deserto verde. Quando a gente comia uma carne, era porque a gente trocava com o peixe, ou deixávamos as caças muquiadas, nós nos alimentávamos, tínhamos fartura, e hoje eu vejo tudo acabado. A tristeza que a gente vê é que a nossa água, que é vida, água é vida, nossos afluentes, nossos rios, poços, lagoas, secou tudo. E também os nossos que foram embora. E eu trabalho com as plantas medicinais há muitos anos, e [sem a água de qualidade] também acabou com as plantas medicinais. É muito difícil achar um pau-para-tudo, uma ciporoba, outros remédios que tinham, ficou tudo

> difícil. E aí piorou mais ainda, acabou com nosso Sapê do Norte, esse desastre da Samarco. São empresas riquíssimas, do exterior, e estão acabando com o povo brasileiro, trazendo dificuldade para nós. Eu também sou artesã. Ficou tudo difícil. O povo que comprava em Conceição da Barra sumiu. Essa imagem traz muita alegria, lembrança dos tempos passados. A gente vivia feliz, e hoje a gente vive nesse aperto. E sem valor.FGV_ILD_070
>
> D: A Samarco está acabando com o povo brasileiro.FGV_ILD_070

As narrativas e danos enunciados também evidenciam prejuízos às relações intergeracionais. Em diálogo com a redução das oportunidades de trabalho para a juventude permanecer nas comunidades, aspecto que será melhor detalhado no dano subsequente, as pessoas atingidas relatam que a interdição de determinadas práticas de trabalho e lazer, portanto, da própria transmissão de conhecimentos, interfere negativamente nas relações sociais e comunitárias.

> N: Na nossa época, todo mundo ia pescar, especialmente no período de férias da escola. Com as crianças hoje é diferente, tanto devido à diminuição da produção, quanto por eles verem essa diminuição, então não animam muito. Então se voltaram mais para a agricultura, e a gente fala da importância de eles aprenderem o que a gente aprendeu no passado, com nossos parentes.FGV_ILD_069
>
> D: A situação na comunidade ficou difícil e estamos procurando alternativas para continuar.FGV_ILD_069
>
> N: Porque o que eles [os filhos e filhas] trabalhavam junto com a gente ajudando era o que a gente... o trabalho da roça, porque eles não eram empregados, nós trabalhamos todos na agricultura, fazendo artesanato, fazendo essas coisas que aqui a gente também fazia.FGV_ILD_076
>
> D: Os filhos não conseguem mais ficar na comunidade pela falta de recurso. Afasta a família.FGV_ILD_076
>
> N: Muitos jovens também saíram para trabalhar fora, coisa que a gente não fazia, porque está difícil, então tem que buscar fora. Mas não pode esquecer das origens, das vivências, e tem hora que não tem como segurar eles, porque eles têm que se manter. Hoje dos cinco filhos, só mora um aqui comigo. A gente não pode segurar.FGV_ILD_069
>
> D: A dificuldade afasta os jovens da comunidade por falta de oportunidades.FGV_ILD_069

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), conceitua-se qualidade de vida como “a percepção que um indivíduo tem sobre a sua posição na vida, dentro do contexto cultural e do sistema de valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Trata-se de um “conceito extenso e

complexo que engloba a saúde física, o estado psicológico, o nível de independência, as relações sociais, as crenças pessoais e a relação com as características sobressalentes do entorno" (FGV, 2020m, p. 675)[104]. A memória das pessoas atingidas é porta de entrada para demais práticas comunitárias que integram a identidade quilombola no recorte territorial do Sapê do Norte. Com destaque para a perda de qualidade de vida, observam-se registros que abordam com tristeza e saudade de momentos de festa que, como foi abordado na Seção 3.2.2.6, perderam intensidade, condições de realização ou até mesmo foram interrompidos de forma abrupta e contínua em razão do rompimento da Barragem de Fundão.

> N: A gente tinha um festival muito grande aqui no Sapê que era o festival do beiju, era uma festa internacional, juntava as comunidades levando sua produção, eram muitas barracas de comida típica, tinha quadrilha, reis de boi, jongo, várias brincadeiras. E de 2015 para cá não teve mais. A gente tem um sonho de retomar essa festa. As ladainhas, que as pessoas rezavam, todo ano no dia de Nossa Senhora Aparecida fazia, iam várias comunidades, faziam comidas, e com a pandemia não fez mais. Meu avô trabalhava o ano todo e no final do ano matava porco, galinha, ia para as feiras vender, para fazer as festas. No dia vinte e sete [de dezembro] era a festa de São Benedito em São Mateus, iam de cavalo. Iam e voltavam, levavam as crianças. Aí ia para Conceição da Barra dia vinte e nove [de dezembro], voltava para casa para ir para Barreiras no dia 30 para o ensaio geral [do Ticumbi], e só dia dois [de janeiro] voltava para casa. Então todo o ano tinha esse ritmo.FGV_ILD_069
>
> D: A Festa do Beiju era um momento de encontro entre as comunidades e se perdeu.FGV_ILD_069
>
> N: Acabou isso [momento de festejar]. Isso que a gente tinha acabou. A nossa comunidade aqui a padroeira é Nossa Senhora Aparecida, a gente tinha muita festa, ladainha, as coisas aqui, tinha forró, pra quem gosta desse investimento. E hoje não tem mais, dificultou mesmo. Porque hoje a gente não tem mais aquele contato de estar um com outro, as mulheres, aquele grupo, né? Um vizinho, um na casa do outro. A única coisa que a gente ainda tem é trabalho de igreja, que ainda visita, ainda que a gente vai lutando com as pessoas. No mais, ficou difícil.FGV_ILD_076
>
> D: Com a queda das festas, hoje temos menos momentos de encontro entre as mulheres e entre vizinhos, parentes, amigos.FGV_ILD_076

Por fim, são frequentes os relatos que mencionam o adoecimento da população. Embora tenha sido alvo de reflexão e aprofundamento na Seção 3.2.2.8, que versa sobre as questões de saúde no Sapê do Norte, no que se refere ao dano aqui detalhado,

[104] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), 1998 apud FGV, 2020m (p. 675). Promoción de la salud: glosario. Genebra: OMS, 1998. p. 28. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/67246/WHO_HPR_HEP_98.1_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 set. 2020.

chama atenção o conjunto de falas que evidenciam que houve perda da qualidade de vida. A necessidade de continuar sobrevivendo após as desestruturações provocadas por um desastre dessa magnitude é retratada com dor e revolta.

> N: A dificuldade é grande e se a gente for analisar e procurar bem quem são os responsáveis, sabe? Quem são essas pessoas que se responsabilizam pela vida das pessoas que mudaram, que fizeram com que as pessoas mudassem o seu modo de viver, essas pessoas nem nunca viu a gente. Talvez muitos deles nem saiba que prejudicou aquele território lá em outro município. Quantas famílias que foram prejudicadas lá? Quantos pescadores? Quantos ribeirinho?FGV_ILD_076
>
> D: Nosso modo de vida está sendo prejudicado pela ganância das empresas.FGV_ILD_076
>
> N: Minha mãe falava que a geladeira de casa era o rio. A foto [imagem utilizada na facilitação da oficina] nos lembra muita coisa boa, o trabalho, a fartura, muito gostoso! O rio era o mesmo local de onde tirava o sustento, tomava banho, brincava, tudo era o rio.FGV_ILD_069
>
> D: Não temos mais fartura.FGV_ILD_069

3.2.2.10.2 Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras

Trata-se da queda ou comprometimento do padrão de vida adequado, o que repercute na impossibilidade de galgar melhorias contínuas das condições de vida. Face ao impedimento compulsório de reproduzir seus modos de vida, conforme vividos no presente e projetados para o futuro, há sofrimento pelas frustrações de sonhos e de perspectivas de futuro, o que impossibilita a autodeterminação quanto a escolha do destino, em clara ofensa à dignidade e aos direitos de personalidade.

As situações narradas por pessoas atingidas explicitam, em diversos âmbitos, de que modo os prejuízos provocados pelo desastre e as vulnerabilidades socioambientais intensificadas ou mesmo criadas no território quilombola após o rompimento da Barragem de Fundão afetam as perspectivas de futuro daqueles que lá vivem. Como desenvolvido até aqui, o território quilombola do Sapê do Norte era estruturado por um conjunto de atividades econômicas e sociais cuja base de sustentação era a água, especialmente aquelas relacionadas à pesca e à agricultura. Em complemento, e relacionada aos saberes e modos de fazer implicados por essas atividades, a conexão da comunidade com o Rio Doce e seus afluentes aparece não só como fonte imprescindível de renda, mas também como identidade e ponte para o desenvolvimento

de planos de futuro. Por isso, muitas das falas registradas relacionam a contaminação da água com o impedimento compulsório de reprodução do modo de vida quilombola.

> N: É de muita preocupação esse episódio, essa tragédia e falando mais positivo essa irresponsabilidade dessas empresas que só vêm para tirar do Brasil, acabar com a vida do pobre. E é séculos. Eu digo ainda que essa migalha que eles estão dando, que Deus me perdoe, jesus sabe o que eu estou falando. É que eu estou revoltada, pelo dano que aconteceu e que vai acontecer com a nossa geração que está vindo ai, os nosso jovens, eles nunca vão pagar. Porque acabou com a natureza. E essa natureza não sustenta. Acabou com a água que é tudo, água é bio, água é tudo e eles realmente estragaram com a água, enfim...FGV_ILD_076
>
> D: Acabaram com a nossa natureza, nossa água. Como vão ficar as gerações futuras?FGV_ILD_076
>
> N: Vocês têm que vir fazer o levantamento aqui, porque se a gente for ter direito de receber indenização, ótimo, mas o impacto vai continuar nas comunidades. Nossa vida pesqueira, normal, não vai voltar tão cedo. Como vamos continuar nossas atividades? Essa indenização vem e depois o pessoal vai continuar com a mesma dificuldade, sem o peixe, sem a água de qualidade. Tem que ter forma de reparação de danos adequada às comunidades quilombolas. Temos que ter acesso a isso até voltar nossas tradições. Como vamos vender nosso peixe que está contaminado? Como vamos comer nosso peixe que está contaminado? Temos que voltar nossas tradições. São trinta e duas comunidades quilombolas no Sapê do Norte, mesmo que nem todas sejam reconhecidas pela Fundação Palmares.FGV_ILD_070
>
> D: Vem a indenização, mas o impacto vai continuar.FGV_ILD_070

Há, por parte da população atingida que participou das oficinas realizadas no Sapê do Norte pela FGV, a contraposição explícita entre uma vida comunitária com alguma estabilidade e segurança econômica, social e, principalmente, alimentar, resultado das condições anteriores ao desastre, e os novos receios e incertezas que passaram a pesar sobre uma realidade cuja característica principal parece ser a escassez dos meios de sobrevivência.

> N: Você ia no mangue pegar caranguejo e aí pra dois, três dias já tinha um alimento. Se não tem mais [caranguejo] para pegar, tem que ter outros jeitos pra ter esse alimento. Tudo é um complemento. Aí se não tem, tudo é um pesadelo, aí você sai do ritmo do ramo que está. A gente fazia muita farinha, não estava conseguindo vender, desanima de fazer a farinha.FGV_ILD_069
>
> D: Diminuição da qualidade de vida pela queda de renda.FGV_ILD_069
>
> N: A minha avó era pesqueira, todo dia ela saía daqui a pé, ela pescava na beira do rio. Era o que ela sobrevivia, vendia, alimentava. E aquilo a gente seguiu também. Então hoje, as mulheres aqui, porque nossas comunidades são umas 40 famílias, se nós fosse sobreviver do que

> vivia antes, nós morria de fome. Do que a gente ainda está sobrevivendo, é como eu falei, do PAA.[FGV_ILD_076]
>
> D: Tivemos que buscar mais as vendas para o PAA, PNAE, pela perda de outros compradores dos produtos agrícolas e da pesca.[FGV_ILD_076]

Além disso, ao abordar as interferências do desastre no modo de vida pretérito, participantes das oficinas retratam a desestruturação de uma experiência de vida fundamentalmente pluriativa. Embora esse aspecto tenha sido melhor desenvolvido na Seção 3.2.2.4 dedicado à Renda, trabalho e subsistência, cabe destacar como a situação se relaciona com a interrupção compulsória das possibilidades de perpetuar o modo de vida quilombola nesse território.

> N: A gente aqui das comunidades [quilombolas] não trabalha em uma coisa só. Planta na roça, tem uma galinha, um porco. Mas tudo isso precisa que venda também, para comprar o que não produz. A produção da roça, quando você não consegue vender, planta menos também, para arrumar um meio de substituir essa renda. O próprio animal precisa comprar a ração, vai plantar um milho, uma mandioca, não consegue, aí só vai diminuindo o ritmo. Vai acabando. Se a gente tem uma água que não serve para produzir, dar para as criações, porque não presta, aí não tem condições de fazer o poço artesiano. E tem que dar as coisas pros filhos. Aí a cisterna não dá conta de manter o consumo, as plantas e os animais, aí vai perdendo, porque não tem as coisas pra juntar. Quando está acabando uma fruta, está chegando um milho, um feijão, mas chegamos numa situação que não mais. Tem que deixar de cultivar para procurar um jeito de manter a família.[FGV_ILD_069]
>
> D: A queda de renda dificultou manter as atividades.[FGV_ILD_069]
>
> N: [...] E a gente nasceu e cresceu aqui, não vai para outro lugar, porque se a gente sair do nosso lugar, da nossa origem, onde conhece, é pior, não vai conseguir sair e ficar melhor em outro lugar. Tá difícil, a terra pequena, o espaço pra trabalhar quase não tem, as feiras que a gente ia muito foi enfraquecendo, porque tem que ter um levando o alimento e outro que tenha dinheiro pra comprar. Aí você leva o pouco que tem, mas não encontra quem tem [dinheiro] pra comprar e não tem mais as trocas que tinha, fica difícil.[FGV_ILD_069]
>
> D: A dificuldade com a queda de renda impossibilita a melhoria de vida, das residências e de manter poços.[FGV_ILD_069]

Muitas vezes relacionada à saúde mental, aspecto melhor qualificado na Seção 3.2.2.8 que trata de Saúde, essa impossibilidade de manter o modo de vida e garantir a permanência de uma identidade quilombola se atrela às manifestações de sofrimento

social[105]. Como desdobramento do quadro apresentado, observam-se declarações de desorientação e frustração, bem como relatos de temor sobre as possibilidades de garantir condições mínimas de vida tanto no presente como no futuro.

> N: A mente da gente ficou doente com tudo que nós passamos e até hoje não recuperamos ainda, porque aquilo que a gente tinha não tem mais, aquilo que a gente fazia não consegue mais fazer daquele jeito. Hoje você não consegue ganhar aquilo que você ganhava. Tudo isso a gente fica preocupado e aí a preocupação vai fazendo o que na vida da gente? Adoecendo. Então é esse sentido de tudo o que as colegas disseram. Tudo isso causa doença na gente. Doença também porque você não consegue trazer pra dentro de casa aquilo que você trazia. Você está doente, você adoece.FGV_ILD_076
>
> D: Estamos doentes por conta de preocupação.FGV_ILD_076
>
> N: Porque como eu já te falei, quanto você fica muito preocupado, você vai ali não consegue, volta a cá não consegue, você fica com a cabeça sem saber de onde vai... principalmente a gente que tem família, né? A gente não pensa só na gente, pensa na família, nas crianças, nos jovens, nos adolescentes, que a gente fica preocupado, porque não tem aquilo... a gente fica preocupado que a cabeça... quem vai saber a cabeça de jovem, né? Quem sabe a gente que já está de idade, né... Como dizia meu pai, a gente precisa estar com um cabresto na cara deles, puxando daqui e dali para não soltar.FGV_ILD_076
>
> D: Temos medo de como a contaminação vai afetar as gerações futuras.FGV_ILD_076

A narrativa e dano enunciado acima, ainda expressa a preocupação com o futuro dos jovens do Sapê do Norte, pela perda de perspectivas, que afeta atualmente a vida da juventude quilombola, tratada de maneira mais detalhada nas respectivas dimensões temáticas apresentadas nesse estudo.

Como observado no Seção 3.2.2.6 diante do rompimento da Barragem de Fundão, a população atingida compreende que a tradição e os saberes que compõem um conjunto de práticas relacionadas à identidade quilombola estão ameaçadas. Nesse sentido, nota-se grande preocupação com as interferências do desastre nas perspectivas de futuro da juventude das comunidades de Sapê do Norte. Junto aos relatos de evasão forçada de jovens das comunidades em busca de oportunidades de trabalho, as falas

[105] Como desenvolvido em relatório FGV (2021o), "sofrimento social é entendido como fenômeno ou fato socialmente construído e compartilhado, que resulta de experiências de trauma e/ou distúrbio relacionadas ao poderio político, econômico e ou institucional exercido sobre determinado grupo, comunidade e ou território. De modo geral, sua origem está relacionada a acontecimentos externos a uma determinada comunidade ou agrupamento social, o que exige elaboração coletiva de sentido e significado. Por isso, embora possua diferentes formas de manifestação subjetiva individual — a exemplo de desgaste emocional, cansaço, tristeza, lamento e dor —, trata-se de uma experiência fundamentalmente interpessoal".

associam as dificuldades de conseguir emprego na região com a própria salvaguarda da identidade quilombola que, sem a sua perpetuação por parte de jovens e crianças, corre o risco de ter sua existência comprometida ou mesmo cessada enquanto manifestação viva de um grupo social.

> N: Muitos jovens também saíram para trabalhar fora, coisa que a gente não fazia, porque está difícil, então tem que buscar fora. Mas não pode esquecer das origens, das vivências, e tem hora que não tem como segurar eles, porque eles têm que se manter. Hoje dos cinco filhos só mora um aqui comigo. A gente não pode segurar.FGV_ILD_069

> D: A falta de oportunidades impacta a permanência dos jovens nas comunidades.FGV_ILD_069

> N: Nós quando criança pescávamos, e hoje nossos filhos não tem mais essa tradição por causa dessa barragem. A gente quer que as crianças e jovens estudem e continuem na comunidade, para dar continuidade aos costumes e tradições, para que a comunidade não morra. E está cada vez mais difícil isso.FGV_ILD_069

> D: A falta de oportunidades impacta a permanência dos jovens nas comunidades.FGV_ILD_069

Por fim, o tratamento dado à reparação pelas empresas responsáveis pelo desastre surge como ponto de atenção em relação às condições de melhoria de vida e perspectivas de futuro. Aprofundados no Seção 3.2.2.9 que trata do Processo de Reparação e Remediação, os danos que advém do pós-desastre interferem sobremaneira nas possibilidades de autodeterminação e escolhas de destino, como bem retratam as narrativas registradas em campo. Além disso, há por parte da população atingida em Sapê do Norte uma grande preocupação quanto ao futuro, dada à consciência de que até o presente momento as medidas reparatórias, em geral restritas à indenização individual, são insuficientes para garantir a permanência de um modo de vida calcado na identidade quilombola.

> N: A lama deixou a mente da gente doente. Na minha fala, eu falei a respeito da preocupação que eu tenho com geração futura, porque o estrago não é só para agora [...]. Esses 70, 80 [mil reais de indenização], o que for, vai chegar e vai acabar, e o que vai nos segurar depois? Porque o estrago foi muito mais do que isso.FGV_ILD_076

> D: Os jovens não têm mais perspectivas de futuro nas comunidades.FGV_ILD_076

> N: Nós comunidades quilombolas não podemos de forma nenhuma fazer um processo individual. A convenção 169 [da OIT] fala da coletividade, o decreto 4.887 também. Nós somos comunidades coletivas, então a indenização tem que ser com participação de toda comunidade, e tem que ser indenização para a comunidade, coletiva.

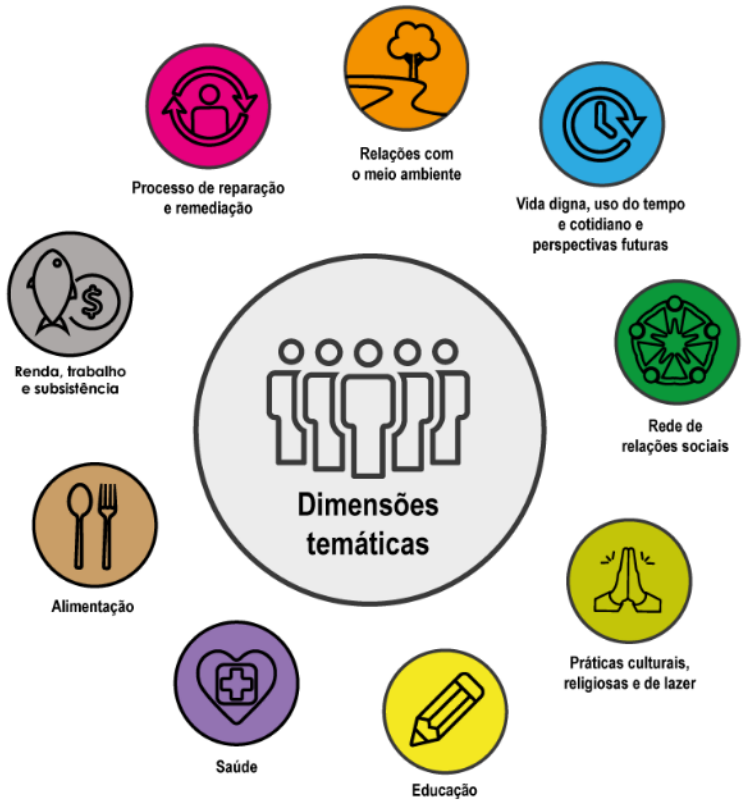
> Aqui estão tendo uns problemas muito sérios, porque entram advogados oportunistas, fazem cadastro dentro das comunidades quilombolas, a gente fica ressabiado de comprar essa briga porque sabe como é essa gente com dinheiro. Aí se vem o dinheiro entra droga, álcool, vai comprar carro. Precisamos trabalhar a conscientização do povo. Nós somos povos tradicionais.[FGV_ILD_070]
>
> D: Somos um povo tradicional e precisamos de uma reparação coletiva que considere isso.[FGV_ILD_070]

3.2.3 Danos socioeconômicos identificados no litoral sul da região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo, Baixo Rio Doce (Municípios de Serra, Fundão e Aracruz)

As narrativas e danos enunciados nas oficinas foram analisados, agrupados em dimensões temáticas e vinculados a danos socioeconômicos, valendo-se de metodologia descrita no Apêndice A. Tal organização expressa como os modos de vida dos diferentes grupos de atingidos foram afetados pelo desastre, favorecendo a sistematização das narrativas e danos enunciados e posterior tratamento jurídico, a fim de consolidar a matriz de danos do território.

Os dados levantados em campo invariavelmente conduzem à distintas dimensões temáticas, vez que narrativas e danos enunciados correlacionam-se com diferentes aspectos da vida das pessoas atingidas. A Figura 34 apresenta tais possibilidades.

Figura 34 — Dimensões temáticas para análise das narrativas e danos enunciados em campo



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.3.1 Relações com o meio ambiente

Nesta seção são apresentados os danos socioeconômicos referentes à dimensão de Relações com o meio ambiente. No caso do Litoral Sul da Região Estuarina, Costeira e Marinha (RECM) do Espírito Santo, o mar, as áreas estuarinas, os mangues, os rios — com destaque o rio Piraquê-Açu, Piraquê-Mirim, rio Riacho e seus afluentes — e as áreas de várzea são partes indissociáveis que retroalimentam, interpenetram e constituem as estratégias de produção e reprodução dos modos de vida e territorialidades locais.

De acordo com Souza e Brandão (2012), comunidades são “espaços de vida”, como aquelas afetadas no território aqui em questão, e se constituem nas relações entre seus membros e deles com a natureza. Nesse sentido, a relação das comunidades com esses espaços é afetiva e também de uso. As comunidades do Litoral Sul da RECM estabeleceram e desenvolvem nesses locais diversas atividades econômicas, de lazer, sociabilidade, alimentação, entre outras, que carregam em si sentidos materiais e imateriais.

Essas afetividades e usos foram comprometidos ou interrompidos pela chegada e deposição da pluma de rejeitos, alterando, assim, a própria relação das pessoas com o ambiente em que vivem. Atualmente, essas comunidades convivem com certezas e incertezas em relação à contaminação das águas de seus territórios e, por consequência, dos solos, da fauna e da flora, o que impacta suas atividades econômicas, culturais, psicossociais.

Conforme tratado no estudo FGV (2021d) e brevemente resgatado no capítulo de caracterização deste documento (Seção 2.2), há uma sucessão de notas e documentos técnicos emitidos entre 2016 e 2021 onde verifica-se a consolidação do entendimento por diversas instâncias do sistema de governança acerca da ocorrência de impacto socioeconômico e socioambiental na Região Estuarina, Costeira e Marítima do Espírito Santo. Os resultados apresentados pelo Intituto Lactec (2021a) no diagnóstico e acompanhamento dos danos socioambientais confirmam danos de grandes proporções, alterando ambientes, fauna, flora e comprometendo os serviços ecossistêmicos[106] nos ambientes estuarinos, costeiros e marinhos para toda RECM, incluindo Aracruz, Serra e Fundão. Os resultados do Instituto Lactec (2021b) apontam também que, para todos os ambientes estudados, há a bioacumulação de Elementos Potencialmente Tóxicos (EPT) após o desastre e com consequente efeitos fisiológicos nos organismos, degradando a saúde dos mesmos.

Assim, as alterações ambientais ocorridas atingem diferentes dimensões dos modos de vida da população do território. Os três danos socioeconômicos para a dimensão temática Relações com o meio ambiente são (i) Interrupção/comprometimento da fruição de um meio ambiente equilibrado e do uso da capacidade produtiva dos recursos naturais da região; (ii) Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural; e (iii) Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos, conforme apresentados na Figura 35.

[106] De acordo com o Millennium Ecossystem Assessment, serviços ecossistêmicos são os benefícios do meio ambiente para o bem-estar das pessoas (MEA, 2005). O Capítulo 4 e apêndice A deste relatório explora mais essa abordagem.

Figura 35 — Dimensão temática Relações com o meio ambiente: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.3.1.1 Interrupção/Comprometimento da fruição de um meio ambiente equilibrado e do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região

São tratadas aqui narrativas e danos enunciados relacionados ao comprometimento da possibilidade de usufruir do meio ambiente (rio, estuário, mar, praias e seus entornos, entre outros) e dos recursos naturais por ele oferecidos (água, alimentos, solo de qualidade, ar limpo, entre outros), devido à sua degradação ou pelo fundado receio de contaminação desses ecossistemas em razão do desastre.

Os municípios de Serra, Fundão e Aracruz estão localizados em uma região de particular valor ambiental, que apresenta grande biodiversidade e se constitui num importante habitat para reprodução de espécies de peixes de importância comercial ou espécies ameaçadas. Além disso, abrigam diversas Unidades de Conservação (UC) federais, conforme apresentado na caracterização (Seção 2.2).

Essas características ambientais fazem com que os efeitos da chegada da pluma de rejeitos tomem proporções severas para esse refúgio marinho e estuarino. Consequentemente, as pessoas que ali viviam e vivem tiveram comprometida a

possibilidade de usufruir de tais ambientes, seja na região litorânea, seja nos rios, estuários e seus entornos. Como efeito, os recursos naturais e serviços oferecidos por esses ecossistemas, tais como água, alimentos, solo de qualidade, entre outros, também foram comprometidos devido à sua degradação ou pelo receio de contaminação em razão do desastre. Importa ressaltar que essa relação tecida entre as pessoas e o meio ambiente não tem apenas um aspecto de utilidade, pois em muitas narrativas é possível perceber uma relação de afeto, que por vezes personifica o próprio ambiente como um membro da família.

> N: Para nós do surfe, quando chegou a lama foi como se tivesse morrido um ente querido [...]. Então, nós da comunidade, a gente já tomou a primeira pancada e aquilo foi trazendo tristeza.FGV_ILD_089

> D: Quando a lama chegou na foz foi muito triste, como se tivesse morrido um ente querido.FGV_ILD_089

Os danos ao meio ambiente são percebidos de diversas formas pelas pessoas atingidas. São muitos os relatos que evidenciam a alteração das características naturais, como a cor e textura da areia das praias. A deposição de material estranho nas praias impossibilita o uso desses espaços por receio de contaminação, assim como a perda de apreciação de um lugar que antes era agradável e, agora, não traz a mesma satisfação.

> N: Uma questão técnica, Praia Grande é um local de um sedimento muito fino (material particulado), devido à baixa dinâmica. Então por isso tem esse formato de praia muito longa e extensa, uma areia muito fina, uma praia com poucas ondas. Então, é uma área de deposição e com esse rejeito da Samarco virou um local de grande deposição. Inclusive um estudo contratado pela própria Fundação Renova, do modelista chamado Rossi, é um dos locais onde mais teve deposição, justamente dos sedimentos mais fininhos, os mais tóxicos. E onde mais ficou estagnado. E me admira como é que até agora não foi reconhecida, se o próprio estudo do contratado pela Fundação Renova mostra isso.FGV_ILD_084

> D: A Praia Grande virou um grande local de deposição do material particulado da lama de rejeitos.FGV_ILD_084

> D: As formações rochosas de arenito ficaram cobertas e soterradas de lama.FGV_ILD_084

> N: As praias ficaram com aparência de água suja e a areia branca sumiu. O formato do gradiente (barranco, talude) e a cor da areia não era o que tem hoje. Hoje você fica com nojo de sentar na areia de Praia Grande. Tirou o cartão postal. Era o gradiente que tinha desde o marrom até chegar o branco das dunas e hoje acabou. E os estudos comprovam. FGV_ILD_084

> D: As praias ficaram com aparência de água suja e sem areia branca.FGV_ILD_084

Para além da alteração dos ambientes costeiros, há relatos sobre mudanças dos ambientes marítimos por aqueles que trabalham dentro da água e veem a coloração diferente e mudanças na biota marinha, em especial, dos corais das costas rochosas. Assim como, para aqueles que trabalham fora da água, que se deparam corriqueiramente com a presença de partículas incomuns em seus materiais de trabalho e ambientes do entorno. Assim, as mudanças no meio ambiente se refletem também em alterações no cotidiano do trabalho, conforme será tratado também na Seção 3.2.3.2.

> N: A água aqui, no verão, aqui tem uns três verões e a água fica cristalina e a gente tem aquela expectativa de pescar bastante peixe e lagosta, mas não acontece. Porque por baixo a água está amarela.FGV_ILD_083

> N: Eu faço pesca submarina, mergulho entre Santa Cruz até Jacaraípe. Eu vejo que os corais mudaram muito, morreram. E a coloração mudou toda. [...] O peixe afastou porque na beirada a poluição tomou conta.FGV_ILD_083

> N: Depois da lama os corais morreram e o fundo do mar mudou, não é mais como era antes.FGV_ILD_083

> D: A coloração do mar ficou muito diferente, a turbidez ficou mais forte e atingindo uma área maior.FGV_ILD_083

> N: E mesmo nessa área proibida a gente às vezes joga a rede pra fazer teste, as redes geralmente trazem um pó tipo pó de minério, muito brilhoso.FGV_ILD_088

> D: Até hoje quando pesca perto da costa, as redes vêm brilhantes, cheias de pó de minério.FGV_ILD_088

> N: A beirada está muito diferente, vermelhão muito esquisito. O camarão também, como o baiacu, está diferente, com a coloração totalmente modificada. E a lama está muito esquisita quando o mar se agita. A lama levanta com muita facilidade e o peixe ficou bem mais escasso. A lama fica bem mais acentuada e bem mais longe, pra fora também.FGV_ILD_083

> D: A quantidade e qualidade do pescado diminuiu.FGV_ILD_083

Com o movimento da maré, o rejeito também atinge e se acumula na região estuarina dos rios que desembocam no mar dos municípios estudados, já que a RECM é uma área com característica natural de deposição. Esse fenômeno traz consequências relatadas pelos atingidos e atingidas, em particular no que se refere ao equilíbrio do

ecossistema, essencial para a reprodução da vida marinha. Os manguezais são mencionados pelos atingidos como ecossistemas que sofrem alterações de coloração e acúmulo visível de rejeitos, trazendo grande preocupação aos pescadores e ambientalistas, devido aos danos causados ao estoque pesqueiro.

> N: Aquela fala, o vento leste e a maré leva a lama para o rio Jacaraípe e degrada. Porque o mangue é o berçário do mar e do rio. Muitos peixes se reproduzem. Antigamente a gente pegava muito pescado dentro do rio Jacaraípe. Tinha corvina. Então isso afetou, levou lama para o rio Jacaraípe. É a maré, nós vimos a mudança da coloração do leito. Tudo a gente viu diferença e com certeza na área mais pra dentro ali. E no auge da lama teve muita mortalidade de peixe.FGV_ILD_083

> N: [...] O nosso rio Jacaraípe, qualquer vento leste que dá, qualquer vento sudoeste, o rio fica cheio de barro e esse barro vem do mar. E nós não temos dúvida que aquilo ali é rejeito da Samarco [...].FGV_ILD_083

> D: O vento leste e a maré levam a lama para o rio Jacaraípe e degrada um importante ecossistema da vida aquática.FGV_ILD_083

> N: [...] Tudo por causa do impacto ambiental. As maiores espécies estão no berçário, manguezal e foi tudo impactado. Porque não existe, um dos maiores berçários das espécies que capturamos aqui está dentro dos manguezais, na parte estuarina, nos berçários de mangue. Isso foi tudo impactado. Eu vou te dar um exemplo que não filmei, eu fui do outro lado, ali onde tem uma área de pedra é berçário. Com cinco dias após a lama chegar aqui eu fui à praia e capturei quarenta cabeças de lagosta numa extensão de 100 metros de praia. Tudo porque a lama, o sedimento chegou e impactou. Isso não é normal e assim é que ficou [...].FGV_ILD_088

> D: Nossos maiores berçários de espécies, que são os manguezais e as áreas continentais (rios) e estuarinas (costa) foram muito impactados.FGV_ILD_088

Os danos referentes ao meio ambiente são comuns nas narrativas dos pescadores, pescadoras e daqueles que estão na lida diária junto ao mar. Os impactos negativos causados na biota marinha são tratados de duas maneiras: a primeira se refere à aparição de anomalias físicas em diversas espécies de organismos aquáticos, tais como tumores, manchas, coloração diferente, entre outros; e a segunda, alude à diminuição ou até mesmo desaparição do estoque pesqueiro de algumas espécies em determinados locais, em alguns casos como um fenômeno de mortandade em massa. Ambos os fenômenos trazem consequências e transtornos à vida dos atingidos e atingidas, comprometendo seus trabalhos, sua renda e subsistência (descrito na Seção 3.2.3.2); causam preocupação recorrente sobre a qualidade do pescado e os efeitos destes EPT na saúde das pessoas (ver Seção 3.2.3.6.1; e levam a alterações nos hábitos alimentares (conforme está descrito na Seção 3.2.3.3). São danos que

aconteceram tanto logo após o desastre, como ao longo do tempo, sendo notados até os dias de hoje.

> N: Gostaria de incluir que logo que a lama chegou, as espécies de pescado já foram sumindo, desaparecendo, principalmente crustáceos e moluscos.FGV_ILD_088
>
> D: Logo que a lama chegou as espécies de moluscos e crustáceos já desapareceram.FGV_ILD_088
>
> N: Sim, na época teve muita mortalidade, uma coisa que eu nunca tinha visto. Siris, caçari, caranguejos, um monte de peixes. Deduzimos que foi com a chegada da lama. Hoje o que traz a lama nem é tanto o vento, mas a maré que enche.FGV_ILD_088
>
> D: Logo que a lama chegou as espécies de moluscos e crustáceos já desapareceram.FGV_ILD_088
>
> N: Em 2018 teve uma mortandade de caranguejo, uma coisa louca, o que saiu de caranguejo do rio Reis Magos, invadiu a praia, a rua tudo, que ninguém tinha visto isso na vida. Estamos falando de 50 anos em Praia Grande, nunca se viu isso. [...] Até a TV Gazeta filmou, toda a imprensa mostrou o que foi aquele comportamento anormal dos caranguejos, os caranguejos morrendo e nenhum órgão de controle ambiental se deu ao trabalho de ir aí fazer um relatório, investigação, apurar. [...].FGV_ILD_084
>
> D: Mortandade de caranguejos, polvo, peixes, outros.FGV_ILD_084
>
> N: [...] Você pega um peixe hoje, você vê peixe doente, você vê peixe deformado, vê peixe preto. O peixe tá com a carne preta por dentro. O que que é isso?FGV_ILD_083
>
> N: [...] O camarão, você pegava ele e no outro dia ele estava soltando uma água preta, que é o natural dele. Ele fica de cabeça preta. Hoje o camarão não está mais soltando essa água, não fica mais preta a cabeça dele. Então o impacto atingiu principalmente o camarão que vive na lama.FGV_ILD_083
>
> D: O peixe ficou preto por dentro e acontece até hoje (camarão, baiacu e outros peixes), isso nunca aconteceu antes.FGV_ILD_083
>
> N: [...] Eu que tenho limpado peixe, eu compro peixe que vem com muito tumor na carne, os de fora não, mas os peixes daqui acontece muito isso. Então essa lama aí veio para acabar com a vida de muita gente, principalmente a nossa, que vivemos da pesca.FGV_ILD_088
>
> D: Os peixes estão estragados por dentro.FGV_ILD_088

Como já apresentado, a região do estudo possui importantes UCs, destacando-se a APA Costa das Algas e a RVS Santa Cruz, que, em virtude do alto valor ambiental e

grande diversidade marinha são áreas de referência para estudos e aulas práticas de biologia marinha e áreas afins para escolas e universidades locais e de outros estados do país. Após o desastre, essa prática foi interrompida devido à diminuição e desaparecimento dos corais e de espécies marítimas, da degradação da qualidade da água, acúmulo de rejeitos e outros efeitos já mencionados anteriormente. Esse fato gerou danos, não só para o sistema educacional (abordado na Seção 3.2.3.7), o qual perdeu uma área didática de aprendizagem, mas também para toda comunidade local que recebia os professores e alunos, gerando perdas econômicas (retratadas na Seção 3.2.3.2).

> N: [...] Porque Praia Grande, Aracruz, Fundão e Serra participam de uma APA, fazem parte da APA Costa das Algas e RVS Santa Cruz. A RVS o que é? Refúgio de Vida Silvestre. Nós temos um acervo ambiental fora do comum. E a Enseada das Garças, ela era um local de pesquisas para a universidades, escolas, faculdades do Brasil inteiro, como referência em educação ambiental e na parte oceanógrafa. E isso tudo nós perdemos, foi um impacto gigantesco [...].FGV_ILD_084
>
> D: Devido aos impactos ambientais, a região não atende mais o turismo técnico científico e de educação ambiental.FGV_ILD_084
>
> N: Em 2016 eu também estava com um projeto de pesquisa em aquicultura e tivemos que suspender, porque não tinha como fazer avaliação com essa qualidade de água. Tudo documentado, um projeto da ONU, via FAO e foi suspenso.FGV_ILD_084
>
> D: A região era um acervo da vida marinha e foi comprometido.FGV_ILD_084
>
> N: [...]. Porque não tem mais condições, pois a fauna foi soterrada, o ambiente foi comprometido, a gente teve um aumento de depósito. Onde você tinha a formação de rocha de arenito, ele era exposto e então com a maré baixa, a gente estava ali e conseguia ver os animais. Hoje você vai ali e só vê lama. É quarenta, cinquenta, oitenta centímetros de soterrada, então você não tem mais esse ambiente como era antes. Infelizmente esse turismo acabou e que normalmente ele ocorria fora da temporada. Ele ocorria na baixa temporada ou intertemporada.FGV_ILD_084
>
> D: O turismo técnico científico e de avaliação ambiental foi interrompido e impactou quem trabalhava como educação ambiental e pesquisa científica na região.FGV_ILD_084

Para os atingidos e atingidas, a chegada do rejeito decorrente do rompimento da barragem não é considerada um evento único e restrito espacial e temporalmente. As narrativas coletadas em campo indicam que esse fenômeno acontece continuamente com a vazão natural do Rio Doce, a dinâmica dos ventos e das marés, sendo ainda

associado aos eventos climáticos, como chuvas e enchentes que trazem maior volume de rejeitos da calha ou os movimentam para áreas visíveis. Estudo da LACTEC (2021b) corrobora com essa percepção e aponta a necessidade de monitoramento das áreas costeiras e marítimas, para onde convergem os sólidos suspensos e Elementos Potencialmente Tóxicos (EPT) especialmente no período de cheias, que levam à alterações na turbidez da água, composição dos corpos d'água e prejudicam organismos aquáticos[107]. O estudo ainda aponta que:

> Parte do rejeito que foi e será redisponibilizado no ambiente aquático continental, atingiu ou virá a atingir o oceano, e de lá não sairá nunca mais. Essa camada extra de material proveniente do desastre da Samarco não é estática, ela pode se movimentar, também ser redisponibilizada para a coluna da água, mas não há como retirá-la do ambiente. (INSTITUTOS LACTEC, 2021b, p. 500).

Assim, a cada período de cheias há agravamento dos danos referidos (impacto na flora, fauna, estuários, diminuição do estoque pesqueiro entre outros), reforçando a contaminação e provocando uma vivência contínua do desastre, que leva aos sentimentos de cansaço, sofrimento e insegurança.

> N: A gente está tratando essa questão como um evento, mas eu quero só acrescentar o seguinte, todo ano quando chega na época das águas, o fenômeno dos efluentes do Rio Doce jogados no mar, aquilo que está depositado na calha do Rio Doce, ele se renova com a contaminação a cada ano no período das águas. Antigamente as águas do Rio Doce representavam uma fertilização, para nossa produção de camarão. Os efluentes vinham de forma benéfica e coincidiam com a época do defeso do camarão, que se alimentavam. Hoje vem o tempo das águas e a contaminação que está depositada afeta todo o ciclo do camarão. E a produção do camarão vem diminuindo. E cada vez que vem uma enchente do Rio Doce e despeja água aqui há uma nova contaminação. E o peixe corre. Então cada vez fica mais longe pra buscar esse peixe, ele corre. Antes ia desovar no manguezal. Hoje esse peixe entra no Rio Doce pra desovar mas entra em contato com essa água contaminada e ele vai dar na nossa praia, muitas vezes sem nem conseguir fazer a desova. Todo ano esse processo se repete desde 2015. Não foi um só evento de 2015. Tem que ressaltar que o desastre continua, toda vez que tem a piracema isso se repete. Esse metal pesado que está depositado na calha do Rio Doce, todo ano ele vem para as nossas praias aqui. Então esse é um

[107] Sobre a contaminação na RECM/ES, o referido diagnóstico de acompanhamento dos danos socioambientais realizado pelos Instituto Lactec compreendeu o período de dois anos, a partir de 2017. Esse estudo identificou que dois danos à qualidade das águas ainda estavam ocorrendo na Zona Costeira e Marinha do Espírito Santo, baseados em valores abaixo dos limites da Classe 1 da Resolução CONAMA nº 357/2005 e do máximo histórico pré-desastre: o aumento da concentração de sólidos na água, indicado pela turbidez verificado em valores até 8,6 vezes superior ao máximo histórico no estuário e até 50 vezes superior no ambiente marinho; e o aumento de concentração de EPT na água, utilizando onze EPT como indicadores no ambiente marinho e estuarino (INSTITUTO LACTEC, 2021b, p. 501).

> processo que a gente vai amargar muito tempo aí nas nossas praias. Tem espécies seriamente ameaçadas com isso.FGV_ILD_083

> D: A partir da chegada lama foi percebido mortalidade de peixes, caranguejos e siris na região, principalmente no período das águas e na piracema, e isso acontece anualmente. FGV_ILD_083

> N: Há três, quatro dias atrás, com o mar revolto, com ondas de dois metros e meio, isso mexeu com todo o sedimento. Esse sedimento decanta e levanta com a força de maré ou com o mar revolto. Levanta a lama do fundo e volta todo o impacto de novo. E também, quando você pega uma chuva e dá uma enchente, para o lado de Mariana, essa água desce e mexe com o sedimento novamente, revivendo tudo o que aconteceu na tragédia. Esse negócio de falar que a água está limpa, não está nada limpa. É o sedimento que apenas decanta. Então as espécies não vêm aqui para reproduzir, elas não voltam mais. Não há reprodução correta das espécies, pois elas não têm como sobreviver.FGV_ILD_083

> D: Cada vez que chove muito, ou tem um mar revolto, ou maré forte, o sedimento sobe, e aí volta todo o impacto.FGV_ILD_083

Uma vez que a contaminação é revivida continuamente, os atingidos e atingidas entendem que há necessidade de estudos periódicos que proporcionem informações sobre as condições ambientais, principalmente no que diz respeito a qualidade do pescado e da água (detalhados nas seções 3.2.3.3 e 3.2.3.1.3 respectivamente). Dessa forma, a ausência de laudos e estudos geram transtornos e insegurança às pessoas atingidas, tanto em relação ao consumo dos pescados quanto às perspectivas de futuro na continuidade da pesca, em especial na área atualmente proibida (ver também Seção 3.2.3.8.1.

> N: Não temos noção de quando e como vai ser limpa a nossa área, porque rejeito ainda tem e apesar de não termos laudo na nossa mão o rejeito existe. O pescador tem passado por momento muito difícil, graças a Deus tem melhorado, mas ainda permanece na dificuldade.FGV_ILD_088

> D: Precisamos de estudos para saber as condições de contaminação e da quantidade de espécies disponíveis para produção e reprodução para decidir com segurança se pode voltar a pesca na área proibida.FGV_ILD_088

Aliada à necessidade de estudos, e como referido na dimensão temática sobre reparação (Seção 3.2.3.8), são muitas as narrativas que demonstram preocupação dos atingidos e atingidas com recuperação e conservação do meio ambiente, especialmente para possibilitar perspectivas de futuro mais otimistas, bem como o retorno aos seus modos de vida que são intrinsicamente associados ao ambiente equilibrado e saudável.

> N: O mais triste de tudo é quem recebe essa indenização não está lembrando que o Rio Doce sangra e que o Rio Doce vai continuar contaminado que nós não vamos poder pescar. E que os nossos filhos vão ficar doentes daqui a alguns anos, porque nós não temos ainda um diagnóstico correto dos acontecimentos das águas. O que vai causar daqui cinco anos, com nossos filhos e nossos netos? Qual é essa contaminação que não foi ainda finalizada?FGV_ILD_089
>
> D: Faltam estudos sobre a área contaminada.FGV_ILD_089
>
> N: [...] a gente quer que esse estudo aponte que queremos decidir onde e quando serão aplicados os recursos de recuperação ambiental.FGV_ILD_089
>
> N: [...]. Porque o rejeito pode acabar lá em Mariana, mas o rejeito na parte estuarina recebe tudo, tudo o que cai vem para o mar. E isso até limpar, a natureza faz a parte dela, mas se nós não fazemos a nossa em cima de investimento, limpeza para tirar o rejeito a coisa pode ficar pior.FGV_ILD_088
>
> D: O rejeito continua espalhado na praia e mar afora. Não sabemos quando vai sair.FGV_ILD_088

3.2.3.1.2 Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural

Sofrem esse dano as pessoas que tiveram comprometida a possibilidade de usar os rios, estuário e mar, bem como seus entornos para fins de lazer (como, por exemplo, nadar, pescar, passear, contemplar, fazer atividades físicas, entre outros) e de convivência sociocultural (como, por exemplo, atividades religiosas e espirituais, festas tradicionais, reuniões entre familiares e amigos, entre outras).

As atividades de lazer relacionadas aos espaços naturais que foram danificados, em geral, estão associadas ao modo de vida das pessoas que moram ali e são realizadas de forma rotineira, como o passeio pela praia, o banho no mar e nos rios e as atividades físicas. Com a chegada da lama essas atividades foram interrompidas, ou tiveram sua frequência diminuída, e muitas vezes são realizadas com receio e insegurança pela contaminação, o que provoca diminuição de qualidade de vida (ver Seção 3.2.3.9.1 e perda da liberdade, acarretando consequências para a saúde física e mental, como será visto no tópico 3.2.3.6.1).

A convivência social nos ambientes naturais (praias, rios e entornos) é muito comum, abrangendo festas tradicionais, encontros com família e amigos, atividades religiosas, entre outras (Seção 3.2.3.4). Logo, uma vez que esses ambientes sofrem impactos

negativos, seus usos são inviabilizados ou comprometidos, refletindo em danos à diversas esferas da vida da população atingida.

> N: Nós queríamos tomar banho no rio, pegar um peixinho e jogar na panela. A gente tomava banho, levava as crianças.FGV_ILD_089

> D: Perdemos nosso lazer: de tomar banho de rio e de mar, pescar, fazer piquenique com a família de final de semana.FGV_ILD_089

A atividade da pesca, além de ser geradora renda, é considerada por muitos praticantes como um momento de lazer e desfrute, tendo sido comprometida devido aos impactos negativos supracitados aos mares e rios.

> N: É como diz o companheiro, lazer para a gente é largar a rede, puxar, ir no mar. Hoje o pessoal nem senta na beira da praia, porque o pó de minério brilha de fora a fora. Pararam nossa vida, nossa rotina, acabaram com tudo. Ainda bem que tem vocês.FGV_ILD_088

> N: [...]. Apesar que o pescador, como não tem a renda fixa, trabalhava feriado, domingo. Muitas vezes o seu lazer é trabalhando, porque pescar é um lazer. Só de puxar uma rede é um lazer. É lazer e prazer. Então, com essa lama você perde o ânimo. Então até mesmo um campeonato de surfe, se você vir em Regência, o surfe mesmo é bom quando tem onda acima de dois metros, mas quando a onda está acima de dois metros ele está sujeito a se contaminar, porque está mexendo com o fundo. Então o surfista pode se contaminar com a água, no mar revolto. O pescador já tem o lazer, o prazer de trabalhar. Já é um lazer.FGV_ILD_088

> D: A pesca também era um lazer e um prazer para a gente, e isso foi muito prejudicado.FGV_ILD_088

O surfe também é uma atividade muito praticada no litoral capixaba, e dependente do contato contínuo com a água (ver Seção 3.2.4.1). Com a chegada da pluma de rejeitos e os riscos de contaminação associados, essa prática deixou de ser realizada na mesma frequência e escala.

> N: Minha praia, minha onda me trazia felicidade e isso não tem preço. Foi considerada a quinta melhor onda do Brasil. Hoje não é nada. Tudo o que desce de corrente do Leste vem para a Barra do Riacho.FGV_ILD_089

> D: O surfe me trazia felicidade, e hoje não podemos mais surfar.FGV_ILD_089

Vale considerar que esses danos associados às práticas de lazer e convivência social atingem a todas as pessoas que frequentavam esses ambientes, não somente àquelas que vivem permanentemente ali. São muitos os relatos sobre a diminuição dos turistas

na região devido à imagem do local associada ao desastre e o receio de contaminação, assunto que será retomado nas seções Renda, trabalho e subsistência (Seção 3.2.3.2.2) e Rede de relações sociais (Seção 3.2.3.5).

> N: Não só Praia Grande, mas essa região do litoral ficou como mancha da Samarco. Quando eu chamo para vir para cá, na minha casa e o pessoal fala, "mas é aquele lugar que ficou com a lama?" Então ficou como uma marca e já tem cinco anos e ainda é perguntado. Ficou literalmente, a palavra correta é manchado.FGV_ILD_084

> N: Uma das coisas que o comércio sentiu, dentro do impacto direto foi o preconceito. As pessoas de fora, o turista, o pescador que vinha pescar para se divertir, o pescador de lazer, o surfista deixou de gostar de vir para cá devido à qualidade da água do mar.FGV_ILD_089

> D: Deixou de ser rota de turismo. Vão para outros lugares, com medo de se contaminar com minério pesado.FGV_ILD_089

3.2.3.1.3 Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos

Nesta seção são trazidas as narrativas e danos relacionados ao comprometimento do acesso à água potável para consumo próprio ou da família, ou ainda para realização de suas atividades domésticas (como, por exemplo, cozinhar, lavar roupas, tomar banho, entre outras), seja pela falta de água ou pelo acesso à água sem a qualidade adequada para essas finalidades. O dano se refere ao comprometimento do acesso à água de forma parcial (por um período específico), intermitente (com falhas frequentes desde o desastre) ou permanente (sem acesso à água desde o desastre).

A água é um bem natural fundamental para a vida humana, por isso sua qualidade reflete diretamente na viabilidade de uma vida saudável e de bem-estar. Desta forma, todas as interferências na sua qualidade e acesso influenciam diretamente na viabilidade da vida. Nos municípios de Serra, Fundão e Aracruz os atingidos e atingidas tratam desde tema especialmente em relação à incerteza da qualidade da água. Não há relatos sobre a interrupção do abastecimento doméstico, contudo, devido à falta de informação e de laudos conclusivos sobre a qualidade da água, o uso livre e seguro foi comprometido.

Como apontado na caracterização do Litoral Sul (Seção 2.2), a chegada da pluma de rejeitos em Aracruz não aconteceu apenas por via marítima através da foz do Rio Doce, mas também via canal Caboclo Bernardo, que é uma obra de canalização e irrigação dos anos 1960, adaptada nos anos 1990 para servir à indústria de celulose, que transpõe água do Rio Doce até os rios Comboios e Riacho (MARACCI, 2011, p. 92-93;

FGV, 2020l). O rio Riacho atualmente abastece as comunidades de Barra do Riacho e Vila do Riacho, em específico através de seu afluente, o córrego de Santa Joana. A contaminação que chegou à região via canal Caboclo Bernardo é expressa pelos atingidos e atingidas de forma contundente, agravando ainda mais os danos causados pela pluma de rejeitos, e gerando insegurança quanto à qualidade da água da rede de abastecimento dessas comunidades.

> N: A comunidade de Barra do Riacho está dentro de um perímetro que geograficamente não dá mais de um quilômetro quadrado, dentro da bacia do Riacho que foi violada em 1999 pela transposição e canalização do Rio Doce, que trouxe diretamente os rejeitos para dentro da nossa bacia do Riacho na nossa região. Impactando nosso lençol freático, rios, peixes, manguezal. Através de Regência foi impactada diretamente a nossa costa marítima e que também, através do rio Riacho veio também o rejeito do canal do Rio Doce [canal Caboclo Bernardo], que saiu aqui diretamente, na boca da barra todo o rejeito da famigerada Samarco, BHP e Vale do Rio Doce.FGV_ILD_089

> N: [...]. E no dia 23 [de dezembro de 2015] abrem [as comportas do] Caboclo Bernardo liberando aquela contaminação toda pelo canal, contaminando a bacia do rio Riacho.FGV_ILD_089

> D: A contaminação veio do mar e também pelo canal Caboclo Bernardo para a bacia do rio Riacho.FGV_ILD_089

Diante das incertezas quanto à qualidade da água, muitos moradores e moradoras de comunidades abastecidas pelo rio Riacho e seus afluentes passaram a ter necessidade de comprar água mineral para consumo básico, como beber e cozinhar, o que não acontecia antes do desastre.

> N: [...]. Nós aqui da Barra e Vila do Riacho, nós mandávamos água para todos os lugares. Hoje não temos nem para nós. Temos que comprar água [...].FGV_ILD_089

> N: [...]. Ninguém toma água de torneira aqui mais não. E aqueles que tomam, muitos deles não contam mais história [...].FGV_ILD_089

> N: Só para contribuir, a Vila do Riacho a água é captada do rio Riacho. Já a água de Barra do Riacho é captada da Bacia Hidrográfica do rio Riacho. Aonde é captado pelo Santa Joana, aquele córrego que a gente vai ao norte da barra do Riacho. Ali é onde a água é captada, porém, ela faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Riacho, que de uma forma ou de outra foi contaminada pelo próprio o lençol freático, que teve uma ocasião que bombearam a água da barragem para dentro do Santa Joana. Então ele tem o mesmo efeito, entendeu? Isso não muda nada não, a contaminação é a mesma, está interligada pela bacia. Que além do Santa Joana estar próximo do rio Riacho ele é pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Riacho. É ali que a nossa água é captada, que é um afluente que é contaminado via rio Riacho, que entra no Jumuna, por intermédio de bomba de sucção e que vai lá para Mãe Boa e da Mãe Boa joga na barragem. E a barragem, por infiltração,

> joga no Santa Joana. Na verdade, o Santa Joana nasce atrás do viveiro [...].FGV_ILD_089

> N: A questão da água é muito importante. Hoje Barra do Riacho capta água do rio para consumo nosso. A gente já tem o problema nacional da crise hídrica e aqui nós temos uma empresa que capta água do rio também, para poder fazer o seu processo industrial e nós usamos a nossa água. Apesar de que não usamos água para consumo. Todo mundo em Barra do Riacho compra água para consumir. Mas a água do rio a gente usa ela para o nosso dia a dia, tomar banho, para fazer as coisas. Então eu acho que a água também na questão da alimentação e saúde é um ponto muito importante pra nós.FGV_ILD_089

> D: O abastecimento de água em Vila do Riacho e Barra do Riacho é feito pelo rio Riacho e do restante da orla é feito pelo Córrego Santa Joana (na bacia do rio Riacho), e estão contaminados, então hoje temos que comprar água.FGV_ILD_089

Essa condição prejudica não apenas aos moradores, que sofrem com o aumento de gastos com água mineral, mas também aqueles que visitam a região para turismo, que passaram, muitas vezes, a preferir trocar de destino, acarretando também em danos de geração de renda à população local (assim como descrito na Seção 3.2.3.2).

> N: Em 2016, entre as pessoas conhecidas, somos em quinze que tem casa e ninguém veio para Nova Almeida naquele ano. Em 2017, quando uma amiga teve que vir para consertar uma tubulação que estourou no imóvel, vieram com medo, carregando água potável de Belo Horizonte. E até hoje o pessoal que é mais próximo meu não voltaram.FGV_ILD_084

> D: Insegurança com o consumo da água potável, principalmente pelos turistas.FGV_ILD_084

> N: [...] A gente está sobrevivendo, mas eu passei por todas essas praias aqui e o pessoal fala que está suja a água, que está ruim, que até a água de beber está difícil e não querem vir mesmo não.FGV_ILD_084

> D: Os turistas deixaram de frequentar a região por associá-lo ao desastre.FGV_ILD_084

Por fim, há relatos sobre o uso de produto floculante, chamado pelos atingidos e atingidas de Tanfloc, utilizado pelas empresas causadoras do desastre no canal Caboclo Bernardo como uma tentativa de tratamento de água. Porém, não foram identificados estudos que comprovem a eficiência desse produto para casos de contaminação por rejeitos de mineração, além de não ser comum utilizá-lo em áreas de fluxo corrente onde não se tem a precisão do volume de água. Segundo relatos, em nenhum outro local foi permitido o uso do floculante pelos órgãos ambientais, mas, mesmo assim, ali se fez o uso, resultando em efeitos negativos ao ecossistema, como

a mortandade e desaparecimento de espécies de peixes e anfíbios (também mencionado na Seção 3.2.3.8.2, contribuindo para a diminuição do estoque pesqueiro e assim, para o aprofundamento de danos à renda e alimentação.

> N: E outra, diziam que tinha um produto importantíssimo, muitos técnicos da Fundação [Renova] diziam que o Tanfloc seria a solução. Eu lembro que eles tentaram fazer isso em Colatina, e Baixo Guandu. O Tanfloc é para colocar a dosagem certa. Mas como colocar em água bruta a medida exata? O Ibama não permitiu em outros lugares, [...].FGV_ILD_089

> N: [...]. E hoje você pode ver que nem aqueles sapos pequenininhos que tem na beira do brejo não tem mais, acabou. E trouxe muito desastre, porque lá em cima o Rio Doce entra no canal [Caboclo Bernado] lá na tombada de água e ela se dirige aqui para baixo e sai na boca da barra. É 40 km de extensão de água do Rio Doce até chegar aqui embaixo. E é muita água.FGV_ILD_089

> D: Fundação Renova falou pra gente que Tanfloc era solução, e não era.FGV_ILD_089

3.2.3.2 Renda, trabalho e subsistência

No estudo realizado pela FGV (2021d) a partir de levantamento de dados secundários da RECM, foi identificado que o rompimento da Barragem de Fundão e o espraiamento da pluma de rejeitos no oceano Atlântico gerou forte insegurança pelo risco de contaminação da água e consequentemente, dos ambientes litorâneos e estuarinos e da fauna e flora desses locais. Com isso, houve consequências negativas para diversas atividades econômicas desenvolvidas pelas populações dos municípios do Litoral Sul, observadas especialmente nas cadeias produtivas da pesca, turismo, comércios e serviços (COMITÊ INTERFEDERATIVO, 2020; CRISTIANO, 2020; SYNERGIA, 2017; OLIVEIRA et al., 2020; LEONARDO et al., 2017).

Durante as interações de campo no Litoral Sul da RECM, especialmente nas oficinas realizadas com as comunidades atingidas, foi relatado de forma contundente o comprometimento das atividades econômicas gerado por consequência do desastre do rompimento da Barragem de Fundão. As oficinas realizadas no Litoral Sul foram organizadas por agrupamentos que correspondiam às formas de organização presentes no território, sendo algumas delas por categoria ocupacional e outras de acordo com organização territorial de base comunitária, como tratado na Seção 3.1.

As narrativas e danos enunciados referentes à dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência são apresentados nesta seção a partir dos seguintes danos socioeconômicos: (i) Interrupção/Diminuição da renda proveniente do exercício da

atividade pesqueira; (ii) Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao turismo; (iii) Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao comércio e serviços; (iv) Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho; (v) Impossibilidade/Comprometimento de exercício de trabalho livremente escolhido; (vi) Comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis; (vii) Perda dos meios de subsistência, consumo próprio e escambo; (viii) Aumento de gastos, despesas e/ou dívidas; e (ix) Perda/Deterioração/Desvalorização do patrimônio pessoal. A organização desta seção é apresentada na Figura a seguir.

Figura 36 — Dimensão temática Renda, trabalho e subsistência: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.3.2.1 Interrupção/Diminuição da renda proveniente do exercício da atividade pesqueira e de aquicultura

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade pesqueira, seja ela embarcada ou desembarcada, pré-pesca ou pós-pesca.

Devem ser consideradas todas as atividades pesqueiras habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

Para o Litoral Sul, as narrativas indicam que pescadores, pescadoras e toda cadeia da pesca sentiram os danos causados com a chegada da pluma de rejeitos de forma imediata, ainda em novembro de 2015, pois começou a existir a rejeição do pescado local.

> N: Quando teve o rompimento da Barragem de Fundão eu naveguei pra fora, teve mais uns três dias, não deu em nada e eu vim para a terra. Quando eu cheguei em terra, realmente como nosso irmão acabou de falar aí, 90% da nossa água aqui vai ao sul e como o vento predomina nordeste, a nossa pescaria, eu com os nativos aqui, eu comecei a pescar na foz do Rio Doce, porque navegamos à noite com calmaria pra lá, trabalhamos e voltamos com o vento nordeste qualquer hora. Então quando eu cheguei com o barco em Nova Almeida, eu tinha corvina, pescada, cação, eu tinha diversos materiais de pesca. Eu comecei a ligar para os clientes e ninguém estava aceitando. Eu não estava entendendo. Porque meu peixe é da foz do Rio Doce. Joguei quase 500 kg. de peixe fora. Nem doado queriam. Daí a dificuldade foi maior, porque sempre fui criado na foz do Rio Doce e sempre pesquei para o norte, não tinha conhecimento ao sul. [...].FGV_ILD_083

> D: A insegurança com a contaminação fez o consumidor não aceitar o pescado local. FGV_ILD_083

Conforme descrito na Seção 3.2.3.1 a chegada da lama provocou alterações profundas em seus meios físico, químico e biológico da Zona Costeira e Marinha da foz do Rio Doce e suas adjacências, incluindo a contaminação por EPT (Elementos Potencialmente Tóxicos) (Instituto Lactec, 2021a; 2021b), levando as comunidades a alterarem seus modos de vida (Cristiano, 2020). Ainda atualmente, a falta de informação objetiva e clara à população, a percepção de risco de comprometimento da saúde desde a chegada da pluma na foz do Rio Doce e a dificuldade de garantir a origem do pescado geram rejeição do pescado local, regional e até do estadual (ver seções 3.2.3.1.2).

> N: Anteriormente na nossa área, problemas a gente sempre teve, até porque Barra do Riacho é uma área que é cercada por indústrias, mas depois do rompimento nunca se viu tanto preconceito em se consumir um pescado quanto a gente teve após o rompimento, devido à área ter sido contaminada. Tanto quanto aos pescadores quanto aos vendedores. Todos tiveram aquele preconceito de contaminação e claro, com razão, porque até hoje não temos noção até onde vai a contaminação do nosso pescado. Por isso ficou muito difícil o pós-rompimento, pois hoje a gente até tem alguns pescadores que vão lá pescar e a comercialização está voltando devagar. [...]FGV_ILD_088

> D: Passamos a ter muito mais dificuldade de comercializar o pescado, pela desconfiança da contaminação.FGV_ILD_088

Dessa forma, a renda caiu, incialmente, pela falta de compradores/consumidores. Já a partir de fevereiro de 2016, com a proibição da pesca na foz do Rio Doce, a situação foi agravada por não poder acessar as áreas mais produtivas, e significou impactos nas formas de realizar a pesca em si, trazendo riscos de multas e reduzindo as espécies disponíveis para captura.

> N: Na realidade ficamos engessados, porque para sair dos vinte metros [de área de pesca proibida] é preciso passar na área proibida, para conseguir uma primeira pescaria que a pesca do camarão que você tem que pegar, para conseguir uma isca e poder sair fora dos vinte metros. Porém, é uma área proibida e logicamente se a fiscalização te pegar naquela área você vai ganhar uma multa. E mesmo quando a gente pesca o camarão lá fora [para além da área proibida], a gente até pega algumas espécies, mas são espécies que também dependem da parte continental, da fauna, flora, rios e manguezais que foram impactados. Então afetou lá fora também, porque nós temos safra e entressafra, nós temos a questão migra, emigra e imigra. São as espécies que fazem isso, elas não ficam no mesmo local, elas vão para fora. E essas espécies que vão para fora dependem dos manguezais para reprodução. Aí sim, com o impacto causado não dá para reproduzir. Então é isso, para sair para fora [além dos vinte metros proibidos] você corre o risco de levar multa e também você não encontra tantas espécies [volume de pescaria]. Hoje nós pescadores estamos engessados, até que se volte ao normal estamos engessados. Isso é muito preocupante para nós pescadores, que sobrevivemos da natureza. Não estou falando só de sustentabilidade, mas mudou muito a nossa qualidade de vida.FGV_ILD_088

> D: Proibição da principal área de pesca.FGV_ILD_088

Associada à área de proibição, houve diminuição da quantidade e diversidade das espécies pescadas ao em todo Litoral Sul da RECM, gerando pelo aumento de custos para a captura do pescado, já que os trabalhadores da atividade tiveram que passar a ir mais longe (para locais fora da área proibida e/ou onde ainda encontram maior quantidade de espécimes), inviabilizando a pescaria para os que não têm embarcações que permitem esse deslocamento maior.

> N: [...] Antes a gente saía de bateira e eu conseguia pegar pargo, na beira do mar. Agora para você achar pargo você precisa ir 15 milhas para dentro do mar. Você não consegue achar peixe na beirada. O peixe afastou porque na beirada a poluição tomou conta. E quem não tem um barco a motor pra poder ir pescar esse peixe lá fora? Está passando aperto mesmo.FGV_ILD_083

> N: [...] A gente não tem fonte científica, mas isso não acontecia antes. Eu estou aqui desde a década de noventa e nunca aconteceu dessa forma. E de lá para cá tem acontecido, todos os anos [mortandade]. Na época das águas vai encontrar. E mais do que isso, os peixes se distanciam dessa água turva e vão embora. A gente, com o verão agora está buscando peixe muito mais longe. Muito mais longe. E isso aí nós que somos pescadores sabemos disso.FGV_ILD_083

> D: A pesca na beirada (próximo a costa) ficou muito difícil.FGV_ILD_083

Com o passar do tempo, a diminuição do volume de pescado e da diversidade de espécies capturadas também foram trazendo desafios econômicos para viabilizar as pescarias e implicando em aumento do tempo de trabalho e contínua queda de renda.

> N: [...] Hoje mesmo eu saí às quatro horas da manhã, vou arrastar um camarão e sair pra dar uma linhada. Desde quatro horas até uma hora da tarde eu matei vinte quilinhos de peixe. A gente está no mar, a esposa liga e a gente tem que dar aquela notícia pra ela, peguei só uns peixinhos aqui. Então é triste, dá vontade chorar, cara! FGV_ILD_083
>
> D: É muito triste passar o dia inteiro e não conseguir ter uma boa pescaria.FGV_ILD_083
>
> N: [...] Que nem hoje, eu acabo me ocupando mais e fico pouco tempo com minha família. Antes não precisava disso, eu ia lá e fazia umas duas pescarias boas na semana e o resto da semana eu ficava tranquilo. Hoje, não tenho isso. Quando tem um peixe eu tenho que ir atrás, se não os meus filhos passam fome.FGV_ILD_083
>
> D: Duas pescarias boas seguravam a semana, hoje precisamos ir para o mar todos os dias.FGV_ILD_083
>
> N: [...] Tem que colocar óleo, o motor quebra, tem que colocar a isca porque nem dá pra arrastar mais, pois o peixe escasseou devido à contaminação. Às vezes ele tem que pagar mais pra trabalhar. Então ele tem que fazer uma reserva pra poder arrumar o barco quando ele estragar. Estamos vivendo esta situação assim. Não é mais o que era antes. Se ele quiser ficar só na beirada aqui pescando, principalmente como marinheiro, não tira pra comer e não vai conseguir sustentar a família dele. Porque quem tem um barquinho ganha um pouquinho a mais.FGV_ILD_083
>
> D: A produção pesqueira caiu.FGV_ILD_083

Como evidenciado no estudo FGV (2020k), os danos do desastre do rompimento da Barragem de Fundão atingem não só os pescadores embarcados, mas toda a cadeia pré e pós-pesca envolvidas no suporte da atividade pesqueira e composta por diversos grupos de ofícios que se articulam e interagem a partir da *presença do barco*, isto é, do barco em atividade, pois é a sua saída ao mar que orienta e articula uma rede de interdependência entre todos os grupos de ofícios.

As oficinas apontam que houve forte comprometimento da renda nas atividades pós pesca, principalmente, com foco no beneficiamento e na comercialização. E ainda fica evidente questões importantes no contexto da pesca artesanal, sendo: (i) o pescador desenvolve mais de uma atividade; (ii) a pesca promove uma rede de trabalho familiar; (iii) as relações de trabalho na pesca se constituem informalmente. Apesar de enfrentar

o comprometimento das suas atividades, sejam formais ou informais, esses profissionais têm grande dificuldade para acessar o reconhecimento como atingido e, consequentemente, as medidas compensatórias e de mitigação que poderiam atenuar suas perdas (também debatido na Seção 3.2.3.8.6.

> N: [...] Esse monte de barco parado aí. Eu mesmo larguei o meu barco aí pra ir pescar em Guarapari. A gente vai continuar tirando do mar o sustento. Muita gente tem exclusivamente o mar como fonte de renda. Eu não que eu ainda tenho a profissão de vigilante e nas minhas escalas eu consigo pescar. Mas eu tinha toda a minha família envolvida, em pesca e comercialização.FGV_ILD_083

> N: Isso mudou. Porque a gente tinha lucro. A gente empregava não só o pescador como empregava a família da gente. Minha mãe limpava camarão e ela tinha o lucro dela. Ela, minha irmã, minha sobrinha. A cadeia da pesca aqui hoje tem muita gente parada, porque os peixeiros que limpa peixe, tem os vendedores, todos prejudicados. [...].FGV_ILD_083

> D: A cadeia da pesca envolvia toda família no trabalho desembarcado, como: limpar o peixe e vender. Isso se perdeu.FGV_ILD_083

> N: Na questão da comercialização, com certeza era bem melhor. Por exemplo de setembro a dezembro sempre foi a safra da pescadinha e, com a chegada do verão, o carnaval e o turismo que havia, o comércio era bastante, durante um período de seis a sete meses pescando a pescadinha. Mas agora complicou, porque não pode mais pescar.FGV_ILD_088

> D: Queda de renda.FGV_ILD_088

A atividade pesqueira no cenário nacional enfrenta desafios de gestão, ordenamento e conservação com vistas à uma atividade mais sustentável em um cenário de declínio dos estoques pesqueiros (FERNANDES, 2018). Dessa forma, o desastre do rompimento da Barragem de Fundão chega como mais uma fonte de perturbação e gera uma forte desestruturação da atividade pesqueira na RECM, que acarreta desânimo e falta de perspectiva de futuro, principalmente no que diz respeito a continuidade geracional da pesca, conforme explorado nas seções 3.2.3.9.2 e 3.2.3.4.1.

> N: É igual a companheira falou aí, essa área aí de Regência, Barra do Riacho, Barra do Sahy, Santa Cruz, acabou com tudo aí. Hoje em dia ninguém pensa mais em treinar um filho para pesca porque as condições não dão mais. Antigamente nós chegávamos na pescaria com 200 a 300 kg [de peixe] e eles brigavam para comprar o seu pescado. Hoje em dia ninguém quer. Hoje tem muito baiacu, que só vem na beira e só desova na beira, mas ninguém nem está pegando, está deixando no mar. Porque ninguém [consumidor] quer comprar. Todo mundo está com medo de comer peixe. Hoje temos que ensinar os filhos a trabalharem com outra coisa. Antes eles nasciam querendo pescar, com quatro a cinco anos [de idade] estavam na beira do rio,

> mas hoje acabou. Ninguém quer seu filho para ser pescador amanhã.[FGV_ILD_088]
>
> D: Queda de renda.[FGV_ILD_088]
>
> N: Só quero complementar a fala dele, de não querer os filhos pescadores, não é só o colega pescador não. São muitos pescadores, porque realmente a pesca é tão massacrada que o pescador não vê um futuro para o filho dele. Antes eles querem profissionalizar o filho para ele ter um emprego, para fazer da pesca uma sub-renda e não uma renda principal. Então temos uma Vila de pescador tradicional e temos muitos pescadores que não querem mais isso para os filhos. E isso acontece também em Santa Cruz e outras ilhas de pescadores.[FGV_ILD_088]
>
> D: A tradição da pesca está se perdendo. [FGV_ILD_088]

3.2.3.2.2 Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao turismo

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade econômica relativa ao turismo. Devem ser consideradas todas as atividades econômicas habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

Nos distritos litorâneos de Serra, Fundão e Aracruz a atividade turística também possui relevante papel na geração de renda, ainda com a particularidade de que, por estarem bem próximos à Vitória, possuem muitas residências de veraneio da população da Região Metropolitana. Atrelado à atividade turística, também são identificados empreendimentos de comércio e serviços ligados a esse setor, como: pousadas, hotéis, campings, bares, lanchonetes, restaurantes, quiosques de praia, entre outros.

Nos municípios da RECM, a cadeia da pesca, os estabelecimentos de alimentação, comércios e serviços turísticos foram os que mais sentiram impactos decorrentes do desastre, em função das notícias sobre a contaminação que afastaram os turistas (CRISTIANO, 2020). Assim, demonstrando uma relação de interdependência entre as atividades e a relevância do turismo para muitas comunidades pesqueira na RECM e Litoral Sul.

Segundo Instituto Lactec (2021a), foi verificada a redução de diferentes usos do ambiente pelo homem associados aos danos diagnosticados para a Zona Costeira e Marinha. Assim, além da pesca, observou-se perdas significativas para aquelas

comunidades que utilizam o litoral para fins culturais e de lazer, mesmo que de forma esporádica (comunidade regional), relacionadas às registradas perdas ao turismo.

O principal segmento da atividade de turismo no estado do Espírito Santo é o "turismo de sol e de praia", constituído por atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor. Onde a recreação, o entretenimento e o descanso estão relacionados ao divertimento, à distração ou ao usufruto e contemplação da paisagem (FUTURA, 2017, p. 27). Contudo, a imagem das praias na RECM ficou "manchada" pela pluma de rejeitos proveniente do desastre do rompimento da Barragem de Fundão, como já abordado no item 3.2.3.1.2. O fato repercutiu para depreciação desses locais como destino turístico, como são apresentados nas narrativas a seguir.

> N: [...]. Então uma das coisas que gostaríamos de deixar bem evidente no estudo são esses transtornos que a lama vem causando pra gente, a questão do desinteresse pela nossa região, Pontal, Povoação, Regência, Barra do Riacho, Aracruz, Barra do Sahy, Santa Cruz. Deixou de ser rota de turismo. Vão para outros lugares, com medo de se contaminar com minério pesado. [...].FGV_ILD_089

> D: Os turistas deixaram de se interessar pela nossa região por conta da contaminação.FGV_ILD_089

> N: E até hoje o pessoal que é mais próximo meu não voltaram. É um desgosto muito grande de vir tirar férias num local aonde você vê não é mais a natureza, foi uma natureza e traz as lembranças ruins. Minha tia mesmo falava, eu vou para lá e fico vendo imagens das pessoas mortas. Então teve impacto no turismo, porque as pessoas querem fazer turismo num local agradável.FGV_ILD_084

> D: Os turistas deixaram de frequentar a região por associa-lo ao desastre.FGV_ILD_084

Conforme mencionado na Caracterização (item 2.2 e em Relações com o meio ambiente (item 3.2.3.1), encontram-se no Litoral Sul a APA Costa das Algas e RVS Santa Cruz que compreendem uma faixa litorânea e região marinha confrontante aos municípios de Serra, Fundão e Aracruz (ES). Esse fato torna a área de interesse para um público específico que é atraído por ambientes de naturais e preservados, seja para lazer ou estudo, que foi duramente prejudicado após o desastre.

> N: Na semana passada eu estava em Enseada das Garças e visitei duas pousadas que recebiam alunos da UFOP que vinham de Minas Gerais e outras escolas. Eles ficavam exatamente uma semana fazendo pesquisa na área de biologia marinha, onde gerava emprego para o dono da pousada, pescadores, camareiras, uma série de pessoas que envolviam, com esse acervo marinho que nós temos. [...] E isso tudo nós perdemos, foi um impacto gigantesco que, mais uma

> vez eu coloco, a omissão do poder público, a covardia, a morosidade e a incompetência, infelizmente. Nós enquanto cidadãos temos que continuar lutando para tentar mudar essa realidade. Então estamos unidos tentando reverter esta situação.FGV_ILD_084

> D: O turismo técnico científico e de avaliação ambiental foi interrompido e impactou quem trabalhava como educação ambiental e pesquisa científica na região.FGV_ILD_084

> N: Tem um turismo na região que a gente perdeu e não sei se vai resgatar de novo. Eu tenho certeza que lá em Manguinhos alguma vez foi fechada a pousada, não da Pousada de Joaripe, mas na pousada Timoneiro vinham grupos para fazer estudos, com alunos do ensino médio, fundamental e de universidade. Eu sou uma das profissionais, que a gente dava aula de educação ambiental para o pessoal das escolas de outros locais, principalmente colégio Pio XII, Loiola, Marista, algumas escolas e universidades de Viçosa, de Uberaba. Vieram também, duas vezes, de Brasília. Vinham tanto para Santa Cruz, como para Nova Almeida, Manguinhos a UFF veio e várias vezes fizemos excursões de ficarmos três dias, uma semana, para poder fazer o estudo da baixa de maré da fauna marinha. E isso é uma coisa que acabou, não tem mais. Então assim, locais como Enseada das Garças, Poço da Lama, que na maré baixa de lua cheia, lua nova, a gente fazia esse trabalho de levar eles para conhecerem a fauna viva, sem fazer coleta, aprender sobre a fauna marinha. Foi um trabalho até de mergulho que acabou, não tem mais e não se sabe quando voltará esse tipo de trabalho.FGV_ILD_084

> D: O turismo técnico científico e de avaliação ambiental foi interrompido e impactou quem trabalhava como educação ambiental e pesquisa científica na região.FGV_ILD_084

A atividade turística demanda um complexo de bens e serviços utilizados ou utilizáveis para atender as demandas do turista. A seguir, vamos nos deter aos empreendimentos, formais e informais, que hospedam os turistas, como hotéis, pousadas, camping, casas de aluguel e veraneio, entre outros.

A demanda pelas praias do Litoral Sul naturalmente fez com que empreendimentos fossem se estruturando com a finalidade de atrair os turistas, além de gerar a estruturação econômica em torno da demanda existente. A partir do desastre essa atividade econômica é imediatamente comprometida, sendo relatada a rejeição das praias com destino turístico.

> N: E várias pessoas que vinham em Praia Grande pelo sossego, pessoas da terceira idade, que vinham dezembro, março em outros meses, não estão aceitando mais vir para cá por causa da questão dessa lama da Samarco. As próprias empresas que organizavam para trazer [pessoas da terceira idade] não estão organizando por causa do medo de expor as pessoas mais vulneráveis a esse ambiente que não tem certeza de nada.FGV_ILD_084

> D: A imagem das praias ficou marcada pela lama.FGV_ILD_084

> N: Converso com pessoas que sofreram o mesmo problema, o dano que aconteceu lá em Mariana. É um dano que vai durar por mais de cem anos. Fato! O principal fator para nós é a fama. "O litoral é ruim", "o mar é ruim", então a gente vai ficar prejudicado. Os danos aqui são a parte biológica e social. Então individualmente, não está gerando dinheiro e não estamos tendo renda.FGV_ILD_084

> D: A lama chegou e a má fama ficou na região.FGV_ILD_084

> N: [...]. Foi dito em todas as redes de comunicação, televisão, rádio. Passa no rádio até hoje que há interdição, então eles não vêm à praia. Porque quando um pescador, mesmo que seja de lazer, vem para cá ele vai passar no restaurante e almoçar, vai passar na lanchonete e comprar uma água mineral, vai passar aqui na loja e comprar uma boia ou qualquer outra coisa para poder pescar ou se proteger do sol. Uma das coisas que a gente sentiu foi a falta das pessoas estarem aqui com a gente, do turismo. Das pessoas que traziam renda pra gente, do turista. [...].FGV_ILD_089

> D: Os turistas deixaram de se interessar pela nossa região por conta da contaminação.FGV_ILD_089

A insegurança quanto a contaminação provocada pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão gera receio em acessar a RECM e, consequentemente, diminuição do fluxo de turista, da taxa de ocupação hoteleira, dos postos de trabalho e da renda. As narrativas demonstram as dificuldades enfrentadas por esses empreendedores.

> N: Nós tínhamos quatorze funcionários, mas hoje temos apenas dois diaristas e o preço da diária na pousada caiu de duzentos para cem reais, eu tinha uma piscina de trezentos mil litros de água e agora coloquei uma de trinta litros. A gente aprendeu a reduzir algumas coisas, até mesmo de segurança, não tenho mais vigilância noturna, a gente automatizou a pousada para poder continuar funcionando. Então eu tenho câmera na recepção, eu tenho portaria remota, eu tenho WhatsApp, tudo para tirar o emprego de alguém eu tive que fazer, justamente para poder continuar funcionando. Eu tive queda de arrecadação e tive que evoluir para uma pousada mais enxuta, devido à queda do turismo em si.FGV_ILD_084

> D: As pousadas perderam renda, significativamente, e tiveram que reduzir custos.FGV_ILD_084

> N: Eu tenho uma pousada muito linda em Manguinhos, na beira da praia, era super, hiper bem frequentada, eu criei meus filhos. [...] Mas quem me levantou um pouco foi a minha neta, porque ela faz um trabalho, hoje, diferente do que eu fazia, mas fui eu quem mandou embora a recepcionista, as meninas para atender o lanche, o café da manhã. Eu fiquei com uma pousada gigante, tendo que limpar, passar pano, arrumar, porque a gente tem lá os quartos perfeitos, com tudo lá dentro e não trabalho mais. Por quê? Eu não tenho mais hóspedes. Agora ela está trabalhando com pequenos apartamentos para alugar fim de semana. Mas eu criei meus filhos todos com a pousada e isso aí está longe de acontecer agora. Muito longe.FGV_ILD_084

> N: Vou dar um exemplo, eu era micro [empresária] e hoje sou MEI. Dispus dos meus funcionários e hoje sou eu e uma diarista, a cada ano perdemos mercado e o poder aquisitivo nosso. E graças a Deus eu tenho a minha mãe aposentada. Se fôssemos viver só do turismo estaríamos passando fome. Imagine a gente que é de classe média e tem uma estrutura e imagine quem não tem e é de classe baixa.FGV_ILD_084

> D: As pousadas reduziram o número de funcionários.FGV_ILD_084

> N: Tivemos queda de nossa arrecadação financeira, queda da arrecadação de impostos e queda de geração de emprego. Então desde 2015 para cá temos um problema social por não termos o emprego e temos um problema biológico devido ao minério em si.FGV_ILD_084

> D: Desemprego na cadeia do turismo.FGV_ILD_084

Ainda é relatado pelos participantes que o perfil do público que frequentava os balneários mudou, deixando de ser frequentada por turistas estrangeiros e provenientes de vários estados brasileiros. Era um perfil de turista que movimentava a economia e deixava recursos na região e foi perdido devido ao desastre do rompimento da Barragem de Fundão.

> N: [...] Outro ponto importante referente a essa situação junto às pousadas é que além dessa sequência de problemas acumulativos que a gente fala, temos uma situação de perfil de quem está querendo vir. Por exemplo, turistas estrangeiros não querem mais vir, por causa do evento da Samarco.FGV_ILD_084

> N: Muita coisa mudou, gente de vários cantos do Brasil frequentava a nossa orla, os nossos balneários agora, desse rejeito para cá, caiu muito a venda. Muitos poucos que vêm. Os mineiros vinham muito para a orla, tem em Carapebus o recanto mineiro. Pessoal do Rio de Janeiro, São Paulo. Hoje não tenho mais esses clientes.FGV_ILD_084

> D: Mudou o perfil do turista, devido à suspeita com a contaminação.FGV_ILD_084

> N: Os marisqueiros que vendiam ostra na beira da orla, carrinho de milho, camarão petiscos que se vendiam caminhando na beira da praia, hoje no verão você vê pouquíssimas pessoas [vendendo] porque eles investem, mas não tem quem consome. As pessoas da região não consomem, não gera resultado. [...].FGV_ILD_084

> D: Necessidade de buscar outras alternativas de trabalho para complementar a renda perdida no turismo.FGV_ILD_084

As dificuldades enfrentadas com a diminuição no fluxo de turistas e na taxa de ocupação foi sendo agravada com o passar do tempo. A permanência dessa situação torna as estratégias de manutenção e sobrevivência dos negócios mais frágeis para lidar com os

demais desafios enfrentados pelo setor turístico. Nas narrativas ainda são apontadas situações de agravamento de vulnerabilidade econômica que comprometem a sobrevivência dos profissionais e famílias (ver Seção 3.2.3.8.5). Esta situação também se observa para as atividades de comércio e serviços tratadas na próxima seção.

> N: Outro ponto que está pesando diretamente com a pousada e foi uma projeção para 2016 e 2017, e aí vem um ponto sério que ela colocou, que é o que a gente chama que um acumulou em cima do outro, dano em cima de dano. Então, devido à questão da lama, quando teve a greve dos policiais, se não tivesse tido esse problema ele seria neutralizado em menos de um ano conseguiria recuperar a perda daquele fevereiro onde se perdeu a renda daquele carnaval. Então foi a lama, depois mais outra e agora a pandemia. Então, assim, uma coisa agravou e acumulou o dano em cima da outra. [...].FGV_ILD_084

> D: Aumento da vulnerabilidade do setor de turismo, promovendo maior dificuldade para enfrentamento das adversidades econômicas posteriores.FGV_ILD_084

> N: Estou acompanhando há anos, faço parte dele, tivemos queda gigantesca do nosso movimento, da nossa economia. Quando vemos que as pessoas que estão no comércio informal e outros que têm uma pequena pousada, penso como o poder público pode ser tão irresponsável. Uma omissão tão grande por parte do poder público. Porque as pessoas estão morrendo.FGV_ILD_084

> D: Ausência de investimentos em novos empreendimentos de turismo na região.FGV_ILD_084

3.2.3.2.3 Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao comércio e serviços

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade econômica exercida relacionada ao comércio e serviços. Devem ser consideradas todas as atividades econômicas habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

Nesta seção são abordadas as atividades relacionadas com comercio e serviços, exceto hospedagem, já tratada na seção anterior.

Como já abordado na caracterização do Litoral Sul (ver Seção 2.2), as principais atividades econômicas nos distritos litorâneos estão ligadas à pesca e turismo. Dessa forma, os danos que acometem essas atividades repercutem não só em toda cadeia que se estrutura para seu suporte, mas também para uma grande diversidade de empreendedores e trabalhadores, formais ou informais, pois esses recursos geram uma

dinâmica financeira para toda a comunidade. Quando essas cadeias deixam de prover receita e arrecadação o dinheiro fica escasso e prejudica toda a economia local, incluindo as receitas municipais.

Durante as oficinas foram relatados danos aos restaurantes, bares, mercados, quiosques, ambulantes, músicos, artesãos, confecção, insumos para pesca, entre outros. E esses danos vão desde diminuição da renda à falência dos seus negócios.

> N: O meu marido começou em 1987 e o nosso comércio atendia a todas as embarcações. Todos conhecem o nosso comércio, que atendia os barcos com rancho e quando teve o derramamento, esse crime ambiental, a gente teve que mudar o nosso ramo. Tivemos que abrir falência porque a gente não vendia mais o produto que a gente tinha e tivemos que abrir um outro CNPJ para sobreviver. Antes do derramamento consegui levar três filhos para a faculdade. Depois do derramamento as coisas começaram a dificultar não só para o meu comércio, mas para todos os outros e o artesanato também.FGV_ILD_089

> D: A proibição da pesca e diminuição do turismo abalaram muito o comércio.FGV_ILD_089

> N: Eu tenho uma colega que tem uma loja de roupas, abriu ficha [vendeu] para as pessoas que não puderam pagar. As pessoas compraram em 2015 e esperavam receber da Renova para pagar, mas deram entrada com o pedido de indenização da água e não foi aprovado. Entraram com o pedido de comércio e também não foi aprovado. Então o que acontece aqui na orla é que foi aprovado [indenização] para marisqueiro, areeiro, carroceiro, artesanato, essas partes aí que foram aprovadas. Então o que acontece em parte da orla, de rio Preto até barra do Riacho, está se acabando. Porque o que traz o comércio é o turismo e se o turismo não vem o comércio cai. Eu vi a companheira falando que abriu falência, teve um monte de companheiros que abriu falência por causa disso aí. E teve comércio que diminuiu 50% para conseguir sobreviver. Tem comerciante que mandou os funcionários embora, tinham quatro e mandou [embora] três, só para se manter. Então fica difícil o comerciante ter uma estrutura para poder seguir com o seu trabalho. A Renova devia reconhecer sim os comerciantes e os que foram atingidos pela água.FGV_ILD_089

> D: Diminuição de postos de trabalho.FGV_ILD_089

A economia informal, que ocorre em consequência do desemprego estrutural, da cobrança de tributos e da burocracia para atuar legalmente, é bastante presente no setor de comércio e serviços para os municípios do Litoral Sul e aponta para um significativo contingente de profissionais/trabalhadores que dependem dessa economia para prover sua sobrevivência. Aqui destacamos algumas narrativas que apontam os danos às atividades presentes na região e muitas vezes negligenciadas nos processos de reparação por seu alto grau de informalidade (conforme explorado na Seção 3.2.3.8.6).

> N: Eu sou artesã aqui em balneário de Carapebus e faço biquíni e uma porção de coisas. E em 2015 eu não fiz nada, devido ao público, que eram os paulistas. E eu estava acostumada a conversar com eles, mas não vieram, não veio ninguém. De 2015 para cá foi só derrota, ninguém conseguiu se levantar por aqui. Nem os ambulantes, nem os quiosqueiros, nada. [...].FGV_ILD_084

> D: A renda com artesanato caiu muito desde 2015, devido à queda do turismo.FGV_ILD_084

> N: Queria complementar que houve sim impacto nas questões culturais, porque automaticamente o turismo é uma cadeia produtiva e se nós não temos turistas o artista local perdeu o mercado de trabalho. Esse artista precisa ser ressarcido, porque ele perdeu mercado de trabalho. Hoje pela falta de hóspede toda a cadeia [do turismo] foi atingida.FGV_ILD_084

> D: Com a queda do turismo o artista local (músico, artista plástico, artesanato, outros) perdeu o mercado de trabalho e comprometeu a cultura da região.FGV_ILD_084

As dificuldades para manter o negócio ou emprego exigiram estratégias diferenciadas e também maior investimento em horas trabalhadas para poder garantir a renda para manutenção da família, conforme descrito nas seções 3.2.3.5.1 e 3.2.3.9.1.

> N: A gente teve que se reinventar, vender *on-line*, novos recursos para poder estar até hoje. Mas, mesmo com a tristeza temos convicção de que esse impacto tem que acabar. Temos a convicção de que os atingidos e o comércio têm que ser ouvidos e tem que ser atendido o apelo deles, porque não é só indenização. [...].FGV_ILD_089

> D: Muitas mulheres perderam suas fontes de renda do artesanato.FGV_ILD_089

3.2.3.2.4 Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho

Sofrem esse dano pessoas que tiveram os seus petrechos, utensílios, bens utilizados para o trabalho (como barco, trator, vara de pesca, enxada etc.) depreciados, desgastados, estragados ou prejudicados por motivos relacionados ao desastre, seja imediatamente após o desastre (como por ter sido afetado pela passagem da lama) seja em momento posterior (como por exemplo pela ausência de condições financeiras para dar manutenção a tais bens ou por terem ficado muito tempo sem utilização).

As narrativas apontam duas questões centrais para esse dano, sendo: (i) a deterioração dos petrechos pelo contato com o rejeito na água; e (ii) a necessidade de investimento

em novos equipamentos para conseguirem se adaptar, principalmente à mudança de áreas de pesca e espécies alvo da pescaria.

A necessidade de alteração das áreas de pesca gera a necessidade de novos conhecimentos e investimentos, nem sempre ao alcance dos pescadores locais. A principal dificuldade enfrentada diz respeito à adequação das embarcações ou até à necessidade de investimento em embarcações de maior porte, além de petrechos apropriados às novas áreas e/ou espécies.

> N: [...] Está lá o meu barquinho sendo destruído. Essa região aqui do município de Serra, e acredito eu praticamente todo o nosso litoral, quem tem embarcação pequena não consegue sobreviver da forma que precisa, tirando da pesca. Nós chegamos ao extremo devido aos impactos desses grandes empreendimentos, devido à essa tragédia.FGV_ILD_083

> N: [...]. Temos a nossa capacidade de pesca reduzida, porque nossas embarcações não suportam ultrapassar essa área de exclusão e pescar em outras áreas de pesca. Então de qualquer forma estamos colocando em risco nossas vidas, investindo num mar com embarcação inadequada e quando pescamos nas áreas de exclusão trazemos baiacu contaminado. Mas qual a saída que nós temos? Pelo menos vamos morrer devagarinho, contaminados por metais pesados e não vamos morrer por uma necessidade.FGV_ILD_083

> D: Perda de equipamentos, embarcações e áreas pesqueiras.FGV_ILD_083

Os custos envolvidos para realização de uma pescaria marítima são altos, desde os insumos (gelo, óleo, rancho etc.) até a aquisição e manutenção dos equipamentos (embarcações, motores, equipamentos eletrônicos, petrechos etc.). Com a chegada da pluma é notado que os petrechos necessitam de maior cuidado e manutenção para retirada do rejeito e ainda assim tem sua durabilidade reduzida, aportando maior custo de manutenção e troca por maior deterioração mais frequentes.

> N: Agora, em relação à pesca a gente tem um sistema de trabalho de petrecho, pois trabalhamos com as espécies nativas, com crustáceo, o camarão, o molusco e trabalhamos com espécies de pescado, a corvina, o bagre, o linguado, o peroá e outras. E para sair fora dessa área proibida temos que investir mais em petrechos. Então o custo fica mais alto. Às vezes você até tenta, mas é difícil.FGV_ILD_088

> N: Na realidade trabalhamos com vários petrechos, com rede de arrasto. E voltando um pouquinho atrás aí, quando chegou a lama, não marquei exato o dia e a hora. Porque eu fiquei até um pouco preocupado, pois quando eu lancei a rede de pesca, de pescadinha, naquele momento eu quase não consegui trazer a rede para cima, de tanta lama. Estava eu e meus companheiros que estavam em outras embarcações e achamos estranho, pelo fato de ser um rejeito diferente. Porque a gente conhece o tipo de sedimento que geralmente

> tem ali e de repente apareceu um sedimento bem avermelhado e descobrimos que era a lama. E a gente ainda conseguiu puxar a rede para cima e deixamos a embarcação na beira da praia e ficamos um tempão lá, para tentar recuperar, mas foi um impacto grande.FGV_ILD_088

> D: Os petrechos estragam mais rápido por conta da lama.FGV_ILD_088

3.2.3.2.5 Impossibilidade/Comprometimento de exercício de trabalho livremente escolhido

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de poder escolher livremente o trabalho/atividade econômica que gostariam de exercer. Esse dano inclui tanto as pessoas que ficaram sem trabalho quanto as que passaram a ter que praticar outras atividades para obter renda, pois o trabalho/atividade anteriormente praticado foi comprometido em razão do desastre, como por exemplo a proibição do exercício da pesca, a falta de fertilidade do solo, de disponibilidade de recursos minerais, hídricos, de oferta de emprego e serviços variados.

Apesar de não haver uma proibição para exercer a atividade de pesca em grande parte da área da RECM, os danos que afetam a região colocaram muitos profissionais frente a situações de dificuldade que os impedem de continuar a atividade livremente escolhida.

> N: Eu conheço gente que largou de vez da pesca, mas que tinha outras atividades. Eu por exemplo vivo só da pesca, mas conheço uns dois que pescavam e pararam de pescar. Era uma forma de complementar a renda.FGV_ILD_083

> D: A sobrevivência por meio da pesca ficou muito difícil.FGV_ILD_083

> N: [...] Enfim, o que vamos fazer daqui para frente? É pescar, minha opção é pescar, eu não tenho outra opção. Não posso ficar parado dentro de casa. Já fiquei bastante tempo parado. Igual o [companheiro] falou aí, sobre o passado, nós saíamos de casa às quatro horas da manhã, ia no mar, mirava uma rede, puxava a nossa redinha, antes desse impacto aí, e quando dava sete a oito horas já estávamos em casa com cem quilos, cento e vinte, cento e cinquenta quilos de pescadinha. No outro dia a mesma coisa. Em uma semana eram mil quilos de peixe, hoje em dia não existe mais isso, acabou. E é isso aí, eu tenho que pescar, vou ter que ir para fora e tirar o meu sustento da pesca.FGV_ILD_088

> D: Como vai ficar pra frente com a quitação geral e o corte dos auxílios emergenciais?FGV_ILD_088

As dificuldades para se manter na atividade econômica ainda assumem proporções que geram maior desafio para as mulheres e jovens.

As mulheres assumem diversos postos de trabalho na cadeia da pesca e turismo, no comércio e serviços, apesar de muitas vezes invisibilizadas pela informalidade. Durantes as oficinas realizadas no Litoral Sul, as mulheres participaram com bastante força nas atividades relacionadas ao turismo, a pesca (principalmente pós-pesca) e ao comercio e serviços. Contudo, merece destaque a organização e empoderamento dessas mulheres relatado na atividade de artesanato, como sendo uma atividade de destaque, legado e reconhecimento do seu papel.

> N: [...] Não é só isso. Eu acho que quando chega a falar em indenização a gente está esquecendo um passado completo que a gente tem, de construir e de trazer mulheres a se empoderar através da sua venda e geração de renda. Quantas mulheres deixaram de levar para dentro de casa o seu ganha pão porque não vendia mais? Eu falo com muito amor isso, porque eu sou comerciante e criei meus filhos através do nosso comércio.FGV_ILD_089
>
> D: Precisamos de mais do que só a indenização. Os danos continuam aí.FGV_ILD_089
>
> N: [...] E a cultura, como que ela deixou de existir? Porque precisaram migrar para outros setores. As pessoas precisaram sobreviver. Eles deixaram de fazer aquilo que eles amavam. O artesanato, a arte. E aí tiveram que largar aquilo que eles aprenderam de mãe, de filho, de pai.FGV_ILD_089
>
> D: Somos comunidade tradicional pesqueira, e nosso modo de vida foi abalado.FGV_ILD_089
>
> N: O artesanato tinha um poderio de envolver as mulheres dentro de um contexto de sobreviver através da matéria-prima local, só que infelizmente elas tiveram que migrar para outros trabalhos. Saíram do artesanato, que trazia para elas uma fonte de um reconhecimento profissional. É uma profissão e nós vamos ter o congresso estadual no dia quinze e nós vamos lutar pelas políticas públicas para o artesanato.FGV_ILD_089
>
> D: Tivemos que buscar outras formas de trabalho.FGV_ILD_089
>
> N: Então, ouvindo o companheiro que me antecedeu, falar assim dá uma angústia. Quando a gente iniciou esse trabalho do artesanato, porque eu tenho trinta e dois anos de artesã e a gente trabalha com conchas, escamas e modelagem de porcelana fria, bordados. A gente tem um projeto chamado Espírito das Águas que retrata toda a vida marinha na nossa região. E não só a gente como as outras associações receberam um impacto muito grande, porque além de não conseguir colher e receber as escamas dos pescadores, a gente não conseguia vender a nossa produção. Esse projeto Espírito das Águas começou desde 2012 e até me emociona, porque a gente leva no coração essa história do Rio Doce. A gente leva no coração essa história do mar.FGV_ILD_089

> D: Passamos a ter muito mais dificuldade de comercializar nossos produtos pela desconfiança da contaminação.FGV_ILD_089

Em alguns casos, como a pesca, o agravamento dos prejuízos à atividade econômica compromete a continuidade de diversas profissões e que deixam de ser transmitidas para as gerações futuras, uma vez que os jovens não encontram mais oportunidades de desenvolvimento, tema que será retomado mais adiante na Seção 3.2.3.4.1.

> N: Muita gente, principalmente os jovens que foram crescendo foram embora da nossa comunidade, porque as oportunidades são poucas. Daí para de pescar, para de ganhar dinheiro com pesca, para de ganhar dinheiro com comércio, não existe uma escola profissional, não existe uma escola que vai fazer ele ser um profissional da indústria ou da pesca, daí o jovem vai buscar novos horizontes. [...].FGV_ILD_089

> D: Muitos jovens foram embora por falta de oportunidades.FGV_ILD_089

3.2.3.2.6 Comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis

Sofrem esse dano as pessoas que, por motivos relacionados ao desastre, passaram a ter que exercer seu trabalho/atividade econômica em condições piores do que as que possuíam anteriormente, comprometendo: (i) a segurança no exercício do trabalho; e/ou (ii) a execução do trabalho de uma forma que não traga prejuízo à saúde física ou mental; (iii) os rendimentos ou remuneração obtidos com o exercício do trabalho, bem como outras garantias trabalhistas.

As narrativas construídas principalmente por pescadores e pescadoras abordam de forma muito clara que a segurança no exercício da atividade piorou, seja por terem que acessar áreas que ficam mais distantes da costa e/ou pela falta de capacidade de investimento em equipamentos que permitam exercer com segurança a atividade nessa nova realidade imposta. A questão da segurança quanto à navegação já é um tema de atenção na realidade da pesca artesanal, sendo agravada depois do desastre.

> N: Só para fazer um diagnóstico da atividade de pesca na nossa região, tanto Nova Almeida, a gente tem umas características, 80% das nossas embarcações hoje e historicamente vem sendo assim, são de pequeno e médio porte. E tem a área de pesca, hoje a gente está excluído como única possibilidade de acessar esse recurso. Então a Renova não contemplou esses proprietários de barco. Então elas não conseguem atravessar as áreas proibidas para acessar outras regiões de pesca com segurança. Muitos companheiros estão saindo com embarcações pequenas, pequena motorização, pequeno calado e correndo para acessar regiões de pesca além da área de exclusão. Hoje nós temos uma frota sucateada, porque a gente não consegue fazer a manutenção devida nas embarcações de pequeno e médio

> porte porque elas não estão viáveis economicamente. Então aquele impacto de 2015 ele permanece. A gente se arrisca ou comendo o peixe contaminado e distribuindo para a população, ou ultrapassando os limites além-mar, com barcos que não tem possibilidade.FGV_ILD_083
>
> D: Hoje a frota está sucateada por falta de recursos para investimento.FGV_ILD_083
>
> N: A pessoa com uma embarcação do tamanho que eu tinha, hoje não consegue sobreviver da pesca. Hoje quem consegue sobrevier da pesca é embarcação maior. Por exemplo um barco que carrega gelo, que pode ficar vinte dias no mar. Essa embarcação maior consegue pescar porque consegue atravessar a área que está proibida. [...].FGV_ILD_083
>
> D: A sobrevivência por meio da pesca ficou muito difícil.FGV_ILD_083

Outro ponto de relevância narrado pelos atingidos e atingidas é a necessidade de aumentar a carga horária de trabalho e/ou buscar outras atividades complementares para tentar suprir a diminuição da renda. Esse fato gera desgaste físico e psicológico, uma vez que tem que abrir mão do tempo de descanso semanal e até do convívio com a família, como mencionado na Seção 3.2.3.9.1.

> N: Eu quero trabalhar com minhas artesãs, quero trabalhar com meu marido que tem desde 1985 como comerciante. Eu vejo o meu marido sair às cinco horas de manhã e vejo ele chegar às dez horas da noite, para poder pagar as dívidas. E sem ter quase o comércio aberto, com vendas boas.FGV_ILD_089
>
> D: Hoje precisamos trabalhar mais.FGV_ILD_089

Com o comprometimento das atividades econômicas, e como consequência a diminuição dos postos de trabalhos e das oportunidades de geração de renda, aumentou o número de pessoas no mercado informal e a vulnerabilidade dos atingidos e atingidas e suas famílias.

> N: Eu vou dizer que em Manguinhos, até antes da pandemia, as festas comunitárias, religiosas, mas sem público de fora. Depois do rejeito as festas não tinham público. Os meus ex-funcionários por exemplo, hoje estão no comercio informal.FGV_ILD_084
>
> D: Aumento da atividade informal.FGV_ILD_084
>
> N: Eu sou representante do balneário de Carapebus, tenho o meu comércio aqui no balneário. Vários quiosqueiros que tinham aqui na maioria estão fechados, só podem trabalhar no verão, não trabalham mais no inverno, porque os turistas não frequentam mais por causa do rompimento dessa barragem, dessa lama. Pessoas que vendiam milho hoje andam pelas ruas catando latinha, porque a renda foi pra lona, para baixo mesmo, sem ter turismo, sem ter pessoas para consumo.

> Os quiosqueiros venderam quiosques e é um impacto que levamos e estamos sofrendo até hoje. [...].[FGV_ILD_084]

> D: Dificuldade de manter os empreendimentos e os negócios, muitos não conseguiram manter.[FGV_ILD_084]

3.2.3.2.7 Perda dos meios de subsistência, consumo próprio e escambo

Sofrem esse dano as pessoas que possuíam plantações, cultivos, hortas, pomares, criação de animais, que pescavam ou caçavam, utilizando esses bens ou atividades para seu próprio consumo, para o consumo da família, para trocarem ou venderem por outros produtos necessários à reprodução física ou social e, devido ao desastre, passaram a ter essas atividades prejudicadas ao longo do tempo.

As atividades voltadas à subsistência, autoconsumo e escambo fazem parte de estratégias multifacetadas de gestão de recursos generalizadas no território, especialmente, mas não exclusivamente, relevantes a populações em situação de vulnerabilidade que dela se valem em situações de escassez para o suprimento de suas necessidades básicas, e dialogam de forma adaptativa com ciclos produtivos naturais e culturalmente orientados ao longo do tempo (FGV, 2021i).

As narrativas e danos abordados no tema relativo à perda dos meios de subsistência e consumo próprio merecem olhar detalhado aqui, pois explicitam como as atividades, além de geradoras de renda, também são fundamentais para o autoconsumo e escambo. São práticas associadas a um modo de vida particular, que abarca conhecimentos sobre o manejo e uso dos ecossistemas atrelados a tradições locais e à pluriatividade.

Em relação à atividade da pesca, as narrativas apontam que é realizada com fins comerciais e também para autoconsumo e constitui elemento importante para a saúde física e nutricional, além de ser parte intrínseca da cultura das comunidades, conforme aprofundado na dimensão temática de Alimentação (Seção 3.2.3.3). O comprometimento desta fonte de autoconsumo gera danos materiais e imateriais, e ocorre devido ao medo da contaminação e também devido à necessidade de, no pós-desastre, passar a comercializar o pescado que antes era consumido, já que o desastre ocasionou o comprometimento da renda.

> N: Nós sempre tivemos a pesca centenária e o sistema capitalista nos levou a esta situação. A pesca desde a década de 60 e 70, nunca teve problema de bolsa de valores e especulação. A mãe natureza sempre nos deu alimentos. [...].[FGV_ILD_089]

> D: Os peixes morreram. Espécies da fauna e flora desapareceram.FGV_ILD_089

> N: Ficou ruim também pra gente que vende o peixe. A gente pesca na intenção de vender, e as pessoas não querem comprar. E para nós comermos também, porque a minha melhor refeição é peixe e isso mudou bastante.FGV_ILD_089

> D: A alimentação passou a ser menos saudável, por diminuir o consumo de pescado.FGV_ILD_089

> N: [...] Nós tivemos uma temporada de baiacu. E a carne está toda preta. Eu não pude vender aqueles peixes. Eu tive que jogar fora, não botei nem para vender. Eu fiquei muito triste. A gente só perdeu e se não fizer nada nós vamos continuar perdendo.FGV_ILD_083

> D: O peixe ficou preto por dentro e acontece até hoje (camarão, baiacu e outros peixes), isso nunca aconteceu antes.FGV_ILD_083

Um ponto bastante relevante verificado nas narrativas diz respeito ao medo de consumir o pescado local até mesmo pelos pescadores que apontam ter reduzido e/ou substituído o consumo de pescado por outras proteínas e alimentos industrializados. Esse tema será aprofundado na Seção 3.2.3.3.

3.2.3.2.8 Aumento de gastos, despesas e/ou dívidas

Esse dano trata das situações em que as pessoas passaram a gastar mais com a compra de alguns produtos e/ou serviços (i) que antes não precisavam; (ii) que passaram a precisar em maior quantidade; (iii) que passaram a custar mais caro devido ao aumento da demanda e/ou diminuição da oferta por motivos relacionados ao desastre.

Os danos enquadrados nessa seção estão relacionados ao aumento de custos e endividamento, sendo parte deles relacionados ao exercício das atividades em novas condições e/ou pelo aumento de custos de vida impostas pelo desastre.

Um fato importante, presente na narrativa a seguir, é que ninguém estava preparado para lidar com os desdobramentos do desastre, pois a mudança foi inesperada e trouxe efeitos imediatos, ou seja, não houve tempo de preparação para suportar esses efeitos negativos.

> N: Essa mudança brusca. Hoje você está numa situação de investidor e de repente passa de investidor para endividado e isso traz uma perda de prosperidade. Lidar com essa situação de forma brusca é difícil. A gente começa a se esconder dos círculos sociais, porque esta situação nos coloca numa situação de humilhação. [...].FGV_ILD_083

> D: A mudança brusca de uma situação de investidor para devedor alterou as relações sociais e de convívio.FGV_ILD_083

A atividade pesqueira marítima teve que enfrentar mudanças, também do dia para noite, que resultaram em aumento de custos significativos para a continuidade da pesca, tais como, investimento nas embarcações, petrechos e equipamentos, além de maior gasto com insumos (gelo, oléo, rancho etc.) e manutenção/reparos.

> N: Eu tinha duas embarcações, uma minha e outra de minha mulher e tive que vender para pagar dívida. Hoje estou com uma embarcação parada no cais e outra pequena que eu adquiri aqui, pra ir conseguindo algum recurso. Estou com dívida no banco até 2023, porque na ocasião de 2015 a gente obteve um empréstimo lá e está pagando até hoje [...].FGV_ILD_083

> N: Os danos foram incalculáveis, na época eu tinha quatro embarcações carregadas pra sair. E saíram, voltaram sem nada. Saíram a segunda vez e voltaram sem nada. Na terceira vez proibiram a nossa área de pesca. A área onde havia o cação e outros tipos de peixe hoje não tem mais. Então resumindo a conversa, o meu prejuízo eu posso provar. Foi duzentos e poucos mil reais. Eu perdi dois barcos, tive que vender barato pra poder quitar a minha dívida junto à Peroá, que onde a gente carrega os barcos. E assim vem. Hoje tenho outro barco parado, porque é a área onde se pescava o cação e hoje não pode mais. Está parado lá em Jacaraípe. Tenho danos morais também. Atrasei contas. Arrumei problemas. E assim a gente vem lutando pra sobreviver.FGV_ILD_083

> D: Aumento do endividamento na atividade pesqueira.FGV_ILD_083

Os comerciantes apontam que houve endividamento para conseguir manter os negócios, pois a queda na receita por um período tão prolongado os colocou em dificuldade de honrar os investimentos.

> N: Barra do Riacho, somos comércios pequenos, geralmente com a família. Muitas vezes precisamos de empréstimo, ralando para pagar, trabalhando em dois a três empregos. Antes a gente trabalhava e aceitava pagamento por camarão, peixe. Não fomos colocados como impactados, mas fomos impactados. Eu mesma já recebi carta dizendo que não fui impactada. A loja está vazia, tentando fazer diversas coisas para poder ter mais uma renda. Então é desse jeito que está o nosso comércio. Eu gostaria que vocês passassem e vissem, porque ninguém nunca veio.FGV_ILD_084

> D: Acabaram as redes de troca entre pescado e outros produtos.FGV_ILD_084

> N: Na questão das perdas que tivemos, elas são crescentes em relação ao emprego e renda. Mas tem a questão do endividamento. Meu exemplo, antes de 2015, em 2013, 2014, para fomentar o meu negócio eu fiz um empréstimo de dezessete mil reais. Hoje essa dívida está mais de trezentos mil reais, porque eu não tive continuidade e os juros

> acompanham a economia do Banco Central, juros, taxas e tudo mais.[...].FGV_ILD_089

> D: Aumento dos empréstimos e do endividamento.FGV_ILD_089

> N: Foi empréstimo em cima de empréstimo, não é [companheiro]? Por não termos sido reconhecidos como impactados nessa época, a gente tinha empréstimo que já estava feito e ia no banco e fazia um empréstimo em cima do outro para conseguir estar aqui ainda, mas o movimento caiu. Por exemplo, estou aqui hoje a tarde toda e não vendi nada.FGV_ILD_089

> D: Somos pequenos comerciantes em Barra do Riacho, e hoje precisamos fazer empréstimos para sobreviver.FGV_ILD_089

Quanto ao aumento de custos é pertinente indicar que a alimentação industrializada e água mineral são relatadas como necessidades que surgem pós-desastre, devido à insegurança quanto qualidade do pescado local (ver Seção 3.2.3.3) e do abastecimento e captação de água para uso doméstico (Seção 3.2.3.1).

3.2.3.2.9 Perda/Deterioração/Desvalorização do patrimônio pessoal

Sofrem esse dano as pessoas que perderam outros bens materiais em razão do desastre. Ao longo dessa dimensão temática (de Renda, trabalho e subsistência) foram relacionadas muitas situações de dificuldade que geram perdas desses bens materiais, desenvolvidos nos danos socioeconômicos de Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho (Seção 3.2.3.2.9).

Assim, aqui abordamos duas questões que são narradas para as oficinas de levantamento de danos do Litoral Sul, sendo: (i) perda de valor dos imóveis em geral; e (ii) perda de imóveis como garantia para empréstimos.

O Litoral Sul vivia um processo crescente de desenvolvimento do turismo (como debatido na Seção 3.2.3.2.2 e com a chegada da pluma de rejeitos esse cenário mudou rapidamente, diminuindo o fluxo de pessoas, alterando a economia local e a demanda por imóveis. Dessa forma, imóveis residenciais e comerciais sofrem desvalorização, de acordo com o relato dos participantes, da ordem de 30% por conta da depreciação do local e, consequente queda da demanda.

> N: Para complementar o que ela está colocando, nós tivemos uma depreciação econômica nos nossos imóveis de mais de 30%. E isso não foi registrado em momento algum, devido às pessoas não quererem mais vir pra cá. Quem vai arcar com isso? Quem é responsável pelo nosso território? Quem comanda? Eu vejo uma

> passividade tão grande por parte do poder público de não lutar nem pelo seu próprio território. Então houve uma omissão, um crime. Além de ser o ambiental, o socioeconômico, humano, um crime por parte do poder público, pela omissão, pela passividade.FGV_ILD_084

> D: Perda de valor do patrimônio e imóveis na região, em aproximadamente de 30%.FGV_ILD_084

Ainda é relatado que o endividamento também gerou comprometimento do patrimônio pessoal no que diz respeito ao uso de imóveis como garantia de pagamento e a situação prolongada de adversidades econômicas colocam em risco esses bens.

> N: [...] E se a dívida continuar e eu for ajuizado vai ser penhorado um terreno meu, ou seja, ainda vou perder um bem de família. Olha a gravidade desse rompimento. Então, na minha situação devem ter várias pessoas perderam barcos, perderam loja e por aí vai. Não é só o que você deixou de ganhar, é o que você perdeu e o que você acumulou de perda. Ou seja, a indenização não recupera nem o que você deixou de ganhar e muito menos o que você adquiriu de dívida ou perdeu. Para completar o que disse o companheiro há perdas sim, e vários comerciantes, além de abrir falência tiveram que fechar [o comércio] de vez e não tiveram como resgatar. Tiveram uma perda socioeconômica muito grande.FGV_ILD_089

> D: Aumento dos empréstimos e do endividamento.FGV_ILD_089

3.2.3.3 Alimentação

Nesta seção são apresentados os danos socioeconômicos referidos à dimensão temática Alimentação. Para sistematização e análise das narrativas e danos registrados em oficinas realizadas com pessoas atingidas, partiu-se da concepção de alimentação como um sistema complexo que permeia diferentes aspectos da vida, tais como o biológico, econômico, social, ambiental e cultural. O ato de se alimentar engloba desde a necessidade básica de obtenção de nutrientes para manutenção das funcionalidades corporais até aspectos culturais que envolvem afetos, memórias e noções de pertencimento e identidade (CARNEIRO, 2005; FREITAS; PENA, 2007; LIMA; NETO; FARIAS, 2015).

A legislação brasileira reconhece essa complexidade, e a Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, define que:

> Art. 3º. A segurança alimentar e nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural

> e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Assim, a legislação referente à SAN prevê como direito a disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, e também a permanência do acesso à alimentação saudável nos níveis individual e coletivo, entendendo as práticas alimentares como parte da complexidade das relações sociais. Considera ainda a necessidade de práticas alimentares saudáveis e que permitam a existência digna em contexto de desenvolvimento integral da pessoa, sendo relevante a perspectiva de que haja condições ambientais favoráveis para a produção, qualidade dos alimentos e qualidade de vida da população (FREITAS; PENA, 2007).

Já a Política Nacional de Segurança Alimentar determinou, para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar, o direito à soberania alimentar como uma de suas diretrizes (BRASIL, 2010). Esse termo, cunhado por movimentos campesinos num contexto de amplificação do debate sobre a alimentação na contemporaneidade, diz respeito à independência na produção e acesso a alimentos de acordo com aspectos culturais e hábitos alimentares, reforçando os aspectos da alimentação ligados à dimensão coletiva e legitimando a importância da garantia de que os diferentes povos tenham liberdade, autonomia e, portanto, independência na definição do que e como desenvolver seus sistemas alimentares (MARQUES, 2010; SILVA, 2020).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional contempla ainda outras duas diretrizes que interessam a análise em curso:

> [...] VI — promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;
> VII — apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei no 11.346, de 2006; [...]. (BRASIL, 2010)

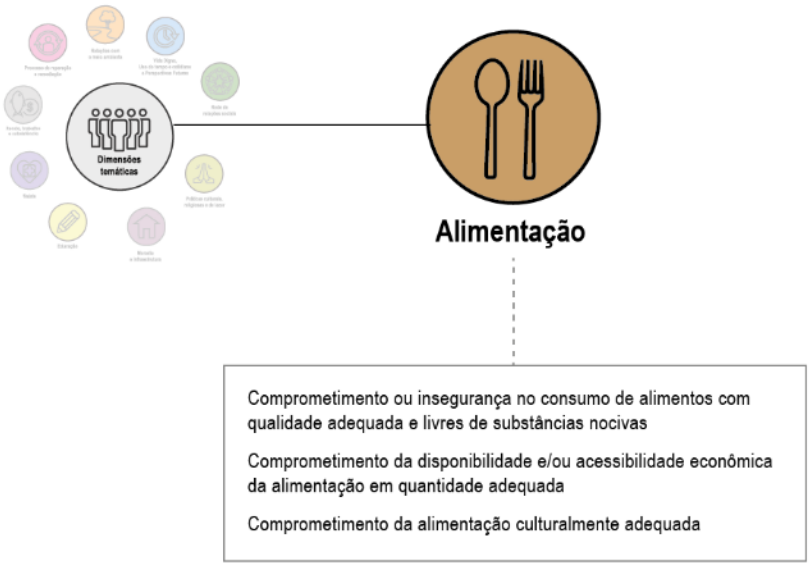
Já as situações de insegurança alimentar e nutricional são descritas, segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como:

> [...] situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural. (BRASIL, 2006)

As narrativas obtidas em campo demonstram que o desastre da Barragem de Fundão, trouxe impactos na segurança alimentar e nutricional das pessoas atingidas, na medida em que afetou as condições ambientais e provocou mudanças no modo de vida próprio das comunidades afetadas, intimamente ligado à exploração e manejo dos recursos naturais. Assim, afetou a produção e acesso a alimentos culturalmente adequados e saudáveis, impondo aumentos de custo de vida e alterações em hábitos alimentares, comprometendo a segurança e soberania alimentar da população atingida que tinha na sua relação e proximidade com o rio um dos pilares de seu sistema alimentar (FGV, 2021i).

As narrativas e danos enunciados registrados neste território demonstram a relação entre o comprometimento dos meios de subsistência da população e de outros aspectos ligados à perda de segurança e soberania alimentar, que incluem qualidade e acesso à alimentação saudável, além de alterações na dieta nutricional e nos hábitos alimentares, a exemplo da impossibilidade de elaboração de pratos típicos do território. Os danos socioeconômicos para a dimensão temática Alimentação são (i) Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livres de substâncias nocivas; (ii) Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação; e (iii) Comprometimento da alimentação culturalmente adequada, conforme apresentados na Figura 37.

Figura 37 — Dimensão temática Alimentação: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.3.3.1 Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livres de substâncias nocivas

Aqui estão relacionados os danos associados à insegurança em relação ao consumo de alimentos em qualidade adequada. São exemplos desse dano: pessoas que ficaram com medo de ingerir alimentos como pescado, leite, carnes ou vegetais possivelmente contaminados pela água. A própria angústia gerada pela ausência de informações sobre essa contaminação já configura este dano.

De acordo com as narrativas obtidas durante as oficinas de levantamento de danos, o desastre comprometeu a segurança alimentar, no seu aspecto qualidade dos alimentos, das seguintes formas: pela contaminação com Elementos Potencialmente Tóxicos (EPT), comprometimento da qualidade sanitária e a insegurança em relação às doenças que podem acometer as famílias no longo prazo; pela impossibilidade de consumir a proteína advinda do pescado, que além de ser hábito cultural, é relatado pela população local relata que o valor nutricional do pescado é superior de outras proteínas; pela afetação do comércio de pescado, que ficou restrito à venda de matéria-prima de fora, mas ainda assim vista sob muita desconfiança em relação à sua origem pelas pessoas locais e pelos turistas, além de haver certa rejeição do peixe congelado.

Nesta primeira sequência de narrativas fica patente que os atingidos e atingidas têm medo e evitam consumir o pescado regional, pelo risco de contrair doenças, especialmente associadas à ingestão de metais pesados que podem se acumular no organismo.

> N: Em relação a peixe de Vitória eu não como. Aqui de Manguinhos também não como peixe e nem compro. Peixe, só se vier da Bahia, quando alguém lá de casa vai à Bahia, compra um monte de peixe. Daqui a gente ainda não está conseguindo.FGV_ILD_084

> D: Insegurança de consumir o pescado regional, devido à contaminação.FGV_ILD_084

> N: Eu morro de medo. Semana passada passou um senhor vendendo camarão e não comprei, porque tenho medo.FGV_ILD_084

> D: Insegurança de consumir o pescado regional, devido à contaminação.FGV_ILD_084

> N: Eu fiquei bastante tempo sem comer peixe, só retornei a comer peixe neste ano [2021] mas, sempre com um pé atrás, porque não sabemos até onde vai a contaminação do pescado. Tenho medo de

> contaminar minhas filhas, minha mãe. Evito camarão, peixe. Várias pessoas, vários conhecidos também evitam.
>
> D: As peixarias tiveram que começar a comprar peixes de fora, e mesmo assim os consumidores tem desconfiança.[FGV_ILD_088]
>
> N: [...] Então o pescador se continuar comendo a saúde dele vai embora. As espécies contraem muito do produto que contaminou. Se você consome repetitivamente aquelas espécies contaminadas logicamente acumula no seu organismo.[FGV_ILD_088]
>
> D: A contaminação do pescado traz preocupação com a saúde da família.[FGV_ILD_088]

As narrativas também evidenciam a perda de qualidade da alimentação, com reflexos nos hábitos alimentares culturalmente estabelecidos, por considerarem, do ponto de vista nutricional, a proteína do peixe mais adequada que outras proteínas como a carne vermelha, carne de porco, frango ou alimentos ultraprocessados.

> N: Com certeza. A gente gasta mais e a qualidade também muda. Eu considero a carne inferior ao pescado. E não é mais saudável. Começamos a consumir mais carne vermelha, mais carne de porco, frango. E mudou também, a gente começa a consumir uma carninha e outros tipos de alimentos que não tinha costume.[FGV_ILD_083]
>
> D: A alimentação passou a ser menos saudável, por diminuir o consumo de pescado.[FGV_ILD_083]
>
> N: Nós perdemos a qualidade da alimentação e ainda veio a pandemia. A gente está numa situação complicada, porque nós não temos mais o ômega três [do peixe], que era o prato do dia a dia. Tem uns seis anos que estamos prejudicados. A natureza nos dava a qualidade da alimentação. E isso é preocupante porque deixa de ter determinada proteína necessária para uma vida saudável.[FGV_ILD_089]
>
> D: Todos nós perdemos a qualidade da alimentação que tínhamos com o pescado.[FGV_ILD_089]

Diversas narrativas indicam que mesmo com medo e em menores quantidades, as pessoas acabam se alimentando do pescado local, pelo hábito cultural enraizado na comunidade. A preocupação demonstrada nas oficinas é maior com as pessoas que possuem menor capacidade financeira ou que moram mais perto do rio e vivem de atividades praticadas no rio e mar, notadamente os ribeirinhos e pescadores. Há muita insegurança e desinformação em relação aos males que a ingestão do pescado pode causar na saúde e muitos depoimentos mencionaram a necessidade de monitorar a presença de metais pesados na população, conforme mencionado na dimensão temática Saúde (Seção 3.2.3.6).

> N: Sugiro que haja um estudo com as populações ribeirinhas, que não deixaram de consumir o pescado, porque faz parte da cultura. Muita gente como eu continua consumindo, numa proporção menor, mas continua consumido esse pescado. Então acho que deveria ser proposto alguma coisa nesse sentido.FGV_ILD_083

> D: O consumo de pescado é uma questão cultural para o pescador.FGV_ILD_083

> N: Sobre o consumo do nosso pescado, eu fiquei um bocado de tempo sem consumir. Eu arrasto camarão e vi a mudança na coloração do camarão. É uma lama diferente. [...]. Mas voltei a consumir outros peixes, pargo, peroá, meio cismado. Inclusive estava numa reunião com a Saúde na prefeitura de Serra, mas foi em vão. Eu não vi resultado nenhum. Porque através da associação ou colônia ou instituição que desse um suporte para nós, deveria fazer uma análise de resíduos de metais no organismo, chumbo, o que for. [...]. Porque a gente é meio obrigado a consumir, acaba consumindo e pode ter um resultado muito desfavorável no nosso organismo. FGV_ILD_083

> D: Inicialmente deixamos de comer peixe, hoje estamos voltando e ainda com muita insegurança.FGV_ILD_083

Alguns relatos sobre a qualidade do pescado mencionam mudanças nas propriedades organolépticas das espécies, como alterações na textura e na coloração.

> N: [...]. Porque o camarão, antes da lama chegar aqui, com um dia ele era perecível. Depois [que a lama chegou] o camarão com quatro dias continua do mesmo jeito. A corvina o caranguejo, peixes que ficam no raso, as pessoas, nós todos estamos consumindo esses peixes.FGV_ILD_084

> D: Insegurança de consumir o pescado regional, devido à contaminação.FGV_ILD_084

> N: [...]. Eu que tenho limpado peixe, eu compro peixe que vem com muito tumor na carne, os de fora não, mas os peixes daqui acontece muito isso. Então essa lama aí veio para acabar com a vida de muita gente, principalmente a nossa, que vivemos da pesca.FGV_ILD_088

> D: Os peixes estão estragados por dentro.FGV_ILD_088

A insegurança de consumidores em relação à contaminação por elementos potencialmente tóxicos (EPT), aliada à proibição das áreas de pesca e à diminuição do fluxo de turistas, impôs uma mudança de estratégia do comércio pesqueiro local, que tinha como elemento central a venda de produto fresco, que passou a vender pescado congelado, adquirido de regiões mais distantes. Em muitos casos, os pescadores que não conseguiram mudar suas estratégias deixaram de pescar ou reduziram a pesca à subsistência, comprometendo também sua segurança alimentar e saúde conforme já mencionado nesta seção.

> N: As peixarias tiveram que comprar peixe de fora e mesmo assim a sociedade ainda tem dúvida se o peixe é de fora ou da área contaminada.FGV_ILD_088

> D: As peixarias tiveram que começar a comprar peixes de fora, e mesmo assim os consumidores tem desconfiança.FGV_ILD_088

> N: Do lado da Colônia [de pesca] tinha uma peixaria que vendia para gente de fora, das empresas, mas depois do rompimento parou. A peixaria para poder voltar a ter clientes teve que pegar o peixe de fora. Só que a qualidade é ruim, porque vem muito gelado. E até as pessoas saberem que o pescado dele estava vindo de fora, demorou.FGV_ILD_088

> D: Passamos a ter muito mais dificuldade de comercializar o pescado, pela desconfiança da contaminação.FGV_ILD_088

As narrativas ainda apontam a preocupação de pescadores e pescadoras por não conseguirem mais garantir o fornecimento de uma alimentação saudável à população, sendo a situação agravada pela falta de apoio e atuação dos órgãos e entidades que são responsáveis pelo tema pesca e segurança alimentar.

> N: E a gente fica preocupado com os que comem [o pescado]. E eu tenho essa preocupação até porque eu sou conselheiro do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho Municipal, Estadual e Federal, antes desse desgoverno que está aí acabar com o conselho nacional. Acabar com os conselhos. [...]. Mas nós temos a responsabilidade de colocar comida saudável. Porque pesa na consciência. Para quem tem consciência. Então precisamos do apoio de vocês. E tem outra, essa Renova, se quisesse fazer um trabalho já tinha feito. Porque temos várias cartografias já efetuadas, por outras instituições e que mostram o local de pesca. E daí ainda proíbe a pesca.FGV_ILD_083

> D: Hoje temos dúvida se o peixe é próprio para consumo.FGV_ILD_083

> N: A gente fica triste de não ver nossos governantes se preocuparem com isso. O pescador tem um trabalho, ele gera o próprio emprego dele. Ele gera na faixa de três a quatro empregos. Se não tiver poluição ele oferece uma alimentação de qualidade na mesa da população brasileira. E nossos governantes, infelizmente não conseguem enxergar isso da forma que é merecido. É um desabafo nesta oportunidade, eu quero pedir desculpas a vocês que estão coordenando aí, mas nós estamos levando a reivindicação para as nossas autoridades.FGV_ILD_083

> D: Hoje temos dúvida se o peixe é próprio para consumo.FGV_ILD_083

3.2.3.3.2 Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada

Dano associado aos custos financeiros, pessoais e familiares relativos à aquisição do alimento que possa comprometer outras necessidades básicas, como matrículas escolares, medicamentos ou aluguel; ou mesmo sua capacidade de alimentos em quantidade e qualidade adequadas. As pessoas também sofrem esse dano a partir da preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, ou a partir do comprometimento da qualidade e variedade dos alimentos como resultado de estratégias para não comprometer a quantidade de alimentos. Este dano pode ter como causa tanto a insegurança em relação à qualidade dos alimentos, tornando indisponíveis importantes fontes de alimentos, quanto a interrupção ou redução de renda.

No pós-desastre da Barragem de Fundão, ocorreram mudanças que comprometeram a disponibilidade e acessibilidade econômica da alimentação, conforme demonstram as narrativas colhidas em campo, nos municípios do Litoral Sul do Espírito Santo. Entre as mudanças evidenciadas nas narrativas destaca-se a escassez do pescado regional, que antes era encontrado em abundância na natureza e de fácil acesso às pessoas e se constituía em fonte de renda para muitas famílias, em especial as ribeirinhas e pescadores artesanais. Atualmente, pelo medo da contaminação e pela proibição da pesca em determinadas áreas, muitas famílias deixaram de pescar e de ofertar alguns pratos da culinária local.

> N: [...] A mãe natureza sempre nos deu alimentos. Todos têm sua panela de barro, porque é cultura local comer peixe. Ninguém passava fome na nossa comunidade. Peixe era em abundância.FGV_ILD_089
>
> D: Hoje não podemos mais comer peixe como comíamos antes. E faz parte da nossa cultura.FGV_ILD_089
>
> N: [...] em vários locais, os estabelecimentos fecharam. Eu não consumo mais a moquequinha de siri desfiado porque não tem oferta.FGV_ILD_084
>
> D: Insegurança alimentar devido à perda de renda.FGV_ILD_084
>
> D: Alteração na oferta de alimentação regional e pratos tradicionais.FGV_ILD_084
>
> N: Então, mas não é só a rejeição de comer, é a falta da matéria-prima também, que você não consegue mais. Não consegue encontrar o siri, a ostra.FGV_ILD_084

> D: Queda da produção pesqueira afeta a economia voltada a gastronomia e ao turismo.FGV_ILD_084

Essa crise de oferta encontra fundamento, segundo as narrativas, no fato de que, conforme tratado na dimensão temática Renda, trabalho e subsistência (Seção 3.2.3.2.1), a contaminação levou à queda na produtividade do pescado, pois, para capturar a mesma quantidade de pescado que capturavam antes do desastre é necessário gastar mais tempo, principalmente porque a pesca tem que ser realizada em locais mais distantes.

> N: Ainda sobre a queda da produção do pescado, segundo os relatos, a pluma de rejeitos que atingiu a região estuarina e marinha prejudicou mesmo a pesca realizada em regiões mais distantes da costa, uma vez que a reprodução das espécies depende dos manguezais e região estuarina.FGV_ILD_088

> D: Queda de produção do pescado.FGV_ILD_088

> N: Se você pegava uma tonelada, com o impacto causado, caíram muito as espécies. Você passa a investir mais e você passa a demorar mais tempo. Um exemplo, se você pegava uma tonelada em quatro dias, você passou a levar dez dias para pegar a metade de uma tonelada. Você passou a pegar metade, em mais horas, com mais petrechos, para você tentar conseguir. [...].FGV_ILD_088

> D: Queda de produção do pescado.FGV_ILD_088

As narrativas também evidenciam que para muitas famílias a perda de renda devido ao desastre, agravada pelo período pandêmico, dificultou o acesso aos alimentos, havendo relatos sobre famílias com dificuldade de adquirir alimentos. Outros relatos mencionam famílias de pescadores que complementavam a renda com a elaboração de pratos típicos regionais, mas perderam a oportunidade pela incerteza dos turistas.

> N: A tristeza que fica aqui no nosso coração é que a gente vê famílias em dificuldade sem poder alimentar os filhos. [...]. Tem famílias inteiras que trabalhavam aqui e essa oportunidade foi tirada de todos. O que mais assolou nem foi a pandemia, mas à fome ninguém sobrevive. E não fomos amparados, nem pelo poder público e nem pelo poder privado.FGV_ILD_084

> D: Depois do desastre tudo ficou mais difícil, hoje tem muita gente vivendo abaixo da linha da pobreza.FGV_ILD_084

3.2.3.3.3 Comprometimento da alimentação culturalmente adequada

Esse dano socioeconômico aborda o comprometimento de aspectos culturais da alimentação pela insegurança quanto à contaminação dos alimentos, e/ou pela falta de condições de pagar pelos alimentos habitualmente consumidos. Está relacionado com a soberania alimentar, as tradições culturais da população e a uma vida física e mental satisfatória, digna e livre de angústias. São exemplos desse dano a perda de tradições relacionadas à alimentação, a perda de alimentos de referências na formação da identidade cultural do território, a mudança de hábitos alimentares imposta pela impossibilidade de pescar e a perda de independência alimentar.

De forma geral, muitas narrativas e danos colhidos em campo testemunham questões culturais associadas à alimentação e à soberania alimentar das pessoas atingidas, intrinsicamente relacionadas com a elaboração de pratos típicos e as relações sociais envolvidas na sua preparação.

Esse primeiro conjunto de narrativas demonstra modificações nos hábitos alimentares das comunidades do Litoral Sul do Espírito Santo que sempre foram caracterizados pela centralidade do consumo de pescado.

> N: [...]. Em Praia Grande à noite você tem a opção ou de pizza, ou de hambúrguer e às vezes um churrasquinho de gato. [...]. Então, o alimento industrializado e de mercado e de supermercado invadiu de tal forma que você não tem a alimentação natural que você tinha antes. Antes o pescador levava na sua casa o caranguejo pronto e não tem mais isso.FGV_ILD_084

> D: Insegurança alimentar devido à perda de renda.FGV_ILD_084

> N: E quando a gente deixa de comer o nosso alimento do dia a dia vamos para o supermercado comer [alimento] ultraprocessado. Nós somos obrigados a comer enlatado, porque não tem o peixe ou até a proteína mais barata.FGV_ILD_089

> D: Hoje temos que comer muito mais produtos processados, comprados no mercado.FGV_ILD_089

A afirmação dessa cultura alimentar local ficou bastante prejudicada pelas questões de qualidade e oferta do pescado, já mencionadas nas seções 3.2.3.3.2 As narrativas evidenciam mudanças forçadas no hábito alimentar e que vêm impactando diretamente o turismo, que também tem como um dos seus componentes a culinária local.

> N: Só para complementar, tivemos impacto nos hábitos alimentares e cultura alimentar local. Restaurantes temáticos, que resgatavam a forma dos indígenas fazerem estão comprometidos, porque o pessoal tem medo de comer.FGV_ILD_084

> D: A culinária local era muito demandada pelo turista não só para consumo no local, mas também para levar para seus locais de origem.FGV_ILD_084

> D: Alteração na oferta de alimentação regional e pratos tradicionais.FGV_ILD_084

A culinária regional está intimamente ligada às manifestações culturais e religiosas. As narrativas demonstram que a contaminação afetou também esse aspecto, pois impossibilitou a realização de festas tradicionais e manifestações culturais (ver Seção 3.2.3.4), além de suspender projetos que associam a culinária local a outros tipos de comércio e eventos (artesanato, música, contemplação da paisagem), comprometendo o turismo e diminuindo a arrecadação e a circulação de recursos.

> N: [...] Há onze anos atrás nós definimos a Passarela da Moqueca, um local com vários restaurantes um do lado do outro, que fica entre a pista e o mar. Houve impacto, foi feito um projeto paisagístico, hoje tem várias castanheiras, foi feita a iluminação. Você imagina o impacto, Passarela da Moqueca, nós falando de peixe poluído, contaminado. [...]. Mas o projeto Passarela da moqueca continua e está dentro do projeto de urbanização da orla. Temos esse projeto que teremos que mantê-lo vivo. Na verdade, ele foi interrompido devido à insegurança com a alimentação do pescado e frutos do mar.FGV_ILD_084

> D: O projeto Passarela da Moqueca foi interrompido devido à insegurança com a contaminação do pescado.FGV_ILD_084

Outro aspecto em que se registra dano relacionado à alimentação culturalmente adequada está relacionado à afirmação das identidades culturais e que se relaciona com a reprodução social das famílias. A dificuldade de acesso a alimentos livres de substâncias nocivas à saúde e a desvalorização do pescado local e regional, tem gerado preocupação e angústia com as gerações futuras, que estarão permanentemente expostas ao risco de contaminação. Esse fato coloca em risco a transmissão de conhecimento não somente em relação ao ofício da pesca, mas em diversas atividades relacionadas, que envolve toda a família, tema também tratado na dimensão temática de Práticas culturais, religiosas e de lazer (Seção 3.2.3.4).

> N: Só para complementar, tivemos impacto nos hábitos alimentares e cultura alimentar local. Restaurantes temáticos, que resgatavam a forma dos indígenas fazerem estão comprometidos, porque o pessoal tem medo de comer.FGV_ILD_084

> N: [...] Então, o alimento industrializado e de mercado e de supermercado invadiu de tal forma que você não tem a alimentação natural que você tinha antes. Antes o pescador levava na sua casa o caranguejo pronto e não tem mais isso.FGV_ILD_084

> D: Alteração na oferta de alimentação regional e pratos tradicionais.FGV_ILD_084

3.2.3.4 Práticas culturais, religiosas e de lazer

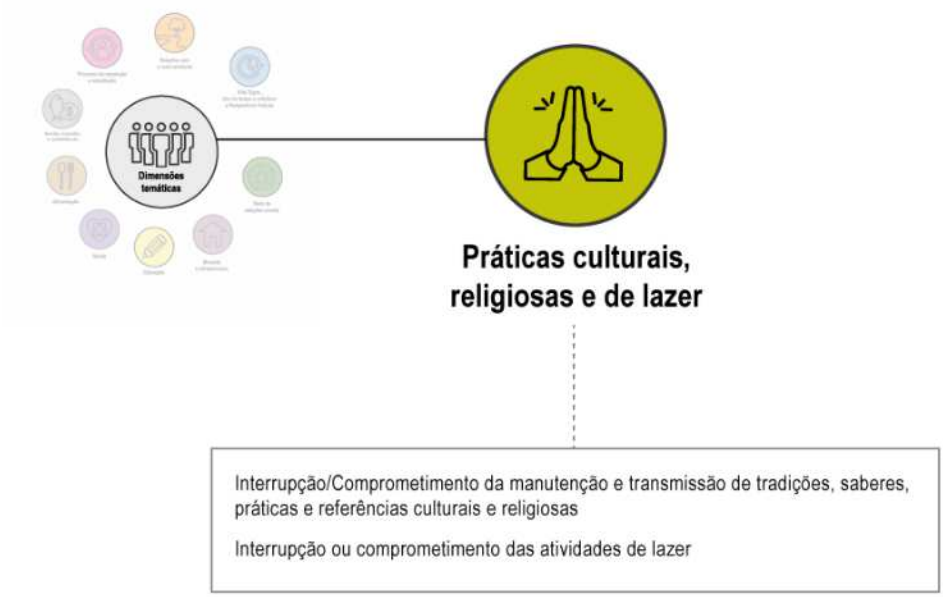
Esta seção organiza as narrativas e danos enunciados em campo que versam sobre aspectos conformadores de modos de vida compartilhados pela população residente nos municípios do Litoral Sul da RECM. As narrativas destacadas para esta dimensão temática, baseada no enfoque cultural, buscam demonstrar como alguns aspectos centrais na composição de identidades, subjetividades e saberes foram atingidos diante do desastre e suas consequências. Dessa forma, dialoga com estreiteza com o referencial teórico sobre patrimônio cultural imaterial.[108] Deste modo, alguns conceitos centrais são acionados, como saberes e lugares[109], bem como outros que dialogam e lhes dão suporte, como transmissão e ofícios.

As narrativas e danos alocados na dimensão temática Práticas culturais, religiosas e de lazer estão agrupados em duas formulações de danos socioeconômicos: (i) Interrupção/Comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, saberes, práticas e referências culturais e religiosas e (ii) Interrupção/Comprometimento das atividades de lazer. Tais formulações orientam a organização desta seção em dois blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura a seguir.

[108] De acordo com o IPHAN (s.d.), os patrimônios de natureza imaterial, são aqueles que "dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial".

[109] Cada um destes conceitos é trabalhado em particularidade nos livros de registro de bens culturais de natureza imaterial. O art. 216 da Constituição Federal de 1988 instituiu a política de preservação do patrimônio cultural e reconheceu a existência de bens de natureza material e imaterial (BRASIL, 1988). O Decreto nº 3.551, de 2000, oficializa o registro dos patrimônios imateriais, distribuídos em quatro livros possíveis: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares (BRASIL, 2000).

Figura 38 — Dimensão temática práticas culturais, religiosas e de lazer: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.3.4.1 Interrupção/Comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, saberes, práticas e referências culturais e religiosas

Esta seção agrupa danos relacionados ao comprometimento da possibilidade de realizar as práticas culturais, tradicionais e religiosas, os modos de produção e de saber fazer, as celebrações e as formas de expressão, que eram socialmente compartilhadas e transmitidas intergeracionalmente, sendo estes elementos conformadores das memórias e das identidades pessoais e coletivas e responsáveis pelo fortalecimento dos laços e vínculos comunitários.

Além das manifestações culturais representadas por eventos e festas tradicionais, como citado no tópico anterior, é importante reforçar que a cultura também é manifestada através dos costumes, tradições e saber-fazer das pessoas. No presente território, através das narrativas registradas, pode-se perceber o enfraquecimento da cultura decorrente das alterações aos modos de vida das pessoas após o desastre; comprometendo a possibilidade de realizar práticas culturais, tradicionais e religiosas, associadas aos modos de produção e de saber fazer, assim como as celebrações e as formas de expressão.

> N: A questão cultural, nós perdemos nossas atividades culturais, o próprio congo que sempre representou a atividade de pesca. Nós estamos perdendo tudo o que era de identidade como povo. Quando eu cheguei aqui em Nova Almeida eu vendia o peixe na palha do coco, debaixo dos coqueiros lá. A gente vê tudo isso jogar fora, gerações de pescadores com todo esse conhecimento específico de pesca. E ainda a impossibilidade de a gente acessar outras áreas de pesca, pra gente continuar pescando, pois é o que o povo sabe fazer. Devolver a dignidade para as pessoas. Eu vejo pescadores chorando. É muito mais que a questão financeira. O povo está sendo esquecido, relegado a outros planos abaixo de cachorro. O poder público esqueceu da gente. E Nova Almeida, Jacaraípe, Bicanga, vão continuar existindo. A gente vai continuar existindo apesar desses governantes. E a gente tem os guerreiros aí da pesca. Eu não tenho vergonha de dizer que dediquei grande parte da minha vida na pesca. Tenho a alegria de dizer que tudo o que a gente conquistou foi através da pesca. [...].FGV_ILD_083

> D: A cadeia da pesca envolvia toda família no trabalho desembarcado, como: limpar o peixe e vender. Isso se perdeu.FGV_ILD_083

> N: Então, a primeira coisa que acontece é que gente trabalha com a linha do pescado. A cultura é pesqueira. Quando eu comecei aqui a gente já tinha essa cultura aqui, a comunidade tradicional do pescado. Também existia a procissão de São Pedro, que a gente fazia todas as épocas e não pode fazer mais. Está tudo impossibilitado de fazer, por vários motivos. [...].FGV_ILD_089

> D: Somos comunidade tradicional pesqueira, e nosso modo de vida foi abalado.FGV_ILD_089

Decorrente às alterações e perdas dessas práticas culturais, ocorre outro fenômeno, sentido pelos atingidos e atingidas com preocupação e pesar. Trata-se da impossibilidade de transmitir intergeracionalmente tais saberes, que eram socialmente compartilhados como elementos conformadores das memórias e das identidades pessoais e coletivas e responsáveis pelo fortalecimento dos laços e vínculos comunitários.

A atividade pesqueira, assim como descrito na Seção 3.2.3.2.1 é uma das principais atividades exercidas entre os atingidos e as atingidas e considerado um elemento da expressão identitária das comunidades. No entanto, a partir do desastre, vem sendo cada vez menos praticada pela geração mais jovem, prejudicando a continuidade da cultura e tradição da pesca artesanal, e trazendo preocupações em relação ao futuro dessa geração, que não tem mais a pesca como opção de subsistência (ver Seção 3.2.3.9.2).

> N: Porque as crianças de hoje, ninguém mais quer ser pescador. Eu vejo pelo meu filho. Eu nem chamo para ir no mar, apesar de ser perigoso, mas nem chamo pra ir na beirada, na praia. As crianças não querem se envolver nisso. Então vai acabar [...].FGV_ILD_083

> D: Os jovens não tem perspectiva de futuro na atividade pesqueira.FGV_ILD_083

> D: Eu não vejo mais futuro na pesca. Não desejo isso para os meus filhos.FGV_ILD_088

> N: O rapaz aprendeu a tralhar a rede, eu queria que você visse. Quando chegavam os barcos, eles ficavam em frente ao meu comércio e tinha um cara que ficava sempre na frente do meu comércio tralhando rede. E aí eles ensinavam para os filhos e cadê hoje? Eu precisei de alguém para fazer um nó de pescador para uma encomenda e não consegui. Olha aí as raízes sendo eliminadas. Então quando a gente não tem mais o pescado, não tem mais como tralhar as redes, não tem mais a tradição de pescar e a tradição de colher as escamas, ir lá limpar e fazer as peças a gente quebra uma cultura, uma tradição. Isso foi abduzido da nossa vida, a gente ainda está lutando, mas aos poucos está sumindo do nosso conceito.FGV_ILD_089

> D: Estamos perdendo a dignidade e nossa identidade.FGV_ILD_089

> N: [...] Mas se tiver pelo menos a possibilidade de interromper esse processo, porque os conhecimentos de pesca que a gente adquiriu, aqui em Nova Almeida acho que é a décima primeira embarcação que eu tenho, pequena embarcação. E a gente ver e morrer e guardar isso tudo com a gente. Porque a área onde a gente desenvolvia e todo o conhecimento específico de material, tudo isso está se perdendo, porque a gente não vê nenhuma recuperação. E as pessoas aí, com anos e anos na pesca estão partindo pra outras coisas, subemprego, perdendo a dignidade.FGV_ILD_083

> N: [...] Agora é difícil admitir, somos a última geração da pesca artesanal do Espírito Santo, se não tiver nenhum apoio ela vai ser destruída pelas pressões de Jurong, outras pressões aí, a gente vai deixar de existir. Mas a gente vai lutar. Enquanto estivermos vivos vamos lutar para pelo menos sobreviver. Esse monte de barco parado aí.FGV_ILD_083

> D: Estamos perdendo o conhecimento tradicional da pesca, nossa identidade e todo um povo está sendo esquecido.FGV_ILD_083

Assim como a atividade de pesca, o artesanato também é considerado uma manifestação cultural do saber fazer e também fonte de geração de renda para muitas pessoas, em especial as mulheres. Conforme descrito na Seção 3.2.3.2.3 essa atividade também foi comprometida pelo desastre, e ao ter tido a capacidade de produção abalada, essa atividade passou a não ser uma opção de geração de renda, provocando a descontinuidade da prática e, por consequência, a interrupção ou comprometimento da transmissão de saberes para as futuras gerações.

> N: Porque nós precisamos trazer para dentro do nosso estado a conscientização de que o artesão é profissão. Mas no contexto a gente quer o empoderamento dessas mulheres. Sem esse reconhecimento elas vão voltar para a ociosidade, porque os seus maridos não pescam

> mais e então as mulheres não podem ficar dentro de casa, ociosas. Então nós temos que trazê-las para dentro da nossa associação, para poder se empoderar e vender os seus produtos nas feiras, que é o que a gente está lutando para que aconteça.[FGV_ILD_089]

> D: O artesanato tinha função também de empoderar as mulheres, e isso foi muito abalado.[FGV_ILD_089]

Por fim, é importante ressaltar a preocupação trazida pelos atingidos e atingidas sobre a ameaça da extinção da atividade pesqueira artesanal diante de tantos desafios trazidos pelo desastre que se somam a desafios do setor pesqueiro estadual e nacional. Dessa forma, assim como existe a necessidade de apoiar as festas tradicionais e eventos populares, existe uma demanda clara para fomento de projetos que apoiem a manutenção da atividade pesqueira, visto que essa expressão cultural é um saber fazer que representa a identidade daquelas pessoas.

> N: O governo federal, pra determinados tipos de barco maiores, quer tirar as diversas opções de pesca, como espinhel de fundo, espinhel boiado, linha de fundo e linha boiada. Eles querem deixar uma opção somente. O barco já sai com um custo alto pra pescar, se a única opção de pescar não der, inviabiliza o pescador. Isso é marginalizar o trabalhador. Tem uma Instrução Normativa nº 10 aí que estamos discutindo e já era pra estar em vigor. Então estamos encaminhando para o Ministério Público Federal, para a DPU [Defensoria Pública da União] de Brasília e para a Secretaria de Pesca para não tomar estas atitudes. Porque o Governo Federal está cancelando um monte de documento e pondo leis novas. Além disso querem fazer recadastramento dos pescadores que não é recadastramento. Eu fiz uma reunião no porto e passei para eles o cenário que estamos vivendo hoje. E vamos convocar todos os trabalhadores da pesca do estado do Espírito Santo. Porque o nosso trabalhador da pesca está sendo penalizado. É muito triste o que estamos vivendo hoje. Então a pesca, ainda, nós andamos de braços dados, somos amigos, irmãos, parceiros de luta. E a pesca artesanal é a que mais preserva porque nós fazemos o manejo da pesca. A gente deixa determinadas regiões melhorarem pra podermos retornar no local. Agora, a quantia que eu, durante trinta anos que trabalhei com meu barquinho, um barco industrial pesca numa vez só. O barco industrial é predador. Assim como os índios preservam as florestas e o ar que respiramos, nós preservamos.[FGV_ILD_083]

> D: Se não houver apoio, seremos a última geração de pescadores.[FGV_ILD_083]

3.2.3.4.2 Interrupção/Comprometimento das atividades de lazer

Esta seção agrupa danos relacionados ao comprometimento da possibilidade de realização de atividades recreativas, esportivas, de lazer e de confraternização que, via de regra, mas não exclusivamente, eram realizadas ao ar livre na companhia da família

e amigos e junto ao rio e suas adjacências. A interrupção e comprometimento dessas atividades trouxeram prejuízos ao bem-estar, à interação social e até mesmo à saúde física e psíquica das pessoas, com o rebaixamento da qualidade de vida.

Como já desenvolvido no tópico sobre Relações com o meio ambiente (Seção 3.2.3.1.2), os ambientes naturais como rios, praias e mar, eram locais utilizados pelas pessoas para a prática de atividades recreativas, esportivas, de lazer e de confraternização, muitas vezes realizadas na companhia da família e amigos. Com a chegada da pluma de rejeitos no mar, praia e região estuarina, as possibilidades de realizar tais práticas foram comprometidas, dado que o risco da contaminação gerou receio entre os atingidos e as atingidas, somado à desestruturação do modo de vida das pessoas, que também inclui momentos de lazer e recreação.

> N: Esta lama impactou geral. Você pode até tomar um banho, mas você não sabe como está a situação. Hoje você não tem aonde ir, nem na praia. Não dá para fazer projeto com a família. Apesar que o pescador, como não tem a renda fixa, trabalhava feriado, domingo [...].FGV_ILD_088

> D: Hoje não podemos mais tomar um banho na praia com a família.FGV_ILD_088

> N: Eu gostaria de pontuar, na questão de evento e lazer, a gente tinha um campeonato de surfe aqui. O surfe é uma ferramenta muito importante pra desenvolver as comunidades. Ele é resiliente, ele insiste a fazer as coisas acontecerem novamente. Antes tinha campeonato aqui, a nível estadual e nacional e a gente tinha o patrocínio da Suzano. Hoje não acontece. O surfe aqui em Barra do Riacho cresceu muito e hoje não acontece mais. E não era só o surfe, era o hotel que hospedava, era o tiozinho que vendia o seu salgadinho e o seu suco.FGV_ILD_089

> D: O surfe me trazia felicidade, e hoje não podemos mais surfar.FGV_ILD_089

As características ambientais da RECM, abundante em locais ricos em belezas naturais, favorece o desenvolvimento de atividades culturais com características fortes de tradicionalidade, por conta de sua ancestralidade, expressões, formas de fazer, entre outros (FGV, 2021d). Para os munícipios estudados, Serra, Fundão e Aracruz, não é diferente, as manifestações culturais são referências locais importantes para as pessoas que ali vivem, bem como para os turistas que são atraídos por esses eventos coletivos. Esses bens culturais são considerados a expressão da identidade cultural e social da comunidade (IPHAN, 2021), muitas vezes relacionados aos seus modos de vida constituindo-se como Direito Cultural.

A partir das oficinas, foram apresentadas pelos atingidos e atingidas diversas manifestações culturais que acontece nesse território, tais como a Feira de artesanato da Barra do Sahy, Puxada de Mastro de Nova Almeida, Festa do pescador e do Congo de Barra do Riacho, além de outros eventos comunitários e religiosos, como as quermesses de festa junina. Atualmente esses eventos perderam em escala e expressão cultural, e em alguns casos não sendo mais realizadas, ou mudando o seu significado para a comunidade. A diminuição no fluxo de turistas, como visto na Seção 3.2.3.2.2 é colocado como um dos principais motivos para esse efeito, contudo se percebe que o sofrimento social causado pelo desastre também trouxe a desmotivação de frequentar tais espaços e por consequência, a realização dessas manifestações.

> N: Eu não sei se entra aí, mas tinham uns eventos que aconteciam lá na Barra do Sahy e que é um ponto turístico nosso também, e após esse derramamento não existe mais. Passou a não existir muito antes da pandemia, porque o turista não vinha mais. Acontecia todos os anos. Nossa matéria-prima era muito vendida na feira cultural que acontecia todos os anos e parou de acontecer. Era uma feira de artesanato promovida pela prefeitura e nossos artesãos iam todos para lá, a feira durava quinze a vinte dias, durante o verão.FGV_ILD_089

> D: A Feira de Artesanato no verão parou de acontecer, e era um momento importante para as vendas dos comerciantes em geral.FGV_ILD_089

> N: Em Praia Grande tem três festas culturais que são muito importantes, a Puxada do Mastro em Nova Almeida, a Festa Junina da quermesse da igreja, que movimenta a comunidade inteira. E em 2017 o que é que a prefeitura fez, o encontro de motociclista para substituir a festa da igreja. Porque o público que vinha não tinha, estão trouxe um outro evento, com bandas de fora e aquele evento familiar, quermesse da igreja, que integrava no inverno o turista que vai para Praia Grande, que geralmente são famílias é uma festa do inverno, foi substituído por um público que topou ir para Praia Grande com a lama da Samarco. Então, trocou o evento por um público não vinculado à praia, mas foi alguma coisa para que os barraqueiros pudessem ter algum comércio.FGV_ILD_084

> N: Eu acho que, na parte cultural ou do turismo, houve movimentos culturais em Barra do Riacho que deixaram de existir também. A Festa do Pescador que acontecia em Barra do Riacho, uma festa que eles sempre faziam festival da moqueca. Então a parte cultural foi muito afetada. A festa do Caboclo Bernardo, a festa do Congo.FGV_ILD_089

> N: Só para complementar também, alguém falou aí do congo que nós tínhamos, muitos torneios. Nós temos a festa de São Benedito, mas não dá aquela festa que nós tínhamos antes em Barra do Riacho. E o congo, ainda temos, mas não é mais aquela festa como antes.FGV_ILD_089

> D: Diminuição dos eventos culturais pela queda do turismo, de renda e pela contaminação (campeonato de Surfe nacional em Barra do

> Riacho, festa do pescador, de São Benedito, congo, caminhada do Caboclo Bernardo, entre outros).[FGV_ILD_089]

As interferências causadas pelo desastre às atividades de lazer afetaram a todos os gêneros e faixas etária da população, contudo os atingidos e atingidas ressaltam os danos acometidos em específico à juventude, que foram impossibilitados de exercer práticas junto ao mar, como o surfe, e também outros projetos esportivos.

> N: [...] esses meninos e meninas que estavam nesses campeonatos [de surfe] também migraram para outras atividades, no caso as drogas. Então isso foi um baque grande, porque os meninos participavam muito, daí teve que parar e perdemos para as drogas também.[FGV_ILD_089]

> N: Sim, até hoje nós somos prejudicados, hoje o jovem de Barra do Riacho, existem alguns projetos, mas não atende toda a juventude. Hoje deve ter uma escolinha de futebol que acontece na praça, mas eventos esportivos e eventos para transformar a vida deles como atletas, como adultos, como profissionais, pessoas, seres humanos, isso a gente perdeu muita coisa aqui. Deixou a desejar mesmo. Muita coisa deixou de acontecer. Barra do Riacho era um lugar muito movimentado e é um lugar bom de se viver, mas era melhor, mais atrativo. A cultura era mais forte.[FGV_ILD_089]

> D: Juventude foi muito prejudicada pela diminuição dos eventos culturais, do lazer e esportes aquáticos.[FGV_ILD_089]

Diante a realidade supracitada quanto aos danos sofridos nas atividades culturais e de lazer, a comunidade atingida clama por projetos que promovam e valorizem a cultura local, em especial eventos e festas que precisam de estrutura adequada para sua efetivação.

> N: [...] nós vemos outras comunidades sendo beneficiadas com projetos culturais, mas quando vem um pouco aqui para Aracruz vem através do governo, mas isso não chega na nossa comunidade. Primeiro porque o turismo é focado em Barra do Sahy e Santa Cruz e esquecem que Barra do Riacho tem uma praia, um comércio, o projeto Tamar nasce no Brasil a partir de Boca da Barra de Barra do Riacho. E aqui nunca somos beneficiados com nada [...].[FGV_ILD_089]

> D: Precisamos de projetos para todos os atingidos, que valorizem a cultura local.[FGV_ILD_089]

3.2.3.5 Rede de Relações Sociais

Nesta seção encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que versam sobre as alterações sofridas por pessoas atingidas e seus grupos sociais em suas relações familiares, de amizade e trabalho. Formas de sociabilidade e relações

interpessoais foram abaladas com o desastre, desencadeando diversos danos. (FGV, 2021i).

Destacaram-se durante as oficinas com atingidas e atingidos narrativas que fazem referência à diminuição dos momentos de encontro e sociabilidade, em geral ligados aos ambientes da natureza (praia, mangue, rios e estuários)[110], modelo de vida mais coletivo e gregário praticado anteriormente ao desastre e que ficou enfraquecido e restrito. A prática da visitação entre amigos e parentes, de acordo com as narrativas, também perdeu força, colaborando para essa transformação e muitas vezes levando as pessoas ao sentimento de abandono, solidão e falta de alegria nas comunidades e famílias.

Quando se trata das relações de trabalho, percebe-se que a interdependência, troca e aliança entre trabalhadores do mesmo ofício e de ofícios diferentes também têm sofrido modificações negativas diante do desastre. Isso abala relações de reciprocidade de prestações que são geradoras de vínculo social (MAUSS, 1924). Nesse sentido, a socióloga Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009, p. 14) aponta:

> Para além da solidariedade que se manifesta ao nível real, da produção e da partilha de bens, há a registrar aquela de natureza propriamente simbólica, que a complementa e dá sentido à construção de uma identidade coletiva, expressa nos sentimentos de pertencimento, na partilha e transmissão dos saberes e na adesão a valores humanos compartilhado.

As trocas materiais realizadas entre trabalhadores de ofício eram também organizativas de uma identidade coletiva que se baseava, em grande parte, no uso dos recursos naturais.

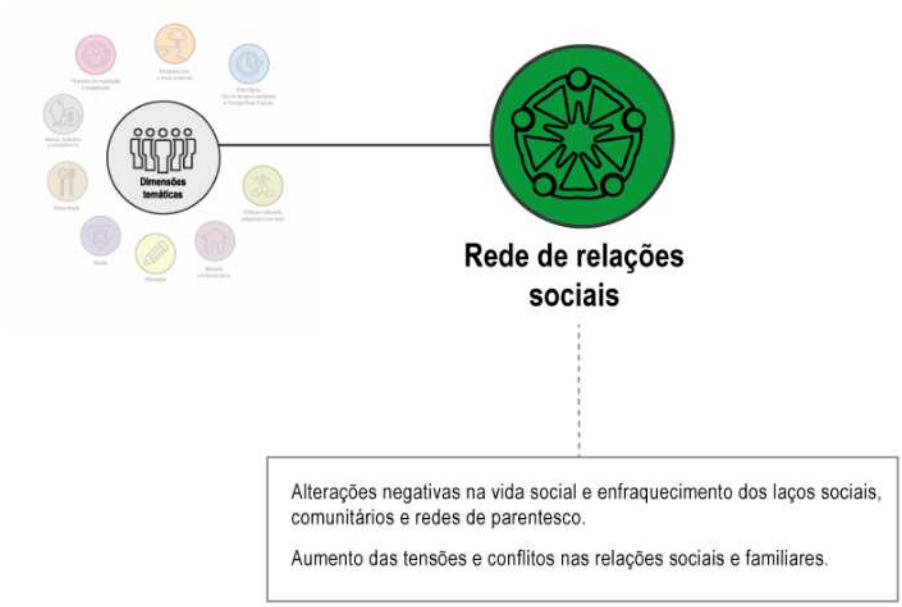
Também no campo das relações sociais, verificou-se que o desastre contribuiu para a deflagração de conflitos, latentes ou inexistentes anteriormente, ensejados por relações sociais desiguais e acesso diferenciado de alguns grupos ou pessoas à reparação.

As narrativas e danos levantados em campo que dizem respeito à dimensão temática Redes de relações sociais estão aqui organizadas e categorizadas em duas formulações de danos socioeconômicos: (i) Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco; (ii) Aumento

[110] A geógrafa Doreen Massey defende que o que dá especificidade a um lugar "não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam em um lócus particular" (MASSEY, 2000, p. 184). Lugares fornecem a condição básica para a convivência cotidiana, por sua vez, alimento das relações sociais (PEREIRA, 2019).

das tensões e conflitos nas relações sociais e familiares, conforme ilustra a Figura 39. Na sequência apresenta-se a descrição de cada bloco de conteúdo.

Figura 39 — Dimensão temática rede de relações sociais: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.3.5.1 Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco

Este dano socioeconômico está relacionado às descontinuidades ou enfraquecimento dos laços e das relações intergeracionais e ao esgarçamento dos vínculos sociais, comunitários e de parentesco, tendo sido provocado (principalmente, mas não exclusivamente) pelo comprometimento ou perda de espaços comuns destinados ao lazer e ao desfrute do tempo (como o rio e seu entorno), pelo comprometimento das sociabilidades e cooperações desenvolvidas em torno do trabalho, bem como por migrações relacionadas ao comprometimento das condições de vida.

Nas oficinas realizadas para o levantamento de danos decorrentes do desastre, foram relatadas diversas formas de alterações nas relações sociais e laços comunitários. Sobre suas relações em grupos foram trazidas narrativas que indicam a diminuição da sociabilidade e momentos de encontros, decorrentes da impossibilidade de uso dos

espaços como o mar para pesca e outras atividades relacionadas, devido à contaminação. Narrativas se referiram à diminuição do número de turistas na região, assim como, visitas de amigos e familiares de outros municípios que interromperam ou enfraqueceram essas relações.

> N: [...]. A gente se sentiu muito sozinho nesses seis anos aí de desastre, de crime. As pessoas não vêm mais nos visitar e a gente sente falta, sente saudade. Nossa vida mudou muito.FGV_ILD_089

> D: Hoje nos sentimos mais sozinhos. Os amigos e pessoas de fora não vem mais nos visitar.FGV_ILD_089

Outras situações relatadas se referiram à redução de eventos culturais tradicionais oportunos ao convívio, em decorrência dos danos ao meio ambiente, que afugentou turistas e proibiu a pesca em função da presença de rejeitos. A perda do ambiente adequado para a pesca tem trazido consequências negativas em diversas esferas da vida social e ameaça a transmissão de conhecimento intergeracional uma vez que os membros das famílias sempre foram envolvidos, de forma direta ou indireta, na atividade pesqueira, conforme explorado na seção 3.2.3.4.1.

> N: Quando a gente pesca e volta com bastante peixe dá uma satisfação, pra você, filhos e família. Mas o impacto é grande quando não pesca e isso impacta nas relações com a família e com os amigos.FGV_ILD_083

> D: Quando temos uma boa pescaria é uma felicidade para o pescador e para família, e quando não é boa impacta toda família também.FGV_ILD_083

Pelas narrativas obtidas, percebe-se que as alterações das atividades laborais ligadas sobretudo aos ofícios vinculados à pesca afetaram diferentemente as famílias. Relatos evidenciaram diminuição do tempo de lazer, antes dedicado ao convívio com a família, amigos e vizinhança, devido ao aumento do tempo de pescaria e da distância até os locais de pesca.

> N: Antes de 2015 a gente saía de manhã e chegava à tarde e os nossos filhos e parentes até iam receber a gente no cais. A gente tinha todo um processo que envolvia a família, daí vendia o peixe e os filhos participando do processo de produção. Era uma forma da gente estar mais tempo com a família. Agora com a recessão e escassez do pescado a gente tem que aproveitar, se deu o dia, se for domingo e a quadra boa deu no domingo ele vai pescar no domingo. Então aquela questão social, de participar de grupos sociais, de religião ou outros ficou restrito. Até mesmo a família ficou em segundo plano, porque a segurança alimentar vem em primeiro lugar. Nós somos regidos pela maré e pela quadra boa. Pescador de barco pequeno não pode se dar ao luxo não.FGV_ILD_083

> D: A pesca era diária, a família participava do desembarque e pós-pesca. E a família ficava unida.FGV_ILD_083

> N: [...]. Hoje esse tempo não temos mais com a família. Porque se a gente sai e não pesca nada tem que sair de novo. Criou dentro de casa um ruído ruim, porque a gente ouve da mulher, ah não tem tempo, é só barco, só barco, então dificultou muito mesmo.FGV_ILD_083

> D: A cadeia da pesca envolvia toda família no trabalho desembarcado, como: limpar o peixe e vender. Isso se perdeu.FGV_ILD_083

A necessidade de os pais de família permanecerem ausentes de casa por mais tempo para trabalhar na pesca, trouxe preocupação quanto ao cuidado com os filhos, no sentido destes participarem da educação e evitarem que os jovens fiquem ociosos e sem perspectiva em casa, o que pode levá-los para o caminho das drogas ou outras situações de marginalidade.

> N: O pescador também tem que ter o tempo dele com os filhos também, porque do jeito que está o mundo de hoje temos que dar bons conselhos pros nossos filhos, bons exemplos e ainda estar de olho neles, porque quando você diz uma coisa boa ele vai ouvir na rua quatro ou cinco ruins. Temos que estar vigilantes. Porém a situação que chegamos agora é ficar vinte a vinte e dois dias lá fora e voltar tarde. FGV_ILD_083

> D: A pesca era diária, a família participava do desembarque e pós-pesca. E a família ficava unida.FGV_ILD_083

Também foram relatadas situações de quebra nas relações de trabalho que refletiram nas relações de sociabilidade. Muitas pessoas tiveram que lidar com a condição de desempregado ou empreendedores da atividade de pesca perderam suas atividades abruptamente após o desastre.

> N: Acaba havendo uma ruptura dessas relações, porque de repente a motivação dessa relação ficou longe. Porque você entra numa situação de ganhar o pão do amanhã e acaba deixando de lado essas relações. [...].FGV_ILD_083

> D: Quebra das relações de trabalho também causam muito sofrimento.FGV_ILD_083

Ainda na perspectiva do trabalho, a diminuição da fonte de renda implicou em alterações das relações nas unidades familiares e, em alguns setores mais vulneráveis do comércio e do turismo que teve que dispensar funcionários, houve o consequentemente no aumento de tempo de trabalho de toda a família.

> N: [...] Então diminui o número de funcionários e estou trabalhando com duas pessoas ao sábado e domingo, porque não tenho condições de

> pagar mais durante a semana e estou eu e minha família aqui. E me questionam e falo que preciso que ela trabalhe, porque é uma forma de diminuir o custo.FGV_ILD_084

> D: Comprometeu o tempo de descanso, lazer e convívio com a família por ter que aumentar a carga de trabalho.FGV_ILD_084

A perda de espaços e momentos de convívio relacionados ao esporte ou atividades de lazer como o surfe e praia, e de religiosidade, como festas religiosas tradicionais, que deixaram de acontecer, ainda foram elencadas como prejuízo às relações de sociabilidade e motivo de enfraquecimento dos laços comunitários, também debatidos nas dimensões temáticas de Práticas culturais, religiosas e de lazer (Seção 3.2.3.4 e Alimentação (Seção 3.2.3.3).

As narrativas enfatizam que especialmente os jovens foram mais afetados, tanto pela perda de oportunidade de se aprimorar na prática do esporte como pela diminuição das possibilidades de emprego no comércio e turismo. Além da questão relacionada ao desastre e à contaminação, a pandemia agravou ainda mais a situação. Segundo os relatos, tudo isso impulsionou movimentos de êxodo da juventude em busca de oportunidades de emprego ou catalisou situações de vulnerabilidade e deterioração do tecido social, com muitos jovens recaindo ao uso de drogas.

> N: Eu gostaria de fortalecer a fala do companheiro, porque sempre formos parceiros nisso, e que fosse escrito em algum local, que esses meninos e meninas que estavam nesses campeonatos também migraram para outras atividades, no caso as drogas. Então isso foi um baque grande, porque os meninos participavam muito, daí teve que parar e perdemos para as drogas também.FGV_ILD_089

> N: [...] Meu comércio é muito voltado à juventude, loja de surfe, assessórios. E às vezes pergunto, cadê meus clientes, aquela garotada que comprava com a gente. Eu tinha um fiadinho aqui, crediário mensal e hoje não moram mais aqui. A gente foi perdendo muito atrativo para a juventude. Então a juventude que pôde buscar um novo horizonte, uma nova oportunidade ela teve que sair da comunidade, infelizmente. Depois da lama, depois pandemia, depois dessas coisas todas, a juventude não conseguiu ficar mais aqui não. Muitos filhos da Barra não moram mais aqui.FGV_ILD_089

> D: Juventude foi muito prejudicada pela diminuição dos eventos culturais, do lazer e esportes aquáticos.[FGV_ILD_089]

> N: [...] Nós que moramos aqui, são vários danos, danos psicológicos de renda, de convívio. Eu tenho muitos amigos que saíram. O comércio encolhe, porque não existe uma festa, não existe um evento, hoje a venda e o comércio exige a pessoa entrar no mundo digital [...]..FGV_ILD_089

> D: Muitos jovens foram embora por falta de oportunidades.FGV_ILD_089